

Volumes publicados

1

Pedro Penteado
PEREGRINOS DA MEMÓRIA
O Santuário de Nossa Senhora de Nazaré
Lisboa, 1998 ISBN: 978-972-8361-12-9

2

Maria Adelina Amorim
OS FRANCISCANOS NO MARANHÃO E GRÃO-PARÁ
Missão e Cultura na Primeira Metade de Seiscentos
Lisboa, 2005 ISBN: 978-972-8361-20-4

3

Colóquio Internacional
A IGREJA E O CLERO PORTUGUÊS NO CONTEXTO EUROPEU
The Church and the Portuguese Clergy in the European Context
Lisboa, 2005 ISBN: 978-972-8361-21-1

4

António Matos Ferreira
UM CATÓLICO MILITANTE DIANTE DA CRISE NACIONAL
Manuel Isaías Abúndio da Silva (1874-1914)
Lisboa, 2007 ISBN: 978-972-8361-25-9

5

Encontro Internacional
CARREIRAS ECLESIÁSTICAS NO OCIDENTE CRISTÃO (SÉC. XII-XIV)
Ecclesiastical Careers in Western Christianity (12th-14th c.)
Lisboa, 2007 ISBN: 978-972-8361-26-6

Propriedade, edição e administração:
Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR)
Faculdade de Teologia
Universidade Católica Portuguesa
Palma de Cima - 1649-023 Lisboa

Concepção gráfica e Execução
SerSilito / MAIA

**CARREIRAS ECLESIÁSTICAS
NO OCIDENTE CRISTÃO
(SÉC. XII-XIV)**

Edição apoiada por:

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR Portugal

Apoio Programa Operacional Ciência,
Tecnologia, Inovação do
Quadro Comunitário de Apoio III

CARREIRAS ECLESIAÍSTICAS NO OCIDENTE CRISTÃO (SÉC. XII-XIV)

**ECCLESIASTICAL CAREERS
IN WESTERN CHRISTIANITY
(12TH-14TH C.)**



**CENTRO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA RELIGIOSA
UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA**

LISBOA 2007

APRESENTAÇÃO

O presente volume reúne as comunicações apresentadas ao Encontro Internacional *Carreiras Eclesiásticas no Ocidente Cristão*, que decorreu na Universidade Católica Portuguesa, em Lisboa, de 28 a 30 de Setembro de 2006.

Este Encontro pretendeu marcar a conclusão dos trabalhos do Projecto *Fasti Ecclesiae Portugaliae: Prosopografia do clero catedralício português (1071-1325)*, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (2002-2006) e desenvolvido no âmbito do Centro de Estudos de História Religiosa da Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa. Através de uma busca sistemática, em todos os Arquivos e Bibliotecas, e em todos os fundos, publicados e inéditos, onde se encontraram referências a clérigos pertencentes ao clero catedralício, a proposta do Projecto, já concluída, foi elaborar e preencher uma base de dados prosopográfica, cuja disponibilização futura aos investigadores poderá vir a servir como uma útil e poderosa ferramenta de pesquisa, que certamente facilitará e impulsionará os estudos sobre esta área, contribuindo assim para um conhecimento aprofundado sobre as carreiras, individuais e colectivas, destes homens cujo impacto e relevância na sociedade do seu tempo é inquestionável.

A iniciativa em causa permitiu reunir especialistas vindos da Alemanha, Espanha, França, Hungria, Inglaterra e Polónia com uma parte significativa dos membros da equipa de investigadores e bolsiros do Projecto, e debater, durante os três dias que durou o Encontro, quer algumas temáticas que subjazem ao estudo de um universo como o do clero catedralício, a nível do Ocidente Europeu dos séculos XII a XIV, quer os limites e alcance da utilização de uma metodologia como a prosopografia, para atingir os resultados desejados.

A organização do programa do Encontro teve, aliás, como base um questionário prévio de acordo com o qual as diferentes intervenções foram organizadas

de forma a que os vários contributos espelhassem, no conjunto das comunicações, o trabalho que tem vindo a ser feito em diferentes historiografias e os campos de investigação sulcados no decurso das últimas décadas. Desta forma, procurou-se reflectir sobre a formação, a itinerância e a circulação dos membros do clero secular no âmbito da Secção I, sobre a divisão entre o serviço de Deus e o serviço de reis na Secção II e sobre os problemas metodológicos colocados pelo tratamento dos universos seculares, nomeadamente no que respeita ao papel da prosopografia, no contexto da Secção III.

As questões subjacentes à organização do programa do Encontro pareceram-nos justificar plenamente que essa mesma articulação entre as comunicações fosse mantida na publicação que agora se apresenta, a qual pretendemos que espelhe a riqueza e a variedade das comunicações apresentadas e dos temas abordados.

Espera-se que a publicação que agora se apresenta possa constituir um ponto de chegada na consciencialização da multiplicidade dos esforços encetados no estudo do clero secular em diferentes países e um reflexo dos progressos desenvolvidos nesta área de estudo, também em Portugal. Mas, por outro lado, gostaríamos que, sobretudo, pudesse constituir um ponto de partida para abrir e continuar a reflexão sobre muitas questões que permanecem em aberto e sobre os condicionalismos metodológicos que este tipo de estudo, frequentemente, coloca, e que apenas pelo diálogo, troca de experiências e trabalho colectivo poderão vir a conseguir ampliar o nosso conhecimento do mundo do clero catedralício na Idade Média.

Por fim, podemos formular o voto de que o Encontro Internacional cujas actas agora se publicam e a temática e questões nele suscitadas, possam ser ampliados, não só através do alargamento do âmbito cronológico dos estudos da equipa que até agora levou a bom porto aquela que podemos designar por uma primeira fase dos *Fasti Ecclesiae Portugaliae* mas também pela proliferação dos trabalhos de investigação que esperamos que a divulgação, a breve prazo, dos resultados do projecto agora concluído, possa ajudar a promover e facilitar.

P'la Equipa dos *Fasti*
Ana Maria Jorge
Hermínia Vilar
Maria João Branco

PRESENTATION

This volume gathers together the papers presented at the International Meeting on *Ecclesiastic Careers in the Christian West*, which took place in Lisbon at the Universidade Católica Portuguesa, 28-30 September 2006.

This Meeting commemorated the conclusion of work on the *Fasti Ecclesiae Portugaliae: Prosopography of the Portuguese Cathedral Clergy (1071-1325)*, a project, financed by the Fundação para a Ciência e Tecnologia (2002-2006) and carried out by the Centro de Estudos de História Religiosa at the Faculdade de Teologia of the Universidade Católica Portuguesa. Following a systematic study covering all archives and libraries and all sources, published or otherwise, containing references to members of the cathedral clergy, the Project proceeded to complete a prosopographic data-base. The provision of this information will provide not only a useful and powerful research tool but also serve to facilitate and encourage further study of this field thereby contributing towards a broader understanding of the careers, individually and collectively, of men who had such an impact on and standing within society of that time.

The Meeting itself brought together specialists from Germany, Spain, France, Hungary, the United Kingdom and Poland as well as the Project's team of researchers and research assistants for three days of debate. The subjects under discussion ranged from themes underlying studies on the universe of the cathedral clergy in 12th to 14th century Western Europe through to the limits and scope inherent in the prosopographic methodology in achieving the desired results.

The organisational programme for the Meeting, based on a prior questionnaire, was structured by theme, in order to ensure that the various contributions reflected the work that has been done in various historiographic

schools and diverse research fields approached during the course of recent decades. To this end, Section One was given over to considerations on the background, itinerancy and circulation of secular clergy. Section Two focused on the *dilemma* faced by men called upon to serve both “King” and “God”. Section Three addressed methodological problems raised in approaching a social group such as the cathedral canons of the 12th-14th centuries from a prosopographical perspective and in particular examines the role, limits and possibilities of applying this methodology to such a universe.

It is hoped that this publication may be regarded as a point of arrival conveying awareness not only of the multiplicity of effort devoted to this study in a number of different countries, but also of the progress achieved in this field both internationally and in Portugal. However, we would like to think that it also represents a point of departure, opening up and maintaining debate on the many questions that still remain unanswered and on the methodological restrictions so often encountered in this type of research. Only through dialogue, exchange of experiences and teamwork will we be able to deepen our understanding of the cathedral clergy of the Middle Ages.

In conclusion, we hope that the International Meeting, whose proceedings we are now publishing, as well as the topics and questions raised therein, may be amplified in the future, not only by extending the chronological scope of the Project beyond the early 14th century, but also, as soon as the results of the prosopographical database can be made available to the wider public, by promoting further research studies and monographs which will deepen our understanding of the reality of the lives and careers of these men.

On behalf of the *Fasti Ecclesiae Portugaliae* research team

Ana Maria Jorge

Hermínia Vilar

Maria João Branco





ANÁLISE PROSOPOGRÁFICA DOS CÔNEGOS DOS CABIDOS CATEDRALÍCIOS HÚNGAROS NA IDADE MÉDIA (1200-1350): CONCLUSÕES

LÁSZLÓ KOSZTA

Na fase de organização do sistema eclesiástico húngaro, na viragem do século XI para o XII, aparece a figura dos “mosteiros das catedrais”, os quais, inicialmente, foram ocupados por monges beneditinos e cônegos. Na Hungria, os cônegos dos cabidos catedralícios viveram em regime de *vita communis* até finais do século XII. Desde então, os cabidos passaram a ser considerados como entidades com existência legal autónoma. O século XIII foi um tempo de expansão para os cônegos, na Hungria. Durante a primeira metade do século, os cônegos, com o apoio do rei e dos bispos, alargaram a sua notória influência sobre o clero rural e conseguiram apossar-se de uma considerável parte do dízimo das igrejas rurais. Na segunda metade desse mesmo século, tendo atingido riqueza e confiança, os cônegos começaram a tentar afirmar a sua posição contra os prelados. Este período pode ser caracterizado pelos choques entre bispos e cabidos das catedrais. Os cônegos eram designados pelo rei, de entre as fileiras dos clérigos da corte, o que limitou seriamente o seu estatuto social, os quais não podiam, consequentemente, desenvolver uma política consistente contra os prelados. Uma análise prosopográfica deste grupo conduz-nos a diversas conclusões, conforme se apresenta no presente estudo.

CONCLUSIONS DRAWN FROM THE PROSOPOGRAPHIC ANALYSIS OF CANONS BELONGING TO CATHEDRAL CHAPTERS OF MEDIEVAL HUNGARY (1200-1350)

LÁSZLÓ KOSZTA

During the organisation of the Hungarian ecclesiastical system at the turn of the 11-12th centuries, cathedral monasteries came into being, initially populated by Benedictine monks and canons. The canons of cathedral chapters in Hungary lived in *vita communis* until the end of the 12th century. Henceforth, cathedral chapters were regarded as independent legal entities. The 13th century was a period of expansion for the canons in Hungary. In the first part of the century, canons, with the help of the king and bishops, extended their remarkable influence over the country's clergy and obtained a considerable share in the tithe income of country churches. In the second half of the 13th century and having established their wealth and consciousness, the canons also attempted to strengthen their position in opposition to prelates. This period may be characterised by the clashes between bishops and cathedral chapters. The latter were appointed by the king from the ranks of court priests, which seriously limited the social status of canons who were unable to develop a consistent policy against the prelates. A prosopographical analysis of this ecclesiastic group leads to several conclusions, as presented in this paper.

CONCLUSIONS DRAWN FROM THE PROSOPOGRAPHIC ANALYSIS OF THE CANONS BELONGING TO THE CATHEDRAL CHAPTERS OF MEDIEVAL HUNGARY (1200-1350)

LÁSZLÓ KOSZTA *

The Hungarian ecclesiastical system began to evolve around the year 1000. Simultaneously with the establishment of bishoprics, cathedral chapters came into being adjacent to cathedrals. Until the second half of the 11th century, Hungarian cathedral chapters were not exclusively populated by canons, rather we could call them cathedral monasteries, because secular priests (canons) lived side by side with Benedictine monks. After the first (missionary) phase of Hungarian church history had come to an end, in the last third of the 11th century, during the reign of King Saint Ladislaus cathedral monasteries ceased to exist, canons and monks were finally separated. In the chapters populated by canons it would appear that a variant of the Aachen regulation became predominant. At the turn of the 11-12th centuries rulers also supported the separation of canons and monks by strengthening the chapters, as is evident from royal grants to chapters. The process of the evolution of separate chapter wealth in Hungary began at the end of the 11th century, when the chapters were still under close control of bishops. Their wealth was part of the undivided wealth of the bishopric, and the canons living in *vita communis* dwelled in the monastery built directly beside the cathedral. Until the end of the 12th century there is hardly any information about them, because they were closed, introvert communities concentrating on cathedral liturgy and keeping few contacts with the outside world¹.

Changes began to appear at the very end of the 12th century and they can be perceived in the first decades of the 13th century. From that time onwards we can speak about hierarchy in ecclesiastical society in Hungary and about canons that constituted its intermediate level. Aspects of institutional history also support the argument that the 12-13th centuries represent a turning point in the history of Hungarian canons. From the beginning of the 13th century Hungarian chapters

* University of Szeged.

¹ KOSZTA, L. – Domkapitel und ihre Domherren bis Anfang des 12. Jahrhunderts in Ungarn. In ...*THE MAN of many devices, who wandered full many ways...* Festschrift in honour of Janos M. Bak. Ed. Balázs Nagy and Marcell Sebök. Budapest: Akad, 1999, p. 478-491.

can be regarded as individual legal entities². This fact is marked by the observation that since this period much more information survives concerning canons and their history can be ascertained by various research methods, e.g. the monitoring of the career of the canon. The description of the communities of Hungarian canons should be initiated by the definition of their number. First of all it must be stressed that in Hungary none of the cathedral chapters or communal chapters was taken over by regular canons. The reform concerning regular canons in the 12-13th centuries hardly affected the Hungarian church hierarchy, whereas this reform achieved considerable results in Germany. In the bishoprics of northeastern Germany (Brandenburg, Havelberg, Ratzeburg) cathedral chapters were occupied by Premonstrant canons³. In the south German territories adjacent to Hungary at the beginning of the 12th century the reform movement of canons became powerful⁴. In the archbishopric of Salzburg regular canons populated the cathedral chapter⁵. The movement of regular canons seems to have stopped at the borders of Hungary. The reason for this – apart from other considerations of social history – may have been that at the height of reform canon movement in the first part of the 12th century Hungarian canons still lived in *vita communis*, so they were not in need of reform. At the end of the 12th century, when the *vita communis* was dissolving, canonical reform, had completely fallen into desuetude⁶. So the reform of regular canons in South Germany was slowing down⁷. However, the aspirations of the reforming canons must have been known in Hungary. One of the leaders of the reform movement in South Germany, Gerhoch, provost of Reichersberg corresponded with Hungarian prelates, and one of his disciples even lived in Hungary⁸. In the definitive centres of canon reform movement in France, in the

² KOSZTA, L. – A pécsi székeskáptalan hiteleshelyi pecséthasználata a 14. század közepéig [The Use of *locus credibilis* Seal of Pécs Cathedral Chapter until the Middle of 14th Century]. *Levéltári Közlemények*. 67 (1996) 51-53. The chapters evolved as autonomic bodies as a result of the long development during 12-13th centuries in Europe, which is exemplified by their being legal entities. *Lexikon des Mittelalters* V. 939. MARCHAL, G. P. – Die Dom- und Kollegiastifte der Schweiz. In *HELVETICA Sacra*. 2/2. Hersg. G. P. Marchal. Bern: Schwabe & Co., 1977, p. 39-43.

³ PFAFF, V. – Die deutschen Domkapitel und das Papsttum am Ende des 12. Jahrhunderts. *Historisches Jahrbuch* 22 (1973); in French territories acceptance of Augustine regulation can be documented in 20 cathedral chapters. These chapters – with two exceptions – are south of the Bordeaux-Belley line. See review of SIEBERT, H.; BECQUET, J. – *Vie canoniale en France aux Xe-XIIIe siècles*. London: Variorum reprints, 1985. In Francia, 1986, p. 712-713.

⁴ CLASSEN, P. – Gerhoch von Reichersberg und die Regularkanoniker in Bayern und Österreich. In CLASSEN, P. – *Ausgewählte Aufsätze*. Sigmaringen: Thorbecke, 1983, p. 434-436.

⁵ WEINFURTER, S. – *Salzburger Bistumsreform und Bischofspolitik im 12. Jahrhundert*. Köln: Böhlau, 1975, p. 107-108.

⁶ WEINFURTER, S. – Neuere Forschung zu den Regularkanonikern im Deutschen Reich des 11. und 12. Jahrhunderts. *Historische Zeitschrift*. 224 (1977) 396-397.

⁷ WEINFURTER – *Salzburger Bistumsreform*, p. 206-220.

⁸ CLASSEN – Gerhoch von Reichersberg, p. 431-460.

chapter of Saint Victor in Paris and in the monastery of Saint Geneviève⁹ several Hungarian students were studying in the 12th century¹⁰, and several of them became archbishop or a bishop, among them Lukács¹¹ and Jób, archbishops of Esztergom¹². In this way, members of cathedral chapters in Hungary were secular canons. Tithe registers surviving from the first half of the 14th century provide a good insight into the number of canon benefices¹³. Fifteen cathedral chapters belonged to the 13 bishoprics¹⁴, and a further 8 chapters¹⁵ resulting from royal foundations functioned in the kingdom. Members of smaller chapters¹⁶ in episcopal centres cannot be regarded as parts of the ecclesiastical middle class. Altogether 23 chapters of considerable importance functioned in Hungary. This meant 626 canon benefices (464 in cathedral chapters and 162 in other chapters)¹⁷. Naturally the actual number of canons may have been smaller, because in the second half of the 13th century benefice pluralism is observed, though it did not become a predominant feature even in the 14th century. Analysis of the careers of canons shows that the proportion of canons having more than one benefice in chapters was 10-20%¹⁸. Therefore, canons

⁹ BOSL, K. – Das Jahrhundert der Augustinerchorherren. In *HISTORIOGRAPHIA medievalis: Festschrift für F.-J. Schmale*. Hrsg. D. Berg; H.-W. Goetz. Darmstadt, 1988, p. 10.

¹⁰ ÁRPÁD-KORI és Anjou-kori levelek. [Letters from the Árpád and Angevin Period]. Ed. M. László and L. Mezey. Budapest: Gondolat, 1960, p. 114.

¹¹ KÖRMENDI, T.– Lukács. In *ESZTERGOMI érsekek 1001-2003*. [Archbishops of Esztergom]. Budapest: Szt. István Társ, 2003, p. 59.

¹² BEKE, M.– Jób. I. In *ESZTERGOMI érsekek*, p. 75.

¹³ *MONUMENTA Vaticana Hungariae*. Ser. I. Tom. 1. Budapest, 2000. (Reprint) 41-409.

¹⁴ Two bishoprics had two centres, the archbishopric of Bács-Kalocsa had cathedral chapters in Bács and Kalocsa, the bishopric of Szerém had them in Szerémvár and Bánmonostor (Kő).

¹⁵ Székesfehérvár, Óbuda, Pozsony, Vasvár, Titel, Arad, Szepes, Szeben. Apart from these there were other collegiate chapters founded by rulers, but these, e.g. Dömös, lost their importance by the 14th century.

¹⁶ E.g. In Esztergom apart from the cathedral chapter of the archbishopric three other smaller chapters functioned, in Pécs, however, apart from the cathedral chapter, we know of only one chapter. There were bishopric centres, e.g. Zágráb, Nyitra, Kalocsa, where there is no evidence of another chapter. Chapters functioning in the vicinity of cathedral chapters seem to have been organised from the turn of 12-13th centuries. They often joined the liturgy of the cathedral as processional churches, their members belonged to the lower clergy of the bishopric centre, but their provosts were members of the canons in the cathedral chapter. Enumeration of Hungarian chapters: MÁLYUSZ, E. – *Egyházi társadalom a középkori Magyarországon*. [Ecclesiastical Society in Medieval Hungary]. Budapest: Akad, 1971, p. 115-118.

¹⁷ MÁLYUSZ – *Egyházi társadalom*, p. 118-119.

¹⁸ In Pécs in 1306 among the 28 canons participating in the episcopal election there were only two, who had benefices in other cathedral chapters. KOSZTA, L. – Die Bischofswahl im Jahre 1306 in Fünfkirchen. In *IM GEDÄCHTNIS der Kirche neu erwachen: studien zur Geschichte des Christentums in Mittel- und Osteuropa: festgabe für Gabriel Adriányi zum 65. Geburtstag*. Hrsg. R. Haas. Köln: Böhlau, 2000, p. 469-470. Bonner Beiträge zur Kirchengeschichte Bd. 22. From the chapter of Pozsega functioning in the territory of Pécs bishopric we managed to find 50 canons between the beginning of the 13th century and 1351, among whom 9 had benefices in other chapters. Amassing benefices became frequent from the middle of the 14th century. KOSZTA, L. – A pozsegai káptalan tagjai a XIV. század közepéig [Members of Pozsega Chapter until the Middle of the 14th Century]. *Aetas*. 3-4 (1991) 46-51; Timót, chaplain of cardinal István Bánca,

representing the ecclesiastical middle class in Hungary meant in reality a rather thin layer of society. Chapters in Hungary as compared to their European counterparts were small and middle-sized ecclesiastical institutions¹⁹. In the largest chapters (Esztergom, Pécs cathedral chapters and the chapter of the coronation church in Székesfehérvár) there were 40 benefices, while in the smallest ones (the cathedral chapters of Nyitra and Kalocsa) there were 12 and 10 benefices, respectively²⁰.

Hungarian canons played an important role in contemporary society and the church during the 13th century. This century can rightfully be called the age of expansion for canons in Hungary. Those positions, opportunities and tasks, which would characterise this social layer until the beginning of the 16th century, evolved in the 13th century.

Disintegration of *vita communis* brought about the necessity to create independent canonical existences. The material preconditions of this had to be established. In the first half of the 13th century Hungarian canons attempted to strengthen their power and influence over the lower clergy. In these years in connection with several Hungarian chapters (Esztergom, Veszprém, Zágráb, Eger, Csanád, Erdély) we can find charters, which proclaim the poverty of canons²¹. Underlying these charters we do not necessarily need to assume serious indigence,

at the time of his candidatureship for bishop of Zágráb in 1262 had the following benefices: archdeaconry of Valkó (cathedral chapter of Pécs), canon of Zágráb (cathedral chapter of Zágráb), archdeaconry of Zala (cathedral chapter of Veszprém), and 4 chapels in the territory of Győr bishopric. His being able to gain many benefices is explained by the fact that the cardinal belonged to the retinue of the late archbishop of Esztergom. ALMÁSI, T.; KOSZTA, L. – Bánca István bíboros (1205 k.-1270) [Cardinal István Bánca (around 1205-1270)]. *Acta Universitatis Szegediensis de Attila József nominatae. Acta Historica* (Separate). Szeged. 1991, p. 16. About the canons of the cathedral chapter of Esztergom we have only an old, in many respects outdated collection: in the 13th century among 154 canons 11 had benefices in other chapters, and 16 had benefices elsewhere. So 7% of canons had benefices in other chapters in the 13th century. In the first half of the 14th century among 146 canons 46 had benefices in other chapters, their proportion is 31%, but 29 canons had other ecclesiastical benefices. KOLLÁNYI, F. – *Esztergomi kanonokok 1100-1900* [Esztergom Canons 1100-1900]. Esztergom, 1900, p. 3-58.

¹⁹ In Germany in the Middle Ages the largest cathedral chapter was in Cologne with 72 canon benefices, the smallest was in Meissen with 14 canon prebends. KALAUZA-BAUMRUKER, M. – *Das Schweriner Domkapitel*. Köln: Böhlau, 1987, p. 34. In Gniezno in Poland in the first half of the 14th century 33, after 1354 thirty canons lived. BINDER – *Das Domkapitel zu Gnesen*. Greifswald, 1912, p. 12-13. For the Spanish chapters see VINCKE, J. – Die *vita communis* des Klerus und das spanische Königtum im Mittelalter. *Spanische Forschungen*. 6 (1937) 49-50. e.g. in Barcelona there were 40 canons at the end of the 12th century, but in Vich thirty in 1229, in Seu d'Urgell 45 in 1134, 33 in 1243. Further examples: FEDELES, T. – *A pécsi székeskáptalan személyi összetétele a késő középkorban (1354-1526)* [Members of the Cathedral Chapter of Pécs in the Late Middle Ages]. Pécs: Pécs Története Alapítvány, 2005, p. 50-51.

²⁰ MÁLYUSZ – *Egyházi társadalom*, p. 115-118.

²¹ The first known reference to the canons' poverty is from Esztergom. In 1156 archbishop Martirius, with the king's consent, donates the tithes of 70 villages to his canons that are in need of dinner (*coena*). *MONUMENTA ecclesiae Strigoniensis*. Vol. 1. Ed. F. Knauz. Strigonii: Ae. Horák, 1874, p. 107-110. Charters about the need of canons survive in greater number from the beginning of the 13th century.

but they demonstrate the growing consciousness and efforts of a new, educated ecclesiastical class²². Referring to their poor living conditions canons attempt to link altar benefices to their prebends, which had been forbidden by the 4th synod of Lateran. Their bishops supported these attempts. These initiatives turned out to be successful, as the popes – in breach of the synod decree – consented to join altar benefices – which had belonged to the lower clergy before – to their prebends, while bishops donated tithes and other types of wealth to the cathedral chapters²³. In the middle of the 13th century chapter canons got a constantly growing part of tithe incomes of parish priests. In this period in several Hungarian bishoprics (e.g. Győr and Veszprém) we have positive evidence concerning legal proceedings between parish priests and canons over the fourth or sixth part of tithe. Canons in all these cases were supported by their bishops and – from the 1250's – by the Hungarian kings as well²⁴.

Important legal and social consequences were brought about by the fact that in the first half of the 13th century archdeacons living beside their churches in the country moved into cathedral chapters²⁵. Archdeacons not only grew the number of canons, but chapters gained influence over the lower level of ecclesiastical jurisdiction as well as the right to supervise village parishes. In this way the chapter gained jurisdiction over parish priests by the middle of the 13th century.

In the first half of the 13th century, with the support of bishops and kings, canons became richer at the loss of village ministering priests. This phenomenon was the cause of the poverty of village parish priest, which can be observed throughout the Middle Ages, which also meant that they had no chance to educate themselves, to visit far away schools, to patronise art. Their situation hardly changed until the end of medieval times²⁶. A considerable part of the

²² The changing mentality of canons is reflected by the high standard epigraph of an Esztergom burial-stone from the beginning of the 13th century, which is perhaps our first canon grave. TAKÁCS, I. – Esztergomi sírkőtöredékek a 13. századból [Sepulchre Fragments in Esztergom from the 13th Century]. *Ars Hungarica*. (1988) 121-132.

²³ BALICS, L. – *A római katolikus egyház története Magyarországon* [The History of the Roman Catholic Church in Hungary]. 2/2. Budapest, 1890, p. 39-43; BÉKEFI R. – *A káptalani iskolák története Magyarországon 1540-ig* [The History of Chapter Schools in Hungary until 1540]. Budapest: M. T. Akad, 1910, p. 20-33; HERMANN, E. – *A katolikus egyház története Magyarországon 1914-ig* [The History of the Catholic Church in Hungary until 1914]. München: Adriányi, 1973, p. 71.

²⁴ JANKOVICH, M. – Buda-környék plébániáinak középkori kialakulása és a királyi kápolnák intézménye [The Medieval Evolution of Parsonages around Buda and the Institution of the Royal Chapel]. *Budapest Régiségei*. 19 (1959) 59-60; SZÚCS, J. – A kereszténység belső politikuma. IV. Béla és az egyház [The Inner Politics of Christianity. King Béla IV and the Church]. *Történelmi Szemle*. 21 (1978) 176-177; SZÚCS, J. – *Az utolsó Árpádok* [The Last of the Árpáds]. Budapest, 1993, p. 94.

²⁵ KRISTÓ, Gy – *A vármegyék kialakulása Magyarországon* [The Evolution of Counties in Hungary]. Budapest: Magvető, 1988, p. 218-512.

²⁶ MÁLYUSZ – *Egyházi társadalom*, p. 137-140.

incomes of village churches landed in the centre of bishoprics, in the hand of bishops and chapter canons. Country priests who became poorer and poorer paid the price of the economic growth of canons. In this way the incomes of Hungarian secular church system in the middle of the 13th century concentrated in the centres of bishoprics. These revenues provided members of the ecclesiastical system dwelling in these centres opportunities to live a more cultured way of life, to have access to education and to patronise artistic activity. This is well reflected by the architecture of bishopric centres. In the vicinity of cathedrals chapter streets came into being consisting of *curiae* of canons.

By the middle of the 13th century the social status and influence of canons became noticeably stronger. Members of this social layer also realised this. In this period even a strong community consciousness can be observed within their ranks. One sign of this phenomenon is the transformation of the seals of chapters. Hungarian chapters have their own seals from the beginning of the 13th century. In the middle of the same century, nearly all the chapters exchanged their one or two decade old seal for a larger and more decorated one, which would be used until the end of the Middle Ages²⁷. The process of gaining self-consciousness was further promoted by the fact that some members of the society of canons could afford studies abroad. In the first half of the 13th century they attended predominantly French schools²⁸, while from the middle of the century they mainly visited the universities of Bologna and Padua²⁹. King Béla IV consciously supported this process. From the middle of the century the king's diplomats were mainly canons and not bishops³⁰.

²⁷ KOSZTA, L. – A pécsi székeskáptalan hiteleshelyi pecséthasználata a 14. század közepéig [The *locus credibilis* Use of Seal in the Cathedral Chapter of Pécs]. In: *Levéltári Közlemények*. 67 (1996) 51-60; the catalogue of chapter seals: TAKÁCS, I. – *A magyarországi káptalanok és konventek középkori pecsétjei* [The Medieval Seals of Hungarian Chapters and Convents]. Budapest: MTA Művtört. Kut. Int., 1992.

²⁸ HAJNAL, I. – *Írástörténet az írásbeliség felújítása korából* [History of Writing from the Period of Renewal of Written Culture]. Budapest, 1921, p. 97; HAJNAL, I. – *L'enseignement de l'écriture aux universités médiévales*. Budapest, 1959, p. 192; HAJNAL I. – *Az Árpád-kori oklevélíráások és a francia egyetemek* [Writing of Charters of the Árpád Era and the French Universities]. In: HAJNAL I. – *Technika, művelődés* [Technology, Culture]. Budapest: História: MTA Törttud. Int., 1993, p. 3-13; SZILÁGYI L. – *Összehasonlító írástörténet* [Comparative History of Writing]. Századok. (1943) 236.

²⁹ The enumeration of Hungarian students in Italy: VERESS E. – *Olasz egyetemeken járt magyarországi tanulók anyakönyvei és iratai 1221-1864* [Registers and Documents of Hungarian Students in Italian Universities 1221-1864]. Budapest, 1941. He estimates the number of Hungarian – mostly canon – students in Italy in the 13th century to be over 80. The importance of university studies in Italy from the viewpoint of Hungarian legal culture: BÓNIS Gy. – *A jogtudó értelmiség a Mohács előtti Magyarországon* [The Legal Intelligentsia in Hungary before Mohács]. Budapest: Akad. Kiadó, 1971, p. 18-29; SZÉKELY, Gy. – *Magyar tanárok és hallgatók az európai egyetemeken az Árpád-korban* [Hungarian Teachers and Students at European Universities in the Árpád Era]. *Levéltári Szemle*. (1993) 3-13; the example of Orbász, provost of Pozsega KOSZTA – *A Pozsegai káptalan*, p. 46-47.

³⁰ SZÜCS – *Az utolsó Árpádok*, p. 92-93.

On the basis of material growth and gaining consciousness Hungarian canons attempted to further their influence to the detriment of bishops. In the second half of the 13th century in nearly all centres of bishoprics there are blatant clashes between bishops and cathedral chapters. In the first half of the century canons gained the right of consensus in the matters of their respective bishoprics and at that time they still enjoyed the support of bishops³¹. The harmonic cooperation of bishops and canons, however, changed in the middle of the 1250's³². Clashes broke out in most of the cases over election of bishops. Though formally canons possessed the right to elect bishops from the turn of the 12-13th centuries, in this respect the king played a decisive role. Until the end of the 13th century Hungarian bishops were appointed from the ranks of the king's court priests³³. In the second half of the century cathedral chapters – instead of their formal rights – intended to actually exert their right in the election of bishops. In these years we often experience double elections³⁴, and in lack of agreement bishoprics which were vacant for years. Sometimes they even went against the king's will and supported their own candidate. Making use of the situation at the end of the 13th century, when royal power severely declined, and at the turn of the 13-14th centuries during the *interregnum* they managed to achieve some success in this respect. This is the period, when on certain occasions the prelate did not come from outside, but the local cathedral chapter elected the new bishop from its own ranks³⁵. From the second decade of the 14th century, however, royal power was strengthened again and in the election of new bishops it was the king's will, which settled the matter. With this, after some decades of uncertainty things in Hungary returned to the normal in this respect. Appointment of bishops is the king's privilege; the consent of the chapter is only formal, not representing actual influence in the issue. The importance of Hungarian chapters was limited by the fact that they could not, in effect, influence the election of bishops. The canons and the chapter itself could not

³¹ E.g. for the relation of Bertalan, bishop of Pécs and the cathedral chapter: KOSZTA, L. – Un prélat français de Hongrie: Bertalan évêque de Pécs (1219-1251). *Cahiers d'études hongroises*. (1996) 80-83.

³² E.g. in Pécs by the end of the 1250's the harmonic relation of the bishop and the cathedral chapter broke up. The cathedral chapter even denounced bishop Jób (1252-1281) to the pope. The dispute did not calm down even after the bishop's death and the bishop's position was not filled in for nearly one and a half decade. For the dispute of the bishop and the chapter a few charters: THEINER, A. – *Vetera monumenta historica Hungariae sacram illustrantia*. Vol. 1. Romae, 1859, p. 277 and 288-291; FEJÉR, G. – *Codex diplomaticus Hungariae ecclesiasticus ac civilis*. Vol. 4/3. Buda: Typ. Universitatis, 1829, p. 163-173.

³³ SZÜCS – *Az utolsó Árpádok*, p. 90-92.; KOSZTA – *Die Bischofswahl*, p. 466-467.

³⁴ For the disputes over filling in the position of the archbishop of Esztergom at the 13th century: ESZTERGOMI *érsekek 1001-2003*, p. 121-127.

³⁵ In the bishopric of Pécs between 1009 and 1400 there were only three occasions (1306, 1307, 1315), when the chapter elected their own candidate instead that of the king's. KOSZTA – *Die Bischofswahl*, p. 467-474; TÍMÁR, Gy – Pécs egyházi társadalma Károly Róbert korában [The Ecclesiastical Society of Pécs in the Time of Charles Robert]. *Baranyai Helytörténetírás*. (1981) 19-32.

exert its power against the will of bishops, so chapters remained insignificant as compared to the prelates. This makes it understandable, that the bishop-election decrees³⁶, which appear in Western Europe from the beginning of the 13th century, are unknown in Hungary. East of the imaginary line between Salzburg³⁷, Passau³⁸, Wrocław³⁹ canons were unable to set written, contractual conditions for bishop election⁴⁰. Due to the loss of the actual right of election, cathedral chapters did not seem to be significant institutions in the eyes of the aristocracy. They could not exert actual influence over election of prelates through these bodies. That is why we do not know about any examples of an aristocrat establishing a prebend, which would have been occupied by clerical members of his family.

The limited power of Hungarian cathedral chapters and ecclesiastical middle class in relation to that of bishops can also be seen in the field of jurisdiction. In Hungary we cannot experience any conflicts, clashes of competence between prelates and archdeacons in the field of jurisdiction. Vicar jurisdiction in the name of bishops did not evolve as opposed to that of archdeacons, but they cooperated in this field. Without exception, archdeacons and canons decided over legal matters in the name of bishops. The chapter was unable to limit the jurisdiction of the prelate⁴¹. The relation of bishops and the chapter is characterised by the fact that in Hungary bishops did not have to establish an independent chapel in order to keep the chapter at bay⁴². There are scanty sources about chaplains of bishops, which clearly shows the insignificance of this institution in Hungary. Further research will have to decide whether the bishop's chapel as an institution of clerics in direct relation with the bishops evolved at

³⁶ The first was issued by the cathedral chapter of Verdun, but at the beginning of the 13th century there were several known cases in Western Europe, e.g. in Hildesheim such charters were issued since 1216. BECKER, H. J. – Dom- und Stiftskapitel. *Lexikon des Mittelalters*. V. 938-939.

³⁷ Election decrees in Salzburg appeared much later, than in other German cathedral chapters. The first was issued in 1427. This phenomenon must have been in connection with the fact that here canons followed the Augustine regulation until the beginning of the 16th century. *GESCHICHTE Salzburg*. 1/1-2. Hrsg. H. Dopsch. Salzburg, 1981-1983, p. 1006.

³⁸ In Passau the first election decree was issued in 1342, OSWALD, J. – *Das alte Passauer Domkapitel*. München, 1933, p. 98-100, 110-116, 120-121, and 145.

³⁹ In Wrocław it was demanded from the bishop to be elected first in 1447. *GESCHICHTE Schlesien*. Vol. 1. Hrsg. v. L. Petry, J. Menzel and W. Irgang. 5th ed. Sigmaringen, 1988, p. 308.

⁴⁰ In the cathedral chapter of Gniezno in Poland we do not know of a similar decree ever issued. BINDER – *Das Domkapitel zu Gnesen*, p. 75-76.

⁴¹ Gy BÓNIS. – Die Entwicklung der geistlichen Gerichtsbarkeit in Ungarn vor 1526. *Zeitschrift der Savigny-Stiftung für Rechtsgeschichte Kanonistische Abteilung*. 49 (1963) 202-206; ERDŐ P. – A középkori officális bíraskodás intézményei Kelet-Közép-Európában [The Institutions of Medieval *Officialis* Jurisdiction in East-Central Europe]. In: ERDŐ P. – *Egyházjog a középkori Magyarországon* [Ecclesiastical Law in Medieval Hungary]. Budapest: Osiris, 2001, p. 119-124.

⁴² For bishop chapels in Western Europe: HAIDER, S. – *Das bischöfliche Kapellanat*. Vol. 1: *Von Anfänge bis in das 13. Jahrhundert*. Wien; Köln: Böhlau, 1977.

all, or not⁴³. From the charters issued at the turn of the 13-14th century we begin to learn about bishops' emanating charters as a rule and the appearance of protonotaries and chancellors of bishops⁴⁴. Not even the leaders of chapters, the provosts did have as much prestige as the bishops⁴⁵. The position of provosts in Hungary is well exemplified by the fact that while in Germany provosts and deans used the form '*dei gratia*' in the *intitulatio* of their charters, so they originated their post from God, in Hungary the form '*dei gratia*' is exclusively used by bishops, only the leader of the royal cathedral chapter connected to the coronation church in Székesfehérvár seems to have used it rarely⁴⁶. It was obvious for them that their posts did not originate directly from God, but from the respective bishop.

In Western Europe the institution of royal canons can be observed in several cases. The tradition of the king to become an honorary canon in the more important chapters evolved in the German territories, perhaps as early as the turn of the first millennium. As the ruler formally entered the ranks of canons he emphasised their authority, enhanced the prestige of chapters and through royal donations it brought about material growth as well⁴⁷. The institution of royal

⁴³ About the chaplains of bishops mention was made in a synod's decree at the turn of the 11-12th centuries. ZÁVODSZKY, L. – *A Szent István, Szent László és Kálmán korabeli törvények és zsinati határozatok forrásai* [The Sources of Laws and Synod Decrees Originating from the Times of Kings Saint Stephen, Saint Ladislaus and Coloman]. Budapest: Stephaneum Ny., 1904, p. 184. (Colomanni regis decretorum liber primus, cap. V.)

⁴⁴ E.g. the chancellor of Lodomé, archbishop of Esztergom, was Domonkos, provost of Vác, Esztergom canon, then provost András. BEKE, M. – Monoszló nembeli Lodomér [Lodomér of Monoszló Clan]. In *Esztergomi érsekek, 1000-2003*. [Archbishops of Esztergom 1000-2003]. Ed. M. Beke. Budapest: Szt. István Társ, 2003, 132; Puer dictus Theophil, lector of Pozsega, was the protonotary of Mihály, bishop of Zágráb I the first years of the 14th century. The strength of the personal relation is illustrated by the fact that after Mihály had been elected archbishop of Esztergom, he took Theophil with him and appointed him provost of Esztergom. KOSZTA – A Pozsegai káptalan, p. 47; the chancellor of Tamás, archbishop of Esztergom was Henrik, provost of Vác. *ANJOU-KORI Oklevéltár* [Documents of the Angevin Era] 3. Ed. Gy. Kristó. Szeged: [JATE], 1994, p. 92 (189).

⁴⁵ In the second half of the 12th century the provosts of great royal chapters seems to have participated in the work of the royal council. KOSZTA, L. – *Adalékok az esztergomi és kalocsai érsekség viszonyához a 13. század elejéig* [Contributions to the Relation of the Archbishoprics of Esztergom and Kalocsa until the Beginning of the 13th Century]. In *Kalocsa történetéből* [On the History of Kalocsa]. Ed. L. Koszta. Kalocsa: Önkormányzat, 2000, p. 44. (footnote 75.) In 1156 MES, vol. 1, p. 107; in 1169 *CODEX diplomaticus et epistolaris Slovaciae*. Vol 1: 805-1235. Ed. R. Marsina. Bratislava: Academia Scientiarum Slovaca, 1971, p. 88. However, in the 13th century we can take it for sure for only the vice-chancellor, who was in most of the cases the provost of Székesfehérvár. FEJÉRPATAKY, L. – *A királyi kancellária az Árpádok korában*. [The Royal Chancellery in the Árpád Era]. Budapest, 1885, p. 92-146.

⁴⁶ On one single occasion in 1278 Muthmer, provost of Szepes used a similar formula: 'Nos magister Mothmerius divina miseratione prepositus de scypus ...' *HAZAI okmánytár* [Codex diplomaticus patrius]. Vol. 6. Budapest: Franklin, 1891, p. 237.

⁴⁷ KLEWITZ, H.-W – *Königtum, Hofkapelle und Domkapitel im 10. und 11. Jahrhundert*. Darmstadt: Wissenschaftl. Buchgesellschaft, 1960, p. 41-46; FLECKENSTEIN, J. – Rex canonicus. In *FESTSCHRIFT Percy Ernst Schramm*. Hrsg. P. Classen. Vol. 1. Wiesbaden: Steiner, 1964, p. 57-71. (He originates it from

canons in Hungary appears quite late, at the end of the 14th century in the visitation protocol of Esztergom cathedral chapter for the first (and last) time. According to the information dating from 1397, the king and the queen were canons in Esztergom, of course without prebends, and in this way the chapter had 41 members⁴⁸. The institution of royal canons had probably earlier (11-13th century) roots. Until the end of the 12th century Esztergom was the seat of rulers, it is quite possible that rulers did not become members of the chapter after they had given up their residence there. Besides Esztergom, rulers may have also been members of the chapter connected to the coronation church of Székesfehérvár, which also served as the burial place of many rulers and was responsible for preserving the royal regalia⁴⁹. However, it is thought provoking why the institution of royal canons did not appear in sources at all. This clearly shows that it was not as significant in the relation of the ruler and the church, or in royal representation as it was in Germany. The institution was fairly unknown in Hungary; therefore it did not enhance the social prestige of canons.

Further analysis is required into the relation of ruler and Hungarian cathedral canons. The rulers did not seem to have relied on cathedral chapters – the exception being Esztergom – apart from *locus credibilis* commissions. Naturally some royal chaplains can be documented in cathedral chapters, predominantly in Esztergom. Rulers kept close relations mainly with so-called royal provostships, which were under direct royal patronage. Clerics belonging to the royal chapel, chancellery and *familia* had canon prebends predominantly in these provostships in the 12-13th centuries. This obviously means that kind of, or similar phenomenon, which the German rulers introduced in Germany under the name of *preces primariae* was unknown in Hungary⁵⁰.

The medieval status, social influence of Hungarian canons evolved by the beginning of the 14th century. They acquired those positions by then, which did not significantly change until the beginning of the 16th century. Their economic situation became stable and their opportunities were similar to that of the lesser

Otto III); GROTEN, M. – Von der Gebetsverbrüderung zum Königskanonikat. *Historisches Jahrbuch*. (1983) 1-34. He supposes a praying community-like relation between the chapters and the ruler in the 11th century, according to him the institution of royal canon came into being in the 12th century. BORGOLTE, M. – Über Typologie und Chronologie des Königskanonikats im europäischen Mittelalter. *Deutsches Archiv*. (1991) 19-43.

⁴⁸ Visitatio capituli E. M. Strigoniensis anno 1397. Ed. F. Kollányi. In *Történelmi Tár*. Új Folyam, 1901, p. 99.

⁴⁹ This is further supported by the fact that the Székesfehérvár chapter was founded following the example of the palace chapter of Aachen. DEÉR, J. – Aachen und Herrschersitze der Arpaden. *Mitteilungen des Instituts für Österreichische Geschichtsforschung*. (1971) 1-56.

⁵⁰ OFFERGELD, P. – Das Kapitel des Aachener Marienstift im Mittelalter. *Zeitschrift des Aachener Geschichtsverein*. (1985) 98; OFFERGELD, P. – Erste Bitten (Preces Primariae) deutscher Kaiser und Könige um Benefizien des Aachener Marienstifts. *Zeitschrift des Aachener Geschichtsverein*. (1986) 39-86.

nobility⁵¹. This provided chances to patronise artistic activity, to buy books⁵² and with some sort support they could even afford to study at a foreign university⁵³. As regards to the Middle Ages, one-fifth of the members of the Esztergom cathedral chapter can be documented as having studied in higher education. Between 1183 and 1543 there were 690 known members of the chapter, among whom we have evidence about 136 canons to have gone to university. In the 13th century 16, in the 14th century 32 canons were university students⁵⁴.

As I have already mentioned, the number of canon prebends was few in medieval Hungary. In spite of this there is no intense rivalry for canon prebends. There is only on one occasion evidence of a waiting list, “queuing up”, or donations of still occupied prebends in advance⁵⁵. There is no hierarchy of simple canon prebends, either, unlike in Germany⁵⁶. Neither the aristocracy, nor the lesser nobility made efforts to exclusively occupy chapters. In Hungary there are no closed chapters reserved for clergymen coming from one specified layer of

⁵¹ MÁLYUSZ – *Egyházi társadalom*, p. 85-96; TÍMÁR – Pécs egyházi társadalma, p. 33-47.

⁵² Many of the canons, who had studied at a foreign university in the second half of the 13th century, had considerable private libraries. For this: CSAPODI, Cs. – *Magyar könyvtártörténet* [Hungarian Library History]. Budapest, 1987, p. 25-27; two surviving provosts’ wills from the 1270’s contain detailed book lists. The will of provost Muthmer dating from 1273 mentions 8 volumes. MES, vol. 2, p. 27-28. The library of László, provost of Esztergom dating from 1277 may compete with that of professors of law in Bologna, most of the 18 volumes are up-to-date legal works. MES, vol. 2, p. 71-73 ; IVÁNKA, E. – László mester esztergomi prépost könyvtára [The Library of Magister László, Provost of Esztergom]. *Theológia*. (1937) 216-226; MÁLYUSZ – *Egyházi társadalom*, p. 308-335.

⁵³ It was a common practice that bishop uncles acquired canon benefices for their nephews, and they supported some way or another their relatives’ studies abroad. István Bánca, archbishop of Esztergom, later cardinal had four of his nephews in Bologna and Padua. ALMÁSI; KOSZTA – Bánca István, p. 15-16, KOSZTA – A Pozsegai káptalan, p. 46-47; Lodomér, archbishop of Esztergom obtained canon benefice in Esztergom for his nephew, Tamás, and supported his studies in Padua. Tamás later became provost, then archbishop of Esztergom. KOLLÁNYI – *Esztergomi kanonokok*, p. 24-26.

⁵⁴ KÖRMENDY, K. – *Litterátusok, magiszterek, doktorok az esztergomi káptalanban* [Litterates, Magisters, Doctors at the Chapter of Esztergom]. In: *Művelődéstörténeti tanulmányok a magyar középkorról* [Studies on Medieval Hungarian Cultural History]. Ed. E. Fügedi. Budapest, 1986, p. 176-201; KÖRMENDY K. – La formation universitaire des chanoines cathédraux d’Esztergom aux XIV^e et XV^e siècle. In *Formation intellectuelle et culture du clergé dans les territoires angevins: milieu du XIII^e-fin du XV^e siècle*. Dir. M.-M. de Cevins et J.-M. Matz. Rome: École française de Rome, 2005, p. 79-87.

⁵⁵ In 1302 the young Miklós, son of Jakab, burgher of Pozsony, was received as canon of the royal chapter of Pozsony, but he was given prebend, stall, therefore position in the chapter only after the fifth vacancy. *ANJOU-KORI Oklevéltár*, vol. 1, p. 108 (156 and 157) This unusual phenomenon may have been in connection the young age of Miklós and not with queuing up for a canon’s position.

⁵⁶ Canons having a dignity naturally had a higher income, but there was no difference between simple canon prebends. TÍMÁR – Pécs egyházi társadalma, p. 33-47. In Hungary there is no evidence of larger or smaller prebends, or child prebends as is the case in German chapters. KALAUZA – *Das Schweriner Domkapitel*, p. 27-38; SCHRÖER, A. – Das Münsterer Domkapitel im ausgehenden Mittelalter. In: *Monasterium: festschrift zum siebenhundertjährigen Weihegedächtnis des Paulus-Domes zu Münster*. Hrsg. A. Schröer. Münster, 1964. 471-472 and 496-497.

society⁵⁷. This is not exclusively explained by the lack of prestige of cathedral chapters, but by the order of inheritance. In Hungary not only the first-born, but also all male offspring of a family inherited equally the father's wealth. Therefore, younger male members of a family did not feel compelled to choose career in church. Hungarian lesser nobility did not need as many ecclesiastical prebends as in Western Europe. That is why they did not establish canon prebends for themselves in cathedral chapters, and they did not attempt to reserve the existing prebends either. Another factor may have been that provosts of chapters – with the exception of the provost of the royal cathedral chapter in Székesfehérvár – did not possess significant social and political influence. Therefore canon positions in cathedral chapters were also available for the lesser nobility, burghers, peasants, and especially for town-dwellers of smaller, agricultural settlements⁵⁸. Neither were canon prebends reserved for Hungarians only. The fact that the educated ecclesiastical *elite*, the members of which could have been regarded as possible candidates for prebends was limited in numbers can partly be explained by the lack of a permanent university⁵⁹. Members of the papal administration also found an easy access to canon prebends in Hungary. The first measures against foreigners to occupy prebends were taken only at the end of the 14th century, but they were not enforced consistently even in the 15th century⁶⁰.

Therefore, a canon career meant a certain social rise for clergymen coming from the lesser nobility or peasantry. Because of this openness Hungarian canons originated from different cultural backgrounds, so they could easily find contacts with local society. Due to their lack of political influence – as we have seen – cathedral chapter canons did not play any role in grand politics. The scene of their activity remained in the bishopric and institutions of local secular society.

⁵⁷ German examples of socially closed chapters: KISKY, W. – *Die Domkapitel der geistlichen Kurfürsten in ihrer person lichen Zusammensetzung im 14. und 15. Jahrhundert*. Weimar, 1906; SCHULTE, A. – *Der Adel und die deutsche Kirche im Mittelalter*. 2nd ed. Stuttgart, 1922.

⁵⁸ As to the social origin of members of Hungarian chapters we can get an exact picture only from the middle of the 14th century. KÖBLÖS J. – *Egyházi középréteg Mátyás és a Jagellók korában* [Ecclesiastical Middle Class in the Time of King Mátyás and the Jagellos]. Budapest: MTA Törttud. Int., 1994, p. 23-65; FEDELES – *Pécsi káptalan*, p. 87-95. In the 13th century we have only fragments of evidence about the origins of canons, but it is certain that members of lower classes could get into cathedral chapters. Timót, in spite of his origin from the serfs' class could become a member in the cathedral chapters of Zágráb, Pécs and Veszprém, even became an archdeacon, and thanks to the mediation of cardinal István Báncsa he became bishop of Zágráb against the protests of King Béla IV. SZÜCS – *Az utolsó Árpádok*, p. 100.

⁵⁹ The first university in Hungary was established in Pécs based on the chapter school. The university functioned for only a short period, and later attempts at establishing universities were unsuccessful. GABRIEL, A. – *The Medieval Universities of Pécs and Pozsony*. Indiana: University of Notre Dame, 1967; PETROVICS, I. – *A Zózeproni pécsi eggetem ás alapítója* [The University of Pécs in the Middle Ages]. *Actas*, 20 (2005) 29-40.

⁶⁰ MÁLYUSZ, E. – *Das Konstanzer Konzil und das königliche Patronatsrecht in Ungarn*. Budapest: Akad. Kiadó, 1959, p. 54-74.

Simultaneously with the rise of the cathedral chapters at the beginning of the 13th century, and in many respects in accordance with it, deep-going changes can be observed in the use of written records in Hungary. The use of writing appeared in many different fields of life, and in a few decades the number of issued charters multiplied. Special institutions of written culture in Hungary came into being called “*locus credibilis*”. Their function can partly be compared to that of the notary’s offices in Western Europe. Benedictine, Premonstrant and Johannite monasteries predominantly performed these duties⁶¹. From the beginning of the 13th century – with the exception of royal written culture and legal transactions between burghers – *loca credibilia* issued charters. Among them the busiest were the cathedral chapters⁶², which became the centres of local written culture⁶³. This task profoundly transformed the role and culture of canons, as well as the organisation of chapters⁶⁴. Besides fulfilling ecclesiastical functions – and often at the cost of them – activity in the interest of secular society came into the forefront⁶⁵. Canons sometimes spent long weeks away from their seats because they were occupied by fulfilment of royal or baronial commissions⁶⁶. They set down in writing different secular legal transactions (cases of sale and purchase, pledge, loan, staking out estate boundaries, etc). Besides keeping their own documents they also undertook preservation of charters of local nobility. Activity in connection with “*locus credibilis*” did not only promote written culture of canons, but meant a step towards the application of secular law. Practice of theology was totally relegated to the background; study of canon law also became secondary. Canons who had got

⁶¹ ECKHART, F. – *Die glaubwürdigen Orte Ungarns im Mittelalter*. Innsbruck, 1914; BÓNIS, Gy. – Les auctorités de “foi publique” et les archives des “loci credibiles” en Hongrie. *Archivum* (1962) 97-104; BORSA, I. – Zur Beurkundstätigkeit der glaubwürdigen Orte in Ungarn: forschungen über Siebenbüрге und seine Nachbarn. Vol. 2. Hrsg. K. Benda, T. Bogyay and H. Glassl. München, 1988. 143-147.

⁶² VARGA Á. – A váradi kápt. hiteleshelyi működése [The *locus credibilis* Function of the Chapter of Várad]. In: Múvelődéstörténeti tanulmányok [Studies on Cultural History]. Ed. E. Csetri and Zs. Jakó. Bukarest, 1980. 20-35; KOVÁCS, P. – Az egeri káptalan hiteleshelyi és oklevéladó tevékenysége az Árpád-korban [The *locus credibilis* and Charter Issuing Activity of the Chapter of Eger in the Árpád Era]. *Archivum*. (1990) 5-43; KOSZTA, L. – A pécsi székeskáptalan hiteleshelyi tevékenysége [The *locus credibilis* Activity of the Cathedral Chapter of Pécs]. Pécs: Pécs Története Alapítvány, 1998. VEKOV, K.: *Locul de aderire din Alba-Iulia (secolele XIII-XVI)*. Cluj-Napoca, 2003.

⁶³ There were several *locus credibilis* in a bishopric, but the cathedral chapter was the busiest of them all. KOSZTA – *A pécsi székeskáptalan hiteleshely*, p. 40-44.

⁶⁴ At the beginning of the 13th century in Hungarian chapters the lector became the second dignity after the provost. There were two reasons for this rise in hierarchy. He took over the supervision of issuing charters in the chapter, and his rise in status may have been in connection with the growing importance of chapter schools. Koszta: *A pécsi székeskáptalan hiteleshely* 97-100.

⁶⁵ They regularly received customers and issued documents on festive days like Sundays, Easter or Pentecost. KOSZTA – *A pécsi székeskáptalan hiteleshely*, p. 103-105. E.g. in 1258 Cel, son of Cel had to redeem his possession from pledge. MES, vol. 1, p. 450-451.

⁶⁶ KOSZTA – *A pécsi székeskáptalan hiteleshely*, p. 105-112.

their reputation through their ability to write, being reliable at work and well-versed in local law did not confine themselves to putting down legal transactions to writing, but after some time they began to actively take part in settling disputes as arbiters. On a local level they could be regarded as taking part in organising society. In this way cathedral chapters were not only centres of ecclesiastical administration, but that of secular matters as well⁶⁷. However, canons mostly had their liturgical tasks done by paid substitutes⁶⁸.

Activity in connection with “*locus credibilis*” profoundly transformed this social layer. Canons acquired a considerable extra income by issuing charters. More important was the fact that their culture became practical and turned towards secular society. Cathedral canons established a wide-range of contacts with all levels of local society. Many of them were personally known in far away settlements of their bishopric. They became an extremely open social layer, which could easily adapt to the needs of local society. They did not shut themselves up with their culture and education to seats of bishoprics; instead they made use of their competence in the interests of secular society. In this way they constituted a strong intermediate part between elite culture based on written culture and popular culture represented by verballity. They also played a role in the fact that in Hungary – due to other reasons of social and cultural history as well – no dual culture evolved in the Middle Ages⁶⁹. No clear distinction can be drawn between elite and popular culture. By the middle of the 14th century canons in Hungary became profoundly laicised in their culture and function. Retaining their ecclesiastical status, in many respects they became a group, which performed the tasks of the future secular intellectuals⁷⁰.

⁶⁷ KOSZTA, L. – Püspöki székhely és városfejlődés [Bishopric Seat and Town Development]. In: Kelet és Nyugat között. Történeti Tanulmányok Kristó Gyula tiszteletére [Between East and West. Historical Studies in Honour of Gyula Kristó]. Ed. L. Koszta. Szeged: Szegedi Középkorász Műhely, 1995, p. 241-257.

⁶⁸ Cathedral lower clergy (*sacerdos chori, prebendarius*) responsible for the substitution of canons can be documented from the middle of the 13th century in Hungarian cathedral chapters. KOSZTA, L. – Adalékok a székesegyházi alsópapság XIII-XIV. századi történetéhez [Contributions to the 13-14th Century History of Cathedral Lower Clergy]. *Acta Universitatis Szegediensis de Attila József nominatae. Acta Historica*. Szeged. 86 (1988) 15-25.

⁶⁹ The concept of dual culture evolved on the basis of study into Western European medieval culture, it cannot be applied to Eastern European and Hungarian history. MAKKAI, L.; KLANICZAY, G. – Anyagi kultúra, szokásrend, mentalitások [Material Culture, Order of Tradition, Mentalities]. *Történelmi Szemle*. (1981) 271-272.

⁷⁰ JAKÓ, Zs. – *Írás, könyv, értelmiség* [Writing, Book, Intelligentsia]. Bukarest: Kriterion, 1977, p. 10-36.



**PROSOPOGRAFIA DOS MEMBROS DO CABIDO CATEDRALÍCIO
DE CÓRDOBA NA IDADE MÉDIA (1238-1450):
CONTRIBUTOS PARA A HISTÓRIA SOCIAL E CULTURAL**

ILUMINADO SANZ SANCHO

Este trabalho de investigação utilizou uma metodologia própria, com a finalidade de complementar o estudo da Igreja de Córdoba na Idade Média, aplicando-a ao grupo clerical composto pelos membros do cabido catedralício. De um ponto de vista quantitativo, a amostra incluiu 403 indivíduos, o que representa cerca de 90% do conjunto dos membros do cabido entre 1238 e 1450. Este número foi estabelecido a partir de diversos documentos, inéditos e publicados. Para além dos dados recolhidos, este estudo enfatiza a sua relevância social e cultural. Quanto à sua origem social, apresenta-se, de modo sintético, a estratificação capitular, assim como a sua relação com os estratos socio-económicos superiores e médios da Córdoba medieval. Relativamente à preparação cultural de muitos destes cónegos, os correspondentes dados conhecidos são apresentados comparando-os com a de outros cabidos catedralícios castelhanos medievais, estudados por outros autores.

**PROSOPOGRAPHY OF CORDOBA CATHEDRAL CHAPTER MEMBERS
IN THE MIDDLE AGES (1238-1450):
CONTRIBUTIONS TO SOCIAL AND CULTURAL HISTORY**

ILUMINADO SANZ SANCHO

This research project developed its own methodology to complement studies on the Church of Cordoba in the Middle Ages, and applied it to the clerical group of the elements of the cathedral chapter. From a quantitative perspective, the survey managed to cover 403 subjects representing over 90% of the overall cathedral chapter membership between 1238 and 1450. This level was achieved by recourse to a variety of both published and unpublished sources. In addition to all the data collected, this paper emphasises its social and historical relevance. In social terms, the chapter's stratification is summarised as is its relationship with the upper and medium socio-economic social strata of medieval Cordoba. Regarding the cultural preparation of many of these canons, the corresponding data is set out along with comparisons from other studies of medieval Castilian cathedral chapters.

PROSOPOGRAFÍA DE LOS COMPONENTES DEL CABILDO
CATEDRALICIO DE LA CATEDRAL DE CÓRDOBA
EN LA EDAD MEDIA (1238-1450):
APORTACIONES A LA HISTORIA SOCIAL Y CULTURAL

ILUMINADO SANZ SANCHO*

Cuando en la década de 1980 nos pusimos a estudiar el Cabildo Catedralicio de Córdoba en la Edad Media, en España contábamos con estudios espléndidos de algunos cabildos catedralicios sólo como instituciones eclesiásticas, lo cual reducía su conocimiento histórico al ámbito del Derecho Canónico fundamentalmente. Por lo demás, las fuentes de esta historiografía ya estaban bien tipificadas y se componían mayoritariamente de disposiciones pontificias varias: constituciones, sentencias, disposiciones sobre asuntos concretos, etc. También se componían de ordenamientos y constituciones episcopales de diversa índole y alcance y, finalmente, de los estatutos y ordenanzas establecidos por los mismos cabildos catedralicios y aprobados tácita o expresamente por el obispo, por el arzobispo de la provincia eclesiástica correspondiente, por el legado papal o por la curia pontificia. Esta masa ordenancista puede encontrarse recopilada en uno o en varios manuscritos sancionados por la autoridad episcopal, generalmente, y confeccionados en épocas diversas. También puede encontrarse dispersa en originales o en copias de bulas papales, de sentencias arzobispaes o papales y en estatutos varios episcopales y capitulares.

También, procedentes de la década anterior, había estudios parciales de las propiedades y de la eventual economía capitular, comprendidos dentro de una historia económica que solía ignorar casi todo de la institución eclesiástica correspondiente.

Ahora bien, el conocimiento histórico que también por entonces proponía la corriente historiográfica denominada generalmente “historia total” o historia general, de cuyas finalidades éramos partícipes, nos impelía a iniciar caminos y procedimientos nuevos en los estudios de la historia de la Iglesia, lo cual debía concretarse en un conocimiento lo más completo posible de todos los aspectos que la institución capitular y sus miembros agrupados e individualizados nos presentaban. En consecuencia, además del estudio tradicional de la institución como tal, debíamos tratar de conocer a todos y a cada uno de sus componentes

* Universidad Autónoma de Madrid.

como personas, con sus circunstancias espirituales, mentales, económicas, sociales y culturales. Igualmente tratar de explicar la inserción y la significación social de los capitulares en una sociedad medieval concreta, la sociedad cordobesa. Para todo esto había que emplear necesariamente la prosopografía posible, servida por unas fuentes nuevas o utilizadas novedosamente.

La masa documental que más datos nos ofreció para este fin fue la contenida en el Archivo de la Catedral de Córdoba, compuesta por los más variados documentos: bulas, constituciones, privilegios reales, ordenanzas capitulares, libros y cuadernos de obituarios, cartularios, actas capitulares, testamentos, donaciones *pro anima*, contratos de arrendamientos, etc. Otra gran cantidad de noticias sobre las personas de los capitulares la obtuvimos de la documentación regestada por muchos autores, que la tomaron de archivos tan significativos como los de la Universidad de Salamanca, del Archivo Vaticano o del Archivo General de Simancas. Finalmente, otra buena parte de noticias se encontraban en episcopologios, nobiliarios locales y nacionales y, apenas alguna, en crónicas de la época.

El resultado de esta toma de datos fue la elaboración de la Prosopografía que presentamos en Apéndice, cuyas características numéricas más importantes son las siguientes. Un total de entradas, es decir de capitulares individualizados y documentados, de 403. Lo cual viene a representar, en nuestra opinión, el 91% del número máximo posible de capitulares, que ascendería a la cantidad de 444, en los años que median entre 1238 y 1450¹. No obstante, dicho 91% debe

¹ A estas conclusiones puede llegarse teniendo en cuenta que el número máximo de prebendas capitulares a partir del año 1265 (porque antes fueron 10 prebendas menos) es de 58. Si multiplicamos este número de prebendas por el número de 8,5 generaciones (estimamos la renovación de todos los capitulares en el tiempo de una generación de 25 años), que se dan a lo largo de los 212 años transcurridos, obtenemos un total de 493 prebendas. Ahora bien, el número de prebendas no solía corresponderse con el número de capitulares, pues varios de ellos (generalmente los que disfrutaban de un oficio o dignidad) podían disfrutar de dos prebendas. Si a esto unimos a los prebendados que residían en otras catedrales, por lo cual no aparecían por Córdoba, podemos calcular que el número de prebendados era inferior en un 10% al número de prebendas, es decir, la cantidad de 444, que ofrecemos como máximo total posible de capitulares cordobeses durante el período estudiado.

Ponemos como ejemplo tres listas de canónigos de los años 1257, 1264 y 1447-1448. En diciembre de 1257 se reunió el cabildo de canónigos para elegir al nuevo obispo, siendo que solamente los canónigos de Córdoba podían elegirlo, por lo que el máximo de electores posibles era de 20. Estos fueron los canónigos: el deán G[onzalvus], el arcediano de Córdoba M[icael] Didaci, el maestrescuela M[artinus de Fitero], el tesorero G[uterius] Gundisalvi, el arcediano de Castro P[etrus], el arcediano de Belmez Iohannes Petri, Garsias Iohannis, Didacus, Iohannes Martini, Iohannes, Martinus Martini, Martinus Petri, Petrus Ferrandi, Petrus Petri y Sebastianus. En total 15, de los cuales, además, 6 eran dignidades (Biblioteca Nacional de Madrid, Ms. 13035, fol. 138-139).

En marzo de 1264 el obispo de Córdoba, don Fernando de Mesa, establece la estimación de los préstamos canónicos, apareciendo los siguientes canónigos: maestrescuela [Martín de Fitero], Pero Pérez, Martín Martínez, Martín Pérez el Prior, Pero Ferrández, Juan Pérez de Velinchón, Pelegrín, Gil Negro, Pero Gutiérrez, Juan Martín de Tapia, Ferrant Ruiz de Valladolid, el tesorero Gutier González, el arcediano de Castro Sebastián, Juan Rodríguez, Aznar Pérez, Gonzalo Pérez, Juan Abad, Juan Pérez de Santo Domingo, Domingo Ramiro (en proceso de ser canónigo), el arcediano de Belmez Iváñez y Juan Rodríguez

elevarse un tanto, puesto que la constitución definitiva de las 58 prebendas, sobre las cuales se han fundamentado los cálculos, sólo existen a partir del año 1265.

Además, hay que señalar que poseemos pocas listas completas de los capitulares cordobeses en un año, señalando únicamente la de 1447-1448, en la que sólo aparecen 44 de un máximo posible de 58.

Otras características de la prosopografía presentada es la diferencia apreciable entre las noticias obtenidas para los distintos grupos de capitulares. Esta diferencia obedece a dos razones principales. En primer lugar, a la lejanía en el tiempo, que afecta a los capitulares más antiguos y que se manifiesta en una mayor carencia de noticias de todo tipo. En segundo lugar, a la mayor o menor jerarquía socio-económica de los capitulares, pues, en general, aparecen más noticias de todo tipo sobre los obispos y las dignidades capitulares que sobre los prebendados inferiores, con excepción de los notarios, como es comprensible.

En cuanto a las posibilidades de uso de la prosopografía presentada, son variadas y así lo hemos hecho en distintos asuntos y trabajos. Por ejemplo, los datos que hemos utilizado para la historia política, como son el servicio a los reyes, a través fundamentalmente de la pertenencia de una serie de capitulares a la Capilla Real, los hemos desarrollado al tratar de las relaciones de los obispos (y los capitulares, que elegían generalmente a los obispos según las indicaciones reales) con los reyes². Otros datos, como la dependencia de los capitulares bien de la Curia Pontificia, bien de la casa y la curia episcopal, también los hemos tratado en otros lugares, incluso aludiendo a asuntos de historia social³. También podríamos utilizar muchos de sus datos para delinear las mentalidades y la

(Biblioteca del Cabildo Catedralicio de Córdoba, Ms. 125, fol. 66-67).

En los años 1447-1448 se ofrece, entre otras, la lista de los capitulares que se vieron beneficiados por la protección del rey Juan II frente a los excesos de los poderes nobiliarios y concejiles de Córdoba. Estos son las dignidades y canónigos: deán Juan de Contreras, arcediano de Córdoba Antón Sánchez, chantre Ferrand Ruis de Aguayo, maestrescuela Gómes Ferrándes, arcediano de Castro Pedro de Córdoba, tesorero Ruy García, prior Pero Ferrándes de Córdoba, Gonçalo de Rojas, Pero Martínez de Salinas, Alfón Martínez, Antón Ximénes, Pero Ferrándes, Juan Martínez, Juan Sánchez, Alvar Alfón, Gonçalo Sánchez, Alfón Gonçales y Lope Rodríguez. Estos son los racioneros: Antón García, Martín Alfón, Diego Álvares, Diego Rodríguez, Diego Sánchez, Alfón Días, Bartolomé Sánchez, Ferrand Sánchez, Pero Gonçales de Torres y Martín Ferrándes. Estos son los medios racioneros o compañeros: Alfón Martínez, Ruy Días de Harana, Diego Ferrándes, Juan Gómes, Gonçalo García, Martín Alfón, Ferrand Gutiérrez, Martín Ruis, Gonçalo Meléndes, Juan Sánchez, Bartolomé Sánchez, Alfón Ximénes, Luis Sánchez, Juan García, Pero Gonçales de Castillejo y Rodolpho ([Córdeoba], 2 de marzo de 1448. Archivo del Cabildo de la Catedral de Córdoba, Caj. P, n. 39).

² Parece claro que la gran mayoría de los obispos de Córdoba, así como los capitulares que disfrutaron de dignidades en su Iglesia, fueron clérigos reales. Pero, según los datos que arroja nuestra prosopografía, asciende a la cantidad de 39 el número de capitulares (capellanes del rey o de la reina, heredados por los reyes, colectores y subcolectores de décimas, cruzadas y servicios, clérigos reales y similares), que consta fehacientemente que tenían una dependencia y una relación directa con la monarquía.

³ Por ejemplo, en nuestro artículo SANZ SANCHO, I. – Notas sobre la casa de los obispos de Córdoba en la Edad Media. *Espacio, Tiempo y Forma. Serie III: Historia Medieval*. 18 (2005) 245-264, hemos abundado en las relaciones familiares y clientelares de los capitulares con los obispos cordobeses.

religiosidad de los miembros del cabildo catedralicio, si bien hay mejores y más abundantes fuentes y documentos para estudiar este punto.

Pero, sobre todo, la prosopografía generada de la lectura de una abundante y variada documentación nos ha servido para complementar lo más cuantitativamente posible nuestros conocimientos de la historia social y cultural del grupo clerical capitular, tan significativo en el medievo.

1. APORTACIONES A LA HISTORIA SOCIAL

En otro lugar contemplamos las razones por las que los miembros de los cabildos catedralicios, en general, fueron equiparados en su estatus social a la nobleza. También vimos las matizaciones y las características peculiares del estatuto privilegiado del clero, unido a la extracción social de los capitulares, que marcan claras diferencias con la aristocracia laica.

No obstante, el ascenso de la nobleza y su evolución y jerarquización interna en la Corona de Castilla durante los siglos XIII-XV, que también se observa en el Reino de Córdoba con alguna peculiaridad, parece tener su correlación en la gradación interna del cabildo catedralicio cordobés. Así lo establecíamos en aquel lugar y aquí sólo nos referiremos a esa especie de equivalencia que se presenta entre los grados internos de la nobleza cordobesa y los grados internos del cabildo catedralicio, como se muestra en el reparto de los cupos anuales de sal a mediados y a finales del siglo XV.

Efectivamente, en 1500 los Reyes Católicos mandan que se cumpla la antigua ordenanza municipal, seguramente de mediados del siglo XV, por la que se daba a cada alcalde mayor 2 cahíces de sal al año, a cada “veinticuatro” 1,5 cahíces, a cada jurado 1 cahíz, a cada caballero de premia 8 fanegas y a cada vecino 4 fanegas de sal. Ahora bien, según las Actas Capitulares de los años 1443 y 1445, los miembros del cabildo catedralicio percibían los siguientes cupos de sal al año, de acuerdo con su grado: cada dignidad 1,5 cahíces de sal al año, cada canónigo 1 cahíz, cada racionero 8 fanegas de sal y cada compañero 5 fanegas⁴.

Aun cuando podríamos aducir ejemplos y situaciones que describen ampliamente esta equiparación, aquí sólo nos centraremos en la extracción social de los capitulares y la eventual cuantificación que hemos podido establecer a partir de los datos de nuestra prosopografía. El lector comprenderá, como advertimos anteriormente, que tengamos más datos de este tipo referidos a los grados superiores y menos datos referidos a los grados inferiores.

⁴ Para un estudio más amplio de la inserción social del cabildo catedralicio de Córdoba, véase: SANZ SANCHO, I. – *La Iglesia de Córdoba (1236-1454): una diócesis de la Provincia Eclesiástica de Toledo en la Baja Edad Media*. Madrid: Fundación Ramón Areces, 2006, p. 241-267, para el ejemplo de la sal, p. 267.

Además, hemos de contar con otra realidad que viene a complicar la significación del recuento de los componentes de cada grado entre los miembros del cabildo catedralicio y que podemos enunciar como capitulares “de paso” en un grado y capitulares “de término” en ese mismo grado, en el cual teóricamente habrían de morir o hacer donación *pro anima*, pues ya no ascenderían a los grados superiores. Esto responde a la ordenación capitular del obispo don Pascual en el año 1290, en la cual se determina que los capitulares habrán de ascender en los grados internos del cabildo catedralicio sin saltarse ninguno de ellos⁵.

Esta comprobación, de un lado, nos permite comprender la veracidad de la afirmación de la extracción social de los componentes de cada grado del cabildo catedralicio, si contemplamos la parte de las prebendas “de término” en cada grado. Pero, si observamos la parte de las prebendas “de paso”, esto nos exige poner la atención en la eventual carrera eclesiástica del capitular observado y seguirla a lo largo del tiempo, por otro lado. Y, además, admitir la dificultad de cuantificar la apreciación de las prebendas “de término”.

Consecuentemente, se comprenderá que no tratemos los datos de cada grado capitular del mismo modo que tratamos los datos de la generalidad del cabildo catedralicio, por ejemplo, en el asunto de la renovación generacional. Así, la renovación de los componentes de cada grupo intracapitular es mucho más rápida en algunos casos que en otros, siendo esto particularmente claro en el caso del grupo de las dignidades, a donde se suele acceder en una edad ya más avanzada.

Por consiguiente, nos centraremos sólo en los dos grados superiores, como más representativos cuantitativamente. La cuantificación de los otros dos grados inferiores resulta poco representativa, por falta de datos suficientes y por la mezcla de prebendas “de paso” y “de término”.

1.1. Dignidades.- De los datos contenidos en nuestra prosopografía, se desprende que conocemos a un total de 82 dignidades en el tiempo de referencia, lo cual es un alto grado de conocimiento. El siguiente dato significativo es que también conocemos a más de la mitad de los miembros capitulares con dignidades (42 casos), cuya extracción social está comprobada que pertenecía a la nobleza media (hijos de “veinticuatro”, hijos de “treceños”, segundones de linajes de la alta nobleza, servidores del rey asimilables a la nobleza laica, etc.).

⁵ Así, los compañeros o medios racioneros, que eran 20 en total, se compondrían de unas 10 prebendas “de término” y de otras 10 prebendas “de paso”, de manera que los compañeros podían ser adultos e incluso de edad proveccta, mientras que los que estaban “de paso” podían eventualmente ser niños, adolescentes y jóvenes en formación y de paso a grados superiores. Igualmente podía ocurrir entre los 10 racioneros, de los cuales 5 podrían ser “de término” y otros 5 “de paso” a otros grados superiores. Del mismo modo ocurriría con los 20 canonicatos, de los cuales de 12 a 15 serían “de término” y de 8 a 5 serían “de paso”, es decir, que acababan teniendo también una dignidad en Córdoba o en otra Iglesia.

1.2. Canónigos.- El número de canónigos, sin poseer una dignidad en la Iglesia cordobesa, que conocemos asciende a 71. De estos, 20, además, poseían una dignidad en otra Iglesia, bien episcopal o bien colegial, lo que les equipararía a las dignidades que observamos en el punto inmediatamente anterior. Finalmente, el número de canónigos cordobeses cuya extracción social conocemos y que resulta adecuada a la gradación social antedicha (hermanos de dignidades, hijos de jurados, hijos de escribanos reales o municipales, etc.) se eleva a 21.

2. APORTACIONES A LA HISTORIA CULTURAL ⁶

También el estudio prosopográfico puede ayudar a la historia cultural, tomada ésta en todos los sentidos, pero principalmente, como lo haremos aquí, en el sentido de historia de la cultura y del saber que se ha cultivado tradicionalmente en las escuelas, en los estudios y en las universidades medievales.

La primera conclusión es que hubo un elevado número de capitulares que poseyó una titulación superior o universitaria, aún cuando su número sería mayor todavía de haber podido contar con más datos sobre esta materia. En efecto, entre procuradores y letrados del cabildo catedralicio (17), más notarios apostólicos, notarios del cabildo catedralicio y notarios del rey (18), más bachilleres en decretos, en cánones y en leyes (18), más licenciados (2), más doctores (7), más los maestros (8), más los estudiantes universitarios (28) y, finalmente, los vicarios, que actuaban con funciones judiciales, lo que suponía un conocimiento superior del derecho (25), el total de los capitulares cordobeses con una formación superior o universitaria asciende a 123, al menos. Es decir, el 30,5 % de los 403 capitulares conocidos en nuestra prosopografía ⁷.

⁶ Sobre este asunto, puede consultarse también nuestro artículo: SANZ SANCHO, I. – La Iglesia de Córdoba y la Cultura en la Baja Edad Media. In JORNADAS HISPANO-PORTUGUESAS DE HISTORIA MEDIEVAL, 3, Sevilla, 1991 – *La Península Ibérica en la Era de los Descubrimientos (1391-1492): actas*. Vol. 1. Sevilla: Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía, 1997, p. 1107-1115.

⁷ Estas cifras pueden compararse con las proporcionadas por S. Guijarro para los cabildos catedralicios castellanos que estudia en su tesis doctoral y que tomaremos sólo durante los años que coinciden con el periodo de nuestro estudio, es decir de 1250 a 1450: Astorga (24), Ávila (72), Burgo de Osma (21), Burgos (289), León (95), Palencia (146), Salamanca (193), Segovia (66), Zamora (54) y CÓRDOBA (123), que pueden verse en Gráficos. Cf. GUIJARRO GONZÁLEZ, S. – *La transmisión social de la cultura en la Edad Media Castellana (siglos XI-XV): las escuelas y la formación del clero de las catedrales*. Santander: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cantabria, 1992. Tesis doctoral en microfichas, datos tomados de los cuadros de la autora en p. 519-533.

Una segunda conclusión es importante: se cumplió suficientemente bien, si no lo fue con creces, la normativa del Concilio Nacional de Valladolid de 1322 en su c. XXI, *De magistris*, que, recogiendo las disposiciones del Concilio General de Vienne de 1311-1312, establece, entre otras cosas importantes sobre esta materia, que los cabildos catedralicios y colegiales debían enviar a estudiar a las universidades a un 10 % de sus componentes que fueran aptos para dicha tarea.

Para verificar más certeramente este punto, contamos con los datos contenidos en la obra de V. Beltrán⁸ y referidos a los clérigos cordobeses para los años 1381-1405, es decir 24 años o casi una “generación” de capitulares. Durante este período estudian en la Universidad de Salamanca 15 clérigos cordobeses materias de Derecho Canónico o Civil, 7 estudiaban Gramática, 1 estudiaba Teología y 8 clérigos más estudiaban materias de las que no nos consta su carácter. En total, pues, 31 clérigos cordobeses en 24 años, es decir, el 62 % del máximo real posible (50) de capitulares prebendados en la Iglesia de Córdoba.

Finalmente, también debemos aludir a las universidades y estudios a los que se dirigieron los clérigos cordobeses en el período acotado. Sin olvidar que algunos capitulares fueron a estudiar a Salamanca, a Bolonia y a otras universidades italianas, parece que a finales del siglo XIII y sobre todo después de la fundación de varios estudios en Aviñón, cierto número de clérigos cordobeses fueron a estudiar a Toulouse, Montpellier y particularmente a Aviñón. En esta corte pontificia la presencia de don Pedro Díaz Carrillo, hijo segundo del señor cordobés de Santa Eufemia, curial aviñonés y después obispo de Calahorra, Astorga y Burgos, abriría camino a sus paisanos.

Esta tendencia se mantuvo durante la primera mitad del siglo XIV, pero en la segunda mitad ya fue Salamanca la universidad más frecuentada por los clérigos cordobeses, sin olvidar que el Colegio de S. Clemente de Bolonia tenía una beca de su fundador, el cardenal don Gil Álvarez de Albornoz, que había sido prebendado cordobés, para estudiar Teología. Esto también podía ayudar a la presencia de otros cordobeses en Bolonia y en Roma. Sólo en la segunda mitad del siglo XV se observa también la presencia de clérigos cordobeses, además, en el Estudio de Valladolid.

⁸ *BULARIO de la Universidad de Salamanca*. Ed. V. Beltrán de Heredia. 3 vols. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1978.

APÉNDICE

PROSOPOGRAFÍA DE LOS MIEMBROS DEL CABILDO DE LA CATEDRAL DE CÓRDOBA DE 1238 A 1450.

La presente relación de miembros del cabildo catedralicio de Córdoba se ha compuesto a partir de los datos ofrecidos por los más diversos documentos, cuya referencia aparece entre paréntesis en cada caso, de acuerdo con las siguientes abreviaturas:

Archivo del Cabildo de la Catedral de Córdoba = A.C.C., seguido de letra del cajón y del número de documento correspondiente

Biblioteca del Cabildo de la Catedral de Córdoba = B.C.C., seguido del número de manuscrito y folio correspondiente.

Archivo Vaticano, *Registro Vaticano* = Reg. Vat.

Biblioteca de la Real Academia de la Historia de Madrid = R.A.H., seguido del número de manuscrito y folio correspondiente.

BELTRÁN DE HEREDIA, V. – *Bulario de la Universidad de Salamanca (1219-1549)*. 3 vols. Salamanca, 1966 = *Bulario*, seguido del volumen y página o número correspondientes.

DAUMET, G. – *Les Registres de Benoît XII (1334-1342)*. Paris, 1899-1920. = *Benoît XII*, seguido del número correspondiente.

DIGARD, G. ; FAUCON, M., [et al.] – *Les Registres de Boniface VIII (1294-1303)*. Paris, 1884-1939. = *Boniface VIII*, seguido del número correspondiente.

GÓMEZ BRAVO, J. – *Catálogo de los obispos de Córdoba y breve noticia histórica de su Iglesia Catedral y Obispado*. 2 vols. Córdoba, 1778. = *Catálogo*, seguido del volumen y páginas correspondientes.

GUIRAUD, M. J. – *Les Registres d'Urbain IV (1261-1264)*. Paris, 1892-1958. = *Urbain IV*, seguido del número correspondiente.

NIETO CUMPLIDO, M. – *Corpus Medioevale Cordubense, I (1106-1255)*. Córdoba, 1979.
IDEM, *Corpus Medioevale Cordubense, II (1256-1277)*. Córdoba, 1980. = *Corpus*, seguido del volumen y de la página correspondientes.

OSTOS SALCEDO, P. – *Notariado, documentos notariales y Pedro González de Hoces, veinticuatro de Córdoba*. Sevilla, 2005. = *Notariado*, seguido de la página correspondiente.

RAMOS, A. – *Descripción genealógica de la Casa de Aguayo y líneas que de ella se derivan*. Málaga, 1781. = *Descripción*, seguido de la página correspondiente.

RUANO GIRÓN, F., (atribución) – *Casa de Cabrera en Córdoba*. Córdoba, 1779. = *Casa de Cabrera*, seguido de la página correspondiente

TARVISINUS, O. R. – *Annales Ecclesiastici ab anno 1198 usque ad annum 1534*. Roma, 1667. = *Annales*, seguido del volumen y de la página correspondiente.

SÁEZ, E. [et al.] – *Diplomatario del cardenal Gil de Albornoz. Cancillería pontificia (1351-1353)*, Barcelona, 1976. = *Diplomatario*, seguido de la página correspondiente.

Además, se han empleado las siguientes abreviaturas: c. = cánonigo; co. = compañero o medio racionero; r. racionero; ma. = maestrescuela.; ar. = arcediano.; p. = prior; ch. = chantre.; t. = tesorero.; h. = hacia; test. = testamento; don. = donación *pro anima*; L.V. = B.C.C., *Libro Verde*; 166= B.C.C., Ms. 166; 125 = B.C.C., Ms. 125.

ALFONSO ÁLVAREZ.- R. en 9-X-1388 (A.C.C.,caj. T, n. 153).

- ALFONSO DÍAZ.- Co. y procurador del cabildo catedralicio en 4-I-1413 (A.C.C., caj. Z, n. 50). Don. en 14-XII-1440 (A.C.C., caj. L, n. 424).
- ALFONSO FERNÁNDEZ.- Suplica una permuta para obtener un beneficio en la parroquial de la Magdalena de Córdoba en 5-X-1352 (*Diplomatario*, p. 169). Es co. en 7-II-1363 (125, ff. 44-45).
- ALFONSO FERNÁNDEZ.- Camarero del obispo don Alfonso de Vargas (1373-1379) y co. en 24-XI-1382 (A.C.C., caj. B, n. 401) y 9-V-1393 (166, f. 12).
- ALFONSO FERNÁNDEZ.- R. hijo del co. Bartolomé Fernández y padre de Lucía Fernández en 2-IX-1382 (A.C.C., caj. L, n. 222).
- ALFONSO FERNÁNDEZ.- Estudiante de Gramática en Salamanca en 29/31-V-1381 (*Bulario*, p. 433-452), c. en 16-XI-1388 (166, f. 50) y 28-XII-1409 (*Ibid.*, ff. 69-70).
- ALFONSO FERNÁNDEZ.- Ar. de Córdoba en 25-II-1409 (Ms. 166, f. 69).
- ALFONSO FERNÁNDEZ DE LAS CIDRAS.- Co. con don. en 2-VI-1383 (A.C.C., caj. I, n. 192). Hijo del alcalde de la justicia Gonzalo Yáñez y primo de Beatriz Alfonso (L.V., f. 113). Muerto antes de 9-VI-1400 (A.C.C., caj. F, n. 236).
- ALFONSO FERNÁNDEZ DE VARGAS.- Estudiante en Salamanca, de linaje noble, que pide una canonjía en expectativa en Córdoba en 29/31-V-1381, siendo ya r. en esta catedral (*Bulario*, p. 433-452). C. en 2-VIII-1396 (166, f. 69) y p. en 3-II-1424 (A.C.C., caj. M, n. 69).
- ALFONSO GARCÍA.- Sobrino del p. del cabildo en 25-X-1325 (A.D.M., *Priego*, 1-1). C. en 23-VIII-1345 (A.C.C., caj. N, n. 138 y Ms. 166, f. 8) y en 8-III-1358 (A.C.C., caj. H, n. 181).
- ALFONSO GARCÍA.- C. y notario del cabildo en 28-V-1364 (B.C.C., Ms. 166, f. 46) y en 16-I-1377 (A.C.C., caj. F, n. 243). Don. (L.V., f. 195).
- ALFONSO GONZÁLEZ DE VILLARREAL.- Clérigo de la reina de Castilla doña. María, que obtiene una canonjía en expectativa en Córdoba en 24-VII-1336 (*Benoît XII*, 3.046). C. con don. en 25-V-1347 (A.C.C., caj. R, n. 51).
- ALFONSO LÓPEZ.- R. y notario del cabildo en 7-IX-1375 (A.C.C., caj. F, n. 29), con test. en 23-VI-1400 (A.C.C., caj. L, n. 222).
- ALFONSO LÓPEZ.- Co. en 7-IX-1375 (A.C.C., caj. F, n. 29) y casado (L.V., f. 91).
- ALFONSO LÓPEZ.- C. en 24-XI-1382 (A.C.C., caj. B, n. 401). Don. (L. V., f. 36).
- ALFONSO LÓPEZ.- Notario en 11-IX-1383 (A.C.C., caj. I, n. 378). R. y mayordomo del comunal en 23-VIII-1392 (*Ibid.*, 395). Notario en 27-VII-1399 (A.C.C., caj. I, n. 320).
- ALFONSO MARTÍNEZ.- C., receptor de una décima en 23-X-1386 (A.C.C., caj. I, n. 396), bachiller en decretos, procurador del cabildo y sobrino del deán Antón Martínez en 9-VII-1403 (A.C.C., caj. P, n. 222). Mayordomo de las pitanzas en 2-XII-1422 (166, f. 71), doctor y notario en 20-II-1441 (A.C.C., caj. G, n. 501), que tuvo una hija monja.
- ALFONSO MARTÍNEZ.- Co. y escribano h. 1435 (A.C.C., caj. N, n. 275).
- ALFONSO MARTÍNEZ DE ORBANEJA.- Co. a quien su padre, Martín Martínez de Orbaneja, validó su don. en 10-IV-1353 (A.C.C., caj. E, n. 390).
- ALFONSO MUÑOZ.- Clérigo y estudiante de cánones en Salamanca que pide una ración en expectativa en Córdoba en 29/31-V-1381 (*Bulario*, p. 433-452). Bachiller y c. con permiso capitular para estudiar en Montpellier en 9-IX-1387 (A.C.C., caj. I, n. 396), está en Córdoba en 25-II-1409 (Ms. 166, f. 69).
- ALFONSO PÉREZ.- Co. en 27-XII-1347 (A.C.C., caj. H, n. 141).

- ALFONSO RUIZ GUERRA.- Co. y hermano del ch. Domingo Ruiz Guerra en 22-VI-1411 (A.C.C., caj. V, n. 446), hijos de Vicente Guerra.
- ALFONSO SÁNCHEZ.- R. en 2-VIII-1396 (Ms. 116, f. 69).
- ALFONSO DE SEGURA JUNIOR.- Siendo diácono de Sevilla y poseedor de varios beneficios, pide una canonjía en expectativa en Córdoba en 24-IV-1385, confirmada en 28-VII-1385 (A.V., *Reg. Vat.* 296, ff. 73-74 y 129). Tuvo entre otros cargos los de abreviador y capellán pontificio, deán de Sevilla y de Toledo y nuncio de Nicolás V en Francia.
- ÁLVARO MARTÍNEZ.- Co. y letrado del cabildo en 7-XI-1313 (A.C.C., caj. H, n. 154).
- ÁLVARO PÉREZ.- Co., difunto antes de 22-XI-1293 (A.C.C., Caj. L, n. 228).
- ÁLVARO PÉREZ.- Co. y sobrino del ma. Rodrigo Álvarez, quien le beneficia con mandas testamentarias en 4-XI-1330 (A.C.C., caj. N, n. 250).
- ÁLVARO PÉREZ.- Co. ausente en 1386 y muerto antes de 11-I-1390 (A.C.C., caj. N, n. 63).
- ÁLVARO PÉREZ.- Doctor, ar. de Castro y c. de Sevilla con don. en 11-VIII-1435 (A.C.C., caj. G, n. 162).
- ANTÓN GARCÍA EL VIEJO.- C. y notario apostólico en 6-VIII-1375 (A.C.C., caj. G, n. 62). Hijo del escribano público Ibáñez García (L.V., f. 40), don. en 1405 (Ibid. .f. 112), aún actúa en 7-X-1411 (A.C.C., caj. N, n. 34).
- ANTÓN GARCÍA.- Bachiller en decretos por Salamanca, familiar pontificio y clérigo de Sevilla que pide la ración vacante en Córdoba por la promoción de Lope Gutiérrez de los Ríos en 24-I-1405 (*Bulario*, p. 591).
- ANTÓN GARCÍA.- R. y notario, varios años vicario general como en 8-X-1420 (A.C.C., caj. O, n. 264). C. h. 1435 (A.C.C., caj. N, n. 275) con don. en 14-X-1437 (A.C.C., caj. D, n. 528).
- ANTÓN GARCÍA DE SAN LORENZO.- C. en 4-XI-1380 (A.C.C., caj. D, n. 627).
- ANTÓN GÓMEZ.- C. y mayordomo en 4-I-1413 (A.C.C., caj. Z, n. 50).
- ANTÓN JIMÉNEZ DE GÓNGORA.- Co. en 10-III-1419 (A.C.C., caj. N, n. 64). Hermano de Pedro Jiménez de Góngora y c. en 14-IV-1432 (A.C.C., caj. G, n. 179) y hermano del rector de la parroquial de Santiago, Juan Rodríguez, en 4-V-1450 (A.C.C., caj. C, n. 389).
- ANTÓN MARTÍNEZ.- R. h. 1360 y hermano de Juana Martínez (L.V., ff. 19 y 46).
- ANTÓN MARTÍNEZ.- Deán y vicario general en 16-IV y 28-V-1374 (A.C.C., caj. N, nn. 51 y 223) tío del co. Alfonso Martínez. Murió antes de 23-IX-1375 (A.C.C., caj. L, n. 312).
- ANTONIO RIVERO.- T. en 12-II-1440 (A.C.C., caj. JHS, n. 18).
- ANTÓN SÁNCHEZ.- C. de Córdoba en 31-I-1379 (A.C.C., caj. M, n. 409) y abad de Alcalá la Real en 24-XI-1382 (A.C.C., caj. B, n. 401). Murió poco antes de 11-II-1387 (A.C.C., caj. I, n. 396).
- ANTÓN SÁNCHEZ SERRANO.- Nieto del criado del Obispo don Juan Fernández Pantoja, Bartolomé Sánchez (L.V., f. 134). Heredero del c. Juan García, ar. de Castro y de Córdoba. Bachiller en decretos y lector en Salamanca, que obtiene dispensa para órdenes sagradas (hijo de clérigo y soltera) y una canonjía en expectativa en Córdoba en 29/31-V-1381 (*Bulario*, p. 433-452). Notario y varios años vicario general, como en 12-XII-1426 (R.A.H., Ms. 9/5.434, ff. 219-220). Receptor de un subsidio para la guerra de Granada en 31-III-1439 (A.H.N., *Clero*, Libro 2.983). Ar. de Córdoba desde antes de 1442.
- APARICIO.- C. en 16-VI-1243 (125, 1.106). Fue p. también (L.V., f. 120).
- APARICIO.- C. y vicario en 31-V-1277 (125, 1.134). Deán en 14-XII-1286 (A.C.C., caj. L, n. 422). Muere poco antes de 16-XI-1298.

- ARMANO DE CREMONA.- C. de Córdoba, maestro y notario apostólico de Toledo en 19-VI-1317 (B.N., Ms. 13.097, ff. 60-63).
- ASENSIO MARTÍNEZ.- Co. en 24-I-1350 (A.C.C., caj. I, n. 172).
- AZNAR PÉREZ.- C. en 12-II-1264 (ff. 66-67). Ch., que recibe de Sancho IV la huerta de Las Losas en 12-XI-1282 (A.C.C., caj. R, n. 18). Ar. de Castro y vicario episcopal en 5-II-1291 (125, f. 53). Don. en 12-X-1289 (Ibid., f. 112). Nombra heredero de sus bienes en Navarra a su sobrino Lope Aznárez en 4 y 8-IX-1299 (A.C.C., caj. N, ns. 189 y 190). Fundó la capilla de S. Gil (L.V., f. 49). Debieron ser familiares suyos, posteriormente, Pedro Alfonso, ar. de Castro y Pedro Alfonso ch.
- BARTOLOMÉ DOCÓN.- C. difunto ya en 3-IV-1316 (125, ff. 140-141), emparentado con el ma. Ruy Pérez.
- BARTOLOMÉ PÉREZ.- C. de Córdoba. que pide permutar un beneficio suyo en Bollullos (Sevilla) por otro en Sta. Marina de Córdoba en I-V-1392 (A.V., *Reg. Vat.* 303. ff. 406-407).
- BARTOLOMÉ FERNÁNDEZ.- Co. padre de Leonor Fernández y del r. Alfonso Fernández, con test. en 2-IX-1382 (A.C.C., caj. L. n. 222).
- BARTOLOMÉ MARTÍN.- Co. en Córdoba y clérigo de Alfonso XI, que obtiene una canonjía en Sevilla en 5-XII-1329 (*Jean XXII*, 47.649).
- BARTOLOMÉ SÁNCHEZ. - C. en 15-XI-1294 y en 2-VII-1302 (125. ff. 128-129).
- BARTOLOMÉ SÁNCHEZ. - R. en 24-IX-1436 y en 20-V-1441 (A.C.C.. caj. D, nn. 466 y 525).
- BELTRÁN PÉREZ.- C. y colector de décima y cruzada en 19-VI-1317 (B.N., Ms. 13.097, ff. 60-61. Era también ma. de Jaén y diácono en 28-II-1336 y 20-III-1336 (166, f. 11 y B.N.,Ms. 13.035, ff. 150-156).
- BENITO PÉREZ.- Vicario en 20-IV-1313 (A.C.C., caj. M, n. 100).
- BERNARDO (BERALT) DE FAGIA.- C. con varias prebendas en Córdoba en 1-XII-1329 (*Jean XXII*, 47.583), contaba con permiso trienal para estar en *Estudio General* en 4-V-1330 (Ibid. 49.489). Tuvo arrendados sus beneficios como en 20-XI-1344 (A.C.C., caj. L. n. 384).
- BERNALT.- Co. en 22-IV-1286 (A.C.C. .caj. E, n. 841. C. y t. en 15-XII-1289 (A.C.C., caj. D. n. 577). Ar. de Pedroche en 17-VIII-1293 (A.C.C. .caj. C, n. 701. Test. en 15-XI-1294 (A.C.C., caj. C, n. 326. Ms. 125, ff. 128-129 y L.V., f. 69). Debió ser familiar del difunto ar. de Córdoba don Pedro de Ledigos. Fue tío de don Giralte, clérigo de S. Salvador de Córdoba. Fueron sus albaceas el deán Pedro de Ayllón y el ma. Ruy Pérez.
- BLAS FERNÁNDEZ.- Co. en Córdoba, que obtiene una canonjía en Santiago de Compostela en 16-IV-1317 (*Jean XXII*, 3.458).
- BOBON DE BOBECIIS DE URBE.- Muere como ar. de Pedroche poco antes de 11-I-1334 (*Jean XXII*, 62.436).
- CARLOS.- C. en 18-XII-1263 (125, ff. 46 y 73. Test. en 28-VII-1311 (A.C.C., caj. C. n. 46 y L.V., f. 12).
- CRISTÓBAL SÁNCHEZ.- Co. y estudiante de Derecho Canónico en Salamanca por tres años, que pide una ración en Córdoba en 29/31-V-1381 (*Bulario*, p. 433-452), un beneficio en Carmona en 19-IV-1389 (*Ibid.*, p. 474) y siendo ya ch. de Jaén una canonjía en Plasencia en 17-XII-1390 (*Ibid.*, p. 479-480). Don. en 21-X-1427 (A.C.C., caj. V, n. 560).
- DIEGO.- C. en 13-VIII-1246 (B.C.C. .Ms. 166, f. 81. Don. siendo p. en 28-IX-1265 (A.C.C., caj. T, n. 545 y L.V. f. 18). Tuvo una hija (cfr. A.C.C., caj. L, n. 422).

- DIEGO.- C. de Badajoz. maestro, notario y r. de Córdoba en 14-III-1365 y 20-XI-1357 (A.C.C., caj. D, n. 368 y M, n. 138).
- DIEGO ALFONSO.- R. y estudiante en Salamanca, que pide una canonjía en Córdoba en 21-VIII-1366 (*Bulario*, p. 403-408). Bachiller en decretos. c. y ar. de Córdoba en 16-IV-1374 (A.C.C., caj. N. n. 223). Muerto violentamente en 1374. Hijo del “trecento” de Córdoba Alfonso Yáñez y de Catalina García y hermano de Alfonso Yáñez, quien dotó sus oficios (L.V., f. 86 y A.C.C., caj. G, n. 24).
- DIEGO ALFONSO.- Co. h. 1380 (L.V., f. 80).
- DIEGO ALFONSO.- Ar. de Castro en 1414 (A.C.C., caj. Z, n. 50).
- DIEGO ÁLVAREZ.- Ar. de Castro h. 1395 (L.V., f. 19).
- DIEGO ÁLVAREZ DE QUERO.- R. h. 1435 (A.C.C., caj. N. n. 275).
- DIEGO FERNÁNDEZ.- C. en 24-I-1350 (A.C.C., caj. I, n. 172).
- DIEGO FERNÁNDEZ.- Co. en 5-I-1378 (A.C.C. .caj. G, n. 75).
- DIEGO FERNÁNDEZ.- R. en 14-VI-1383 (A.C.C., caj. T. n. 235).
- DIEGO FERNÁNDEZ.- Jura los estatutos como c. en 11-III-1387 (A.C.C., caj. I. n. 396). Licenciado y p. en 13-II-1405 y en 23-IX-1423 (A.C.C., caj. C. n. 404 y caj. G., n. 330). Dotó un aniversario por el obispo don Juan Fernández Pantoja (A.C.C., caj. L, n. 440).
- DIEGO FERNÁNDEZ.- R. en 4-V-1382 (A.C.C. .caj. T. n. 410). Capellán de la Capilla de los Reyes, que obtiene una ración en Bujalance en 2-II-1392 (A.V., *Reg. Vat.* 303. ff. 451-452), Hermano del también r. Pedro Martínez en 28-XII-1394 (A.C.C., caj. E. n. 225).
- DIEGO FERNÁNDEZ DE MONTEMAYOR.- C. h. 1410 y en 30-XII-1421 (A.C.C., caj. R, n. 428). Excomulgado en 23-IX-1442 (B.C.C., *Actas Capitulares*, I). Murió poco antes de 13-I-1447 (*Ibid.*).
- DIEGO MARTÍNEZ.- Clérigo familiar de don Pedro obispo de Sta. Sabina, que ocupa la canonjía vacante del obispo de Córdoba don Juan Pérez en 28-X-1340 (*Benóit XII*, 7.772). Obtuvo una prestamera en 14-V-1343 (A.C.C., caj. I, n. 344). Deán en expectativa desde 24-I-1350 (A.C.C., caj. I, n. 172) aparece como tal en 26-VI-1346 y en 9-XII-1346 (A.C.C., caj. N, n. 247), pero como ch. en 27-XII-1347 (A.C.C., caj. H, n.141), aunque fue deán al poco tiempo por muerte de Juan González (cfr., *Catálogo*. I, p. 301-302). Test. en 7-I-1373 (A.C.C., caj. T, n. 204).
- DIEGO MARTÍNEZ.- R. en 1-II-1350 (166, f. 8).
- DIEGO MARTÍNEZ DE SEVILLA.- R. de la iglesia de Sevilla y estudiante de Derecho Canónico en el Colegio de S. Clemente de Bolonia, que pide una canonjía en expectativa en Córdoba en 18-I-1380 (*Bulario*, p. 428-430).
- DIEGO RODRÍGUEZ.- R. h. 1435 (A.C.C. , caj. N, n. 275).
- DIEGO SÁNCHEZ.- R. y obrero de la catedral h. 1435 (A.C.C., caj. N, n. 275). Don. en 10-II-1451 (A.C.C., caj. B, n. 444).
- DIEGO YUSTE.- C., nombrado como difunto en 25-VI-1275 (A.C.C., caj. G, n. 281).
- DOMINGO ALFONSO.- C. en 30-VI-1294 y en 4-IV-1320 (B.N., Ms. 13.035, ff. 140-148 y A.C.C., caj. H, n. 104).
- DOMINGO GARCÍA.- P. en 5-II-1292 (125, f. 53). Padre de Juana y hermano de doña Oro, con test. en 9-XI-1293 (A.C.C., caj. I, n. 228; caj. R, n. 105 y L.V., f. 55).
- DOMINGO GONZÁLEZ.- Co. en 25-II-1309 (125, f. 100).

- DOMINGO GONZÁLEZ.- C. en 8-III-1320 (A.C.C., caj.B, n. 61).
- DOMINGO GONZÁLEZ.- R. con test. en 19-XII-1321, abuelo de Juan, que era clérigo del ar. de Córdoba (A.C.C. , caj. Q, n. 82; B.C.C. , Ms. 125, f. 141).
- DOMINGO IBÁÑEZ.- C., citado como difunto en II-V-1331 (125, f. 144).
- DOMINGO MARTÍNEZ.- Co. en 8-III-1358 (A.C.C., caj. H, n. 181).
- DOMINGO PÉREZ.- C. de Córdoba y ar. de Cuenca, citado como difunto en 20-V-1276 (A.C.C., caj. F, n. 221; L.V. ,f. 138).
- DOMINGO PÉREZ.- C., prebendado también en Sevilla, primo del c. cordobés Juan Pérez, con test. en 14-XII-1286 (A.C.C., caj. L, n. 422; L.V., ff. 79 y 81).
- DOMINGO RAMIRO.- R. y vicario en 2-I-1260 (*Corpus*, II, p. 71). C. en 12-III-1264 (B.C.C., Ms. 125, ff. 66-67). Varias veces procurador del cabildo como en 4-XI-1280 (*Ibid.*, f. 31).
- DOMINGO RUIZ.- Co. en 21-IX-1351 y en 8-III-1358 (A.C.C., caj. C, n. 125 y caj. H, n. 181).
- DOMINGO RUIZ GUERRA.- C., doctor en decretos, ch. y vicario general en 26-VI-1402 (A.C.C., caj. E, n. 29; R.A.H., Ms. 9/5.434, f. 219). Capellán mayor de la Capilla de los Reyes, hermano del co. Alfonso Ruiz Guerra e hijo de Vicente Guerra (*Casa de Cabrera*, p. 175). Murió poco antes de 4-III-1419 (A.C.C., caj. R, n. 420).
- EMILIANO RODRÍGUEZ BUDIA.- Clérigo familiar del cardenal don Gil de Albornoz y c. en S. Salvador de Jerez, que obtiene una ración en expectativa en Córdoba en 28-VII-1353 (*Diplomatario*, p. 411 y 412).
- FERNANDO.- C. en 13-VIII-1246 y después ar. (125, f. 61; L.V., ff. 95 y 115). Su hermano Gonzalo Yáñez de Palma dotó sus oficios en 28-IV-1262 (125, ff. 72-73).
- FERNANDO ÁLVAREZ.- R., notario y varios años vicario general, como en 18-VI-1349 y 4-X-1359 (A.C.C., caj. T, n. 92 y 321).
- FERNANDO ÁLVAREZ.- R. h. 1380 (L.V., f. 44).
- FERNANDO ÁLVAREZ.- Co. y veedor de las propiedades del cabildo en 10-X-1386 (A.C.C., caj. I, n. 396).
- FERNANDO GARCÍA.- Ar. de Córdoba en I-IX-1305 y diácono en 20-III-1336 (A.C.C., caj. L, n. 429; B.N., Ms. 13.035, ff. 150-156).
- FERNANDO GARCÍA.- Co. en 24-I-1350 (A.C.C., caj. I, n. 172).
- FERNANDO GONZÁLEZ.- Co. y mayordomo en 28-XI-1328 y 20-III-1336 (125, f. 142; B.N., Ms. 13.035, ff. 150-156).
- FERNANDO GONZÁLEZ DEZA.- C. y p. en 11-I-1379 (A.C.C., caj. I, n. 201). Ma. desde 1380, pide una canonjía en expectativa en Sevilla siendo estudiante de Derecho Canónico en Salamanca en 29/31-V-1381 y en 26-II-1386 (*Bulario*, p. 433-452 y 462). Electo obispo de Córdoba en 1397.
- FERNANDO GONZÁLEZ DE ESTRADA.- C. y ma. en 13-XI-1286 (125, f. 120) y ar. de Córdoba poco antes de 12-VI-1300 (*Boniface VIII*, 3.634). Electo obispo de Calahorra en 13-IX-1301 (*Ibid.*,4.155). Test. y codicilo en 18-IV-1302 y 2-VII-1303 (125, ff.30 y 130-131). Hijo de doña Maria Martín, hermano de don Pedro Aparicio, Juan González, Leonor González y del arzobispo de Sevilla don Sancho González de Estrada y padre de Leonor y Mencía tenidas de María Domingo y de Teresa Fernández. Estudió en Bolonia. Debió ser hijo tercero de don Gonzalo García de Estrada, señor de Frías y conquistador de Córdoba (*Casa de Cabrera*, p. 190-191).

- FERNANDO MARTÍNEZ.- Clérigo y escolar en la catedral en 25-XI-1311 (A.C.C., caj. P, n. 45).
- FERNANDO MARTÍNEZ.- C. y capellán pontificio, citado como difunto en 21-VIII-1366 (*Bulario*, 403-408).
- FERNANDO MARTÍNEZ.- Co. h. 1370 (L.V., f. 44).
- FERNANDO NÚÑEZ.- Co. h. 1370 (L.V. , f. 75).
- FERNANDO NÚÑEZ.- R. h. 1370 (L.V. , f. 132).
- FERNANDO NÚÑEZ DE CABRERA.- Capellán de Alfonso XI y c. en 4-IV-1320 (A.C.C., caj. H, n. 104). Ma. en 8-XI-1333 y diácono en 20-III-1336 (*Jean XXII*, 62.059. B.N. , Ms. 13.035, ff. 150-156). Ar. de Córdoba en 17-II-1337 (166, f. 7). Electo obispo de Córdoba en 1346.
- FERNANDO PÉREZ.- Sacristán de la Capilla de los Reyes de Sevilla, que a petición de Alfonso XI obtiene una canonjía en expectativa en Córdoba en 20-IX-1329 (*Jean XXII*, 46.686).
- FERNANDO PÉREZ DE CONTRERAS.- C., cubiculario pontificio, subcolector pontificio y bachiller en 7-V-1401 (A.C.C., caj. N, n. 78; L.V. , f. 213). Deán en 10-II-1427 y hasta 1442 (166, f. 72).
- FERNANDO RODRÍGUEZ.- C. , t. y varios años vicario general, como en 4-VI-1359, 6-XI-1369 y 3-VII-1372 (A.C.C. , caj. V, n. 332 y 347 y caj. Z, n. 51).
- FERNANDO RUIZ DE AGUAYO.- C., sobrino del obispo don Fernando González Deza, que accede a la chantría en 10-III-1419 (A.C.C. , caj. N, n. 64). Capellán real en 18-IX-1430 y consejero real en 1458 (A.C.C., caj. JHS, n. 410). Hijo del cuarto señor de los Galapagares, don Fernando Ruiz de Aguayo, hermano de Juan de Aguayo, de los canónigos Pedro Ruiz de Aguayo y Pedro Díaz de Aguayo (también ar. de Castro) y de las monjas Urraca Alfonso y Beatriz Fernández (*Casa de Cabrera*, p. 152-153. *Descripción*, p. 11-12. Cfr. G. Lora Serrano, "Belmez").
- FERNANDO SÁNCHEZ.- C. en 30-III-1434 (166, ff. 75-76).
- FERNANDO SÁNCHEZ. (EL ARCIPRESTE).- Co. h. 1425 (L.V., f. 50).
- FERNANDO SÁNCHEZ. DE CARRANZA.- Obtiene una canonjía en expectativa en 30-IV-1333 (*Jean XXII*, 60.178).
- FERNANDO VELÁZQUEZ.- Co. h. 1370 (L.V., f. 99).
- FERNANDO ALFONSO DE BADAJOZ.- Co. h. 1400 (L.V., f. 37).
- FRANCISCO GIL.- C. y procurador del Cabildo ante Fernando IV en 25-II-1311 (125, f. 15). Ar. de Pedroche y colector de la décima y cruzada concedida al infante don Pedro en 4-IV-1320 (A.C.C., caj. H, n. 104). Era ar. de Pedroche también en 29-VII-1325 (*Annales*.III, 161-162).
- FRANCISCO PABLO.- Clérigo de Asís y familiar del cardenal de S. Jorge, que obtiene una canonjía en expectativa en Córdoba en -VI-1329 (*Jean XXII*, 45.459). C. y subdiácono en 20-III-1336 (B.N., Ms. 13.035, ff. 150-156). Don. en 22-XII-1348 (A.C.C., caj. F, n. 284).
- GARCÍA.- C. en 24-I-1284 (A.C.C. , caj. E, n. 40).
- GARCÍA IBÁÑEZ.- C. en 24-IV-1242 y en 8-XII-1257 (125, ff. 44 y 71); B.N., Ms. 13.035, ff. 138-139). Fueron sus albaceas don Gonzalo Yáñez de Palma y el c. y vicario Domingo Ramiro en 2-I-1260 (*Corpus*.II, p. 71).
- GARCÍA LÓPEZ.- Ch. h. 1370 (L.V., f. 70).
- GARCÍA MARTÍNEZ.- Deán en 6-XII-1376 (A.C.C., caj. Y, n. 186).
- GARCÍA PÉREZ.- Co. y presbítero en 30-VI-1294 (B.N., Ms. 13.035, ff. 140-148).

- GARCÍA PÉREZ.- Ar. de Castro en 14-XII-1300 (R.A.H., Ms. 9/5.436, ff. 319-322). Test. en 8-V-1311 siendo padre de Sancha y Elvira (A.C.C., caj. R, n. 113).
- GARCÍA PÉREZ.- Sobrino del obispo de Córdoba don Andrés, era ar. de Castro en 18-VIII-1376 en que hizo don., en 18-I-1387 y en 23-III-1413 (A.C.C., caj. V, n. 435; Caj. Y, n. 186; L.V., f. 92).
- GASCA DE LENIS (GASTON DE MIRAPISCE).- C. y deán de Córdoba que resignó el decanato en 8-XI-1333 (*Jean XXII*, 62.060).
- GIL.- Co. o c. y clérigo de S. Andrés de Córdoba en 3-V-1277 (166, ff. 9-10; L.V., f. 113).
- GIL ÁLVAREZ DE ALBORNOZ.- Cardenal, que obtuvo una canonjía en Córdoba en 22-IV-1351 (*Diplomatario*, p. 58). Por ello dotó una beca de teología para un cordobés en S. Clemente de Bolonia y la fiesta de Sta. Inés en la catedral de Córdoba (L.V., f. 99).
- GIL GARCÍA.- Co. y receptor de la décima concedida a Fernando IV. R. en 16-VI-1316 (125, f. 124). Clérigo del infante don Pedro, c. y receptor de la décima concedida al infante en 15-XII-1317 (B.N. Ms. 13.097, f. 64).
- GIL NEGRO.- R. en 12-III-1264 (B.C.C. Ms. 125. ff. 66-67).
- GIL PÉREZ.- Co. en 15-XI-1294 (125, ff. 128-129). Albacea del c. Rodrigo Alfonso en 7-V-1298 (Ibid. ff. 127-128). C. y varias veces procurador del cabildo, como en 8-IX-1303 (Ibid., f. 54). Ar. de Pedroche, clérigo real y nombrado capellán mayor de la capilla de Fernando IV en 4-X-1312 (Ibid., f. 58). Subcolector de la décima de 1309-1311. Visitador de la Iglesia de Córdoba en nombre del arzobispo de Toledo en 20-IV-1313 (A.C.C., caj. M. n. 100). Ar. de Castro en 18-IV-1317 y en 1-III-1334 (125. f. 114; A.C.C. , caj. R, n. 37). Obtiene el decanato por resignación de Gasca de Lenis en 8-XI-1333 (*Jean XXII*, 62.060). Test. en 12-II-1341 (A.C.C. , caj. V, n. 572; cfr. L.V.. ff.24, 30, 49, 52, 61, 122 y 195; cfr. también *Casa de Cabrera*, p. 310-313, con información errónea, R. Fernández González, 'Las Posadas del Rey'). Hijo de Juan Pérez y de doña Sol, hermano de Sancho Pérez, Juan Sánchez y María Sánchez Carrillo, sobrino de Juan Gil y tío de doña Sol y de don Gonzalo Fernández, que fue obispo de Avila.
- GÓMEZ FERNÁNDEZ.- C., bachiller en decretos y juez comisario episcopal en 18-X-1437, es su familiar Antón Sánchez (*Notariado*, p. 337-338, 340, 465); c. en 22-XII-1439 (A.C.C. , caj. V, n. 451).
- GÓMEZ MARTÍNEZ.- Co. en 11-XII-1285 (A.C.C. , caj. F, n. 383). C. y sobrino de don Sebastián, ar. de Pedroche, en 30-VI-1294 (B.N. , Ms. 13.035, ff. 140-148). Mayordomo del comunal citado en 8-III-1304 (125, f. 131; cfr. L.V., f. 136).
- GONZALO.- P. de Córdoba, heredado por los reyes en 5-III-1241 y 13-VI-1253 (125, f. 5 y A. Ballesteros, *Sevilla en el siglo XIII*, Madrid, 1913, p. 19). Primer deán de Córdoba con don. en 7-XI-1282 (A.C.C. , caj. L, n. 371; L.V., f. 60).
- GONZALO.- C. y vicario en 26-VII-1315 (A.C.C., caj. I. n. 203). Ar. de Castro en 17-II-1337 (166, f. 7).
- GONZALO FERNÁNDEZ VENEGAS.- Hijo del alcalde mayor de Córdoba don Pedro Venegas, con 11 o 12 años y siendo escolar de Gramática en Salamanca es propuesto por Enrique III para una canonjía valorada en 120 florines de Aragón en Febrero de 1391 (*Bulario*, p. 483-489). Ma. y después ar. de Córdoba en 16-III-1411 (A.C.C. , caj. L. n. 367). Obispo electo de Córdoba en 1426.
- GONZALO GARCÍA.- Mayordomo del comunal en 3-VII-1313 (125, f. 109).

- GONZALO GARCÍA.- Co. h. 1435 (A.C.C., caj. N, n. 275).
- GONZALO GIL.- C. en 2-VIII-1396 (166, f. 69). Hijo del escribano público Ibáñez García, hermano del guarda de la Capilla Real, Juan González y de Antón Martínez, con don. en 25-VI-1400 (A.C.C., caj. I, n. 202; L.V., f. 68).
- GONZALO GIL EL MOZO.- Co. y estudiante en Córdoba en 11-X-1392, después será bachiller (A.C.C., caj. I, n. 395; L.V., f. 57).
- GONZALO GIL EL VIEJO.- Co. en 11-X-1392 (A.C.C., caj. I. n. 395).
- GONZALO LÓPEZ.- Vicario lugarteniente en 1403 (A.C.C., caj. O. n. 278).
- GONZALO LÓPEZ DE OROZCO.- C. en 23-V-1374 (A.C.C., caj. N, n. 51). Fue también ar. de Baeza y después deán de Jaén en 24-XI-1382 (Ibid., caj. B, 401). Renunció a una ración en Bujalance en 2-II-1392 (A.V., *Reg. Vat.*, 303, ff. 451-452). Citado como difunto en 4-VIII-1394 (A.C.C., caj. N, n. 75; cfr. L.V., f. 118).
- GONZALO MARTÍNEZ.- Co., padre de Juan González, con test. en 2-XI-1397 (A.C.C., caj. I, n. 193; cfr. L.V., f. 102).
- GONZALO NÚÑEZ.- C. en 24-I-1350 (A.C.C., caj. I, n. 172).
- GONZALO NÚÑEZ.- R. h. 1370 (L.V., f. 53).
- GONZALO PÉREZ.- C. en 12-III-1264 (125, ff. 66-67). T. en 30-X-1265 (Ibid. ff. 73 y 107).
- GONZALO RODRÍGUEZ.- C. y bachiller h. 1410 (L.V., f. 37).
- GONZALO SÁNCHEZ.- Co. en Córdoba, además de c. en Sevilla y Jaén en 12-XII-1385 (A.V., *Reg. Vat.* 296, f. 55). Su hermano, el alguacil Fernando Martínez, dotó sus oficios en 18-VI-1390 (A.C.C. caj. E, n. 290; L.V., f. 27).
- GONZALO SÁNCHEZ.- Co. que se fue de la catedral, h. 1375 (L. V. , f. 6).
- GONZALO SÁNCHEZ.- Co. y obrero varios años, como en 3-XII-1386, que injurió al ma. en 1392 (A.C.C., caj. I, ns. 395 y 396).
- GONZALO SÁNCHEZ.- C. h. 1435 (A.C.C., caj. N, n. 275).
- GONZALO VELASCO.- Co. y clérigo de la reina de Aragón doña Leonor, que obtiene dispensa para recibir órdenes sagradas y otros beneficios eclesiásticos en 9-IX-1332 (*Jean XXII*, 58.315).
- GONZALO YÁÑEZ DE ROJAS.- C. h. 1435 y en 3-IV-1441 (A.C.C. , caj. N. n. 275 y caj. D. n. 382).
- GUTIERRE DÍAZ.- R. en 20-XI-1344 y en 8-III-1358 (A.C.C., caj. L, n. 384 y caj. H, n. 181).
- GUTIERRE GONZÁLEZ.- C. en 24-IV-1242 (125, ff. 44 y 71). Ch. en 13-VIII-1246 (Ibid., f. 61). T. en 8-XII-1257 y 12-III-1264 (Ibid., ff. 138-139 y 66-67). Test. en 25-X-1262 y tío del ma. Ruy Pérez (A.C.C., caj. V, n. 1 y Ms. 125, f. 127). Hermano de don Gutierre y de don Tello y tío de doña María Díaz de las Cabezas. Fueron sus albaceas el obispo don Fernando de Mesa y el ar. de Córdoba Miguel Díaz.
- GUTIERRE RODRÍGUEZ.- C. en 23-VIII-1345 (166, f. 8).
- GUTIERRE RUIZ.- C. y presbítero en 20-III-1336, sobrino del obispo de Córdoba don Gutierre Ruiz de Mesa (B.N., Ms. 13.035, ff. 150-156). Test. en 17-VII-1349 (A.C.C., caj. L, n. 216).
- GUTIERRE RUIZ DE MESA.- Sobrino del obispo de Córdoba don Fernando de Mesa, tío del c. Gutierre Ruiz , c. y ar. de Pedroche en 14-XII-1300 (R.A.H., Ms. 9/5.436, ff. 319-322). Deán en 15-IV-1303 y subcolector de la décima concedida a Fernando IV (125, f. 114). Don. siendo deán en 7-XII-1314 (A.C.C., caj. G, n. 129). Obispo de Jaén en 1317, de Idanha en 1322 y de Córdoba en 1326.

- IBÁÑEZ.- Capellán del obispo don Fernando de Mesa y r. en 12-III-1264 (125, ff. 66-67).
- IBÁÑEZ DE LUCENA.- Co. en 31-V-1277 (125, f. 134). C. citado como difunto en 2-VII-1302 (R.A.H., Ms. 9/5.436, f. 25; cfr. L.V., f. 21).
- IBÁÑEZ PÉREZ DE LAS CABEZAS.- C. en 5-IV-1255 (A.C.C., caj. L, n.). Ar. de Belmez-Pedroche en 8-XII-1257 (B.N., Ms. 13.035, ff. 138-139). Don. en 28-IX-1265 (125, f. 138; cfr. L.V., f. 51).
- JUAN.- Co. y maestro con don. en 9-IX-1344 (A.C.C., caj. L, n. 384).
- JUAN ABAD DE PORTACLUSA.- Diácono en la parroquia1 de S. Pedro de Córdoba en 16-IV-1244 (A.C.C., caj. D, n. 213). C. en 12-III-1264 y en 29-III-1272 (125, ff. 66-68). Padre de doña Marquesa (cfr. L.V., f. 114 y 25-X-1302; A.C.C., caj. V, n. 550).
- JUAN ALFONSO.- Escolar en la catedral en 25-XI-1311 (A.C.C., caj. P, n. 45).
- JUAN ALFONSO PÉREZ DE SAAVEDRA.- C. y ma. en 4-IV-1320 (A.C.C., caj. H, n. 104). Era ch. y subdiácono al ser obispo electo de Plasencia en 19-VI-1329 (*Jean XXII*, 45.459). Había sido capellán mayor de la capilla de Fernando IV. Debió ser hijo de Alfonso Pérez de Saavedra alcaide de Baena y de Leonor Fernández Núñez (hija del alguacil de Córdoba Fernando Núñez de Témez y hermana del obispo don Fernando González de Estrada). (B.N., Ms. 3.270, f.48).
- JUAN ALFONSO.- Co. en Córdoba y t. en Úbeda, padre de Pedro Alfonso, que otorgó test. en 21-III-1349 (A.C.C., caj. I, n. 194).
- JUAN ALFONSO.- Sobrino del ar. de Castro, don Pedro Alfonso, que dotó su enterramiento en 21-XI-1363. Fue obispo electo y confirmado de Córdoba y debió ser capitular de Córdoba (A.C.C., caj. Y, n. 126).
- JUAN ALFONSO.- Estudiante de cuarto año de Cánones en Salamanca, que pide una canonjia en expectativa en 29/31-V-1381 (*Bulario*, p. 433-452). C. en 25-II-1409 (166, f. 69).
- JUAN BERNALT.- Co. en 20-III-1313 (A.C.C., caj. M, n. 100).
- JUAN BERNALT (o BERNELA).- Co. y mayordomo del comunal varios años, como en 9-XI-1419 (A.C.C., caj. B, n. 440).
- JUAN DOMÍNGUEZ.- Mayordomo citado como difunto en 15-IV-1303 (125, f. 114).
- JUAN DOMINGO DE MEDINA (EL BEATO).- Co. en 15-XI-1294 (125, ff. 128-129). Deudo del obispo don Fernando de Mesa, casado con doña María y doña Lucía, padre de Fernando, Pedro y Juana, con test. en 8-III-1316 (*Ibid.*, f. 136; cfr. L.V., f. 72).
- JUAN FERNÁNDEZ.- Ar. de Castro y colector de la décima concedida a Fernando IV, en 7-XI-1313 (A.C.C., caj. H, n. 154). De origen noble y deán de Córdoba en 18-VII-1318 (*Jean XXII*, 7.806). Era también c. de Sevilla, de Burgos y de Segovia, comensal del cardenal de S. Adrián y llevaba excomulgado dos años a causa de las deudas en 20-VI-1324 y 3-I-1325 (*Ibid.*, 19.766 y 19.789; A.C.C., caj. M, n. 303). Obispo de Lugo en 1326.
- JUAN FERNÁNDEZ.- Co. y procurador del cabildo en 14-II-1366 y recolector de un pecho a pagar por el cabildo en 6-III-1387 (A.C.C., caj. O, n. 278 e I, n. 396).
- JUAN FERNÁNDEZ.- C. en 27-XI-1368, en 31-I-1379 y citado como difunto en 30-VIII-1405 (A.C.C., caj. M, n. 49; caj. V, n. 256 y caj. N, n. 79).
- JUAN FERNÁNDEZ.- Co. padre del escribano Luis Fernández, h. 1394 (L.V., f. 21).
- JUAN FERNÁNDEZ DE CARRION.- C. y mayordomo del comunal varios años, como en 10-X-1368 y en 16-VIII-1377 (A.C.C., caj. P, n. 96 y caj. B, n. 530). Citado como difunto en 11-I-1379 (A.C.C., caj. I, n. 201).

- JUAN FERNÁNDEZ DE CÓRDOBA.- C. en 31-I-1379 (A.C.C., caj. H, n. 49).
- JUAN FERNÁNDEZ DE FRÍAS.- C. y bachiller en Decretos en 24-XI-1382 (A.C.C., caj. B, n. 401). Ch., promovido a doctor por Salamanca después de dos años de lectura de Derecho en Salamanca y otros tres más en Córdoba, en 4-III-1386 (*Bulario*, p. 462). Ch. y vicario general varios años, como en 2-VIII-1396 y en su don. en 25-VII-1393 (166, f. 69; A.C.C., caj. L, n. 376). Sucedió en el decanato a don Mateo Sánchez h. 1398 y murió antes de la don. de su hermano Martín Fernández de Frías en 31-X-1404 (A.C.C., caj. R, n. 22; cfr. *Catálogo*, I, p. 327).
- JUAN FERNÁNDEZ DE JEREZ.- C. con don. en 20-XII-1367, confirmada en 29-V-1374 (A.C.C., caj. L, n. 374). P. en 24-XI-1382 (A.C.C., caj. B, n. 401). Permuta su canonjía de Córdoba por la que poseía en Sevilla el cardenal de S. Lorenzo en Lucina en 5-I-1385 (A.V. *Reg. Vat.* 296, ff. 93-94). Citado como difunto en II-XII-1389 (A.C.C., caj. N, n. 63). Casado con Catalina Rodríguez y padre de Antón Fernández, Luis Méndez, Lope Rodríguez, Men Rodríguez, Juan Fernández y Catalina Rodríguez (cfr. L.V., f. 103).
- JUAN FERNÁNDEZ PANTOJA.- C. y ma. en 22-VII-1371 (A.C.C., caj. D, n. 465). Varios años vicario, como en 17-VIII-1375 (A.C.C., caj. P, n. 57). Además, fue c. de Sevilla y subcolector de las rentas de la cámara pontificia hasta 19-VII-1380 (*Bulario*, p. 430-431). Electo obispo de Córdoba en 1379.
- JUAN GARCÍA.- T. en 5-II-1292 y en 30-VI-1294 (125, f. 53; B.N. , Ms. 13.035, ff. 140-148). Emparentado con el c. extravagante Juan Pérez (cfr. 21-VIII-1321. Ms. 125, f. 142; L.V.,f.28).
- JUAN GARCÍA.- C. extravagante con don. en 3-XI-1306 (125, f. 96).
- JUAN GARCÍA.- Co. con doble ración capitular por su donación de medio cortijo de la Torre de Juan Gil, cuya otra mitad entregó al cabildo por venta en 7-V-1322 (A.C.C., caj. V, n. 160).
- JUAN GARCÍA.- Presbítero y beneficiado perpetuo en la parroquial de O. Sanctorum de Córdoba, que pide una canonjía en expectativa en Córdoba en 27-VI-1381 (*Bulario*, p. 453). Es c. en 3-XII-1386 y en 22-V-1392 (A.C.C., caj. I, n. 396 y 395).
- JUAN GARCÍA.- Familiar del cardenal de S. Luis de Aragón, bachiller en decretos, c. que tomó posesión de su prebenda por procurador y que en 18-I-1387 aún no había ganado la residencia (A.C.C., caj. I, n. 396). Procurador del cabildo en la curia de Aviñón en 20-XI-1392 (Ibid., n. 395). Ar. de Córdoba en 25-II-1409 con don. en 13-V-1415 (166, f. 69 y A.C.C. , caj. G, n. 498). Muerto antes de 10-V-1420 (A.C.C., caj. F, n. 355).
- JUAN GARCÍA.- R. en 27-VIII-1422 (A.C.C., caj. B, n. 265).
- JUAN GARCÍA.- C. en 15-VI-1427 y en 16-VI-1446 (A.C.C., caj. D, n. 544 y caj. G, n. 103).
- JUAN GONZÁLEZ.- Co. y mayordomo del cabildo en 10-VI-1297 y en 6-VII-1311 (125, ff. 53-54; A.C.C. , caj. E, n. 19). Subcolector de la décima concedida a Fernando IV en 7-XI-1313 (A.C.C., caj. H, n. 154).
- JUAN GONZÁLEZ.- C. y vicario del ar. de Córdoba en 1-IX-1305 (A.C.C., caj. L, n. 429). T. en 24-XII-1314 (125, f. 113). Además, fue varios años vicario general, como en 26-II-1329 y 4-VI-1332 (A.C.C., caj. S, n. 74 y caj. V, n. 30).
- JUAN GONZÁLEZ.- C. y mayordomo del cabildo en 6-VII-1311 (125, f. 117). Sobrino del primer deán, don Gonzalo y criado del ar. de Castro, don Juan González. Don. en 19-I-1336 (A.C.C., caj. T, n. 150).
- JUAN GONZÁLEZ.- P. de Córdoba y c. de Cuenca, que comenzaba a estudiar por cinco años Teología en Aviñón en 21-VIII-1329 (*Jean XXII*, 46.049). T. que a partir de 8-XI-1333 debe

- renunciar al cargo para acceder al arcedianato de Castro, aunque seguía siendo t. en 1334 (*Ibid.*, 62.064). Ar. de Castro y presbítero en 20-III-1336 (B.N., Ms. 13.035, ff. 150-156). Deán y vicario general en 31-III-1341 y padre de Gonzalo González en 4-IX-1342, murió poco después en 24-I-1350 (A.C.C., caj. I, n. 172).
- JUAN GONZÁLEZ.- Co. en 8-III-1358 (A.C.C., caj. H, n. 181).
- JUAN GONZÁLEZ.- C. en 25-IX-1366 (166, f. 46).
- JUAN GONZÁLEZ.- Co. con test. en 17-IX-1409 (A.C.C., caj. T, n. 469).
- JUAN GONZÁLEZ.- Co. h. 1435 (A.C.C., caj. N, n. 275).
- JUAN DE GRAN.- Sucentor en 25-XI-1311 (A.C.C., caj. P, n. 45).
- JUAN GUTIÉRREZ.- Ch. en 13-VIII-1246 (125, f. 61). Hermano del r. Pedro Gutiérrez en 24-X-1251 (A.C.C., caj. F, n. 293; cfr. L.V., f. 197).
- JUAN LÓPEZ.- C. de Sevilla, lector de Derecho Canónico en Sevilla y escolar de Derecho Civil que, a petición de Alfonso XI, obtiene una canonjía en expectativa en Córdoba en 28-III-1349 (*Bulario*, p. 365).
- JUAN LÓPEZ.- R. en 24-I-1350 (A.C.C. , caj. I, n. 172).
- JUAN LÓPEZ.- C. de Córdoba y ar. de Baeza en 31-I-1379 (A.C.C. , Caj. M, n. 49; cfr. L.V. , f. 117).
- JUAN LÓPEZ.- Co. en 7-I-1401 (A.C.C. , caj. N, n. 175).
- JUAN MARTÍNEZ.- C. en 13-VIII-1246 (125, f. 61).
- JUAN MARTÍNEZ.- Ma. de Palencia y c. de Córdoba en 30-VI-1294 (B.N., Ms. 13.035, ff. 140-148).
- JUAN MARTÍNEZ.- Co. y clérigo de la reina de Castilla doña María, que obtiene en expectativa una canonjía o dignidad en Cuenca en 27-X-1320 (*Jean XXII*, 12.527).
- JUAN MARTÍNEZ.- Co. en 27-III-1333 y en 8-III-1358 (A.C.C., caj. V, n. 30 y caj. H, n. 181).
- JUAN MARTÍNEZ.- C. en 23-IV-1346 (125, f. 69; cfr. L. V. , 21).
- JUAN MARTÍNEZ.- Co. hacía 1380 (L.V., f. 44).
- JUAN MARTÍNEZ DE ARGOTE.- Co. hacía 1395, es c. en 23-I-1413 (A.C.C. , caj. F, n. 143). Ar. de Pedroche con don. en 11-I-1436 (A.C.C., caj. T, n. 440). Hijo del alcaide de los Donceles don Martín Fernández de Córdoba y de María Alfonso de Argote y hermanastro de su sucesor en el arcedianato y después obispo de Córdoba don Pedro de Córdoba y Solier.
- JUAN MARTÍNEZ DE ATIENZA.- R. con test. en 28-IV-1415 (A.C.C., caj. I, n. 204).
- JUAN MARTÍNEZ DE ORGAZ.- Capitular h. 1410 (L.V., f. 6).
- JUAN MARTÍN DE TAPIA.- Co. o c. en 5-XII-1254 y clérigo de la parroquial de O. Sanctorum de Córdoba, mayordomo del cabildo varios años, como en 7-VII-1268 (125, ff. 104 y 94). C. en 15-II-1286, hermano del c. Miguel de Tapia y tío del co. Ruy Pérez, con test. en 8-III-1304 (125, f. 131; cfr. L. V., f. 90).
- JUAN MATEOS.- Clérigo y escribano de Alfonso X, que accede a una canonjía en 21-VIII-1264 (*Urbain IV*, 2.100), aunque sigue por tiempo en la curia real. Hermano de doña María Díaz de las Cabezas (L.V., ff. 73 y 203).
- JUAN MATEOS.- Clérigo de la parroquial de Sta. Marina de Córdoba y sobrino del ar. de Córdoba don Ruy Fernández en 15-VI-1293 (125, ff. 142-144). Co. en 15-I-1294 (*Ibid.*, ff. 128-129). C. en 17-VII-1305 (*Ibid.*, f. 103).

- JUAN MUÑOZ.- Clérigo de la reina de Castilla doña María, que obtiene canonjía en 28-X-1340 (*Benoît XII*, nn. 7.772 y 7.836). Procurador del cabildo ante Pedro I en 15-XI-1353 (A.C.C., caj. Z, n. 26). Don. en 23-IV-1378.
- JUAN MUÑOZ.- Co. y después c. en 7-IX-1411 (L.V., f. 6; A.C.C., caj. C, n. 476).
- JUAN OZORES.- C., vicario general y ar. de Carrión (Palencia) en 18-IX-1357 (R.A.H. , Ms 9/5.436, ff. 329-331).
- JUAN PÉREZ.- Ch. y criado de Fernando III, con donadío en Guadarromán (125, ff. 147-155).
- JUAN PÉREZ.- R. que obtiene una canonjía en 4-XI-1263 (*Urbain IV*, 2.396).
- JUAN PÉREZ.- C. y sobrino del primer deán don Gonzalo en 9-I-1272 y en 30-VI-1294 (125, f. 104; B.N. , Ms. 13.035, ff. 140-148).
- JUAN PÉREZ.- C. en 2-V-1286 (125, f. 120). Clérigo de Sancho IV y ch. en 4-VIII-1296 (*Ibid.*, f. 21).
- JUAN PÉREZ.- C. primo del c. Domingo Pérez en 16-XI-1298 (125, f. 139; L.V., ff. 79 y 81).
- JUAN PÉREZ.- C. extravagante en 21-VIII-1321 (125, f. 142). Emparentado con el t. Juan García (L.V., f. 28).
- JUAN PÉREZ.- R. hermano de doña Mayor y Teresa Pérez, sus herederas, que incrementan la don. en 17-VIII-1296 (A.C.C., caj. I , n. 208).
- JUAN PÉREZ.- C. de Córdoba, que obtiene el arcedianato de Valderas (León) en 12-V-1333 (*Jean XXII*, 60.339). Obispo de Córdoba en 1336.
- JUAN PÉREZ.- Estudiante en Salamanca, que pide media ración en Córdoba en 29/31-V-1381 (*Bulario*, p. 433-452). Co. con permiso capitular para ir a estudiar a Montpellier en 9-IX-1387 (A.C.C., caj. I, n. 396). R. en 14-II-1397 (A.C.C., caj. T, n. 80). Teniente de vicario varios años, como en 16-XI-1401 y 25-I-1406 (A.C.C., caj. D, n. 567; R.A.H., Ms. 9/5.434, f. 219). Test. en 10-VI-1400.
- JUAN LÓPEZ.- C. de Córdoba, estudiante de Derecho Civil y lector de Derecho Canónico en Sevilla en 1349 (*Bulario*, p. 284).
- JUAN (o FERNANDO) MARTÍNEZ.- Hijo de don Martín López de Córdoba (camarero de Pedro I), que con sólo 12 años poseía doce canonjías y el arcedianato de Pedroche en 1363 (*Bulario*, p. 286).
- JUAN MARTÍNEZ.- C. y sobrino del deán Gil Pérez, h. 1380 (L.V., f. 62).
- JUAN PÉREZ.- R. en 24-XI-1382 (A.C.C. , caj. B, n. 401). Hijo del jurado Juan Pérez, con test. en 10-VI-1400 (A.C.C., caj. D, n. 569).
- JUAN PÉREZ.- C. ausente en 1392 (A.C.C., caj. I, n. 395).
- JUAN PÉREZ ASTUR.- C. en 30-VI-1294 (B.N., Ms. 13.035, ff. 140-148).
- JUAN PÉREZ DE SANTO DOMINGO.- C. en 12-III-1264 (B.C.C., Ms, 125, ff. 66-67).
- JUAN PÉREZ DE VELINCHÓN.- C. en 12-III-1264 y en 13-IV-1267 (125, ff. 66-67 y 101-102).
- JUAN RODRÍGUEZ.- C. de Córdoba y prebendado en Sevilla en 13-VIII-1246 (125, f. 61). Test. en 1-VII-1282 (R.A.H., Ms. 9/5.436, f. 18).
- JUAN RODRÍGUEZ.- C. en 26-VII-1310 (A.C.C., caj. R, n. 245; cfr. L.V. , f. 112).
- JUAN RODRÍGUEZ.- Co. y familiar de Alfonso XI, que obtiene una canonjía en expectativa en Palencia en 18-IV-1325 (*Jean XXII*, 22.043).
- JUAN RODRÍGUEZ.- C. en 31-I-1379 (A.C.C. , caj. M, n. 49; cfr. L.V., f. 87).

- JUAN RODRÍGUEZ.- Presbítero cordobés, beneficiado en S. Román de Sevilla, estudiante en S. Clemente de Bolonia, que pide una canonjía en expectativa en Córdoba en 18-I-1380 (*Bulario*, p. 428-430).
- JUAN RODRÍGUEZ.- Co. y estudiante de Gramática en Salamanca, que pide una ración en Córdoba en 29/31-V-1381 (*Bulario*, p. 433-452).
- JUAN RODRÍGUEZ.- C. en 24-XI-1382 (A.C.C., caj. B, n. 401). Ch. h. 1385 (L.V., f. 8). T. en 9-I-1387, en 20-XI-1402, en 21-X-1420 y en 3-II-1424 (A.C.C., caj. I, n. 396; caj. E, n. 125; caj. K, n. 69, *Notariado*, p. 404).
- JUAN RODRÍGUEZ.- Co. y estudiante en Córdoba en 11-X-1392 (A.C.C., caj. I, n. 395). También c. en Jaén en 9-VIII-1432 (A.C.C., caj. B, n. 489).
- JUAN ROLDÁN.- R. en 12-III-1264 (125, ff. 66-67). C. en 16-III-1268 (A.C.C., caj. E, n. 371). Don. siendo ch. (L.V., f. 200).
- JUAN SÁNCHEZ.- R. en 9-XI-1346 (A.C.C., caj. D, n. 403; cfr. L.V., f. 195).
- JUAN SÁNCHEZ.- R. y mayordomo del cabildo en 17-II-1363 y en 3-V-1378 (166, ff. 44-45; A.C.C., caj. I, n. 26; cfr. L.V. f. 4).
- JUAN SÁNCHEZ.- Co. en 21-XI-1366 (A.C.C., caj. T, n. 406).
- JUAN SÁNCHEZ.- C. en 24-XI-1382 (A.C.C., caj. B, n. 401). Obrero de la catedral varios años, como en 7-I-1389, en que hace don. (A.C.C., caj. T, n. 261 y caj. D, n. 73).
- JUAN SÁNCHEZ.- Co. y diputado del cabildo en 14-II-1404 (A.C.C., caj. O, n. 278).
- JUAN SÁNCHEZ.- Estudiante de Derecho Canónico en Salamanca. que pide una ración en Córdoba en 29/31-V-1381 (*Bulario*, p. 433-452). Es c. y doctor en medicina en 28-III-1438 (A.C.C., caj. B, n. 302).
- JUAN SÁNCHEZ. DE CABRA.- C. y p. en 12-VII-1396 (A.C.C., caj. T, n. 327). Deán en 3-XII-1406 y en 25-I-1409 (A.C.C., caj. C, n. 267; Ms. 166, f. 69).
- LÁZARO MARTÍNEZ.- Co. y soch. en 4-XI-1375 (A.C.C., caj. F, n. 227). Padre de María Alfonso, conocido generalmente como “el sochantre” o “el sochantre viejo”, con test. en 30-III-1413 (A.C.C., caj. L, n. 367).
- LOPE GARCÍA.- C. citado como difunto en 22-III-1389 (A.C.C., caj. G. n. 1).
- LOPE GUTIÉRREZ.- C. en 13-VIII-1246 (125, f. 61). Calonge en 29-IV-1253 (*Corpus*, I, p. 205).
- LOPE GUTIÉRREZ.- Co. en 9-V-1393 (166, f. 12).
- LOPE GUTIÉRREZ DE LOS RÍOS.- C. y ma., de linaje noble y estudiante de Derecho Canónico en cuarto año en 16-X-1403 (*Bulario*, p. 558). Dejó vacante su ración al ser promovido en 24-I-1405 (*Bulario*, p. 591). Bachiller en Decretos y ma. en 3-II-1424 (A.C.C., caj. M, n. 69). Protonotario con test. en 21-VI-1441 (A.C.C., caj. L. n. 241. Sobrino del cardenal obispo de Plasencia (Italia), don Gutierre de los Ríos (*Casa de Cabrera*, p. 195-199). Murió como obispo electo de Avila (*Compendio*, p. 72 y 116). Hijo segundo de don Diego Gutiérrez de los Ríos, alférez mayor de Córdoba, “veinticuatro” y señor de Fernán Núñez, y de Inés Alfonso de Montemayor y sobrino de doña Juana de Sousa, madre del infante don Enrique duque de Medina Sidonia.
- LOPE MARTÍNEZ.- Estudiante de Derecho Canónico en Salamanca y sobrino del obispo de Córdoba don Fernando Gutiérrez en 5-I-1313 (F. Fita, *Actas inéditas de siete concilios españoles...* Madrid, 1882, p. 154). C. y receptor en Córdoba de la décima otorgada al infante don Pedro en 15-XI-1317 (B.N., Ms. 13.097, f. 64). Clérigo comensal de Alfonso

- XI, que obtiene dispensa para recibir órdenes sagradas (hijo de diácono y soltera) y para poseer otra canonjía en Sevilla en 13-IX-1329 (*Jean XXII*, 46.576 y 46.592). Vicario general en 19-II-1322 (A.C.C., caj. V, n. 285). Enviado a Sevilla por Alfonso XI para levantar un entredicho pontificio en 1327 (*Catálogo*, I, 294). Subdiácono en 20-III-1336 (B.N., Ms. 13.035, ff. 150-156; cfr. L.V., f. 96).
- LOPE ORTIZ CALDERÓN.- Clérigo de Alfonso XI, c. en Córdoba, jurisperito y poseedor de varias prebendas en otras iglesias en 13-I-1334 (*Jean XXII*, 62.463).
- LOPE PÉREZ.- Co. y apuntador de coro en II-X-1392 (A.C.C., caj. I, n.395). Mayordomo y procurador del cabildo varios años, como en 7-X-1398, en 13-IV-1410 y en 24-II-1421 (A.C.C., caj. Q, n. 51; caj. N, n. 77 y caj. T, n. 115). En 11-12-IV-1421 es r. (*Notariado*, p. 409).
- LOPE RODRÍGUEZ.- Co. en 2-VIII-1396 (166, f. 69).
- LOPE RUIZ.- C. y t. en 26-VI-1346 (A.C.C., caj. N, n. 247). Muerto poco antes de 28-III-1349 (*Bulario*, p. 365).
- LORENZO.- Ar. de Córdoba en 17-II-1363 (166, ff. 44-45).
- LORENZO MARTÍNEZ.- Co. y beneficiado en la parroquial de S. Juan de Córdoba en 19-XII-1321 (125, f. 141). Test. en 11-V-1331 (*Ibid.* f. 144; cfr. L.V., f. 203).
- LUCAS.- C. en 16-IV-1243 y “prior” de Córdoba en 22-IV-1243 (A.C.C., caj E. , n. 64). T. en 13-VIII-1246 y en 27-IX-1249 (A.C.C. , caj. N, n. 47; *Corpus*, I, p. 174). “Prior” de Córdoba en 16-VII-1248 (*Ibid.*, p. 167). Nombrado como t. difunto en 8-I-1260 (A.C.C., caj. R, n. 101).
- LUCAS ALFONSO.- Sacristán de la Colegial de S. Hipólito de Córdoba en 25-I-1348 (R.A.H., Ms. 9/5.434, f. 187). C. en esta colegial y desde 30-I-1368 c. extravagante de la catedral (166, f. 48).
- MARCOS FERNÁNDEZ.- Co. en 24-XI-1382 y en 4-I-1401 (A.C.C., caj., I, n. 396; caj. V, n. 472). Veedor de las posesiones capitulares en 20-X-1386 (A.C.C., caj. I, n. 395).
- MARCOS FERNÁNDEZ.- R. en 12-IX-1386 y en 2-VIII-1396 (A.C.C., caj. I, n. 396; Ms. 166, f. 69).
- MARCOS GONZÁLEZ.-R. en 16-VI-1243 (B.C.C. , Ms. 125, f. 106). Clérigo real heredado en Écija en 3-V-1271 (*Corpus*, II, p. 202). C. citado como difunto en 18-I-1275 (*Ibid.* , 243; cfr. L.V., ff. 107 y 138).
- MARTÍN ABAD DE PORTACLUSA.- C. en 17-XI-1270 (125, f. 42).
- MARTÍN ALFONSO.- Vicario general en 17-VIII-1375 (A.C.C., caj. L. n. 397).
- MARTÍN ALFONSO.- R., bachiller en Decretos y varios años vicario general, como en 8-X-1420 y h. 1435 (A.C.C., caj. O, n. 264 y caj. N, n. 275).
- MARTÍN ALFONSO.- R. h. 1435 (A.C.C., caj. N, n. 275).
- MARTÍN FERNÁNDEZ.- Co. en 24-I-1350 (A.C.C., caj. I, n. 172). Emparentado con el obispo electo de Coria y con el guarda de la capilla de Alfonso XI, Esteban Fernández, con test. en 4-V-1382 (A.C.C., caj. F, n. 232).
- MARTÍN FERNÁNDEZ.- R. h. 1435 (A.C.C. , caj. N, n. 275) y notario apostólico en 31-III-1441 (*Notariado*, p. 474).
- MARTÍN DE FITERO.- C. en 24-IV-1242 (125, ff. 44 y 71). Ma. en 10-X-1244 (A.C.C., caj. T, n. 437). Clérigo real, que actuó por orden de Fernando III y Alfonso X en varios repartimientos y delimitación de términos, como en 12-II-[1248], en 17-VI-1262, en 1263, en 9-I-1264 y 3-V-1271 (M.B., Add. 10.237, f. 122; *Corpus*, II, p. 116, 136, 138, 202). Sobrino del primer Obispo de Córdoba, don Lope de Fitero y tío de Marina Ruiz , que en 1275

- ingresará en Sta. Clara de Córdoba. Se le conocerá por “el ma.”, aunque poco antes de morir, en 29-III-1272, será ar. de Córdoba (Ms. 125, ff. 67-68).
- MARTÍN GARCÍA.- Poseedor de varias prebendas en Calahorra, de donde será obispo, obtuvo una canonjía y el arcedianato de Córdoba en 17-IX-1301 (*Boniface VIII*, 4.155).
- MARTÍN GIL.- R. hijo de doña Illana, favorecida por Alfonso X con un baño en la collación de S. Pedro de Córdoba, y hermano de Milla González, con don. en 13-III-1322 (A.C.C., caj. D, n. 2 y 4).
- MARTÍN GIL.- R. con test. en 22-X-1329 (A.C.C., caj. L, n. 229).
- MARTÍN JIMÉNEZ.- Co. en 20-IV-1313 y en 18-IV-1317 (B.N., Ms. 13.035, ff. 160-161; B.C.C., Ms. 125, f. 114).
- MARTÍN JIMÉNEZ.- C. en 3-II-1424 (A.C.C., caj. M, n. 69).
- MARTÍN JIMÉNEZ DE ARGOTE.- C. y t. en 4-IX-1342 (R.A.H., Ms. 9/5.436, ff. 721-728). Ch. en 26-VI-1346 (A.C.C., caj. N, n. 247). Electo obispo de Córdoba en 1350.
- MARTÍN LÓPEZ.- Co. y varios años mayordomo del comunal, como en 11-I-1387 (A.C.C., caj. I, n. 396).
- MARTÍN LÓPEZ.- Poseedor de un beneficio servidero al menos desde 1383, presbítero y estudiante de Derecho Canónico en Salamanca, que pide una canonjía en Córdoba en 9-VIII-1393 y renuncia al beneficio (*Bulario*, p. 496-505).
- MARTÍN MARTÍNEZ.- C. en 8-XII-1257 y en 12-III-1264 (B.N., Ms. 13.035, ff. 138-139; B.C.C., Ms. 125, ff. 66-67). Muerto poco antes de 10-XI-1265 (*Ibid.*, f. 102).
- MARTÍN MARTÍNEZ.- Co. hermano de doña Rama, María Fernández y Urraca Pérez, muerto poco antes de 23-VI-1363 (A.C.C., caj. B, n. 231).
- MARTÍN MARTÍNEZ.- Co. con don. en 13-XII-1406 (A.C.C., caj. C, n. 267).
- MARTÍN MUÑOZ.- Co. en 4-IV-1320 (A.C.C., caj. H, n. 104).
- MARTÍN PÉREZ.- C. en 8-XII-1257 (B.N., Ms. 13.035, ff. 138-139). P. en 28-IV-1262 (125, ff. 72-73). Primo del ar. de Castro maestro Pedro (L.V., ff. 6 y 9).
- MARTÍN PÉREZ.- Capellán del obispo don Fernando Gutiérrez en 25-XI-1311 (A.C.C., caj. P, n. 45). Capellán y co. en 4-II-1321 (125, f. 100).
- MARTÍN PÉREZ.- R. en 11-V-1331 (125, f. 144). Otorgó test. en 11-II-1341 (A.C.C., caj. D, n. 7; cfr. L.V., f. 109).
- MARTÍN RUIZ.- Co. h. 1435 (A.C.C., caj. N, n. 275).
- MARTÍN RUIZ DE ARGOTE.- Co. en Córdoba y ar. de Campos (Palencia) en 27-XII-1347 y en 24-I-1350 (A.C.C., caj. H, n. 141 y caj. I, n. 172).
- MATEO SÁNCHEZ.- Deán en 1392 (*Catálogo I*, p. 326).
- MATEOS.- Clérigo del obispo don Fernando de Mesa en 17-IV-1262 (A.C.C., caj. E, n. 237). Co. que otorga carta de albaceazgo en 31-V-1277 (125, f. 134).
- MATEOS PÉREZ.- Co. y mayordomo del cabildo en 5-II-1292 y en 10-VI-1297 (125, ff. 53 y 126; cfr. L.V., f. 100).
- MIGUEL ASENSIO.- Capellán mayor en 24-IV-1242 y en 10-X-1244 (B.C.C., Ms. 125, ff. 44 y 71; A.C.C., Caj. T, n. 437). También fue dignidad o persona del cabildo (L.V., f. 65).
- MIGUEL DÍAZ DE SANDOVAL.- Vicario de Córdoba en 24-IV-1242 (125, ff. 44 y 71). Ar. de Córdoba en 13-IV-1252 y hasta su muerte en 1268 (A.C.C., caj. I, n. 71). En la corte

- pontificia en 1250 y 1252, se trajo las reliquias de S. Blas desde Roma (A.C.C., caj. I, n. 71). Capellán real, favorecido con donadíos y heredamientos en Palma del Río, fundó por orden de Alfonso X el monasterio de Sta. Clara de Córdoba, al que hace su última dotación en 14-III-1268 (B.N., Ms. 13.077, ff. 95-96). Hermano de don Pedro Aparicio, Urraca Díaz y María Díaz (madre del alcalde mayor de Córdoba don Gonzalo Pérez) y padre natural de Sancha Díaz, monja en Sta. Clara de Córdoba (cfr. 13-VI-1311. B.C.C., Ms. 125, ff. 133-134; L. V., ff. 56 y 72). Dotó aniversarios por el obispo de Córdoba y arzobispo de Toledo, don Gutierre Ruiz de Olea, y por el c. cautivo Ruy Pérez de Andújar, junto con su propia don. en 14-VIII-1266 (A.C.C., caj. F, n. 375).
- MIGUEL FERNÁNDEZ.- Co. y capellán de la Capilla de los Reyes, con test. en 24-XII-1356 (A.C.C., caj. P, n. 364).
- MIGUEL GARCÍA.- Co. y mayordomo de las pitanzas en 6-XII-1392 (A.C.C., caj. I, n. 395).
- MIGUEL LÓPEZ.- Estudiante de Derecho Canónico en Salamanca, que pide una canonjía en expectativa en Córdoba en 9-VIII-1393 (*Bulario*, 496-505).
- MIGUEL PÉREZ.- Co. en 10-III-1301 y c. en 22-XII-1305 (125, f. 135).
- MIGUEL ROMERO.- Co. en 18-III-1298 (B.C.C., Ms. 125, ff. 53-54). C. en 2-VII-1302 (Ibid., f. 129). Ar. de Pedroche en 8-III-1304 (Ibid., f. 131). Ar. de Castro en 23-X-1311 (A.C.C., caj. O, n. 46).
- MIGUEL DE TAPIA.- “Compañero” o c. en 10-IX-1242, hermano del c. Juan Martín de Tapia (Ms. 125, f. 108).
- MILLÁN RODRÍGUEZ.- R. en 17-II-1363 y en 2-VIII-1396 (166, ff. 44-45 y 69). Juan Fernández, beneficiado de la iglesia de Fuente Ovejuna y uno de sus herederos, dotó sus oficios en 5-XII-1404 (A.C.C., caj. D, n. 512; cfr. L.V., f. 212).
- NICOLÁS ALFONSO DE CONSTANTINA.- Co. h. 1400 (L.V., f. 102).
- PASCUAL.- Permuta su canonjía extravagante en Córdoba por otra mansionaria en la misma catedral en 3-IX-1264 (*Urbain IV*, 2.113). Ma. en 10-VIII-1272 (A.C.C., caj.R, n. 1). Obispo electo de Córdoba en 1274.
- PASCUAL MARTÍNEZ.- Clérigo y mayordomo del obispo don Andrés en 14-VIII-1364 (A.C.C., caj. D, n. 441). R. citado como difunto poco antes de 7-IX-1375 (A.C.C., caj. F, n. 29; cfr. L.V., f. 36).
- PEDRO.- Maestro y c. en 24-IV-1242 (125, ff. 44 y 71). Ar. de Castro en 5-IV-1255 (A.C.C., caj. L, n. 382). Fue tío del co. Pedro Pérez de Valdecañas y su primo y albacea, el p. don Martín Pérez, dotó sus oficios en 14-XII-1262 (A.C.C., caj. T, n. 434).
- PEDRO.- Hijo del burgalés don Gonzalo Gil y clérigo de Alfonso XI, que obtiene una canonjía en expectativa en Córdoba en 7-VIII-1336 (*Benoît XII*, 3.058).
- PEDRO ABAD DE BARBADILLO.- Presbítero de la parroquial de S. Lorenzo de Córdoba y escribano en 16-IV-1244 (A.C.C., caj. D, n. 213). R. en 7-I-1247 (A.C.C., caj. V, n. 120). Quizás fuera c. (cfr. L.V., f. 45).
- PEDRO ALFONSO.- C. y seguramente clérigo de Alfonso XI en 17-III-1329 (*Jean XXII*, 44.758). T. en 27-XII-1347 (A.C.C., caj. H, n. 141). Su criada Leonor Fernández dotó sus oficios en 9-XI-1358 (A.C.C., caj. E, n. 113).
- PEDRO ALFONSO.- Notario de Alfonso XI y bachiller en Decretos, que obtiene una canonjía en expectativa en Córdoba en 12-X-1336 (*Benoît XII*, 2845). T. de Sevilla y capellán mayor de la Capilla de los Reyes de Córdoba en 15-VI-1350 (125, f. 59). Fue vicario general varios

- años, como en 17-II-1363 en que murió (166, ff. 44-45). Tío de don Juan Alfonso, obispo electo y confirmado de Coria, quien dotó su enterramiento en 21-XI-1363 (A.C.C., caj. Y, n. 126). También fue tío del ch. don Pedro Alfonso y de la hermana de éste doña Olalla López, viuda del jurado de S. Lorenzo de Córdoba, Pedro Díaz de Estepa (cfr. 29-X-1400. A.C.C., caj. R. n. 20; L.V. ff. 34 y 99). Quizás fuera familiar descendiente del ar. de Castro don Aznar Pérez. Don. como ar. de Castro en 28-VI-1348 (A.C.C., caj. D, 565).
- PEDRO ALFONSO.- R. y sobrino del obispo don Alfonso de Vargas, que se fue de la catedral h. 1380 (L.V., f. 30).
- PEDRO ALFONSO.- C. y ch. en 31-I-1379 y en 25-I-1382 (A.C.C., caj. M, n. 49 y caj. I, n. 342). Hijo de Ruy López y de María López y sobrino del difunto ar. de Castro don Pedro Alfonso, con test. en 26-VI-1400 (A.C.C., caj. I, n. 210).
- PEDRO ALFONSO.- Co. y varios años mayordomo de las pitanzas, como en 25-I-1382 y 1-X-1386 (A.C.C., caj. I, n. 342 y 396). Ar. (de Castro?) y vicario general en 14-II-1404 (A.C.C., caj. O, n. 278).
- PEDRO DE AYLLÓN.- Maestro y ar. de Pedroche en 3-I-1284 (A.C.C., Caj. E, n. 43). Deán en 21-VII-1292 (Ibid. 45). Otorgó test. en 2-VII-1302 (R.A.H., Ms. 9/5.436, f. 25; cfr. L.V., f. 1).
- PEDRO DÍAZ.- R. en 25-I-1382 (A.C.C., caj. I, n. 342). Su hermano Alfonso Díaz, beneficiado de la parroquial de la Magdalena de Córdoba, dotó sus oficios en 9-VIII-1391 (A.C.C., caj. I, n. 200).
- PEDRO DÍAZ.- Co. notario y bachiller en Decretos en 18-II-1401 (A.C.C., caj. L, n. 432).
- PEDRO DÍAZ DE VEGAY.- R. en 25-I-1382 y en 9-V-1393 (A.C.C., caj. I, n. 342; Ms. 166, f. 12).
- PEDRO ESTEBAN.- C. h. 1420 y h. 1435 (L.V., f. 210. A.C.C., caj. N, n. 275).
- PEDRO FELICES.- C. en 4-IX-1263 (A.C.C., caj. E, n. 69; cfr. L.V., f. 36).
- PEDRO FERNÁNDEZ.- C. en 5-IV-1255 y en 12-III-1264 (A.C.C., caj. L, n. 382; Ms. 125, ff. 66-67). Padre de Fernando García (cfr. 14-XII-1271; A.C.C., caj. E, n. 74).
- PEDRO FERNÁNDEZ.- Clérigo de Alfonso XI, prebendado de Cañete y bachiller en Leyes, que, a petición del rey y del obispo de Córdoba, obtiene el arcedianato de Pedroche en 11-I-1334 y permiso para oír y leer Leyes en el Estudio General en 21-I-1334 (*Jean XXII*, 62.436 y 62.503). Capellán y auditor pontificio, que obtiene una canonjía en expectativa en 4-VII-1337 (*Registres de Benoît XII*, 4.252). Promovido al episcopado de Astorga en 1342 y al de Burgos en 1348, pero residiendo en Aviñón, aquí otorgó test. en 26-I-1351 (125, f. 70). Hermano de Gómez Fernández, quien fue abuelo de Pedro Carrillo, señor de Santa Eufemia, también debió ser hijo segundo de Fernando Díaz Carrillo, alcalde de Córdoba y primer señor de Santa Eufemia (B.N., Ms. 3.269, f. 360).
- PEDRO FERNÁNDEZ.- C. y bachiller h. 1435, que otorgó test. en 27-III-1450 (A.C.C., caj. N, n. 275 y caj. R, n. 82).
- PEDRO FERNÁNDEZ DE CÓRDOBA.- C., no ordenado *in sacris*, que sucedió a su hermano don Gonzalo Fernández en la jefatura de la Casa de Aguilar (cfr. M.C. Quintanilla Raso, *Nobleza y señoríos en el reino de Córdoba...*Córdoba, 1977, p. 78), siendo hijo del segundo señor de la Casa de Aguilar, don Alfonso Fernández de Córdoba, y de Teresa Venegas.
- PEDRO FERNÁNDEZ DE OLLER.- Familiar del arzobispo de Santiago de Compostela, que obtiene una canonjía en expectativa en Córdoba en 13-X-1403 (*Bulario*, p. 554).
- PEDRO GARCÍA.- C. en 13-VIII-1246 (125, f. 61).

- PEDRO GARCÍA.- R. en 18-IV-1302 (125, f. 38).
- PEDRO GARCÍA.- Dispensado de ilegitimidad (hijo de adúltero), que poseyó su media ración en 22-XII-1392 (A.V., *Reg. Vat.*, 303, ff. 269-270). Estaba preso en la cárcel episcopal en 31-I-1399 (166, f. 56).
- PEDRO GARCÍA DE BAENA.- Clérigo y procurador del cabildo en 20-XII-1318 (125, ff. 108-109). R. y notario apostólico en 20-III-1336 y en 20-XI-1357 (B.N., Ms. 13.035, ff. 150-156; A.C.C., caj. M, n. 138).
- PEDRO GARCÍA DE TORQUEMADA.- Varios años vicario general, era t. en 15-VI-1341 (A.C.C., caj. E, n. 114). Ma. en 4-IX-1342 y en 26-IV-1352 (R.A.H., Ms. 9/5.436, ff. 721-728; A.C.C., caj. L, n. 392; cfr. L.V., f. 85).
- PEDRO GIL.- Poseedor de un beneficio curado en la parroquial de la Magdalena de Córdoba, que obtiene una canonjía en expectativa en 6-IV-1329 (*Jean XXII*, 44.947). Es teniente de vicario general en 6-VIII-1350 (A.C.C., caj. Y, n. 150).
- PEDRO GONZÁLEZ.- C. en 24-I-1350 y en 8-III-1358 (A.C.C., caj. I, n. 172 y caj. H, n. 181).
- PEDRO GONZÁLEZ.- Deán, hijo de Ruy Pérez, vecino de la collación de S. Lorenzo de Córdoba, en 25-VI-1426 (*Notariado*, p.432).
- PEDRO GONZÁLEZ DE HOCES.- Hijo segundo del veinticuatro de Córdoba don Pedro González de Hocés, c. en 26-VIII-1455, que nombra a Miguel López, su amo, casero y familiar su procurador general, pues está fuera de Córdoba, seguramente estudiando, en 1-X-1455. Será chantre, que muere en 1492, habiendo fundado tres capellanías perpetuas y una sacristía, a servir en la capilla de Ntra. Sra. De la Expectación, o del “chantre Hocés”, la misma que en 1364 había dotado su bisabuelo materno don Juan Sánchez de Funes (*Notariado*, p. 32, 352-362, 487-488)
- PEDRO GUTIÉRREZ.- Hermano del ch. Juan Gutiérrez, era r. en 24-X-1251 y c. en 14-III-1273 (A.C.C., caj. F, ns. 293 y 493).
- PEDRO JIMÉNEZ.- R. h. 1370 (L.V. f. 102).
- PEDRO DE LEDIGOS.- Maestro, c. y ar. de Córdoba en 31-V-1277 y en 2-V-1286 (125, ff. 134 y 120; cfr. L. V., f. 12).
- PEDRO LÓPEZ.- Clérigo cordobés, que obtiene un beneficio en expectativa en 6-XI-1332 (*Jean XXII*, 58.759).
- PEDRO MARTÍNEZ.- Escolar en la catedral en 7-XI-1313 (A.C.C., caj. H, n. 154). Co. en Córdoba, prebendado en otras iglesias y clérigo de la reina de Castilla doña María, que obtiene nuevas prebendas en: 20-X-1320, una canonjía en Sevilla en 18-VIII-1323 y otra en Burgos en 13-VII-1325 (*Jean XXII*, 12.524, 17.957 y 22.805). Obtiene la canonjía y arcedianato de Pedroche, vacante por la muerte de Francisco Gil, en 23-VIII-1328 (A.C.C., caj. I, n. 332). Es ar. de Pedroche en 8-III-1358 (A.C.C., caj. H, n. 181). Fue padre del alcaide Martín Fernández (L.V., ff. 11 y 207), y sigue de ar. h. 1380 (*Ibid.*, f. 122).
- PEDRO MARTÍNEZ.- C. y receptor de la décima otorgada al infante don Pedro en 15-XII-1317 (B.N., Ms. 13.097, f. 64).
- PEDRO MARTÍNEZ.- R. en 24-I-1350 (A.C.C., caj. I, n. 172).
- PEDRO MARTÍNEZ.- R. en 9-XII-1376 (A.C.C., caj. R, n. 384). Hermano del también r. Diego Fernández, con don. en I-VII-1398 (A.C.C., caj. D, n. 208).
- PEDRO MARTÍNEZ.- Clérigo que obtiene dispensa de ilegitimidad y una ración en 12-VI-1381 (A.C.C., caj. I. n. 455).

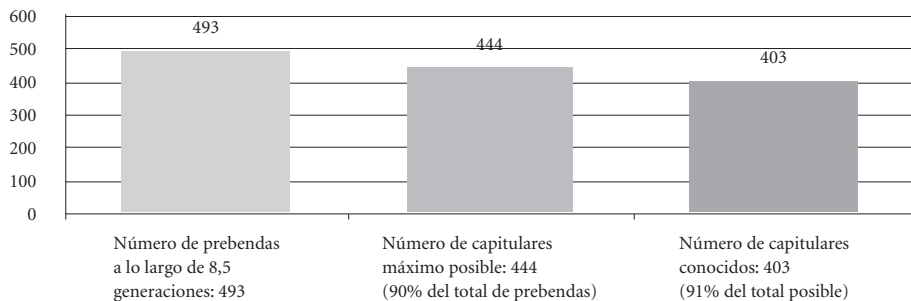
- PEDRO MARTÍNEZ.- R. en Córdoba y c. en Sevilla, que otorga test. en I-VII-1398 (A.C.C., caj. D. n. 208).
- PEDRO MARTÍNEZ DEL CASTILLO.- Clérigo de Cuenca y estudiante de Derecho en Salamanca, que pide reserva de media ración en Córdoba en 29/31-V-1381 (*Bulario*, p. 433-452).
- PEDRO MARTÍNEZ DE CONTRERAS.- C. en 2-VIII-1396 (166, f. 69).
- PEDRO MARTÍNEZ DE SALINAS.- C. y ch.. que renuncia la chantría en 10-III-1419 (A.C.C., caj. N, n. 64). Don. en 6-VIII-1443 y en 10-IX-1449 (A.C.C., caj. B. n. 127 y caj. F, n. 451).
- PEDRO MUÑOZ (o MOÑIZ).- C. en 2-VIII-1396 (166, f. 69).
- PEDRO NÚÑEZ.- R. y procurador del cabildo en 20-III-1336, fue también ar. de Baeza (B.N., Ms. 13.035. ff. 150-156; L.V., ff. 28 y 40).
- PEDRO PÉREZ.- C. en 16-IV-1243, en 8-XII-1257 y en 12-III-1264 (125, ff. 106 y 66-67; B.N. Ms. 13.035, ff. 138-139).
- PEDRO PÉREZ.- Vicario en 15-VI-1293 (125, ff. 142-144). Ch. en 8-III-1304 y en 24-XII-1314 (Ibid., ff. 131 y 113). Otorgó test. en 20-II-1307 (A.C.C., caj. L, n. 426; cfr. L.V., f. 72).
- PEDRO PÉREZ DE CÓRDOBA.- Co. y presbítero en 30-VI-1294 (B.N., Ms. 13.035. ff. 140-148).
- PEDRO PÉREZ DE SORIA.- Co. y presbítero en 30-VI-1294 (Ibid.).
- PEDRO PÉREZ DE VALDECAÑAS.- Co. en 13-VIII-1277 (A.C.C., caj. E. n. 237). Sobrino del ar. de Castro maestre Pedro, con acostamiento del ar. de Córdoba don Ruy Fernández (cfr. 15-VI-1293; Ms. 125, ff. 142-144), casado con doña Catalina y padre de Teresa, Mayor, Martín, Pedro, Juana y Catalina, con test. en 10-III-1301 (Ibid.. f. 135).
- PEDRO RODRÍGUEZ.- Hijo del clérigo cordobés Juan Rodríguez y clérigo de Alfonso XI, que obtiene una ración en expectativa en 19-VI-1329 (*Jean XXII*, 45.460). R. en 26-VI-1346, en 8-III-1358 y además p. de Aracena en 14-XII-1363 (A.C.C., caj. N, n. 247, caj. H, n. 181 y caj. E, n. 97).
- PEDRO RODRÍGUEZ.- R. en 24-XI-1382 (A.C.C., caj. B, n. 401). Tuvo hijos (L.V., f. 212).
- PEDRO RUIZ.- Co. en Córdoba y c. en Jaén en 9-IX-1326 (A.C.C., caj. M, n. 136).
- PEDRO RUIZ.- Co., notario y contador del cabildo en 25-IX-1366, muerto h. 16-VIII-1377 (166, f. 46; A.C.C., caj. B, n. 530).
- PEDRO RUIZ.- C. y notario del cabildo en 12-III-1375, en 10-VI-1400 y en 2-V-1408 (166, f. 22; A.C.C., caj. B, n. 148 y 405).
- PEDRO RUIZ.- Co. con don. en 6-II-1410 (A.C.C. .caj. F, n. 369).
- PEDRO RUIZ DE AGUAYO.- C. y hermanastro del ch. Fernando Ruiz de Aguayo, h. 1415 y h. 1435 (L.V., f. 107; A.C.C., caj. N, n. 275), murió como ar. de Castro (*Casa de Cabrera*, p. 154).
- PEDRO SÁNCHEZ.- Co. en 20-XII-1402 (A.C.C., caj. E, n. 125).
- PEDRO VENEGAS.- Co. h. 1435 (A.C.C., caj. N, n. 275).
- PEDRO YUSTE.- Maestro y ar. de Pedroche en 9-V-1276 (125, f. 95) .Ma. en 2-VII-1282 (A.C.C. , caj. I, n. 91; cfr. L.V., f. 90).
- PELAYO MORO.- R. en 12-III-1264 (125, ff. 66-67). Maestro y c. en 30-VI-1294 (B.N., Ms. 13.035, ff. 140-148; cfr. L.V., f. 84).
- PELEGRÍN.- R. en 12-III-1264 y en 3-V-1277 (125, ff. 66-67 y Ms. 166, ff. 9-10). Casado con doña María (L.V., f. 3).

- ROBERTO DE NOYERS.- Ar. de Córdoba y capellán real en 18-I-1387 (A.C.C., caj. I, n. 396). Deán en 1411, conocido como Roberto de Moya, es familiar pontificio, doctor en Decretos, refendario pontificio, abad de Valladolid en 1423 y residente en la curia pontificia (*Bulario*, p. 249; cfr. *Catálogo*, I, p. 330).
- RODRIGO ALFONSO.- R. en 1-II-1350 (166, f. 8).
- RODRIGO ÁLVAREZ.- C. y ma., que otorga test. en 4-XI-1330, siendo tío del co. Álvaro Pérez y padre de Fernando y Constanza Rodríguez (A.C.C., caj. V, n. 31). En 8-XI-1333 debe resignar el cargo y la maestrescolía de Jaén para acceder a la tesorería de Córdoba de Córdoba, aunque era aún ma. en 24-I-1334, pero ya t. y subdiácono en 20-III-1336 (*Jean XXII*, 62.059; A.C.C., caj. V, n. 30; B.N. , Ms. 13035, ff. 150-156). Descendiente del adalid Domingo Muñoz (cfr. L.V., f. 19). Hijo de Alvar Martínez, alférez mayor de Córdoba, y de Teresa Sánchez (*Compendio*, p. 55).
- RODRIGO ÁLVAREZ.- Obtuvo una ración estimada en 40 libras en 1-XII-1341 (*Benoît XII*, 8.632).
- RODRIGO ÁLVAREZ.- Deán de Córdoba, c. de Sevilla y vicario general de Sevilla en 1368 (*Catálogo*, I, p. 309).
- RODRIGO SÁNCHEZ.- C. en 23-VIII-1345 (166, f. 8).
- ROGERIO BERNARDO.- Poseía media ración en Córdoba, entre otras muchas prebendas, en 7-VI-1335 (*Benoît XII*, 164).
- RUY ALFONSO.- Sobrino del ar. de Córdoba don Ruy Fernández, c. de Córdoba y estudiante en Toulouse, donde otorga tes. en 7-V-1298 (125, f. 128). Hijo segundo de Alfonso Fernández y de Elvira Fernández (hermana del ar.) y hermanastro del obispo de Avila don Alfonso Fernández (*Casa de Cabrera*, p. 221).
- RUY DÍAZ.- Capítular, hijo del jurado Domingo Ruiz, h. 1360 (L.V., f. 8).
- RUY DÍAZ.- R. h. 1435 (A.C.C., caj. N, n. 275).
- RUY DÍAZ DE ARANA.- Co. h. 1435 (A.C.C., caj. N, n. 275).
- RUY FERNÁNDEZ.- Ar. de Córdoba, hermano de don Alfonso Fernández de Córdoba I, fundador del linaje Fernández de Córdoba, tío de los clérigos Ruy Alfonso, Fernando Ruiz y Juan Mateos, con un acostamiento sobre el co. Pedro Pérez de Valdecañas, y otorgó test. en 15-VI-1293 (125, ff. 142-144; cfr. L.V., f. 196).
- RUY FERNÁNDEZ.- Clérigo de Alfonso XI, que obtiene una ración en expectativa en 10-IX-1329 (*Jean XXII*, 46.538).
- RUY FERNÁNDEZ.- Co. h. 1390 (L.V., f. 102).
- RUY FERNÁNDEZ DE MESA.- Sobrino del obispo de Córdoba don Fernando de Mesa, deán y clérigo de Sancho IV en 9-VII-1284 (125, f. 20; cfr. *Casa de Cabrera*, p. 437). Hijo segundo de Alfonso Fernández de Mesa, hermano del obispo, y de Catalina de Sousa y hermano de un alcalde mayor de Córdoba.
- RUY GARCÍA.- R. h. 1435 (A.C.C., caj. N, n. 275).
- RUY GARCÍA.- C., p. y licenciado en Decretos, provisor y vicario general del obispo en 22-VIII-1431 (*Notariado*, p. 443), en 13-VI-1440 y en 28-II-1443 (A.C.C., caj. N, n. 275 y caj. C, nn. 160 y 101). Vicario general en 29-VI-1445 (A.C.C., caj. D, n. 526). Doctor en decretos y t., que otorga test. en 7-V-1451 (A.C.C., caj. R, n. 444).
- RUY LÓPEZ.- Co. h. 1340 (L.V., f. 19).
- RUY LÓPEZ.- C. y notario en 11-V-1380 (Ms. 166, f. 70).

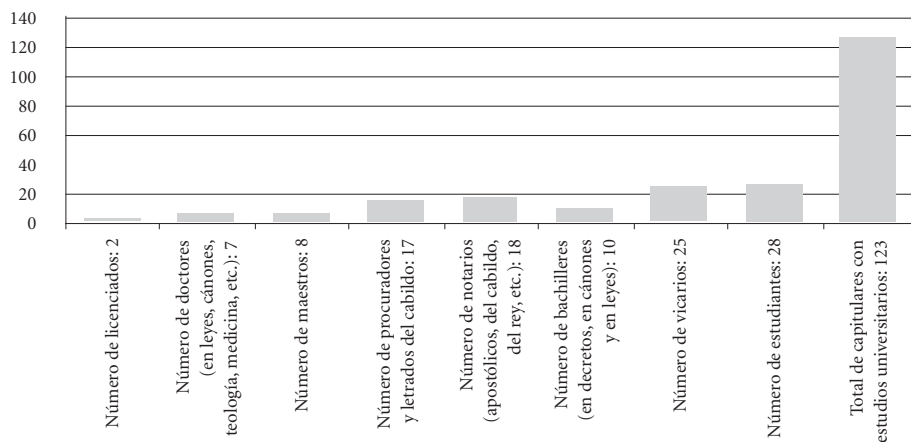
- RUY MÉNDEZ.- C. h. 1435 (A.C.C., caj. N, 275).
- RUY PÉREZ.- C. y ch. en 30-VI-1294 (B.N., Ms. 13.035, ff. 140-148). Ma. en 15-XI-1294 (125, ff. 128-129). Sobrino del t. Gutierre González y quizás emparentado con el c. Bartolomé Docón, otorgó test. en 3-IV-1316 (Ibid., f. 140). De la familia Berrio (cfr. *Casa de Cabrera*, p. 133), siendo hijo de Pedro Ruiz de Berrio conquistador de Baeza y de María Jiménez de Góngora y hermano de Lope Pérez y Lambra Fernández.
- RUY PÉREZ.- Co. y varios años procurador del cabildo, como en II-VIII-1342 y en 6-XI-1369 (R.A.H., Ms. 9/5.436, ff. 721-728; A.C.C., caj. Z, n. 51).
- RUY PÉREZ.- C. y notario del cabildo en 14-I-1368 y en I-XII-1393 (B.C.C., Ms. 166, f. 47; A.C.C., caj. D, n. 8).
- RUY PÉREZ.- Co. y varios años procurador del cabildo, como en 13-VII-1372 y en I-VII-1381 (A.C.C., caj. V, n. 347 y caj. T, n. 273).
- RUY PÉREZ.- C. y deán en 24-XI-1382 (A.C.C., caj. B, n. 401). Otorgó test. en 24-VII-1391 (A.C.C., caj. L, n. 320).
- RUY PÉREZ.- C. de Orense, co. de Córdoba y varios años procurador del cabildo, como en 15-VI-1388 (A.C.C., caj. R, n. 71). Lugarteniente de vicario general en 23-XII-1390 (A.C.C., caj. H, n. 105). Otorgó test. en 27-VII-1399 (A.C.C., caj. T, n. 225; cfr. L.V., ff. 15 y 45).
- RUY PÉREZ.- Co. y soch. en 2-VIII-1396 (166, f. 69).
- RUY PÉREZ DE ANDÚJAR.- C. muerto en cautividad antes de 14-VIII-1266 (125, f. 74).
- RUY PÉREZ DOCÓN.- Co. en 15-I-1272 (A.C.C., caj. F, n. 390).
- RUY PÉREZ MURDE.- C. en 16-X-1304 (A.C.C., caj. R, n. 14). T., padre de María Álvarez y de Teresa Pérez, y hermano de Gonzalo Pérez, que hace una manda al obispo don Fernando Gutiérrez en su test. de 8-X-1311 (A.C.C., caj. R, n. 113).
- RUY PÉREZ DE TAPIA.- Clérigo y sobrino de los cc. Miguel de Tapia y Juan Martín de Tapia en 8-III-1304 (125, f. 131). Co., que otorga test. en 23-IX-1328 (A.C.C., caj. F, n. 291).
- RUY SÁNCHEZ.- C. y subdiácono en 20-III-1336 (B.N., Ms. 13.035, ff. 150-156). Vicario general en sede vacante en 4-V-1363 y no prestó obediencia al nuevo obispo don Andrés en 22-I-1364 (125, f. 155).
- SANCHO PÉREZ.- C. de Córdoba y abad de Cervatos (Burgos) en 30-VI-1294 (B.N., Ms. 13.035, ff. 140-148).
- SANCHO DE ROJAS.- Clérigo cordobés, de origen noble (hijo del mariscal don Diego Fernández de Córdoba), estudiante por cinco años de Gramática y Lógica en Valladolid, que obtiene en 1403 una canonjía en expectativa (*Bulario*, p. 214). Abad de Salas (Burgos), bachiller en Decretos y Cubiculario del papa Martín V en 1418 (Ibid., 294). Ma. de Sevilla en 1419, obispo de Astorga en 1423 y obispo de Córdoba desde 1440.
- SEBASTIÁN.- C. en 5-IV-1255 (A.C.C., caj. L, n. 382). Ar. de Castro en 12-III-1264 (B.C.C., Ms. 125, ff. 66-67). Tío de los clérigos Gómez Martínez (después c.) y Arias y clérigo real, que otorgó test. en 12-V-1282 (Ibid., ff. 137-138). Debió ser familiar de Alfonso Fernández de Angulo, del alcalde Gonzalo Pérez y del difunto ar. de Córdoba Miguel Díaz, además de cuñado de Pedro Aparicio, Domingo Aparicio y Sancho Aznárez. Fue su albacea el ch. Aznar Pérez.
- VICENTE.- Co. y mayordomo del cabildo en 14-XII-1286 (A.C.C., caj. L, n. 422; cfr. L.V., f. 31).
- YAGUE FERNÁNDEZ.- P. de la universidad de clérigos de Córdoba en 27-XII-1347 (A.C.C., caj. H, n. 141). C. y procurador del cabildo en 12-IX-1352 (A.C.C., caj. Z, n. 25).

GRÁFICOS

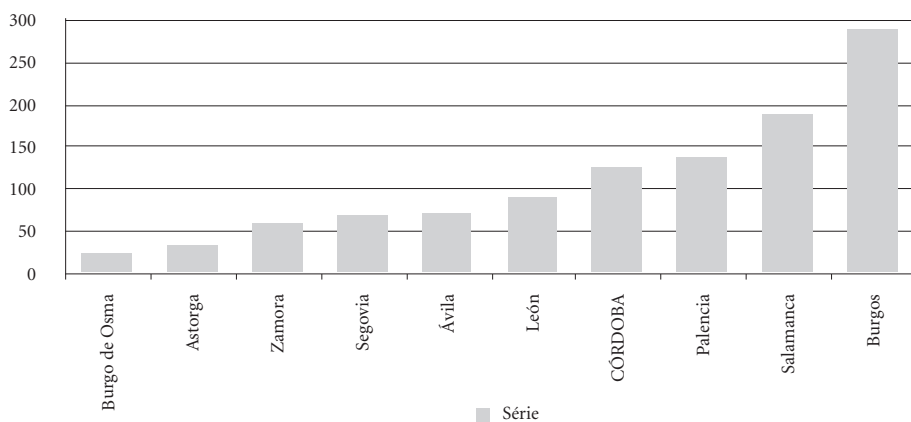
Prebendados en el cabildo catedralicio de Córdoba (1238-1450)



Preparación universitaria de los prebendados



Prebendados universitarios en varias catedrales castellanas (1250-1450)





CLERO PORTUGUÊS E UNIVERSIDADES EUROPEIAS NOS SÉCULOS XII E XIII

INGO FLEISCH

Mesmo antes da fundação da primeira Universidade portuguesa em Lisboa (1288/89), o Ocidente Ibérico mantinha contactos estreitos com a emergente cultura académica europeia. O avanço do movimento cluniacense, a penetração de eclesiásticos “franceses” no episcopado peninsular e ainda a crescente influência do Papado na Península Ibérica foram determinantes para o desenvolvimento de tais contactos. No século XII, Santa Cruz de Coimbra converteu-se num dos centros culturais mais dinâmicos do Ocidente Ibérico e desempenhou um papel fundamental no estabelecimento das relações entre a região de Coimbra e os centros de ensino franceses. A partir do final do século, a influência da jurisprudência Bolonhesa cresceu, oferecendo então excelentes oportunidades de carreira nos cabidos catedralícios, especialmente no norte de Portugal. Finalmente, a fundação das Universidades espanholas de Palência e Salamanca constituíram um importante incentivo em Portugal, que contribuiria fortemente para o surgimento da primeira Universidade portuguesa.

THE PORTUGUESE CLERGY AND THE EUROPEAN UNIVERSITIES IN THE 12TH AND 13TH CENTURIES

INGO FLEISCH

Even before the foundation of the first Portuguese University in Lisbon (1288/89), the Western Iberian region maintained close contacts with the nascent European academic culture. The advance of the Cluniac movement, the penetration of the Iberian Episcopate by French clergymen and the growth of papal influence in the Iberian Peninsula were fundamental for the development of those contacts. During the 12th century Santa Cruz de Coimbra became one of the most dynamic cultural centres of Western Iberia and played an important role in linking the region with the leading French centres of learning. By the end of the century, the influence of Bolognese jurisprudence became more important and offered excellent career opportunities in cathedral chapters, particularly in Northern Portugal. Finally, the newly founded Spanish Universities of Palencia and Salamanca exerted a strong impulse upon Portugal, having a large contribution to the emergence of the first Portuguese University.

THE PORTUGUESE CLERGY AND THE EUROPEAN UNIVERSITIES IN THE 12TH AND 13TH CENTURIES

INGO FLEISCH*

By the the end of the 13th century, in 1288/89, the first portuguese University was founded in Lisbon. Previously, however, there had already been close contacts to the cultural centres of Europe and to the Universities of the neighbouring kingdoms of Castile and León; contacts that probably contributed heavily to the emergence of the first portuguese University. The aim of this small overview is to follow some of the traces left by those contacts, the “Primórdios” of the portuguese academic culture, as Artur Moreira de Sá, the well-known historian of the portuguese University termed it¹.

The intensification of the iberian relations with the Papacy and the advance of Cluniac reform movement into the Iberian Peninsula played a crucial role in establishing the connection between the western iberian region and the nascent university culture². French cultural influences grew even more important when the rule over Portugal was taken over by the burgundian Henry. Although french

* Universität Erlangen.

¹ Primórdios da Cultura Portuguesa. Ed. Artur Moreira de Sá. 2 vols. In *Arquivos de História da Cultura Portuguesa*. Lisboa. 1: 1 (1966) and 2:1 (1968). For a broader and more detailed discussion, see FLEISCH, Ingo – Sacerdotium – Regnum – Studium: *Der westiberische Raum und die europäische Universitätskultur im Hochmittelalter: Prosopographische und rechtsgeschichtliche Studien*. Münster: Lit, 2006. Geschichte und Kultur der Iberischen Welt, 4.

² On the Cluniac movement in Spain and Portugal, see, MATTOSO, José – Le monachisme ibérique et Cluny: les monastères du diocèse de Porto de l’an mille à 1200. Louvain: Publications Universitaires de Louvain, 1968; IDEM – Cluny, Crúzios e Cistercienses na formação de Portugal. In CONGRESSO HISTÓRICO DE GUIMARÃES E SUA COLEGIADA, Guimarães, 23 de Junho 1979 – *Actas*. Vol. 5: *Comunicações*. Guimarães: [s.n.], 1982, p. 281-299; SEGL, Peter – *Königtum und Klosterreform in Spanien: Untersuchungen über die Cluniacenserklöster in Kastilien-León vom Beginn des 11. bis zur Mitte des 12. Jahrhunderts*. Kallmünz: Lassleben, 1974; IDEM – Die Cluniacenser in Spanien – mit besonderer Berücksichtigung ihrer Aktivitäten im Bistum León von der Mitte des 11. bis zur Mitte des 12. Jahrhunderts. In *DIE CLUNIAZENSER und ihr politisch-soziales Umfeld*. Org. Giles Constable, Gert Melville, Jörg Oberste. Münster: Lit, 1998, p. 537-558. Vita regularis, 7; SANZ SANCHO, Iluminado – La política de Fernando I respecto a Roma y Cluny. In CURSO SOBRE LA PENÍNSULA IBÉRICA Y EL MEDITERRÁNEO DURANTE LOS SIGLOS XI Y XII, 1, 27-30 de julio de 1996 – *La Península Ibérica y el Mediterráneo entre los siglos XI y XII: actas*. Org. Fernando Valdés Fernández. Vol. 1. Aguilar de Campo: Fundación Santa María la Real, 1998, p. 101-119.

political influences began to diminish during the reign of his son, the first portuguese king, Afonso Henriques, there still remained important contacts with french centres of learning, where among others the most important portuguese churchman of the 12th century, João Peculiar, seems to have received his intellectual formation³.

A landmark in the portuguese cultural history was the foundation of Santa Cruz de Coimbra in 1131 by João Peculiar and some other churchmen, which proved to be decisive for the further cultural development of Portugal during the 12th c. Santa Cruz soon became one of the leading cultural centres of the Peninsula and, doubtless, the most important one in Portugal⁴. A large number of portuguese and probably even leonese bishops originated from Santa Cruz⁵, which also played a major part in connecting Portugal with the french centres of

³ On the life of João Peculiar, see FERREIRA, José Augusto – *Fastos episcopais da Igreja primacial de Braga (séc. III-séc. XX)*. Vol. 1. Braga: Mitra Bracarense, 1930, p. 284-333; COSTA, Avelino de Jesus da – D. João Peculiar, co-fundador do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, bispo do Porto e arcebispo de Braga. In *SANTA CRUZ de Coimbra: do século XI ao século XX*. Coimbra: [s.n.], 1984, p. 59-83; BRANCO, Maria João Violante – The King's Counsellors'two Faces: a Portuguese perspective. In: *THE MEDIEVAL World*. Ed. Peter Linehan, Janet L. Nelson. London: Routledge, 2001, p. 522.

⁴ On the religious, political importance of Santa Cruz de Coimbra, see SANTA MARIA, Nicolau de – *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes do Patriarcha S. Agostinho*. 2. vols. Lisboa: Oficina de Ioam da Costa, 1668. MÁRTIRES, Timóteo dos – *Crónica de Santa Cruz*. Ed. José Pinto Loureiro. 3 vols. Coimbra: Biblioteca Municipal, 1955; AZEVEDO, Rui de – *Documentos falsos de Santa Cruz de Coimbra (séculos XII e XIII)*. Lisboa: José Fernandes Júnior, 1932; DAVID, Pierre – Regula Sancti Augustini. *Revista Portuguesa de História*. 3 (1947) 27-39; O'MALLEY, E. Austin – *Tello and Theotonio, the Twelfth-century Founders of the Monastery of Santa Cruz*. Washington D. C.: Catholic University of America Press, 1954; CRUZ, António – *Santa Cruz de Coimbra na cultura portuguesa na Idade Média*. Porto: Emp. Ind. Gráf. do Porto, 1964. Bibliotheca Portucalensis. Colectânea de Estudos da Biblioteca Pública Municipal do Porto, 5-6; *SANTA CRUZ de Coimbra: do século XI ao século XX*. Apres. António Cruz. Coimbra: [s.n.], 1984; COSTA, António Domingues de Sousa – A Jurisdição quase Episcopal do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra em Leiria e seus termos, reivindicada em Processo Judicial perante D. Álvaro Afonso, Bispo de Silves e Legado a latere do Papa Calisto III. *Itinerarium*. 121: 22 (1985) 427-517; ROCHA, Pedro Romano – Le rayonnement de l'Ordre de Saint-Ruf dans la péninsule ibérique, d'après sa liturgie. In *LE MONDE des chanoines (XI^e-XIV^e s.)*. Toulouse : Provat, 1989, p. 193-208. Cahiers de Fanjeaux, 24; MARTINS, Armando Alberto – *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, séculos XII-XV: história e instituição*. Lisboa, 1996. Dissertation, PhD in Medieval History: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; VONES-LIEBENSTEIN, Ursula – Saint-Ruf und Spanien: Studien zur Verbreitung und zum Wirken der Regularkanoniker von Saint-Ruf in Avignon auf der Iberischen Halbinsel (11. und 12. Jahrhundert). 2 vols. Paris; Turnhout: Brepols, 1996. Bibliotheca Victorina, 6; NASCIMENTO, Aires Augusto – Santa Cruz de Coimbra: as motivações de uma fundação particular. In CONGRESSO HISTÓRICO DE GUIMARÃES SOBRE "D. AFONSO HENRIQUES E A SUA ÉPOCA", 2, Guimarães, [2000] – *Actas*. Guimarães: C.M., [D.L. 2002], p. 119-127; GOMES, Saul António – In Limine Conscriptio: *documentos, Chancelaria e Cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra nos Séculos XII e XIV*. Coimbra, 2000. Dissertation PhD: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

⁵ Cf. the rich information given in the chronicles of Nicolau de Santa Maria and Timóteo dos Mártires. Although many of the details in those chronicles – especially in the work of Santa Maria – are not reliable or even made up, there is without any doubt a lot of very valuable information which deserves to be carefully examined.

learning. This was already visible in the process of foundation of Santa Cruz which followed the *consuetudines* of the leading french Austin Canon house of Saint-Ruf. The rich, partially conserved library of Santa Cruz⁶ and the evidence of numerous masters, that can be traced in the documents of the monastery⁷, suggest that many of its members went to France in order to pursue studies of Arts, Theology or Medicine. Some proof is furnished by three documents from 1173/74, which are presumably related to the papal legate Cardinal Jacinto, a fervent promoter of the education of the iberian clergy⁸. Those documents tell us about the projected studies of three clergymen – Domingos Bispo, Pedro Martins and Sueiro Anes, the latter probably identical with the future bishop of Lisbon – who planned to go *causa discendi* to France and *apud Gallias*.⁹ A further interesting example is Master Pedro de Montemor, who was the Prior of the collegiate church of Montemor-o-Velho between 1194 and 1212¹⁰. Pedro apparently had studied in Paris, from where he brought a Gospel of St John with the *Glossa ordinaria* back to Portugal, a Codex that still can be found in the library of Alcobaca¹¹.

Very remarkable are the traces left by Santa Cruz in the neighbouring kingdom of León, which not only underline the range of the reform circle of Santa Cruz, but also testify to its high level of education. An associate of Santa Cruz was the bishop of Orense, Pedro Seguin (1157-1169) who is reported to have graduated in Theology from Paris¹². Even more important evidence leads us to the city of León. The leonese benedictine monastery of San Isidoro was

⁶ MADAHIL, António Gomes da Rocha – *Os Códices de Santa Cruz de Coimbra*. Coimbra: [s.n.], 1933; *CATÁLOGO dos Códices da Livraria de Mão do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Biblioteca Pública Municipal do Porto*. Ed. Aires Augusto Nascimento; José Francisco Meirinhos. Porto: Biblioteca Pública Municipal, 1997.

⁷ A complete prosopography still remains to be done despite of the rich source material that has survived. Apart from extensive collections of documents, mainly preserved in the Torre do Tombo (IAN/TT) in Lisbon, there are also several cartularies and obituaries from or linked to Santa Cruz, which also contain precious prosopographical information, cf. *LIVRO SANTO de Santa Cruz: cartulário do Séc. XII*. Ed. Leontina Ventura; A. S. Faria. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990; Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto (BPMP), Ms. 422 (S.† 81), fol. 9-39 (Obituário de São Jorge de Coimbra); BPMP, Ms. 707 (S.† 84) (Livro dos Óbitos de São Vicente de Fora).

⁸ FLEISCH – Sacerdotium, p. 170-173.

⁹ IAN/TT, *Santa Cruz de Coimbra*, Docs. Partic., m. 9, doc. 2; IAN/TT, *Sé de Coimbra*, I.^a incorp., rolos 1, 2; COSTA, Avelino de Jesus da – *Geórgicas de Virgílio: fragmentos portugueses do século XI*. Coimbra, 1956, p. 8; cf. FLEISCH – Sacerdotium, p. 105.

¹⁰ FLEISCH – Sacerdotium, p. 106.

¹¹ Biblioteca Nacional (BN), Ms. *Alcobaça* XCIII/2, fol. 57v; AMOS, Thomas L. – *The Fundo Alcobaça of the Biblioteca Nacional*. Lisboa. 3 vols. Collegeville, Minnesota: Hill Monastic Manuscript Library 1988-1990. Vol. 1, p. 10. Descriptive Inventories of Manuscripts microfilmed for the Hill Monastic Manuscript Library: Portuguese Libraries, 1-3. The date given by Amos – “13 c. ex.” – is quite obviously wrong.

¹² MÁRTIRES – *Crónica*, vol. 1, p. 12; cf. FLETCHER, Richard – *The Episcopate in the Kingdom of León in the Twelfth Century*. Oxford: Oxford University Press, 1978, p. 49; FLEISCH – Sacerdotium, p. 96.

converted by the emperor Alfonso VII into a House of Austin Canons in 1148¹³. Probably because the reform wasn't sufficiently effective, in 1156, a portuguese of Santa Cruz, Master Mendo, was brought to San Isidoro to rule the abbey¹⁴. Mendo who died in 1167 was an intimate of João Peculiar, with whom he had traveled to Rome in 1139. Mendos *scientia* was praised by the canons¹⁵ and his title of Master probably derived from studies in France, which would fit perfectly in the context of the educational traditions of Santa Cruz and San Isidoro as well. San Isidoro was to become – maybe partly due to the reforms implemented by Mendo – one of the most important cultural centres of the kingdom of León in the second half of the 12th century, with close relations to Paris, like Santa Cruz¹⁶. From San Isidoro also originated, like in the case of its portuguese role model, several bishops¹⁷.

Finally, I have to mention Santa Cruz de Cortes in Ciudad Rodrigo that was founded as a dependancy of Santa Cruz in 1182¹⁸. Santa Cruz de Cortes received the impressive number of 17 books from Santa Cruz de Coimbra which also appointed the new prior of its leonese dependancy, Lupus, a Master like many other canons from Santa Cruz¹⁹.

Relations to french universities can also be proved in the case of S. Vicente de Fora in Lisbon, which was part of the congregation of Santa Cruz. The future bishop of Viseu, Nicolao (1193-1211), an uncle of St. Anthony of Lisbon-Padova, is reported to have been sent to study Arts and Theology in Paris by the Prior of S. Vicente in 1184. In Paris, Nicolau purportedly studied alongside the future

¹³ On the history of S. Isidoro, see PÉREZ LLAMAZARES, Julio – *Historia de la Real Colegiata de San Isidoro de León*. León: [s.n.], 1927; MCCLUSKEY, Raymond – The library and scriptorium of San Isidoro de León. In CONGRESO INTERNACIONAL SOBRE SANTO MARTINO EN EL VIII CENTENARIO DE SU OBRA LITERARIA, 1, León, 1985 – *Santo Martino de León: ponencias del I Congreso Internacional sobre Santo Martino en el VIII Centenario de su Obra Literaria (1185-1985)*. León: Editorial Isidoriana, D.L. 1987, p. 231-247; Antonio VIÑAYO GONZÁLEZ – El scriptorium medieval del monasterio de San Isidoro de León y sus conexiones europeas. In COLOQUIO SOBRE CIRCULACIÓN DE CÓDICOS Y ESCRITOS ENTRE EUROPA Y LA PENÍNSULA EN LOS SIGLOS VIII-XIII, Santiago de Compostela, 16-19 de Septiembre de 1982 – *Actas*. Santiago de Compostela: Servicio de Publicaciones de la Universidad, 1988, p. 209-238; IDEM – La abadía de canónigos regulares de San Isidoro de León en el siglo XII: vida espiritual e intelectual. In *PENSAMIENTO medieval hispano: homenaje a Horacio Santiago-Otero*. Coord. José María Soto Rábanos. Vol. 1. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1998, p. 117-140.

¹⁴ FLEISCH – *Sacerdotium*, p. 97.

¹⁵ Cf. his epitaph, PÉREZ LLAMAZARES – *Historia*, p. 142: *Hic quiescit magister Menendus primus abbas ecclesie huius nobili genere scientia et moribus natione portugalen. obit Era M. CC. V. XI. K d s. iunii.*

¹⁶ VIÑAYO GONZÁLEZ – La abadía, p. 135.; MCCLUSKEY, Library, p. 243; FLEISCH – *Sacerdotium*, p. 98.

¹⁷ VIÑAYO GONZÁLEZ – La abadía, p. 140.

¹⁸ On Santa Cruz de Cortes, see SÁNCHEZ-ORO Rosa, Juan José – *Orígenes de la Iglesia en la diócesis de Ciudad Rodrigo: episcopado, monasterios y órdenes militares (1161-1264)*. [Ciudad Rodrigo]: Centro de Estudios Mirobrigenses, 1997, p. 173-181.

¹⁹ IAN/TT, *Santa Cruz de Coimbra*, Docs. part., m. 14, doc. 32; cf. CRUZ, Santa Cruz, 80f.; SÁNCHEZ-ORO ROSA, *Orígenes*, p. 176; FLEISCH – *Sacerdotium*, p. 100.

Cardinal Pelayo of Albano and the Pope-to-be Innocent III²⁰. Another Prior of S. Vicente, Master Pedro Mendes who died in 1229 is also said to have graduated in Theology from Paris²¹. The extant biographical data matches with the surviving bibliographical information: A catalogue of the library of S. Vicente from the beginning of the 13th century lists a considerable number of artistic and theological books, that seem to suggest connections with french centres of learning²².

There is little evidence for a relationship between the portuguese cathedral churches and french universities. Except for a single document of Lamego which mentions books brought from France, possibly related to the bishop Mendo of Lamego (1143-1176)²³, a former founding member of Santa Cruz, evidence survives only for the cathedral chapters of Coimbra and Braga. In Coimbra the canon *Magister Martinus presbiter*, most likely a nephew of bishop Miguel Pais of Coimbra (1162-1176) studied Arts and Theology in Paris where he died in 1175, bequeathing his library to the cathedral chapter of Coimbra²⁴. In Braga, Master Pedro Goncalves died as dean of the cathedral chapter in 1166²⁵. Before pursuing his career in Braga, he had been chancellor of the emperor Alfonso VII of Castile until 1156²⁶, and afterwards chancellor of the portuguese infante Sancho. Pedro was a Master of Arts²⁷ and might be identified with the rhetoric teacher Petrus

²⁰ MÁRTIRES – *Crónica*, vol. 2, p. 90; SANTA MARIA, *Chronica*, vol. 2, p. 130, cf. FLEISCH – *Sacerdotium*, p. 108.

²¹ MÁRTIRES – *Crónica*, vol. 2, p. 90; SANTA MARIA, *Chronica*, vol. 2, p. 132, cf. FLEISCH – *Sacerdotium*, p. 109.

²² BPMP, Ms. 707 (S† 84), fol. 92; NASCIMENTO, Aires Augusto – *Livros e Claustro no séc. XIII em Portugal: o Inventário da Livraria de S. Vicente de Fora*, em Lisboa. *Didaskalia*. 15 (1985) 229-242; *CATÁLOGO dos Códices da Livraria*, p. 340.

²³ VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa – *Elucidário das palavras, termos e frases, que em Portugal antigamente se usáram e que hoje regularmente se ignorão*. Ed. Mário Fiúza. Vol. 1. Porto: Livraria Cvilização, 1962, p. 142; cf. COSTA, Manuel Gonçalves da – *História do Bispado e cidade de Lamego*. Vol. 1: *Idade Média: a Mitra e o Município*. Lamego: [s.n.], 1977, 102; FLEISCH – *Sacerdotium*, p. 100.

²⁴ *LIBER ANNIVERSARIORUM Ecclesiae Cathedralis Colimbriensis (Livro das Kalendas)*. Ed. Pierre David; Torquato de Sousa Soares. Vol. 1. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1947, p. 79; MÁRTIRES, *Crónica*, vol. 1, p. 13; cf. COSTA, Avelino de Jesus da – *A biblioteca e o tesouro da Sé de Coimbra nos séculos XI a XIV*. Coimbra: [s.n.], 1983, p. 18; FLEISCH – *Sacerdotium*, p. 102-105.

²⁵ Arquivo Distrital de Braga (ADB), *Livro II dos Aniversários*, fol. 6v; cf. SÁ, Pinto de – *Catálogo dos Deães de Braga*. In FERREIRA – *Fastos episcopais*, vol. 3, p. 439; CUNHA, Maria Cristina Almeida e – *A Chancelaria Arquiepiscopal de Braga (1071-1244)*. Porto, 1998, p. 103. Dissertation, PhD, in History: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

²⁶ MILLARES CARLO, Agustín – *La Cancillería Real en León y Castilla*. *Anuario de Historia del Derecho Español*. 3 (1926) 260; RASSOW, Peter – *Die Urkunden Kaiser Alfons' VII. von Spanien*. *Archiv für Urkundenforschung*. 10 (1928) 411; LUCAS ÁLVAREZ, Manuel – *El reino de León en la Alta Edad Media*. Vol. 5: *Las Cancillerías reales (1109-1230)*. León: Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”, 1993, p. 194.

²⁷ His knowledge in *liberalium artium doctrina* is praised in a partial copy of his last will, which has survived in Braga, ADB, *Gaveta dos Testamentos*, doc. 2. Pedro Gonçalves is also the first portuguese known to have made provisions for the education of his offspring. In his first will, drawn up in 1164, while still archdeacon of Braga, Pedro provided for his male descendants who wanted *legere in ecclesia*

Hispanus (*non papa*), the first important iberian scholar known in the sources of the University of Paris²⁸. There is further evidence from Braga, also connected to the royal chancery: The canon Pedro Feijão, who had been chancellor of king Afonso Henriques from 1173 to 1181, bequeathed in his will a certain sum of money to several clergymen from Braga who desired to study *in Franciam*²⁹.

Apparently, the portuguese relationships with the french centres of learning were, during the 12th century, particularly maintained by Santa Cruz de Coimbra. At the beginning of the 13th century, the importance of Santa Cruz, however, began to diminish, and Santa Cruz had to cede its leading role to Alcobaca, the cathedral chapters and probably also to the mendicant orders. Santa Cruz proved unable to adapt to the cultural changes of the 13th century. It is significant that Santa Cruz did not partake in the rise of jurisprudence that marked the portuguese intellectual climate at the beginning of the new century³⁰. Nevertheless, it is noticeable, that some of the leading iberian canonists of that age – Vincentius Hispanus, Laurentius Hispanus, Silvester Hispanus and possibly one of the canonists known as Menendus Hispanus – were in some way or another linked with Santa Cruz³¹.

During the 13th century evidence for portuguese scholars in Paris and other french universities is even more scant than in the previous century³². We know only by coincidence of six portuguese students in Paris in 1225, because the ship *La Cardinale* which was supposed to bring money to the students had been captured by english pirates³³. Furthermore, we know of the importance of Paris

Bracarenis; LIBER FIDEI Sanctae Bracarenis Ecclesiae. Ed. Avelino de Jesus da Costa. 3 vols. Braga: Junta Distrital, 1965-1992, doc. 599; COSTA, Avelino de Jesus da – *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*. Vol. 2. Coimbra, 1959, p. 431, doc. 78; cf. CUNHA – *A Chancelaria*, p. 130.

²⁸ FLEISCH – *Sacerdotium*, p. 55; on Petrus Hispanus (*non papa*), cf. HUNT, R. W. – *The Summa of Petrus Hispanus on Priscianus Minor*. *Historiographia Linguistica*. 2 (1975) 1-23; KNEEPKENS, Corneille – *Het iudicium constructionis: het Leerstuk van de constructio in de 2de Helft van de 12de Eeuw*. Vol. 1: *Een verkennende en inleidende Studie*. Vol. 4: *Werkuitgave van Petrus Hispanus' Summa "Absoluta cuiuslibet"*, Nijmegen, 1987.

²⁹ ADB, *Gav. dos Testamentos*, doc. 5.

³⁰ CARDÓ GUINALDO, María Teresa; SANTIAGO-OTERO, Horacio – *Las instituciones jurídicas en algunas escuelas medievales de la Península Ibérica*, Madrid: Instituto Francisco Suárez, 1984, p. 16.

³¹ FLEISCH – *Sacerdotium*, p. 117.

³² SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *Portugueses no Estudo de Toulouse*. Coimbra: Universidade, 1954; IDEM – *Les Portugais à l'Université de Montpellier (XII^e-XVII^e siècles)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian – Centro Cultural Português, 1971; FARELO, Mário – *Les Portugais à l'Université de Paris au Moyen Âge et l'acheminement de leurs ressources*. *Memini. Travaux et documents publiés par la Société des études médiévales du Québec*. 5 (2001) 101-129; IDEM – *Os estudantes e mestres portugueses nas escolas de Paris durante o período medieval (sécs. XII-XV): elementos de história cultural, eclesiástica e económica para o seu estudo*. *Lusitania Sacra*. 2.^a série, 13-14 (2001-2002) 161-196.

³³ ROTULI *litterarum clausarum in Turri Londinensi asservati*. Ed. Thomas Duffy Hardy. Vol. 2: 1224-1227. London, 1844, 89b; cf. PEGUES, Frank – *Royal Support of Students in the Thirteenth Century*. *Speculum*. 31 (1956) 459; FARELO – *Les Portugais*, p. 121; IDEM – *Os estudantes*, p. 186; FLEISCH – *Sacerdotium*, p. 110.

in the lives of Pedro Juliães, better known as Petrus Hispanus or Pope John XXI, and of his relative Gil Juliães, who was probably identical with Saint Gil of Santarém³⁴. Only a few more examples have survived.

This does not mean, however, that french universities were not attractive places to be for portuguese scholars during the 13th century; a number of Masters within the portuguese cathedral chapters, who had an artistic, theological or medical education seem to indicate the contrary³⁵. Besides, it is quite probable that a number of portuguese cistercian or mendicant monks studied in France. However, they had their own colleges at their disposal, and it might be due to this reason that they are hardly tracable in the university sources³⁶.

³⁴ On Petrus Hispanus, cf. ANTUNES, José – O percurso e o pensamento político de Pedro Hispano: arcebispo-eleito de Braga e Papa João XXI. In CONGRESSO INTERNACIONAL IX CENTENÁRIO DA DEDICAÇÃO DA SÉ DE BRAGA – *Actas*. Vol. 2/1. Braga: Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa, 1990, p. 125-184; IDEM – *A cultura erudita portuguesa nos séculos XIII e XIV (Juristas e Teólogos)*. Coimbra, 1995, p. 37-279. Dissertation, PhD in History: Universidade de Coimbra; on Gil de Santarém, see S. JOÃO, Baltazar de – *A vida do bem aventurado Gil de Santarém*. [Compil.] Aires Augusto Nascimento. Lisboa, 1989; COLÓQUIO COMEMORATIVO DE SÃO FREI DE SANTARÉM, Lisboa, 1991 – *Colóquio comemorativo de S. Frei Gil de Santarém: actas do colóquio comemorativo*. Lisboa: AAP, D.L. 1992.

³⁵ There are no complete prosopographies for the portuguese diocesan clergy. On Braga, see VAZ, A. Luís – *O Cabido de Braga 1071 a 1971*. Braga: José Dias de Castro, 1971; CUNHA – *A Chancelaria*; LIMA – Maria Justiniana Pinheiro Maciel – *O cabido de Braga no tempo de D. Dinis (1278-1325)*. Braga, 1998. Dissertation, MA: Universidade do Minho; COSTA, Maria Antonieta Moreira da – *O Cabido de Braga na segunda metade da centúria de Duzentos (1245-1278)*. Braga, 2000. Dissertation, MA: Universidade do Minho; on Évora, VILAR, Hermínia Vasconcelos – *As Dimensões de um Poder: a Diocese de Évora na Idade Média*. Lisboa: Estampa, 1999; on Lamego, COSTA – *História do Bispado e cidade de Lamego*. Vol. 1: *Idade Média*; on Porto, PINTO, António Ferreira – *O cabido da Sé do Porto: subsídios para a sua história*. Porto: Câmara Municipal, imp. 1940; on Coimbra, *LIBER ANNIVERSARIORUM Ecclesiae Cathedralis Colimbriensis (Livro das Kalendas)*. Ed. Pierre David and Torquato de Sousa Soares. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra 1947-1948. 2 vols; cf. also DIAS, Nuno José Pizarro Pinto – *Cortes Portuguesas (1211 a 1383)*. Braga, 1987. Tese de Mestrado: Universidade do Minho; VENTURA, Leontina – *A Nobreza de Corte de Afonso III*. 2 Vols. Dissertação de doutoramento. Coimbra, 1992; NOGUEIRA, J. A. Anes Duarte – *Sociedade e Direito em Portugal na Idade Média: dos primórdios ao século da Universidade*. Lisboa: [s.n.] 1994; PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor – *Linhagens Medievais Portuguesas: genealogias e estratégias (1279-1325)*. 3 vols. Porto: Univ. Moderna Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família, 1999; *A IGREJA e o Clero Português no contexto europeu*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, 2005; RODRIGUES, Ana Maria S. A., [et al.] – *Os capitulares Bracarenses (1245-1374)*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, 2005; FLEISCH – *Sacerdotium*.

³⁶ On the organisation of the cistercian and mendicant colleges, see KWANTEN, F. E. – Le collège Saint-Bernard à Paris. *Revue d'Histoire Ecclésiastique*. 43 (1948) 443-472; BERG, Dieter – *Armut und Wissenschaft. Beiträge zur Geschichte des Studienwesens der Bettelorden im 13. Jahrhundert*. Düsseldorf, 1977, p. 85-94, 104-108; for Portugal, cf. COCHERIL, Maur – Les Cisterciens Portugais et les études: état de question. In *LOS MONJES y los Estudios. IV Semana de Estudios Monásticos*, Poblet, 1961. Poblet: Abadía de Poblet, 1963, p. 235-248; PEREIRA, Isaías da Rosa – A “pecia” em manuscritos universitários: estudo de três códices alcobacenses dos séculos XIII a XIV. *Anais da Academia Portuguesa de História*. 2.^a série. 22 (1973) 245-275; LOPES, Fernando Félix – Franciscanos portugueses pretridentinos escritores, mestres e leitores. *Repertorio de Historia de las ciencias eclesiásticas en España*. 7 (1979) 451-508;

Paris seems to have remained an important destination for portuguese students in spite of the growing importance of legal studies. The fact that the *gravamina* of the portuguese bishops brought before kings Afonso III and Dinis, mention only Paris as a university place, *pars pro toto*, is quite significant³⁷.

In the 12th century, it had been artistic, theological and medical studies that dominated portuguese education, during the 13th century, however, jurisprudence became more important. After the death of king Afonso Henriques and archbishop João Peculiar, the number of conflicts brought before the papal tribunals increased remarkably³⁸. Especially the archdiocese of Braga was involved in serious conflicts with its rivals Santiago de Compostela and Toledo. The canon law procedure that was developed by the papacy during the 12th century, offered the advantage of more efficient and objective treatment than customary secular jurisdiction and therefore was swiftly adopted in Portugal from the last quarter of the 12th century³⁹. Later on it heavily influenced the ecclesiastic as well as the secular law and legislation.

Along with these developments, jurisprudence began to grow more important in the 1170s. Around that time Bologna became a favourite place for portuguese scholars. A large part of the *Hispani* who became famous in Bologna between 1170 and 1230 were of portuguese origin: Menendus Hispanus, Silvester Hispanus, Vincentius Hispanus, Petrus Hispanus Portugalensis or Johannes Hispanus Egitanensis⁴⁰. The remarkable fact that many of these canonists

ROSÁRIO, António do – Letrados dominicanos em Portugal nos séculos XIII-XV. *Repertorio de Historia de las ciencias eclesiásticas en España*. 7 (1979) 509-598; IDEM – Frades Pregadores em intercâmbio peninsular, séc XIII. In II JORNADAS LUSO-ESPANHOLAS DE HISTÓRIA MEDIEVAL, Porto, 1985 – *Actas*. Porto, 1990, vol. 4, p. 1251-1272.

³⁷ *LES REGISTRES de Martin IV (1281-85)*. Ed. M. Ollivier-Martin. Paris, 1901, p. 239, Nr. 502; PEIXOTO, Eduardo Melo – Derecho concordatário medieval português: de D. Dinis a D. Juan I. *Revista Española de Derecho Canónico*. 35 (1979) 325; FARELO, Les Portugais, p. 123.

³⁸ FLEISCH – Sacerdotium, p. 15-44.

³⁹ FLEISCH – Sacerdotium, p. 47-80.

⁴⁰ On the canonist(s) known as Menendus Hispanus, see KUTTNER, Stephan – Bernardus Compostellanus Antiquus: a Study in the Glossators of the Canon Law. *Traditio*. 1 (1943) 277-340; WEIGAND, Rudolf – *Die Glossen zum Dekret Gratians: Studien zu den frühen Glossen und Glossenkompositionen*. 2 vols. Roma, 1991. *Studia Gratiana*, 25, 26; FRANSEN, Gérard – Les gloses de Melendus et l'apparat d'Alain l'Anglais sur le Décret de Gratien. In *L'ÉGLISE et le droit dans le Midi (XIII^e-XV^es.)*. Toulouse, 1994, p. 21-35. *Cahiers de Fanjeaux*, 29. FLEISCH – Sacerdotium, p. 120-127; on Silvester Hispanus, see GILLMANN, Franz – Magister Silvester als Glossator. In IDEM – *Gesammelte Schriften zur klassischen Kanonistik*. Ed. WEIGAND, Rudolf – *Gesammelte Schriften*. Vol. 2. Würzburg 1988-1993, art. n° 17; IDEM – Magister Silvester als Glossator. Nachtrag, in *Ibidem*. Art. Nr. 18; POST, Gaines – Additional glosses of Johannes Galensis and Silvester in the early Tancred or so-called Laurentius-Apparatus to Compilatio III. *Archiv für Katholisches Kirchenrecht*. 119 (1939) 365-375; PEREIRA, Isaiás da Rosa – Silvestre Godinho: um canonista português. *Lumen*. 26: 7 (1962) 691-698; COSTA, António Domingues de Sousa – *Mestre Silvestre e Mestre Vicente, juristas da contenda entre D. Afonso II e suas irmãs*. Braga: Franciscana, 1963. *Estudos e Textos da Idade Média e Renascimento*, 1. On Vincentius, see GILLMANN, Franz – Wo war Vincentius Hispanus Bischof?. *Archiv für Katholisches*

originated from the cathedral chapter of Braga seems to prove a connection between the emergence of those Jurists in Braga and the conflicts with Santiago de Compostela and Toledo⁴¹. Still during the second half of the 13th century jurists from Braga can be found in Bologna. Eye-catching is a group of scholars linked to archbishop Martinho Geraldês of Braga (1256-1271). Martinho himself had likely been a pupil of his predecessor Silvester Hispanus in Bologna. Afterwards he became *Magisterscolarum* of Braga, and it is quite remarkable that all of his successors in this office until the beginning of the 14th century were related to Martinho and can be traced as students in Bologna: Pedro Moniz, Domingos Peres Vinagre, Domingos Domingues⁴². The fact that they were successively heads of the cathedral school is of special importance for the legal traditions in Braga.

In addition to the french and italian centres of learning, universities emerged in Castile and León which heavily influenced the portuguese cultural developments in the 13th century.

The first iberian university was founded around 1180 in Palencia and persisted there with several interruptions for almost one century⁴³. The history of

Kirchenrecht. 113 (1933) 99-107; IDEM – Der Kommentar des Vincentius Hispanus zu den Kanones des vierten Laterankonzils (1215), in IDEM – *Gesammelte Schriften*, vol. 3, Art. Nr. 33; POST, Gaines – “Blessed Lady Spain” – Vincentius Hispanus and Spanish National Imperialism in the Thirteenth Century. *Speculum*. 29 (1954) 198-209; IDEM – Vincentius Hispanus, ‘pro ratione voluntas’, and Medieval and Early Modern Theories of Sovereignty. *Traditio*. 28 (1972) 159-184; OCHOA SANZ, Javier – *Vincentius Hispanus: canonista boloñês del siglo XIII*. Roma; Madrid: [s.n.], 1960; IDEM – El glosador Vincentius Hispanus y títulos comunes “de foro competentis” canónico. *Apollinaris*. 55 (1982) 677-736; COSTA, Mestre Silvestre; MACHADO, Ana Maria Bracinha de Lima – *Vicente Hispano: aspectos biográficos e doutrinários*. Lisboa: [s.n.], 1965; GARCÍA Y GARCÍA, Antonio – Glosas de Juan Teutónico, Vicente Hispano y Dámaso Húngaro a los *Arbores Consanguinitatis et Affinitatis*. *Zeitschrift der Savigny-Stiftung für Rechtsgeschichte. Kanonistische Abteilung*. 68 (1982) 153-185. On Petrus Hispanus Portugalensis (Pedro Salvadores), see KUTTNER, Stephan – *Repertorium der Kanonistik (1140-1234)*. Città del Vaticano: Biblioteca Apostolica Vaticana, 1937, p. 414. Prodomus Corporis Glossarum, 1; IDEM – *Bernardus Compostellanus*; STICKLER, Alfons M. – *Sacerdotium et Regnum nei Decretisti e primi Decretalisti: considerazioni metodologiche di ricerca e testi*. Turin, 1953, p. 27.; PEREIRA, Isaiás da Rosa – *O canonista Petrus Hispanus Portugalensis*. Lisboa, 1968, p. 3-18. Arquivos de História da Cultura Portuguesa, 2, 4; NAPOLI, Maria Teresa – *L’Ordo iudiciarius ‘Quia utilissimum foro’: contributo alla conoscenza delle fonti del processo romano-canonico*. *Zeitschrift der Savigny-Stiftung für Rechtsgeschichte. Kanonistische Abteilung*. 62 (1976) 58-105; PÉREZ MARTÍN, Antonio – El Ordo iudiciarius “Ad summam notitiam” y sus derivados. *Historia, Instituciones, Documentos*. 8 (1981) 195-266; 9 (1982) 327-423; FLEISCH – *Sacerdotium*, p. 127-132. On Johannes Hispanus Portugalensis, see PEREIRA, Isaiás da Rosa – *Lectura arborum consanguinitatis et affinitatis Magistri Ioannis Egitanensis*. *Studia Gratiana*. 14 (1967) 155-182; GARCÍA Y GARCÍA, Antonio – *Estudios sobre la canonística portuguesa medieval*. Madrid: Fundación Universitaria Española, 1976, p. 118-120; FLEISCH – *Sacerdotium*, p. 119, 152.

⁴¹ FLEISCH – *Sacerdotium*, p. 117.

⁴² FLEISCH – *Sacerdotium*, p. 133-150.

⁴³ On the *studium generale* of Palencia, see DENIFLE, Heinrich – *Die Entstehung der Universitäten des Mittelalters bis 1400*. Berlin, 1885, p. 472-474; LA FUENTE, Vicente de – *Historia de las Universidades, colegios y demás establecimientos de enseñanza en España*. Vol. 1. Madrid: [s.n.]. 1885, p. 76-84; SAN

this important centre of learning has not yet sufficiently been studied, nevertheless it is apparent that the range of its cultural impact transcended the borders of Castile. No direct evidence of portuguese scholars in Palencia has survived, although an *ars accentualis* in the library of Alcobaça which quotes from the work of Magister Petrus Palentinus shows that the scholarly production arrived at least partially in Portugal⁴⁴. Furthermore, evidence of contacts between Portugal and Palencia has survived. The marriage of the castilian princess Urraca with the infante Afonso of Portugal in 1208 seems to have played a key role in establishing those contacts. The bestowal of the Chantry of Porto on the famous jurist Master Menendus, the employment of the Palentine Master Lanfranco as proctor of Afonso II, the relationship between queen Urraca and the Dean of Palencia, Juan Perez are sufficient to prove the close contacts that linked the crown of Portugal and the university of Palencia, and throw a whole new light on the remarkable reforms carried out by the portuguese king after 1211⁴⁵.

MARTÍN PAYO, Jesús – Eran profesores de la antigua Universidad de Palencia?. *Publicaciones de la Institución Tello Téllez de Meneses*. 12 (1954) p. 241-242; BARRERO GARCÍA, Ana María – Un formulario de cancillería episcopal castellano-leonés del siglo XIII. *Anuario de Historia del Derecho Español*. 46 (1976) 671-711; PESET, Mariano – Interrelaciones entre las Universidades españolas y portuguesas en los primeros siglos de su historia. *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*. 58: 1 (1982) p. 878-880; MENÉNDEZ PELÁEZ, Jesús – El IV Concilio de Letrán, la Universidad de Palencia y el Mester de Clerecía. *Studium Ovetense*. 12 (1984) 27-39; SALCEDO, M. – Vida de D. Tello Téllez de Meneses, obispo de Palencia. *Publicaciones de la Institución Tello Téllez de Meneses*. 53 (1985) 81-266; RICO, Francisco – La clerecía del mester. *Hispanic Review*. 53 (1985) 1-23, 127-150; FAULHABER, Charles – Latin Poems from Palencia. *Romance Philology*. 43 (1989) 59-69; PÉREZ RODRIGUEZ, Estrella – *El Verbiginale: una Gramática Castellana Del Siglo XIII*. Valladolid: Universidad, 1990; GÓMEZ-BRAVO, Ana María – El latín de la clerecía. Edición y estudio del Ars dictandi Palentina. *Euphrosyne*. 18 (1990) 99-144; MAFFEI, Domenico – Fra Cremona, Montpellier e Palencia nel secolo XII: ricerche su Ugolino da Sesso. *Revista Española de Derecho Canonico*. 47 (1990) 34-51; MARTÍNEZ DÍEZ, Gonzalo – La Universidad de Palencia: revisión crítica. In CONGRESO DE HISTORIA DE PALENCIA, 2, 1989 – *Actas*. Vol. 4. Palencia: Diputación Provincial, Departamento de Cultura, p. 155-191; IDEM – Tres lecciones del siglo XII del Estudio General de Palencia. *Anuario de Historia del Derecho Español*. 61 (1991) 391-449; MARTINEZ ARCONDA, L. F. – Orígenes de la universidad en España: Palencia: del estudio general a la universidad. In *L'UNIVERSITÉ en Espagne et en Amérique Latine du Moyen Age à nos jours*. Vol. 1. Tours: Université, 1991, p. 11-22; RUCQUOI, Adeline – La double vie de l'université de Palencia (ca. 1180-ca. 1250). *Studia Gratiana*. 28 (1998) 723-748; IGLESIA FERREIROS, Aquilino – Rex superiorem non recognoscens: Hugolino de Sesso and the Studium of Palencia. *Initium. Revista Catalana d'Història del Dret*. 3 (1998) 1-205; FLEISCH – Sacerdotium, p. 154-243.

⁴⁴ NASCIMENTO, Aires Augusto – A “ars accentualis” de Martinho de Alcobaça (Lisboa, B. N., Alc. 149). Especulação e uso do Doctrinale. *Euphrosyne*. 14 (1986) p. 117, 123; GOMES, Saul António – Um Formulário Monástico Medieval Português: o Ms 47 de Alcobaça da B.N. Coimbra, 1999.

⁴⁵ FLEISCH – Sacerdotium, p. 237-241. On the reforms of Afonso II, see PERES, Damião – As Cortes de 1211. *Revista Portuguesa de História*. 4 (1949) 1-8; AZEVEDO, Rui de – O Livro de registo da Chancelaria de Afonso II de Portugal (1217-1221). *Anuario de Estudios Medievales*. 4 (1967) 35-62; COSTA, Avelino de Jesus da – La chancellerie royale portugaise jusqu'au milieu du XIII^e siècle. *Revista Portuguesa de História*. 15 (1975) 151; SILVA, Nuno J. Espinosa Gomes da – Ainda sobre a lei da Cúria de 1211 respeitante às relações entre as leis do Reino e o direito canónico. *Clio*. 6 (1987-1988) 29-39; MAURÍCIO, M. Fernanda – As leis de 1211 – alguns “princípios” sociológicos. In: JORNADAS LUSO-ESPAÑHOLAS DE HISTORIA

The relations between Palencia and the portuguese ecclesiastical elite apparently remained close after the death of Afonso II. During the reign of the *rex inutilis* Sancho II, Palencia was one of the favourite places of exile for the portuguese bishops. It is certainly no coincidence that bishop Martinho Rodrigues died there in 1234. Nor is it a coincidence that the elected bishop of Coimbra, Master Tiburcio spent years as archdeacon and treasurer in Palencia. There is also evidence for close contacts to Palencia in the cases of archbishop João Viegas de Portocarreiro and bishop-elect Master João Rol⁴⁶. In the second half of the 13th century proof of such relations can be found for Braga and Coimbra. Especially significant in this respect was the appointment of Master Aymeric Ébrard to the bishopric of Coimbra. Before his appointment Aymeric had been *Magisterscolarum* at the cathedral of Palencia and probably belonged to the reforming party of the university of Palencia. The pontificate of Aymeric was highly important for Coimbra and the history of the portuguese university, because in the train of Aymeric a large number of clergymen from Cahors, among them the nephew of the famous jurist Accursius, Andrea Giovanni, came to Coimbra. The relations between the university of Cahors and the newly founded portuguese university of Coimbra at the beginning of the 14th century which were probably initiated by Aymeric, have yet to be investigated⁴⁷.

Portuguese scholars contributed as well to the short-lived *Escuela General* of Calahorra. The Studium Generale of Calahorra was probably founded by bishop Juan Pérez (1220-1237), whom we already have mentioned as former Dean of Palencia. Juan Pérez had close contacts to Portugal and therefore it is not surprising to find portuguese scholars participating in his university project. At the beginning of the 1230s at least two portuguese seem to have been among the teachers of Calahorra: Master Pedro Salvadores, well known in Bologna and

MEDIEVAL, 2, Porto, 1985 – *actas*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987, p. 893-905; MATTOSO, José – *Identificação de um país: ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1325*. 4^a ed. Vol. 2. Lisboa: Estampa, 1991, p. 122; IDEM – A Cúria Régia de 1211 e o Direito Canónico. In *Direito e Justiça. Revista da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa*. 13 (1999) 129-142; BRANCO, Maria João Violante – The General Laws of Alfonso II and his Policy of ‘Centralisation’: a Reassessment. In GOSMAN, Martin; VANDERJAGT, Arjo; VEENSTRA, Jan, org. – *The Propagation of Power in the Medieval West: selected Proceedings of the International Conference Groningen 20-23 November 1996*. Groningen: Egbert Forsten, 1997, p. 79-95; SANTOS, Maria José Azevedo – A Chancelaria de D. Afonso II (1211-1223): teorias e práticas. In IDEM – *Ler e compreender a escrita na Idade Média*. Lisboa: Colibri, 2000, p. 11-57.

⁴⁶ FLEISCH – *Sacerdotium*, p. 241.

⁴⁷ FLEISCH – *Sacerdotium*, p. 231-233; cf. DAVID, Pierre – Français du midi dans les évêchés portugais. In *Bulletin des Études Portugaises et de l’Institut Français au Portugal*. 9 (1943), 16-70; COSTA, Mário Júlio Brito de Almeida – Um jurista em Coimbra, parente de Acúrsio. *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*. 38 (1962) 251-256; EDWARDS, Anita – L’Université de Cahors. In *Les Universités du Languedoc au XIII^e siècle*. Toulouse, 1970, p. 266-273. Cahiers de Fanjeaux, 5; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – La famille d’Ébrard et le clergé de Coimbra aux XIII^e et XIV^e siècles. In *A IGREJA e o Clero Português*, p. 77-91.

Padova as Petrus Hispanus Portugalensis, who became bishop of Porto in 1235; and João Soares, the future treasurer of Viseu and *consiliarius regis* of Afonso III, who achieved international fame as teacher in *arte dictatoria* of Domingos Domingues, author of a *summa dictaminis* which was wide-spread, especially in central Europe⁴⁸.

At least from the middle of the 13th century onwards Salamanca was of fundamental importance for the Portuguese cultural history⁴⁹. The foundational document issued by Fernando III in 1243 already mentions three Portuguese among the scholars of Salamanca and subsequently large numbers of Portuguese scholars studied at Salamanca. Until the beginning of the 14th century a continually strong presence of Portuguese in Salamanca can be proved. Salamanca seems to have been attractive for scholars from all over Portugal, especially, however, for the northern Portuguese aristocracy. Remarkable are several members of the important families Pereira and Portocarreiro, which can be traced over generations at Salamanca, and several members of the royal clergy, many of whom participated in the foundation of the university of Lisbon⁵⁰.

It is eye-catching that Portuguese scholars emerged only between 1180 and 1230 as law teachers of international renown, while during the remaining decades, none can be found at Bologna – with the sole exception of João de Deus⁵¹. This might be partially due to a change of career patterns in Portugal or might have been related to the rise of legal studies in Salamanca. Between 1180 and 1210 canonists were appreciated and sought-after in Portugal as proctors or counsellors in legal cases, although jurisprudence wasn't yet a first class career enhancer. The picture changed only about 1210, from this time on the former

⁴⁸ ROCKINGER, Ludwig – *Briefsteller und Formelbücher des elften bis vierzehnten Jahrhunderts*. München, 1864, p. 517-592; FLEISCH – *Sacerdotium*, p. 74-77, p. 292-298.

⁴⁹ On the early history of Salamanca, cf. LA FUENTE – *Historia*, vol. 1; BELTRÁN DE HEREDIA, Vicente – *Bulario de la Universidad de Salamanca (1219-1549)*. Vol. 1. Salamanca: Universidad, 1966; IDEM – *Cartulario de la Universidad de Salamanca (1218-1600)*. Vol. 1. Salamanca: Universidad, 1970; IDEM – *Los orígenes de la Universidad de Salamanca*. Salamanca: Universidad, 1983; FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, Manuel, dir. – *La Universidad de Salamanca*. Vol. 1: *Trayectoria histórica y Proyecciones*. Salamanca: Universidad, 1989; RODRÍGUEZ CRUZ, Águeda – *Historia de la Universidad de Salamanca*. Salamanca: Congregación de Santo Domingo, 1990; AMASUNO SARRAGA, Marcelino V. – *La escuela de medicina del Estudio Salmantino (siglos XIII-XV)*. Salamanca: Universidad, 1990; GARCÍA Y GARCÍA, Antonio – *La Universidad de Salamanca en la edad Media*. In CONVEGNO INTERNAZIONALE DI STUDI, Milazzo, 1993 – *Università in Europa: le istituzioni universitarie dal Medio Evo ai nostri giorni, strutture, organizzazione, funzionamento: atti*. Messina: Rubbettino, 1995, p. 17-35. On the Portuguese relations with Salamanca during the 13th century, see SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *Portugueses no Estudo de Salamanca*. Vol. 1. (1250-1550), Lisboa: [s.n.], 1962; ANTUNES, José – *Portugueses no processo histórico da fundação da Universidade de Salamanca*. *Revista de História das Ideias*. 12 (1990) 19-53; FLEISCH – *Sacerdotium*, p. 260-292.

⁵⁰ FLEISCH – *Sacerdotium*, p. 260-292, 318-340.

⁵¹ COSTA, António Domingues de Sousa – *Um mestre português em Bolonha no século XIII: João de Deus*. Braga: [s.n.], 1957.

jurisperiti of Bologna gained important offices in the cathedral chapters and even were appointed bishops⁵². This tendency was probably connected with the takeover of the portuguese crown by Afonso II in 1211. The overwhelming success of those lawyers probably played a major role in establishing law studies as a key element in the curriculum of a successful ecclesiastical career. Therefore law studies seem to have become a standard feature for members of influential aristocratic families like the Pereira or the Portocarreiro. For those noblemen it was most likely not about getting academic degrees or outstanding legal expertise, but rather about acquiring basic knowledge in law. The new foundation of the University of Salamanca by Fernando III and Alfonso X. corresponded to those needs of the aristocratic elite of Castile-León and Portugal. At about the same time career opportunities of non-aristocratic lawyers seem to have lessened in Portugal. While they could gain bishoprics a few decades before, they now were more and more confined to lower positions in the ecclesiastical and secular administrations.

A final aspect that has to be mentioned is the regional differences in career patterns. In Braga almost exclusively jurists entered the cathedral hierarchy, while in Coimbra the cathedral chapter was clearly dominated by Artists, Theologians and Physicians during the 12th and 13th centuries. In the northern dioceses of Porto, Lamego and Guarda, where remarkably fewer masters are found in the cathedral chapters, a fact that might be explained by the predominance of local noble families, legal education seems to have been preeminent like in Braga. Quite different was the situation in Lisbon, where a lot of the members of the cathedral chapters were jurists or physicians or both. A possible explanation might be the lesser influence of aristocratic families, a more dynamic urban development and stronger royal influence. Those aspects were also fundamental in the choice of Lisbon as site of the first portuguese University.

⁵² Menendus Hispanus, Silvester Hispanus, Vincentius Hispanus, Petrus Hispanus Portugalensis – to mention only the most prominent examples – for a general overview of career patterns of 12th and 13th c. canonists, see WEIGAND, Rudolf – Frühe Kanonisten und ihre Karriere in der Kirche, Zeitschrift der Savigny-Stiftung für Rechtsgeschichte. *Kanonistische Abteilung*. 76 (1990) 135-155.



OS ECLESIÁSTICOS E AS QUESTÕES PORTUGUESAS JUNTO À CÚRIA ROMANA: A INFLUÊNCIA DOS CARDEAIS HISPÂNICOS (1213-1254)

MARIA JOÃO BRANCO

Este artigo procura analisar as redes de interrelacionamento entre os eclesiásticos que assessoravam os primeiros reis portugueses e os cardeais hispânicos que na Cúria Romana representavam e julgavam causas relacionadas com o recém-nascido reino de Portugal, procurando definir quais as origens e repercussões desse interrelacionamento nos acontecimentos políticos. Tomando como ponto de partida a doação dos dízimos reais às dioceses do Reino que Afonso II levou a cabo em 1218, procura-se retrair as origens de uma familiaridade evidente e o percurso daqueles mencionados nessas doações, no seu relacionamento com Gil Torres, que nelas é referido, assim como com Paio Gaitán, de importância fundamental. Analisando as carreiras dos dois cardeais, a composição das suas casas e as causas em que se envolveram, é possível recuperar alguns elementos explicativos de processo complexo que se desenrolaram desde a morte de Sancho I (1211) até ao afastamento de Sancho II da dignidade régia (1245). E que nos permitem compreender com mais alguma clareza como anteriores ligações pessoais e afectivas, nomeadamente ao chanceler Julião Pais, podem esclarecer a presença de Gil Torres em 1218 nas doações de Afonso II, as eleições disputadas da Lisboa de 1233, a escolha de Tibúrcio como bispo de Coimbra e até o processo despoletado contra Sancho II, que encontrou o seu ápice no concílio de Lyon em 1245.

PORTUGUESE ECCLESIASTICS AND PORTUGUESE AFFAIRS NEAR THE SPANISH CARDINALS IN THE ROMAN CURIA (1213-1254)

MARIA JOÃO BRANCO

This article aims at exploring the origins and repercussions of the relationship of the Portuguese Ecclesiastics who accompanied and advised the first Portuguese Kings with the two most influent Spanish Cardinals at the Roman Curia, in the years between 1213 and 1254: Pelayo Gaitán and Gil Torres. Starting with the 1218 grant of the royal tithes to the Portuguese dioceses, in which cardinal Gil is mentioned three times, this article tries to assess the possible origins of the relationship of Gil and the Portuguese ecclesiastics at that time, and to analyse the importance of both him and Pelayo in the causes dealt with in Rome, during the years 1212-1216, in order to solve the question between the King and his sisters. It then proceeds by looking at the remaining evidence related to the causes audited by Gil and Pelayo concerning Portugal and the remaining Iberian Kingdoms, and by trying to see how the composition of the “houses” of both Cardinals might help to reflect the turn of events in the future, namely the contested and disputed elections in Lisbon, in 1233, the accession of Tiburtius to Coimbra’s episcopate, the almost general “take over” of the Portuguese episcopate, in the 30s of the thirteen century, by canonists who had been close to these cardinals and the Roman Curia, and the deposition of Sancho II in 1245, at Lyons where cardinal Gil Torres and a relevant number of those present in 1218 were again together.

PORTUGUESE ECCLESIASTICS AND PORTUGUESE AFFAIRS
NEAR THE SPANISH CARDINALS IN THE ROMAN CURIA
(1213-1254)

MARIA JOÃO BRANCO*

If we look, even superficially, at the list of works which mention the earliest Iberian cardinals, we will immediately notice that one of the most disputed questions regarding their lives, is the topic of their origins: Their place of birth has been consistently disputed between Spanish and Portuguese Historians, as if claiming to be the *patria* of these cardinals could add a significant point to the glories of national identity. The “nationality” of cardinals such as Pelayo Gaitán, Gil Torres or Ordoño Alvarez has been a subject which promoted passionate discussions and many lines of learned commentary¹.

The belief that these cardinals were all Portuguese, reinforced by Fortunato de Almeida’s corroboration of that “status” in his *História da Igreja em Portugal*² has been shattered by a number of recent studies, which have proposed, with sound arguments, that instead of being of Lusitanian birth, they must have come originally from either León or Galicia³...

* Universidade Aberta. Researcher for the *Fasti Ecclesiae Portugaliae* project.

¹ SOUSA COSTA, A. D. – Cultura Medieval Portuguesa: português, o cardeal Gil?. *Itinerarium*. 1 (1955) 296-306, tries to explain the history of the myth that all the first “Spanish” cardinals of the 12th-13th centuries were Portuguese; as the same author also realises, the idea that all of them were of Portuguese origin seems to stem from CARDOSO, Jorge – *Agiologio Lusitano dos Sanctos e Varoens illustres em virtude do reino de Portugal e suas conquistas, consagrado aos gloriosos S. Vicente e S. Antonio insignes patronos desta inclyta cidade de Lisboa e a seu illustre cabido sede vacante*. Lisboa: Officina Craesbeeckiana, t. 1, 1652. For those who believe these men to be exclusively “Spanish” see, the long article by MANSILLA, Demetrio – El Cardenal Hispano Pelayo Gaitán (1206-1230). *Anthologica Annuaria*. 1 (1953) 11-66, where it is extensively debated whether this cardinal was “español” or “portugués”. In Spain (see, in the same work, p. 12, n. 1), as well as in Portugal, this debate seems to be retracable back to the 17th century, when historians of that period were already claiming the “*spanishness*” of the cardinals.

² The first edition of this work dates from 1922, and was reedited later. For the reference, see ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*. Ed. revised by Damião Peres. Vol. 1. Porto: Portucalense Editora, 1967, p. 256. The author states, without a shadow of doubt, that they were all “Portuguese”, thus eternalising a “truth” which can still be hard to contradict.

³ For Gil Torres, see LINEHAN, P. – *Columpna Firmissima*: D. Gil Torres, the Zamoran cardinal. In CROSS, *Crescent and Conversion: Studies on medieval Spain and Christendom in memory of Richard Fletcher*, forthcoming. I thank the author for letting me see this work before it has been published. For Ordoño Álvares, see LINEHAN, Peter; TORRES SEVILLA, Margarita – A misattributed tomb and its consequences: cardinal Ordoño Álvarez and his friends and relations. *Rivista di Storia della Chiesa in*

Not that, in those days, and especially if you were a cardinal, it mattered much from which of the Spanish Kingdoms you came from. Nobody ever seems to have addressed that topic, at all, in any of the remaining contemporary documents. What actually seems to have mattered, and that is recurrently stated in many of the charters we possess, is the fact that they came from *Hispania*. Indeed, during the last decades of the twelfth century and the first half of the thirteenth, an almost incomprehensibly high number of canonists and ecclesiastics teaching and learning in Bologna and working in the Papal Curia, were *Hispani*. And so were the two cardinals which bring me here today.

The fact that so many of these men were of Iberian origin, may be quite difficult to explain, but, nonetheless, it also opens the possibility of understanding much better how that “*Spanishness*” might have influenced the ways, forms and results of their handling of Iberian matters in the Papal Curia.

The lives, families and *clienteles* of Pelayo Gaitán and Gil Torres, the two cardinals whose actions I wish to analyse here (1213-1254), seem to be a good example of how instrumental, their “*natio*” proved to be, in the management of the affairs they were summoned to deal with.

Although they shared careers of “*universal*” breath, as it was so often the case in those years, dealing with cases and problems which emerged all over, in the whole of Medieval Christendom, and although they actually lived most of their lives outside the Iberian Peninsula, they both had houses and ecclesiastical families in which ecclesiastics of Spanish origin seem to have always been present. Whenever possible, they both favoured their acolytes and nephews to an almost scandalous extent⁴, and they were both very often nominated by the Pope as auditors for many of the cases involving Hispanic actors. What role did the Portuguese affairs play in the whole of their actions? How closely connected were these two cardinals with the Portuguese ecclesiastics and with the Portuguese questions and Kings?

My intention today is not to revise the data concerning their biographies, a work which has already been done, very competently, by others,⁵ but instead, to focus on the much narrower subject of trying to determine the contours of their unquestionable familiarity with the Portuguese affairs. It is possible to retrace the close contacts both the cardinals had, either with the recently created Portuguese Monarchy, i.e., the royal family and their political problems, or with the

Italia. 57 (2003) 53-63. For Pelayo, see the above mentioned article by MANSILLA, Demetrio and FERNÁNDEZ CATÓN José María – El cardenal leonés: Pelayo Albanense (1206-1230). *Archivos Leoneses*. 7 (1953) 97-113.

⁴ As we shall see, this feature is much more apparent in the case of Gil Torres, but it is nevertheless also attestable for Pelayo Gaitán. Cf. LINEHAN, Peter – *The Spanish Church and the Papacy*. Cambridge: CUP, 1971, p. 276-300.

⁵ Cf. works by Peter Linehan and Demetrio Mansilla cited above, notes 1 and 3.

ecclesiastics who served the Kings, as their councillors, chancellors and lawyers, notaries or proctors, and whose work in helping the King certifying his authority over the Realm and his entitlement to rule over it, has already been proven to have been very consistent ⁶.

This search is made even more interesting if we consider that the period of time during which both these men were acting as cardinals and displaying their power and influence in Rome coincides with the period of time during which the Kingdom and the Kings of Portugal were being challenged, respectively, in its right to exist as an independent Kingdom and in their entitlement to rule over it. The question raised many complaints, which were to be taken to Rome, as usual, and defended by Portuguese lawyers and jurists in courts where the “*Spanish cardinals*” might be involved as auditors.

Some of these latter ecclesiastics, who advised and accompanied the Kings in their policies, were well acquainted with either of the two cardinals and/or the Pope himself. These were to be, as we shall try to prove, the mediators of pressure, those through whom we may understand a little better the mechanisms of influence and decision making used at every instance.

Nurtured by bonds of personal friendship, familiarity and service, these relationships can be traced back to a time previous to their gathering in the Papal Curia. They had roots in events and places which are, to some point, retraceable to years when they were all much less important people.

*

We need to go back to Good Friday of the year 1218.

In that very same day and year, according to ten charters, all dated 13th of April⁷, King Afonso II (1211-1223) granted the tithes of the royal rents of each of the dioceses of the Kingdom to their respective bishops and chapters⁸. In the

⁶ Cf. MATTOSO, José – *Identificação de um país: ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1325*. Vol. 2: *Composição*. 5^a ed. Lisboa: Estampa, 1995, p. 87-90; BRANCO, M. J. – The King’s Councillors’ two faces: a portuguese perspective. In *THE MEDIEVAL World*. Ed. Peter Linehan & Janet Nelson. London-New York, Routledge, 2001, p. 518-533. (paperback reprint 2003). and VILAR, Hermínia – *Afonso II: um rei sem tempo*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005, p. 205-214.

⁷ In 1218, Good Friday fell on the 13th of April. These letters were all recorded in the Royal Register Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT, *Reg. Afº II*, fol. 39-41), except the one addressed to the archbishop of Braga, of which we only possess the Braga original (Arquivo Distrital de Braga (ADB), *Col. Cronol*, pasta 1, nº 29); They were all published in COSTA, A. D. Sousa – *Mestre Silvestre e Mestre Vicente, juristas da contenda entre D. Afonso II e suas irmãs*. Braga: Franciscana, 1963, n. 107 (Braga), 146 (Porto), 147 (Coimbra), 148 (Tui), 149 (Évora), 150 (Lamego), 151 (Viseu), 152 (Monastery of de Santa Cruz of Coimbra, the tithes of Leiria), 153 (Lisbon) except for the one which was addressed to the bishop of Egitânia (IAN/TT, *Reg. Afº II*, fol. 40v-41).

⁸ Adding to the eight sees which, by then, composed the whole of the “Portuguese” cathedral churches (Silves had been lost to the almoravids in 1191) the grants favoured two other institutions: the see of Tui, (COSTA – *Mestre Vicente*, n. 148) a suffragan of Braga, whose loyalty kept on alternating between León and Portugal, and the ever faithful Monastery of Santa Cruz de Coimbra (COSTA – *Mestre Vicente*, n. 152).

documents issued then, the king stated, in the first person, to be acting moved by the friendship and love he had for some of his most influential and esteemed councillors, who, as the text itself explains, had been instrumental in interceding in favour of one or another of those specific grants. In each and all of these ten royal charters, it is explained that the privilege being given to this or that prelate, had come out of the request and for the love of four ecclesiastics, whose names are always singled out, individually. In fact, the names of these men, who always appear in groups of four, as well as those of the prelates and dioceses which received the donation, are the only varying elements in charters which are, otherwise, all perfectly identical, in the *formulae*, the terminology, and the structure used⁹.

The fortunate circumstance that these documents all survived until today, and that they were all issued on the same day, allows us to see, as if a slice had been cut from the remaining flow of events, who, on that precise moment, were the King's "men", how numerous they were, and how they apparently related, to each other, to the King and to the dioceses which received the privileges being granted at their request.

In the mid-1980s, in his *Identificação de um País*¹⁰, Mattoso had already suggested that the group of men identified as the King's men in these grants, should be seen as the basic *nucleus* of the royal advisers. According to him, these should be seen as the select few who supported and even, likely, defined the King's policies, and who supplied him with the *know-how* in matters related to the Law, which only an elite of men educated in it could handle, at a time when that expertise was absolutely fundamental in the negotiation and solution of every problem¹¹.

⁹ The only exception is Braga, who has five men interceding in its favour, as opposed to all the remaining ones, with four. Nevertheless, the *formulae* are exactly identical in all of these documents. Take the example of the grant to Oporto: "*Ego, A. Dei gratia Port. Rex, inclite memorie Regis domini Sancii filius et uxor mea domna Vr., una cum filijs nostris infantibus domno S. et domno A. et domno F. et domna Alionorj facimus cartam donationis et perpetue firmitudinis vobis domno M. Port. Episcopo et ecclesie Portugalsensi de decimis omnium redditum et prouentuum ad ius regale in tota diocesi Port. pertinentium, illorum uidelicet reddituum et prouentuum qui tempore antecessorum nostrorum non consueuerant decimari.(...) Hoc autem facimus pro amore Dei et beate Uirginis Marie et pro remedio animarum nostrarum et filiorum nostrorum et pro amore Magistri Egidij Cardinalis et Magistri Pelagii Cantoris eiusdem ecclesie Port. Magistri Silvestri Archidiaconi Bracarenensis et magistri Roderici fisici mei et ut partem habeamus bonorum que in ecclesia supradicta facta fuerint (...)*" (publ. in COSTA – Mestre Silvestre, n. 146, p. 67).

¹⁰ MATTOSO – *Identificação de um país*, p. 89.

¹¹ For one of the most significant studies on this sort of royal officials, see the work of CHENEY, Christopher – *From Becket to Langton: English Church Government 1170-1213*. Manchester: Manchester University Press, 1956, or the book by the same author, *Hubert Walter*. London: Nelson, 1967. See also, BALDWIN, J. W. – The penetration of University personnel into French and English administration at the turn of the twelfth and thirteenth centuries. *Revue des Études Islamiques*. 46 (1976) 199-215, and, of course, MILLET, H.; MORNET, E. – Jalons pour une histoire des chanoines au service de l'État: résultats de l'exploitation de la base de données commune. In *I CANONICI al servizio dello stato in Europa, secoli XIII-XVI*. Modena: Franco Cosimo Panini Editore, 1992, p. 255-290.

In the late 1990s, further study on each of these individual's careers confirmed Mattoso's intuition in full¹². More recent work on the biography of King Afonso II has just reinforced those views¹³.

A certain number of the twenty two men listed in the ten documents issued by the King of Portugal, on the 13th of April of 1218, were men whose close connections to the royal curia can be traced back to the times of King Sancho I (1185-1211)¹⁴. They had been in the service of the King, either in the royal chancery, or dealing with matters related to other judicial questions, or even acting as judge delegates to the Pope. But, above all, for most of the cases we can identify under this category, they are men somehow related to chancellor Julião Pais and to his influence in the modernisation of the royal chancery.

Even if we cannot find their footprints in Sancho I's court, most of the men listed in the 1218 documents seem to have come from that group of royal advisers which started to be "visible" by the end of the 12th century, and to take part in the very fast evolution which promoted a considerable number of learned men to the statute of royal councillors and influent members of the royal curia and hierarchy of the Church in the first half of the 13th century.

The vast majority of those listed in 1218, were either canons or dignities of cathedral chapters, or were, or had been, notaries of the Royal Chancery. In the near future, one of them, Vincentius Hispanus, would be appointed royal chancellor, another one, Silvestre Godinho, would become archbishop of Braga, and most of the remaining ones would become prominent members of either the

¹² BRANCO, Maria João – *Poder Real e Eclesiásticos: a evolução do conceito de soberania régia e a sua relação com a praxis política de Sancho I e Afonso II*. Lisboa, 1999, p. 505-565. Dissertation PhD: Universidade Aberta, and FLEISCH, Ingo – *Kirche, Königtum und gelehrtes Recht im hochmittelalterlichen Portugal*. Bamberg, 1998. Dissertation MA: Otto Friederich Universität Bamberg.

¹³ See VILAR – *Afonso II: um rei sem tempo*, p. 205-214.

¹⁴ Such is the case of Pedro Rodrigues, mentioned in 1219 as royal chaplain of Afonso II, who was already dealing with juridical cases as early as 1202, as judge delegate to the Pope. Such is, also the case of Master Mendo, cantor of Lamego, who was most likely a *physicus* of Sancho I (1185-1211) at the same time as he was performing other sorts of functions in his service (cf. BRANCO – *Poder Real e Eclesiásticos*, p. 510, n. 6 and 512, n. 8). Such was, finally, also the case of Fernando Peres, cantor of Lisbon, a nephew of the royal chancellor Julião Pais and an ex-notary of Sancho I's chancery, since 1196 (cf. SANTOS, M^a José Azevedo – *Fernando Peres ex-chante da Sé de Coimbra*. In *ACTAS do II Encontro sobre História Dominicana*. Vol. 1. Porto, 1984, p. 243-258, reed. in SANTOS, M^a José Azevedo – *Vida e morte de um mosteiro cisterciense: S. Paulo de Almaziva, séculos XIII-XVI*. Lisboa: Colibri, 1998, p. 65-75). For the vast majority of these men, the service in the royal court is retracable to the times of Sancho I, especially during the last decade of the 12th century. This period roughly coincides with the time in which a new chancellor, Julião Pais, took office in the royal court (1183), and with the distinctive changes he introduced in the ways in which the services, the *formulae* and the production of the chancery started to be re-organised in a new and rationalised form. It has always been said that that fact was due to his preparation in law, but it is very likely that the presence of a group of men like the ones we find reunited by the grants of 1218 may very well have been both the motive and the cause for such a fast development. We would have to wait until the beginnings of the 13th century to witness the presence of "real" jurists near the King, in his court and as his councillors, like the ones recognisable in grants of 1218.

Royal Court or of the Church itself. Later on in their lives, in the 30s of the 13th century, a considerable percentage of the men listed in 1218 were to become prelates of the dioceses of the realm, as we will see further down. Master Vincentius Hispanus, Master Julião Juliães and Master Paio were to become so notorious for their “pernicious” influence near the King, that Pope Honorius III, would, in 1222, personally denounce them as the councillors which absolutely had to be withdrawn from the King’s company without delay¹⁵. All this speaks eloquently of the relevance of their influence and the success of careers which, probably, started not long before the grants of 1218. In the short space of less than a generation, these ecclesiastics had managed to make themselves indispensable to the King, to the point of accompanying him and advising him in decisions of the importance of the grants made by the King to all the dioceses of the Realm in that particular Good Friday.

And it is at this crux that the paths of the royal councillors and the one of Cardinal Gil seem to meet, in a documented form, for the first time.

Of course, the presence, in the royal court, of people knowledgeable in law, was neither a novelty, nor an eccentricity in the early 13th century¹⁶. But it is nevertheless significant that the analysis of the set of ecclesiastics mentioned in the donations of 1218, reveals the existence of a group whose functions near the King appear already as quite well defined, and among which a certain hierarchy, “in the King’s love” also seems to be demonstrable¹⁷.

In the already mentioned cluster of ten documents and twenty two men listed in them, only one, Vicentius Hispanus, is mentioned five times as the person on whose request the King acted; two other, Silvester Godinus and Magister Lanfrancus, are mentioned four times, and two further, Magister Pelagius, cantor of Oporto, and Cardinal Gil Torres, three times. Of the remnant seventeen men, five are only mentioned twice and the other twelve only once.

The simple assessment of the number of these occurrences is enough to allow us to propose that not all of those mentioned in the grants were equals, in the heart of the King. The remaining evidence, and what we know of their careers, does nothing but confirm this conjecture. The ones who are most cited are indeed those who were more prominent in the handling of the King’s affairs, and who seem to have been best “rewarded” on this occasion, as his closest collaborators. Jurists and canonists, acting as the King’s lawyers in Rome, Vincentius Hispanus, Silvester Godinus and Lanfrancus, had, in fact, been the main supporters of the King, in the case he held against his sister’s ambitions, from 1212 to 1216, when, after the outbreak of the civil war, the matter was to be

¹⁵ Published in COSTA – *Mestre Vicente*, p. 106-107.

¹⁶ See above, note 11.

¹⁷ BRANCO – *Poder Real e Eclesiásticos*, p. 508-513.

solved in Rome, by the Papacy. Only in 1216 would the Pope issued a definitive sentence in favour of Afonso II¹⁸. But in contemporary documents and especially in royal and papal documents, the allusions to the importance of these three men in achieving a favourable sentence to the King is explicitly stated, leaving no doubts on their roles and influence.

As to Magister Pelagius, cantor of Oporto, who, as we saw, is mentioned in three of the grants, his would be a permanent presence near the King's court, with the importance already stated before, and it is therefore not a surprise to find him together with the previous ones, being decorated with a sort of "special status" on this occasion¹⁹.

The only exceptions to the obviousness of the mentions to everybody else's name in the quality of close councillors to the King of Portugal, are the references to cardinal Gil Torres (mentioned also for three times) and the mysterious archdeacon of Toledo, who, nevertheless is only quoted once²⁰.

In the case of Gil Torres's, any previous connections with Portugal are totally unknown to us, so far, and this is reason enough to question the intentions behind the inclusion of his name in the three specific charters where he is singled out, those addressed to the sees of Oporto, Tui and Lamego²¹.

The reasons for placing him in such significant position and in such distinguished company, and consequently, for *transforming* him in a close collaborator of the King of Portugal, at such an early stage, and so shortly after his appointment to the seat of Saints Cosmas and Damian (December 1216), may, perhaps be somewhat more clarified than what has been done until now.

Could it have been a consequence of previous connections and familiarity with Portugal and the Portuguese causes, or was it just a basic strategy to try and win him over for those same causes, now that he had just been made a cardinal, and that there seemed to be good reasons for considering that the approach he would take to his role in that dignity would be very similar to the one which the other *Spanish* cardinal in Rome, Pelayo Gaitán, had got the Spaniards used to? Most likely, as it is so often the case on these occasions, a mixture of both.

¹⁸ COSTA – *Mestre Vicente*, is the most well known work on Silvester and Vincentius contribution to the case; but LINEHAN, P. A. – *History and the Historians in Medieval Spain*. Oxford: Oxford University Press, 1993, as well as MAFFEI, Domenico – Fra Cremona, Montpellier e Palencia nel secolo XII: ricerche su Ugolino da Sesso. *Rivista Internazionale di diritto Comune*. 1 (1990) 9-30, and BRANCO, Maria João – Estados Pátrias e Nações nos juristas hispânicos dos séculos XII e XIII. *Cultura*. 15 (2002) 21-46, also add something on the role of these three men, Vincentius, Silvester and Lanfrancus, for the solution of such complicated cause.

¹⁹ On this very interesting man, and his peculiar career, among which we can count being one of the King's most assiduous witnesses of the royal documents issued between 1215 and 1221, prior of the collegiate church of Guimarães, and bishop elect of Lisbon, see BRANCO – *Poder Real e Eclesiásticos*, p. 518-519.

²⁰ That is also true of another exceptional character, whose presence it is even more difficult to understand. It is Juan Peres, the archdeacon of Toledo, of whom more will be said below.

²¹ Cf. COSTA – *Mestre Silvestre*, respectively n. 148, p. 69-70 (Tui); n. 146, p. 67-68 (Oporto) and n. 150, p. 171 (Lamego).

Knowing, as we do, since the works of Demetrio Mansilla and Peter Linehan, respectively on Pelayo Gaitán and Gil Torres²², the role which they played in the solving of the affairs of the whole Christendom in general, and of the ones of the Iberian Peninsula in particular, it is not totally unsuitable to think that the King of Portugal would have been advised, literally advised, by the councillors in his Court, to include the new Spanish cardinal in the list of those for whose love he acted, as a means for gaining his good will. And surely, in doing that, to improve his situation near the Papacy, as well.

After all, Gil Torres, the man whose deeds Mathew Paris would later praise, and who, already by April 1217, was described as being close to Frederick II and Philip Augustus, was surely not an irrelevant name to have on your list of supporters, even as soon as April 1218²³.

Promoted to the seat of Saints Cosmas and Damian on December 1216, his role near the Pontiff, by May 1218, was already so strong as to justify the seriously threatening terms in which Honorius III reproached the bishop and chapter of Zamora, for not having complied with the requests of Gil. The Pope told them, then, how he thought it would have been a wiser move, to have complied with the cardinal's "requests", by accepting Gil's suggestion of promoting his *dilectus germanus* for the archdeaconry of Zamora²⁴. As if this first suggestion hadn't been clear enough, some years later, when addressing the bishop of León in order to promote another of Gil's nephews to a dignity in that see, the Pope explicitly stated that it was undoubtedly advantageous, for any chapter, to have a cardinal's nephew in one's own ranks²⁵.

The role played by Gil, in promoting his candidates to ecclesiastical posts, solving difficult questions and arranging for the accumulation of benefices to his close family has been sufficiently emphasised²⁶ for me to repeat it once more. Suffice it to say, cardinal Gil Torres was not shy in advancing the interests of those close to him²⁷.

It does not, therefore, seem difficult to take the view that the option for including the cardinal's name in the lists of those present in the grants of 1218, had, surely, the intention of gaining his good graces.

²² LINEHAN – *Columpna firmissima*; MANSILLA – *El cardinal Hispano*.

²³ As mentioned by LINEHAN – *Columpna firmissima*, p. 10, n. 39, quoting a reference taken from DAVIDSON, R. – *Philipp II. August von Frankenreich und Ingeborg*. Stuttgart, 1888, p. 318, 320, which I couldn't consult directly.

²⁴ As noted also by LINEHAN – *Columna firmissima*, p. 3, n. 11. For the text of the papal bull, see MANSILLA, D. – *La Documentación Pontificia de Honório III (1216-1227)*. Rome, 1965, doc. 169, p.131-132.

²⁵ LINEHAN – *The Spanish Church*, p. 290-291.

²⁶ LINEHAN – *Columpna firmissima*.

²⁷ The same thing was already noticed, although shyly, by COSTA – *Português, o Cardeal Gil?*, p. 296-299.

There is, nevertheless, a question which needs to be answered, regarding the reasons for the presence of Gil in this group as compared to the absence of his senior in the Curia, Pelayo Gaitán who had been directly involved with the Portuguese affairs as far back as 1209²⁸.

Contrary to what happens with Cardinal Gil, for whom there is an almost total lack of information, up to the year 1218, for Pelayo Gaitán, we have important elements. We know that he had been given as *auditor* for Portuguese cases, mainly relating to the quarrels between the regular canons and the cathedral clergy of Coimbra²⁹ and, that he was present in the issuing of very important privileges to the Portuguese King, like the reissue of the *Manifestis Probatum* in 1212³⁰. His presence in acts relating to Portugal, during the years 1209-1212 is further attested by his presence in several other documents³¹, and in most of them we can recognise a familiarity with the men representing the Portuguese affairs, like when the proctors of see of Coimbra and the Monastery of Santa Cruz of that same town came to him for a hearing³².

If up until 1212, it had been to Cardinal Pelayo Gaitán that the Portuguese causes reverted to, why had the Portuguese King chosen to mention Gil's name instead?

Complex as we could make the answer to this question, it actually seems to be quite simple: in 1218, Pelayo Gaitán was simply not acting as cardinal in the Papal Curia. After the success of his legacy to the Latin Empire, between August of 1213, and June of 1215, and several other "minor" tasks as papal legate, Pope Honorius III was about to appoint him as legate for the Fifth Crusade, a role for which he was appointed as soon as May of 1218. He would not return to Rome until the end of 1222³³.

²⁸ Having been appointed Cardinal-deacon of Saint Lucia in Septisolio in 1206, we are informed, in a bull of Innocent III, dated August 1209 (*Inter dilectos filios*, MARQUES, M.^a Alegria; COSTA, Avelino – *Bulário Português. Inocência III (1198-1216)*. Coimbra: INIC, 1989 [=Bul], doc. 139, p. 271) that he had been given as auditor to mediate a quarrel between Santa Cruz de Coimbra and the see of Coimbra regarding the nomination of a priest for the church of Saint Mary, in Montemor. After the hearings, the cardinal confirmed the sentence previously given by the judges of Zamora (a usual duet, with a newcomer bishop Martin, dean Juan and the cantor of the same see).

²⁹ *Bul.* docs. 139, p. 271-272; and 184, p. 334 (where "P" stands for Pelagius, not for Petrus); see also reference to this role in IAN/TT, *Sé de Coimbra*, m. 20, doc. 1

³⁰ *Bul.*, doc. 176, p. 325-326.

³¹ He also testifies to the issuing of other papal bulls, concerning privileges given to Portuguese monasteries, as is the case with the one of Salzedas and Alcobaca (*Bul.* docs 141, p. 277 and doc. 151, p. 292).

³² Perfectly attested in the text describing the case brought before his audience as related in the bull of August 1209 mentioned above (*Bul.*, doc. 139, p. 271).

³³ Cf. MALECZEK, Werner – *Papst und KardinalsKolleg von 1191 bis 1216: die Kardinäle unter Coelestin III und Innocenz III*. Wien: Akademie der Wissenschaften, 1984, p. 167-169. According to Mansilla (*El cardenal Hispano*, p. 50-52), he must have returned to Rome shortly after the loss of Damietta. He already attended, in Verona, the meeting between Frederick II and the Pope, in the year 1222. In 1229 Cardinal Pelayo was leading one of the Pope's armies in Italy, against that same Emperor.

The King of Portugal and his councillors surely didn't know, in April of 1218, how long it would take for Pelayo to return from his complex legacy. What they must have known was that he was going to go on a legacy again and that there was another *Hispanus* acting as cardinal at the Roman Curia, since December 1216. And that one was Gil Torres.

The above mentioned bull of Innocent III, issued on the 7th of April of 1216 on the case of the King against his sisters, having Lanfrancus of Milan as the King's lawyer, decided in favour of Afonso II, in an almost definitive form³⁴. Yet, as history would prove it, and all the King's men surely knew, such cases were never really "closed". The King's sisters and the dangerous allies they had, his very fit brother, Pedro Sanches, his half brother Martim Sanches and, above all, Alfonso IX of León, would prove such assumption to be correct³⁵.

In 1217 and 1218 the King received important privileges from Honorius III, the same Pope who promoted Gil to the cardinalate, confirming the previous sentence of 1216³⁶, which would be of great assistance in the King's cause.

It is surely not by chance that these bulls were issued after the Papacy had received the messages sent to Rome, as soon as the conquest of Alcácer do Sal was achieved, in October of the year 1217, portraying the King as a major *victor* in that conquest, in which many other *true* Christians had been involved, such as the Knight Templars, the Crusaders in their way to the Holy Land, and the celestial armies of Santiago *Mata-moros*. This campaign must have helped Afonso II in obtaining Rome's good will, so badly needed in order to be given the confirmation of the sentences of Innocent III against the sisters, and of yet another *Manifestis probatum*. The *Manifestis Probatum* in which Pelayo Gaitán sat as one of the witnessing cardinals.

The need for support from the papal curia would, therefore, never really cease. Finding another way to convey to Rome the image of the Portuguese King as a monarch deeply concerned with the welfare and prosperity of the Church within his realm, and as a noble and faithful vassal of Rome, was an opportunity not to be missed. A very well tested stratagem used by the predecessors of Afonso II, with success, his councillors seem to have thought it wise to resort to the same old tactic, at a time like 1218, in the "after-crisis" of the civil war, after a major victory against the Moors, and in a time of temporary pacification of the Kingdom's internal tensions.

³⁴ *Bul*, doc. 214, *Cum Olim*, dated Lateran, 7th April 1216.

³⁵ As soon as November 1216, the Pope was issuing a privilege of protection to Teresa, the older sister involved in the question (COSTA – *Mestre Silvestre*, p. 36-37, n. 80), and the following diplomatic manoeuvres of the sisters proves this to be so.

³⁶ Cf. Bull of Honorius III, issued on the 8th August 1217 (MANSILLA – *La Documentación Pontificia de Honório III*, doc. 77) and the one issued in January of 1218 (MANSILLA – *La Documentación Pontificia de Honório III*, doc. 124, and *Mestre Vicente*, p. 39, doc. 82).

Having cardinal Gil named as a supporter of the King was probably just another element in a campaign in favour of the promotion of the image of Afonso II as the legitimate King of Portugal, a campaign which seems to have been part of a much wider programme³⁷.

All these arguments are very logical, and they may well have been part of the justification for the role played by Gil Torres in the grants of 1218. But there are also good reasons for believing that his relations with Portugal had previous roots.

The close connections of cardinal Gil to the Portuguese clergy, have been extrapolated and publicised for long, on the assumption that they must have been quite close, or else the canonist João de Deus wouldn't have dedicated to him one of his most important works, written in 1241³⁸, nor would Silvester Godinus, then the archbishop of Braga, have made him the sole executor of his will, written in Civitá Castelana, in July 1244³⁹. But the evidence we have retraces his acquaintance with the Portuguese ecclesiastics and affairs to, at least, three decades earlier

To start with, Gil was, probably, originally from Zamora⁴⁰. Combining what we know about the intromission of Zamoran ecclesiastics, in the form of judge delegates, in most of the more intricate cases involving Portugal and Portuguese ecclesiastics and Kings⁴¹, with what we know about the close connections established between that diocese and the Portuguese clergy and royalty, which made Zamora almost a place of *refrigerium* for Portuguese exiles, for bishops fleeing from Portuguese violent Kings just as for queens and royal infants who often lived there for long periods of time⁴², it is not unwise to imagine that his association with the Portuguese ecclesiastics and affairs could have started precisely during his early years, in his home town. It is perhaps interesting to

³⁷ Cf. BRANCO, M. J. – A conquista de Lisboa na estratégia de um poder que se consolida. [Introduction] in *A CONQUISTA de Lisboa aos Mouros: relato de um cruzado*. Ed. Aires Augusto Nascimento. Lisboa: Vega, 2001 and IDEM – The General Laws of Afonso II and his Policy of «centralisation»: a reassessment. In *THE PROPAGATION of Power in the Medieval West*. Ed. M. Gosman, A. Vanderjagt, J. Veenstra. Groningen: Egbert Forsten, 1997, p. 79-95.

³⁸ *Notabilia cum Summis super Titulus Decretalium*. Cf A. GARCÍA Y GARCÍA – Canonistas Portugueses. In *ESTUDIOS sobre la canonística portuguesa medieval*. Madrid, 1976, p. 113-115. Further details on other references to the cardinal in the works of João de Deus may be found in COSTA – *Português, o Cardeal Gil?*, p. 299-300.

³⁹ ADB, *Livro 1º dos Testamentos*, fol. 6-6v, pub. by COSTA – *Mestre Silvestre*, p. 15, n. 50.

⁴⁰ LINEHAN – *Columpna firmissima*, p. 1-4.

⁴¹ For their role as judge delegates in Portuguese causes, and the number of cases in which they were involved, especially during the years 1206-1216 see BRANCO – *Poder Real e Eclesiásticos*. Vol. 2: *Apêndices*, p. 135-136 and 201-202.

⁴² As was the case of counts Teresa and Henrique of Portugal, Afonso Henriques, Urraca Afonso, the wife of Fernando II and mother of Alfonso IX of León, Teresa Sanches, the wife of Alfonso IX, and her daughters, Sancha and Dulce, as well as the bishops of Coimbra and Oporto, who were regulars, when they fled from the Portuguese King's persecutions.

notice that, on a first instance of the problems between Afonso II and his sisters, it was upon the shoulders of bishop Martin of Zamora, together with the archbishop of Compostela and later on the bishop of Burgos and the abbots of Espina or Oseira that fell the responsibility of confirming the will of Sancho I to the two sisters⁴³. It, therefore, seems to be possible to advocate that this “geographic area”, so near to the place where Gil had been born and so closely related to the see in which he is recognisable as archdeacon since 1209, was deeply involved in the Portuguese affairs since very early.

It could have started in Zamora. But we have no clear evidence of it. What we do have evidence for, is for how easy it would have been for him to meet several of the people with whom he appears associated in the love of the king of Portugal in 1218, long before that year, in a considerable number of places, other than Zamora.

To begin with, as we have already mentioned, before he was made a cardinal, in December 1216, he had been archdeacon in Burgos, somewhere between March 1209 and November 1210⁴⁴. Risky as this hypothesis may be, it is perhaps not entirely speculative to think that, as bishops Garcia and Mauritius’s archdeacon, he might have been familiar with the case of Afonso II and his sisters. After all, bishop Mauritius, together with Bernardus, the dean of Compostela, were summoned several times to act as judges in that specific quarrel, in 1216, 1217, 1218⁴⁵.

Of course, Gil was already in Rome, at that time, but, even if he hadn’t paid any attention before, he couldn’t have avoided becoming familiar with these problems from then on. As soon as June 1217, he was subscribing a papal privilege to the Monastery of Santa Cruz... together with cardinal Pelayo Gaitán⁴⁶.

Let us return to the three documents of 1218 in which he is mentioned, and try and see if and when he could have met the other men with whom he appears associated with as mediator for the King’s prodigality, and also what his relation could have been with the bishops of the sees in whose grants he was mentioned.

In the grant to Tuy, whose bishop was Estevão Viegas, Gil’s name appears grouped with those of Master Lanfrancus of Milan, *the* Lanfrancus of Milán, widely known for his role in the University of Palencia and for winning the King’s case against his sisters, as his lawyer, in Rome, in 1216⁴⁷, with Godinus, the dean of Braga who went to Rome on many occasions, accompanying several

⁴³ *Bul*, docs. 159, 166, 182, 183, 194.

⁴⁴ LINEHAN – *Columpna firmissima*, p. 2.

⁴⁵ *Bul*, docs. 214, MANSILLA – *La Documentación Pontificia de Honório III*, docs. 77, 124, 171.

⁴⁶ IAN/TT, *Santa Cruz de Coimbra*, Docs. Eccl., m. 1, n° 25. This reference was given to me by Peter Linehan, whom I thank.

⁴⁷ See above, note 18.

archbishops, between 1175 and 1213, and whom we know spent at least two years in Rome, after his studies at Bologna⁴⁸, and, finally, with Master Vincentius Hispanus, of whom very little else needs to be said, as the role he played, either as the King's lawyer and close advisor, or as lawyer and canonist, in Rome and elsewhere, after his studies and his teaching in Bologna, is sufficiently well known to need further comment.

In the privilege issued to Oporto, whose bishop Martinho Rodrigues (1190-1235) was, Gil shows up in the company of Master Silvestre, then archdeacon of Braga (1217-1223) and later on its dean (1223-1228) and archbishop (1229-1244). He was another canonist who taught in Bologna, and also a lawyer in the Roman Curia and elsewhere, co-responsible for winning the King's case in the Curia, where he had been extremely active in 1212. Sidding them appears Master Paio, cantor of Oporto, and one of the most famous pernicious influences near the King, as well as a permanent presence in the royal documents, as a witness, from 1215 to 1221. This Paio is the same Master Paio, who would be chaplain of Pelagius Gaitán in Rome, in 1226, the same whose election as Prior for the collegiate church of Guimarães would be contested, who would be accused of scandalous pluralism and who would also be the future bishop-elects of Lisbon in the complicated elections of 1233⁴⁹. Finally, Master Rodrigo, one of the King's physicians, of whom we do not know anything else.

In the charter issued to Lamego, then ruled by bishop Paio Furtado, two of the other three King's men are also King's physicians, and they are both called Master Melendus. This may set us wondering about the influence of physicians in the court of an ill King, and remark on the irony of the fact that it seems only too appropriate for the cardinal of St. Cosmas and Damian to be associated with so many physicians... but it still does not explain any previous acquaintance between them. If the two doctors of Lamego do not appear to have had any connection with our Cardinal, the same cannot be said about the third man in this party. He is the very famous archdeacon of Toledo, Johannes Petri, whose close relations with archbishop Rodrigo Jiménez de Rada have made him such a controversial figure, and whose career has been studied carefully by Peter Linehan and Ingo Fleish⁵⁰.

The dealings regarding the affairs of the King, in Rome, during the years 1212-1216 where all these men surely met, or at least where we find Vincentius, Silvester, Godinus, Lanfrancus, Paio Furtado of Lamego and Juan Perez, would be more than enough to explain their familiarity. If we start looking for relatives of

⁴⁸ *Bul. doc.* 220, pp.391-393, where he himself affirms this, and claims to have accompanied archbishops Godinus (1175-1188), Martinus (1189-1209) and Setphanus (1212-1228). He would have been going to Rome from 1175 to 1213.

⁴⁹ BRANCO – *Poder Real e Eclesiásticos*. Vol. 1, p. 510-511, n. 5; IDEM – *Reis, Bispos e Cabidos: a diocese de Lisboa durante o primeiro século da sua restauração*. *Lusitania Sacra*. 10 (1998) 84-86.

⁵⁰ LINEHAN – *The Spanish Church*, p. 26-27. FLEISCH – *Kirche, Königtum*, p. 133-135.

these men in other sees, in León and Castille, as well as in Portugal and in Rome, the result will confirm the certainty of this previous acquaintance. If more proves were needed, the marriage of Afonso II with Urraca of Castille (daughter of Alfonso VIII), in 1208, and the expressive presence of some of the ecclesiastics who came with her, like one of the witnesses of her will of 1214, the dean of Palencia, Johannes⁵¹, remind us once more of the places in which most of these men were educated or have been at some point in their lives.

The presence of the Toledo archdeacon in this list of 1218 might even be considered stranger than the one of cardinal Gil. It seems very difficult to understand what such a man might be doing there. And, yet, it may be of assistance to us, in the quest for the reasons of Gil's presence. Ingo Fleish has tried to show that the connecting link in this case would be the chapter of Toledo and the closeness of Juan Perez to another Gil, Gil Julianes, the son of chancellor Julião, whom he believes was also a canon of Toledo⁵², and closely associated with the Bishop of Osma, the canonist Melendus of Osma.

This being the case, the presence of the three "non-Portuguese" elements in the group of men close to the king in 1218 (Lanfranc of Milan, Gil Torres and Juan Pérez – all of them present in, at least one of the three grants in which Gil was mentioned) brings us back to the royal interests and to the royal chancellor once more, whose son, Gil Juliães, canon of Viseu and Toledo, like bishop Mendo of Osma, might have been the missing keys. This line of thought seems more likely than the one trying to see in these inclusions an attempt to connect directly with Rome and Toledo, which would have been awkward, especially if we consider that the recent developments of the relations between Braga, Compostela and Toledo were going through a tense period⁵³. In fact, the issue of the Primacy of Toledo had been propped up once more, by a Rodrigo of Toledo empowered by the successful effects of his theatrical staging of the rights of his archdiocese in front of the bishops present in Lateran, 1215⁵⁴.

The IV Lateran Council, as it has been often pointed out, might very well have been another basis for the establishment of contacts between all these men, at an early stage.

⁵¹ IAN/TT, *Mosteiro de Alcobaca*, m. 15, doc. 336.

⁵² FLEISCH – *Kirche, Königtum*.

⁵³ The same sort of devious reasoning can be found in the first will of the King, dated June 1214, where he makes both the archbishop of Compostela and the archbishop of Toledo beneficiaries of his will and keepers of copies of it (IAN/TT, *Mitra de Braga*, cx.1, nº 48, written in Portuguese), at a time when the relations between the three sees were not too good.

⁵⁴ For the account of this episode, see GARCÍA Y GARCÍA; KUTTNER, Stephan – A new eyewitness account of the Fourth Lateran Council. *Traditio*. 20 (1964) 115-178, reprinted in KUTTNER, Stephan – *Medieval Councils, Decretals and Collections of Canon Law*. London: Variorum, 1980, IX, p. 115-178, and Antonio GARCÍA Y GARCÍA – *Iglesia, Sociedad y Derecho*. Salamanca: Publicaciones Universidad Pontificia, 1985, p. 61-121.

After all, cardinal Pelayo Gaitán was there, and so might the future cardinal Gil Torres have been, accompanying the bishop of Burgos, who did go to the council⁵⁵. The archbishop of Braga, Estêvão Soares da Silva, the bishops of Oporto, Coimbra, Lisbon and Egitânia (Martinho Rodrigues, Pedro Soares, Soeiro Viegas, and Martinho Pais), as well as the Portuguese Bishop of Osmá, Mendo, were present. So were Petrus Salvatoris and Melendus Gunsalvi, canons of Oporto, and the archdeacon of Toledo, Juan Perez. The bishops of Burgos, Mauritius, of León, Rodrigo, and of Salamanca, Gonzalo, just as the archbishop of Compostela, Pedro Muñoz, and, of course, the archbishop of Toledo, were there too. All people who had been or would be connected to cardinal Gil somehow.

If indeed, as Linehan seems to be confident, Gil Torres was in Lateran IV, promoting his own career, meeting a considerable number of those later involved in the grants of 1218, or at least some of the instrumental ones, would have been quite natural.

One thing seems clear. These men shared the same type of careers, went to similar places... meeting each other would have been almost inevitable.

The years spent in Rome, the schools of Law, the specific ecclesiastic environment where they may have found common grounds for establishing the close net of interrelation which seems to characterise the men who mastered the ways in which diplomatic affairs were to be addressed, all that would have happened naturally.

The connection here, as one could expect, seems to come from the three basic traces which define the careers of all these men: the training in Law, in Bologna or Palencia, the professional exercise in the Roman curia, the royal service. And, of course, a benefice in one of the Peninsular Churches.

Pluralists and absentees in most cases, a significant number of those named in 1218 are “retraceable” to the Rome of Pelayo Gaitán and Gil Torres, and would finish their careers as bishops of one of the Portuguese dioceses, in the 30s of the 13th century.

Apparently, either in occasions previous to the grants of 1218, when the Portuguese affairs could have crossed the path of Gil Torres, and obviously the one of Pelayo Gaitán, or in Lateran IV, the likelihood of these men having met before is rather high.

This familiarity, of which we suspect but for which we lack confirmation, is confirmed by the continuation, if not the strengthening of the same sort of relationship in years to come, and on these instances, fully documented. And with the definitive return of Pelayo Gaitán from “his” Fifth Crusade, in 1222, it wouldn’t take long until we meet both cardinals, acting as co-auditors in a multitude of Iberian cases, in which the Portuguese had significant expression.

⁵⁵ LINEHAN – *Columpna firmissima*, p. 9.

Not only is there more than sufficient evidence for the frequent intromission of the cardinals in the Portuguese affairs, ecclesiastical as well as political, but the papal documentation actually shows the presence of a considerable number of the men cited above, either in the house of Pelagius or in the one of Gil, near the Papal Curia.

Eleven years after the donation of 1218, in June of 1229, in the settlement of a dispute between two Italian abbots, in which Gil Torres was the judge, we are given a glimpse at the Portuguese components in the household of the cardinal⁵⁶. They stand there as witnesses of the sentence given, and we are suddenly faced with the presence, in person, in Perugia, assisting cardinal Gil Torres, of the archbishop elect of Braga, non other than the same Silvester Godinus, whom we had identified at Gil's side in the grant to the see of Tui, in April 1218, Master Tiburtius, the then archdeacon of Palencia, and later on bishop of Coimbra, in whose election Gil may have played a role⁵⁷; Gil, archdeacon of Santarém, Master Soeiro, canon of Coimbra, João Viegas de Portocarreiro, then archdeacon and subsequently archbishop of Braga and Pedro Pais, rector of the collegiate church of St. Thomas in Lisbon, whom, some years later, would become Gil Torres's chaplain and accumulate many other benefices⁵⁸.

Eleven years after the grants of 1218, we still find the same associations of Gil and the Portuguese ecclesiastics. In the house of cardinal Gil, we seem to find, with some consistency, members of the chapter of Lisbon, and of the chapter of Braga. An interesting sort of loyalty which would continue bearing fruit ten years on, when, as we have seen, João de Deus, archdeacon of Lisbon, dedicated one of his great works to him, and archbishop Silvester Godinho made him his sole will executor.

In the house of Pelayo Gaitán, instead, after his return from the East, the presence of bishop Soeiro Viegas of Lisbon seems to have been a constant feature. We find him in the cardinal's house from July of 1223 onwards. At that date, he was serving Pelayo as adviser for his auditorial functions, in cases related

⁵⁶ *LES REGISTRES de Grégoire IX*. Éd. L. Auvray. Vol. 1. Paris: E. de Boccard, 1896, doc. 307, col. 189-190.

⁵⁷ This suggestion is sustained by the intimacy revealed by the cardinal and Tiburtius over the years and so well attested still in 1245, when they met again in the curia in Lyons and Gil was given as auditor to Tiburtius. The circumstances of the "resignation" of Pedro Soares and of the papal nomination of Tiburtius remain very singular and seem to point out to a significant weight of an external influence, which could, logically, be Cardinal Gil (Cf. IAN/TT, *Sé de Coimbra*, 1ª incorporação, Docs. Particulares, Cx. 26, Rolo 3). This seems to be further confirmed by the papal letter addressed to the archbishop of Braga, Silvester, in which Gregory IX explains to the then archbishop of Braga, Master Silvester, that he should receive *and protect*, as well as consecrate, Tiburtius (COSTA – *Mestre Vicente*, p. 195, n. 314).

⁵⁸ Cf. DOMÍNGUEZ SÁNCHEZ, Santiago – *Documentos de Gregorio IX (1227-1241) referentes a España*. León: Universidad de León, 2004, doc 335, p. 309, where the Pope (31/05/1234), insists with the archbishop of Compostela that he allows the rector of St. Thomas of Lisbon to accumulate another benefice with cure of souls, in St. Julian of Santarém, for which he had been nominated by the King. All this, irrespective of the fact that Pedro Pais was still the chaplain of Cardinal Gil Torres, and never present in either of these churches.

to the diocese of Lisbon⁵⁹, in the cause opposing the regular canons of St. Vincent of Lisbon to the bishop himself. The bishop of Lisbon was also instrumental in promoting some of his men near the curia, as it was the case of the privilege to accumulate benefices given to Estêvão Gomes, then school master of Lisbon⁶⁰, and Master Paio, cantor of Oporto, who had become the personal chaplain of cardinal Pelayo Gaitán⁶¹.

Eleven years onward, João Raolis, Master Paio, Pedro Soares, Soeiro Viegas, Vincentius, and Silvester, all of them identifiable in the donations of 1218, were still dealing with important affairs in Rome, some as elements of the cardinal “families” others as elements of the house of the Pope – like Master João Raolis, others still acting on behalf of the King of Portugal. Some new elements had come into this chess board, but the basic structure of the game was being kept very much in the same lines of personal service and political protagonism.

When bishop Soeiro II of Lisbon died, in a date close to the one of the bishop of Albano, 1230, his succession was disputed between the supporters of Vincentius, which included Master João Raolis, then papal chaplain and a serious influence in Rome, and the supporters of Master Paio and Master Estêvão, the chaplain and a closely protected member of the entourage of cardinal Pelayo Gaitán⁶², who were the second and third choices of another faction of the chapter of Lisbon. Could this reflect the existence of tensions related to the different influence of the two cardinals? Could this reflect a different support of the candidates of Compostela or Braga on the basis of the two cardinal’s personal connections and their relation to the Kings of Portugal and Castille-León⁶³?

There can be no doubt that both cardinals had a considerable proximity to the royal circles. We have mentioned the reputation of Gil Torres, as soon as 1217, for his closeness to the Emperor and the King of France. As a consequence of his important and critical legacies, Pelayo Gaitán had achieved a political stature which was unquestionable. Thus the references made to him and his role, either by the author of the *Chronica Latina* or by Lucas of Tuy⁶⁴. But this

⁵⁹ As it was the case on 12 April 1223, where he is sitting by the cardinal, in the latter’s palace, in Lateran. Cf. COSTA – *Mestre Vicente*, n. 216, p. 112-113. The same bishop and Mestre Paio are present in another document, a confirmation of purchase, as witnesses, in the same occasion (MANSILLA – *La Documentación Pontificia de Honório III*, doc. 570, p. 422-424).

⁶⁰ Archivio Segreto Vaticano (ASV), *Reg. Vat.*, 12, n° 213, fol. 69-69v.

⁶¹ In February of 1226 he was already mentioned as such (COSTA – *Mestre Vicente*, n. 283).

⁶² BRANCO – *Reis, bispos e cabidos*, p. 84-85.

⁶³ It is possible that the factions in which the chapter of Lisbon divided itself, during the very long and contested episcopal elections in Lisbon, following Soeiro II’s death, could have had their own roots in the composition of the clientele of the two cardinals in Rome.

⁶⁴ Cf. *Chronicon Mvndi Lvcae Tvdensis*. Ed. FALQUE REY, Emma, *Corpus Christianorum – Continuatio Medievalis* 74, Turhout: Brepols, 2003, L° IV, cap. 95, p. 334-335 and *Crónica Latina de los Reyes de Castilla*. Ed. and transl. CHARLO BREA, Luís, Cadiz: Universidad de Cadiz, 1984, p. 82-83.

closeness with the inner circles of royal power doesn't seem to have neither started nor ended with their appointments as cardinals.

We have already seen how cardinal Pelayo had been involved in the Portuguese affairs, before he had been sent on his first legacy to the Latin Empire. But there is, of course, more.

Surely, the demand conveyed by Pope Honorius III to King Alfonso IX of León, in 1216, at the request of Pelayo Gaitán, asking the King to promote one of the cardinal's nephew, Juan Galvani, to the chancery of León, must imply the existence of a certain degree of familiarity between the cardinal and the King of León, which the alleged Leonese origin of Pelayo could help to explain⁶⁵. The nephew, by then a school master of León and a papal sub deacon, never got the appointment to the chancery of Alfonso IX, but he managed to get a lot more, by becoming a dean of Compostela after 1224, receiving several dispensations from the Papacy in order to accumulate benefices, and by being elected bishop of León, an election which Pope Gregory IX claimed he didn't accept because part of the chapter was against him⁶⁶... in fact, it was probably because Pelayo had died, and things had got very complicated for all the three nephews of the cardinal whom he had managed to place as deans of the most important sees in the Kingdom of Leon-Castile⁶⁷, creating great stir and dissatisfaction in most of the chapters affected by this *mania*⁶⁸.

And what we know about the relation between the cardinal and the first wife and daughters of King Alfonso IX, Teresa, Sancha and Dulce, just as much as with his second wife, Berenguela, only confirms his proximity to the Leonese and Castilian royal family. And from 1223 onwards, Gil Torres, who also had an immense quantity of relatives and nephews to place well within the Churches' hierarchy, is also, almost always, co-opted in all of these judgements and opportunities for interference in the course of events.

If we don't have many documents on the work and activities of either Gil Torres or Pelayo Gaitán in relation to Spanish affairs up to 1223, that changes drastically from then onwards. During the period between 1223 and 1230, when cardinal Pelayo died, after having made a will in which he nominates Gil as one

⁶⁵ On this request and its reflexions in the Castilian chancery, see LINEHAN, P. – Juan de Soria: the Chancellor as Chronicler. In *Chronica regum Castellae (1236): sources, forme, sens et influence* a conference which took place in Maison de la Recherche de l'Université Paris-Sorbonne 2-3 2006. Published in *E-Spania*. 2 (2006). Seen in <http://www.e-spania.paris-sorbonne.fr/2/ok/linehan/linehan.htm>. (15/12/2006)

⁶⁶ DOMÍNGUEZ SÁNCHEZ – *Documentos de Gregorio IX*, doc. 538, p. 440.

⁶⁷ See the case of the chapter of Zamora, complaining to the Pope, as early as 1233, that under the influence of Cardinal John of Abbeville, Pelayo Gaitán and Gil Torres, the last 13 appointees for posts in the cathedral of Zamora had all been foreign to the chapter itself. (DOMÍNGUEZ SÁNCHEZ – *Documentos de Gregorio IX*, doc. 282, p. 257).

⁶⁸ Juan Galvani in Compostela, Pedro Árias in León, and another one in Salamanca. Cf. DOMÍNGUEZ SÁNCHEZ – *Documentos de Gregorio IX*, doc. 228, p. 225.

of his executors⁶⁹, they always seem to have worked in close association, as co-auditors, whether the cases involved Portugal, León or Castile. Of course, in those years, realities as “Kingdoms” were not as clearly distinguishable as they are for us today...

King Afonso II died in March of 1223, and his very young son, Sancho II inherited an unsettled Kingdom, once more at the verge of yet another civil war, motivated by the discontentment derived from a) the ecclesiastics, because for the way in which the King had abused their “ecclesiastic freedom”, b) the nobility, for the ways in which the King was trying to get at their wealth and powers, and, finally, c) from the ambitions of the neighbouring Kings over Portugal. So the years 1223 to 1229, when the two cardinals show up more frequently as auditors in cases related to Portugal or Portuguese actors and events, have a particular significance.

Proof of this familiarity is, no doubt, the grant made by “queen” Berenguela, in 1224, to the *concejo* of Valencia of St. John, at the request and for the honour of bishop Pelayo Albanense, cardinal of the Roman Curia. The terms in which the exemption is given are quite clear as to what their relationship was.⁷⁰

In April 1223 Pelayo Gaítan and Gil Torres, are both involved in the authorization given to Martin, bishop of Zamora, to buy the little village of Bamba from the Apulian monastery of Sant’Angelo di Orsara, to whom it had been given by the “Emperor” Alfonso VII of León, in March 1147, as a reward for the abbot’s dedication⁷¹. In 1147, abbot Martinus, a *Hispanus*, had, allegedly, risked his own life to go to Italy and help the King of León. And now the village of Bamba was being recovered by the bishop of Zamora. Witness to this act, and its confirmation, two years later⁷² were the bishop of Lisbon, Soeiro, and another canon of Lisbon, Master Paio⁷³. This is another important case, which both cardinals would follow up and which would have a strange turn. In March 1229, the question comes up once more. This time, both the cardinals agree to satisfy the request of Teresa, *Illustrissima regina legionensis*, and her two daughters with Alfonso IX, Sancha e Dulce, and install the Knights of the Order of Calatrava in... the Monastery of Sant’Angelo di Orsara⁷⁴. This strange turn of events can only mean that the Spanish Kings, and in this case, what is even more interesting, the ex-wife and daughters of a Spanish King, considered themselves still the patrons of the monastery of Apulia. Teresa, of course, should by then have a

⁶⁹ COLLECCIÓN Documental del Archivo de la Catedral de León. Ed. José María Fernández Catón. Vol. 6, docs. 1966-1967.

⁷⁰ COLLECCIÓN Documental, vol. 6, doc. 1923, p. 425.

⁷¹ LINEHAN – *History and Historians in Medieval Spain*. Oxford, 1993, p. 231-232.

⁷² MANSILLA – *La Documentación Pontificia de Honório III*, doc. 570, p. 422-424.

⁷³ Cf. COSTA – *Mestre Vicente*, n. 216.

⁷⁴ DOMÍNGUEZ SÁNCHEZ – *Documentos de Gregorio IX*, doc. 98, p. 118.

reputation as someone who could continuously expel an Order from a monastery to install there another monastic Order, as had been the case still in the time of her father Sancho I, shortly after her repudiation by Alfonso IX, in Lervão⁷⁵. But it is also rather tempting to establish the connection of this request with the grant which Alfonso IX did to his daughters, in 1217, in Ciudad Rodrigo, where he had given a very generous dowry, in which several of the fortresses of Calatrava were included⁷⁶ – perhaps the Queen and the *infantas*, in a moment when their previous situation as putative heirs of Alfonso IX's throne was getting less and less plausible, and in the eve of the agreement they would sign with Berenguela over the succession of León, would have considered it wise to enlarge their “range of action”. This is not the right place to look at this in detail, but the non compliance of the Master of the order of Santiago to obey to the Papacy when, short after 1231, he was commanded by Gregory IX to return his loyalty from the two sisters of Fernando II to Rome, by means of Zamora⁷⁷, seems to indicate some tensions asking to be studied, and may have some bearing with what was happening in 1229, in Orsara.

But these sort of events were not the only ones in which they were involved. If we turn to the more routinely activities of these cardinals, between 1223 and 1229 we will find that, in July, Pelayo is made auditor of the case concerning the accumulation of benefices of a man of the bishop of Lisbon, Estevão Gomes⁷⁸. The informant of the cardinal is the bishop of Lisbon himself; on the 12th of February 1224, João Raolis interceded near Pelayo in favour of the concession of a further benefice to a canon of Coimbra, immediately granted⁷⁹; three months later, the Pope designates Gil as the auditor for the dispute between the Monastery of St. Vincent and the bishop of Lisbon, and Gil asks Pelayo Gaitán to instruct the process⁸⁰. The following month, it would still be the cardinal bishop of Albano who would be in charge of evaluating the results of the reports made by archbishop Estêvão of Braga and Laurentius of Orense – Laurentius Hispanus, the canonist, of course – on the case of the transference of the see of Mondonhedo to another location⁸¹; In February of 1226, the bishop of Lisbon and the representatives of the monastery of St. Vincent were summoned to the Curias, to face the reevaluation of the sentence given by Pelayo, some years before⁸²; in 1228 the questions between the regular canons of Lisbon and its

⁷⁵ MARQUES, Maria Alegria – Inocência III e a passagem do Mosteiro de Lervão para a ordem de Cister. *Revista Portuguesa de História*. XVIII (1980) 231-283.

⁷⁶ GONZÁLEZ, Júlio – *Alfonso IX*. Vol. 2, doc. 342, p. 448-449.

⁷⁷ IDEM, doc. 108, p. 81-84.

⁷⁸ ASV, *Reg. Vat.*, 12, fol. 69-69v, n° 213.

⁷⁹ ASV, *Reg. Vat.*, 12, fol. 166v, n° 310.

⁸⁰ ASV, *Reg. Vat.*, 12, fol. 191v-192, n° 443.

⁸¹ MANSILLA – *La Documentación Pontificia de Honório III*, 510, p. 377-378.

⁸² COSTA – *Mestre Vicente*, n. 248.

bishop were still being mentioned and the sentences of the cardinals reissued⁸³. All these sentences are registered in the papal registers, together and side by side with the common requests for provision and accumulation of benefices and resolutions of disputed elections, so characteristic of these years.

Speculative as it may be, it still seems legitimate to suppose that this sudden rise in cases being given to the Spanish cardinals as auditors might have had some relation with the difficult situation that the Kingdom was facing, after the death of Afonso II in 1223 and the accession of his son Sancho II to the throne.

After Pelayo Gaitán's death, in Perugia, in 1230, Gil Torres rose to an even more powerful status. The legacy of John of Abbeville to the Iberian Peninsula⁸⁴, during the years 1228-1229, shows up in the documentation of the Spanish sees frequently associated with the names of the two cardinals, and the constitutions which they both made for several of the Hispanic cathedrals, and subsequent problems derived from their application, make that the presence of their names all over the "Spanish" documentation, a very common element⁸⁵.

The 30s of the thirteen century were years of great change in the Kingdom of Portugal, plagued with excommunications and interdict, leading to the events which would ultimately bring up the King's deposition from the administration of the Kingdom, as *rex inutilis*, a week after Frederick II's deposition as a *tyrannus*⁸⁶.

How are we to evaluate the role that a cardinal such as Gil Torres might have had in these events? Directly, once more, we have no clear evidence. But indirectly, there can be no doubt that he must have been involved in it.

The thirties had also brought an almost complete renovation of the Portuguese episcopacy. And the men who occupied those posts were precisely the ones whom we had met before, first in the King's grants of 1218 and, later on, in 1229, in the house of cardinal Gil.

Those who took over the episcopal sees of Portugal, during the pontificate of Gregory IX as Pope and the one of Vincentius Hispanus as Chancellor of the Kingdom, were all closely connected and similar in their cultural lineage and education.

Master Silvestre Godinho became archbishop of Braga in 1229; Master Tiburtius, became bishop of Coimbra in 1234, after the resignation of Pedro Salvadores, deemed crazy; Master Pedro Salvadores, bishop of Oporto in 1235; Master João Raolis was made bishop of Lisbon in 1239.

⁸³ DOMÍNGUEZ SÁNCHEZ – *Documentos de Gregorio IX*, doc. 43, p. 76.

⁸⁴ LINEHAN, P. – A papal legation and its aftermath: cardinal John of Abbeville in Spain and Portugal. In BIROCCHI, I., [et al], ed. – *A Ennio Cortese*. Roma, 2001, p. 236-256.

⁸⁵ See, for example, DOMÍNGUEZ SÁNCHEZ – *Documentos de Gregorio IX*, docs. 43, p. 76.

⁸⁶ FERNANDES, Hermenegildo – *Sancho II: Tragédia*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.

All of these five bishops were appointed by papal provision, after difficult and contested elections, and they were all still in post in 1245, when the King was deposed (except Silvestre Godinho, and João Raolis, who had recently died but were replaced by people of similar profile – and similar connections – João Viegas de Portocarreiro, and Airas Vasques – two other of those whom we met in the cardinal’s clientele). These five, who surely changed the face of Portuguese episcopacy during these years, as well as their successors in 1244-1245, were all known to each other from the times and the milieu of Bologna, Rome and the service at the papal court or the Spanish cardinal’s houses, as well as the service of the King of Portugal. Of a total of eight bishops, five were either canonists or men who had served the Pope.

And this surely needs to be seen as one of the factors why the episcopacy in the late 30s and the 40s of the 13th century Portugal all reacted so violently against the king’s abuses, all used ecclesiastical sanctions against him and all aligned so coherently with each other when the time came to ask for the king’s deposition⁸⁷.

In the face of these simple facts, we do not need, perhaps, have any further proof of the involvement of cardinal Gil in the events of 1245, which led to the deposition of the King of Portugal.

But we do have some elements which may help us further. In the extraordinary long witness enquiries preserved in the equally extensive roll, written in Coimbra, in order to establish the facts related to yet another episode in the quarrels between the regular and the cathedral canons of Coimbra, most of the witnesses describe how bishop Tiburtius had been summoned to go to the council of Lyons, and how he was in cardinal Gil’s hearing audience. Old friends meet again. The enquiry being on the problems between the See and the monastery of Santa Cruz, all the information we have is concerned with the role Gil Torres played as auditor, given by the Pope, to defend the see of Coimbra, and the party of Tiburtius⁸⁸. But we are also informed of the other Portuguese bishops who were there, for the council, and of how this took place “more or less a week after the closing of the council”. Strange coincidences...

Do we really need much more evidence of the role that cardinal Gil, who should have been very old by then, must have kept on having on Portuguese affairs?

The same story which started in a documented form in 1218, was still going on in 1245, in a similar form, the same men still very much in touch with each other. Proving, once more, that these nets of influence, then as today, could sometimes last more than a generation.

⁸⁷ Cf. BRANCO – *Estados, Pátrias e Nações*, p. 44-46 and IDEM – *The King’s Counsellor’s*, p. 528-530.

⁸⁸ IAN/TT, *Sé de Coimbra*, 1^a incorporação, Docs. Particulares, cx. 26, rolo 3 and 4.



A FORMAÇÃO INTELECTUAL DO CLERO SECULAR PORTUGUÊS NOS SÉCULOS XII A XIV

SAUL ANTÓNIO GOMES

O clero secular português do século XII é diferente daquele que encontramos no dealbar de Trezentos. Mas mesmo dentro de cada época, encontramos diferenças na geografia sócio-cultural que caracteriza este clero diocesano. Emergente de uma tradição e de sensibilidades litúrgicas e espirituais hispânicas, teve de integrar no seu seio os modelos da cultura eclesiástica romano-gregoriana, abrindo-se, depois, à novidade das propostas pastorais provenientes das experiências monásticas (especialmente cistercienses e canonicais regrantes) e também mendicantes. O autor propõe-se observar alguns dos traços dominantes da formação desse clero secular, primeiro junto das escolas catedralícias e colegiais, depois no seio dos *studia* conventuais e, finalmente, ao nível universitário. As tendências sociológicas da formação intelectual do clero português daquelas centúrias podem aperceber-se, ainda, a partir de variados tipos de fontes, mormente pelo recurso aos actos processuais em que se registam litígios forenses, aos inventários de bibliotecas e de tesouros e, ainda, à própria produção literária e teológica de alguns dos seus intelectuais, bem assim aos olhares externos e críticos que nos chegam sobre o episcopado e o presbiterado português deste período.

THE INTELLECTUAL FORMATION OF THE PORTUGUESE CLERGY BETWEEN THE 12th AND 14th CENTURIES

SAUL ANTÓNIO GOMES

The reality of the Portuguese secular clergy for the 12th century differs significantly from the one we encounter in the early 14th century. But even within that period we can detect serious geographic and socio-cultural differences characterising diocesan clergy. Emerging out of a Hispanic tradition and sensibility regarding specific liturgical and spiritual practices, these men had to, firstly, incorporate the models from the Roman-Gregorian ecclesiastic culture, before later having to assimilate the new pastoral trends deriving from the monastic communities – especially from the Cistercian and canonical ones-, but also from the mendicant experiences. The author aims at observing some of the dominant features of the education of those ecclesiastics, first near the cathedral schools and colleges, and later on within the environment of conventual *studia*, just before proceeding to University level. Sociological trends in the intellectual formation of the Portuguese clergy of those centuries are identified courtesy of a wide range of sources. In particular, recourse was made to procedural documents relating to litigation, library and asset inventories in addition to the very literary and theological writings produced by intellectuals of that period and surviving external and critical accounts of the then Portuguese episcopates and presbyteries.

LA FORMATION INTELLECTUELLE DU CLERGÉ SÉCULIER PORTUGAIS DU XII^E AU XIV^E SIÈCLE

SAUL ANTÓNIO GOMES*

Normalement l'historiographie portugaise présente le clergé médiéval portugais en tant que corps uniforme et même statique. Cependant, cette lecture demande bien sûr quelque réflexion. En premier lieu, parce que le clergé n'était pas effectivement un groupe social homogène dans son origine de recrutement, ni même dans la géographie de ce recrutement, tout comme dans la cartographie du service ecclésial par laquelle se répartissaient les ministres de l'Église. Mais, outre l'origine sociale et l'espace ou territoire d'exercice de ce clergé, il faut considérer l'élément qui est le plus dynamique et essentiel dans la promotion de la diversité endogène au clergé, à savoir le temps. Un clerc actif vers l'an 1000 est différent, de part le style de vie et les valeurs qu'il professe, d'un clerc vivant vers l'an 1200 ou même l'an 1300.

Il est vrai que, au sein du christianisme ainsi que du judaïsme et de l'islam d'ailleurs, la foi en un seul Dieu est un élément qu'on acquiert *ad eternum*, avant et au-delà de la création. De même, les chrétiens apprennent depuis très tôt qu'il y a des vérités immuables et éternelles. Toutefois, il faut reconnaître que, même au niveau de la composition de cette foi, les théologiens et les commentateurs de l'Église de ces siècles-là n'ont pas toujours pensé de la même manière. Ils ont laissé, à l'inverse, un héritage qui témoigne de l'originalité de plusieurs lectures théologiques et qui nous prouve comment certaines vérités de la foi se sont engendrées sur des temps longs et pas toujours d'une façon unanime. C'est le cas, par exemple, de la question du mystère conceptionniste marial, autour duquel, comme on sait bien, l'*intelligentia* cléricale du Moyen Âge, et même postérieure, n'a jamais été pleinement d'accord.

On rappelle encore que la période évoquée dans cette communication se centre surtout sur les XII^e et XIII^e siècles, caractérisés par des renouveaux culturels théologiques et philosophiques qui accompagnent de près, lorsqu'ils ne sont pas provoqués par d'autres renouveaux comme celui des villes et de leurs cultures propres, l'épanouissement d'un ordre commercial international, celui de

* Universidade de Coimbra. Chercheur du project *Fasti Ecclesiae Porrtugaliae*.

l'expansion des monarchies chrétiennes vers les territoires sous la domination islamique – ce sont les cas de la Péninsule Ibérique, de la Sicile et du sud de l'Italie – et encore celui des croisades au Moyen-Orient.

Les universités naissent alors, et avec elles triomphe l'importance sociale de l'intellectuel, du *magister*, du spécialiste des savoirs juridiques fondamentaux pour la défense et la consolidation des valeurs d'une nouvelle civilisation urbaine, où la *sacra eruditio* cohabite avec une certaine démocratisation des arts libéraux et de ceux moins libéraux, se conjuguant dès lors, dans les espaces phénoméniques de la création culturelle et artistique, le latin avec les langues romanes ou vernaculaires. L'éveil culturel, notamment celui du portugais ou mieux celui du galego-portugais, s'est parfaitement affirmé durant le dernier tiers du XII^e siècle, des *chronicae mundi* se multipliant dans des cathédrales ou monastères. Simultanément, on assiste à l'émergence du célèbre chansonnier lyrique et épique troubadouresque, ainsi que celle d'une lyrique religieuse attentive au merveilleux et dont le clergé, séculier et régulier, est si souvent le protagoniste – comme on peut lire à satiété dans les *Cantigas de Santa Maria*, d'Alphonse X, le Sage, dont la composition a d'ailleurs reçu une contribution portugaise fort expressive –, témoignant ainsi du fait que ce phénomène de renouveau culturel n'est pas une exclusivité des clercs, mais qu'il gagne aussi des territoires spécifiques au sein des cours royales et seigneuriales laïques.

En parlant de la vie culturelle du clergé de ces siècles de fondation et d'affirmation de la nationalité portugaise, on ne peut manquer de sublimer l'importance de la sensibilité esthétique de ses sphères dirigeantes, puisque les cathédrales romanes et gothiques de cette époque-là sont admirables, tantôt les diocèses rivalisent entre eux – Braga essayant de s'agrandir par association au modèle de Compostelle –, tantôt ils partagent des modèles et maîtres d'œuvres – comme dans les cathédrales de Coïmbre et de Lisbonne, avec des chantiers dirigés par Maître Robert –, tantôt, à un niveau plus paroissial, ils appliquent des canons esthétiques avec des grammaires décoratives *sui generis*, surtout romanes, où la géométrisation, l'abstraction et la représentation anthropomorphique ou zoomorphique de la nature ou de la fabulation du fantastique sont privilégiées¹. Les évêques et leurs chapitres projetaient beaucoup de leur dignité et de leur opulence sur ces constructions, en les remplissant de reliques et d'ornements liturgiques bons et précieux, en ouvrant leurs sols à l'ensevelissement de

¹ Cf. GUSMÃO, Artur Nobre de – *Românico Português do Noroeste: alguns motivos geométricos na escultura decorativa*. Lisboa: Vega, 1992; REAL, Manuel Luís – O projecto da Catedral de Braga nos finais do século XI e as origens do românico português. In CONGRESSO INTERNACIONAL IX CENTENÁRIO DA DEDICAÇÃO DA SÉ DE BRAGA – Actas. Vol. 1: *O Bispo D. Pedro e o ambiente político-religioso do século XI*. Braga: Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa; Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, p. 435-489; SANTIAGO-OTERO, Horacio – *La Cultura en la Edad Media Hispana (1100-1470)*. Lisboa: Ed. Colibri, 1996.

paroissiens et bienfaiteurs, en déchirant leurs murs avec des arcsoliiums tumulaires ou en y encastrant des autels et chapelles où s'expérimentaient des dévotions nouvelles, des saints nouveaux².

Il est toujours important de reconnaître la façon comme la cathédrale de Notre Dame de Coïmbre s'est ouverte à une des premières – si ce n'est pas la plus précoce – affirmations des formes gothiques dans le Royaume, par la construction de son cloître si élégant³. Cette initiative, envisagée à l'époque comme une nouveauté, avait été patronnée par le roi Alphonse II, qui avait confié au maître des Hospitaliers portugais de ce temps-là la responsabilité de mener l'œuvre à bon terme. Dans les trésors de ces cathédrales il y avait aussi des livres, beaucoup de livres, surtout liturgiques, reliés en argent ou en Limoges, dans les pages desquels apparaissaient de riches enluminures, en général végétalistes ou déjà historiées, mais toujours conformes aux mystères divins.

Au XII^e siècle, les diocèses portugais accueillent divers prélats étrangers. À Braga et à Coïmbre s'installent des évêques français, tandis qu'à Lisbonne de la post-Reconquête – après 1147 – monte sur le trône épiscopal un Anglais et à Silves, épisodiquement, un Flamand. Ce n'est qu'à la fin du XIII^e siècle et, surtout, au siècle suivant que surgira un nouveau cycle d'étrangers occupant les chaires de prélats des cathédrales portugaises. De même, la promotion de quelques ecclésiastiques portugais à certains diocèses hispaniques sera bien significative⁴.

² GOMES, Saul António – A religião dos clérigos: vivências espirituais, elaboração doutrinal e transmissão cultural. In *HISTÓRIA Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Vol. 1: *Formação e limites da cristandade*. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2000, p. 339-422; MARQUES, Maria Alegria – O Clero – Homens de Oração e de Acção. In *NOVA História de Portugal*. Dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Vol. 3: *Portugal em definição de fronteiras: do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*. Lisboa: Ed. Presença, 1996, p. 225-251.

³ VASCONCELOS, António de – *A Sé Velha de Coimbra: apontamentos para a sua história*. Coimbra: Coimbra Editora, 1930-1935, 2 vols; GONÇALVES, António Nogueira – *A Sé Velha Conimbricense e as inconsistentes afirmações histórico-arqueológicas de M. Pierre David*. [Porto: s.n.], 1942; IDEM – *Novas hipóteses acerca da arquitectura românica de Coimbra*. [Coimbra, s.n.], 1938; DAVID, Pierre – *A Sé Velha de Coimbra: das origens ao Século XV*. Porto, 1947; IDEM – Coimbra. In *DICTIONNAIRE d'Histoire et Géographie Ecclésiastique*. Vol. 13. 1956, p. 204-221; GOMES, Saul António – Coimbra. In *DICTIONNAIRE Encyclopédique du Moyen Âge*. Dir. A. Vauchez. Vol. 1. Paris: Cerf, 1997, p. 352-353; RAMOS, António de Jesus – Coimbra, Diocese de. In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. A-C. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2000, p. 387-399; COUTINHO, José Eduardo Reis – *Catedral de Santa Maria de Coimbra (Sé Velha)*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2001.

⁴ Pierre DAVID – Français du Midi dans les évêchés portugais (1279-1390). *Bulletin des Études Portugaises et de l'Institut Français au Portugal*. Coimbra. Nouvelle série. 9: 2 (1934) 16-68; ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*. Nova ed. dir. Damião Peres. Vol. 1. Porto, Portucalense Editora, 1967, p. 87-96, 255-257, 263-280, 285-287, 483-484 et 497-520; PRADALIÉ, Gérard – Quercynois et autres méridionaux au Portugal à la fin du XIII^e et XIV^e siècle: l'exemple de l'Église de Coimbra. *Annales du Midi: revue archéologique, historique et philologique de la France méridionale*. 94 (1982) 369-386; DURAND, Robert – Du Portugal Mozarabe au Portugal Romanisé: l'exemple de Coimbra. In *COLLOQUE HISTOIRE DU PORTUGAL, HISTOIRE EUROPEENNE*, Paris, 1986 – *Histoire du Portugal*,

D'autre part, la diversité du clergé est encore attestée par une déflagration presque permanente et continue de tensions et de luttes qui disputent droits, dîmes, bénéfices et statuts privilégiés. Les *chartae libertatis* qui concédaient le *nullius dioecesis*, soit à de grandes abbayes et monastères de chanoines réguliers, soit aux ordres militaires, par exemple, ont été toujours mal digérées par les pouvoirs diocésains, provoquant des conflits réguliers sur les cens dans et hors du *Regnum*. Les tensions qui ont affecté le clergé du diocèse de Coïmbre à la fin du XI^e siècle sont bien connues, dès le départ par la rencontre entre les ecclésiastiques romanistes qui ont adopté le modèle grégorien et les clercs/prêtres originaires de la tradition locale influencée par les modèles mozarabes⁵.

De même, le clergé séculier se différencie du clergé régulier de façon substantive, microcosmes distincts dans leurs identités spirituelles et dans leurs modèles de vie religieuse, dont la convivialité a été souvent réglée par des dissensions, oppositions et ruptures. Il faudrait rappeler ici les conflits qui ont mené à la pénalisation de la communauté bénédictine de Lorvão, d'abord à la fin du XI^e siècle et une deuxième fois un siècle plus tard⁶. Les luttes, particulièrement aiguës au XIII^e siècle, qui ont opposé les chanoines de la cathédrale de Coïmbre aux chanoines du monastère de Sainte-Croix de la même ville, sont aussi bien connues de tous⁷.

Pendant des siècles, l'*Ecclēsia romana* a perfectionné un cadre institutionnel et juridique qui individualisait, identifiait et protégeait ses ministres et ses serviteurs les plus directs. Les mêmes hommes qui, à une étape déterminée de leur vie, ont été marqués par la réception des ordres, un bénéfice sacramentel qui les écartait du monde des laïcs, en les faisant pénétrer dans un cercle d'exclusivité

Histoire Européenne: actes. Paris: Fund. Calouste Gulbenkian. Centro Cultural Português, 1985; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – La famille d'Ébrard et le clergé de Coimbra aux XIII^e et XIV^e siècles. In *A IGREJA e o Clero Português no contexto europeu = The Church and the Portuguese clergy in the European context*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, 2005, p. 77-94.

⁵ MATTOSO, José – Monges e clérigos portadores da cultura francesa em Portugal: séculos XI e XII. In IDEM – *Portugal medieval: novas interpretações*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, p. 365-388; IDEM – *Identificação de um País: ensaio sobre as origens de Portugal: 1096-1325*. Vol. 1: *Oposição*. Lisboa: Estampa, 1985, p. 189-203 e 397-406.

⁶ AZEVEDO, Rui de – *O Mosteiro de Lorvão na Reconquista cristã*. Lisboa: Arquivo Histórico de Portugal, 1933; MARQUES, Maria Alegria F. – Inocência III e a passagem do Mosteiro de Lorvão para a Ordem de Cister. In IDEM – *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri, 1998, p. 75-125; IDEM – Vida e morte de um mosteiro beneditino: o caso de Lorvão. In CONGRESSO INTERNACIONAL OS BENEDITINOS NA EUROPA, 1, Santo Tirso, 1995 – *Os Beneditinos na Europa*. Santo Tirso: Câmara Municipal, 1998, p. 40-62; COELHO, Maria Helena da Cruz – Análise diplomática da produção documental do *scriptorium* de Lorvão: séculos X-XIII. In *ESTUDOS em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Vol. 3. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, p. 387-405.

⁷ GOMES, Saul António – Organização Paroquial e Jurisdição Eclesiástica no Priorado de Leiria nos Séculos XII a XV. *Lusitania Sacra*. 4 (1992) 163-310.

sociale caractérisé par une culture de différenciation définie par des savoirs et des rituels consentis qu'à ses membres⁸.

Le territoire social des ministres sacrés de l'Église médiévale est encore osmotique, se caractérisant généralement par une vaste capacité d'intégration de zones réfractaires, regroupées autour de noyaux centripètes de pouvoir, notamment épiscopaux, mais aussi monastiques, réglés par des niveaux hiérarchiques de responsabilités et de fonctions en ce qui concerne les oraisons et les activités pastorales. Ce fut cette capacité unificatrice d'aires et de noyaux périphériques qui a permis la sauvegarde du pouvoir pontifical quand, par exemple, l'Europe a connu de successives vagues religieuses d'hérésie, spécialement au XII^e siècle et au début du XIII^e, qui ont véritablement tenu en échec l'unité de la chrétienté romano-grégorienne⁹. La curie papale a accueilli les nouveaux ordres mendiants et a réclamé, presque tout au long de la première moitié du XIII^e siècle, l'intégration d'unités monastiques érémitiques isolées et peu réglementées, ce qui a permis l'affirmation de nouveaux ordres réguliers.

Ces longs et complexes processus historiques de caractère religieux ont fructifié, en premier lieu, grâce à la force culturelle qui les caractérise. Une culture centrée sur la religion et sur l'expérience du spirituel, exigeant des savoirs érudits qui se refléteraient sur les textes scolastiques de canonistes et de théologiens, de chroniqueurs et de prêcheurs, de saints et d'intellectuels qui ne l'ont même pas été¹⁰.

Le texte antérieur permet d'accentuer l'importance des phénomènes culturels pour l'identification du clergé médiéval en tant que corps social doté, comme on l'a mentionné, de structures institutionnelles et juridiques très élaborées et efficaces. Tout d'abord, il faut tenir compte du corps législatif des décrétales pontificales, réunies incessamment depuis que Gratien a mené à terme son *Decretum*. Le droit de l'Église sera d'ailleurs considéré comme droit commun dans plusieurs royaumes chrétiens, inspirant des législations royales locales ou, même, en interférant positivement dans le corpus juridique de ces monarchies.

En ce qui concerne la provenance, le recrutement et, même, l'emplacement géographique de ses membres, le clergé du Portugal de l'aube du XII^e siècle

⁸ MATTOSO, José – *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1982, *passim*.

⁹ DAVID, Pierre – *Études Historiques sur la Galice et le Portugal du VI^e au XII^e siècle*. Lisboa: Livraria Portugal, 1947.

¹⁰ Cf. COSTA, António Domingues de Sousa – *Cultura medieval portuguesa: notas sobre um Mestre Português em Bolonha*. *Itinerarium*. 1: 1 (Janeiro-Fevereiro 1955) 29-37; IDEM – *Cultura medieval portuguesa: português, o Cardeal Gil? Itinerarium*. 1: 2 (Março-Abril 1955) 296-306; IDEM – *Um mestre português em Bolonha no século XIII, João de Deus: vida e obras*. Braga: Editorial Franciscana, 1957; IDEM – *Mestre Afonso Dinis, Médico e Secretário de D. Afonso IV, professor na Universidade de Paris*. *Itinerarium*. 3: 15 (Maio-Junho 1957) 370-417; 3: 16-17 (Julho-Outubro 1957) 510-607.

constituait naturellement un corps composé par divers segments. Ce n'est pas par hasard que les diocèses de Lisbonne, Évora, Lamego et Guarda – en s'associant à celui de Salamanque –, se sont intégrés jusqu'à une date tardive dans l'église métropolitaine de Saint-Jacques de Compostelle, alors que les diocèses de Porto, Coïmbre et Viseu – avec ceux d'Astorga, Tuy, Orense, Lugo et Mondoñedo – dépendaient de la métropole de Braga¹¹. D'autre part, on reconnaîtra que le clergé urbain se différenciait radicalement du clergé rural. Dans une même ville, le clergé des unités paroissiales, du point de vue collégial ou individuel, se distingue des communautés canoniales de la cathédrale en richesse et, bien sûr, en *status* ou prestige.

Il faut considérer aussi que ce clergé, en tant que groupe social, semble se montrer généralement perméable au recrutement d'éléments originaires de secteurs sociaux différents, en s'ouvrant verticalement aux autres groupes laïques, issus de la noblesse ou du peuple, mais sans empêcher la pénétration de certains paliers ou niveaux hiérarchiques supérieurs par des éléments d'extraction sociale moyenne, si ce n'est basse. Dans cette société cléricale, le savoir compte et pèse, quoiqu'il ne soit pas, en soi, suffisant pour garantir des promotions bénéficiales ou des pompes. C'est pourquoi l'université, grâce au savoir mais aussi aux liens et aux tissages identitaires qu'elle a établi, constituera une plate-forme privilégiée pour l'élargissement des horizons d'opportunités offertes à un clerc diligent et au minimum ambitieux ou doté d'une vocation saine de servir l'Église et le Christ dans l'obéissance, ainsi que dans l'incorporation de ces autres vœux distinctifs du laïc commun, qui incluaient l'exigence de la continence, du célibat et des bonnes mœurs¹².

¹¹ MATTOSO, José – *D. Afonso Henriques*. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2006, p. 58-67 et 252-263; BRANCO Maria João Violante – *D. Sancho I, o Filho do Fundador*. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2005, p. 238-248; VILAR, Hermínia Vasconcelos – *D. Afonso II, um Rei sem tempo*. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2005, p. 114-120; FERNANDES, Hermenegildo G. – *D. Sancho II. Tragédia*. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2006, p. 210-218; VENTURA, Leontina – *D. Afonso III*. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2006, p. 186-188; PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor – *D. Dinis*. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2005, p. 86-87 et *passim*.

¹² GARCÍA Y GARCÍA, A. – Aspectos de la Universidad Portuguesa Medieval. In *THE UNIVERSITIES in the Late Middle Ages*. Ed. Jozef Ijsewijn e Jacques Paquet. Lovaina: Leuven University Press, 1978, p. 133-147; IDEM – Escolares de la diócesis de Guarda e Lamego en Salamanca durante la Baja Edad Media (s. XIII-XV). In CONGRESSO HISTÓRICO LUSO-ESPANHOL SOBRE O TRATADO DE ALCANICES, Riba Cõa, 1997 – *O Tratado de Alcanices e a importância histórica das terras de Riba Cõa: actas*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 1998, p. 303-313; COSTA, A. Domingues de Sousa – Estudantes Portugueses na reitoria do Colégio de S. Clemente de Bolonha na primeira metade do século XV. *Arquivos de História da Cultura Portuguesa*. 3 (1970) 1-157; IDEM – Estudos superiores e universitários em Portugal no reinado de D. João II. *Biblos*. 63 (1987) 253-334; IDEM – *Portugueses no Colégio de S. Clemente e na Universidade de Bolonha durante o século XV*. 2 vols. Bolonia: Real Colégio de España, 1990; IDEM – Considerações à volta da fundação da Universidade Portuguesa no dia 1 de Março de 1290. In CONGRESSO HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE, Coimbra, 1990 – *Universidade(s): história, memória, perspectivas: actas*. 1º vol. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1991, p. 71-82; BRANDÃO, Domingos de Pinho – Teologia, filosofia e direito na diocese do Porto nos séculos XIV e XV: alguns subsídios para o seu

Triade de vœux religieux et éthiques, dont l'implémentation générale auprès du clergé sera une lutte incessante durant le Moyen Âge, comme le démontrent les canons conciliaires successivement répétés. On rappelle, par exemple, qu'au I^{er} concile de Latran, de 1123, le canon 21 prohibait les prêtres, les diacres, les sous-diacres et les moines d'avoir des concubines et de contracter mariage, les clercs mariés devant se séparer des conjoints respectifs. En 1139, au II^e concile de Latran, le canon 7 rappelait le souci des papes Grégoire VII (1085), Urbain II (1099) et Pascal II († 1118) pour que les clercs n'aient pas des “*uxores uel concubinas*” chez eux et près des autels, enfreignant la règle de la chasteté. Aussi les prêtres conciliaires déterminaient-ils que les évêques, les prêtres, les diacres, les sous-diacres, les chanoines réguliers, les moines et les convers profès, “*qui sanctum transgredientes propositum, uxores a sibi copulare praesumerint, separentur*”¹³.

On sait bien que ce genre de législation endogène au clergé sera réitéré au cours de successifs conciles de l'Église, ainsi qu'aux synodes diocésains pas seulement en Europe mais aussi et surtout au Portugal¹⁴. En fait, les conséquences découlant de ce cadre normatif ne se sont incorporées que très très lentement au modèle du clergé séculier et même régulier, étant donné la fréquence des notices de femmes tenues et entretenues par des évêques et des clercs. Le *Livro Velho das Linhagens*, par exemple, atteste que “*Maria Viegas foy barregam de D. Ruy Mendes de Sousa... e depois... foy barregam do bispo D. Egas Fafes de Coimbra*”¹⁵. L'évêque de Lisbonne “*dom Ayra Vasquez era homem filho d'algo, e era naturall de terra de Lima, e fez em ella [D. Maria Pais, filha de Martim Pais] Ermigo Fernandeez e Sueiro Fernandeez*”¹⁶. Comme dernier exemple, la référence à l'“*honrado clérigo que ouve na Espanha*”¹⁷, de son nom dom Gil Sanches, fils du roi Sancho et de Maria Pais Ribeira, qui “*ouve por barregam D. Maria Garcia*”¹⁸.

estudo. Separata de *Studium Generale*. Porto. 7 (1960); MATTOSO, José – Monges e clérigos portadores da cultura francesa em Portugal: séculos XI e XII. In IDEM – *Portugal medieval: novas interpretações*. 2^a ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992, p. 365-387; IDEM – Suporte social da Universidade de Lisboa-Coimbra (1290-1527). *Penélope: fazer e desfazer a História*. 13 (1994) 23-35; GOMES, Saul António – Escolares e Universidade na Coimbra Medieval: breves notas documentais. In *ESTUDOS em Homenagem a João Francisco Marques*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001, p. 524-527. Cf. VERGER, Jacques – La mobilité étudiante au Moyen Âge. *Éducatons médiévales: l'enfance, l'école, l'Église en Occident: VI^e – XV^e siècles*. Paris: Institut National de Recherche Pédagogique, 1991, p. 65-90.

¹³ Cf. ALMEIDA – *História da Igreja em Portugal*, p. 234.

¹⁴ *SYNODICON Hispanum*. Dir. Antonio García y García. Vol. 2: *Portugal*. Dir. Avelino de Jesus da Costa, Isaías da Rosa Pereira et Antonio Gutierrez. Madrid: BAC, 1982.

¹⁵ Maria Viegas a été concubine de dom Rui Mendes de Sousa... et après... de l'évêque dom Egas Fafes de Coimbra. Cf. ALMEIDA – *História da Igreja em Portugal*, p. 234.

¹⁶ «Dom Airas Vasques était un gentilhomme, et était naturel de la région de Lima, et a conçu en elle [Maria Pais, fille de Martim Pais] Ermigo Fernandes et Soeiro Fernandes». Cf. ALMEIDA – *História da Igreja em Portugal*, p. 234.

¹⁷ «honorabile clerc qui il y a eu en Espagne». Cf. ALMEIDA – *História da Igreja em Portugal*, p. 234.

¹⁸ «a eu pour concubine Maria Garcia». Cf. ALMEIDA – *História da Igreja em Portugal*, p. 234.

Certes, quand on parle de la formation intellectuelle du clergé portugais on ne pourrait manquer de réfléchir sur l'importance du milieu social et de ses patrons culturels spécifiques dans la vie culturelle de ce même clergé. Un clerc recruté au sein de la haute noblesse refléterait toujours, sauf exception, son berceau de naissance. Et même s'il s'agissait d'un moine ou d'un frère mendiant, la première formation éducative d'un clerc l'accompagnerait tout au long de sa vie, même si on considère des vies qui, par exemple, en âge tendre – 12 ou 13 ans –, se soient déjà dirigées vers des centres collégiaux universitaires éloignés de leur «patrie» ou lieu de naissance et/ou de croissance.

Dans la formation de quelques élites du clergé portugais du XII^e siècle, les liens familiaux sanguins ou de parenté par alliance ont joué un rôle significatif. Des clercs ayant réussi, comme c'est le cas de la plupart des chanoines d'une cathédrale, essaieront de transmettre leur «héritage» de clerc, prébende incluse, à des neveux ou filleuls. À cette époque-là, le népotisme a une importance effective, en dénonçant la survivance des notions culturelles de parenté sur la *libertas* du prêtre, dont le modèle de prêtre idéal, comme le Christ lui-même, comportait son écartement des racines familiales.

Déjà en 1072, on décèle à Braga la fréquentation de ce cloître cathédrale par des “*puerulos*”, des “*habitantibus in sede Bracara*”; cette information permet d'accepter l'idée selon laquelle fonctionnait, ici, une *schola* fréquentée par des garçons. On a des notices d'autres noms de “*pueruli*” en 1099, qui devaient être des jeunes déjà bien avancés dans l'adolescence qui fréquentaient l'école à l'époque de dom Geraldo. Dans cette cathédrale, la dignité de *magister scholarum*, c'est-à-dire écolâtre, aura été légiférée par dom João Peculiar autour de 1148. D'ailleurs, pendant son épiscopat on trouve d'autres notices qui confirment l'importance octroyée par les chanoines de Braga à la fréquentation de la “*lectura in ecclesia Bracarensi*” par des “*pueri*”. En 1173, ce même archevêque assurera l'attribution de prébende à un quelconque membre du chapitre même absent “*in studio*”, signe de l'importance accordée par cet illustre dom João Peculiar à la formation de ce corps capitulaire. Le 22 mars 1212 sont mentionnés deux jeunes confiés par un oncle à “*Egee Martini docendos in clericatu*”, indiquant, comme on voit, la présence d'un pédagogue personnel à cette école. Dans un autre acte de 1229 il y a des mentions à des “*scholis*” dans la même cathédrale¹⁹.

En tant qu'archidiacre de Braga, et avant d'être évêque de Coïmbre, Bernardo a rédigé une «Vie de saint Geraldo». La formation du clergé de Braga attirera les attentions des synodes diocésains médiévaux célébrés ici. Entre eux, on souligne celui du 5 décembre 1281, auquel dom Frei Telo († 1292) a péroré l'ignorance

¹⁹ COSTA, Avelino de Jesus da – *O Bispo D. Pedro e a Organização da Arquidiocese de Braga*. 2^a ed. refundida e ampliada. Vol. 1. Braga: Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, 1997, p. 312-319; CUNHA, Maria Cristina Almeida – *A Chancelaria Arquiepiscopal de Braga (1071-1244)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998, p. 130-131.

démontrée par certains groupes du clergé de son diocèse, spécialement l'ignorance du latin pour l'usage en contexte liturgique, déterminant que tous les bénéficiés "*studio dent operam quousque latinis qui verbis sciant loqui*", interdisant aussi la promotion "*ad subdiconatus ordinem*" à tout clerc "*nisi latinis verbis sciat loqui*". Un peu plus tard, au cours d'un nouveau synode célébré très probablement en 1285, dom Frei Telo prendrait des mesures, encore une fois, pour que les clercs âgés de moins de 30 ans étudient "*latinis verbis*", ne pouvant être habilités à des promotions de bénéfices que postérieurement. À ceux qui voulaient approfondir leurs études, l'archevêque garantissait la continuité des prébendes respectives: "*Illis autem qui studere in gramatica et proficere voluerint misericorditer indulgemus ut beneficia sua (...) in scolis habeant ac in suis ecclesiis personaliter deservirent*"²⁰.

Dans ce diocèse ont fonctionné d'autres écoles outre celle de la cathédrale. Ce fut à l'école paroissiale de Saint-Paio de Pousada (c. Braga) que l'archevêque de Braga dom Silvestre Godinho (1229-1244) a été éduqué et y a étudié pendant trois ans, au long desquels il a appris aussi à réciter le psautier ("*fuit nutritus per trienium et legi psalterium*")²¹.

Dès 1186 on trouve des notices sur des écolâtres à la cathédrale de Porto, dont l'un, dom Pedro Salvadores, réussissait à monter sur la chaire locale en 1235²². L'existence institutionnalisée de cette dignité à Lamego n'est pas sûre, quoique quelques historiens l'admettent depuis le début du XIII^e siècle, car le manque de notice explicite sur un écolâtre dans cette cathédrale n'implique pas forcément l'inexistence d'une *schola* local et, surtout, d'une vie culturelle avec des traditions précoces respectables²³. Dans le diocèse d'Évora on constate, à coup sûr, le fonctionnement d'une école capitulaire depuis très tôt, bien que la présence d'un dignitaire à cette fonction ne soit documenté de façon explicite que fort tardivement (1392)²⁴.

Saint Teotónio, qui a mérité la canonisation à l'assemblée synodale de Coïmbre en 1163, a été dans sa jeunesse *alumnus* de dom Telo, l'archidiacre de la cathédrale de cette même ville et fondateur du monastère de Sainte-Croix²⁵. Tout comme à Braga, l'existence d'une charge d'écolâtre à la cathédrale de

²⁰ COSTA – *O Bispo D. Pedro*, vol. 1, p. 319.

²¹ COSTA – *O Bispo D. Pedro*, vol. 1, p. 319.

²² SILVA, Maria João Oliveira e – *Scriptores et Notatores: a produção documental da Sé do Porto (1113-1247)*. Porto, 2006, p. 50-51. Mémoire de Maîtrise: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

²³ SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – *A Sé de Lamego na primeira metade do século XIV (1296-1349)*. Leiria: Edições Magno, 2003, p. 112-113.

²⁴ VILAR Hermínia Vasconcelos – *As Dimensões de um Poder: a Diocese de Évora na Idade Média*. Lisboa: Estampa, 1999, p. 157.

²⁵ NASCIMENTO, Aires Augusto – *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra: vida de D. Telo, vida de D. Teotónio, vida de Martinho de Soure: edição crítica dos textos latinos, tradução, estudo introdutório e notas de comentário*. Lisboa: Colibri, 1998, p. 142.

Coimbre est assez précoce, vu le fonctionnement d'une école épiscopale dans ce diocèse déjà à la fin du XI^e siècle. Dans la charte concernant la fondation du chapitre et de la *schola* de Coimbre, attribuée à l'an 1086, on trouve des mentions à certains "pueros" que le prélat "nutrivit et eos docuit in sede episcopal (...) atque ad ordinem presbiterii applicavit et ordinavit"²⁶.

La vie de saint Martin de Soure rapporte qu'il a été accueilli à l'école de cette cathédrale à l'époque de dom Maurício Burdino, "in numero puerulum Martinum prefatus Mauritius canonicavit"²⁷. La tradition du monastère de Sainte-Croix autour de la biographie de dom João Peculiar – l'un des intervenants qui a favorisé la fondation et l'affirmation institutionnelle de cette communauté – nous raconte qu'il a atteint la charge de "magister scholarum" de la cathédrale, quoiqu'il ne soit pas mentionné sous cette désignation dans les documents en pièce²⁸.

Selon les recherches de M. do R. Morujão, le "primus magister scholarum" de ce diocèse a été Maître João, cité dans les documents à partir de 1183. Décédé en 1192, lui ont succédé, respectivement, les prêtres Pedro (1193-1223), Pedro Martins (1229-1281), João Peres, prieur de l'église paroissiale d'Águeda (1283-1301), et Gil Fernandes, qui occuperait la charge pendant une longue période de trente cinq ans, entre 1304 et 1339²⁹. Dans un témoignage qui permet de vérifier des processus culturels de transmission du verbe/livre mais aussi du nom et de la mémoire – comme une pièce lignagère symbolique de ceux qui cherchaient à perdurer au-delà de la mort –, le susdit João Peres ordonnait, dans son testament dressé en 1301, la vente de son bréviaire pour pouvoir assurer, avec l'argent obtenu, le paiement de l'éducation de deux jeunes qu'il élevait chez-lui: "et dentur inde denarii alicui seu aliquibus qui doceat uel doceant filium Iohanii Maurisco et Alfonso Barreiro clientulos meos. Et si non suffecerint denarii istius libri, habeant X libras de aliis libros quos ego mando uendere et dent istos alicui uel aliquibus qui eos doceat uel doceant"³⁰.

²⁶ COSTA – *O Bispo D. Pedro*, vol. 1, p. 312.

²⁷ COSTA – *O Bispo D. Pedro*, vol. 1, p. 313.

²⁸ NASCIMENTO – *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra*, p. 164; CRUZ, António – D. Teotónio, Prior de Santa Cruz: o primeiro cruzado e primeiro santo de Portugal. In *SANTA CRUZ de Coimbra do Século XI ao Século XX: estudos*. Coimbra: Paróquia de Santa Cruz de Coimbra, 1984, p. 21-58; COSTA, Avelino de Jesus da – D. João Peculiar co-fundador do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, bispo do Porto e arcebispo de Braga. In *ibidem*, p. 59-83; 64; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra: a instituição e a chancelaria (1080-1318)*. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2005, p. 223.

²⁹ MORUJÃO – *A Sé de Coimbra*, p. 224-225.

³⁰ GOMES, Saul António – A solidariedade eclesial na promoção de escolares pobres a estudos universitários: o exemplo coimbrão nos séculos XIV e XV. In *CONGRESSO HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE*, Coimbra, 1990 – *Universidade(s): história, memória, perspectivas: actas*. Vol. 4. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1991, p. 195-234.

Outre la présence de l'école de la cathédrale et l'important rôle des pédagogues contractés par des familles particulières, on constate à Coïmbre l'existence d'une "*Confraria Canoniorum seu Molachinorum*", établie à l'église de Saint-Jean d'Almedina peut-être pendant la première moitié du XIII^e siècle et contiguë à la résidence épiscopale, mais bien plus ancienne dans la vie religieuse chrétienne de la ville, dans le coffre de laquelle plusieurs prêtres et portionnaires du diocèse ont laissé des aumônes. Comme on sait, ces *moozinhos* étaient justement les *pueri* ou *alumni*, généralement dénués de capacité économique, mais dont l'éducation, orientée vers les cloîtres collégiaux de Coïmbre ou vers ses paroisses urbaines ou rurales, devait être pourvue³¹.

De même, dans le diocèse de Lisbonne la dignité de la charge d'écolâtre se manifeste tôt. En 1168, Estêvão, chanoine de cette cathédrale, s'intitule "*magister scholarum*". Cette même année d'ailleurs, le chapitre confirme l'attribution de prébende captive à l'écolâtre. Déjà à la fin de la décennie de 1150, les chanoines capitulaires Pedro et Arnulfo sont référés comme "*magistri*", ce qui est un indice de l'importance acquise par la vie intellectuelle dans ce centre ecclésiastique³². En effet, il faut rappeler que le susdit maître Estêvão a justement été l'auteur d'un des recueils de miracles médiévaux portugais les plus précieux, celui de saint Vincent de Lisbonne, rédigé peu après 1173, comme le suggère ce texte hagiographique inestimable, qui démontre la haute capacité intellectuelle de son *auctor*³³. En 1282, dom Estêvão Rodrigues revendiquait le statut de "*magistri scolarum etiam et dominium et scolas tocius episcopatus*"³⁴.

On peut considérer que, grosso modo, la vie intellectuelle dans les diocèses portugais du XII^e siècle précède ou accompagne de tout près les préoccupations générales de l'Église au sujet de la formation scolaire de son clergé³⁵. À ce

³¹ GOMES – A solidariedade eclesial, p. 208-209; QUEIRÓS, Abílio – 'Estatutos' da Confraria dos Bacharéis da Sé de Coimbra". *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*. 19-20 (1999-2000) 75-92.

³² CUNHA, D. Rodrigo da – *Historia Ecclesiastica da Igreja de Lisboa: vida e acoens se seus prelados e varões eminentes em santidade, que nella florecerão...* Vol. 1. Lisboa: Oficina de Manoel da Sylva, 1642, fol. 71-73, 78-79v;

³³ CUNHA – *Historia Ecclesiastica*, fol. 80-86v; NASCIMENTO, Aires Augusto; GOMES, Saul António – *S. Vicente de Lisboa e seus milagres medievais*. Lisboa: Edições Didaskalia, 1998.

³⁴ FARELO, Mário Sérgio da Silva – *O Cabido da Sé de Lisboa e os seus cônegos (1277-1377)*. Vol. 1. Lisboa, 2003, p. 25-29. Mémoire de maîtrise en histoire médiévale: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

³⁵ CARVALHO, Joaquim de – *Obra Completa*. Vol. 6: *História das Instituições e Pensamento Político. 1930 – c. 1957*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989, p. 295-520: 375-442; SÁ, A. Moreira de, ed. – *Primórdios da Cultura Portuguesa. Arquivos de História da Cultura Portuguesa*. 1: 1 (1966) et 2: 1 (1968); CAEIRO, Francisco da Gama – *As Escolas Capitulares no primeiro século da Nacionalidade Portuguesa. Arquivos de História da Cultura Portuguesa*. 1: 2 (1966); IDEM – *A organização do ensino em Portugal no período anterior à fundação da Universidade. Arquivos de História da Cultura Portuguesa*. 2: 3 (1968); COSTA, Marisa – *Ensino em Portugal na Idade Média: bibliografia*. In SEMANA DE ESTUDIOS MEDIEVALES, 10a, Nájera, 1999 – *La enseñanza en la Edad Media: 10 Semana de Estudios Medievales*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, p. 507-520.

propos, les dispositions de Latran de 1179 ont été appliquées, comme l'on a constaté, dans les diocèses du Portugal. Il en est de même pour les définitions du IV^e concile de Latran, de 1215. Le fonctionnement obligatoire d'unités scolaires également dans les collégiales, du moins dans les cas des plus riches, est encore attesté à l'église de Sainte Marie de l'Oliveira de Guimarães, en 1229, lorsqu'elle a attiré l'attention du légat pontifical dom Jean, évêque de Sabine. Il a laissé une législation sur cette matière non seulement pour Guimarães, mais aussi pour la cathédrale de Coïmbre: "*Magister scholarum autem in gramatica doceat aut magistrum inveniat et ad hoc per subtractionem beneficii pertinentis ad magisterium compellatur*"³⁶.

L'exercice notarial de quelques-uns de ces "*pueruli*" ou élèves-prémices des écoles cathédrales portugaises, notamment à Braga ou à Coïmbre, révèle le haut niveau de formation qui les caractérisait. Avelino de Jesus da Costa donne l'exemple de l'élève *Honorigo Viliamondes* ou *Guilhamondes*, un notaire de Braga auteur d'actes particularisés par l'emploi, vers la fin de la décennie de 1070, d'une élégante écriture wisigothique ronde de transition, d'un fort sens de la mise en page et d'une rédaction en latin médiéval correct, utilisant des «formules longues et prolixes» et composant «le texte des documents avec beaucoup de clauses». Toutes ces qualités l'ont conduit au service de la chancellerie du comte Henri de Bourgogne et de sa femme, Thérèse³⁷.

L'établissement de l'université au Portugal, définitivement affirmé en 1290 grâce à la conjugaison des interventions royale et pontificale, vint de toute façon ouvrir une nouvelle plate-forme d'accès à la connaissance érudite, la rendant plus accessible à tout le clergé national. Le clergé séculier portugais n'a pas été écarté du processus qui a mené à la création du *studium generale* national, bien que le «dom» abbé d'Alcobaça et le «dom» grand prieur de Sainte-Croix de Coïmbre y aient joué des rôles majeurs, car – et pour autant que l'on puisse savoir – ce cloître universitaire aurait toujours été majoritairement fréquenté par des clercs séculiers, non réguliers; une situation où, au niveau du cadre enseignant de l'université nationale, surtout pendant les XIV^e et XV^e siècles – quoique déjà hors de la chronologie considérée dans cette rencontre –, le poids des *magistri*, spécialement mendiants, se révélerait évident³⁸.

Une bonne partie du clergé portugais plus entreprenant recourait au *studium generale* national ou à d'autres étrangers – celui de Salamanque occupant le premier rang – pour obtenir la *licencia docendi* ou tout simplement pour

³⁶ COSTA – *O Bispo D. Pedro*, vol. 2, p. 454-455.

³⁷ COSTA – *O Bispo D. Pedro*, vol. 2, p. 314.

³⁸ *HISTÓRIA da Universidade em Portugal*. 1^o Vol., tomo 1: 1290-1536. Lisboa: Universidade de Coimbra; Fund. Calouste Gulbenkian, 1997; OLIVEIRA, António Resende de – Os primórdios da Universidade. In *NOVA História de Portugal*. Vol. 3: *Portugal em definição de fronteiras*, p. 651-654.

consolider et développer les savoirs dont ses membres avaient besoin. En général, les évêques soutenaient et incitaient la tendance vers la culture universitaire et érudite de ce clergé, mais parfois la hiérarchie se voyait contrainte à imposer des limites à l'envie de nombreux chanoines de s'absenter de leurs cathédrales sous prétexte «d'aller aux études». En 1291, les capitulaires diocésains de Coïmbre se manifestent contre la pression qu'ils ressentaient pour accepter l'octroi de prébendes de leur diocèse en faveur de chanoines absentéistes et étrangers, notamment un Maître Henri de *Labro*, chapelain papal, dont la présentation ici était contestée, vu que le chapitre reconnaissait subvenir aux besoins de huit chanoines à l'*Estudo*, dont deux absents au service de l'ordinaire "*in remotis*", auxquels venaient s'ajouter dix autres compagnons absentéistes, nuisant ainsi aux activités pastorales. En 1293, le doyen et le chapitre de cette cathédrale étaient d'accord pour ne pas réduire les prébendes aux chanoines qui s'absentaient pendant longues périodes pour fréquenter un "*studium litterarum*" ou pour rendre service à l'évêque, au chapitre, à la curie romaine ou au roi, étant néanmoins obligés de se faire remplacer³⁹.

Souvent d'ailleurs les *studia generalia* sont fréquentés par des clercs ordonnés et aptes au ministère sacerdotal. L'initiative pieuse de dom Domingos Eanes Jardo (1289-1293), évêque de Lisbonne, de fonder l'Hôpital des saints Paul, Éloi et Clément, sis à la paroisse de Saint-Barthélemy, constitue un bon exemple. Dans les statuts de cette institution, l'évêque détermine qui y seraient admis et sustentés, pendant des périodes quinquennales, six clercs pauvres assignés aux études supérieures, deux de droit canonique et théologie, et quatre pour apprendre grammaire, logique, philosophie naturelle ou médecine. Ces étudiants clercs avaient l'autorisation, et même la charge, de prêcher, d'écouter des confessions et de célébrer les offices divins⁴⁰.

La rédaction de vies de prélats fondateurs et de saints protecteurs de tradition locale atteste la tradition littéraire dans les chapitres diocésains. La *Vita Sancti Geraldi*, dont le protagoniste a été archevêque de Braga, a été écrite par le chanoine Hugo, avant de monter sur la chaire de Porto, où il a été évêque entre 1121 et 1136. J'ai soutenu – et je maintiens ici ma conviction – que la *Vita Sancti Martini Sauriensis* correspondra au texte produit, environ 1140-1150, au *scriptorium* de la cathédrale de Coïmbre, une hagiographie qui a connu un franc succès parmi les membres du clergé culte de cette ville, ce qui lui a valu d'être lancée en tant que leçon textuelle intercalée dans les folios du *Livro Santo* – déjà à une époque tardive –, qui, d'après les caractéristiques paléographiques et

³⁹ GOMES, Saul António – *Escolares e Universidade na Coimbra Medieval*, p. 509-531.

⁴⁰ *CHARTULARIUM Universitatis Portugalensium*. Dir. A. Moreira de Sá. Vol. 1. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1966, docs. 8, 13 e 14, p. 16-20 e 26-29.

codicologiques de cette copie, devrait se situer, selon nous, dans le dernier quart du XII^e siècle⁴¹.

L'épigramme à la prise d'Alcácer do Sal, qui date de 1217, a été écrite par Soeiro *Gosuino*, un protégé de l'évêque de Lisbonne, dom Soeiro Viegas, à qui il aura dédié ce poème laudatif⁴². Dom Soeiro Viegas fut un évêque qui a beaucoup voyagé, qui a participé au IV^e concile de Latran, de 1215, qui a été chapelain pontifical et aussi curial du roi Alphonse II, à la mort de qui il aurait assisté⁴³. De même, on lui doit le recueil soigné des éléments de la biographie de saint Antoine de Lisbonne, qu'il a envoyé en l'Italie, pour informer l'hagiographie dédiée à ce saint par les Frères Mineurs⁴⁴. La tradition considère, encore, qu'un autre évêque d'Évora entre 1267 et 1283, dom Durando Pais, est l'auteur d'un commentaire au texte aristotélicien *De Economia*⁴⁵.

Il n'a pas été le seul évêque intellectuel du XIII^e siècle portugais. Quelques actes diplomatiques de maître dom Vicente, évêque de Guarda et chancelier royal, sont remarquables par leur expression littéraire. On cite encore dom Egas, prélat de Viseu (1289-1313), qui nous a laissé une œuvre de droit canonique significative⁴⁶. En général, les bibliothèques des cathédrales et des monastères augustiniens portugaises de ces siècles-là sont notables, se distinguant, par le nombre et la diversité de titres – qui traduisent, avant tout, une attitude de capitalisation ou d'un bon investissement financier dans des biens culturels toujours lucratifs –, celles de dom Miguel Salomão (1176) et de dom Egas Fafes (1267), évêques de Coïmbre⁴⁷, ou celle de dom Vicente Mendes, évêque de Porto, décédé en 1296⁴⁸.

En 1188, l'inventaire du trésor de la cathédrale de Viseu, menée à bien par le trésorier dom Soeiro Mendes, énumère le "*thesaurus uetero*" et le "*thesauro nouo*" qui venait du mécénat, "*cum adjutorio Dei*", de l'évêque de la ville, dom João Peres (1179-1192). Ce vieux trésor comptait une «bibliothèque» en deux

⁴¹ GOMES, Saul António – *In limine conscriptionis: documentos, chancelaria e cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra: séculos XII a XIV*. Vol. 1. Coimbra, 2000, p. 464, note 232. Mémoire de Doctorat en Histoire: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

⁴² CUNHA – *Historia Ecclesiastica*, fol. 116v-118v.

⁴³ CUNHA – *Historia Ecclesiastica*, fol. 120-121, 129-132v.

⁴⁴ "*Denique non nulla scribo, que oculis ipse non uidi, domno tamen Sugerio secundo, ulixbonensi episcopo, et aliis uiris catholicis referentiobus ipsa cognoui.*" (Vita Sancti Antonii. In *Portugaliae Monumenta Historica — Scriptores*. Vol. 1. Lisboa: Real Academia das Sciencias de Lisboa, 1856, p. 116-130: 116).

⁴⁵ Cf. AMZALAK, Moses Bensabat – *D. Durando Pais e o seu comentário ao tratado "Da Economia" atribuído a Aristóteles*. Lisboa: Academia das Ciências, 1955.

⁴⁶ GARCÍA Y GARCÍA, A. – Fastos e nefastos de la 'Summa de libertate ecclesiastica' de Don Egas de Viseu. *Revista de História das Ideias*. 22 (2001) 71-96.

⁴⁷ COSTA, Avelino de Jesus da – *A Biblioteca e o Tesouro da Sé de Coimbra nos Séculos XI a XVI*. Coimbra: Biblioteca geral da Universidade de Coimbra, 1983, p. 3-74.

⁴⁸ *CENSUAL do Cabido da Sé do Porto*. Dir. João Grave. Porto: Imprensa Portuguesa, 1924.

volumes, un *Comicum* ou lectionnaire, un *Moralium* (certainement l'*Excerptio Moraliu* avec les commentaires de Grégoire le Grand au Livre de Job), un antiphonaire, deux livres d'office, un *Flores Martyrum*, un évangélaire, un épistolaire, un missel, un coutumier et deux processionnels. Un total de quinze volumes pour douze titres. Significativement, l'évêque référé a ajouté à ce fond deux nouveaux sacramentaux, deux évangélaire, deux épistolaires, deux livres d'office, un bréviaire en deux volumes, un psautier, un passionnaire, des *Sentencias* (de Pierre Lombard), des décrets (de Gratien), un bon missel "*misticu*" et trois volumes "*de biblioteca noua*", c'est-à-dire une bible grande ou d'apparat. Ainsi, la bibliothèque de Viseu possédait, en 1188, trente trois volumes pour vingt trois titres ou œuvres. Son importance ne dépend pas, en tout cas, de la quantité mais plutôt de l'offre concrète. Les cathédrales d'Europe comme celle de Pistoia comptait cinquante trois volumes à la fin du XII^e siècle; cinquante six celle de Trévise, en 1135; et treize celle de Vercelli, au milieu du même siècle. Il faut encore souligner l'introduction de la matière juridique canonique par initiative du susdit évêque, de même que la nouveauté du «bréviaire»⁴⁹.

À cet égard, il faut valoriser les bibliothèques médiévales des cathédrales de Coïmbre et de Braga – desquelles nous sont parvenus des inventaires – en tant que centres de lecture et de formation pour les clercs qui venaient y chercher les livres disponibles⁵⁰. Nous défendons également la plausibilité selon laquelle la bibliothèque de la cathédrale de Coïmbre aurait servi aux universitaires qui ont fréquenté le *studium generale* lorsqu'il fonctionnait dans la ville. De même, il faut admettre que, à Lisbonne aussi, la cathédrale a offert d'identiques opportunités de lecture et d'étude.

Toutefois, les figures les plus importantes de la vie culturelle portugaise et européenne se sont révélées au XIII^e siècle, comme ce fut le cas du frère Antoine de Lisbonne, dont l'éducation – il ne faut pas oublier – commence à l'école épiscopale de cette ville⁵¹, et le cas de Pedro Julião ou *Hispano*, l'illustre pape Jean XXI, victime d'un accident au palais pontifical de Viterbe la nuit du 14 mai 1277, succombant quelques jours après. De son œuvre considérable on souligne les *Summulae logicales*, un compendium de logique scolastique-universitaire en

⁴⁹ GOMES, Saul António – Livros e alfaias litúrgicas do tesouro da Sé de Viseu em 1188. *Hvmanitas*. 54 (2002) 269-281.

⁵⁰ COSTA – *A Biblioteca e o Tesouro da Sé de Coimbra*; IDEM – *A Biblioteca e o tesouro da Sé de Braga nos séculos XV a XVIII*. Braga: [s.n.], 1984.

⁵¹ ANTÓNIO, Santo – *Obras Completas: sermões dominicais e festivos*. Ed. Henrique Pinto Rema. 2 Vols. Porto: Ed. Lello & Irmão, 1987; CAEIRO, Francisco da Gama – *Santo António de Lisboa*. Vol. 1: *Introdução ao estudo da obra antoniana*; Vol. 2: *Textos*. Lisboa: [Ed. de l'Auteur], 1967-1969; IDEM – *Santo António de Lisboa*. Lisboa: Ed. Verbo, 1990; IDEM – *Dispersos*. Vol. 1: Lisboa. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.

douze traités, et, encore, le *Thesaurus pauperum*, où le savoir médical médiéval se laisse imprégner de notions astrologiques et souvent superstitieuses⁵².

Dans le cadre du droit canonique portugais, dont la période d'épanouissement correspond aux XIII^e et XIV^e siècles – et qui a mérité un étude attentive des professeurs A. de Sousa Costa⁵³ et A. García y García⁵⁴ –, se distinguent les figures de Vicente Hispano et de João de Deus, tous deux des intellectuels en rapport avec le cloître universitaire de Bologne. Ce sera dans cet aréopage intellectuel, tout comme dans celui de Salamanque, que s'affirmeront ces clercs et intellectuels, à un moment où le *studium generale*, ou université, n'avait pas encore été fondé au Portugal. Les gloses de Vicente Hispano ont été incorporées dans les *Apparatus* de Tancredo de Bologne, dans les premières trois *Compilações Antigas*. On sait qu'il existe aussi une *Lectura in Librum Extra*, dans les folios 1 à 282 du MS 30, de la Bibliothèque Nationale de Madrid.

De l'œuvre de João de Deus on connaît un *Breviarum decretorum* (univ. Salamanque – MS 1917), un manuscrit qui pourrait avoir fait partie de l'*armarium* de la collégiale de Guimarães, car il contient dans le folio 3v^o une supplique rédigée par le chantre et le chapitre de cette église. Dans la bibliothèque de l'université de Salamanque il y a encore sept autres œuvres du clerc susdit, répartis en cinq livres manuscrits. Sont encore de lui, quoique perdus en partie, un *Libellus de dispensationibus*, un *Liber iudiciarius in quatuor partes* – certainement la même œuvre qui s'intitule *De iudiciis libri quatuor* –, un *Liber ponitentiarius*, un *Liber quaestionum*, un *Liber cavillationum*, un

⁵² Cf. ANTUNES, José – *A Cultura Erudita Portuguesa nos Séculos XIII e XIV: Juristas e Teólogos*. Coimbra, 1995. Mémoire de Doctorat en Histoire: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; IDEM – Testemunhos dos historiadores contemporâneos de Pedro Hispano, o Papa João XXI. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 1 (2001) 213-222; GOMES, Saul António – Il Pontificato di Giovanni XXI alla luce delle sue bolle. In *A IGREJA e o Clero Português no contexto europeu*, p. 139-149; MEIRINHOS, José Francisco – O papa João XXI e a ciência do seu tempo. In *A APOLOGIA do Latim: in Honorem Dr. Miguel Pinto de Meneses (1917-2004)*. Coord. Manuel Cadafaz de Matos. Vol. 1. Lisboa: Ed. Távola Redonda, 2005, p. 129-171.

⁵³ COSTA, A. Domingues de Sousa – *Doutrina Penitencial do Canonista João de Deus*. Braga: Ed. Franciscana, 1956; IDEM – *Mestre Silvestre e Mestre Vicente, juristas da contenda entre D. Afonso II e suas irmãs*. Braga: Ed. Franciscana, 1963, p. 495-575; IDEM – *Animadversiones Criticae in Vitam et Opera Canonistae Ioannis de Deo*^o. Roma, 1958; IDEM – *Theologia et Ius Canonicum iuxta Canonistam Alvarum Pelagii*^o, in *Acta Conventus Internationalis Canonistarum*, Roma, 1970, p. 39-50; IDEM – Redacções do 'Liber dispensationum' e da 'Summula super decimis ecclesiasticis' do canonista João de Deus". *Revista Portuguesa de História*. 13 (1971) 269-297; IDEM – Posizione di Giovanni di Dio, Andrea Dias de Escobar e altri canonisti sulla funzione sociale delle decime. In *MONUMENTA Iuris Canonici*. Serie C: *Subsidia*. Vol. 5. Città del Vaticano: Biblioteca Apostolica Vaticana, 1976, p. 411-466; IDEM – À volta da edição do 'Apparatus in Concilium Quartum Lateranense' de Mestre Vicente Hispano. *Antonianum*. Roma. 56 (1981) 815-831; IDEM – Presenza di Alessandro di Hales e di Vicentius Hispanus al I Concilio di Lione. *Antonianum*. Roma. 59 (1984) 71-218.

⁵⁴ GARCIA Y GARCIA, A. – Proyeccion de la Canonística portuguesa medieval en España. In IDEM – *IGLESIA, Sociedad y Derecho*. Salamanca: Universidad Pontificia de Salamanca, 1985, p. 99-115.

commentaire aux *Causae haereticorum* et un autre sur les *Casus decretalium*, entre autres manuscrits référencés⁵⁵.

Dom Egas, évêque de Viseu entre 1288 et 1313, fut aussi une figure importante, auteur d'une *Summa de libertate ecclesiastica*, texte rédigé, selon García y García, vers 1311⁵⁶. On ne peut manquer de rapprocher cette œuvre avec le dialogue difficile entre la Couronne portugaise et l'Église justement sous le règne du roi Denis. À son tour, João de Idanha ou de Guarda (*Iohannes Egitanensis*) a écrit un commentaire ou lecture *in arborem actionis* – aujourd'hui perdu – et une *Lectura arborum consanguinitatis et affinitatis*, et ceci si ces deux titres ne correspondent pas à une même œuvre.

Après les remarques exposées, on pourra soutenir que, aux XII^e et XIII^e siècles, l'élite intellectuelle du clergé séculier portugais ne se différenciait pas, en substance, des tendances qui caractérisaient les clercs et les intellectuels du reste de l'Europe. Ils ont participé à la vie d'universités comme celles de Bologne, Salamanque et Paris, puisqu'ils valorisaient particulièrement les savoirs juridiques qui ont attiré le plus d'étudiants et *auctores* canoniques ou commentateurs portugais. Quelques-uns ont surtout été au service du pouvoir royal; d'autres se sont réfugiés dans la *libertas* offerte par les *studia generalia*; d'autres, encore, se sont déviés de leur parcours de clercs diocésains éminents entrant dans des cloîtres réguliers. Comme exemples, on peut mentionner dom Gonçalo, évêque de Viseu (1166?-1169) entré dans la communauté cistercienne d'Alcobaça; dom Miguel Pais Salomão, évêque de Coïmbre entré à Sainte-Croix de cette ville; ou dom Fernão Peres, doyen de Lisbonne qui viendrait prendre l'habit dominicain à Santarém pour, après, patronner un nouveau monastère cistercien aux alentours de Coïmbre⁵⁷.

Pour certaines vocations de clercs séculiers, le sacerdoce *ad gentes* et l'activité pastorale paroissiale ou diocésaine se sont révélés insuffisants pour répondre à leur sensibilité mystique et ascétique. Il faut remarquer que le parcours inverse a peut-être été plus courant, si on considère le nombre d'évêques et, sûrement, d'autres dignitaires capitulaires diocésains qui les ont accompagnés. Notamment pendant la période qui se situe, plus ou moins, entre 1140 et 1240, ces clercs sortiraient des cloîtres réguliers, bien spécialement des communautés

⁵⁵ GARCIA Y GARCIA – Proyeccion de la Canonística portuguesa, *cit.*, p. 99-115.

⁵⁶ IDEM – Fastos e nefastos de la 'Summa de libertate ecclesiastica', p. 71-96.

⁵⁷ GUERRA, António Joaquim Ribeiro – O Escriba 'Fratr Gonsalvus et Uisensis Dictus Episcopus' – Alcobaça, Ano de 1176. In CONGRESO INTERNACIONAL SOBRE SAN BERNARDO E O CISTER EN GALICIA E PORTUGAL, Ourense, 1991 – *Actas*. Vol. 1. Ourense: Monasterio de Oseira, 1992, p. 477-485; MORUJÃO – *A Sé de Coimbra*, p. 91-97; CUNHA – *Historia Ecclesiastica*, fol. 110v-111; SANTOS, Maria José Azevedo – *Vida e morte de um mosteiro Cisterciense: S. Paulo de Almaviza, séculos XIII-XVI*. Lisboa: Colibri, 1997.

augustiniennes, pour occuper des charges et fonctions séculières, emportant avec eux des modèles spirituels, des pratiques liturgiques et des sensibilités dévotionnelles épurées dans ces milieux. Les clunisiens l'avaient déjà fait, à l'aube du XII^e siècle, comme on peut le constater à Braga, d'abord avec ses prélats saint Geraldo et dom Maurício Burdino, remplacés ensuite par l'offre de chanoines réguliers de Saint-Augustin et, encore après, par la promotion de mendiants à l'épiscopat⁵⁸.

Toutes ces générations de clercs séculiers qui ont occupé des places en vue ou dignitaires dans des cathédrales et collégiales, au long de leurs parcours et itinéraires ecclésiastiques, démontrent fort bien que la formation culturelle et intellectuelle du clergé portugais était régie par un dynamisme complexe dans lequel toute la *societas christiana* se reflétait, malgré l'argumentation *quodlibetica* et compréhensible entre les rangs d'évêques et de prêtres, par laquelle ils ont toujours affermi leur juridiction propre et privilégiée, séparée du monde mais d'aucune façon libérée des références d'une vie séculaire qui l'imposaient en tant que clergé administrateur de ministères sacramentaux et sacrificiels, ainsi qu'en tant que clergé responsable de la gestion des conflits sociaux qui ne pouvaient être annulés ou résolus qu'au forum tribunitien de la Loi.

⁵⁸ ALMEIDA – *História da Igreja em Portugal*, p. 263-278.



OS TESTAMENTOS DO CLERO DE COIMBRA: DOS INDIVÍDUOS ÀS REDES SOCIAIS

MARIA HELENA DA CRUZ COELHO
MARIA DO ROSÁRIO BARBOSA MORUJÃO

Este trabalho tem por base os testamentos lavrados por raçoeiros, cónegos, dignidades e bispos da Sé de Coimbra entre 1104 e 1324, e constitui uma primeira abordagem destas fontes de extraordinária riqueza informativa. Escritos quando a morte se aproximava (na maioria dos casos faltando menos de um mês para o falecimento), eram sem dúvida longamente pensados antes dos últimos momentos, como se percebe pela sua análise diplomática. Os testamentos fornecem-nos dados preciosos raramente patentes noutro tipo de documentação e que, na verdade, mais do que à morte motivadora da sua elaboração, dizem respeito à vida dos seus autores. Na análise levada a cabo deu-se especial relevo às cláusulas respeitantes à escolha do lugar de sepultura, aos destinatários dos legados pios e aos bens que os compõem, para através delas se conseguir uma maior aproximação aos testadores não só como indivíduos singulares, mas também enquanto membros de redes de sociabilidade e solidariedade.

THE WILLS OF THE ECCLESIASTICS OF COIMBRA: FROM INDIVIDUAL TO SOCIAL NETWORKS

MARIA HELENA DA CRUZ COELHO
MARIA DO ROSÁRIO BARBOSA MORUJÃO

This study is based on the wills written by priests, canons, dignities and bishops at the Coimbra See between 1104 and 1324 and is a first approach to extraordinarily rich sources of historical information. Written as death was looming - in the majority of cases less than a month before actually passing away - the wills clearly show that they were the subject of lengthy consideration given the diplomatic analysis therein contained. They endow us with valuable data, rarely extant in other types of documentation, which, in practice, enlighten us much more with elements concerning their lives than with the awaiting future of the soul. The analysis undertaken focused especially on those clauses dealing with the choice of a burial site, the recipients of bequests and the worldly possessions contained in the wills. This served to generate a far greater understanding of the writers of the wills, not only as singular individuals but also as conscious members of wider social networks and their respective solidarities.

LES TESTAMENTS DU CLERGÉ DE COIMBRA: DES INDIVIDUS AUX RÉSEAUX SOCIAUX

MARIA HELENA DA CRUZ COELHO*

MARIA DO ROSÁRIO BARBOSA MORUJÃO**

1. Le testament, de longue tradition juridique romaine, a été assimilé par l'Église, en tant que principale héritière du legs romaniste. On assurait grâce à lui que tous les chrétiens investiraient une partie de leurs dépenses terriennes dans la préparation de la vie dans l'au-delà. Ainsi, chaque homme, dans la pleine jouissance de ses facultés, devait disposer d'une partie de ses biens pour le suffrage de son âme. Et le clergé, intermédiaire entre l'homme et Dieu, serait l'exécuteur privilégié de ces rogations, percevant donc la plupart des profits qui leur étaient destinés.

Le droit canonique, qui a proliféré en législation pendant les XIII^e et XIV^e siècles, a été bien accepté par les fidèles dans ces temps de primauté du spirituel sur le temporel. Et tous les hommes qui disposaient de quelques richesses essayaient de faire rédiger leurs testaments quand ils sentaient leur vie en danger ou la proximité de la mort. Le nombre de testaments s'accroît de façon significative pendant le XIII^e siècle, à partir du moment où les chrétiens commencent à croire que les suffrages des vivants peuvent sauver les âmes des morts qui se purifiaient dans le purgatoire.

Le passage de la vie à la mort, la vigile et la procession funèbre, la sépulture et les messes et prières pour l'âme du défunt y étaient soigneusement spécifiés. Non moins l'étaient les déterminations concernant les rapports avec les familiers, les *clientuli* et les serviteurs qui restaient en vie.

Enfin, c'est de la vie – et pas tellement de la mort – que les testaments nous parlent. La vie de ceux qui s'acheminent vers la Cité de Dieu. La vie de ceux qui pèrègrinent encore dans la Cité des Hommes. Cherchant, entre les deux, des liens de cohésion bénéfique, de fraternité et de communion.

Parce que le temps est court, nous ne nous attarderons pas dans l'analyse des clauses de suffrage des testaments. Nous porterons notre attention sur les

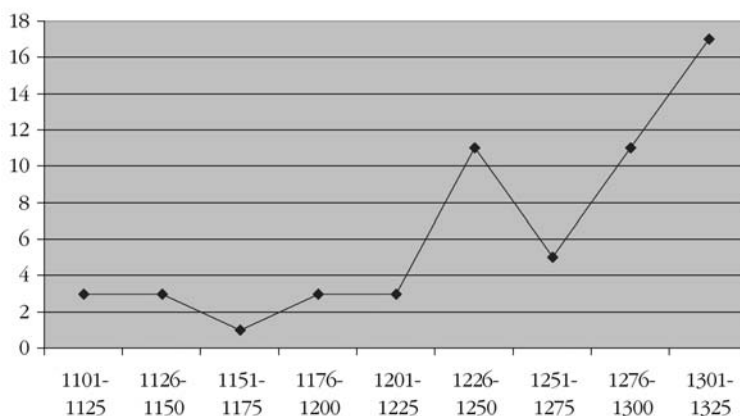
* Universidade de Coimbra. Chercheur du projet *Fasti Ecclesiae Portugaliae*.

** Universidade de Coimbra. Chercheur du projet *Fasti Ecclesiae Portugaliae*.

parcours de vie des prélats, dignitaires et chanoines de la cathédrale de Coimbra, révélés aussi par ces documents¹.

Le travail que nous présentons se base sur cinquante sept testaments élaborés par des portionnaires, des chanoines, des dignités et des évêques de la cathédrale de Coimbra entre 1104 et 1324, selon un rythme variable qui tend clairement à la croissance, comme on peut voir sur le graphique n° 1.

Graphique n° 1 – Numéro et distribution chronologique des testaments



Peu significatif au XII^e siècle, leur nombre s'accroît entre 1226 et 1250 pour diminuer dans le quart de siècle suivant, recommençant à monter à partir de 1276 pour ne plus cesser d'augmenter, présentant dans le premier quart du XIV^e siècle le nombre le plus élevé.

2. L'étude des testaments produits par le clergé de la cathédrale coïmbraise au long de plus de 200 années nous permet d'observer l'évolution subie par ce genre de document dans la longue durée. En ce qui concerne le contenu, il y a des différences évidentes entre les testaments du XII^e siècle, quiregistrent presque

¹ Dans le dessein de ne pas allonger le texte, nous avons été très synthétiques dans les notes, nous limitant à indiquer les œuvres basilaires sur ce sujet et à faire référence aux sources et travaux où nous avons puisé les données présentées. À la fin du travail se trouve une liste des testaments étudiés, qui nous permet de remettre les citations aux numéros, évitant ainsi de rendre les notes trop longues. La bibliographie sur les testaments dans le Portugal médiéval n'est pas abondante; les principales œuvres sont: BEIRANTE, Maria Ângela – Para a história da morte em Portugal. In *ESTUDOS de História de Portugal: homenagem a A. H. de Oliveira Marques*. Vol. 1. Lisboa: Ed. Estampa, 1982, p. 357-383; VILAR, Herminia Vasconcelos – *A vivência da morte no Portugal medieval: a Estremadura portuguesa (1300 a 1500)*. Redondo: Patrimonia Historica, 1995; *O REINO dos mortos na Idade Média peninsular*. Dir. José Mattoso. Lisboa: Ed. Sá da Costa, 1996; CARVALHO, Elisa Maria Domingues da Costa – *A morte do alto clero bracarense (séculos XII a XV)*. Braga: Universidade do Minho, 1999.

exclusivement les donations à la cathédrale, et ceux élaborés à partir de la fin de ce siècle, toujours plus détaillés et complexes, jusqu'à se figer vers le dernier quart du XIII^e siècle dans un ensemble de clauses concernant tout d'abord le destin choisi pour le corps, les cérémonies funèbres et de suffrage, les legs de nature variée, parfois aussi une liste des dettes du testateur et, finalement, l'indication des exécuteurs testamentaires.

Cette évolution et typification du contenu a été accompagnée (et conditionnée) par une autre qui concerne la forme des testaments. Sans procéder à une analyse diplomatique détaillée, nous pouvons tout de même signaler quelques aspects qui se rapportent à la *fides publica* qui pouvait leur être reconnue, ce qui est d'autant plus important qu'il s'agit de documents qui, par leur nature même, ne seront du domaine public que quand leur auteur ne sera plus en vie pour confirmer leur contenu. Jusqu'à 1200 les testaments étudiés présentent des caractéristiques formulaires semblables à celles des autres chartes de la même époque écrites par des clercs notaires, avec un escathocole introduit par la corroboration et validées majoritairement par des souscriptions et des signes cruciformes².

Toutefois, des changements se font sentir à partir des années vingt du XIII^e siècle. Jusqu'au début de la décennie de 1240, neuf testaments³ se présentent comme de simples cédulas (*cedulas* en latin), en général sans validation (exception faite à deux chirographes⁴ et à deux autres testaments qui portent des listes de témoins⁵) et sans avoir un protocole final qui rende évidente la fin du dispositif et confère au document les caractéristiques d'un acte écrit authentique. Parfois, leur aspect est peu soigné, ressemblant à des brouillons pleins d'interlinéations, rayures et additions, qui passent en quelques cas au verso du parchemin. Le meilleur exemple est le testament du chanoine Johannes Dominici, daté de 1240⁶.

Ces testaments dépourvus de formalités documentaires ont rapidement disparu. L'usage du sceau comme procès de validation exigé pour que l'authenticité des actes fût reconnue s'imposait de plus en plus, ainsi que la rédaction des documents selon des règles que le notariat public, créé par le roi Alphonse II, aidait à diffuser. De 1242 en avant, les testaments recommencent à inclure une corroboration, un escathocole et des formes de validation, normalement le sceau du testateur, parfois accompagné de celui du chapitre ou de l'évêque⁷.

² Testaments n° 1 à 10.

³ Testaments n° 11 à 19.

⁴ Testaments n° 14 et 16 (remarquons que tous les deux appartiennent au chantage Johannes Johannis).

⁵ Testaments n° 15 et 19.

⁶ Testament n° 18.

⁷ Les premiers testaments scellés du sceau des testateurs sont les n° 22 à 24. Le n° 25 porte non seulement le sceau de l'auteur, mais aussi celui de l'évêque de Coimbra. Sur le testament n° 42 ont été apposés le sceau de l'écolâtre Johannes Petri et celui du chapitre.

L'implantation définitive du notariat, pendant le règne d'Alphonse III, a mené à ce que la majorité des testaments soit écrite par des notaires royaux à partir de 1260, portant comme principal procès de validation leur seing personnel⁸. Ceux qui n'ont pas sorti de leurs mains ont été élaborés, il nous semble, par la chancellerie de la cathédrale et portent des sceaux⁹.

3. Cependant, les testaments continuaient à passer par un état initial dépourvu de formalismes, duquel le témoin nous est parfois parvenu. Comparant la date d'élaboration des testaments avec celle de la mort des testateurs (connue en 88% des cas), nous pouvons estimer combien de temps s'est écoulé entre ces deux moments en plus de la moitié des cas étudiés.

Tableau n° 1 – Temps écoulé entre le testament et la mort

Temps	N° de testaments	%
< 1 mois	17	52%
1 à 6 mois	8	24%
6 à 12 mois	0	0%
> 1 an	8	24%
Total	33	100%

En 76% des cas pour lesquels nous possédons des informations, le temps découlé entre l'élaboration des testaments et la mort n'a pas dépassé les six mois; dans plus de la moitié il a été inférieur à 10 jours, un des testaments ayant été écrit le jour même où le clerc est décédé¹⁰.

Nous ne croyons pas cependant que ces hommes de religion n'aient pensé au destin à donner à leurs corps et âmes qu'avant les derniers jours de leurs vies. La préexistence d'un texte écrit qui devait servir de base à la rédaction du testament quand la mort était proche est clairement prouvée dans le cas du portionnaire Rodericus Dominici. Le 22 juillet 1306, étant "malade de maladie qui était mort naturelle", il a demandé à deux notaires de Coimbra d'aller chez lui pour "faire et ordonner son testament selon sa dernière volonté"¹¹. Ils l'ont trouvé déjà mort et n'ont donc pas pu accomplir leur mission; cependant, le testament existait, mais

⁸ Testaments n° 26, 28, 30, 34, 36, 37, 39, 43, 45, 46, 48, 49, 51, 53, 54, 55 et 57.

⁹ C'est le cas indubitable du testament n° 56, de l'évêque Raymundus Ebrardi, mis par écrit par son *scriptor juratus* et scellé du sceau épiscopal. Pour les autres cas, il faudrait une analyse attentive des chartes et la comparaison avec les documents que nous savons avoir été produits dans la chancellerie de la cathédrale.

¹⁰ Testament n° 42, de l'écolâtre Johannes Petri, décédé en 1301 novembre, 16 (cf. *LIBER Anniversariorum Ecclesiae Cathedralis Colimbriensis (Livro das Kalendas = LK)*. Éd. critique de Pierre David et Torquato Sousa Soares. 2 vols. Coimbra, 1947-1948, 16 Kal. décembre).

¹¹ IAN/TT, *Sé de Coimbra*, 2^a inc., m. 92, n° 4425. Nous traduisons du portugais médiéval.

sous la forme d'un simple *scriptum* qui a été présenté au chapitre de la cathédrale par les deux exécuteurs testamentaires du décédé le jour après sa mort, et on en a fait une copie authentiquée (*publica forma*) qui nous est parvenue¹². Ce texte ne présentait pas de date ni annonçait aucun procédé de validation; pour qu'on pût reconnaître en lui le vrai énoncé des dernières volontés du clerc il a fallu une déclaration des exécuteurs testamentaires qui l'avaient apporté au chapitre et le témoignage sous serment d'autres ecclésiastiques qui avaient assisté à sa rédaction.

D'autres clercs, par contre, ont joui du temps nécessaire pour faire de leur testament un *publicum instrumentum*. C'est le cas du portionnaire Johannes Petri: le 1^{er} novembre 1323, il présenta au notaire de Coimbra Bartholomeus Petri un rouleau qu'il disait être son testament et déclara qu'il considérait vraies toutes les choses y contenues, auxquelles il joignit certaines déterminations finales; ensuite, le notaire élaborait l'instrument public¹³.

Si dans la plupart des cas l'intervalle de temps entre l'élaboration du testament et la mort a été inférieur à un mois, dans 24% il a excédé une année. Des moments de maladie pouvaient le justifier, ainsi que la perspective d'un voyage. Cette dernière fut vraisemblablement la raison qui mena en 1116 l'évêque Gundisalvus Pelagii à mettre par écrit ses dernières volontés¹⁴, onze ans avant son décès; en effet, nous savons que cette année-là il partit pour un long voyage qui l'a conduit à Rome et probablement aussi à Constantinople et à la Terre Sainte¹⁵.

4. Passons à l'identification des auteurs des testaments étudiés. Le tableau n° 2 montre que la plupart d'entre eux étaient des chanoines, des dignités du chapitre ayant écrit 28% des testaments, des évêques 9% et des portionnaires seulement 7%.

Tableau n° 2 – Catégorie ecclésiastique des testateurs

Catégorie	N° de testaments	%
Évêques	5	9%
Dignités	16	28%
Chanoines	32	56%
Portionnaires	4	7 %
Total	57	100%

¹² Testament n° 44.

¹³ Testament n° 55.

¹⁴ Testament n° 3.

¹⁵ Cf. MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra: a instituição e a chancelaria (1080-1318)*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2005, p. 79-80.

Nous ne pouvons pas calculer quelle proportion de l'univers total des chanoines de Coimbra ces numéros signifient; le même se passe quant aux portionnaires, mais au sujet de ceux-ci il faut dire qu'ils n'existaient pas dans le chapitre de la cathédrale avant 1232¹⁶, ce qui justifie sans doute en partie le moindre pourcentage qu'ils représentent dans l'ensemble des testateurs. Quant aux dignités et aux évêques, comme leurs noms nous sont connus d'une façon systématique pendant à peu près toute la période considérée¹⁷, nous pouvons tenter des calculs.

Ainsi, nous pouvons dire que les cinq évêques qui ont laissé testament correspondent à 28% des prélats coïmbrais de l'époque et que les 16 détenteurs de dignités ne sont qu'à peu près 16% de la centaine que nous connaissons, correspondant à 25% du total de doyens connus, 38% des chantres, 40% des écolâtres, 13% des trésoriers et pas plus de 4% des archidiaques.

Des prélats du XII^e siècle, un seulement nous a légué son testament: Gundisalvus Pelagii, évêque de Coimbra de 1109 à 1127, qui a été le principal responsable de l'introduction de la réforme grégorienne dans le diocèse¹⁸. Du XIII^e, nous n'avons qu'un aussi, celui de l'évêque Egeas Fafile, qui a présidé aux destins du diocèse de 1247 à 1267, année où il fut choisi par le pape pour présider à l'archidiocèse de Saint-Jacques de Compostelle¹⁹. Les évêques de Coimbra des années du XIV^e siècle inclus dans notre étude nous ont tous les trois légué leur testament: Petrus Martini, prélat de 1296 à 1301, issu d'une famille de la bourgeoisie mercantile de Coimbra, qui, après une carrière au service du roi non seulement comme clerc, mais aussi en tant que médecin et chancelier, fut récompensé tout d'abord avec l'épiscopat d'Évora, et puis avec celui de Coimbra²⁰; Stephanus Johannis Brochardus, qui était aussi au service du roi comme chancelier, charge qu'il a maintenu après son ascension à la chaire épiscopale, et qui avait commencé sa vie ecclésiastique dans la cathédrale de Lisbonne²¹; et finalement Raymundus Ebrardi, le premier évêque de ce nom, qui a gouverné le diocèse entre 1319 et 1324; il était venu au Portugal à la suite de la nomination de son oncle Aymericus Ebrardi comme évêque de Coimbra en 1279²².

¹⁶ Cf. MORUJÃO – *A Sé de Coimbra*, p. 247.

¹⁷ Cf. MORUJÃO – *A Sé de Coimbra*, p. 60 (tableau contenant la chronologie des épiscopats de 1080 à 1318), 61-175 (sur les évêques de la période mentionnée) et 210-243 (sur les dignités de la même période). Sur Raymundus Ebrardi, dont l'épiscopat se prolonge de 1319 à 1324, cf. MORUJÃO, Maria do Rosário – *La famille d'Ébrard et le clergé de Coimbra aux XIII^e et XIV^e siècles*. In *COLÓQUIO Internacional A Igreja e o clero português no contexto europeu*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2005, p. 75-91.

¹⁸ Testament n° 3. À son sujet, cf. MORUJÃO – *A Sé de Coimbra*, p. 74-80.

¹⁹ Testament n° 28. À son sujet cf. MORUJÃO – *A Sé de Coimbra*, p. 117-127.

²⁰ Testament n° 41. À son sujet cf. MORUJÃO – *A Sé de Coimbra*, p. 144-157.

²¹ Testament n° 48. À son sujet cf. MORUJÃO – *A Sé de Coimbra*, p. 162-175.

²² Testament n° 56. À son sujet cf. MORUJÃO – *A Sé de Coimbra*, p. 139 et *La famille d'Ébrard*, p. 81-85.

Des cinq doyens qui nous ont légué leur testament, faisons mention à Julianus Juliani, fils du célèbre chancelier royal Julianus Pelagii et neveu de son antécédent dans la dignité²³, et à Ferdinandus Suerii, qui bénéficia aussi de l'influence familiale pour atteindre cette charge, en tant que neveu de l'évêque Egeas Fafile²⁴. Les deux doyens du XIV^e siècle sont français et apparentés à l'évêque Aymericus Ebrardi²⁵.

Nous savons moins au sujet des autres dignités dont les testaments nous sont parvenus. Signalons Gundisalvus Gundisalvi, protagoniste d'un cumul de fonctions: il était simultanément chantre de Porto et de Coimbra²⁶; Petrus Martini, dont la carrière comme écolâtre eut la durée remarquable de plus d'un demi-siècle²⁷; et encore Johannes Dominici, trésorier, dont nous connaissons deux testaments, le premier desquels élaboré quand il était encore chanoine²⁸.

Quant aux chanoines, remarquons que les plus anciens n'ont pas d'élément identificatoire au-delà de leur prénom²⁹, ce qui rend impossible de suivre leurs traces dans la documentation à cause des homonymies. De quelques-uns d'entre eux nous connaissons le parcours dans le chapitre: normalement ils avaient été portionnaires avant de recevoir le canonicat³⁰; d'un seul, Johannes Gomecii, nous savons qu'il avait commencé comme clerc du chœur³¹. Le parcours de vie de Velascus Alfonsi est le plus rare: après avoir été chanoine, il se maria et fut «alcaide» de Coimbra jusqu'à la mort, survenue dans la même année de son testament, 1295³².

Des quatre portionnaires, signalons non seulement Rodericus Dominici, déjà mentionné à cause d'être mort avant que les notaires aient pu écrire son testament, mais aussi Johannes Petri, qui exerçait les fonctions de prébendier du chapitre³³.

5. La présentation sommaire que nous venons de faire fournit déjà de brefs renseignements sur des liens de parenté que les testaments révèlent et qui se

²³ Testament n° 24. À son sujet cf. MORUJÃO – *A Sé de Coimbra*, p. 215 et BRANCO, Maria João – *Poder real e eclesiástico: a evolução do conceito de soberania régia e a sua relação com a praxis política de Sancho I e Afonso II*. Vol. 1. Lisboa: Universidade Aberta, 1999, p. 522-526.

²⁴ Testament n° 35. À son sujet cf. MORUJÃO – *A Sé de Coimbra*, p. 215.

²⁵ Testaments n° 50 (de Guillelmus de Saint-Géry) et 52 (d'Aymericus de Crégol). À leur sujet, cf. MORUJÃO – *La famille d'Ebrard*, p. 81-82.

²⁶ Testament n° 32. À son sujet cf. MORUJÃO – *A Sé de Coimbra*, p. 220.

²⁷ Testament n° 31. À son sujet cf. MORUJÃO – *A Sé de Coimbra*, p. 225.

²⁸ Testaments n° 18 et 22. À son sujet cf. MORUJÃO – *A Sé de Coimbra*, p. 229.

²⁹ Testaments n° 1, 2, 4, 5 et 6.

³⁰ C'est le cas des auteurs des testaments n° 43, 49 et 57.

³¹ Testament n° 54.

³² Testament n° 37. Le testament est le seul document qui nous renseigne sur son passé de chanoine de la cathédrale.

³³ Testaments n° 44 et 55, respectivement.

joignent à ceux obtenus dans d'autres documents pour nous permettre de connaître un peu l'insertion familiale de 46 des testateurs.

Ces données nous montrent clairement que le népotisme était une pratique habituelle, liée à une stratégie bien définie suivie par des familles nobles ou de l'oligarchie urbaine pour placer quelques-uns de leurs membres dans le clergé du chapitre de la prestigieuse cathédrale de Coimbra.

En effet, dans leurs testaments, les clercs disent avoir des oncles, *patrui*, *avunculi*, *consanguinei*, ainsi que des *nepoti* ou *consoprini* qui sont membres du chapitre ou évêques du diocèse. Des nombreux exemples possibles, fixons notre attention dans deux cas spécialement significatifs.

Le premier est celui de l'évêque Egeas Fafile³⁴, dont la famille avait placé plusieurs membres dans la vie ecclésiastique. Dans sa génération, il n'était pas le seul clerc: il avait un frère qui était abbé du monastère de Refóios de Basto. Parmi ses nombreux neveux, il y avait plusieurs clercs, la plupart desquels contemplés par le prélat dans son testament. Les uns appartenaient au clergé séculier: quatre d'entre eux ont été chanoines de Coimbra, l'un d'eux étant le doyen Ferdinandus Suerii déjà mentionné et un autre faisant aussi partie du chapitre de Braga. D'autres avaient suivi la vie monastique: un neveu a été dominicain et plusieurs de ses nièces ont professé dans les monastères cisterciens d'Arouca et Celas. L'évêque lui-même avait un fils qui était chanoine de Braga.

L'autre exemple concerne les 5 testateurs apparentés à Aymericus Ebrardi³⁵, qui font partie du groupe de français qui, par son influence, commencèrent à peupler les principales places du chapitre de la cathédrale et des collégiales de Coimbra à partir de la fin du XIII^e siècle et jusqu'à la décennie de 1340³⁶.

6. Une des sources de renseignements pour connaître les réseaux de sociabilité et solidarité de ceux qui partaient à l'Au-delà est le lieu de sépulture qu'ils choisissaient.

Dans l'univers étudié, quatre évêques, quatre doyens, trois chantres, deux écolâtres, un trésorier, un archidiaque, vingt-deux chanoines et quatre portionnaires ont rendu compte du destin qu'ils avaient décidé pour leurs corps.

On constate sans surprise que presque tous désiraient trouver le repos éternel dans leur maison, la cathédrale de Coimbra. Ils s'accueillaient au sein de la Vierge qui avait été leur mère en vie et qu'ils invoquaient dans leur chemin vers Dieu, ils se commandaient aux saints auxquels ils avaient prié, ils s'unissaient

³⁴ Testament n° 28. Sur les liens de parenté cités, cf. MORUJÃO – *A Sé de Coimbra*, p. 117-119; son arbre généalogique se trouve dans la p. 118.

³⁵ Testaments n° 45, 49, 50, 51, 52, 56 (les n° 45 et 52 ayant été écrits par la même personne, Aymericus de Crégol).

³⁶ Cf. MORUJÃO – *La famille d'Ébrard*.

fraternellement avec la communauté des clercs vivants et morts qui étaient au service de l'église cathédrale.

Quelques-uns d'entre eux choisirent des espaces privilégiés dans son intérieur, ayant parfois rapport avec le culte d'un saint de leur dévotion particulière – Saint Géraud³⁷, Saint Michel³⁸, Saint Sébastien³⁹, Sainte Cécile⁴⁰ ou Sainte Claire⁴¹. Ils pouvaient même ordonner la création de chapelles, ce qui était en partie conditionné par leur place dans l'hierarchie ecclésiastique et leur richesse temporelle. Mais, surtout à partir de la deuxième moitié du XIII^e siècle, quelques-uns d'entre eux associaient à la fraternité religieuse du lieu sacré la consanguinité de la vie sur la terre.

L'écolâtre Petrus Martini souhaitait être enseveli dans la tombe de son père, que nous savons avoir été Martinus Suerii, frère de l'évêque de Coimbra Petrus Suerii (1192-1232)⁴². Le doyen Aymericus de Crégol, dans son premier testament, manifestait l'envie de trouver sépulture au côté de son grand-oncle Guillelmus de Crégol (fils d'une soeur de l'évêque Aymericus Ebrardi) et son frère⁴³, le chanoine Bertrandus, souhaitait le même⁴⁴. Le chanoine Martinus Martini voulait partager le tombeau de son grand-père, maître Dominicus⁴⁵. Le chanoine Martinus Fernandi, de son côté, ordonnait sa sépulture dans le cloître de la cathédrale, là où jaillissait son *alumpnus* Laurentius Martini⁴⁶, pendant que le portionnaire Dominicus Fernandi voulait reposer à côté de Martinus Pelagii, puisqu'ils "fuerint in orbe unum per amicitie"⁴⁷. Les portionnaires Johannes Petri et Rodericus Dominici voulaient attendre le Jugement Final à côté, respectivement, de son père et de son grand-père⁴⁸.

Il devient clair que le sentiment du lignage et des liens de consanguinité s'imposait dans la vie comme dans la mort, dans le passage du plein Moyen Âge pour les siècles de crise, même parmi les ecclésiastiques, qui auraient dû être plus

³⁷ Testament n° 41. Le testateur, l'évêque Petrus Martini, avait été le fondateur de cette chapelle.

³⁸ Testament n° 42.

³⁹ Testament n° 36. Le testateur, le chanoine de Coimbra et de Guarda Petrus Pelagii, était le fondateur de cette chapelle.

⁴⁰ Testament n° 54. À nouveau, le testateur, le chanoine Johannes Gomecii, était le fondateur de la chapelle.

⁴¹ Testaments n° 28 et 35. Dans le premier cas, il s'agit de l'évêque Egeas Fafile, qui avait fondé cette chapelle. Dans le deuxième, c'est son neveu, le doyen Ferdinandus Suerii, qui choisit d'avoir sa sépulture près de celle de son oncle et protecteur.

⁴² Testament n° 31. Au sujet de sa filiation, cf. MORUJÃO – *A Sé de Coimbra*, p. 104-105.

⁴³ Testament n° 45.

⁴⁴ Testament n° 51.

⁴⁵ Testament n° 11.

⁴⁶ Testament n° 57.

⁴⁷ Testament n° 30.

⁴⁸ Testaments n° 55 et 44, respectivement.

détachés de ces liens. En plus, les solidarités humaines se renforçaient de liens de parenté artificielle ou d'affinités de parcours, étaient-ce de discipulat ou d'amitié.

7. La vie comme la mort se voulaient donc accompagnées, puisque le chrétien devait s'intégrer dans une *Ecclesia* qui fut ou bien triomphante ou militante et entre les vivants et les morts existait une communion suffragante depuis que la croyance dans le purgatoire s'était imposée.

Il n'est donc pas surprenant que ce soit à partir du XIII^e siècle, et surtout vers sa fin, que la famille, les *clientuli* et les *criati* ont passé à être très présents dans les dernières volontés des testateurs. On les voit contemplés avec des legs de biens mobiles, de l'argent aux objets d'utilisation domestique, de luxe ou de culture, et aux immeubles rustiques ou urbains. Celui qui divise ses biens les partage entre ceux qui l'ont accompagné en vie, continuant dans l'Au-delà à les protéger et soutenir, mais toujours dans l'expectative, plus ou moins exprimée, de continuer en communion avec eux, ceux qui restaient en vie priant pour ceux qui la quittaient.

Les spécialistes du suffrage étaient naturellement l'Église et le clergé. Donc, les testateurs riches distribuaient leur patrimoine par les églises, les monastères, les institutions d'assistance, les confréries et les ecclésiastiques. Nous retournerons à ce sujet dans une étude postérieure, fixant notre attention pour le moment seulement sur les solidarités familiales et les clientèles.

En vérité, plus que contempler leurs familles et leurs clients, les clercs de la cathédrale de Coimbra – comme ceux des autres cathédrales – organisaient même les parcours de vie de leurs "héritiers". Ils les proposaient à la succession de leurs prébendes⁴⁹, ils acheminaient des neveux vers le clergé⁵⁰ ou des nièces vers une vie de chasteté, de religion ou de matrimoine⁵¹.

Le lien avec les neveux est sans doute le privilégié. Mais leur clientèle, leurs *alumpni*, amis, *criati* et personnel domestique recevaient également des biens, de l'argent et parfois étaient aussi l'objet de soucis personnels, comme le mariage ou la conduction de quelques-uns vers l'Université.

Un significatif pourcentage de ces clercs (28%) possédait des serfs ou esclaves qui, leur onomastique l'indique, étaient surtout des maures⁵². Quelques-uns d'entre eux étaient conduits au service de familiers, laïcs ou ecclésiastiques, d'autres étaient vendus pour obtenir de l'argent pour prières et œuvres de charité

⁴⁹ Testaments n° 11 et 38.

⁵⁰ Testament n° 11.

⁵¹ Testament n° 11.

⁵² Testaments n° 6, 11, 18, 26, 27, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 41, 42, 54. Sur la présence d'esclaves maures dans la ville de Coimbra médiévale cf. GOMES, Saul António – Grupos étnico-religiosos e estrangeiros. In *NOVA HISTÓRIA de Portugal*. Dir. J. Serrão; A. H. Oliveira Marques. Vol. 3: *Portugal em definição de fronteiras: do Condado Portucalense à crise do século XIV*. Coord. M. H. Cruz Coelho; A. L. Carvalho Homem. Lisboa: Ed. Presença, 1996, p. 318-323, qui fait référence à plusieurs des testaments étudiés.

en bénéfice de leur âme. Mais un bon nombre d'entre eux étaient libérés dans cette dernière volonté pieuse, souvent après être baptisés. L'attitude de l'écolâtre Johannes Petri est très curieuse à tous les titres⁵³: il détermine que si un sarrasin qui lui appartenait voulait se faire baptiser il serait libre, mais s'il ne le voulait pas il pouvait tout de même acquérir la liberté, payant 30 livres aux exécuteurs testamentaires. Il n'y avait donc pas de coaction morale en faveur de la conversion, mais seulement une pénalisation – ou valeur d'achat – qui constituerait un profit accru pour les investissements de l'âme.

8. Si posséder des esclaves (généralement indiqués ensemble avec des animaux, surtout des mules et du bétail) était signe de richesse et de confort de quelques-uns de ces prélats, dignités et chanoines de la cathédrale de Coimbra, d'autres indices nous manifestent indubitablement leur grande richesse, leur sens esthétique du luxe et leurs intérêts culturels.

Bien sûr que la vision que nous possédons nous est révélée par ces sources qui peuvent être en quelque sorte mystificatrices, étant donné que les testaments les plus anciens ne s'ouvrent pas à beaucoup de détails. De toute façon, dans les plus récents transparait clairement le vaste patrimoine que les testateurs avaient acquis en vie et leur énorme disponibilité monétaire, en espèces du pays et même de l'étranger. 16% de ces clercs énoncent les hommes qui leur doivent argent, laïcs ou ecclésiastiques, les dettes concernant parfois de larges sommes de numéraire. Il s'agit sans doute des prêts de capital, que le verbe *mutuare* explicite bien⁵⁴, la valeur des intérêts nous étant cependant inconnue. Il devient clair que les chanoines de Coimbra, qui constituaient une partie de l'élite de la ville, étaient comme les autres segments sociaux qui la composaient imprégnés d'une mentalité mercantile et de crédit.

Il n'est donc pas étonnant que 39% de cet univers d'ecclésiastiques possédait des objets d'argent ou des bijoux, auxquels s'ajoutaient généralement de riches étoffes, des linges de lit et pour la maison, des vêtements et des parements. Signes et symboles d'hierarchies supérieures et de goûts de confort et de luxe, mais aussi, dû à leur grande valeur, des investissements sûrs si des difficultés survenaient. La présence de prélats français dans le diocèse peut avoir favorisé ce cadre d'un plus grand raffinement, que beaucoup d'autres du royaume essaieraient d'émuler.

Détaillant, nous savons que le doyen Guillelmus de Saint-Géry possédait beaucoup d'outils domestiques et liturgiques en argent⁵⁵. Mais particulièrement significatif nous semble le cas de l'évêque Egeas Fafile, qui, au-delà de pièces en

⁵³ Testament n° 42, cité par GOMES – Grupos étnico-religiosos, p. 321.

⁵⁴ Verbe utilisé dans les testaments n° 22 et 54.

⁵⁵ Testament n° 50.

argent, était propriétaire d'au moins onze anneaux, considérant que quelques-uns d'entre eux opéraient des miracles, ayant spécialement la vertu de faire étancher le sang⁵⁶. Dans son intime, la croyance et la foi ne paraissaient pas être antagonistes, puisque, comme il admet, c'était par leur moyen que Dieu opérait beaucoup de miracles. La même croyance miraculeuse dans l'un de ses anneaux possédait le chanoine Johannes Gomecii⁵⁷.

Si quelques-uns des clercs de la cathédrale étaient des hommes qui aimaient l'ostentation et le luxe, ces raffinements viendraient en bonne partie de leur niveau culturel élevé. Trois chanoines de la cathédrale sont dits maîtres⁵⁸, ce qui indique des études supérieures, que nous savons avoir été fréquentées par les évêques Egeas Fafile, Petrus Martini et Raymundus Ebrardi⁵⁹ ainsi que par certaines dignités, comme les doyens Julianus Juliani et Stephanus Munionis et les écolâtres Petrus Martini et Johannes Petri⁶⁰. Mais la culture de ces ecclésiastiques devient manifeste par les livres que 27% d'entre eux possédaient⁶¹.

Parfois, les testaments mentionnent génériquement ces livres, n'aidant pas à leur visibilité. Dans les plusieurs huches mentionnées – en plus grande quantité par le chanoine Johannes Gomecii⁶² – se gardaient sans doute les objets de plus grande valeur, comme les monnaies, les bijoux, les étoffes, les vêtements, l'argent, les manuscrits et les chartes. Mais quelques testaments sont plus explicites quant à la nature, à la valeur et au destin à donner aux manuscrits, nous montrant clairement la rare valeur de ces biens.

Selon l'intérêt des ecclésiastiques, ainsi étaient constituées leurs bibliothèques. L'évêque Petrus Martini, qui avait été médecin du roi Alphonse III, avait naturellement, au-delà de missels et de lettres, des livres de médecine et un livre au sujet de la nature des animaux⁶³. Le chanoine maître Gundisalvus, physique du roi Denis, possédait, parmi d'autres, des livres sur l'art de la médecine⁶⁴.

Très variée, bien «mystique» selon l'expression de l'époque, était la bibliothèque du chanoine Johannes Gomecii, puisque, au-delà de livres de droit, de messe et de prières (parmi lesquels on compte un Livre d'Heures de la Vierge),

⁵⁶ Testament n° 28.

⁵⁷ Testament n° 54.

⁵⁸ Johannes (testaments n° 20 et 21), Martinus (testament n° 26) et Gundisalvus (testament n° 46).

⁵⁹ Testaments n° 28, 41 et 56. Le premier avait étudié le droit, le deuxième médecine et le troisième les arts. Cf. MORUJÃO – *A Sé de Coimbra*, p. 119 et 147 et *La famille d'Ébrard*, p. 58.

⁶⁰ Testaments n° 24, 34, 31 et 42, respectivement.

⁶¹ Pour l'identification des livres cités dans les testaments les principales sources ont été les articles de PEREIRA, Isaías da Rosa – *Dos livros e dos seus nomes: bibliotecas litúrgicas medievais. Arquivo de Bibliografia Portuguesa*. 63-70 (1971-1973) 7-96; IDEM – *Livros de Direito na Idade Média. Lusitania Sacra*. 7 (1964-1966) 7-60; IDEM – *Livros de Direito na Idade Média II. Lusitania Sacra*. 8 (1970) 81-96, lesquels, d'ailleurs, font mention à un grand nombre des testaments étudiés.

⁶² Testament n° 54.

⁶³ Testament n° 41.

⁶⁴ Testament n° 46.

il possédait un livre du «foro» de Léon, un livre ancien sur les coutumes de la ville de Coimbra, et encore un autre, en castillan, sur l'origine des vents, démontrant ainsi une ample curiosité et son attachement vis-à-vis de la ville où il habitait⁶⁵.

La bibliothèque de l'évêque Egeas Fafile était composée de livres de droit canonique et civil et d'autres de caractère religieux⁶⁶. Il a établi que les livres de droit civil resteraient dans la cathédrale de Braga et ceux de droit canonique dans celle de Coimbra. Mais, si ses six *nepotibus*, l'un chanoine à Braga, un autre trésorier du même chapitre et un autre encore archidiacre à Coimbra, voulaient étudier, les livres pouvaient leur être prêtés. Pourtant, étant des biens précieux, leur valeur restait indiquée et ces étudiants devaient donner des gages pour eux, pour qu'ils ne puissent pas être aliénés.

Similairement, les livres de droit que le doyen de la cathédrale Guillelmus de Saint-Géry possédait pouvaient être utilisés par ses deux neveux, fils de son frère⁶⁷. Et ils continueraient d'être prêtés aux descendants masculins idoines du lignage jusqu'à son extinction, car dans ce cas ils seraient vendus et l'argent délivré aux pauvres pour l'âme de leur *avunculi*, l'évêque de Coimbra Aymericus. L'écolâtre Johannes Petri ordonnait de vendre quelques-uns des livres qu'il possédait pour payer à qui enseignerait deux de ses *clientuli*⁶⁸. Le chanoine Johannes Gundisalvi Chancinus laissait les exécuteurs de son testament – le portonnaire Petrus Fernandi et son clerc Stephanus Silvares – disposer de ses livres, lesquels seulement à la mort de ceux-ci passeraient à faire partie des biens de la chapelle de Saint-Michel⁶⁹.

À son tour, très méticuleusement, le recteur de l'église de Portunhos et chanoine de la cathédrale Johannes Gomecii spécifia le prix de tous ses livres ainsi que les valeurs minimales par lesquels ils devaient être vendus aux enchères, presque dans un sens de dignité et de prestige des manuscrits, auxquels on ne devait pas manquer de respect par des sommes dérisoires⁷⁰. Bien que, le total de ces enchères devant être appliqué dans sa chapelle, s'ils rapportaient plus d'argent, le plus la chapelle gagnerait.

CONCLUSION

Ces notes ont comme seul but rendre évidente la grande valeur historique des testaments pour l'étude de l'univers du clergé séculier. Leur énorme richesse

⁶⁵ Testament n° 54.

⁶⁶ Testament n° 28.

⁶⁷ Testament n° 50.

⁶⁸ Testament n° 42.

⁶⁹ Testament n° 33.

⁷⁰ Testament n° 54.

informative se saisit plus dans l'analyse individuelle de chacun d'eux que dans la synthèse de leur ensemble, surtout dans une synopse aussi brève que celle-ci. Mais, parce que les testaments des clercs de la cathédrale de Coimbra, ainsi que des autres du royaume, seront publiés dans le projet des «Fasti», les aux historiens gagnent ainsi un large champ d'études de cas, de travaux d'ensemble et plus encore d'analyses comparées par diocèses ou dans tout le pays et, même au-delà des frontières de celui-ci, avec le clergé des autres royaumes de la chrétienté.

TESTAMENTS ÉTUDIÉS

Nº	Date	Testateur	Cote archivistique
1	1104 janvier ou août, 18	Johannes, chanoine	TT, <i>Livro Preto</i> , fol. 34v-35 et 141v-142
2	1115 décembre, 6	Petrus, chanoine	TT, Sé de Coimbra, 1ª inc., M. 3, nº 21
3	1116 mars, 19, Coimbra	Gundisalvus, évêque	TT, <i>Livro Preto</i> , fol. 241-242
4	1138 mars	David, chanoine	TT, <i>Livro Preto</i> , fol. 157
5	1139 octobre	Bermudus, archidiacre	TT, <i>Livro Preto</i> , fol. 152v-153
6	[c. 1140]	Johannes, chanoine	TT, <i>Livro Preto</i> , fol. 54-54v
7	[a. 1176]	Ciprianus Clementiz, chanoine	TT, <i>Livro Preto</i> , fol. 14v
8	1186 mai	Johannes Cidiz, chanoine	TT, Sé de Coimbra, 1ª inc., M. 7, nº 2
9	1200 janvier	Petrus Salvati, chanoine	TT, Sé de Coimbra, 1ª inc., M. 8, nº 25
10	1200 octobre	Petrus Salvati, chanoine	TT, Sé de Coimbra, 1ª inc., M. 8, nº 28
11	1222, mars, Coimbra	Martinus Martini, chanoine	TT, Colegiada de S. João de Almedina, Maço único, nº12
12	1222 juillet	P. Mansi, chanoine	TT, Sé de Coimbra, 1ª inc., M. 11, nº 5
13	[a. 1223]	Martinus Pelagii, chantre	TT, Sé de Coimbra, 1ª inc., M. 8, nº 43
14	1230 septembre, 3	Johannes Johannis, chantre	TT, Sé de Coimbra, 1ª inc., M. 12, nº 7
15	1232 mars	Alfonsus Nuni, chanoine	TT, Sé de Coimbra, 1ª inc., M. 12, nº 14
16	1236 août, 27, Coimbra	Johannes Johannis, chantre	TT, Sé de Coimbra, 1ª inc., M. 12, nº 30 et M. 11, nº 23
17	[a. 1239 juin, 25]	Petrus Roderici, chanoine	TT, Sé de Coimbra, 1ª inc., M. 20, nº 17
18	1240 avril	Johannes Dominici, chanoine	TT, Sé de Coimbra, 1ª inc., M. 13, nº 8

N°	Date	Testateur	Cote archivistique
19	[a. 1241 mars, 12]	Dominicus Johannis, archidiacre	TT, Sé de Coimbra, 1 ^a inc., M. 20, n° 19
20	1242 août, 21	maître Johannes, chanoine	TT, Sé de Coimbra, 1 ^a inc., M. 13, n° 23
21	1242 août	maître Johannes, chanoine	TT, Sé de Coimbra, 1 ^a inc., M. 13, n° 22
22	1244 juin, 30	Johannes Dominici, trésorier	TT, Sé de Coimbra, 1 ^a inc., M. 13, n° 38
23	1249 septembre	Johannes Sindini, chanoine	TT, Sé de Coimbra, 1 ^a inc., M. 14, n° 30
24	1249, Coimbra	maître Julianus Juliani, doyen	TT, Sé de Coimbra, 1 ^a inc., M. 14, n° 37
25	1254, Naples	Johannes Martini, trésorier	TT, Sé de Coimbra, 1 ^a inc., M. 15, n° 14
26	1261 janvier, Coimbra	maître Martinus, chanoine	TT, Sé de Coimbra, 1 ^a inc., M. 16, n° 40 et 2 ^a inc., M. 28, n° 1175
27	1264 août, 10	Martinus Pelagii, chanoine	TT, Sé de Coimbra, 1 ^a inc., M. 17, n° 18
28	1268 mars, 8, Montpellier	Egeas Fafile, archevêque de Compostelle et ancien évêque de Coimbra	TT, Sé de Coimbra, 1 ^a inc., M. 18, n° 3
29	1273 janvier, 17, Coimbra	Petrus Egee, chanoine	TT, Sé de Coimbra, 1 ^a inc., M. 18, n° 18
30	1280 janvier, 29, Coimbra	Dominicus Fernandi, portionnaire	TT, Sé de Coimbra, 2 ^a inc., M. 32, n° 1315
31	1281 mars, 5	Petrus Martini, écolâtre	TT, Sé de Coimbra, 2 ^a inc., M. 7, n° 356
32	1282 avril, 14	Gundisalus Gundisalvi, chantre de Coimbra et du Porto	ADP, Censual do Cabido da Sé do Porto, Liv.1656, fls.106-107v.
33	[a. 1284 novembre, 27]	Johannes Gundisalvi Chancinus, chanoine	TT, Sé de Coimbra, 2 ^a inc., M. 23, n° 996
34	1285 mars, 16, Coimbra	maître Stephanus, doyen	TT, Sé de Coimbra, 2 ^a inc., M. 38, n° 1616
35	1292 décembre, 14	Ferdinandus Suerii, doyen	TT, Sé de Coimbra, 2 ^a inc., M. 86, n° 3989
36	1295 février, 22, Santarém	Petrus Pelagii, chanoine de Coimbra et de Guarda	TT, Sé de Coimbra, 2 ^a inc., M. 36, n° 1548b
37	1295 août, 26, Coimbra	Velasus Alfonsi, <i>alcaide</i> de Coimbra et ancien chanoine	TT, Sé de Coimbra, 2 ^a inc., M. 77, n° 3210
38	1296 mars, 19	Petrus Martini, chanoine	TT, Sé de Coimbra, 2 ^a inc., M. 25, n° 1017
39	1297 avril, 15	Dominicus Martini, portionnaire	TT, Sé de Coimbra, 2 ^a inc., M. 33, n° 1387

Nº	Date	Testateur	Cote archivistique
40	1298 décembre, 28	Velasus Dominici, chanoine	TT, Sé de Coimbra, 2ª inc., M. 8, nº 375
41	1301 juin, 20, Lisboa	Petrus Martini, évêque	TT, Sé de Coimbra, 2ª inc., M. 6, nº 309
42	1301 novembre, 16, Coimbra	Johannes Petri, écolâtre	TT, Sé de Coimbra, 2ª inc., M. 36, nº 1542
43	1304 septembre, 18	Dominicus Martini, chanoine	TT, Sé de Coimbra, 2ª inc., M. 14, nº 645
44	1306 juillet, 23, Coimbra	<i>Publica forma</i> du testament de Rodericus Dominici, portionnaire	TT, Sé de Coimbra, 2ª inc., M. 78, nº 3253
45	1307 octobre, 18, Coimbra	Aymericus de Crégol, chanoine	TT, Sé de Coimbra, 2ª inc., M. 39, nº 1652
46	1309 juillet, 9, Coimbra	maître Gundisalvus, chanoine et recteur de St. Martin de Montemor-o-Velho	TT, Sé de Coimbra, 2ª inc., M. 26, nº 1099
47	1315 février, 23, Coimbra	Franciscus Petri, chanoine	TT, Sé de Coimbra, 2ª inc., M. 25, nº 1038
48	1318 juin, 17, Santarém	Stephanus Johannis Brochardus, évêque	TT, Sé de Coimbra, 2ª inc., M. 47, nº 1876
49	1319 janvier, 11, Coimbra	Petrus Burserii, chanoine et recteur de St. Jean d'Almedina	TT, Colegiada de Santiago de Coimbra, M. 17, nº 695
50	1320 novembre, 4, Porto	Guillelmus de Saint-Géry, doyen	TT, Sé de Coimbra, 2ª inc., M. 26, nº 1088
51	1320 décembre, 4, Coimbra	Bertrandus de Crégol, chanoine et recteur de Penacova	TT, Sé de Coimbra, 2ª inc., M. 49, nº 1966
52	1322 mai, 9, Avignon	<i>Publica forma</i> du testament d'Aymericus de Crégol, doyen	TT, Sé de Coimbra, 2ª inc., M. 53, nº 2079
53	1322 juillet, 18, Coimbra	Petrus Martini, chantre	TT, Sé de Coimbra, 2ª inc., M. 2, nº 53a
54	1322 octobre, 27, Coimbra	Johannes Gomecii, chanoine et recteur de St. Julien de Portunhos	TT, Sé de Coimbra, 2ª inc., M. 39, nº 1667
55	1323 novembre, 1, Coimbra	Johannes Petri, portionnaire	TT, Sé de Coimbra, 2ª inc., M. 24, nº 1004
56	1324 juillet, 13, Linhares	Raymundus I d'Ébrard, évêque	TT, Sé de Coimbra, 2ª inc., M. 93, nº 4464
57	[1324] novembre, 15, Coimbra	Martinus Fernandi, chanoine	TT, Sé de Coimbra, 2ª inc., M. 6, nº 295



O CLERO DE VISEU E DE LAMEGO: TESTAMENTOS DE CLÉRIGOS E LAÇOS SOCIAIS

ANÍSIO MIGUEL DE SOUSA SARAIVA

Do acervo documental reunido pelo projecto *Fasti Ecclesiae Portugaliae*, seleccionámos para objecto de estudo a série dos testamentos das Sés de Viseu e de Lamego redigidos entre os anos de 1147 e 1325. AnalisamosAnalisámos as últimas vontades inscritas nos actos testamentários dos bispos, dignidades, cónegos e demais clerezia destas duas sés, atendendo sobretudo nos legados em que estes homens da Igreja deixam entrever algum tipo de ligação com o seu grupo familiar, ou com qualquer outro grupo ou rede social. Pretendemos, desta forma, aferir se a entrada destes clérigos, nas estruturas das Igrejas de Viseu e de Lamego, implicou o seu afastamento do núcleo familiar de origem, em favor de novos laços de confiança e de dependência, ou se, pelo contrário, estes indivíduos faziam coexistir níveis e modos distintos de relacionamento, dentro e fora da Igreja. A confirmar-se esta tendência, interessar-nos-á então identificar essas diferentes redes de relações e avaliar o grau de influência que exerceram na vivência social dos clérigos, através da notoriedade que estes enquanto testadores lhes atribuem na hora de prepararem a morte e de distribuírem os seus bens terrenos.

THE VISEU AND LAMEGO CLERGY: CLERICAL WILLS AND SOCIAL TIES

ANÍSIO MIGUEL DE SOUSA SARAIVA

From the documentation collated under the auspices of the *Fasti Ecclesiae Portugaliae* project, we selected as the object of this paper the as yet unpublished series of wills of the Viseu and Lamego Sees, penned between the years 1147 and 1325. We focusfocused on the analysis of the final wills inscribed in the testaments of the bishops, dignitaries, canons and other clergy of these two cathedrals, with a particular interest in the bequests through which these clergymen reveal some type of connection to their family group or to other social groups or networks. By means of these data, we study whether the entrance of these clergymen into the Church of Viseu and Lamego implied a breaking off from kinship ties, replacing them with new bonds of confidence and dependence established within the clergy or whether, on the contrary, these men simultaneously continued with distinct levels and modes of relationship, whether within or beyond the Church. Should this latter position be confirmed, we seek to identify the various relational networks and evaluate the influence they exerted on the clergymen's social life, through the importance that, as testators, they ascribed to these relationships at the moment of preparing for death and dividing up their worldly possessions.

THE VISEU AND LAMEGO CLERGY: CLERICAL WILLS AND SOCIAL TIES

ANÍSIO MIGUEL DE SOUSA SARAIVA *

From the extensive documentation that has been collected these past few years by the team of the *Fasti Ecclesiae Portugaliae* project¹, we have selected as the object of this communication the yet unpublished series of wills of the Viseu and Lamego Sees, penned between the years 1147 and 1325. That is to say, the period that falls between the restoration of these dioceses in central Portugal and the chronological *terminus* proposed for the first stage of the *Fasti* project². Aware of the multiplicity of investigative approaches that this kind of source allows us, we have decided to focus on the analysis of the last wills inscribed in the testaments of the bishops, dignitaries, canons and other clergy of these two cathedrals, being particularly interested in the bequests where these Church men reveal some type of connection to their family group or to any other social group or network³.

* Universidade de Coimbra. PhD student of the Foundation for Science and Technology (*Fundação para a Ciência e a Tecnologia*) and researcher for the *Fasti Ecclesiae Portugaliae* project.

¹ For the framing and postulates of this project, cf. JORGE, Ana Maria – *Fasti Ecclesiae Portugaliae: prosopografia do clero catedralício português (1071-1325)*. *Lusitania Sacra*. 13-14 (2001-2002) 665-666.

² This series of wills of the Viseu and Lamego clergy will be published, during 2007, in a two-volume edition by the Centre of Religious History Studies of the Portuguese Catholic University, collating all testaments by bishops and capitular clergy of the Portuguese sees between 1071 and 1325.

³ Among the leading studies on the testamentary of Portuguese cathedral clergy, cf. MARQUES, José – O testamento de D. Fernando da Guerra. *Bracara Augusta*. 33: 75-76 (1979) 175-206; VELOSO, Maria Teresa Nobre – *A morte nos testamentos dos clérigos bracarense do século XIII*. Coimbra: [s.n.], 1988; COELHO, Maria Helena da Cruz – O arcebispo D. Gonçalo Pereira: um querer, um agir. In IX CENTENÁRIO DA DEDICAÇÃO DA SÉ DE BRAGA – *Actas*. Vol. 2/1. Braga: Braga: Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa; Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, p. 389-462; VILAR, Hermínia Vasconcelos; SILVA, Maria João Marques – Morrer e testar na Idade Média: alguns aspectos da testamentaria dos séculos XIV e XV. *Lusitania Sacra*. 4 (1992) 39-59; ANTUNES, José – O testamento de Fernando Joanes de Portocarreiro, deão da Sé de Braga e prior de Guimarães (de 1272). *Theologica*. 28-2 (1993) 407-432; VILAR, Hermínia Vasconcelos – *A vivência da morte no Portugal medieval: a Estremadura portuguesa (1300 a 1500)*. Redondo: Patrimonia, 1995; MORUJÃO, Maria do Rosário – O cónego da Sé de Coimbra no século XIV. *Revista Portuguesa de História*. 31: 1 (1996) 393-430; CARVALHO, Elisa Maria da Costa – *A Morte do Alto Clero Bracarense: séculos XII a XV*. Braga: Univ. Minho, 1999; IDEM – A fortuna ao serviço da salvação da alma, da família e da memória, através dos

By means of these data, we intend to analyze whether the entrance of these clergymen into the Church of Viseu and Lamego implied a disaffection from the ties of blood to their respective families, replaced by new bonds of confidence and dependence established within the clergy; or if, on the contrary, these men allowed distinct levels and modes of relationship, whether inside or outside the Church, to exist simultaneously. Should this last case be confirmed, we will seek to identify such various networks of relationships, and evaluate the influence they exerted on the clergymen's social life, through the importance that, as testators, they ascribed to these relationships at the moment of preparing for death and distributing their earthly possessions.

However, we do not think we should dwell at length on the choice of wills as our main research source; we believe that their enormous importance for any study in social history is self-evident, even taking into account the limitations they often display – limitations particularly noticeable in Portugal in this period (such as the frequent use of homonymy and the no less usual omission of the degree of kinship or type nature of relationship between the testator and the legatee). Any attempt to examine the alternative strategy – that of focussing our inquiry on the universe of bishops, canons and clerks, not of one but of two Sees, during such an extended period – would exceed the confines of a paper such as this. It must, nevertheless, be emphasized that our choice of methodology was not random.

The investigation we have been working on over the past few years on the cathedrals of Viseu and Lamego as centres of religion and power⁴, and the knowledge we have accumulated on the contents and typologies of their respective archival patrimonies, namely on their series of wills, made obvious that it would be viable to include the clergymen of these two Sees, not only geographical neighbours but also similar in their organization of the ecclesiastical documents. And, indeed, we knew from the start that, if there was to exist any sort of methodological or practical difficulty, it would be related to the modest volume of testamentary information which reached us – especially when compared with the quantities of similar documents preserved in cathedrals archives such as Braga⁵ or Coimbra⁶.

testamentos dos arcebispos e dignatários de Braga na Idade Média (século XII-XV). *Lusitania Sacra*. 13-14 (2001-2002) 15-40; MORUJÃO, Maria do Rosário; SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – O chantre de Viseu e cónego de Coimbra Lourenço Esteves de Formoselha (...1279-1318): uma abordagem prosopográfica. *Lusitania Sacra*. 13-14 (2001-2002) 75-137.

⁴ The See of Viseu during the Middle Age, and more specifically between 1147 and 1425, is the object of the PhD thesis that we are currently working on. As for the Lamego See, among the several published studies we should point out our Master's dissertation, SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – *A Sé de Lamego na primeira metade do século XIV (1296-1349)*. Leiria: Magno Edições, 2003.

⁵ Cf. the studies by Elisa Maria da Costa Carvalho as quoted in note 3.

⁶ Cf. COELHO, Maria Helena da Cruz; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – Les testaments du clergé de Coimbra: des individus aux réseaux sociaux (published in these proceedings).

If we look at the data on Table I, we will notice that in between them Viseu and Lamego list 22 wills, 17 of which (77%) belonging to Viseu⁷. The remaining five wills, belonging to the ecclesiastics of the See of Lamego, are not only numerically inexpressive but mainly circumscribed to the second half of the 13th century⁸. This contrasts sharply with most of Viseu's testamentary acts, whose dates cover, not only the entire 13th century (approximately 59%), but also the end of the 12th century and early 14th century.

Table I – Wills of the Viseu and Lamego Sees

	1147-1200	1201-1250	1251-1300	1301-1325	Total
Viseu	2	4	6	5	17 (77%)
Lamego	0	2	3	0	5 (23%)
Total	2	6	9	5	22 (100%)

We can therefore conclude that this testamentary universe originates essentially in the church of Viseu, and also in the 13th Century, with the canons of this cathedral as its main actors. In fact, as it is obvious in Table II, it is from within the group of chapter canons and especially from within the dignities of Viseu that the greater number of testators comes (4 deans, 2 from Lamego and 2 from Viseu, and 3 precentors also from Viseu). The cases of wills made by clerks and portionists are

⁷ This cathedral's ecclesiastical archive preserves both versions of the testament of canon Miguel Guterres (1185, before July 22nd), the testaments of canon Nuno Fernandes (1206, before April 5th), precentor Pagano Gonçalves (1224, January 31st), canon Mem Mendes (1230, September), dean Gonçalo Fernandes (1231), bishop D. Pedro (1253, August), dean Soeiro Pais (1256, September 29th), canons Lourenço Gonçalves (1267, April 7th), Fernão Miguéis (1281, before July 14th) and Paio Fernandes (1292, January 12th), clerk Lourenço Mendes (1298, April 15th), canons Martim Peres (1309, July 8th) and Mestre Martinho (1311, before October 26th), both versions of the will of precentor Lourenço Esteves (1318, before July 6th) and, finally, the testament of choir clerk João Esteves de Arouca (1319, December 28th). See, respectively, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT), Sé de Viseu, D.P., m. 4, n. 29, m. 9, n. 38 e 39; Arquivo Distrital de Viseu (ADVIS), Pergaminhos, m. 27, n. 40; IAN/TT, Sé de Viseu, D.P., m. 9, n. 33, m. 7, n. 24; IAN/TT, Sé de Coimbra, 1^a incorp., m. 15, n. 13; IAN/TT, Sé de Viseu, D.P., m. 8, n. 25; ADVIS, Pergaminhos, m. 37, n. 2, m. 25, n. 37, m. 26, n. 43, m. 25, n. 9, m. 49, n. 32, m. 27, n. 93, m. 49, n. 28; ADVIS, Pergaminhos Devolvidos, m. 3, n. 95; IAN/TT, Sé de Coimbra, 2^a incorp., m. 12, n. 549; e ADVIS, Pergaminhos, m. 30, n. 29.

⁸ Specifically between 1246 and 1291. These are the wills of bishop D. Paio (1246), canon Miguel Peres (1250, November 17th), dean Afonso Pais (1264, March 11th), portionist Domingos Eanes (1286, January 28th) and dean Paio Rodrigues (1291, February 28th). Cf., respectively, IAN/TT, Sé de Lamego, Testamentos, m. 1, n^o 2, 4, 6; and *Martirologio-Obituário da Sé de Lamego*, liv. 1, fls. 3v, 150v. The numerical inexpressiveness of the Lamego wills for the 12th century is even more striking during the first half of the 14th century, a period for which we have no record of wills, although we have ascertained some indirect references on their probable composition; cf. SARAIVA – *A Sé de Lamego*, 173.

almost inexistent⁹. This parsimony, oddly, also applies to the expression of the last wills made by bishops: from the 14 prelates of Viseu and the 15 of Lamego that ruled over their dioceses during the almost 200 years covered in our research, only two wills have survived – those of the bishop D. Paio of Lamego, dated from 1246, and the one of bishop D. Pedro Gonçalves of Viseu, dated from 1253¹⁰.

Table II – Testators of the Viseu and Lamego Sees

	Bishop	Dean	Precentor	Treasurer	Canon	Clerk	Portionist	Total
Viseu	1	2	3	0	9	2	0	17
Lamego	1	2	0	0	1	0	1	5
Total	2	4	3	0	10	2	1	22

Despite the numerical scarcity of this documental universe, these wills still provide us with interesting data. Bishops, dignitaries, canons, clerks and portionists show the same fears and worries in a similar way to all other social groups¹¹, expressing their fear of the proximity of the day of their death (*timens diem mortis mee*) as the foundation drive to their institution of a will. But, in an also recurrent absence, we are seldom told about the actual reasons for such fear and for the subsequent concern in guaranteeing the salvation of their souls. Only the Lamego portionist Domingos Eanes justifies it, alleging the agony he was going through, lying in bed and waiting for death¹² – a death that arrived three days after the will had been produced¹³.

This was surely not a unique circumstance; dictating the last will a few days or weeks before the actual day of passing was a common tendency, as we were able to confirm when comparing the dates of the wills with the records of the obituaries of Viseu and Lamego. In the cases under analysis the lapse of time between the composition of the will and the date of passing vary from one day to five months¹⁴. We can therefore confirm that the composition of the will was dictated

⁹ Cf. notes 7 and 8.

¹⁰ Cf. notes 7 and 8.

¹¹ VILAR – *A vivência da morte no Portugal medieval*, 73-85.

¹² "... ego Dominicus Johannis portionarius Lamecensis positus in lecto egritudinis ..." (1286, January 28th), IAN/TT, *Martirologio-Obituário da Sé de Lamego*, liv. 1, fol. 3v.

¹³ January 31st (1286), IAN/TT, *Martirologio-Obituário da Sé de Lamego*, liv. 1, fol. 92.

¹⁴ One day passed between the composition of the will of the dean of Lamego, Paio Rodrigues, and his death (1291, March 1st), IAN/TT, *Martirologio-Obituário da Sé de Lamego*, liv. 1, fol. 97v. This period was of two days for the canon of Viseu Martim Peres (deceased 1309, July 10th), IAN/TT, *Obituário da Sé de Viseu*, fol. 94; of three days for the portionist of Lamego Domingos Eanes, cf. previous note; less than twenty days for the bishop of Viseu, D. Pedro (deceased August 20th 1253), IAN/TT, *Obituário da Sé de Viseu*, fol. 111V; between three to five months for the canon of Viseu Paio Fernandes (deceased April 3rd 1292) and the dean of Lamego Afonso Pais (deceased August 10th 1264), IAN/TT, *Obituário da Sé de Viseu*, fol. 48v; *Martirologio-Obituário da Sé de Lamego*, liv. 1, fol. 125v.

by the circumstances, the agony of an illness or the uncertainty of a journey. There are two significant examples for this latter motive. Miguel Guterres, canon of Viseu, had his will written in 1185¹⁵ while preparing for the long, uncertain pilgrimage to Jerusalem; and he was quite right, too, as it turns out, since we know he did die that same year, in Salerno, although we do not know whether before or after having reached the Holy City¹⁶. The canon of Lamego, Miguel Peres, also took care of expressing his last wills before leaving for the Roman Curia in the year 1250¹⁷.

These and other examples in the *corpus* help to demonstrate how, when realising the approaching of their death or in anticipation of it, the clergymen of these cathedrals took the time to prepare their passing properly, guaranteeing the saving of their souls and eternal life. As they disposed of their earthly belongings, they ensured the presence of their mark beyond death, by compelling their legatees to participate in their redemption. If we take a close look at the beneficiaries, the analysis allows us to draw a most interesting picture of these clergymen's lives and social relationships – the main purpose of this communication.

In this collection of 22 wills, 18 (that is, 82 % of the total) include one or more legatees to a man or a woman identified as a relative, either by blood or marriage bonds. It is frequent to find references to blood relations such as nephew or niece¹⁸, brother or sister¹⁹. Although less representative, there are also references to sons and daughters²⁰, male or female cousins²¹,

¹⁵ “*Ego Micahel Guterriz si mortuus fuero in ista via de Jherusalem facio mandam et testamentum pro remedio anime mee*”, IAN/TT, *Sé de Viseu*, D. P., m. 4, nº 29.

¹⁶ His death was registered on July 22nd (1185), IAN/TT, *Obituário da Sé de Viseu*, fol. 100.

¹⁷ “*Quando parabat se eundi ad Curiam domini pape*” (1250, 17th de Novembro), IAN/TT, *Sé de Lamego*, Testamentos, m. 1, nº 4.

¹⁸ Found in all the wills of Lamego except the one of bishop D. Paio (1246), IAN/TT, *Sé de Lamego*, Testamentos, m. 1, nº 2. In Viseu, they are found in practically half of the listed wills, namely those of canon Miguel Guterres (1185), precentor Pagano Gonçalves (1224), canon Mem Mendes (1230), dean Soeiro Pais (1256), canon Lourenço Gonçalves (1267), precentor Lourenço Esteves (1318) and clerk João Esteves (1319); respectively, IAN/TT, *Sé de Viseu*, D. P., m. 9, nº 38; ADVIS, *Pergaminhos*, m. 27, nº 40; IAN/TT, *Sé de Viseu*, D. P., m. 9, nº 33, m. 8, nº 25; ADVIS, *Pergaminhos*, m. 37, nº 2; m. 49, nº 28; m. 30, nº 29.

¹⁹ In Lamego these are found on two wills, those of canon Miguel Peres (1250) and of dean Paio Rodrigues (1291), IAN/TT, *Sé de Lamego*, Testamentos, m. 1, nº 4; *Martirologio-Obituário da Sé de Lamego*, liv. 1, fol. 150v. In the See of Viseu, they are mentioned in six testaments: those of canon Miguel Guterres (1185), precentor Pagano Gonçalves (1224), bishop D. Pedro (1253), canons Lourenço Gonçalves (1267) and Paio Fernandes (1292), and clerk João Esteves (1319), IAN/TT, *Sé de Viseu*, D.P., m. 9, nº 38; ADVIS, *Pergaminhos*, m. 27, nº 40; IAN/TT, *Sé de Coimbra*, 1ª incorp., m. 15, nº 13; ADVIS, *Pergaminhos*, m. 37, nº 2; m. 26, nº 43; m. 30, nº 29.

²⁰ Verified only in four wills of Viseu. Canon Nuno Fernandes endows his son Árias (1206), canon Fernando Miguéis his two daughters Clara and Maria Fernandes (1281), Martim Peres a daughter (1309) and precentor Lourenço Esteves his three children João Lourenço, Egas Lourenço and Guiomar Lourenço (1318), IAN/TT, *Sé de Viseu*, D. P., m. 9, nº 39; ADVIS, *Pergaminhos*, m. 25, nº 37; m. 49, nº 32 e 28; *Pergaminhos Devolvidos*, m. 3, nº 95.

²¹ Examples being the Viseu canons Fernando Miguéis (1281) and Mestre Martinho (1311), and the choir clerk of that same See, João Esteves (1319). The first endows his cousin and pupil Henrique Eanes, the

consanguineous²², uncle or aunt²³, son-in-law²⁴, grand-daughter²⁵, and even one reference to the mother of children²⁶. It is easy to infer that family, in all different levels of kinship, was present in the life of these testators. But these connections to parenthood and similarly related kinship coexisted with other forms of sociability.

Apart from the family, we can also find an important number of mentions to other types of kinship, such as patronage, and other sorts of protection and tutelage. In 16 of the wills (that is, 73 % of the total) we find mentions to relatives named as: man of²⁷, servant²⁸, youth²⁹, man or woman servant³⁰. These last two, in some cases, may in fact represent hidden forms of blood ties, as can the denomination *clientulus*. As the precentor of Viseu, Lourenço Esteves, in his will, composed in 1318, calls his three children *clientuli*³¹. In three other situations, also related to the clergy of Viseu we find a reference to the designation *alumnus*³², which can suggest a relation of tutelage and protection by the clerk that, in at least two of the cases, we know takes place within their

second mentions an unidentified female cousin, and the third bequeathes clothes to two cousins named Lourenço and Domingos Valente, ADVIS, *Pergaminhos*, m. 25, nº 37; m. 27, nº 93; m. 30, nº 29.

²² Kinship announced by two Lamego canons, canon Miguel Peres (1250) and dean Afonso Pais (1264). The first leaves an oven to two “consanguineous”, Maior Peres e Marina Peres, while the second bequeathes his “consanguineous” Paio Martins and Martim Domingues, respectively, a grain field and a house, IAN/TT, *Sé de Lamego*, Testamentos, m. 1, nº 4 e 6.

²³ Viseu canon Fernando Miguéis (1281) and it's choir clerk, João Esteves (1319), bequeath belongings and clothes, respectively, to his aunt Domingas Fernandes and his uncle Martim Miguéis, ADVIS, *Pergaminhos*, m. 25, nº 37; m. 30, nº 29.

²⁴ Viseu canon Martim Peres (1309) bequeathes to his daughter and his son-in-law Domingos Martins, clothes and estates, besides releasing them from a debt, ADVIS, *Pergaminhos*, m. 49, nº 32.

²⁵ Lamego dean Afonso Pais (1264) bequeathes to his grand-daughter Constança Afonso his own bed, with all relevant linen, and a cape that had belonged to dean Domingos, IAN/TT, *Sé de Lamego*, Testamentos, m. 1, nº 6.

²⁶ Made by the precentor of Viseu, Lourenço Esteves (1318), who bequeathed a sum of money to Maria Soares, mother of his children. Cf. note 20.

²⁷ Whether it is a coincidence or not, we note the reference to “man of” only in the wills of four deans: Afonso Pais (1264) and Paio Rodrigues (1291) of Lamego, and Gonçalo Fernandes (1231) and Soeiro Pais (1256) of Viseu; IAN/TT, *Sé de Lamego*, Testamentos, m. 1, nº 6; *Martirologio-Obituário da Sé de Lamego*, liv. 1, fol. 150v; *Sé de Viseu*, D. P., m. 7, nº 24 e m. 8, nº 25.

²⁸ In Lamego, by canon Miguel Peres (1250) and portionist Domingos Eanes (1286), and in Viseu, by canon Fernando Miguéis (1281), IAN/TT, *Sé de Lamego*, Testamentos, m. 1, nº 4; *Martirologio-Obituário da Sé de Lamego*, liv. 1, fol. 3v; ADVIS, *Pergaminhos*, m. 25, nº 37.

²⁹ By Lamego portionist Domingos Eanes (1286) and by Viseu canon Martim Peres (1309), IAN/TT, *Martirologio-Obituário da Sé de Lamego*, liv. 1, fol. 3v; ADVIS, *Pergaminhos*, m. 49, nº 32.

³⁰ Recorded only in wills from the Viseu See, namely those of canon Miguel Guterres (1185), clerk Lourenço Mendes (1298), and canons Martim Peres (1309) and Mestre Martinho (1311), IAN/TT, *Sé de Viseu*, D. P., m. 4, nº 29; ADVIS, *Pergaminhos*, m. 25, nº 9; m. 49, nº 32; m. 27, nº 93).

³¹ Cf. footnote 20.

³² Mentioned by canons Mem Mendes (1230), Lourenço Gonçalves (1267) and Fernando Miguéis (1281), IAN/TT, *Sé de Viseu*, D. P., m. 9, nº 33; ADVIS, *Pergaminhos*, m. 37, nº 2; m. 25, nº 37.

family. Such were the cases of canons Mem Mendes and Fernando Miguéis, who left wealth to a nephew and a cousin mentioned as their *alumni*³³.

Another fundamental side of the social relationships of these testators are the legacies done to members of the clergy. Eighteen wills (that is, 82 % of the total) reveal bonds of trust and dependency established by the grantees within the Church, and particularly within the cathedral system in which they work, with special attention to bishops, dignitaries of the chapter and of the remaining clergy. But these bonds, created between elements of a certain religious group – in this particular case ecclesiastics in the same chapter – often reflect different interests and complicities, even of a family nature when their protagonists are clergymen from the same family unit. Lamego portionist, Domingos Eanes (1286), bequeathes a legate to his brother, canon Paio Rodrigues³⁴; years later, Paio Rodrigues (1291), by now already dean of the Lamego See, identifies in his will Miguel Peres, a cleric his nephew³⁵; to these we may add the bequest that the precentor of Viseu Pagano Gonçalves (1224) bestowed upon canon Mem Mendes, his great-uncle³⁶. When such family bonds do not exist within the capitulary structure, we find a tendency to foster them, by transmitting belongings to relatives on condition that they join the clerical life³⁷ or arrive at a more promising career by through holding a university degree. A good example of this latter strategy is the bequest of the dean of Lamego, Afonso Pais (1264), who destined a significant amount of books to the treasury of the See of Lamego, so that one of his nephews might use them in his lifetime, in case he wished to go to the University and study Canonical or Civil Law³⁸.

The bequest of Afonso Pais, comprising slightly over a dozen books, has a unique status in the universe of wills studied for both dioceses. Since owning a book clearly indicated a high cultural level and strong wealth, it obviously follows that to inherit those would be a mark of privilege and distinction³⁹. On the 6 wills (27% of the total) which contemplate this kind of gift – most of them composed in Viseu, including books of Liturgy or Canonical or Civil Law –, the

³³ Cf. previous footnote.

³⁴ IAN/TT, *Martirologio-Obituário da Sé de Lamego*, liv. 1, fol. 3v.

³⁵ IAN/TT, *Martirologio-Obituário da Sé de Lamego*, liv. 1, fol. 150v.

³⁶ ADVIS, *Pergaminhos*, m. 27, nº 40.

³⁷ Precentor Pagano Gonçalves leaves goods to his nephew Fernando, son of his brother Fernando Gonçalves, on condition he joins the clergy. Cf. previous footnote.

³⁸ IAN/TT, *Martirologio-Obituário da Sé de Lamego*, liv. 1, fol. 86v; published by PEREIRA, Isaiás da Rosa – *Livros de Direito na Idade Média. Lusitania Sacra*. 7 (1964-1966) 57-58.

³⁹ Regarding both the importance of the book as a symbol of wealth and culture and the list of medieval Portuguese ecclesiastical libraries identified so far, see the bibliographical update we presented in the essay SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – O quotidiano da casa de D. Lourenço Rodrigues, bispo de Lisboa (1359-1364): notas de investigação. *Lusitania Sacra*. 17 (2005) 424, note 13.

receivers of the bequest belonged mainly to the religious world⁴⁰. Likewise, the few valuables (such as vases, cups and glasses), mostly in silver, mentioned in these wills are preferentially destined to members of the clergy, another clear sign of the importance that the testators attribute to their “brothers in Christ”⁴¹. Reiterating this importance is also the referential choice of members of their respective chapters and of the remaining diocesan clergy (some of them kin to the testator) as their testamentary executors⁴². Very few have left the execution of their last wills to family relatives or other elements of their social *entourage* rather than to trusted clergy⁴³.

As a conclusion to all the data that we have just gauged, we can verify that the few wills of the clergy of Viseu and Lamego, between 1147 and 1325, which have survived until now share all the attitudes and circumstances of all other wills made by the medieval man: the proximity, preparation and fear of death.

⁴⁰ Bishop D. Pedro (1253) bequeathes books of Canons and Law to Martim Eanes and a commented Psalter to his abbot Fernando Pais, IAN/TT, *Sé de Coimbra*, 1ª incorp., m. 15, nº 13; canon Paio Fernandes (1292) leaves a New Psalter to the chapel he founded in Viseu, ADVIS, *Pergaminhos*, m. 26, nº 43; canon Martim Peres (1309) destins a *Domingal*, a Psalter and a *Santal* to the church of Burgães, ADVIS, *Pergaminhos*, m. 49, nº 32; canon Mestre Martinho (1311) mentions he owns a Psalter, but the name of the legatee is unknown, ADVIS, *Pergaminhos*, m. 27, nº 93; precentor Lourenço Esteves (1318) bequeathes the Book of *Petrus Boneti* to his son João Lourenço, ADVIS, *Pergaminhos*, m. 49, nº 28; and clerk João Esteves (1319) leaves all his (unnamed) books to his nephew friar Martinho, ADVIS, *Pergaminhos*, m. 30, nº 29.

⁴¹ In Lamego, the transmission of silverware is recorded in the wills of bishop D. Paio (1246) and deans Afonso Pais (1264) and Paio Rodrigues (1291), IAN/TT, *Sé de Lamego*, Testamentos, m. 1, nº 2, 6; *Martirologio-Obituário da Sé de Lamego*, liv. 1, fol. 150v. In Viseu, the ownership of valuables is not restricted to the capitulary dignitaries, such as dean Gonçalo Fernandes (1231), but is also found in other elements of the canonical college, such as canons Mem Mendes (1230), Lourenço Gonçalves (1267) and Martim Peres (1309); respectively, IAN/TT, *Sé de Viseu*, D. P., m. 7, nº 24, m. 9, nº 33; ADVIS, *Pergaminhos*, m. 37, nº 2, m. 49, nº 32.

⁴² In Lamego, bishop D. Paio (1246) designates as executors dean Pedro Eanes and treasurer M. Mendes; dean Afonso Pais (1264) chooses bishop D. Pedro; portionist Domingos Eanes (1286), canon Paio Domingues, his *cobrother*; finally, dean Paio Rodrigues (1291) indicates his nephew and clerk Miguel Peres. Cf. note 8. In Viseu, canon Mem Mendes (1230) entrusts his last will to dean Gonçalo Fernandes; this same dean (1231) nominates as executor precentor Soeiro Pais; bishop D. Pedro (1253) attributes this task to the treasurer, to his abbot Fernando Pais and to canon Mónio Moniz; dean Soeiro Pais (1256) chooses canon Gomes Pais (possibly a relative); canon Lourenço Gonçalves (1267) entrusts the responsibility to the rector of Torredeita Domingos Mendes, whom he classifies as “dilectissimum meum”, and canon Domingos Peres; canon Mestre Martinho (1311), to portionist Pedro Domingues and chaplain Domingos Martins; and clerk João Esteves (1319) elects, among others, the abbot of Alcofra Vicente Eaneas. Cf. footnote 7.

⁴³ This happens in only four men of the chapter of Viseu: canon Nuno Fernandes (1206), who chooses as executors merchants Lourenço Fernandes and Martinho Fernandes (probably relatives); canon Paio Fernandes (1292) chooses citizens Pedro Ermiges, Pedro Pais and Lourenço Pais; clerk Lourenço Mendes (1298) refers layman Estêvão Moniz; and finally canon Martim Peres (1309) entrusts his will to his own daughter and son-in-law. Cf. note 7.

But in this particular case, these documents are full of elements which allow us to identify the social networks in which such clergymen were involved, and to understand the extent to which family bonds and ecclesiastical solidarities have often crossed each other at very similar points. There is, however, one distinguishing factor: the choice of those who were to be the addressees of their most valuable estate (books and assets) and the executors of their last wills fell upon those in whom most trusted: the members of the chapters of the churches of Viseu and Lamego, where sometimes their blood families were also represented.

These are just the first results of a preliminary systematization of the data drawn for the ecclesiastical testamentary of these two Sees, and a brief first approach to the analysis of one of the multiple research lines which this kind of source will allow us to explore.



OS BISPOS DE AFONSO VIII

CARLOS DE AYALA MARTÍNEZ

O presente estudo aborda o projecto de Igreja concebido por Afonso VIII para o reino de Castela no período da sua governação. Este projecto tentou edificar-se com base na lealdade de um amplo conjunto de bispos – quarenta e um, procedentes das dez dioceses do reino – em cuja eleição o monarca, de um modo ou de outro, interveio. Estudam-se as áreas de colaboração económica, militar e política em que convergiram interesses do rei e dos bispos, e analisam-se os escassos exemplos de desencontros entre um e outros. A partir dos dados reunidos, não é difícil detectar a existência de dois modelos opostos, na hora de entender o papel da Igreja no espaço territorial do reino: o modelo do próprio Afonso VIII, que pretendia convertê-la numa peça importante no sistema da monarquia mas claramente subsidiária em relação a esta, e o modelo mais respeitador da *libertas ecclesiae*, que obviamente defendiam os bispos, ou pelo menos uma parte deles. Não obstante, o exercício de colaboração política entre rei e bispos é, sem dúvida, muito mais representativa que os excepcionais casos de confrontação.

THE BISHOPS OF AFONSO VIII

CARLOS DE AYALA MARTÍNEZ

This study analyses the project of Church as designed by King Alfonso VIII of Castile throughout his rule. This project was based on the support and loyalty of a broad number of bishops – 41 in all, from the kingdom's ten dioceses – who were elected following, to a greater or lesser extent, intervention by the monarch. Areas studied include fields of economic, military and political cooperation in which the king and his bishops shared interests as well as the rare examples in which they diverged. Based on the data collected, there emerged two opposing models for understanding the appropriate role of the Church within the kingdom: that of Alfonso VIII, wishing to convert it into an important feature of the monarchy but clearly diminishing them in their standing, and the model more in line of the *libertas ecclesiae* tradition, naturally defended by the bishops, or at least by a certain proportion of them. Irrespective of these positions, it should be emphasised that political collaboration between the king and the bishops proves far more representative than the exceptional instances of confrontation.

LOS OBISPOS DE ALFONSO VIII

CARLOS DE AYALA MARTÍNEZ*

PLANTEAMIENTO

Partiremos de dos premisas bastante evidentes. En primer lugar la de que la Iglesia constituye un elemento clave en la construcción política de todo reino cuya legitimidad descansa fundamentalmente en ella. Es el caso obviamente de cualquiera de las formaciones políticas del occidente plenomedieval. Es sabido que el origen de esa legitimidad concebida como justificación excluyente del poder se sitúa en ese fenómeno que hace ya muchos años Henri-Xavier Arquillière denominó “agustinismo político”, es decir, la irrupción del ámbito de poder eclesiástico en la esfera política hasta anular su autonomía¹. Desde esta perspectiva, el ejercicio del poder se convierte en un *ministerium Dei*, un servicio a Dios y a la Iglesia que lo representa en la tierra, y ese servicio es concebido por la realeza como tutela sobre sus bienes y sobre sus ministros. Este amparo o “proteccionismo paternalista” de que habla Nieto Soria², es, por consiguiente, la expresión más acabada de la legitimidad del propio poder, hasta el punto de que es voluntad de Dios que ese poder descansa precisamente sobre aquella tutela³.

* Universidad Autónoma de Madrid.

¹ ARQUILLIÈRE, H.-X. – *El agustinismo político: ensayo sobre la formación de las teorías políticas en la Edad Media*. Traducción de Ignacio Massot Puey. Granada: Editorial Universidad de Granada, 2005, en especial p. 24-25 y 38-39.

² Para Nieto Soria serán los principios del proteccionismo paternalista, del intervencionismo y de la relación armónica, aquellos sobre los que se asienta claramente la política regia respecto al episcopado en el tránsito de los siglos XIII al XIV. Cf. NIETO SORIA, J. M. – *Iglesia y poder real en Castilla: el episcopado, 1250-1350*. Madrid: Universidad Complutense, 1988, p. 21-25.

³ Los protocolos de los documentos de la cancillería real, elocuentemente enriquecidos en la Castilla de los años 80, nos ofrecen de manera condensada los principios básicos de esta legitimidad basada en la tutela eclesiástica. Veamos a modo de ejemplo la fórmula introductoria presente en la confirmación regia a favor del cabildo de la iglesia de Santa María de Toledo de la heredad de Azaña, verificada por Alfonso VIII el 10 de septiembre de 1185: *Pietatis est officium et iuris semita et regibus specialiter congruit ecclesias Dei diluyere, et earum ministros in iure suo protegere, bona eorum augere et illesa conservare, máxime vero posesiones recte ab ecclesiasticis personis acquisitas auctoritate regia roborare, et a malorum incuris defensare* (GONZÁLEZ, J. – *El reino de Castilla en la época de Alfonso VIII*. Vol. 2. Madrid, 1960, doc. 440,

La segunda de las premisas de la que partiremos es la de que el papel nuclear de la Iglesia en la fundamentación ideológico-institucional de cualquier reino, adquiere en el caso de la Castilla de Alfonso VIII un peculiar relieve. La razón es muy simple. Los años que transcurren entre 1170 y 1214, los de su gobierno personal⁴, son también los de la construcción del primer modelo de monarquía independiente para Castilla⁵. La capacidad de iniciativa del rey en un momento en que la Península – y en concreto la tradición política castellano-leonesa – había tenido ya muchas experiencias de poder, sin duda nos proporciona claves especialmente significativas de la relación entre poder político e Iglesia.

Ahora bien, resulta más que evidente que el interlocutor del rey con la Iglesia son los obispos, sus más genuinos representantes. Es por ello por lo que, partiendo de las premisas enunciadas, nos proponemos abordar el tema de Alfonso VIII y sus obispos a través de tres cuestiones fundamentales:

1. ¿A qué obispos recurrió o hubo de recurrir Alfonso VIII para construir la Iglesia de su reino?
2. ¿En qué términos se produce la colaboración de los obispos con la monarquía?
3. ¿Hasta qué punto se puede hablar de un modelo fruto de esa colaboración y en qué medida surgió rechazo a él entre los propios obispos?

1. PROCEDENCIA Y ELECCIÓN DE LOS OBISPOS DE ALFONSO VIII

Durante el gobierno personal de Alfonso VIII, es decir, entre 1170 y 1214, se produjeron un total de 41 elecciones episcopales⁶. ¿Cómo se procedió en ellas? ¿Cuál fue el grado de intervención del rey?

p. 757). Los temas enumerados en esta fórmula nos ofrecen un elenco exhaustivo del *ministerium Dei* de la realeza: amor a las iglesias de Dios, protección de los derechos de sus ministros, acrecentamiento y conservación de sus bienes, confirmación de sus propiedades y defensa frente a los malvados.

⁴ En realidad, aunque formalmente Alfonso VIII alcanzara la mayoría de edad en noviembre de 1169 al cumplir los 14 años y armarse caballero en el monasterio de San Zoil de Carrión, como es sabido el regente, conde Nuño Pérez de Lara, se mantuvo hasta muy poco antes de su muerte en el cerco de Cuenca, en 1177, como *manente super negotia regni*, es decir, su poder e influencia sobre la persona del rey y el destino del reino seguían siendo fundamentales (GONZÁLEZ – *El reino de Castilla*, vol. 1, p. 284; DOUBLEDAY, S. R. – *Los Lara: nobleza y monarquía en la España medieval*. Junta de Castilla y León, 2004, p. 47-48). Por eso, en cierto modo, no debería hablarse de gobierno personal de Alfonso VIII hasta los años 1175-1177, con ya algo más de 20 años de edad.

⁵ Castilla no se constituyó en reino hasta que el testamento político de Fernando I en 1065 así lo determinara. Con todo, como reino verdaderamente autónomo apenas conoció las fugaces experiencias de Sancho II (1065-1072) y Sancho III (1157-1158). Habrá que esperar a la mayoría de Alfonso VIII para contar con un período suficiente como para aplicar un programa de construcción política medianamente coherente.

⁶ En efecto, aunque manejemos un total de 49 obispos en este largo período (cf. Apéndice), 8 de ellos habían sido elegidos con anterioridad a la declaración de mayoría de edad del rey, con lo cual podría

Como es sabido fue el II concilio de Letrán celebrado en 1139 el que reservó definitivamente a los cabildos catedralicios la capacidad de elegir obispo. El canon 28 del citado concilio que consagraba la norma alude también al protagonismo en ellas de los superiores de las órdenes religiosas⁷. Como es obvio, y dada la sensibilidad reformadora propia de la *libertas ecclesiae*, enarbolada por el pontificado desde hacía más de cuarenta años, no se alude para nada a la eventual intervención de la realeza.

La cuestión es hasta qué punto fueron respetuosos los reyes hispanos con el derecho conciliar. Ciertamente nunca en la Península se había planteado el problema del nombramiento de obispos en las claves propias de la “querrela de las investiduras”, tan patente en el ámbito germánico. Y aunque, como en seguida veremos, no se caracterizó concretamente Alfonso VIII por una práctica decididamente intervencionista en lo que se refiere a nombramientos episcopales, es verdad que algunas de las iniciativas del rey en este punto, nunca directamente reprochadas por Roma, sí motivaron algún recordatorio papal incluido, como era costumbre, en bulas de carácter confirmatorio dirigidas a algún obispo concreto. Es el caso, por ejemplo, de la que en abril de 1192 Celestino III enviaba al obispo García de Calahorra y en la que se aludía a la necesidad de evitar la violencia anticanónica en las elecciones episcopales que, en todo caso, deberían quedar reservadas a la *maior et sanior pars* del correspondiente cabildo⁸.

Casos perfectamente constatables de directa intervención regia en las 41 elecciones episcopales que manejamos sólo encontramos uno, y no es tanto un nombramiento directo por afinidad política como la respuesta positiva de la corte ante una propuesta descaradamente simoníaca. Nos referimos, claro está, al

decirse que le vinieron “impuestos” al monarca. Se trata del arzobispo Cerebruno de Toledo (1166-1180), Raimundo II de Palencia (1148-1183), Pedro Pérez de Burgos (1156-1181), Joscelmo de Sigüenza (1168-1178), Juan de Osma (1148-1173), Guillermo de Segovia (1158-1172), Sancho II de Ávila (1160-1181) y Rodrigo de Calahorra (1147-1190).

⁷ *Obeuntibus sane episcopis, quoniam ultra tres menses vacare ecclesias prohibent patrum sanctiones, sub anathemate interdictimus, ne canonici de sede episcopali ab electione episcoporum excludant religiosos viros, sed eorum consilio honesta et idonea persona in episcopum eligatur. Quod si exclusis eisdem religiosis electio fuerit celebrata, quod absque eorum assensu et convenientia factum fuerit, irritum habeatur et vacuum.* In *CONCILIORUM Oecumenicorum Decreta*. Ed. J. Alberigo et al. 3ª ed.. Bolonia: Istituto per le scienze religiose, 1973, p. 203.

⁸ *Obeunte vero te, nunc eiusdem loci episcopo, vel tuorum quolibet successorum, nullus ibi qualibet successorum, nullus ibi qualibet subreptionis astutia seu violentia preponatur, nisi quem canonici eiudem ecclesie vel canonicorum maior pars concilii sanioris, secundum Dei timorem et canonicam institutionem providerint eligendum.* *COLECCIÓN Diplomática Medieval de La Rioja*. Estudio y recopilación de I. Rodríguez de Lama. Vol. 3: *Documentos (1168-1225)*. Logroño: Servicio de Cultura de la Diputación Provincial de Logroño, 1979, doc. 328, p. 111. La fórmula, que es la del decreto conciliar, la vemos igualmente reproducida, por ejemplo, en bula que Anastasio IV había remitido casi cuarenta años antes, en abril de 1154, al arzobispo Pelayo de Compostela. *TUMBO B de la Catedral de Santiago*. Ed. Mª T. González Balasch. [Sada, A Coruña]: Ediciós do Castro, 2004, doc. 324, p. 613.

conocido caso del obispo Bernardo de Osma (1174-1176)⁹. Es más, todo apunta a que normalmente se impondría el criterio de la canónica y libre elección capitular, aunque naturalmente ese criterio tendría muy en cuenta la opinión regia. Otro planteamiento sería sin duda ingenuo.

Repasemos algunos casos significativos y, entre ellos en primer lugar, el de los arzobispos de Toledo, cabeza de la Iglesia del reino. Alfonso VIII asistió a cuatro elecciones, y en mayor o menor medida en todas ellas se adivina la presión de la sombra del rey. Resulta patente en el caso de Pedro de Cardona. Era hijo del vizconde de Cardona, Ramón Folch, y fue hombre muy próximo a Alfonso VIII quien lo califica de “mi consanguíneo”. Ocupó la cancillería real desde 23 de julio de 1178 a 4 de agosto de 1182, y estando en ella, y sin renunciar a su condición de abad de Husillos, fue elegido arzobispo en la Navidad de 1180, si bien es cierto que nunca pasó de electo y practicó, además, un perfecto absentismo el poco tiempo que lo fue hasta su renuncia o muerte en los meses centrales de 1182¹⁰. Menos evidente resulta la presión real en el caso del sucesor de Pedro Cardona, el arzobispo Gonzalo Pérez, un arcediano de Talavera consagrado a comienzos de 1183. Ciertamente desconocemos si el rey quiso favorecer su candidatura, pero la lealtad que le mostró a partir de su nombramiento, unida a los reproches papales hacia su poco enérgica actuación a la hora de doblegar el ánimo del rey hacia los planes concretos de la cruzada pontificia, parecen apuntar en esta dirección¹¹.

⁹ Bernardo era el prior del cabildo de Osma. Su pontificado fue necesariamente breve porque muy pronto quedaron al descubierto las irregulares circunstancias de su elección. En efecto, el prior, además de sobornar a algunos miembros del cabildo, había entregado una suma de 5.000 maravedíes al conde Nuño Pérez de Lara y a Pedro de Arauzi, personajes clave en la reciente regencia del monarca y todavía muy próximos al trono. La entrega de esa cantidad, atribuyéndola al período de regencia, la reconocería el propio monarca en su testamento de 1204. Esta atribución cronológica, que no deja de ser una pantalla exculpatoria para la responsabilidad del rey, intenta ser explicada por Loperráez como una equivocación, porque lo razonable, dado que el rey era mayor de edad en 1174, es que quienes recibieran el soborno no fueran sino “algunos domésticos de palacio, que tendrían en él bastante manejo” y que finalmente serían castigados por su felonía (LOPERRÁEZ CORVALÁN, J. – *Descripción histórica del obispado de Osma con el catálogo de sus preladados*. Vol. 1, Madrid: Impr. Real, 1788 [ed. facs. Madrid, 1978], p. 154-155). Ante tan escandalosa y patente simonía, Alejandro III comisionó en 1176 al arzobispo de Toledo, Cerebruno, para reconducir la situación solicitando la devolución de las sumas indebidamente pagadas y proceder a la inmediata destitución del obispo indigno. El rey devolvería el dinero mucho después, según instrucciones del aludido testamento, pero Bernardo fue inmediatamente destituido, aunque, eso sí, repuesto en su dignidad de prior del cabildo.

¹⁰ RIVERA RECIO, J. F. – *La Iglesia de Toledo en el siglo XII (1086-1208)*. Vol. 1. Roma: Iglesia Nacional Española, 1966, p. 200-202; IDEM – *Los arzobispos de Toledo en la baja Edad Media (s. XII-XV)*. Toledo: Diputación Provincial, 1969, p. 31-33; ALONSO, B. – Cardona, Pedro de. In *DHEE*. Vol. 1. Madrid, 1972, p. 352; LOMAX, D. – Catalans in the Leonese Empire. *Bulletin of Hispanic Studies*. 59 (1982) 191-197; GOURON, A. – Autour de Placentin à Montpellier: Maître Guy et Pierre de Cardona. *Studia Gratiana*. 19 (1976) 337-354; HERNÁNDEZ, F. J. – Los mozárabes del siglo XII en la ciudad y la iglesia de Toledo. *Toletum*. 16 (1985) 76-77.

¹¹ RIVERA RECIO – *La Iglesia de Toledo en el siglo XII*, vol. 1, p. 202; las bulas conteniendo los reproches de Clemente III en *Ibidem*, p. 221-224 y 225.

Mucho más claro es el caso de Martín López de Pisuerga. En el momento de ser elegido arzobispo de Toledo en febrero de 1192 era arcediano de Palencia pero no presbítero. Esa elección, sin duda, tuvo mucho que ver con la opinión favorable del rey que se apresuró a informar al papa sobre el particular, pero parece que el proceso fue canónico y pacíficamente llevado a cabo por el cabildo¹². La trayectoria ulterior del arzobispo no pudo ser – tendremos ocasión de comprobarlo – más cercana a los intereses del rey, y éste sabría recompensar a su *karissimo ac fidelissimo amico*¹³, concediéndole en 1206, entre otras muchas mercedes, la cancellería real *quasi quoddam familiare bonum et peculiare beneficium*, un honor del que podría disponer *ad usus propios*¹⁴. Y si claro era el caso del arzobispo Martín, mucho más demostrativo de la influencia regia en elecciones episcopales es el de su sucesor el gran Rodrigo Jiménez de Rada. De familia navarro-castellana, se había preparado intelectualmente en los dos *studia generalia* más importantes del Occidente, Bolonia y París, cuatro años en cada uno de ellos a partir de 1195. Al volver a la Península supo oportunamente ejercer un papel de eficaz mediador entre los reyes de Navarra y Castilla, siendo puntal su actuación en la firma del tratado de paz navarro-castellano de Guadalajara de 1207¹⁵. Este hecho constituyó un notable servicio que Alfonso VIII supo valorar en un momento en que se esforzaba por hacer converger los ánimos de los reyes peninsulares cara al esfuerzo reconquistador. La muerte del obispo de Osma Diego de Acebes al finalizar el año 1207, dio a Alfonso VIII la ocasión de premiar los servicios de Rodrigo influyendo en el capítulo oxomense para ser elegido como sucesor de aquel en 1208, pero no llegó a ser consagrado obispo de la diócesis. En febrero de 1209 había sido ya elegido arzobispo de Toledo y el día 27 de aquel mes, en efecto, el papa Inocencio III comunicaba a los sufragáneos de la iglesia de Toledo que, vacante la sede metropolitana por el fallecimiento del arzobispo Martín, había aprobado la elección capitular realizada en la persona de Rodrigo, una elección unánime y en la que expresamente se decía que se habían tenido en cuenta las recomendaciones del rey Alfonso y de otras personas religiosas, conscientes de los méritos intelectuales y morales que concurrían en el candidato¹⁶.

Los dos obispos palentinos cuyas elecciones vivió personalmente Alfonso VIII, Arderico y Tello Téllez de Meneses, constituyen también buenos ejemplos de la adecuación del perfil episcopal a los deseos del rey. Arderico, originario de

¹² RIVERA RECIO – *La Iglesia de Toledo en el siglo XII*, vol. 1, p. 202-203; IDEM – *Los arzobispos de Toledo en la baja Edad Media*, p. 39-44.

¹³ GONZÁLEZ – *El reino de Castilla*, vol. 3, doc. 750.

¹⁴ *Ibidem*, doc. 769.

¹⁵ *Ibidem*, doc. 813.

¹⁶ MANSILLA, D. – *La documentación pontificia hasta Inocencio III (965-1216)*. Roma: Instituto Español de Estudios Eclesiásticos, 1955, doc. 398, p. 146.

Italia, concretamente de Milán¹⁷, antes que palentino había sido obispo de Sigüenza, y una tradición, aunque ciertamente cuestionable, lo vincula, en vísperas de su acceso a la silla seguntina, con el *studium* hipotéticamente creado en Uclés a raíz del cerco de Cuenca bajo el impulso del primer maestro de la orden de Santiago, Pedro Fernández, y la protección del rey¹⁸. Los relativamente numerosos documentos reales dirigidos a Arderico en su breve pontificado seguntino denotan una relación fluida que el rey reconoce expresamente en agosto de 1182, cuando le concedió *pro multis et maximis serviciis que mihi devote et fideliter hucusque exhibuistis et cotidie exhibetis*, la décima parte de todas las rentas reales del obispado¹⁹. Meses después de producirse el fallecimiento de Raimundo II de Palencia en el transcurso de 1183, Arderico fue elegido para sucederle antes de que finalizara aquel año. Su largo pontificado palentino de más de veinte años de duración se caracteriza por un colaborador entendimiento con la monarquía. De esa colaboración fue sin duda fruto la creación en Palencia del primer *estudio general* del reino bajo la protección real²⁰. Por su parte, Tello Téllez, un hombre de noble cuna, perteneciente a un linaje bien asentado en Tierra de Campos y muy cercano a la privanza del rey Alfonso VIII²¹, fue elegido obispo de Palencia a comienzos de 1208. La provisionalidad que supuso permanecer muchos años como electo –hasta junio de 1212– no privó al nuevo prelado de una plena dedicación a sus funciones, ni mucho menos de ser objeto de la confianza regia²². Como veremos desempeñará funciones representativas y diplomáticas, y sus compromisos familiares e ideológicos le llevarán al mismo escenario de Las Navas.

En cuanto a los seis obispos de Burgos elegidos durante el gobierno personal de Alfonso VIII, hay muy pocos indicios de su intervención en las designaciones. Marino, elegido en 1181, se hallaba vinculado a la “oligarquía capitular” de su iglesia y era pariente del anterior titular de la diócesis, y nada apunta a la sombra

¹⁷ MAFFEI, D. – Fra Cremona, Montpellier e Palencia nel secolo XII: ricerche su Ugo da Sesò. *Rivista Internazionale di Diritto Comune*. 1 (1990) 18-19. Cit. LINEHAN, P. – *History and the historians of Medieval Spain*. Oxford, 1993, p. 309. Cf. REGLERO DE LA FUENTE, C. – La Iglesia de Palencia: la Edad Media. In *HISTORIA de las Diócesis Españolas*. Vol. 19: Palencia, Valladolid y Segovia. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2004, p. 22-23.

¹⁸ MINGUELLA Y ARNEDO, T. – *Historia de la diócesis de Sigüenza y sus obispos*. Vol. 1. Madrid: Imp. de la Revista de Arch. Bibl. y Museos, 1910, p. 129 y 134-135; LINEHAN – *History and the historians*, p. 309.

¹⁹ GONZÁLEZ – *El reino de Castilla*, vol. 2, doc. 376.

²⁰ REGLERO – La Iglesia de Palencia, p. 230.

²¹ MOXÓ, S. de – De la nobleza vieja a la nobleza nueva: la transformación nobiliaria castellana en la baja Edad Media. *Hispania*. 114 (1970) 66-67.

²² El electo de Palencia, por ejemplo, estuvo presente, junto con los obispos castellanos de Segovia y Burgos, y los leoneses de Santiago, Astorga y Salamanca, en la firma en Valladolid del tratado castellano-leonés de 1209, comprometiéndose a excomulgar y anatematizar a aquel de los dos monarcas que rompiera la paz o tregua, así como a quien se lo aconsejara o le siguiera en ello, poniendo además el reino en entredicho (GONZÁLEZ – *El reino de Castilla*, vol. 3, doc. 845).

providente de la monarquía, con la que, sin embargo, mantendría una leal colaboración²³. Mateo (1200-1202), otro miembro del cabildo, no nos deja en su corto pontificado deducir indicio alguno de proximidad al rey²⁴. Distinto es el caso de su sucesor Fernando González (1202-1205)²⁵, un pariente de Alfonso VIII en grado que no es fácil precisar²⁶, y que sin embargo, lejos de mantener una actitud próxima al trono, no dudaría, según veremos, protagonizar uno de los episodios de confrontación con la política eclesiástica del rey más significativos del período. La posible muerte por envenenamiento del prelado en plena confrontación con la monarquía y su sustitución en 1206 por García de Contreras²⁷, un miembro foráneo al capítulo, probablemente de origen andaluz y quizá hijo de Martín González de Contreras, mayordomo de la reina Leonor²⁸, ha lanzado sobre la imagen del nuevo prelado la sombra de la sospecha, una sospecha que de manera únicamente hipotética podría alcanzar al propio monarca. Con el fugaz sucesor de Diego de Contreras, el nunca consagrado Juan Mateo (1211-1212)²⁹, volvemos a la tradicional elección de un canónico aparentemente neutro desde el punto de vista político. Y llegamos así al nombramiento del famoso obispo Mauricio³⁰. Aunque su ascendencia pudo ser

²³ FLÓREZ, E. – *España Sagrada*. Vol. 16. Madrid, 1771, p. 283-290; GONZÁLEZ – *El reino de Castilla*, vol. 1, p. 415, 432 y 529; MARTÍNEZ DÍEZ, G. – Obispos medievales de la era románica: 1082-1214. In *HISTORIA de las Diócesis Españolas*. Vol. 20: *Iglesias de Burgos, Osma-Soria y Santander*. Madrid: BAC, 2004, p. 66-69.

²⁴ FLÓREZ – *España Sagrada*, vol. 16, p. 290-292; MANSILLA, D. – Episcopologio de Burgos: siglo XIII. *Hispania Sacra*. 4 (1951) 316-318; GONZÁLEZ – *El reino de Castilla*, vol. 1, p. 432; MARTÍNEZ DÍEZ – Obispos medievales de la era románica, p. 69.

²⁵ FLÓREZ – *España Sagrada*, vol. 16, p. 292-295; MANSILLA – Episcopologio de Burgos: siglo XIII, p. 318-319; GONZÁLEZ – *El reino de Castilla*, vol. 1, p. 432-433; MARTÍNEZ DÍEZ – Obispos medievales de la era románica, p. 69-70.

²⁶ Dos documentos reales de 1204 nos informan del parentesco del nuevo obispo con Alfonso VIII. En abril de aquel año el rey se dirigía al prelado como *karissimo nepoti meo*, y un mes después enfatizaba la expresión – *karissimo atque dilectissimo nepoti meo* – (GONZÁLEZ – *El reino de Castilla*, vol. 3, docs. 759 y 760). Debemos advertir, sin embargo, que en esta ocasión la voz *nepos* no hace referencia a una relación familiar específica, relación que, en cualquier caso, debió ser bastante lejana. Julio González sugiere la posibilidad de que el obispo fuera hijo de Gonzalo, hijo de Fernando Pérez, mayordomo de Sancho III que era hijo, a su vez, de Pedro González de Lara y de la reina Urraca. En tal caso, el obispo sería primo del rey (*Ibidem*, I, p. 432, n. 271).

²⁷ FLÓREZ – *España Sagrada*, vol. 16, p. 295-298; MANSILLA – Episcopologio de Burgos: siglo XIII, p. 319-320; GONZÁLEZ – *El reino de Castilla*, vol. 1, p. 433-434; MARTÍNEZ DÍEZ – Obispos medievales de la era románica, p. 70-71.

²⁸ MANSILLA – Episcopologio de Burgos: siglo XIII, p. 319.

²⁹ FLÓREZ – *España Sagrada*, vol. 16, p. 298; MANSILLA – Episcopologio de Burgos: siglo XIII, p. 320-321; GONZÁLEZ – *El reino de Castilla*, vol. 1, p. 434; MARTÍNEZ DÍEZ – Obispos medievales de la era románica, p. 71.

³⁰ FLÓREZ – *España Sagrada*, vol. 16, p. 300-315; L. SERRANO – *Don Mauricio, obispo de Burgos y fundador de su catedral*. Madrid: [Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas], 1922; MANSILLA – Episcopologio de Burgos: siglo XIII, p. 321-322; GONZÁLEZ – *El reino de Castilla*, vol. 1, p. 410 y 434; MARTÍNEZ DÍEZ – Obispos medievales de la era románica, p. 80-85.

inglesa o gascona, sus padres y él mismo debieron ser oriundos de Medina de Pomar. En su juventud probablemente coincidió como estudiante en París con Rodrigo Jiménez de Rada, manteniendo ambos una estrecha relación de amistad. Esa relación explica que, nada más ser elegido arzobispo de Toledo en febrero de 1209, Rodrigo facilitara a su amigo el nombramiento de arcediano de Toledo. Tras la muerte del obispo electo de Burgos Juan Mateo en julio de 1212, la larga vacante producida se cubrió con la elección de Mauricio prácticamente un año después, en julio de 1213, permaneciendo como electo durante todo lo que quedaba del reinado de Alfonso VIII. Es muy coherente pensar que en esa elección tuvo mucho que ver Rodrigo Jiménez de Rada y el propio monarca, si bien, políticamente hablando, no puede decirse que la relación fuera significativa entre el electo y Alfonso VIII. No dio tiempo a ello. Mauricio será una personalidad pública muy relevante en las décadas siguientes.

En la diócesis de Sigüenza se sucedieron cuatro prelados elegidos durante la mayoría de Alfonso VIII. Del primero, Arderico (1178-1184), y sus buenas relaciones con el rey, ya hemos hablado. Su sucesor fue el obispo Gonzalo³¹, posiblemente natural de Atienza. Únicamente testifica como obispo en dos documentos reales de diciembre de 1184³², y a partir de entonces se pierde su rastro. Políticamente resulta irrelevante. Muy distinto es el caso del tercero de los prelados seguntinos, Martín de Hinojosa³³. Perteneciente a un linaje soriano noble, leal en su trayectoria a la monarquía, ingresó en el monasterio de Cántavos que él contribuyó a refundar en Huerta. Siendo abad del mismo fue elegido obispo de Sigüenza a comienzos de 1186. No es descartable la sugerencia real como trasfondo de la elección, dadas las magníficas relaciones de su familia con el monarca quien no dudó de favorecerlo en seguida dirigiéndose a él en 1189 como a *dilecti et familiaris amici mei, qui immensa mihi cum omni sedulitate et fidelitate exhibuit obsequia*³⁴. Esta fórmula de afecto real, que incluye la expresión “familiar”, alude sin duda al íntimo trato que rey y obispo se profesaban y al extraordinario influjo que debió tener el prelado sobre la personalidad de Alfonso VIII³⁵. Desde luego, según veremos, esa cercanía personal y política se puso muy de relieve en el transcurso del complejo proceso que llevó a la erección del monasterio de Las Huelgas de Burgos y su consolidación como santuario dinástico y pieza ideológica clave en el programa político del monarca. La vuelta

³¹ MINGUELLA – *Historia de la diócesis de Sigüenza*, vol. 1, p. 140-141; GONZÁLEZ – *El reino de Castilla*, vol. 1, p. 420.

³² GONZÁLEZ – *El reino de Castilla*, vol. 2, docs. 428 y 430.

³³ MINGUELLA – *Historia de la diócesis de Sigüenza*, vol. 1, p. 143-173; GONZÁLEZ – *El reino de Castilla*, vol. 1, p. 420-421; ROMERO REDONDO, A. – San Martín de Finojosa y la Orden Cisterciense. *Cistercium*. 15 (1966) 109-122; IDEM – Martín de Hinojosa. In *DICCIONARIO de los Santos*. Ed. C. Leonardi, A. Riccardi y G. Zarri. Vol. 2. Madrid: San Pablo, [2000], p. 1654-1655.

³⁴ GONZÁLEZ – *El reino de Castilla*, vol. 2, doc. 536.

³⁵ *Ibidem*, vol. 1, p. 183 y 253.

al monasterio de Huerta en 1192 de ese monje que siempre fue Martín de Hinojosa, provocó una nueva elección en la silla seguntina. En esa ocasión el beneficiario fue Rodrigo (1192-1221)³⁶. Oriundo de Verdejo, una localidad del arcedianato de Calatayud, era sobrino –no sabemos si paterno o materno– de su antecesor a quien sucedería en la mitra tras haber ejercido la dignidad de prior del cabildo de la catedral desde 1189. No conocemos el grado de posible mediatización real en la designación, quizá no existiera, aunque la procedencia familiar del prelado y su afinidad con Martín de Hinojosa fueran garantías suficientes para la corona. Lo cierto es que Rodrigo –tendremos oportunidad de comprobarlo– no dudaría en encauzar buena parte de su enérgica agresividad hacia un notable belicismo al servicio del rey y de la monarquía.

Más numerosos fueron los obispos de Osma elegidos durante el gobierno personal del rey. Del primero de ellos, el simoníaco Bernardo, ya tenemos noticias. De su sucesor, el benedictino Miguel (1177-1185)³⁷, es muy poco lo que sabemos y nada de su eventual relación con el rey, y exactamente lo mismo podemos decir del siguiente obispo, el antiguo arcadiano de Soria, García (1185-1186)³⁸. El cuarto de los obispos de Osma, Martín Bazán (1188-1201)³⁹, tiene un perfil mejor definido, y aunque nada sabemos de las circunstancias de su elección, su persona no debió ser neutra en la consideración del rey Alfonso VIII, quien, en junio de 1192 le hacía una significativa donación, *habita consideratione meritorum vestrorum et devotionem quam erga non geritis*⁴⁰. Mucho mayor relieve y, desde luego, mucha mayor significación política tuvo su sucesor, Diego de Acebes (1201-1207)⁴¹, un soriano que llegó a ser prior de la iglesia de Osma antes de ser elegido como su obispo en los últimos meses de 1201. Como tantas veces, no sabemos si Alfonso VIII influyó en alguna medida en su elección, pero lo que sí es cierto es que gozó desde muy pronto de su confianza. Sobre su papel relevante en las embajadas que le fueron confiadas por el rey, habremos de volver en seguida. Al fugaz paso y también a la significación del siguiente obispo elegido, Rodrigo Jiménez de Rada, hemos tenido ocasión de referirnos. Sólo queda aludir al séptimo y último de los obispos de Osma designados bajo el gobierno de Alfonso VIII, Melendo (1210- 1225)⁴². Su condición de afamado canonista está fuera de

³⁶ MINGUELLA – *Historia de la diócesis de Sigüenza*, vol. 1, p. 175-198; GONZÁLEZ – *El reino de Castilla*, vol. 1, p. 421-423 y 448.

³⁷ LOPERRAEZ – *Descripción histórica del obispado de Osma*, vol. 1, p. 161-170.

³⁸ *Ibidem*, vol. 1, p. 170-172.

³⁹ *Ibidem*, vol. 1, p. 173-187.

⁴⁰ GONZÁLEZ – *El reino de Castilla*, vol. 3, doc. 595.

⁴¹ LOPERRAEZ – *Descripción histórica del obispado de Osma*, vol. 1, p. 187-195; JORDÁN DE SAJONIA – *Orígenes de la Orden de Predicadores*. In *SANTO Domingo de Guzmán visto por sus contemporáneos*. Ed. M. Gelabert, J. M^a Milagro y J. M^a de Garganta. Madrid: BAC, 1947, p. 164-176.

⁴² LOPERRÁEZ – *Descripción histórica del obispado de Osma*, vol. 1, p. 208-223.

toda duda⁴³. De orígenes asturianos, es probable que hubiera vivido en Palencia⁴⁴, y sabemos que en algún momento se interesó por la magnífica biblioteca del monasterio de Oña⁴⁵. Fue hombre de la entera confianza del rey Alfonso VIII a quien sirvió militarmente en Las Navas. Su pontificado, sin embargo, tiene una proyección más significativa tras la muerte del rey.

Tampoco los datos son muy esclarecedores en relación a las circunstancias que presiden las designaciones de los cuatro obispos segovianos elegidos entre 1170 y 1214. El primero fue Gonzalo I (1173-1192)⁴⁶, hermano de Rodrigo Gutiérrez ó Girón, mayordomo del rey entre 1173 y 1193, prácticamente durante los años de pontificado del segoviano. No es difícil adivinar la importancia de esa conexión político-familiar a la hora de analizar su acceso a la silla episcopal. De la nutrida relación de privilegios que la cancillería real le dirigió se desprende una alta consideración del rey hacia el obispo. Si esta alta consideración obedecía a una notable actitud de servicio hacia la monarquía o simplemente a la encumbrada posición social del prelado, hermano del leal servidor del rey, no estamos en condiciones de saberlo. El sucesor de Gonzalo I fue el obispo Gutierre Rodríguez (1193-1195)⁴⁷, su sobrino, perteneciente, por tanto, al mismo linaje aristocrático y políticamente cercano al trono que su predecesor. Su brevísimo pontificado finalizó con su muerte en la batalla de Alarcos. Gonzalo II es el siguiente obispo (1195-1210)⁴⁸. Sus orígenes segovianos no son incompatibles con ser, como su antecesor, sobrino de Gonzalo I, aunque no sepamos identificar la naturaleza originaria de esta relación familiar. Era miembro del cabildo, arcediano, y desde muy niño se había iniciado en los estudios de la mano de su tío. No parece que el rey tuviera nada que ver con su acceso probablemente irregular a la mitra. Conocemos esta circunstancia como fruto de la investigación que fue incoada precisamente cuando se produjo la elección del obispo y su rostro aniñado hizo pensar que no tenía la edad canónica que prescribía la Iglesia como adecuada para acceder a la dignidad episcopal⁴⁹. De todas formas, el rey se mostró siempre bien dispuesto hacia este enérgico prelado, al que, como

⁴³ LINEHAN – *History and the historians*, p. 299. GARCÍA Y GARCÍA, A. – El Studium Bononiense y la Península Ibérica. In *IGLESIA, Sociedad y Derecho*. Vol. 1. Salamanca: Universidad Pontificia de Salamanca, 1985, p. 51.

⁴⁴ ABAJO MARTÍN, T. – *Documentación de la Catedral de Palencia (1035-1247)*. Palencia, 1986, doc. 128. Fuentes medievales castellano-leonesas; 103.

⁴⁵ LINEHAN – *History and the historians*, p. 346.

⁴⁶ COLMENARES, D. de – *Historia de la insigne ciudad de Segovia y compendio de las Historias de Castilla*. Vol. 1. Reed. Segovia, 1982, p. 294-313; GONZÁLEZ – *El reino de Castilla*, vol. 1, p. 357-359.

⁴⁷ COLMENARES – *Historia de la insigne ciudad de Segovia*, vol. 1, p. 313-315; GONZÁLEZ – *El reino de Castilla*, vol. 1, p. 359.

⁴⁸ COLMENARES – *Historia de la insigne ciudad de Segovia*, vol. 1, p. 315-333; GONZÁLEZ – *El reino de Castilla*, vol. 1, p. 411, 425-427 y 467.

⁴⁹ Martín López de Pisuerga, arzobispo de Toledo, dio su aprobación sólo después de llevar a cabo una investigación al respecto (ACT X.2.B.1.1). Cit. GONZÁLEZ – *El reino de Castilla*, vol. 1, p. 411 y 425.

veremos, recurrió para llevar a cabo alguna misión de interés para el reino. El cuarto y último obispo segoviano del período fue Gerardo (1211-1224)⁵⁰, un hombre que debía ser del círculo real y de la plena confianza del monarca, porque nada más ser elegido, Alfonso VIII le confiaba una delicada misión en Roma, la de recabar el respaldo papal a su inminente cruzada contra los almohades.

Los seis obispos abulenses elegidos durante el gobierno personal de Alfonso VIII carecen de trayectorias bien definidas, y pese a que en algún caso fueron activos colaboradores del rey, prácticamente no se sabe nada de sus posibles vinculaciones con la corte y menos aún de los factores políticos que pudieron estar presentes en sus respectivas designaciones. Domingo I (1182-1187)⁵¹ debió tener una cierta inquietud política ya que intervino activamente de parte castellana, junto al arzobispo Gonzalo de Toledo entre otros, en las conversaciones de Paradinas el 2 de febrero de 1183 conducentes a restablecer la paz con León⁵². Lo mismo quizá podría decirse de su sucesor, Domingo II (1187-1190)⁵³, presente en la firma del destacable tratado castellano-alemán de Seligenstadt, el 23 de abril de 1188, pero el rey no le tuvo el suficiente aprecio como para detener el proceso de constitución de la diócesis de Plasencia que tanto le perjudicaba⁵⁴. Le sucedió en la mitra el arcediano Juan (1191-1195)⁵⁵, del que no se puede dudar que tuviera una fluida relación con el rey, una relación que, en último término, explicaría su presencia, junto a él, en la batalla de Alarcos, donde en julio de 1195 el obispo perdió la vida. Su sucesor, el obispo Jacobo (1195-1203)⁵⁶, es un perfecto desconocido en términos políticos, y no mucho más es lo que puede decirse en este sentido del siguiente prelado, Pedro (1205-1212)⁵⁷, salvo que el último año de su vida participó en la batalla de Las Navas y asistió a la victoria de Alfonso VIII en ella. Del último obispo del período, Domingo III (1213-1227)⁵⁸, nada nos es dado conocer en lo que se refiere a su conexión, muy efímera por otra parte, con el rey.

⁵⁰ COLMENARES – *Historia de la insigne ciudad de Segovia*, vol. 1, p. 333-358; GONZÁLEZ – *El reino de Castilla*, vol. 1, p. 215 y 427; A. GARCÍA Y GARCÍA – Primeros reflejos del Conc. 4 Lateranense en Castilla. In IDEM – *Iglesia, sociedad y derecho*. Vol. 2. Salamanca: Universidad Pontificia de Salamanca, 1987, p. 209-235.

⁵¹ T. SOBRINO CHOMÓN – La Iglesia de Ávila. In *HISTORIA de las diócesis españolas*. Vol. 18: *Ávila, Salamanca y Ciudad Rodrigo*. Madrid: BAC, 2005, p. 16-17.

⁵² GONZÁLEZ – *El reino de Castilla*, vol. 2, doc. 407.

⁵³ SOBRINO – La Iglesia de Ávila, p. 17.

⁵⁴ BARRIOS GARCÍA, A. – *Documentación medieval de la catedral de Ávila*. Salamanca: Universidad Pontificia de Salamanca, 1981, docs. 31, 32 y 34.

⁵⁵ SOBRINO – La Iglesia de Ávila, p. 17-18.

⁵⁶ *Ibidem*, p. 18-19.

⁵⁷ *Ibidem*, p. 19. Se trata de Pedro Instancio, según el autor (*Ibidem*, p. 203).

⁵⁸ *Ibidem*, p. 19.

La diócesis de Plasencia fue una apuesta política de Alfonso VIII, preocupado por la consolidación territorial del flanco suroeste del reino. Sin embargo, lo desconocemos todo sobre su primer obispo, Bricio (1190-1212)⁵⁹, lo cual no deja de resultar extraño en un personaje que debió ser decisivo a la hora de materializar los designios políticos del monarca en lo relativo a la nueva diócesis. Y algo no muy distinto es preciso decir de su sucesor, el obispo Domingo (1212-1232)⁶⁰, quien, sin embargo, debió tener una vinculación con el rey tan estrecha como fugaz: su presencia en el victorioso campo de Las Navas y su asistencia al monarca en los últimos momentos de su vida, parecen indicarlo.

No tuvo menor importancia desde el punto de vista político la erección de la también nueva diócesis de Cuenca. La conquista de la ciudad fue un reto cuyo corolario sería el de la instauración de su obispado. Hubo dificultades para ello, pero el primer obispo elegido lo fue con notoria rapidez, apenas unos meses después de la conquista. Se trata de Juan Yáñez (1178-1197)⁶¹, natural de Toledo, probablemente perteneciente a una notable familia mozárabe y hombre seguramente muy cercano al arzobispo Cerebruno, y canónigo de la iglesia de Toledo. Sin duda era persona de confianza para el rey⁶², del que recibió una buena dotación patrimonial con amplio control jurisdiccional para su iglesia. Su sucesor fue el famoso obispo Julián (1198-1208)⁶³, otro mozárabe toledano que disfrutaba del arcidiano de Calatrava en el momento de su elección. Su vinculación con el arzobispo Martín López de Pisuerga resulta evidente y, seguramente a través de él, con el propio monarca que llega a definirlo como *karissimo ac venerabili amico meo*⁶⁴. No se puede decir, sin embargo, que sean muchos los testimonios directos de esa vinculación. En cualquier caso, no parece que Julián sobresaliese por sus aptitudes políticas. El tercer prelado conquense, García Ruiz (1208-1224)⁶⁵, mozárabe toledano como los anteriores, y miembro de una familia, los Ruiz, especialmente acomodada, fue arcidiano en el cabildo de Toledo; de todas formas, la cancillería de Alfonso VIII no mantuvo una relación muy intensa con él.

Finalmente debemos aludir a la última diócesis que nos queda por revisar, la de Calahorra, en la que se sucedieron tres elecciones episcopales durante el gobierno personal de Alfonso VIII. Es bastante probable que el rey influyera en la primera de ellas, la de García Fernández (1190-1195)⁶⁶, posiblemente sobrino

⁵⁹ F. GONZÁLEZ CUESTA – Sobre el episcopologio de Plasencia. *Hispania Sacra*. 47 (1995) 358-359.

⁶⁰ *Ibidem*, p. 359.

⁶¹ J. DÍAZ IBÁÑEZ – *Iglesia, Sociedad y Poder en Castilla: el Obispado de Cuenca en la Edad Media (Siglos XII-XV)*. Cuenca: Alfonsópolis, 2003, p. 71-73.

⁶² Aunque poco pródigo en su presencia en la corte (GONZÁLEZ – *El reino de Castilla*, vol. 1, p. 403).

⁶³ DÍAZ IBÁÑEZ – *El Obispado de Cuenca en la Edad Media*, p. 73-76.

⁶⁴ GONZÁLEZ – *El reino de Castilla*, vol. 3, doc. 748.

⁶⁵ DÍAZ IBÁÑEZ – *El Obispado de Cuenca en la Edad Media*, p. 76-78; GONZÁLEZ – *El reino de Castilla*, vol. 1, p. 430-431.

del anterior prelado, Rodrigo de Cascante, al que, por cierto, el rey había tenido por su “padre espiritual”⁶⁷. Tanto esa relación familiar como algún otro testimonio anterior⁶⁸, permiten pensar como más que razonable en esa influencia. Pero a Alfonso VIII no le sirvió de mucho ejercerla. García Fernández no resultó ser el eficaz colaborador de una delicada diócesis fronteriza. Su ulterior promoción a la sede de Pamplona, con la anuencia del rey de Navarra y sin el menor disgusto del castellano, lo dice todo⁶⁹. Si acabaron siendo frías las relaciones de Alfonso VIII con el obispo García, no más afectuosas debieron serlo con su sucesor Juan de Préjano (1196-1205)⁷⁰, seguramente natural de esta villa riojana, canónigo de Calahorra desde por lo menos 1192 y prior, y como tal estrecho colaborador de García, en los años previos a su elección. Quizá la larga vacante producida antes de su acceso al pontificado tenga algo que ver con los recelos regios. Nos encontramos, finalmente, con Juan García de Agoncillo (1206-1216)⁷¹, un *magister* no sabemos si perteneciente al cabildo, pero sí a una familia, la de los García Bermúdez, señores de Agoncillo, a caballo en sus fidelidades tanto del rey de Castilla como del de Navarra. La frialdad de las relaciones entre el rey y el nuevo titular de Calahorra no hacía sino manifestar una vez más lo que desde 1195 venía siendo habitual.

2. ALFONSO VIII Y SUS OBISPOS: ÁMBITOS Y DIRECTRICES DE COLABORACIÓN

Los ámbitos en que la autoridad de la Iglesia a través de sus obispos respaldó y colaboró activamente con el poder político durante el reinado de Alfonso VIII fueron muchos y muy diversos, pero es posible articularlos en torno a esos dos conceptos básicos del lenguaje feudal, *auxilium* y *consilium*, que tan profundamente arraigaron también en el discurso propio de la Iglesia⁷².

⁶⁶ SÁINZ RIPA, E. – *Sedes episcopales de La Rioja*. Vol. 1: Siglos IV-XIII. Logroño: Diócesis de Calahorra y La Calzada-Logroño, 1994, p. 379-400.

⁶⁷ GONZÁLEZ – *El reino de Castilla*, vol. 2, doc. 133.

⁶⁸ Muy probablemente García era el arcediano de Calahorra a quien Alfonso VIII el 5 de noviembre de 1170, *pro multis serviciis et devotissimo animo quod erga me actenus exhibuistis*, concedía un realengo en término de Cerezo (GONZÁLEZ – *El reino de Castilla*, vol. 2, doc. 150).

⁶⁹ GOÑI GAZTAMBIDE, J. – *Historia de los obispos de Pamplona*. Vol. 1: Siglos IV-XIII. Pamplona: EUNSA, 1979, p. 509-510.

⁷⁰ SÁINZ RIPA – *Sedes episcopales de La Rioja*. Vol. 1, p. 401-427.

⁷¹ *Ibidem*, p. 429-449.

⁷² Sirva a título de ejemplo la carta enviada por el papa Inocencio III al arzobispo Rodrigo en febrero de 1210 animando a la lucha reconquistadora en Castilla y autorizando la remisión penitencial de modo que todos los fieles *ut dicto regi* [Alfonso] *ad promovendum tantum Dei servitium, consilium et auxilium oportunum impendant...* MANSILLA – *La documentación pontificia hasta Inocencio III*, doc. 416, p. 436.

2.1. El *auxilium episcopal*

El *auxilium*, como es sabido, comporta ayuda material y militar fundamentalmente. No fue la primera la más destacable, y habría más bien que retrotraerse a la crítica etapa de la minoría cuando algunos obispos habrían intentado contribuir a la estabilidad del reino utilizando rentas y bienes de sus iglesias. Así parece que lo hizo Cerebruno en su etapa de obispo de Sigüenza (1155-1166), lo que explicaría que precisamente al final de su pontificado seguntino, el 25 de abril de 1166, el rey, calificándolo de *patrino meo*, entregara al obispo la villa de Beteta, *pro servitio quod mihi devote et fideliter exhibuistis*, y en reconocimiento por los daños que pudo sufrir la iglesia por la causa del rey – *pro pluribus etiam dampnis que pro me ecclesia Segontina sustinuit*⁷³.

Más claro aún fue el caso del obispo Raimundo II de Palencia (1148-1183), el *regni reparator* de la tumultuosa regencia, al que a través de un conocido y muy importante documento real de 1179, Alfonso VIII devolvía a la iglesia de Palencia *consuetudines et foros* que, sin autorización real, el prelado había vendido al concejo de la ciudad. El rey explica la medida con una larga introducción justificativa en la que describe la situación del reino durante la minoría. En ella se dice que, a raíz de la inesperada muerte del rey Sancho, todo el reino cayó en la discordia, hasta el punto de que, si no hubiese sido por la ayuda de Dios, el propio monarca se habría visto privado, al igual que de su padre, del reino mismo, y ello porque tanto reyes como gentes de sus reinos intentaban de manera concertada su destronamiento. Había habido, sin embargo, vasallos que no se olvidaron de la legalidad, no sólo en atención a la fragilidad propia de la edad del rey (*inbecillis etatis*), sino por una estricta razón de fidelidad. Y esos vasallos no ahorraron ni recursos materiales ni personales para luchar contra los enemigos del rey y así poder entregarle el reino de su padre. Entre esos vasallos fue especialmente señalado el obispo Raimundo de Palencia, *avunculus meus*, que, en defensa del orden divino (*Deo pro ordine*), mostró activamente su fidelidad con devoción y esfuerzo permanentes. No descuidándose en nada desde que le fue confiado su oficio, no dejó de dedicarse al servicio del rey, de modo que podía ser calificado no sólo de pastor sino de auténtico *regni reparator*. En la dedicación a este servicio, y llevado por la necesidad, casi todas las rentas y heredades de la iglesia palentina fueron empeñadas o vendidas, no queriendo tampoco sustraer al servicio del rey las *consuetudines et foros* de la iglesia, de cuyos frutos venía en gran parte sustentándose desde antiguo. El fruto de su venta había servido para mantener a palentinos bondadosos y dispuestos a colaborar en la guerra del reino sosteniendo la causa de su rey⁷⁴.

⁷³ GONZÁLEZ – *El reino de Castilla*, vol. 2, doc. 90.

⁷⁴ *Ibidem*, doc. 327.

Estas comprometidas actitudes, que desde luego no se rastrearán en otros preladados de la minoría como Pedro Pérez de Burgos (1156-1181), Juan de Osma (1148-1173) o Sancho II de Ávila (1160-1181), sí parecen adivinarse en obispos como Guillermo de Segovia (1158-1172)⁷⁵ o Rodrigo de Calahorra (1147-1190)⁷⁶, por no hablar del arzobispo Juan de Toledo (1162-1166) y su iniciativa sinodal de Segovia de 1166, a la que aludiremos un poco más adelante.

En cualquier caso, las actitudes más o menos comprometidas de estos últimos obispos no se tradujeron necesariamente en *auxilium* económico a su rey, como en efecto de ninguna manera puede asimilarse a tal concepto los 5.000 maravedíes que el entorno real obtuvo ilícitamente del candidato a obispo de Osma, el prior Bernardo, pese a que dicha suma se justificara más tarde como invertida en perentorios gastos de defensa militar⁷⁷. Tampoco debemos identificar con el *auxilium* algunas contribuciones más cercanas a la extorsión del señor que a la responsabilidad del deber vasallático. Así ocurrió, por ejemplo, con ciertas exigencias dirigidas a la iglesia de Toledo traducidas en apropiación de bienes o rentas, y cuya improcedencia le fue reconocida por el propio monarca al arzobispo Cerebruno en 1175 cuando decidió desagraviar a su iglesia

⁷⁵ Su papel debió ser importante en el brevísimo reinado de Sancho III, y no sería incongruente, por tanto, que lo fuera durante la minoría. Por lo menos eso parece desprenderse de un privilegio real que recibe tras ser declarada la mayoría del rey. En efecto, el 25 de febrero de 1170 Alfonso VIII donaba a la iglesia de Segovia y a su obispo Guillermo, *pro servicio quod patri meo et michi actenus devote ac fideliter exhibuistis et cotidie exhibitis*, la villa de Alcazarén (*Ibidem*, doc. 132).

⁷⁶ El trasfondo navarro y las irredentas apetencias riojanas de sus reyes están indiscutiblemente presentes en el desestabilizado panorama de la minoría. Pues bien, hay algo que resulta evidente, y es que el obispo Rodrigo se nos presenta como auténtico agente de “castellanización” de su diócesis. Preferirá el título de obispo de Calahorra al de obispo de Nájera, con el que sólo esporádicamente aparece en la documentación, y es el constructor de la nueva iglesia de Santo Domingo de la Calzada (1158-1180), convertida en colegiata y a la que concederá lugar de preeminencia en la organización diocesana. En este sentido, no deja de ser significativo el radical enfrentamiento del obispo con Raimundo, prior de Nájera. Motivos disciplinarios lo explican pero quizá no convenga desechar del todo el “factor político”: ¿pudo ser el prior hombre reacio a ese “oficial” movimiento de “castellanización” de la iglesia calagurritana? En el conflicto intervendrá el papa y no finalizará hasta que en 1170 Raimundo sea privado de la administración del priorato y expulsado del reino por orden de Alfonso VIII, de común acuerdo con los obispos del reino. Alfonso VIII notifica, en efecto, que, por patente simonía y malversación de bienes de su iglesia, el prior Raimundo de Nájera había sido privado de su administración eclesiástica y expulsado del reino. Es en lo que se refiere a la aplicación de medidas contra quienes se opusieran al edicto, en lo que el rey parece actuar con el acuerdo de los obispos del reino: *Spoliatores quoque, tam nos quam episcopi nostri, tocius calumpnie immunes esse sancimus*. Publ. GONZÁLEZ – *El reino de Castilla*, vol. 3, doc. 933; RODRÍGUEZ DE LAMA – *Colección Diplomática Medieval de La Rioja*, vol. 3, doc. 238. El documento, sin fecha, probablemente corresponde a 1170: el 5 de noviembre de ese año hay un nuevo prior, Humberto. El edicto del rey podría ser también, sin embargo, de los últimos meses de 1169 como consecuencia de la comisión del papa al arzobispo de Santiago, que fue de agosto de este último año (RODRÍGUEZ DE LAMA – *Colección*, vol. 3, doc. 237).

⁷⁷ Cf. supra n. 9. En la explicación del testamento del rey la suma fue gastada en la defensa de la amenazada ciudad de Calahorra.

con la donación del monasterio burgalés de Covarrubias⁷⁸. Otro caso distinto es el de la contribución de los obispos a la cruzada de Las Navas. Los datos de que disponemos no son fáciles de contrastar⁷⁹ y, desde luego, no estamos en condiciones de situarlos en el contexto de un consensuado *auxilium* episcopal o en el de la inevitable extorsión del poder real, de la que, como ya hemos visto y volveremos a ver más adelante, no faltan ejemplos ni tampoco quejas formales de papas y obispos.

Como puede verse el *auxilium* económico de los obispos, evidente aunque probablemente no generalizado durante la minoría del rey, no es un tema ni mucho menos claro durante su gobierno personal. Cuestión muy distinta es lo referente al *auxilium* militar, que, como es natural, comportaba también contribución económica traducida en movilización de efectivos. Los datos de que disponemos, sin ser muy abundantes, sí son bastante elocuentes. Repasémoslos para valorarlos brevemente a continuación.

La eventual participación de obispos de Alfonso VIII en conflictos intracristianos no es fácil de probar. Sáinz Ripa afirma que el obispo Rodrigo de Calahorra participó en 1173 en el asedio de Artajona, en el contexto de la contraofensiva castellana frente a Navarra que traería consigo la recuperación de las zonas ocupadas por Sancho VI durante la minoría⁸⁰. Es cierto, y ya lo hemos apuntado, que Rodrigo de Cascante fue un importante agente de “castellanización” de la diócesis calagurritana, y que su papel como tal en el contexto de recuperación territorial de La Rioja debió ser considerable, pero no es del todo probable que ese papel se tradujera en acciones militares. Quizá sí hubo participación de Raimundo II de Palencia en la guerra castellano-leonesa que en 1178 supuso la recuperación de Tierra de Campos por parte de Alfonso VIII, y que personal e institucionalmente le afectaba, pero tampoco puede probarse de manera inequívoca⁸¹.

⁷⁸ GONZÁLEZ – *El reino de Castilla*, vol. 2, doc. 218.

⁷⁹ Uno de esos datos es el de la concesión, a petición del rey, de la mitad de todas las rentas del clero castellano (*CRÓNICA Latina de los Reyes de Castilla*. Ed. L. Charlo Brea. Cádiz: Universidad de Cádiz, 1984, p. 28). El otro es el de la famosa fundición de los tesoros de las iglesias de Castilla en vísperas de la contienda: H. GRASOTTI – Organización política, administrativa y feudo-vasallática de León y Castilla durante los siglos XI y XII. In *LOS REINOS cristianos en los siglos XI y XII*. Vol. 2: *economía: sociedades: instituciones*. Madrid: Espasa Calpe, p. 213. (Historia de España Menéndez Pidal; 10).

⁸⁰ SÁINZ RIPA – *Sedes episcopales de La Rioja*, p. 360.

⁸¹ En septiembre de 1179 Alfonso VIII donaba al hospital de San Antolín, de la iglesia de Palencia, y a su tío (*avunculo meo*), el obispo Raimundo, *propter multa servitia que mihi fecit et cotidie devotissime facit*, todos los derechos reales de la villa de Pedraza, en Campos; y *propter inmensa et innumerabilia servicia que mihi devotissime fecit et facit*, confirmaba también al concejo de Mazariegos los privilegios concedidos por Alfonso VII; y una fórmula semejante a las anteriores encontramos en la confirmación a la iglesia y obispo de Palencia de la propiedad de la iglesia de Santiago de Cigales (GONZÁLEZ – *El reino de Castilla*, vol. 2, docs. 325, 325 y 328).

Desde luego, es bastante más fácil de probar la presencia e incluso participación activa de algunos belicosos preladados en los enfrentamientos con los musulmanes, que sin duda no presentaban las discutibles connotaciones que su eventual compromiso en acciones bélicas intracristianas. Lo que por supuesto no puede negarse es la presencia en las operaciones conducentes a la toma de Cuenca en 1177 del arzobispo Cerebruno de Toledo junto a otros cuatro obispos más: Pedro de Burgos, Joscelmo de Sigüenza, Sancho de Ávila y Raimundo de Palencia, todos ellos confirmantes en los dos documentos particulares que dan fe de las gestiones protagonizadas por el arzobispo en pleno asedio⁸². La documentación real nos confirma la asistencia del obispo Raimundo de Palencia al que acabamos de aludir. En el sitio de la ciudad, en julio de 1177, Alfonso VIII donaba a la iglesia de San Antolín de Palencia y a su obispo todos los sarracenos libres que vivían en Palencia y ello según la conocida fórmula *pro multis et maximis serviciis que vos mihi hactenus devote et fideliter exhibuistis et cotidie exhibetis*⁸³. Por otra parte, de la presencia de Joscelmo, obispo de Sigüenza, en el mismo asedio dan cuenta dos documentos reales que Alfonso VIII le concedió desde el real en marzo y en mayo de 1177⁸⁴. Naturalmente que esas presencias no prueban tanto la participación activamente beligerante de los preladados como la intervención de tropas dependientes de sus respectivas iglesias⁸⁵.

De todas formas esa beligerancia activa se produjo en no pocas ocasiones. Paradigma de ella fue el arzobispo de Toledo, Martín López de Pisuerga. De hecho, poco después de que Alfonso VIII decidiera no prorrogar las treguas establecidas con los almohades, la ruptura de hostilidades comenzará con la orden cursada por el rey al arzobispo en 1194 para que, desplazándose a Andalucía, efectuara una importante razzia por la vega del Guadalquivir. Sabemos que en ella utilizó *multitudinem militum et peditum* y obtuvo cuantioso botín⁸⁶, lo que ya no es tan claro es que el arzobispo se viera secundado por el obispo Martín Bazán de Osma, como afirma Loperráez⁸⁷. De lo que no cabe

⁸² HERNÁNDEZ, F. J. – *Los Cartularios de Toledo: catálogo documental*. Madrid: Fundación Ramón Areces, 1996, docs. 180 y 181.

⁸³ GONZÁLEZ – *El reino de Castilla*, vol. 2, doc. 282.

⁸⁴ *Ibidem*, vol. 2, docs. 274 y 280.

⁸⁵ Hernández especula con los efectivos que debieron acompañar al arzobispo Cerebruno: HERNÁNDEZ – *Los mozárabes del siglo XII*, p. 86, n. 88.

⁸⁶ *CRÓNICA Latina*, p. 12. La crónica de Calatrava de Rades añade, aunque situándolo cronológicamente en 1191, que a la hueste del arzobispo, que fue acogido durante dos días en el convento de Calatrava, se le agregarían tropas del maestre Nuño Pérez de Quiñones, con las que la mesnada de don Martín compartiría el rico botín obtenido. RADES Y ANDRADA, F. de – *Chronica de las Tres Ordenes y Cauallerias de Sanctiago, Calatraua y Alcantara*. Toledo, 1572, *Chronica de Calatraua*, fol. 19v (ed. facs. Barcelona, 1980).

⁸⁷ LOPERRAEZ – *Descripción histórica del obispado de Osma*, vol. 1, p. 176. Desde luego no alude a esta participación ni la *Crónica Latina* que nos da cuenta de la campaña, ni tampoco Rades, que la comenta (cf. supra nota anterior).

duda es de que la campaña contó con cierto “seguimiento internacional”. Un papa tan atento a los asuntos de la reconquista hispánica como Celestino III felicitaba expresamente por ella al prelado en julio de 1195⁸⁸. En aquellos días precisamente tuvo lugar el funesto enfrentamiento de la batalla campal de Alarcos. No tenemos pruebas de ello, pero cabe suponer la presencia del arzobispo en la luctuosa jornada cuyo resultado amenazó de manera directa a la archidiócesis toledana y con ella a la frontera toda del reino de Castilla. Desde luego, otros obispos sí estuvieron presentes e incluso fueron víctimas de la cruenta derrota. Este fue el caso de Gutierre de Segovia y de Juan de Ávila⁸⁹. También es bastante probable que participara en la batalla, aunque con más suerte que sus hermanos fallecidos, el obispo Rodrigo de Sigüenza. Minguella relaciona con esa participación un documento de 22 de junio de 1195 en el que hacía una merced al cabildo de su iglesia aludiendo a su eventual fallecimiento⁹⁰. De lo que no cabe la menor duda es de que al año siguiente, *vadens in expeditionem contra sarracenos*, el obispo Rodrigo solicitaba un préstamo de 1700 maravedíes del cabildo empeñando para ello sus propios bienes⁹¹.

Si Alarcos movilizó a un número significativo de los obispos de Alfonso VIII, la victoriosa revancha de Las Navas puso en movimiento a algunos más. Es de sobra conocido el papel jugado por el arzobispo de Toledo Jiménez de Rada. Él mismo en su crónica nos transmitiría la noticia de su participación en la batalla campal formando parte de la retaguardia del ejército real junto al monarca y en compañía de los obispos Tello Téllez de Palencia, Rodrigo de Sigüenza, Melendo de Osma y Pedro de Ávila⁹². Además de ellos, es bastante probable que formaran parte de las huestes de Alfonso VIII los hombres del obispo Domingo de Plasencia. Jiménez de Rada, aunque no lo cita entre los combatientes, nos lo muestra en el campo victorioso de Las Navas oficiando un *Te Deum* junto al propio arzobispo toledano y a los citados obispos Tello de Palencia, Rodrigo de

⁸⁸ RIVERA RECIO – *La Iglesia de Toledo en el siglo XII*, vol. 1, p. 231-232.

⁸⁹ Ambos, en efecto, son objeto de una nota obituaría añadida al Martirologio de Usuardo, un manuscrito de la segunda mitad del siglo XII procedente del monasterio de San Vicente de la Sierra, que dependía de la iglesia de Toledo. El texto de la noticia dice: *Obiit Guterrius Secobiensis episcopus et Johannes Abilensis episcopus et frater noster Munio et multitudo christianorum Era M^oCC^oXXXIII^a*. Cf. GONZÁVEZ RUIZ, R. – *Hombres y libros de Toledo*, Madrid, 1997, p. 106. La noticia es también recogida por el *Cronicón Conimbricense*, aunque con añadidos inexactos (GONZÁLEZ – *El reino de Castilla*, vol. 1, p. 966).

⁹⁰ MINGUELLA – *Historia de la diócesis de Sigüenza*, vol. 1, p. 177-178 y doc. 121. Sabemos, por otra parte, que en un alarde de inexactitud, sin duda muy significativa, el *Cronicón Conimbricense* habla expresamente de la muerte en Alarcos de tres obispos, el de Ávila, el de Segovia y el de Sigüenza. *PORTUGALIAE Monumenta Historica*. Vol. 1. Lisboa: Typis Academicis, 1856, p. 3.

⁹¹ MINGUELLA – *Historia de la diócesis de Sigüenza*, vol. 1, p. 178-179 y GONZÁLEZ – *El reino de Castilla*, vol. 2, p. 421.

⁹² JIMÉNEZ DE RADA, R. – *Historia de Rebus Hispaniae sive Historia Gótica*. In *CORPUS Christianorum: continuatio mediaevalis*. 72 (1987). Ed. J. Fernández Valverde; trad. castellana del mismo autor: *Historia de los Hechos de España*, Madrid: Alianza Editorial, 1989, lib. VIII, cap. III.

Sigüenza, Melendo de Osma y Pedro de Ávila⁹³. Por último, no es descartable que también hubiera estado presente en la contienda el electo burgalés Juan Mateo⁹⁴. Por otra parte, es probable que las tareas de refortificación fronteriza posteriores a Las Navas contaran con el protagonismo, cuando menos, del arzobispo Rodrigo Jiménez de Rada. De hecho, y hasta las treguas firmadas con los almohades en mayo de 1214, el prelado se mantuvo atento al control de la frontera, siendo la repoblación del castillo de Milagro uno de los episodios más conocidos⁹⁵.

Como puede verse la actuación bélica de los obispos de Alfonso VIII que estamos en condiciones de contrastar adecuadamente no es desdeñable. La gran coartada ideológica de la cruzada amparaba su actuación ante los ojos de la propia Iglesia, al menos en lo que se refiere al combate frente al infiel musulmán⁹⁶, y lo hacía en un momento en que concretamente en Castilla la efectividad alcanzada al respecto por las órdenes militares distaba de haber dado los frutos apetecidos. La apuesta por ellas que había realizado Alfonso VIII desde el comienzo de su gobierno personal, no se vio avalada por el éxito en Alarcos, y la monarquía castellana necesitaba de la legitimación cruzada para su propio desarrollo, incluso en algún momento para garantizar su supervivencia. Pensemos en los años que anteceden a Las Navas, un momento difícil que requería el rearme de la sociedad entera y su galvanización cruzada en orden a la salvación del reino. En este contexto pudo acabar de cuajar la imagen del obispo, inevitable referente social, enarbolando destrezas militares como una más de entre sus idealizadas cualidades pastorales. Se ha sugerido que el *Poema de Mio Cid* pudo ser una pieza de la propaganda alfonsina destinada a enfervorizar los ánimos de los castellanos en vísperas de Las Navas⁹⁷. Desde luego, no es algo descabellado, si admitimos la datación de en torno a 1200, incluso de 1207 que figura en el *éxplícit* del único códice que se conserva. Pues bien, si repasamos a lo

⁹³ *Ibidem*, lib. VIII, cap. X.

⁹⁴ Murió el 18 de julio de 1212, dos días después de la batalla de Las Navas. Este hecho y la circunstancia de figurar como confirmante en un diploma regio fechado en Toledo el 15 de junio de 1212, ha llevado a pensar que Juan Mateo acompañó y participó con el rey en la cruzada victoriosa, en la que recibiría las heridas que le provocarían la muerte. Lo cierto, sin embargo, es que el arzobispo Jiménez de Rada no lo menciona entre los obispos asistentes a la jornada de Las Navas.

⁹⁵ RADA – *De Rebus*, VIII, cap. XIII.

⁹⁶ La felicitación que hemos visto enviar a Celestino III al arzobispo Martín López de Toledo con motivo de su victoriosa campaña de 1194, contrasta con el desamparo en que, poco después, el mismo pontífice dejaría a Felipe de Dreux, obispo de Beauvais, cuando en 1197 cayera prisionero de los hombres de Ricardo Corazón de León en plena ofensiva contra la Normandía oriental. El papa, entonces, no queriendo comprometerse en una mediación de dudosa eficacia, permitió que se acudiera al rescate para liberarlo: a fin de cuentas se había comportado como un soldado de Marte y no de Cristo (cit. J. FLORI – *Ricardo Corazón de León: el rey cruzado*. Barcelona, 2002, p. 246-247). No cabe duda que la Sede Apostólica diferenciaba muy bien la guerra cruzada del enfrentamiento intracristiano.

⁹⁷ SMITH, C. – *The Making of the 'Poema de mio Cid'*. Cambridge, 1983, p. 97ss.; cit. LINEHAN, P. – Spain in the twelfth century. In *THE NEW CAMBRIDGE Medieval History*. Vol. 4-2: c. 1024-c. 1198. Ed. D. Luscombe y J. Riley-Smith. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, p. 508.

largo de sus versos la presentación idealizada que se nos hace de la figura de un obispo, en concreto la de don Jerónimo, el primer titular de la diócesis de Valencia, los rasgos bélico-cruzados no pueden ser más acusados. El obispo es un hombre ávido de gestas militares⁹⁸, firmemente convencido de la doctrina de la redención en combate⁹⁹, personal y activamente comprometido en la confrontación bélica¹⁰⁰, y consciente de la dignificación de su estado por la participación en la guerra¹⁰¹. Es ciertamente una imagen que se adecua bien al perfil de algunos de los preladados comprometidos en las iniciativas bélicas de Alfonso VIII. Es evidente que el papel guerrero de los obispos adquiere así, en este contexto de cruzadismo castellano, ajeno aún a la eficaz instrumentación de las órdenes militares, un tinte especialmente significativo.

2.2. El consilium episcopal

Si el *auxilium* feudal es fundamentalmente asistencia material, el *consilium*, ante todo, es colaboración política. Es ésta, sin duda, la dimensión más relevante de la contribución del episcopado a la construcción del primer modelo de monarquía para Castilla. Ahora bien, colaboración política es por encima de otras consideraciones contribución a la estabilidad institucional o, si se prefiere, creación de un marco para el pacífico funcionamiento de las instituciones. Una vez más hemos de retrotraernos a la lógica estabilizadora enarbolada por la Iglesia castellana en la etapa de la minoría, expresada con firmeza política en el conocido Sínodo de Segovia de 1166¹⁰². Linehan ha insistido, no sin razón, en la importancia de esta asamblea en el devenir del reino y cómo el alineamiento de la Iglesia con la causa de la autoridad real, en este momento encarnada por los Lara, supuso un auténtico punto de inflexión que dejaba atrás las sombras de la anarquía. El sínodo, en efecto, presidido por el primado Juan de Toledo y con asistencia de todos los obispos del reino, tomó, entre otras muchas, tres decisiones trascendentes en el ámbito político: la aplicación de excomunión contra los vasallos del rey que incumplieran las obligaciones derivadas de la lealtad debida o promovieran la violencia en el reino; la consideración de

⁹⁸ *Las proezas de mio Cid andávalas demandando...* (vv. 1293-1294; cf. asimismo 2371-2372). Utilizamos la edición de A. MONTANER – *Cantar de Mio Cid*. Estudio preliminar de F. Rico. Barcelona: Crítica, 1993.

⁹⁹ *El que aquí muriere lidiando de cara // préndol' yo los pecados e Dios abrá el alma* (vv. 1704-1705; cf. también v. 1295)

¹⁰⁰ *Las feridas primeras que las aya yo otorgadas* (v. 1709). *El obispo don Jerónimo, caboso coronado, // cuando es farto de lidiar con armas las sus manos, // non tiene en cuenta los moros que ha matados* (vv. 1793-1795). Por otra parte, el obispo es presentado utilizando pendón y señales (v. 2375), lanza y espada (vv. 2386-2389) y partícipe en el botín de guerra (vv. 1666-1669 y 1798).

¹⁰¹ *Mi orden e mis manos querríalas ondrar* (v. 1373).

¹⁰² LINEHAN, P. – The Synod of Segovia (1166). *Bulletin of Medieval Canon Law, New Series*. 10 (1980) 31-44 (reed. IDEM – *Spanish Church and Society, 1150-1300*. Londres: Variorum Reprints, 1983, II).

cruzado para quien, al servicio del rey, contribuyera a erradicar esa violencia; y la taxativa prohibición de ponerse al servicio de los sarracenos sin la debida autorización real.

Los obispos, de este modo, contribuían a sacralizar la figura del rey vinculándola con el liderazgo cruzado y a pacificar el reino sobre las bases solemnes de la censura eclesiástica. Estamos ante mucho más que una expresión del viejo “movimiento de la paz y tregua de Dios”, nos encontramos ante la firme resolución de la Iglesia del reino de contribuir a la “paz del rey” como garantía de estabilidad política.

Pues bien, en la perspectiva de este preámbulo doctrinal, fijado antes del acceso del monarca a sus personales responsabilidades de gobierno, conviene entender la apuesta episcopal para la viabilidad del nuevo sistema político: una firme autoridad real cimentada en la sólida base legitimadora de la Iglesia. No era nada nuevo, sino más bien el intento de los obispos del reino de volver con renovado lenguaje a viejas imágenes propias de la tradición pactista del neogoticismo, erigiéndose en cancerberos del palacio real y eficaces filtros para las actuaciones del monarca. Es evidente que la realeza buscaba, además, otras fórmulas de legitimación que mitigaran el excesivo peso de la Iglesia¹⁰³, pero, por ahora, no estaba en condiciones de rechazar el ofrecimiento episcopal de colaboración en los términos que los preladados proponían. Fruto de esta aceptación es el famoso estatuto de los eclesiásticos del reino promulgado y distribuido entre todas las diócesis a lo largo de 1180 y 1181¹⁰⁴. Normalmente se

¹⁰³ En este sentido debió ser importante para la naciente monarquía castellana la utilización del llamado *Liber Regum*, un cronicón o historia genealógica universal, sagrada y profana, que incluye la de los reyes godos y astures hasta Alfonso II, la de jueces, condes y reyes de Castilla, y la de reyes de Aragón y Francia, así como el linaje del Cid. El cronicón fue compuesto en Navarra entre 1196 y 1209 en su versión más temprana. Pues bien, en este texto se introduce un interesante cambio de perspectiva respecto a las crónicas latino-leonesas: aunque entre reyes godos y astures existe continuidad de linaje, la estirpe común se extingue con Alfonso II, y a partir de ese momento nacen nuevas dinastías en la Península que derivan de dos procesos de elección, el que lleva a la proclamación de Sancho Abarca como rey de Navarra y la que encumbra a Nuño Rasura y Laín Calvo como jueces de Castilla. Los reyes castellanos –Alfonso VII *el Emperador* en concreto– descenderán directamente de Nuño Rasura, el héroe de la independencia castellana, mientras que de Laín Calvo descenderá el linaje del Cid. De este modo, Castilla ya no era deudora de la legitimidad propia de la monarquía neo-gótica. La presencia del *Liber Regum* en el Toledo del arzobispo Jiménez de Rada está fuera de toda duda; de él se hizo entonces una nueva versión. *CRÓNICA General de España de 1344*. Ed. D. Catalán Y M^a S. de Andrés. Vol. 1. Madrid, 1971, p. LIII-LVI.

¹⁰⁴ Los estatutos fueron promulgados en Nájera el 18 de junio de 1180 (GONZÁLEZ – *El reino de Castilla*, vol. 2, doc. 344). En los meses siguientes el rey lo fue otorgando de manera individualizada a las distintas sedes episcopales. El 12 de julio de 1180, desde Ayllón, lo hizo a favor de la iglesia y obispo de Sigüenza (*Ibidem*, II, doc. 348). El mismo día y desde el mismo lugar los entregaba a la iglesia y obispo de Osma (*Ibidem*). El 10 de noviembre de 1180, en Cuenca, el rey lo entregaba a la iglesia de Palencia (*Ibidem*, II doc. 351). Muy pocas semanas después, el 19 de diciembre, en Toledo, lo concedía a la iglesia de Segovia (L. M. VILLAR GARCÍA – *Documentación medieval de la catedral de Segovia (1115-1300)*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1990, doc. 75; en la edición de Julio González el documento aparece

ha supuesto respuesta a la asunción de las directrices reformistas del III concilio de Letrán de 1179, al que no dejaron de acudir algunos obispos castellanos¹⁰⁵, y sin duda hay una relación entre ambos acontecimientos, pero la inviolabilidad de los bienes diocesanos en las vacantes y la exención del clero de tributos y prestaciones contempladas en el estatuto, era el reconocimiento al papel preeminente que la Iglesia estaba dispuesta a asumir en el reino¹⁰⁶.

Ese papel preeminente se tradujo en protagonismo político. No hace falta decir que la inevitable presencia de los preladados en las curias plenas del rey es una realidad de hondo significado político¹⁰⁷, aunque a veces su interpretación pueda ser dispar¹⁰⁸. Pero más significativo resulta esa presencia en iniciativas de gobierno tendentes a comprometer el futuro del reino. Es el caso de los tratados establecidos por el rey con otros monarcas. Lo vemos, por ejemplo, en el acuerdo castellano-leonés de Sahagún de 1170 en el que Alfonso VIII se vio asistido por el consejo del arzobispo Cerebruno, del obispo Raimundo de Palencia, *comitum, episcoporum et aliaorum procerum meorum*¹⁰⁹. El obispo Raimundo vuelve a aparecer de modo expreso en el tratado de paz castellano-leonés de Medina de Rioseco de marzo de 1181, en el que, por otra parte, se encomendaba a los obispos la función de establecer entredicho sobre los lugares de procedencia de los vasallos violadores de la frontera del reino ajeno en caso de que el rey no interviniera para restablecer la situación y satisfacer los daños, incluso se les atribuía la posibilidad, caso de reiterado incumplimiento real, de excomulgar al propio monarca¹¹⁰. También fue notablemente espectacular la presencia de obispos y funciones por

equivocadamente fechado el 20 de diciembre: *Ibidem*, vol. 2, doc. 353). Finalmente, el 14 de mayo de 1181, desde Burgos, Alfonso VIII entregaba el estatuto a la iglesia de Burgos (GONZÁLEZ – *El reino de Castilla*, vol. 2, doc. 368). Asimismo, se han conservado copias del texto en los archivos catedralicios de Calahorra (concretamente del remitido a la iglesia de Burgos) y Cuenca.

¹⁰⁵ Sabemos que asistieron, en efecto, el arzobispo Cerebruno de Toledo y los obispos Raimundo de Palencia, Gonzalo de Segovia, Miguel de Osma, Arderico de Sigüenza y Sancho de Ávila. R. FOREVILLE – *Historia de los concilios ecuménicos, 6/1. Lateranense I, II y III*, Vitoria, 1972, p. 287.

¹⁰⁶ Podría considerarse la rapidísima extensión del culto a Santo Tomás Becket en algunas de las iglesias de Castilla como un síntoma de esta voluntad de preeminencia eclesiástica. Más adelante volveremos sobre esta interesante cuestión.

¹⁰⁷ LINEHAN, P. – Ecclesiastics and the Cortes of Castile and León. In CONGRESO CIENTÍFICO SOBRE LA HISTORIA DE LAS CORTES DE CASTILLA Y LEÓN, Burgos, 1986 – *Las Cortes de Castilla y León en la edad media: actas*. Vol. 2. [Valladolid]: Cortes de Castilla y León, D.L. 1988, p. 99-141.

¹⁰⁸ Francisco J. Hernández ha llamado la atención sobre la importancia de los clérigos, y en concreto su jerarquía, en la curia toledana de 1207, unas auténticas cortes convocadas por Alfonso VIII cuyo contenido de carácter económico sería de aplicación a *todo mio regno*. Pues bien, el texto insistiría básicamente en la sujeción de los eclesiásticos, a menudo miembros de las oligarquías urbanas, a las disposiciones allí promulgadas. Cf. F. J. HERNÁNDEZ – Las Cortes de Toledo de 1207. In *LAS CORTES de Castilla y León en la Edad Media*, vol.1, 1988, en especial p. 231.

¹⁰⁹ GONZÁLEZ – *El reino de Castilla*, vol. 2, doc. 140.

¹¹⁰ También a los obispos se les encomendaba el cumplimiento último de los acuerdos con posibilidad de emitir sentencia de entredicho sobre el conjunto del reino negligente y excomuniación contra el rey infractor. *Ibidem*, doc. 362.

ellos asumidas en las conversaciones y acuerdos graduales de Fresno-Lavandera de junio de 1183, en la línea del seguimiento sancionador que veíamos en Medina de Rioseco¹¹¹. Solemne fue igualmente la comprometida asistencia del arzobispo Gonzalo de Toledo y de los obispos Marino de Burgos, Rodrigo de Calahorra y Domingo de Ávila a la firma del tratado castellano-alemán de Seligenstadt de abril de 1188 sobre el matrimonio de Conrado, hijo de Federico I, y de Berenguela, hija de Alfonso VIII. De hecho, y según se expresaba explícitamente, el compromiso del arzobispo y del obispo burgalés respecto a lo acordado se asimilaba a la obediencia debida al papa, y el de los titulares de Calahorra y Ávila se identificaba con la obediencia debida a sus respectivos metropolitanos¹¹². No hubo menos obispos en los acuerdos de Cabreros de marzo de 1206 entre los reyes de Castilla y de León¹¹³ o en el de Valladolid de junio de 1209 entre los mismos monarcas, en donde los obispos García de Burgos, Gonzalo de Segovia y el electo Tello de Palencia, por parte castellana, volvían a asumir la responsabilidad del seguimiento y administración de eventuales sanciones canónicas¹¹⁴.

Pero si de actividades que comprometían el futuro del reino hablamos, los obispos, sobre todo, asumieron parcelas de representación diplomática, lo que constituye una faceta esencial de la contribución de la Iglesia del reino a su gobernación. Durante el gobierno personal de Alfonso VIII hubo, entre otros, dos grandes frentes diplomáticos en los que la intervención de sus obispos resultó capital. El primero era el destinado a neutralizar Navarra desactivando sus posibilidades expansivas, y el segundo el relacionado con la ofensiva antialmohade de Las Navas y la necesidad de recabar las ayudas en el exterior que dotaran de credibilidad el liderazgo cruzado del rey Alfonso.

En el núcleo de la cuestión navarra hay que buscar las claves que explican el matrimonio del rey Alfonso con la princesa Leonor, hija del rey de Inglaterra. Ya sabemos que, como consejero y hombre de confianza del rey, fue el arzobispo Cerebruno de Toledo quien en 1170 presidió la embajada que habría de acompañar a la princesa Leonor desde Burdeos a la corte castellana para contraer matrimonio con él; en esa embajada, altísima representación del reino, figuraba también Nuño de Lara, el que todavía durante algunos años sería el hombre fuerte del gobierno de Castilla¹¹⁵. En cambio, no es fácil demostrar que el obispo Pedro Pérez de Burgos, como se ha afirmado¹¹⁶, formara parte de esta importante embajada.

¹¹¹ *Ibidem*, doc. 407.

¹¹² *Ibidem*, doc. 499.

¹¹³ *Ibidem*, vol. 3, doc. 782.

¹¹⁴ *Ibidem*, doc. 845.

¹¹⁵ OCHOA BRUN, M. A. – *Historia de la Diplomacia Española*. Vol. 1. Madrid: Ministerio de Asuntos Exteriores, 1990, p. 135-136.

¹¹⁶ FLÓREZ – *España Sagrada*, vol. 16, p. 273.

Más tarde, se produjo la ruptura de hostilidades entre Castilla y Navarra, y es evidente que en las negociaciones conducentes a la paz desarrolladas entre 1176 y 1177 y que incluyeron el arbitraje del propio rey de Inglaterra, el papel de los obispos resultó clave. Concretamente en la sentencia emitida por Enrique II en 1177 se cita como embajador al obispo Raimundo de Palencia, junto a los prelados de Tarazona y Pamplona¹¹⁷.

Finalmente, también en relación con Navarra, nos encontramos con el fleco gascón que absorbe buena parte de las preocupaciones regias en los primeros años del siglo XIII. Como es sabido Alfonso VIII, desde que ocupara Álava, Guipúzcoa y el Duranguesado entre 1199 y 1200, tenía en su punto de mira la incorporación de Gascuña, dote de la reina Leonor. Los sucesos se precipitaron a partir de la muerte de la reina Leonor de Aquitania en abril de 1204. Felipe II Augusto declaró entonces que los derechos del rey de Inglaterra sobre los feudos continentales habían decaído, y ante el generalizado desconcierto, nobles y poderes locales buscaron protectores según sus propios intereses. En octubre de 1204 Alfonso VIII, en San Sebastián, fue reconocido como señor de Gascuña por el obispo de Dax y por algunos de los más importantes nobles gascones, entre ellos el conde de Armagnac y los vizcondes de Bearn, Orthez y Tartas¹¹⁸. Poco después, a finales del verano de 1205, se iniciaban las operaciones de incorporación político-militar del ducado, operaciones que probablemente se extendieron durante todo un año.¹¹⁹

Pues bien, es en este contexto en el que hay que enmarcar los encargos diplomáticos realizados por Alfonso VIII al obispo de Osma, Diego de Acebes, destinados, sin duda, a reforzar la alianza del rey de Castilla con los poderes locales de Gascuña o, como más bien podría ser en este caso, de los principados aquitanos situados más al norte y de una u otra manera relacionados con Gascuña. Ya Loperráez daba por sentado que el obispo fue comisionado para concluir un acuerdo matrimonial con el conde de La Marche¹²⁰, y es también

¹¹⁷ GONZÁLEZ – *El reino de Castilla*, vol. 2, doc. 279. Sobre su papel en esta embajada, cf. asimismo LOMAX, D. W. – D. Ramón, Bishop of Palencia (1148-1183). In *HOMENAJE a Vicens Vives*. Vol. 1. Barcelona: [s.n.], 1965, p. 281.

¹¹⁸ Un resumen claro de los acontecimientos, en MARTÍNEZ DÍEZ, G. – *Alfonso VIII, rey de Castilla y Toledo*. Burgos: La Olmeda, 1995, p. 237-248. Fue precisamente entonces cuando el 26 de octubre de 1204, desde San Sebastián, Alfonso VIII, titulándose *dominus Vasconie*, dona a la iglesia catedral *Aquense* (hoy Bagnères-de-Bigorre, Altos Pirineos) y a su obispo Fortanerio, *dilecto amico meo*, 15 villanos de Angonne y Sa. Entre los confirmantes estaba el obispo Diego de Osma, pero también los gascones de Bayona y Vasates (GONZÁLEZ – *El reino de Castilla*, vol. 3, doc. 765).

¹¹⁹ Todavía el 22 de mayo de 1206, en Burgos, Alfonso VIII, como *dominus Vasconiae*, confirmaba a favor del monasterio de Santa María de *Silva Maior* todos los privilegios y donaciones concedidos por los reyes de Inglaterra y los duques de Aquitania, *que ante nos dominium illius terrea habuerunt*. El documento es confirmado, entre otros, por *Fortanerius, Aquensis episcopus* y *Galarthus, Vasatensis episcopus*, así como por no pocos nobles laicos gascones (GONZÁLEZ – *El reino de Castilla*, vol. 3, doc. 1030).

¹²⁰ LOPERRAEZ – *Descripción histórica del obispado de Osma*, vol. 1, p. 191.

este personaje en quien se fija Julio González para reconstruir la hipotética historicidad de las acciones diplomáticas de Diego de Acebes¹²¹. De esas acciones diplomáticas nos da cuenta Jordán de Sajonia, el primer maestro general de la orden de predicadores tras la muerte de Domingo de Guzmán, en su obra *Libellus de principiis ordinis praedicatorum*, ya terminada en 1234¹²².

Como indicábamos hace un momento el otro gran frente diplomático es el generado por la cruzada de Las Navas. Sabemos, en efecto, que en 1211 el electo de Palencia, Tello Téllez, se convirtió en embajador del rey Alfonso VIII ante la curia papal para abordar asuntos concernientes a la futura ofensiva antialmohade, concretamente tenía el designio de conseguir del papa Inocencio III el envío de un legado pontificio que ayudara a concertar los ánimos poco convergentes de los reyes hispanos. Pese a que la respuesta del papa no pudo adoptar un tono más amable y en ella el nuncio castellano es calificado de *virum utique providum et honestum*, la embajada constituyó un fracaso¹²³. Más éxito tuvo, sin duda, Rodrigo Jiménez de Rada, arzobispo de Toledo, quien a finales de 1211 fue enviado a Francia para conseguir apoyos efectivos en la inminente cruzada¹²⁴. Finalmente será Gerardo, recién elegido obispo de Segovia, quien por esas mismas fechas o más bien ya a comienzos de 1212 marche a Roma para solicitar el respaldo papal para Alfonso VIII en su inminente cruzada. En efecto, el 4 de febrero de 1212 Inocencio III se dirigía al rey de Castilla y, en respuesta a la petición transmitida por su nuncio Gerardo, le comunicaba que ya había cursado órdenes a los arzobispos y obispos del reino de Francia y de Provenza para administrar remisión de pecados, en paridad con la de los peregrinos, a los penitentes que en la octava de Pentecostés acudieran en auxilio del monarca al próximo *campestre bellum*¹²⁵.

Por último, y aunque no se trata de una misión diplomática propiamente dicha, no debemos olvidar la negociación llevada a cabo, en nombre del rey, por el obispo seguntino Martín de Hinojosa quien entre 1187 y 1188 llegó a los

¹²¹ GONZÁLEZ – *El reino de Castilla*, vol. 1, p. 208 (nº 237) y 869.

¹²² JORDÁN DE SAJONIA – Orígenes de la Orden de Predicadores. In *SANTO Domingo de Guzmán visto por sus contemporáneos*, p. 164-176.

¹²³ La respuesta papal es de 22 de febrero de 1211, y en ella, en efecto, el papa aduce que no es el momento apropiado para el envío solicitado dada la situación de agitación existente en la Península. Ahora bien, como no estaba en su ánimo entorpecer el laudable designio del monarca y de su hijo Fernando, le anunciaba que había dado instrucciones al arzobispo Rodrigo de Toledo y a los obispos Martín de Zamora, García de Tarazona y Pedro de Coimbra para que actuasen contra los reyes hispanos que violaran las treguas o paces establecidas con Castilla en el momento en que ésta llevara a cabo operaciones contra los musulmanes. Finalmente, el papa invitaba al rey a perseverar en su actitud de devoción hacia él y hacia la Iglesia romana (MANSILLA – *La documentación pontificia hasta Inocencio III*, doc. 447).

¹²⁴ *CRÓNICA Latina*, p. 32; cf. GONZÁLEZ – *El reino de Castilla*, vol. 1, p. 999-1000.

¹²⁵ MANSILLA – *La documentación pontificia hasta Inocencio III*, doc. 470.

pertinentes acuerdos con las autoridades capitulares de Citeaux acerca del privilegiado *status* con el que la monarquía deseaba beneficiar al monasterio recién fundado de Las Huelgas. No debemos olvidar que se trataba de algo más que una fundación piadosa: era un auténtico santuario dinástico y pieza ideológica clave en el programa político del monarca ¹²⁶.

En cualquier caso, es evidente que estas manifestaciones de colaboración política sólo eran posibles desde la amplia formación cultural de que hizo gala una parte significativa de los obispos de Alfonso VIII. Ellos fueron, por impulso real, los agentes de una actividad intelectual que en sí misma se erige en nuevo frente de colaboración con la monarquía. De algunos conocemos su formación en los *studia generalia* más importantes del Occidente. Es el caso de Rodrigo Jiménez de Rada que estudió leyes en Bolonia y teología en París, ocho años en total a partir de 1195, y en París probablemente compartió inquietudes intelectuales con el futuro obispo de Burgos, Mauricio, al que le uniría en adelante una estrecha amistad. De otros obispos conocemos su condición de *magistri*, es decir, especialistas en cánones. Tal fue el caso de Melendo de Osma ¹²⁷ y del calagurritano Juan García de Agoncillo ¹²⁸. Conexiones con la famosísima biblioteca del monasterio de Oña se detectan tanto en el caso del arzobispo Martín López de Pisuerga como en el del citado Melendo de Osma ¹²⁹. En algún otro caso hay que presuponer una muy sólida formación. Podría ser el supuesto de Cerebruno que, en su fase de obispo seguntino, habría podido ser preceptor del príncipe Alfonso ¹³⁰, y quizá también del del obispo Roberto de Calahorra, “padre espiritual” del rey ¹³¹. También habría que presuponer esa formación íntegra en el caso de posibles autores de tratados teológicos como Pedro de Cardona, arzobispo de Toledo ¹³². Y finalmente no convendría olvidar el tema de la asistencia de algunos prelados castellanos a los dos grandes concilios de la Iglesia cuya convocatoria tuvo efecto durante el reinado de Alfonso VIII, el III y

¹²⁶ GONZÁLEZ – *El reino de Castilla*, vol. 1, p. 526ss. Una completa valoración historiográfica sobre el monasterio y su significación, en LIZOAIN, J. M.; GARCÍA, J. J. – *El monasterio de Las huelgas: historia de un señorío cisterciense burgalés (siglos XII y XIII)*. Burgos: Garrido Garrido, 1988, p. 25-51.

¹²⁷ LINEHAN – *History and the Historians*, p. 299. GARCÍA Y GARCÍA, A. – *El Studium Bononiense y la Península Ibérica*. In *IGLESIA, sociedad y derecho*, vol. 1, p. 51.

¹²⁸ SÁINZ RIPA – *Sedes episcopales de La Rioja*, p. 433-434.

¹²⁹ LINEHAN – *History and the Historians*, p. 316n y 346.

¹³⁰ Puede, en efecto, que interviniera en la educación del príncipe, y aunque se trata de un dato no definitivamente probado y para el que la denominación ya indicada de *patrino meo* no resulta concluyente (GONZÁLEZ – *El reino de Castilla*, vol. 1, p. 182, n. 159), parece que puede avalarlo la insistencia del rey en los servicios prestados por el obispo *ab infantia mea* (*Ibidem*, vol. 2, doc. 218). Lo que sí es probable es que llegara a ser confesor del monarca quien en alguna ocasión lo denomina “maestro” probablemente con este sentido (*Ibidem*, vol. 1, p. 252-253)

¹³¹ *Ibidem*, vol. 2, doc. 133.

¹³² Habría escrito, en efecto, una obra sobre la celebración de la Pascua (*Ibidem*, vol. 1, p. 416-417).

IV lateranenses de 1179 y 1215, respectivamente. La asistencia a ellos no era un mero deber de disciplina eclesiástica sino un ejercicio de responsabilidad que conectaba con inquietudes intelectuales y reformistas¹³³.

Obviamente esta preparación se tradujo en realizaciones concretas de amplio eco para el conjunto del reino. Efectivamente podemos hablar de dos de ellas, sin duda especialmente incentivadas por el trono. La primera, bajo el impulso protector del arzobispo Martín López de Pisuegra, es la mal llamada “escuela de traductores” de Toledo, especialmente activa en los años de la transición del siglo XII al XIII. Entre las figuras más destacables del momento está la de Juan Hispano, traductor del *Fons Vitae* de Ibn Gabirol y que llegaría a ser obispo de Albarracín-Segorbe; él fue un cercano colaborador del arzobispo de Toledo en su calidad de arcediano de Cuéllar –beneficio concedido por el cardenal legado Gregorio de Sant’Angelo en una de sus estancias en España- y primer deán del cabildo toledano, dignidades ambas que le fueron confirmadas por el papa Inocencio III en 1199¹³⁴.

La segunda de estas iniciativas es la del famosísimo *studium* de Palencia. Se trata de la primera institución de estas características en el reino, y todo apunta al obispo Arderico (1184-1207), un hombre de evidente inquietud intelectual¹³⁵, como su impulsor inmediato, eso sí, bajo la inestimable protección real, aunque es verdad que tradicionalmente han hecho de su sucesor Tello Téllez de Meneses el máximo responsable de su puesta en marcha¹³⁶. Con independencia de la cronología concreta de la creación del *studium*, lo cierto es

¹³³ RIVERA RECIO, J. F. – Personajes hispanos asintentes en 1215 al IV Concilio de Letrán. *Hispania Sacra*. 4 (1951) 351-352. GARCÍA Y GARCÍA, A. – El Concilio IV Lateranense y la Península Ibérica. In *IGLESIA, Sociedad y Derecho*, vol. 2, p. 189-195.

¹³⁴ MANSILLA – *La documentación pontificia hasta Inocencio III*, docs. 190 y 191; RIVERA RECIO – *La Iglesia de Toledo en el siglo XII*, vol. 2, p. 304-306.

¹³⁵ Una vieja tradición que se retrotrae a Agurleta convierte a Arderico en freire clérigo de la orden de Santiago, lo cual se avendría bien con la información según la cual él pasaría a formar parte del profesorado del *studium* creado en Uclés a raíz del cerco de Cuenca bajo el impulso del primer maestre de la orden, Pedro Fernández, y la protección del rey. Hay que advertir, sin embargo, que la tradición del *studium*, que nos hablaría de una primera manifestación de la inquietud cultural de Arderico, resulta para Linehan por lo menos cuestionable (MINGUELLA – *Historia de la diócesis de Sigüenza*, vol. 1, p. 129 y 134-135; LINEHAN – *History and the Historians*, p. 309).

¹³⁶ Julio González, por ejemplo, situó la fecha del inicio de ese *studium* en un momento posterior a 1211, en que el obispo Tello era todavía electo, y antes de octubre de 1214 en que murió el rey (GONZÁLEZ – *El reino de Castilla*, vol. 1, p. 635). Hoy día más bien se piensa en una fecha previa para la fundación – pontificado de Arderico –, y en un momento de revitalización asociado al obispo Tello que conseguiría de Honorio III la asignación de salarios para los profesores de Teología, Lógica y Decretos, provenientes de la tercia de fábrica de la diócesis (1220). También parece cierto que la muerte del obispo en 1246 y, quizá sobre todo, la competencia de Salamanca, acabaran con el proyecto cultural palentino. REGLERO DE LA FUENTE, C. – La Iglesia de Palencia: la Edad Media. In *HISTORIA de las Diócesis Españolas*. Vol. 19: *Palencia, Valladolid y Segovia*. Madrid: BAC, 2004, p. 51.

que, en efecto, el protagonismo real en el proceso debió ser tan intenso¹³⁷, como escasos los resultados en términos de duración¹³⁸.

3. MONARQUÍA Y EPISCOPADO: MODELO DE COLABORACIÓN Y RESISTENCIAS

Representación institucional en su vertiente más estrictamente política o diplomática y dinamización cultural como soporte ideológico del sistema son, sin duda, los dos elementos más claramente constitutivos de la funcionalidad del episcopado respecto a la consolidación del reino. Pero obviamente no son los únicos. No hemos mencionado, por evidentes, las funciones de asesoramiento judicial en la curia ordinaria del rey¹³⁹, y tampoco las iniciativas de índole colonizadora que, como agentes de poder señorial, los obispos materializan en sus respectivos ámbitos de jurisdicción. Cabría, eso sí, aludir con mayor énfasis a la contribución de los obispos a la delimitación territorial del marco político del reino a través, por ejemplo, de las nuevas diócesis fronterizas creadas por Alfonso VIII en Cuenca y en Plasencia. Pero no insistiremos en ello. Las directrices de colaboración de los obispos con la monarquía creemos que han quedado ya suficientemente esbozadas.

Cabe, no obstante, plantearse una cuestión central. ¿Podemos hablar de un sistema modélico de colaboración que impulsó la institucionalización del reino reforzando la naciente monarquía castellana de Alfonso VIII? La colaboración se produjo y funcionó razonablemente bien, pero lo hizo sobre la base de un planteamiento equívoco y contradictorio. En efecto, al menos en teoría, existían dos modelos distintos de colaboración. Por un lado, el de los obispos reunidos en el sínodo de Segovia de 1166, que pensaban en un renacido poder episcopal reequilibrador del sistema político y moderador de la autoridad del rey, y que más tarde reclamaron y obtuvieron de éste un tímido pero evidente estatuto privilegiado para la Iglesia en 1180. Por otro lado, se erguía el modelo querido y

¹³⁷ El arzobispo Jiménez de Rada subraya que Alfonso VIII hizo buscar a los sabios de las Galias e Italia y los reunió en Palencia para que nunca faltara en su reino “el culto del saber” (RADA – *De Rebus*, Lib. VII, cap. XXXIV). Uno de ellos, proveniente de Francia o quizá de Italia, bien pudo ser el conocido obispo-cronista Lucas de Tuy. Cf. LINEHAN, P. – Fechas y sospechas sobre Lucas de Tuy. *Anuario de Estudios Medievales*. 32: 1 (2002) 23-24.

¹³⁸ *HISTORIA de la Universidad en Europa*. Ed. H. de Ridder-Symoens. Vol. 1: *Las universidades en la Edad Media*. Bilbao: Universidad del País Vasco, 1994, p. 61.

¹³⁹ No son pocos los datos al respecto. Sirva de ejemplo la presencia del obispo Martín Bazán de Osma en la curia real que en Valladolid falló en abril de 1196 a favor de los monasterios de San Cristóbal de Ibeas y San Juan de Burgos en pleito con el concejo de Santa Cruz de Juarros: ... *et protulerunt privilegia sua in curia coram rege, et legit ea coram rege dominus Martinus, Oxomensis episcopus...* (GONZÁLEZ – *El reino de Castilla*, vol. 3, doc. 653).

practicado por el propio rey en la que una patente subsidiariedad de la Iglesia respecto a la autoridad real se adecuaba bien con prácticas muy poco respetuosas con la *libertas ecclesiae*. Este es el modelo que acabó imponiéndose y del que no nos faltan ejemplos significativos.

En ocasiones son los “arrepentimientos” del rey los que nos informan de ciertos procedimientos de extorsión respecto a los bienes de las iglesias más poderosas del reino, que a menudo se producían con la sumisión cómplice de algunos de sus titulares. Así ocurre – ya conocemos el caso – cuando en febrero de 1175, ante lo que sin duda había constituido una improcedente apropiación de bienes o rentas, el rey decide desagaviar a la iglesia toledana con la donación del monasterio burgalés de Covarrubias. En efecto, el 24 de aquel mes Alfonso VIII, atendiendo a la dignidad de la iglesia de Toledo decidía enmendar un agravio propio inferido a dicha iglesia y donarle el monasterio de San Cosme y San Damián de Covarrubias, situado en la ribera del Arlanza, con sus monasterios, iglesias y decanías dependientes, así como con sus villas, collazos y propiedades¹⁴⁰. Por supuesto que este tipo de extorsiones, contaran o no con reparaciones más o menos tardías, no dejarían de provocar importantes desequilibrios, incluso problemas serios, en las administraciones de las iglesias afectadas. Hernández ha estudiado las relativas a Toledo subrayando el cómplice colaboracionismo del arzobispo Cerebruno, que no dudó en satisfacer las exigencias pecuniarias del rey con motivo de la conquista de Cuenca, traspasando la extorsión del rey a las iglesias parroquiales de la diócesis y provocando con ello una auténtica y muy crítica revuelta protagonizada por el bajo clero entre 1177 y 1180¹⁴¹.

El propio estatuto eclesiástico concedido en 1180 es toda una declaración de intenciones que nos pone sobre la pista de prácticas previas del monarca que se consideraba pertinente cambiar. En él, como sabemos, se declaraba que el rey nunca habría de apropiarse de los bienes de las iglesias en período de vacante episcopal y que nunca exigiría impuestos sino era con su propio acuerdo.

Desde luego, cuando una enfermedad repentina estuvo a punto de costarle la vida en 1204, el rey en el testamento de aquel año dejaba traducir su mala conciencia. Es entonces cuando reconoció la ilegítima apropiación de dinero

¹⁴⁰ GONZÁLEZ – *El reino de Castilla*, vol. 2, doc. 218. La donación, en realidad, acabaría teniendo problemas para consolidarse: en 1228, el papa Gregorio IX tenía que intervenir para que Fernando III y su madre la reina Berenguela respetasen la voluntad de su abuelo y padre respectivamente: DOMÍNGUEZ SÁNCHEZ, S. – *Documentos de Gregorio IX (1227-1241) referentes a España*. León: Universidad de León, 2004, docs. 48, 49, 53 y 71.

¹⁴¹ HERNÁNDEZ – Los mozarabes del siglo XII, p. 85-97. El completo análisis de Hernández centra de manera particular su interés en el arcipreste Domingo Alpolichén, hombre de confianza del arzobispo y altamente estimado por el rey. La crisis fue también tratada por RIVERA RECIO – *La Iglesia de Toledo en el siglo XII*, vol. 2, p. 135-138.

proveniente de la elección simoníaca del obispo Bernardo en 1174, o cuando volvió a compensar a la iglesia de Toledo por haber dispuesto de otra de sus propiedades para entregarla a terceros¹⁴². Quiso entonces hacerse perdonar sus faltas con plata¹⁴³, pero nada apunta hacia un cambio de actitud del rey tras su restablecimiento. De hecho, el 5 de abril de 1208 el papa Inocencio III pedía a los obispos Tello de Palencia, García de Burgos y Rodrigo de Sigüenza que exigieran de Alfonso VIII la restitución de las tercias de fábrica de las iglesias de Castilla de las que se había injustamente apropiado¹⁴⁴.

No sabemos si se mostraron muy diligentes los obispos urgidos por el papa, pero todo parece indicarnos que no. No sólo en el futuro las tercias de fábrica se consolidarían como un ingreso de la corona, sino que el promotor de tal apropiación regia contaba con el silencio cómplice de unos obispos poco dados a criticar al poder. La Sede Apostólica era consciente de esta complacencia impuesta, y no dejó de hacérselo ver a los obispos en distintas ocasiones, aunque no siempre por los mismos motivos. Alejandro III, por ejemplo, tomó claramente partido por los clérigos toledanos que entre 1177 y 1180 acusaban al arzobispo Cerebruno de exacciones ilegítimas, unas exacciones que como ya sabemos, apuntaban implícitamente contra la estrecha alianza de las autoridades diocesanas con los planes político-territoriales de la corona; al fin y al cabo dicha alianza podía derivar hacia situaciones abiertamente contradictorias con las decisiones del III concilio de Letrán en el que el arzobispo, por cierto, estuvo presente¹⁴⁵.

No fue Cerebruno el único arzobispo toledano al que llegaron reproches papales por su complaciente actitud frente al poder¹⁴⁶. Su sucesor, Gonzalo Pérez, fue también objeto de diatribas pontificias, aunque por razones bien

¹⁴² GONZÁLEZ – *El reino de Castilla*, vol. 3, doc. 769.

¹⁴³ Con la plata satisfecha para obtener el perdón de faltas regias se harían cálices que los ejecutores testamentarios distribuirían por las iglesias catedrales del reino y por monasterios de cistercienses, premostratenses y monjes negros, de modo que la iglesia de Toledo obtendría cuatro, los mismos que Las Huelgas de Burgos; dos serían para cada una de las otras iglesias catedrales del reino y uno para los monasterios cistercienses; los restantes serían distribuidos entre premostratenses y monjes negros.

¹⁴⁴ Biblioteca de la Catedral de Toledo, 42-22, fol. 38r-v; reg. HERNÁNDEZ – *Los Cartularios de Toledo*, doc. 644, p. 530.

¹⁴⁵ Cf. los cánones 4 y 19 en los que, respectivamente, se prohibían las exacciones capitulares a costa de los clérigos y se condenaba a los príncipes que, bajo el pretexto de la guerra, expoliaban los bienes de las iglesias (ALBERIGO – *Conciliarum Decreta*, p. 213-214 y 221). Cit. HERNÁNDEZ – *Los mozárabes del siglo XII*, p. 90.

¹⁴⁶ El viejo planteamiento que afirmaba un cambio en los nombramientos episcopales de la Castilla de Alfonso VIII en torno a 1180 y que supondría el fin de los “extranjeros” para garantizar de este modo una mayor lealtad al rey, parece que no tiene el más mínimo sentido cuando topamos con la personalidad de Cerebruno, un poitevino inquebrantablemente fiel al monarca. De todas formas, es una realidad el fin de nombramientos extranjeros a partir de esa fecha y habría que relacionarlo con la propia evolución de los cabildos, tal y como en su momento indicó acertadamente Julio González (GONZÁLEZ – *El reino de Castilla*, vol. 1, p. 420).

distintas a las anteriores. La obsesiva preocupación de Clemente III por la cruzada se tradujo en una agria misiva dirigida al arzobispo y sus sufragáneos en mayo de 1188 en la que denunciaba el desgarramiento de la España cristiana señalando con dedo acusador a los preladados: no se habría llegado a esta lastimosa situación de guerra y enfrentamientos si el arzobispo de Toledo y los otros obispos se hubieran ocupado de ejercer su autoridad y aplicar la de la Sede Apostólica, tantas veces expresada en lo relativo a esta cuestión. Le faltaba añadir al papa que su pasividad era fruto de la complacencia hacia su rey. De lo que no quiso olvidarse es de recordar a los preladados en otra misiva enviada un mes después que su negligencia podría acarrear su suspensión e inmediata comparecencia en la curia¹⁴⁷.

El obispo Raimundo de Palencia es otro ejemplo de prelado más atento al servicio real que a otras exigencias de su propia condición. Sabemos que Alejandro III llegó a reprenderle por implicarse más de lo conveniente para un hombre de su oficio en actividades militares¹⁴⁸.

Estos son algunos ejemplos de preladados entusiastas de la causa real, pero probablemente no era este el tono habitual en el conjunto del episcopado. La colaboración sí fue un rasgo característico de los obispos de Alfonso VIII, pero no siempre esa actitud implicaba conceder conscientemente prioridad a los asuntos del rey respecto a los de la propia Iglesia: participar en gestiones de paz o asumir las armas frente al infiel al servicio del rey no eran elementos incompatibles con exigencias tenidas por coherentemente eclesiales. Es posible decir que más bien con lo que nos encontramos es con un episcopado poco crítico pero no necesariamente cortesano hasta el “entreguismo”. Es más que probable, incluso, que la mayoría de sus miembros ciertamente apostaran por ese modelo de Iglesia alternativo al real y que caracterizábamos como reforzador del reino pero moderador de la acción regia. Que la Iglesia se erigiera en instancia moral inapelable por encima del poder real era una aspiración irrenunciable para los hombres de religión y que contaba con recientes y muy significados mártires. El obispo inglés Tomás Becket había sido víctima ejemplar que había entregado su vida el 29 de diciembre de 1170 en defensa de la *libertas ecclesiae*. Alejandro III lo había canonizado con inusitada rapidez el 21 de febrero de 1173, y su imagen fue utilizada como propaganda por la Iglesia frente al intrusismo de los reyes en el ámbito de lo eclesiástico. Pues bien, no deja de sorprender el éxito y precocidad de su culto entre los prudentes obispos castellanos¹⁴⁹. Todo un

¹⁴⁷ RIVERA RECIO – *La Iglesia de Toledo en el siglo XII*, vol. 1, p. 222-223 y 225.

¹⁴⁸ LOMAX – D. Ramón, Bishop of Palencia, p. 281. Es cierto, sin embargo, que en general el papa no tenía formada una buena opinión acerca del prelado palentino (*Ibidem*, p. 291).

¹⁴⁹ Poco antes de su muerte, en julio de 1177 el conde Nuño Pérez de Lara había obtenido el permiso del arzobispo Cerebruno para crear una capilla en honor a santo Tomás en la catedral de Toledo, dotándola, entre otros bienes, con sus propiedades en Alcabón (reg. HERNÁNDEZ – *Los Cartularios de Toledo*, doc.

significativo síntoma de ideales por cumplir, y que desde luego no se explica únicamente por la presunta devoción de la reina Leonor.

Pero, al margen de ideales, ¿hubo algún obispo que decidiera oponerse abiertamente al modelo de Iglesia subsidiaria que Alfonso VIII estaba imponiendo? Ciertamente el rey de Castilla hubo de hacer frente a algunos obispos “desleales”, pero la confrontación no llegó a ser mínimamente desestabilizadora para el reino. No lo fue, desde luego, la fría actitud hacia el monarca de los obispos calagurritanos a partir de que, como ya sabemos, en 1195 su titular fuera entusiásticamente recibido como nuevo obispo de Pamplona por el rey Sancho VII de Navarra, furibundo enemigo del castellano. Pero tampoco lo sería el notable episodio protagonizado por el menos conformista de los obispos de Alfonso VIII, Fernando González de Burgos. La cuestión resulta tanto más sorprendente cuanto que el prelado fue elegido a finales de 1202 con el total beneplácito del rey que lo llega a calificar de *karissimo nepoti meo* en dos documentos a él dirigidos en abril de 1204¹⁵⁰. Pues bien, sólo un año después, en mayo de 1205, el papa Inocencio III acusaba al rey de Castilla de todo un conjunto de abusos que atentaban gravemente contra la *ecclesiasticam libertatem*, y la acusación tenía como base las denuncias que previamente había realizado el obispo de Burgos ante la curia papal¹⁵¹.

La primera de las denuncias es de tipo general y alude a imposiciones abusivas: después de haber abolido toda exacción o colecta en beneficio del conjunto de los clérigos del reino – alusión clara al estatuto eclesiástico de 1180 –, el rey había vuelto a realizarlas. No es ésta, por tanto, una acusación que afectara únicamente al obispo de Burgos, sino más bien el indicio de una práctica política relativamente generalizada.

La segunda denuncia hacía referencia al cobro también abusivo por parte del rey de cánones relativos a la conversión de esclavos pertenecientes a judíos. Del texto se deduce que cuando tal conversión tenía lugar y, en consecuencia, el esclavo dejaba de serlo¹⁵², su propietario percibía una indemnización de la Iglesia. Ésta se hallaba perfectamente estipulada, pero el rey, para favorecer a los judíos, exigía que esa indemnización fuera la derivada del testimonio jurado del

180). Fue después de la muerte del conde cuando la reina Leonor, en abril de 1179, tomaba bajo su protección los bienes asignados a la capilla (GONZÁLEZ – *El reino de Castilla*, vol. 2, doc. 324). Por su parte, fue el obispo Joscelmo de Sigüenza quien consagró una capilla al santo en el ábside de la catedral (MINGUELLA – *Historia de la diócesis de Sigüenza*, I, p. 115). Finalmente, sabemos que el obispo Mateo de Burgos, hacia 1200, construyó una capilla también en honor al santo, estableciendo en ella una capellanía de dos misas diarias (GONZÁLEZ – *El reino de Castilla*, vol. 1, p. 374, n. 25).

¹⁵⁰ GONZÁLEZ – *El reino de Castilla*, vol. 3, docs. 759 y 760.

¹⁵¹ MANSILLA – *La documentación pontificia hasta Inocencio III*, doc. 312.

¹⁵² Una antiquísima tradición legal que se remontaba a los días de Constantino impedía que un cristiano pudiera permanecer como esclavo en manos de un judío. Cf. *HISTORIA del cristianismo*. Vol. 1: *El mundo antiguo*. Ed. M. Sotomayor y J. Fernández Ubiña. Granada: Universidad de Granada, 2003, p. 361.

propietario sobre el valor del esclavo converso, de modo que el precio de dicha indemnización se incrementaba notablemente llegando a embargarse bienes episcopales para satisfacerlo. Hasta aquí, parecemos estar ante una nueva denuncia de carácter general, pero el papa desciende al detalle aduciendo el caso concreto denunciado por el obispo Fernando de Burgos a quien el rey había mandado pagar 200 áureos por la redención de la esclava sarracena de un judío cuyo valor real no superaba los 10 sueldos.

En línea con el asunto anterior, la tercera denuncia consistía en el enfranquecimiento anticanónico de diezmos a favor de infieles. El rey no permitía que judíos y sarracenos pagaran los diezmos debidos a la Iglesia, pese a las cartas apostólicas en este sentido a él enviadas. Es más, no sólo impedía el pago de esos diezmos sino que, permitiendo que los infieles compraran más propiedades, el resultado era que *sinagoga crescente, decrescat ecclesia*. De nuevo una acusación general de la que probablemente el obispo de Burgos no habría sido sino portavoz.

Finalmente el papa alude a problemas directamente relacionados con la diócesis de Burgos, en concreto enajenaciones de iglesias y rentas del obispado. La primera de esas enajenaciones afectaba a la iglesia más rica de la diócesis, la de Santa María la Real de las Huelgas, que, en opinión del obispo Fernando, había sido contra su opinión entregada a una abadesa cisterciense, y como quiera que el dicho obispo había denunciado la cuestión ante el abad del Cister, el rey le había obligado a él y a los canónigos a confirmar dicha cesión utilizando para ello todo tipo de amenazas y presiones. En cuanto a la iglesia de San Julián de Mena, que los antecesores del obispo Fernando habían obtenido del rey a cambio de 1000 maravedíes, Alfonso VIII ahora se había apropiado de ella, negándose a restituirla. Inocencio III acusaba también al rey de no querer satisfacer al obispo de Burgos los diezmos correspondientes a las rentas que poseía en la diócesis y que sus antecesores habían venido satisfaciendo. Un último motivo de recriminación papal hacia el rey era que éste venía apoyando al abad y clérigos de Covarrubias en su actitud de rebeldía contra el obispo Fernando.

Tal cuadro de opresión contra las iglesias y sus ministros resultaba intolerable al papa que, “optando por el rey divino antes que por el humano”, encargaba a los obispos de Huesca y Tarazona, así como al deán de esta última iglesia, que actuaran contra él mediante censura eclesiástica y sin posibilidad de apelación. No parece que la sangre llegara al río, y para ello pudo ser decisivo el oportuno fallecimiento del obispo el 29 de julio de aquel mismo año de 1205. Ya nos hemos referido en páginas anteriores a dicha oportunidad y a las sospechas que acerca de ella podrían recaer hipotéticamente sobre el propio monarca.

Ciertamente el caso aislado del obispo Fernando González no contradice la imagen de una Iglesia de grado o por fuerza sumisa al poder político. El modelo diseñado por Alfonso VIII para la Iglesia de su reino, el de un caudal de sumisa legitimación, no llegó a contar con ninguna alternativa viable.

APÉNDICE: LOS OBISPOS DE ALFONSO VIII

Arzobispos de Toledo:

1. Cerebruno (1166-1180)
2. Pedro de Cardona (1181-1182)
3. Gonzalo Pérez (1182-1191)
4. Martín López de Pisuerga (1192-1208)
5. Rodrigo Jiménez de Rada (1209-1247)

Obispos de Palencia:

6. Raimundo II de Minerva (1148-1183)
7. Arderico (1184-1183)
8. Tello Téllez de Meneses (1208-1246)

Obispos de Burgos:

9. Pedro Pérez (1156-1181)
10. Marino (1181-1200)
11. Mateo (1200-1202)
12. Fernando González (1202-1205)
13. García de Contreras (1206-1211)
14. Juan Mateo (1211-1212)
15. Mauricio (1213-1238)

Obispos de Sigüenza:

16. Joscelmo (1168-1178)
17. Arderico (1178-1184)
18. Gonzalo I (1184)
19. S. Martín de Hinojosa (1186-1192)
20. Rodrigo (1192-1221)

Obispos de Osma:

21. Juan (1148-1173)
22. Bernardo (1174-1176)
23. Miguel (1177-1185)
24. García (1185-1186)
25. Martín Bazán (1188-1201)
26. Diego de Acebes (1201-1207)
27. Rodrigo Jiménez de Rada (1208-1209)
28. Melendo (1210-1225)

Obispos de Segovia:

29. Guillermo (1158-1172)
30. Gonzalo I (1173-1192)
31. Gutierre Rodríguez (1193-1195)
32. Gonzalo II (1195-1210)
33. Gerardo (1211-1224)

Obispos de Ávila:

34. Sancho II (1160-1181)
35. Domingo I (1182-1187)
36. Domingo II (1187-1190)
37. Juan II (1191-1195)
38. Jacobo (1195-1203)
39. Pedro (1205-1212)
40. Domingo III (1213-1227)

Obispos de Plasencia:

41. Bricio (1190-1212)
42. Domingo (1212-1232)

Obispos de Cuenca:

43. Juan (1178-1197)
44. S. Julián (1198-1208)
45. García Ruiz (1208-1224)

Obispos de Calahorra:

46. Rodrigo de Cascante (1147-1190)
47. García Fernández (1190-1195)
48. Juan de Préjano (1196-1205)
49. Juan García de Agoncillo (1206-1216)



**UMA IGREJA DE FRONTEIRA AO SERVIÇO DO REI:
A ESTREMADURA LEONESA COMO LABORATÓRIO POLÍTICO (1157-1230)**

JUAN JOSÉ SÁNCHEZ-ORO ROSA

Este texto aborda as relações de poder entre o episcopado do Sul de Leão e o seu rei entre 1157 e 1230 e investiga que tipo de serviço prestavam uns aos outros e que influência teve o contexto de fronteira nas ações políticas dos bispos, na fundação de bispados e na sua administração episcopal. Para isso são analisados três casos concretos: o papel desempenhado pelo arcebispo de Santiago de Compostela na Estremadura leonesa, a criação da diocese de Cidade Rodrigo e a anexação eclesiástica e civil de Ribacôa pela monarquia de Leão.

**A FRONTIER EPISCOPATE IN SERVICE OF THE KING:
THE ESTREMADURA OF LEON AS A POLITICAL LABORATORY (1157-1230)**

JUAN JOSÉ SÁNCHEZ-ORO ROSA

This text deals with the power relationships between the episcopate of the South of Leon and its Kings, from 1157 to 1230, and seeks to identify what kind of services they mutually exchanged and how the frontier context influenced the political actions of bishops, the foundation of bishoprics and the episcopal administration. For this purpose, three concrete cases are subject to analysis: the role played by the archbishop of Santiago of Compostela in Estremadura, the establishment of the diocese of Ciudad Rodrigo and the ecclesiastic and civil annexation of Ribacôa by the Leonese monarchy.

UNA IGLESIA DE FRONTERA AL SERVICIO DEL REY:
LA EXTREMADURA LEONESA
COMO LABORATORIO POLÍTICO (1157-1230)

JUAN JOSÉ SÁNCHEZ-ORO ROSA*

1. SIRVIENDO A DIOS Y AL REY: EL DOBLE CUERPO DEL SEÑOR
OBISPO

La presente comunicación, invitada a este encuentro internacional, fue incluida dentro de la sección titulada *Serviço dos reis e serviço de Deus*. En consecuencia, ofrecía una oportunidad inmejorable para reflexionar acerca de las actividades desempeñadas por los eclesiásticos medievales en tanto que *hombres de Dios*, pero muy a menudo también *hombres del Rey*. Resulta bien sabido que la confluencia de esas dos instituciones – Iglesia y Monarquía – sobre la persona del clérigo, con frecuencia, colocaban a éste en una difícil tesitura, sobre todo si el eclesiástico en cuestión gozaba de la más alta dignidad religiosa. De hecho, parecía un principio generalmente aceptado que los obispos no solamente eran miembros de la Iglesia, sino también, en mayor o menor medida, feudatarios de reyes. De este modo, sobre cada prelado acababan cerniéndose dos sombras de poder, cada una de ellas bien dispuesta a dejar su particular e indeleble impronta sobre el religioso, al que tanto el papado como la monarquía consideraban un subordinado suyo.

Resultaba evidente que el episcopado recibía de la Iglesia, las atribuciones inherentes a su cargo así como la esencia orgánica que le daba toda su razón de ser: el poder pastoral. Sin embargo, la filiación de los diocesanos con sus respectivos monarcas era una cuestión mucho más resbaladiza y pendiente de concreción. Se toleraba que los prelados actuaran como notarios regios, embajadores en misión diplomática, comisionados en la redacción de pactos y treguas internacionales, etc. Incluso estos servicios se prestaban con cierto orgullo y eran recibidos por el clérigo designado como un galardón que venía a reforzar su predicamento público dentro de la sociedad política del reino. Por su parte, el rey, mediante dicha colaboración episcopal, conseguía paliar la ausencia de personal cualificado a su cargo que realizara tales cometidos con la debida

* Centro de Estudios Mirobrigenses.

eficacia. Una carencia dilatada en el tiempo hasta que la monarquía sea capaz de desarrollar su propia esfera burocrática. Es decir, hasta que consiga materializar la idea de *servicio público* ejecutada por una red de hombres de Estado y para el Estado¹. Mientras tanto, embajadas, comisiones, notariados... eran tareas que, aunque encomendadas a altos eclesiásticos, no solían causar recelo en la Iglesia porque dichas ocupaciones estaban claramente acotadas en forma, tiempo y contenido, de modo que difícilmente implicarían excesos o abusos de poder. Por ende, no guardaban la apariencia de ser una obligación inexcusable, ni con ello se estaba satisfaciendo o reconociendo sobre el clero el poder omnímodo y absolutamente discrecional del monarca.

Sin embargo, otra situación absolutamente distinta se daba cuando el servicio prestado por un obispo era postulado como expresión del *dominium* regio. Entonces, el rey consideraba al prelado como una hechura más de su poder institucional y, por lo tanto, le reclamaba lealtades y compromisos permanentes e indefinidos. Algo similar a la obediencia debida que, simultáneamente, el eclesiástico también tenía que observar hacia la Iglesia de la que formaba parte y específicamente hacia el papa, como cabeza gubernamental de la misma.

El resultado de esta doble confluencia de poderes – Monarquía e Iglesia – sobre una misma persona episcopal, conseguía generar en ella una naturaleza mixta, una doble piel, que ya Kantorowicz calificó como *personalidad política geminada*. El propio historiador germano, casi de manera anecdótica pero muy ilustrativa, comentó dos casos al respecto para resaltar lo controvertido de esa coexistencia dual². El primero, el de un obispo francés que se jactaba de guardar el más estricto celibato en tanto que prelado, mientras que como barón del reino había contraído matrimonio. En un segundo ejemplo, Kantorowicz expuso cómo Guillermo el Conquistador afrontó el enjuiciamiento del obispo Odón de Bayeaux, aclarando que lo procesaba por ser conde, a la vez que se dispensaba de hacerlo y le guardaba total respeto como alto dignatario de la Iglesia.

Y es que el referido *dominium* o señorío era una calidad de poder que impregnó las relaciones políticas medievales³. Procedía de la Antigüedad Clásica y había salido del dominio familiar romano, desde donde acabó convertido en

¹ BOURDIEU, Pierre – De la casa del rey a la razón de Estado: un modelo de la génesis del campo burocrático. In *EL MISTERIO del ministerio: Pierre Bourdieu y la política democrática*. Coord. Loïc Wacquant. Barcelona: Gedisa, 2005, p. 43-69 y IDEM – Espíritus de Estado: génesis y estructura del campo burocrático. In IDEM – *Razones Prácticas: sobre la teoría de la acción*. Barcelona: Anagrama, 1997, p. 91-138.

² KANTOROWICZ, Ernst H. – *Los dos cuerpos del rey: un estudio de teología política medieval*. Madrid: Alianza Editorial, 1985, p. 54-55.

³ Optamos aquí por una idea del señorío o *dominium* medieval no exclusivamente jurídica ni económica, sino de índole más global, en la línea argumentada por Alain Guerrau cuyas obras citamos más adelante.

una especialización de la idea de poder de índole individual e individualizante⁴. Es decir, se manifestaba de manera autónoma y autosuficiente sin necesidad de apelar a los ancestros, a la tradición o a la ley⁵. Exclusivamente atañía a los implicados, dominante y dominado, ya fuera este un ser humano o un bien material, y el contenido concreto que se le asignaba a la relación no demandaba de más apoyaturas sociales o comunitarias. Un rasgo típico del *dominium* era su alto grado de abstracción, lo que permitía que sobre una misma persona o cosa pudieran ejercerse varias dependencias o titularidades a través de otros tantos señores, pudiendo ser a su vez, cada uno de estos, diferente en calidad y contenido. El último aspecto que destacaremos aquí es que consistía en un poder ejercido, simultáneamente, sobre hombres y tierras⁶. De esa consustancialidad de base, derivaron en el Medioevo las demás formas subsidiarias e institucionalizadas como el vasallaje, prestimonio, feudo, etc. que se acostumbra a identificar a través de los análisis histórico-jurídicos, así como los diversos modos de exacción extraeconómicas, estudiadas por la historiografía de cuño marxista. Todas ellas serán maneras de *cosificar* socialmente, de expresar públicamente, las relaciones contraídas en privado por el dominante y el dominado. Dichas relaciones, muchas veces, solían conllevar deberes recíprocos, pero ese posible beneficio mutuo nunca eliminaba la acusada jerarquía de fondo que establecía el *dominium* entre ambas partes. Una suerte de patronazgo y clientelismo que lejos de esconderse, se exhibía de un modo diáfano, estereotipado y asumido por la comunidad donde acontecía⁷.

En síntesis, el *dominium* otorgaba al señor una calidad de poder autónomo, autosuficiente e impreciso que generaba obligaciones en el subordinado, las cuales no siempre quedaban expresadas con la debida concisión. Lo único evidente era la situación de dependencia en la que este último quedaba: por tal vínculo adquiría el papel de servidor, lo que le hacía susceptible de cumplir ciertos compromisos. Para el caso concreto del episcopado, el rey ejercía sobre

⁴ La evolución de la idea de *dominium* en el mundo clásico hasta comienzos de la Edad Media es analizada detenidamente en ROYO ARPÓN, José M^a – *Palabras con poder*. Madrid: Marcial Pons, [1997], p. 86-97 y 132-145.

⁵ Sobre la diferencia entre autoridad y *dominium*, así como el nacimiento y evolución de ambas desde la antigüedad hasta finales de la Edad Media resultan especialmente interesantes las aportaciones de ARENDT, Hannah – *Entre el pasado y el futuro: ocho ejercicios sobre la reflexión política*. Barcelona: Ediciones Península, 2003, p. 145-225.

⁶ GUERREAU, Alain – *El Feudalismo: un horizonte teórico*. Barcelona: Editorial Crítica, 1984, p. 202-208 y IDEM – *El futuro de un pasado: la Edad Media en el siglo XXI*. Barcelona: Crítica, 2002, p. 21-23.

⁷ Hay formas de patronazgo y clientelismo, sobre todo en las sociedades modernas, que discurren de manera oculta, por canales informales o directamente contrarios a la legalidad. En la Edad Media, en cambio, el establecimiento de esas dependencias vinculantes se sellaban mediante ritos, solemnidades y gestos públicos para garantizarse su general reconocimiento. ERNEST, Gellner, [et al.] – *Patronos y Clientes*. Barcelona, 1987, p. 9-11.

ellos unas exigencias de amplio espectro. A veces podía tratarse de ciertas demandas bastante acordes y afines al espíritu religioso del prelado, como, por ejemplo, reclamarle alguna contribución militar o económica para luchar contra el infiel. Pero en otras ocasiones, las pretensiones del monarca resultaban ser radicalmente anticanónicas como cuando intentaba la directa colación de las sedes episcopales del reino⁸. Así pues, el rey se daba a sí mismo un extenso margen de maniobra, que, sin embargo, a los ojos de un obispo entrañaba una distancia demasiado corta: la que iba de la prestación de servicios esporádicos a una sumisión incondicional. Un deslizamiento que nunca podría ser del agrado de la Iglesia, eterna aspirante a convertirse en una esfera de poder libre y exenta de cualquier injerencia externa que la mediatizara.

En las páginas siguientes detendremos nuestra atención en ese complicado ejercicio del *dominium* regio aplicado al episcopado leonés. Veremos cómo el rey se servía de sus diocesanos, a la vez que éstos resolvían el servicio a su señor terrenal, intentando no traicionar la *libertas* que entendían habían de procurarle a su otro señor, el celestial. Para ello, centraremos el análisis en un área particular, la frontera sur de León, que por su particular idiosincrasia, permitirá ilustrar de manera muy significativa los elementos que hasta aquí hemos venido comentando.

2. LA EXTREMADURA LEONESA: ENCRUCIJADA DE FRONTERAS

Entre los años 1157 y 1230, fechas que se corresponden con los reinados de Fernando II y Alfonso IX de León, existió en la Península Ibérica un espacio que desde la historiografía moderna se ha venido llamando Extremadura leonesa. Se trataba del área comprendida aproximadamente entre los ríos Duero y Tajo, limitada al este por la antigua calzada de la Plata o Guinea y al oeste por los cauces de los ríos Coa y Eljas. Al comienzo del señalado período, hacia 1157, este territorio no contaba con un claro poder dominante. Se lo disputaban más o menos abiertamente leoneses, castellanos, portugueses y almohades⁹. Constituía, por tanto, una encrucijada de fronteras ambicionada por los cuatro poderes

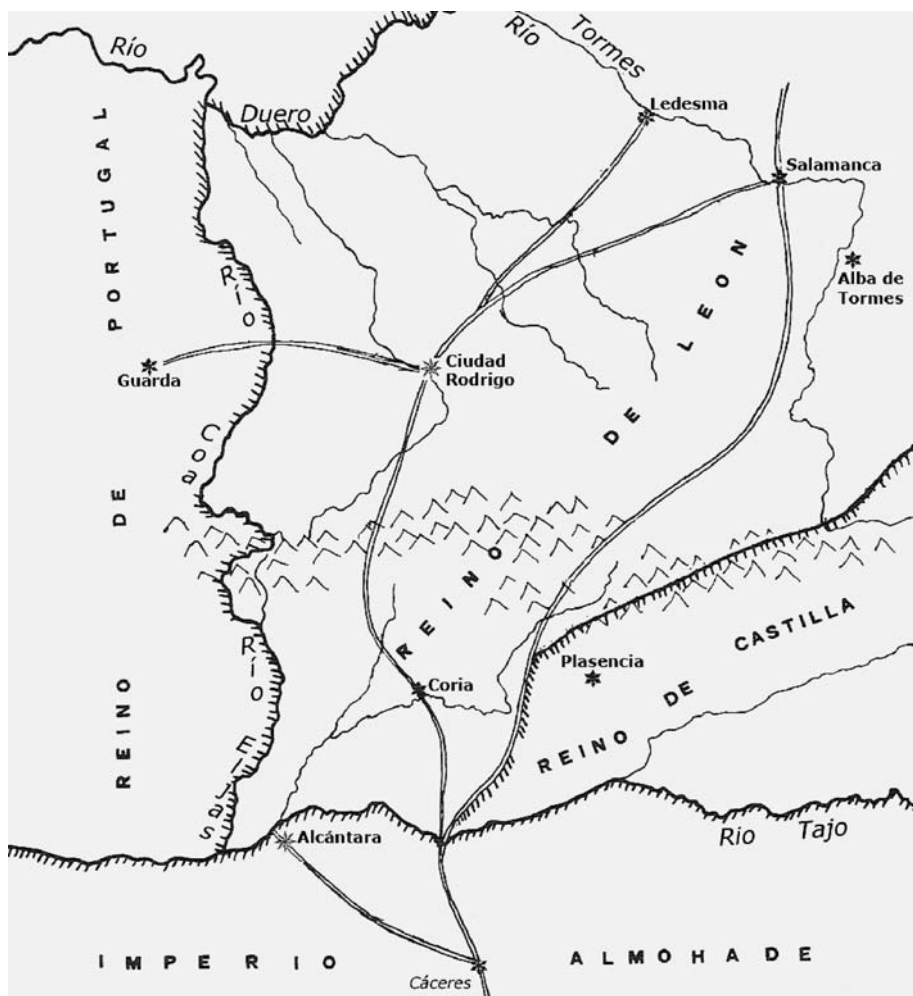
⁸ Para una tipología detallada de estas interacciones cruzadas entre la Iglesia y la monarquía castellano-leonesa véase los estudios de NIETO SORIA, J. M. – *Iglesia y Poder Real en Castilla: el Episcopado, 1250-1350*. Madrid, 1983 y IDEM – *Iglesia y génesis del Estado Moderno en Castilla (1369-1480)*, Madrid: Editorial de la Universidad Complutense, 1993 y LINEHAN, P. – *La Iglesia española y el Papado en el siglo XIII*. Salamanca Universidad Pontificia de Salamanca, 1975.

⁹ Una detallada y completa síntesis sobre los acontecimientos políticos más relevantes acaecidos en el espacio aquí señalado, con la amplia bibliografía específica y actualizada, puede consultarse en MARTÍN BENITO, José Ignacio – *Frontera y territorio en el sur del reino de León (1157-1212)*. In *EL REINO de León en la época de las cortes de Benavente*. Benavente, 2002, p. 115-164.

instalados en sus alrededores. Pero, sin duda, era el reino de León quien estaba más interesado en hacer suya toda esa superficie, puesto que allí estaba en juego su frontera meridional y su horizonte de expansión natural frente a los musulmanes. Al comienzo del reinado de Fernando II, la linde sur del reino leonés apenas tenía una longitud de 50 km y estaba expuesta a que Castilla o Portugal le cerraran el paso, estrangulando su desarrollo territorial y clausurando cualquier esperanza de reconquista sobre el Imperio Almohade. Por lo tanto, León al luchar por aquella región no sólo buscaba conquistar unas tierras, sino garantizarse un futuro.

Precisamente por tratarse de una vaporosa zona de contacto entre poderes diversos, por ser una periferia de periferias, se dieron allí una serie de condiciones naturales y políticas muy llamativas. Durante décadas la Extremadura leonesa fue en su mayor parte una franja de estancamiento bélico, con avances y retrocesos casi ininterrumpidos que generaban un clima de permanente inseguridad. Por esta razón, predominaban los asentamientos de pequeño tamaño, habitualmente en altura, concentrados, con escasa población y de índole militar en su mayoría. Es decir, un hábitat disperso y desarticulado, compuesto de unos pocos núcleos menores, en muchos casos, apenas guarniciones y refugios, bastante alejados unos de otros que dejaban amplios espacios vacantes entre ellos, y que no llegaban a formar entre sí redes administrativas, económicas o jurídicas relevantes. Todo ello producto de las adversas condiciones naturales de la región, del heredado vacío o insuficiencia demográfica de tiempos pasados, recrudescida por las contiendas bélicas y la dificultad de atraer y fijar en la región a nuevos pobladores¹⁰.

¹⁰ Sobre las dificultades encontradas a la hora de poner en valor social, económico y político la frontera sur leonesa abundan los estudios. A ello se dedicó especialmente A. Barrios García en varias aportaciones recientes: El proceso de ocupación y de ordenación del espacio en la Raya leonesa. In CONGRESSO HISTÓRICO LUSO-ESPANHOL SOBRE O TRATADO DE ALCANICES, Riba Còa, 1997 – *O Tratado de Alcanices e a importância histórica das terras de Riba Còa: actas*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, imp. 1998, p. 155-183; Repoblación y feudalismo en las Extremaduras. In CONGRESO DE ESTUDIOS MEDIEVALES, 1, León, 1987 – *En torno al feudalismo hispánico*. Avila: Fundación Sánchez – Albornoz, D.L. 1989, p. 419-433 y Repoblación de la zona meridional del Duero: fases de ocupación, procedencias y distribución espacial de los grupos repobladores. *Studia Historica Medieval*. 3 (1985) 33-82. Una tesis de conjunto y pionera al respecto de las sociedades e instituciones de frontera es la de VILLAR GARCÍA, L. M. – *La Extremadura Castellano-Leonesa: guerreros, clérigos y campesinos (711-1252)*. [Valladolid]: Junta de Castilla y León, Consejería de Educación y Cultura, 1986. Ceñido exclusivamente a la actual Extremadura resulta de gran utilidad el trabajo de CLEMENTE RAMOS, J.; MONTAÑA CONCHIÑA, J. L. de la – *La Extremadura cristiana (1142-1230): ocupación del espacio y transformaciones socioeconómicas*. *Historia. Instituciones. Documentos*. 21 (1994) 83-124. De este último autor merecen destacarse aquí también *La Extremadura Cristiana (1142-1230): el doblamiento*. *Norba*. 11-12 (1991-1992) 223-232 y su tesis doctoral publicada *La Extremadura cristiana (1142-1350): poblamiento, poder y sociedad*. Cáceres: Universidad de Extremadura, 2003.



La Extremadura leonesa hacia 1200

Ninguna de las cuatro potencias políticas en liza logrará hacerse con la hegemonía de la Extremadura histórica al estar las fuerzas demasiado repartidas. Esta circunstancia posibilitó un juego de todos contra todos, en el que las guerras, las paces y la administración de las tierras conquistadas adquirieron significados añadidos. Así, y para escándalo del papado, las convicciones religiosas se doblegarán ante los intereses geoestratégicos y abundarán alianzas o treguas entre cristianos y musulmanes. Unos pactos usados en ocasiones como armas arrojadas contra aquellos terceros, no firmantes, que quedaban de este modo aislados y expuestos al enemigo. Igualmente, cualquier conquista realizada por un monarca cristiano, aún conseguida a costa del Islam, será mirada de reojo

y con recelo por otros reyes correligionarios, que veían como una amenaza propia cualquier avance territorial de un rival. Incluso las repoblaciones interiores próximas a la linde de un reino suscitarán replicas y contrarreplicas, a veces violentas y a veces más sutiles, al otro lado de la frontera¹¹. De este modo, en aquel embrollado y confuso contexto todo parecía estar interconectado y cualquier acción regia deparaba consecuencias a menudo imprevisibles.

3. LA EXTREMADURA LEONESA: LABORATORIO POLÍTICO

Pero, curiosamente, la Extremadura leonesa extrae sus mayores virtudes de la precariedad sociopolítica reinante, de la ausencia de marcos institucionales preexistentes, así como de la fuerte rivalidad mantenida por los diferentes competidores que se la disputaron. Todas estas circunstancias convierten a la región en un observatorio político privilegiado para analizar la dinámica y morfología del poder regio en la segunda mitad del siglo XII y principios del XIII.

Y es que precisamente los reyes para maniobrar en un escenario tan enrarecido, para poner en valor aquellas tierras disputadas y territorializar su autoridad con firmeza deberán llevar a cabo acciones comprometidas, aplicar dispositivos de administración y gestión territorial antiguos, pero también inventarse y promocionar otros nuevos, aun a riesgo de fracasar en el intento o de crearse problemas insospechados.

Por esta razón, calificar aquel tablero de juego tan peliagudo como laboratorio político resulta muy acertado por varias razones. Primero porque la metáfora del laboratorio nos habla de experimentación, de tanteos realizados mediante ensayo y error, de pruebas para obtener ciertos fines. Iniciativas que en el caso que nos ocupa se resuelven en una sucesión de estrategias de dominación territorial a través de las cuales cada monarca buscaba que su *dominium* se implantara en aquella geografía de un modo firme y duradero. Pero, en segundo lugar, el laboratorio nos habla también de fórmulas, de resultados y productos nuevos con los que salvar obstáculos, resolver incertidumbres o solventar dificultades. En el caso de la Extremadura leonesa veremos surgir tres elementos novedosos. Es cierto que toman como partida formas precedentes y en vigor desde hacía décadas, pero será en esta región fronteriza donde adquieran una originalidad muy destacable.

¹¹ Sobre esta particular dialéctica política y bélica cristiano-musulmana en la frontera resultan especialmente sugerentes las interpretaciones y análisis de GARCÍA FITZ, F. – *Relaciones políticas y guerra: la experiencia castellano-leonesa frente al Islam: siglos XI-XIII*. Sevilla, 2002, p. 77-193 y IDEM – *Las Navas de Tolosa*. Barcelona: Ariel, 2005, p. 101-155.

Me refiero a los concejos de villa y tierra, las órdenes militares o milicias religiosas locales y, por último, un determinado tipo de Iglesia episcopal. Los dos primeros *productos de frontera*, es decir, los concejos y las órdenes militares locales, han merecido numerosos estudios resaltando su singularidad y su encaje en los espacios extremaduranos, no sólo en el área leonesa, sino a lo largo de todo el Duero¹². Del tercero será del que nos ocuparemos aquí, pero antes conviene exponer resumidamente las dos estrategias territoriales promovidas por la monarquía y dentro de las cuales la Iglesia episcopal encontró cabida al servicio del rey.

4. DOS ESTRATEGIAS DE DOMINACIÓN TERRITORIAL PARA LA FRONTERA

Dentro de aquel paisaje político repleto de vacilaciones, conductas erráticas, idas y venidas, los monarcas consiguieron poco a poco abrirse paso principalmente a costa de los musulmanes. En su progreso y a pesar de la existencia de enfrentamientos e intereses contrapuestos, los reyes cristianos parecían compartir idénticos modelos de dominación territorial. En concreto, dos serían las estrategias manejadas por las monarquías a la hora de poner en valor las tierras y lugares conquistados.

El primer modelo de dominación podría describirse como un mosaico de señoríos dispersos sobre los cuales el monarca ejercía su autoridad en segundo plano. El rey cedía a terceros – nobles, eclesiásticos y órdenes militares – los enclaves ganados en combate. Esto le reportaba numerosas ventajas: era un mecanismo rápido para situar lugares y gentes bajo la órbita regia, pero sobre todo, se trataba de una vía para evitar que dichas localidades pudieran caer en manos de otros rivales directos. Apenas suponía un gasto para el tesoro regio puesto que la gestión y posteriores inversiones se dejaban al criterio de los beneficiarios y, además, esas donaciones servían para gratificar a cortesanos y reforzar lealtades. La cara negativa del asunto estaba en que mediante este dispositivo el monarca quedaba en un segundo plano político, la región

¹² Sobre los concejos de frontera véase los amplios estudios de conjunto realizados por MONSALVO ANTÓN, J. M. – Transformaciones sociales y relaciones de poder en los concejos de frontera, siglos XI-XIII: aldeanos, vecinos y caballeros ante las instituciones municipales. In *RELACIONES de poder, de producción y parentesco en la Edad Media y Moderna: aproximación a su estudio*. Comp. R. Pastor. Madrid 1990, p. 107-170 y DIEM – Frontera pionera, monarquía en expansión y formación de los concejos de Villa y Tierra: relaciones de poder en el realengo concejil entre el Duero y la cuenca del Tajo (C.1072 - C.1222). *Arqueología y territorio medieval*. 10: 2 (2003) 45-126. Con respecto a las órdenes militares y su condición fronteriza, la síntesis reciente de referencia es la realizada por AYALA MARTÍNEZ, C. de – *Las órdenes militares hispánicas en la Edad Media (siglos XII-XV)*. Madrid: Marcial Pons, 2003.

fronteriza perpetuaba su precariedad institucional y social, ya que no se incentivaba la creación de nuevos núcleos, y para los nuevos señores, muchas veces, el lugar recibido era más un inconveniente que un premio. Sobre todo para aquellos magnates que tenían el grueso de su patrimonio a buen recaudo en la retaguardia del reino. De este modo, no siempre coincidían los intereses de estos propietarios con los del rey, por lo que esos señoríos acababan siendo volubles e inseguros. En definitiva, con este modelo de dominación, la frontera, entendida por su contenido sociopolítico precario, desarticulado y disperso, seguía siendo frontera.

La segunda estrategia de dominación territorial manejada por las monarquías cristianas venía, precisamente, a superar esos rasgos fronterizos a los que acabamos de aludir. Se trataba de *construir reino para el rey* y acabar con las precariedades sociales de la frontera. Entonces, el espacio político era concebido para vivir, convivir y no exclusivamente combatir. A la vez, debía crear paisajes humanos e institucionales de gran dinamismo, auténticas plataformas de lanzamiento capaces de fomentar nuevos desarrollos y avances reconquistadores. La fórmula empleada será la exaltación del realengo articulado y jerarquizado a través del trinomio rey-concejo-obispado. Al mismo tiempo, este modelo se caracterizará por una marcada ausencia de señoríos privados, a excepción de alguna presencia testimonial menor o más acusada en la periferia de estos centros de poder regio. Por lo tanto, dentro de dicha estrategia de dominación, la monarquía adoptaba un protagonismo notable con la intención de ejercer una exclusividad política muy fuerte, buscando monopolizar la capacidad para la acción colectiva e institucional de los espacios, gentes y entidades allí asentadas.

5. LA IGLESIA DE FRONTERA AL SERVICIO DEL REY

En resumen, tenemos ante nosotros a la Extremadura entendida como un escenario político agitado e incierto, y dos estrategias regias para maniobrar dentro ella. Dos maneras diferentes de afrontarlo, someterlo y ponerlo al servicio de la monarquía. ¿Qué papel podía desempeñar la Iglesia de León en aquel panorama convulso? ¿Cómo podían servir en él los obispos leoneses a su rey y cómo el monarca se servía de sus obispos? Y lo que es más importante a mi juicio, ¿qué podía el episcopado aportar de específico en semejante contexto de frontera que no pudieran aportar otras instituciones o personas del reino? Es decir, ¿era el servicio episcopal diferente, único, frente al proporcionado por el resto de la sociedad política de León? Tres ejemplos concretos nos permitirán contestar a estos interrogantes y observar que los obispos constituían para el monarca leonés un instrumento muy útil, quizás indispensable, con el que resolver determinadas situaciones comprometidas.

5.1. El obispo como señor de la guerra: el arzobispado de Santiago

El seis de febrero de 1162 el arzobispo electo de Compostela, Pedro Gudestéiz, recibió de Fernando II de León el señorío de la ciudad de Coria, del cual ya la metrópoli poseía una tercera parte otorgada en vida del emperador Alfonso VII¹³. Dos años después, un 22 de diciembre, también Gudestéiz obtuvo del monarca leonés el castillo de Alburquerque y la ciudad de Aramenia con todos sus términos¹⁴. Ambas donaciones se refieren a localidades situadas al sur de las estribaciones montañosas de Gata y Francia. En una región que se ha dado en llamar Transierra y que en aquellos años era la primera línea, la vanguardia, más expuesta del reino de León. Tanto Coria como Alburquerque eran también baluartes señeros de gran importancia geoestratégica y táctica para hacer frente a los enemigos. Además, estas dos concesiones se inscribían en esa estrategia de dominación territorial que propiciaba la concesión de señoríos a nobles, eclesiásticos y órdenes militares, y que colocaba a la monarquía en un segundo lugar. Por lo tanto, era la dimensión señorial de Pedro Gudestéiz la que se imponía al resto de sus facetas institucionales. Era ese lado del arzobispo, en tanto que señor temporal, el que interesaba al monarca y del que éste sacaba provecho para sus intereses expansionistas.

En tal sentido, el servicio prestado por el metropolitano gallego resultaba equiparable al realizado por otros nobles y magnates del reino en aquellos mismos lugares. En principio nada especial parece distinguir su comportamiento del realizado por cualquier otro ilustre personaje como el conde Armegol de Urgel o Fernando Rodríguez el Castellano, quienes también recibieron importantes posesiones en la Transierra¹⁵. Incluso el lenguaje político manejado por el rey, tanto al hacer aquellas donaciones, como el utilizado por el arzobispo, al hacer uso de las mismas, resultaba nítidamente feudal. Así, cuando en 1171 Pedro Gudestéiz se involucre en el nacimiento y promoción de la orden militar de Santiago, ubicada en Cáceres, exigirá que esta milicia le preste vasallaje y, también, pondrá a disposición de los freires la propia hueste arzobispal para que puedan cumplir más eficazmente sus fines de guerrear al Islam y defender los lugares cristianos¹⁶.

¹³ FITA, F. – Coria compostelana y templaria. *BRAH*. 61 (1912) 346-349.

¹⁴ GONZÁLEZ, J. – *Regesta de Fernando II*. Madrid: [s.n.], 1943, pág. 417.

¹⁵ MARTÍN RODRÍGUEZ, J. L. – Un vasallo de Alfonso el Casto en el reino de León: Armengol VII, conde de Urgel. In CONGRESO DE HISTORIA DE LA CORONA DE ARAGÓN, 7, Barcelona, 1962 – *Cronica ponencias y comunicaciones*. Barcelona: [s.n.], p. 222-233 y SALAZAR Y ACHA, J. de – El linaje castellano de Catro en el siglo XII: consideraciones e hipótesis sobre su origen. *Anales de la Real Academia Matritense de Heráldica y Genealogía*. 1 (1991) 33-68.

¹⁶ LÓPEZ FERREIRO, A. – *Historia de la Santa A. M. Iglesia de Santiago de Compostela*. Vol. 4. Santiago: [s.n.], 1901, doc. XLV y MARTÍN RODRÍGUEZ, J. L. – *Orígenes de la Orden Militar de Santiago (1170-1195)*. Barcelona: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1974, doc. 42.

Por otra parte, la conducta posterior del arzobispo demostró que prefería anteponer el pragmatismo señorial a otros altos ideales, como combatir al infiel. De este modo, parece evidente que a Gudestéiz le incomodaba enseñorear Coria y Alburquerque, lugares que para sacarles algún partido reclamaban atención directa e invertir recursos. Además, estaban muy alejados de los principales intereses patrimoniales de Compostela. Así que el metropolitano consiguió desembarazarse de ellos de una manera elegante e incluso ventajosa: buscando quien pudiera sustituirle. El 10 de julio de 1168 Fernando II había decidido entregar Coria a los templarios¹⁷. Por ello, trocó la ciudad a la Iglesia de Santiago en canje por la villa de Caldas de Cuntis y otras cinco iglesias más que se encontraban en territorio gallego, y, por tanto, ubicadas junto al grueso del patrimonio arzobispal¹⁸. El cambio se hizo de forma amistosa, e incluso el rey de León alabó el modo en que Pedro Gudestéiz le venía sirviendo desde que fuera infante. En el caso de Alburquerque, será directamente el arzobispo quien entregue, el año 1171, este castillo, con la misión de protegerlo, a la orden de Santiago, cuando, como quedó mencionado antes, la Iglesia compostelana se asoció con esta nueva milicia y convirtió a los freires en sus vasallos.

En definitiva, el arzobispo de Compostela sirve al rey leonés, fundamentalmente porque el propio monarca necesita servirse de la Iglesia gallega. Ambas instituciones compartían algunos intereses comunes. La metrópoli era considerada la heredera del obispado visigodo de Mérida, así como de su provincia eclesiástica, por lo que para terminar de legitimarse la sede de Santiago debía hacerse cuanto antes con esa ciudad. El monarca de León, por su parte, también quería expandir su reino en la misma dirección. Pero lo que para el arzobispado gallego representaba la persecución de un símbolo concreto, para Fernando II suponía un esfuerzo material de grandes dimensiones en el que todos los recursos a su disposición eran pocos. Desde su cátedra arzobispal, Pedro Gudestéiz no podía evitar servir a su rey. Varias razones se lo impedían. En primer lugar la Iglesia de Compostela desde el advenimiento de Fernando II había estado fuertemente mediatizada por Fernando II, quien llegó a poner en fuga a su titular Martín entre 1161 y 1167¹⁹. Durante el exilio del arzobispo, el monarca intentó colocar en el cargo a candidatos de su agrado, uno de los cuales era el propio Gudestéiz. Y es que Pedro era un hombre del rey, tutor de Fernando

¹⁷ Sobre la presencia del Temple en la Transierra extremeña CLEMENTE RAMOS, J.; MONTAÑA CONCHINA, J. L. de la – Las órdenes militares en el marco de la expansión cristiana de los siglos XII-XIII en Castilla y León: la Orden del Temple en Extremadura. *E-Spania. Revue électronique d'études hispaniques médiévales*. 1 (junio 2006) 1-25. Publicado en: <http://www.e-spania.paris-sorbonne.fr/article-pdf/clemente-ramos.htm>

¹⁸ FITA, F. – Coria compostelana y templaria, p. 346-349.

¹⁹ Todo el incidente en FLETCHER, R. A. – Regalian Right in twelfth-century Spain: the Case of Archbishop Martín of Santiago de Compostela. *Journal of Ecclesiastical History*. 4 (Oct.-1977) 337-360.

II durante la niñez del monarca y canciller regio entre 1159 y 1160, cuando ya se había convertido en obispo de Mondoñedo. Por todas estas razones, el arzobispo quedaba a disposición del poder monárquico. Ahora bien, siempre en el difícil equilibrio de sortear los compromisos y las responsabilidades onerosas para su sede, sin traicionar la confianza que a través de ellas había depositado el rey en la Iglesia de Compostela y su titular.

5.2. El rey como fundador de obispados a su medida: Ciudad Rodrigo

En 1161 y dentro del proyecto de repoblación de la penillanura salmantina, Fernando II decidió convertir a una pequeña aldea junto al río Águeda, no solo en un concejo autónomo y de realengo, sino también hacer de él la cabeza de un nuevo obispado²⁰. Parecía tener el monarca las ideas bastante claras al respecto porque en el documento fundacional de esta diócesis se dictaron directrices muy precisas²¹. Así, Fernando II acudió a la Iglesia de Compostela para hacerle entrega del derecho episcopal de Ciudad Rodrigo. Con ello, el arzobispo gallego asumía el compromiso de dotar a la sede de un nuevo prelado. Esta era una costumbre seguida por los monarcas peninsulares en otras ocasiones como cuando Alfonso VI en 1107 dio Segovia a la metrópoli de Toledo para se restaurara allí la antigua diócesis visigoda²². Parecía, por tanto, que Fernando II seguía en esta ocasión un comportamiento repleto de corrección canónica al no ser él quien, directamente, instituía el nuevo cargo episcopal y optaba por dejarlo en las manos de la autoridad eclesiástica exclusivamente. En este mismo sentido de respeto hacia la esfera religiosa, el monarca entregó también el monopolio de las iglesias y monasterios ubicados en el solar mirobrigense al futuro prelado de Ciudad Rodrigo, así como reconoció al clero de la diócesis un estatuto jurídico y judicial propios y al margen de los oficiales regios. Estas eran unas inmunidades y libertades eclesiásticas que empezaban a ser comunes en la Península por influencia de la Reforma Gregoriana.

²⁰ Un análisis detallado de las circunstancias políticas por las que atravesó la fundación y evolución posterior del obispado civitatense en SÁNCHEZ-ORO ROSA, J. J. – *Orígenes de la Iglesia en la Diócesis de Ciudad Rodrigo: episcopado, monasterios y ordenes militares (1161-1264)*. [Ciudad Rodrigo]: Centro de Estudios Mirobrigenses, 1997. Una revisión interpretativa de conjunto del mismo autor en IDEM – Iglesia y poder en Ribacóa y Ciudad Rodrigo: la construcción del espacio político mirobrigense (1161-1211). *Revista da Faculdade de Letras. História*. Porto. 15 (1998) 313-322.

²¹ Hay varias ediciones del documento: RECUERO ASTRAY, M., et al. – *Documentos medievales del reino de Galicia: Fernando II (1155-1188)*. [A Coruña]: Dirección Xeral de Patrimonio Cultural, 2000, doc. 30; LUCAS ÁLVAREZ, M. – *La documentación del Tumbo A de la catedral de Santiago de Compostela: estudio y edición*. León: Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”, 1997, p. 271-273, doc. 112 y HERNÁNDEZ VEGAS, M. – *Ciudad Rodrigo: la Catedral y la Ciudad*. Vol. 1. Salamanca: [s.n.], 1935, p. 20-22.

²² El documento fue publicado por SÁNCHEZ-ALBORNOZ, C. – Despoblación y repoblación del Valle del Duero. Buenos Aires: Instituto de Historia de España, 1966, p. 387-389 y por GARCÍA LUJÁN, J. A. – *Privilegios Reales de la Catedral de Toledo (1086-1462): formación del Patrimonio de la S.I.C.P. a través de las donaciones reales*. Vol. 2. Granada: J. A. García, 1982, doc. 3. p. 22-25.

Otra de las directrices dadas en la misma carta fundacional hacía coincidir las lindes de la diócesis con las del concejo mirobrigense, de tal manera que la expansión administrativa y civil de la ciudad llevara consigo, de modo indisoluble, la eclesiástica. Los colonos recién llegados a la misma quedarían automáticamente encuadrados en esa doble trama. La decisión no era novedosa sino que respondía a una pauta aplicada en muchos otros grandes concejos de la Extremadura castellano-leonesa como Salamanca, Ávila o Segovia²³. Sin embargo, lo que ocurría en nuestro caso era un tanto particular porque Ciudad Rodrigo estaba levantada sobre un obispado y concejo en pleno funcionamiento: Salamanca. La directriz que acabamos de exponer venía a segregar definitivamente y por decisión del monarca la villa mirobrigense de la diócesis salmantina en sus facetas concejil y episcopal.

Finalmente, Fernando II también dispuso unos cauces financieros y patrimoniales con los que apuntalar la autonomía y la inmunidad eclesiástica de la nueva sede. Le adjudicó algunas villas dispersas, y un tercio de la ciudad y de todos los tributos regios recaudados en ella. Esta última era una fórmula económica que tenía su origen en la dotación del obispado de Salamanca, en tiempos de Raimundo de Borgoña, y que gozó de cierto éxito, puesto que también la usaron otros monarcas cuando dotaron las sedes de Coria y Ávila²⁴.

Resumiendo, podemos decir que el proceso de constitución de la diócesis civitatense se enmarcó dentro de la ortodoxia eclesiástica. Ciudad Rodrigo era, por tanto, una proyección más de la organización diocesana común a todo el sur del Duero, pero cuyos rasgos esenciales se le habían otorgado en una sola ocasión, en su mismo origen, aprovechando la experiencia que en semejantes tareas ya había adquirido la monarquía castellano-leonesa.

Ahora bien, el aparato de la Iglesia Occidental con el papado como centro de poder se estaba sofisticando. A través de la denominada Reforma Gregoriana y de la Querrela de las Investiduras, la autoridad eclesiástica exigía su propio ámbito de desenvolvimiento y recelaba de las injerencias externas que pudieran condicionarlo. Legados pontificios, curias provinciales y concilios generales, derecho y justicia canónicas, fiscalidad papal, etc., eran mecanismos potenciados desde Roma para obtener un marco de libertades propias y distanciarse de las costumbres feudalizantes laicas. Como es bien sabido, esto no significaba que los

²³ Este rasgo fue así señalado por VILLAR GARCÍA, L. M. – *La Extremadura Castellano-Leonesa: guerreros, clérigos y campesinos (711-1252)*. [Valladolid]: Junta de Castilla y León, Consejería de Educación y Cultura, 1986, p. 32 y 165-172.

²⁴ MARTÍN MARTÍN, J. L. – *Documentos de los archivos catedralicio y diocesano de Salamanca (Siglos XI-XIII)*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1977, doc. 3 y IDEM – *Documentación Medieval de la Iglesia Catedral de Coria*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1989, doc. 1; BARRIOS GARCÍA, A. – *Documentos de la Catedral de Ávila (Siglos XII-XIII)*. Ávila: Institución “Grand Duque de Alba”, 2004, doc. 1.

reyes de la Cristiandad renunciaran desde entonces a mediatizar las instituciones eclesiásticas y dejar de servirse de ellas. Sino que la monarquía se verá forzada a usar procedimientos más sutiles, gestos de subordinación, obediencia y obligación menos transparentes que los que caracterizaban al feudalismo vasallático. En este punto me parece que la erección de un obispado como el de Ciudad Rodrigo, en apariencia escrupulosamente canónico, advierte la existencia de una refinada técnica para hacer de él una estructura de constante servicio al rey. Y es que desde el propio diseño de la diócesis, desde la raíz misma que da origen a la institución, ya se inducía la subordinación al poder regio, sin necesidad de acudir a ritos públicos que evidenciaran tal dependencia.

De hecho, lo primero que refleja la fundación episcopal de Ciudad Rodrigo, es la evidente incapacidad de la Iglesia de León para desplegarse por sí misma en el reino al margen de los designios del monarca. Éste se situó en el origen mismo del acto fundacional, activando el proceso, decidiendo qué arzobispo tenía que llevarlo a cabo; estableciendo el lugar donde debía erigirse la nueva sede, aunque ello implicara seccionar una geografía y jurisdicción eclesiástica en vigor como era la salmantina. Fernando II también fijó el perímetro de la diócesis ligándolo al de un núcleo repoblado de su realengo, Ciudad Rodrigo, y financió al futuro prelado a través de propiedades y tributos regios, con lo que monarquía y obispo compartirían idéntico interés en hacer eficaz y productiva toda la maquinaria recaudatoria.

Es oportuno señalar que el obispado de Ciudad Rodrigo se inscribía en esa estrategia de dominación territorial planificada, que *construía reino para el rey*, y dejaba al margen a otros señores particulares. El diseño diocesano que acabamos de comentar estaba orientado a dicho fin. Pretendía crear un espacio de poder y de convivencia estable cuyo principal beneficiario político fuera el monarca. Por eso, el nuevo obispado se planificó a medida del realengo, del que recibía su territorialidad, su componente humano, sus recursos económicos y su ámbito de actuación. En definitiva, el episcopado civitatense obtenía del *dominium* regio toda su razón de ser. Desde este punto de vista, resultaría muy difícil resistirse a los intereses o expectativas políticas del monarca sobre la localidad porque coincidían en gran medida con los de la propia diócesis. De tal manera que podría decirse que el futuro obispo civitatense, cuando desempeñe las labores propias de su cargo, cuando se sirva a sí mismo, también estará sirviendo al rey. Será este un tipo de servicio invisible, permanente, estructural y exento de fricciones, establecido para aunar la dinámica del poder diocesano con la dinámica del poder regio local. Una confluencia por la que ambos poderes se complementaban y salían reforzados. En consecuencia, Fernando II supo guardar las apariencias al crear un obispado que respetaba los preceptos canónicos, pero también planificado como un brazo político más de su *dominium* monárquico.

Para terminar de cerrar el círculo de afinidades entre poderes, un hombre del rey ocupó la sede de Ciudad Rodrigo en 1175²⁵. Tras diversos retrasos, un primer obispo cuestionado, la firma de una concordia con la perjudicada Salamanca y recibir la pertinente aprobación del papa, Pedro Ponte fue nombrado primer obispo civitatense²⁶. Había sido notario regio entre 1170 y 1172 y desde la cátedra episcopal siguió sirviendo al rey, por ejemplo, gestionando las paces castellano-leonesas de 1183. A este prelado le sucederán otros que demostrarán tener un acentuado perfil político, lo que encajaba perfectamente en el diseño institucional predisuesto por el rey para la diócesis de Ciudad Rodrigo.

Los monarcas castellanos, portugueses y el propio leonés nuevamente, aplicaron en lugares próximos procedimientos similares a los utilizados sobre la diócesis de Ciudad Rodrigo. Así, vemos fórmulas parecidas en la revitalización del obispado de Coria hacia 1185, la fundación episcopal de Plasencia a costa de la sede abulense en 1186 o la restauración de Idaña a través de Guarda entre 1201-1202²⁷.

5.3. Los obispos expanden el reino para su monarca: Ribacôa

Ribacôa, es decir, la margen derecha del río Coa, era una franja de contacto entre portugueses y leoneses al sur del Duero. Parecía haber estado nominalmente bajo poder de Portugal y así lo reflejaban algunos fueros locales como el de Numa. Sin embargo, León no se conformaba con este estado de cosas y pretendía hacer suyas esas tierras²⁸. La forma en que asimilará esta región

²⁵ La edición más reciente del documento en FERNÁNDEZ FLOREZ, J. A. – *Colección diplomática del monasterio de Sahagún*. Vol. 4. León: Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”, 1991, doc. 1382.

²⁶ El detalle de todos estos avatares con los pertinentes datos biográficos de Pedro Ponte en SÁNCHEZ-ORO ROSA – *Orígenes de la Iglesia*, p. 42-86.

²⁷ Para el caso de Coria véase MARTÍN MARTÍN – *Documentación Medieval de la Iglesia Catedral de Coria*, docs. 3-6. Para Plasencia los estudios de PALACIOS MARTÍN, Bonifacio – Alfonso VIII y su política de frontera en Extremadura. *AEM*. 19 (1989) 155-167; IDEM – Alfonso VIII y su política de frontera en Extremadura: la creación de la diócesis de Plasencia. *En la España Medieval*. 15 (1992) 77-96. Acerca de Idaña y Guarda, ALMEIDA F. de – *Egitânia: história e arqueologia*. Lisboa: Faculdade de Letras, 1956; GOMES, J. Pinharanda – *História da Diocese da Guarda*. Braga: J. P. Gomes, 1981; y GOMES, R. Costa – *A Guarda Medieval: posição, morfologia e sociedade*. Lisboa: Sá da Costa, 1987.

²⁸ El estudio fundamental de referencia sigue siendo el de AZEVEDO, R. P. – Riba Coa sob o domínio de Portugal no reinado de D. Afonso Henriques. *Anais da Academia Portuguesa de História*. 12 (1962) 231-300, aunque centrado exclusivamente en Santa María de Aguiar. Completan sus aportaciones y las revisan desde una perspectiva más amplia que incluye a San Julián del Pereiro, SÁNCHEZ-ORO ROSA – *Orígenes de la Iglesia*, p. 52-64, 120-126 y 137-157 y BARRIOS GARCÍA, A. – En torno a los orígenes y la consolidación de la Diócesis Civitatense. In CONGRESO DE HISTORIA DE LA DIÓCESIS DE CIUDAD RODRIGO, Ciudad Rodrigo, 2000 – *Actas*. Vol. I. Ciudad Rodrigo: Diócesis de Ciudad Rodrigo, 2002, p. 198-199 y 206-207. El caso del Pereiro, dados sus oscuros orígenes, ha merecido una atención especial por CORRAL VAL, L.; SÁNCHEZ-ORO ROSA, J. J. – Documentación y tradición en torno a los orígenes de San Julián del Pereiro: ¿una orden militar desde sus comienzos?. *Revista Castellum*. 3 (1998) 27-38.

será bastante peculiar, ya que los monarcas leoneses acudirán al episcopado de Ciudad Rodrigo como resorte más adecuado para conseguir integrar aquella zona dentro del reino. Además, haciéndolo así, a través de la Iglesia, seguramente se levantarían en Portugal menos susceptibilidades que si la acción la realizara directamente un monarca leonés.

La maniobra se desarrolló en dos fases. En la primera no se pretendía consumir una colonización efectiva de aquel espacio sino hacer bascular hacia León a las escasas instituciones allí asentadas. Parece que en el último tercio del siglo XII en Ribacôa apenas había núcleos de población significativos, a excepción de dos monasterios: el de San Julián del Pereiro y el de Santa María de Aguiar. Por tal razón, la vía eclesiástica se antojaba el medio más eficaz para atraerse aquellos cenobios hacia la autoridad leonesa. Aprovechando el retraimiento de Portugal tras su derrota en Badajoz de 1169, Fernando II donó, dos años después, Caliabria y la Torre de Aguiar al obispo Domingo. Este fue el primer prelado de Ciudad Rodrigo y se intitulaba precisamente *Caliabriense*, buscando así legitimar su cargo con la antigua sede visigoda. Mediante la concesión de esos dos lugares, claramente situados al norte de Ribacôa, Fernando II ejercía una evidente presión política en la región a través de su obispo Domingo. Parece que el monasterio de Aguiar manifestó ciertos titubeos a la hora de acatar la autoridad episcopal de Ciudad Rodrigo y, por ende, del monarca leonés. Así en 1174 todavía el rey de Portugal era quien confirmaba sus términos a los monjes²⁹. Pero el panorama quedó completamente despejado cuando el papa Alejandro III en 1175 aprobó la diócesis civitatense e incluyó entre sus lindes a los dos monasterios ribacudanos antes citados.

En la segunda fase, Alfonso IX quiso hacer una ocupación más efectiva de Ribacôa. Pretendió controlar algunos de los puntos tácticos más importantes de su geografía y levantar una línea de guarniciones en la margen derecha del río. La tarea fue encomendada al obispo de Ciudad Rodrigo Martín, quien recibió en 1191, cuatro castillos: Almeida, Abaroncinos, Alfayates y uno último ubicado en la foz del Águeda³⁰. Esta red castrense aseguraría el territorio en un momento en el que comenzaban a prosperar ciertos poblamientos en la zona. Sobre esta base de control militar, aproximadamente una década después nacerán los grandes concejos ribacudanos promovidos, también, por la monarquía leonesa.

²⁹ AZEVEDO, R. P. – Riba Coa sob dominio de Portugal no reinado de D. Alfonso Henriques. *Anais da Academia Portuguesa da História*. 12 (1962) 234-236. Este autor propone una fecha anterior para este documento, quizás 1172 o 1173, lo que indicaría, por parte del monasterio de Aguiar, una reacción más inmediata tras la búsqueda de cierto amparo en el monarca de Portugal con el que protegerse de las acometidas y avances territoriales de su homólogo leonés.

³⁰ Analiza todo el proceso de anexión y publica el citado documento SÁNCHEZ-ORO ROSA – *Orígenes de la Iglesia*, p. 91-99 y ap. doc. nº 2.

En definitiva, a través de esta administración y absorción eclesiástica de Ribacóa, vemos la convergencia de intereses que se daba entre el rey y el episcopado de Ciudad Rodrigo. Puesto que, en este caso, al consolidar las lindes de la diócesis, simultáneamente, se estaban consolidando las lindes del reino³¹. Todo ello, un claro ejemplo de cómo aquellos obispos de frontera al servirse a sí mismos, estaban sirviendo también a su rey. Eso sí, desde el escenario que éste previamente les había predispuesto de un modo muy calculado.

Un escenario que perderá gran parte de su valor sobre todo a partir de 1230, cuando León se reunifique con Castilla y el frente musulmán quede cada vez más lejos. Desde ese momento, el perfil político de los obispos de frontera se verá muy reducido y, por añadidura, obispados como Ciudad Rodrigo, Coria o Plasencia, los cuales habían tomado cierto impulso institucional y público, quedarán convertidos en sedes episcopales menores.

CONCLUSIÓN

Al iniciar esta comunicación fueron esbozados algunos tipos diferentes de servicios prestados al monarca por los eclesiásticos de su reino. Oficios o funciones tales como embajadas, comisiones, etc. estaban concebidos de una manera puntual, perfectamente acotada y transparente. Su desempeño por el clero no resultaba algo demasiado incómodo a la Iglesia que encarnaban, porque tales facetas se yuxtaponían al cargo propiamente eclesiástico, sin mezclarse o confundirse con él y manteniendo la correspondiente independencia.

Con el arzobispo de Santiago actuando en la Transierra, hemos vislumbrado un típico caso de servicio al rey realizado por un prelado, en tanto que señor que ejerce su particular *dominium* sobre bienes y personas del reino. En esta ocasión, al eclesiástico le movían también sus propios intereses institucionales que debían coexistir y ajustarse en la frontera sur leonesa con el *dominium* regio. La conjugación de ambos dominios se resolvió mediante el código feudal, estableciendo los vínculos transparentes, conscientes, públicos y estereotipados, tan característicos del vasallaje en el Medioevo.

Sin embargo, el último caso, centrado en Ciudad Rodrigo y también aplicable a otros obispados vecinos, resulta el más interesante porque evidenciaba una forma de servicio episcopal al rey mucho más sutil, silenciosa y casi opaca. En esta ocasión, los prelados actuarán en su propio beneficio, aunque ello,

³¹ Ribacóa permaneció como parte del obispado de Ciudad Rodrigo hasta la época del Cisma de Occidente, momento en que pasó definitivamente a formar parte de la diócesis de Lamego. SÁNCHEZ-ORO ROSA, J. J. – Aproximación a los efectos del Cisma de Occidente en la diócesis de Ciudad Rodrigo: la anexión eclesiástica de Ribacóa por Lamego en 1403. In CONGRESO DE HISTORIA DE LA DIÓCESIS DE CIUDAD RODRIGO – *Actas*, vol. 2, p. 553-577.

conllemba de manera simultánea e inadvertida beneficiar a su monarca. Roza, por tanto, el ideal de cualquier relación jerárquica de poder que es conseguir servirse y ser servido, sin que el subordinado advierta que lo hace. Para obtener ese provecho colateral, el rey había instalado a su eclesiástico sobre un ámbito administrativo, un escenario diocesano, en perfecta comunión con los intereses y necesidades regias. De este modo, encontramos aquí una refinada ingeniería del *dominium* monárquico encaminada a procurarse unas bases políticas firmes, y que fluyeran a su favor, de modo permanente. Al mismo tiempo, resultaba un claro ejemplo de cómo la monarquía se las veía con otras esferas de poder que, como la Iglesia, cada vez buscaban con más ímpetu desmarcarse y gozar de su propio marco de libertades. Una resistencia que exigirá a los reyes diseñar técnicas de dependencia más depuradas y, a través de las cuales, acomodar a dichos poderes bajo la estrecha órbita del servicio regio sin provocar abiertas hostilidades.



**QUE PERCURSO ATÉ AO EPISCOPADO?
ORIGENS E CARREIRAS DOS BISPOS POLACOS DO SÉCULO XIII**

JACEK MACIEJEWSKI

O estudo sobre o episcopado polaco do século XIII pretende fornecer uma breve caracterização do modelo de carreira que habitualmente conduzia ao ofício de bispo ordinário na provincial eclesiástica de Gniezno, de 1180 a 1320. Centrando-se nos factores sociais, territoriais e institucionais que definiam a promoção ao episcopado, considera igualmente a importância do peso da influência da autoridade secular nesse percurso.

**WHICH WAY TO BISHOPRIC?
ORIGIN AND CAREERS OF POLISH BISHOPS IN THE 13TH CENTURY**

JACEK MACIEJEWSKI

The paper on the Polish episcopacy of the 13th century aims at giving a brief characterisation of the career pattern, which readily lead to the office of ordinary bishop in the ecclesiastical province of Gniezno, between 1180 and 1320. Focusing on the specific social, territorial and institutional factors supporting Episcopal promotion, it also considers the issue of the importance of secular authority influence.

WHICH WAY TO BISHOPRIC? ORIGIN AND CAREERS OF POLISH BISHOPS IN THE 13TH CENTURY

JACEK MACIEJEWSKI*

This paper is concerned with the 13th century (broadly understood from around 1180 to 1320), a very special period in the history of both the Polish state and church. A unified monarchy, Polish realm disintegrated into a number of duchies in the late 12th century and was reunited at the beginning of the 14th century. That is why the time is known as the period of the feudal disintegration. The unification movement ended in 1320, when Ladislaus the Short was crowned the king of independent Poland, but many territories ruled by members of the Piasts dynasty, as well as three diocesan sees, did not become part of his new kingdom.

From an ecclesiastical point of view the 13th century was the period of the final implementation of the Gregorian Reform, Canon Law and the time of creating strong bonds between the local church and Rome. It was also the era of successful struggles for church independence from secular authorities and the fight for the other *libertates ecclesiae* such as *privilegium fori* and judicial and economical immunity for ecclesiastic estates. And finally it was a period of a dynamic development of an internal diocesan administrative structure.

In medieval communities ordinary bishops¹, though not numerous, were a social group of great significance². During the period discussed, a bishop's

* Kazimierz Wielki University – Bydgoszcz, Poland.

¹ Entering into episcopal office involved being anointed bishop and having jurisdiction over a diocese (*episcopus ordinarius seu residentialis*). Bishops *in partibus infidelium* cannot be regarded as members of this group. Encountered in Poland from the 13th cent. they were usually friars who replaced ordinary bishops *in pontificalibus*, and lived at their mercy. In this connection it is quite obvious they did not share the group standards with ordinary bishops, i.e.: social origin, education and ecclesiastical and political experience.

² BENSON, R. L. – *The Bishop-Elect: a study in Medieval Ecclesiastical Office*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1968, p. 3; PENNINGTON, Kenneth – *Pope and Bishops: the Papal Monarchy in the Twelfth and Thirteenth Centuries*. [Philadelphia]: University of Pennsylvania Press, 1984, *passim*; MORRIS, Colin – *The Papal Monarchy: the Western Church from 1050 to 1250*. Oxford: Clarendon Press, 1989, esp. p. 527-541. On Polish medieval episcopacy see WIESIOŁOWSKI, Jacek – Episkopat polski jako grupa społeczna. In *SPOŁECZEŃSTWO Polski średniowiecznej*. Ed. S. K. Kuczyński. Vol. 4. Warszawa: PWN, 1990, p. 236-295; RADZIMŃSKI, Andrzej – Wyższe duchowieństwo w Polsce średniowiecznej: stan i perspektywy

promotion to the office depended on many legal and non-legal factors. The most important legal considerations included the obligation to have major orders, to be born in a valid marriage, to be aged at least 30, to have appropriate intellectual formation and to be elected by a cathedral chapter. We can say with confidence that Polish bishops mostly met these formal requirements formulated more or less specifically by canon law³.

In such a case non-legal factors conditioning promotion to the office can be regarded as more important and even decisive. They can be divided into three groups: 1) social factors (origin and family connections); 2) territorial factors (the issue of importance of territorial proximity); 3) institutional factors (previous career in state and church institutions).

Roughly as many as 90% of the members of episcopacy in the 13th century Poland descended from Polish noble families. During the feudal disintegration era, unlike earlier times, it was not unlikely for members of families which did not have high status and political prestige to be promoted to the office of ordinary bishop, which means that the honour was not monopolized by the higher nobility⁴.

Bishops originating from non-noble families had appeared in Poland since the second half of the 13th cent. They represented a rich, higher class of burghers and were somewhat exceptional. The increasing role of towns in the social, political and economical life of Poland of the later 13th and early 14th centuries was also reflected here, so that we can observe two burghers among seven ordinary bishops of the province of Gniezno at the beginning of the 14th century. Nevertheless the number of plebeians among the Polish episcopacy was still insignificant in the late Middle Ages. If during the age of feudal disintegration their promotions followed long, successful, ecclesiastical careers, then in the course of the 15th cent. the most important factor was royal protection and previous high position in the royal chancellery⁵.

At the turn of the 12th cent. we can find the last, and sometimes only conjectured, foreigners among ordinary bishops in Poland, although there were not many of them left by this time. Even if until the end of the 13th cent. we could point to some prelates whose family relations stretched to nearby countries

badań nad episkopatem i środowiskami kapitulnymi. In *STAN i perspektywy badań nad społeczeństwem Polski średniowiecznej na tle porównawczym*. Toruń, 2003, p. 157-180; MACIEJEWSKI, Jacek – *Episkopat polski doby dzielnicowej 1180-1320*. Kraków-Bydgoszcz: Societas Vistulana, 2003; KOCZERSKA, Maria – *Biskup w Polsce późnego średniowiecza*. In *KOLORY i struktury średniowiecza*. Ed. W. Fałkowski. Warszawa "Dig", 2004, p. 105-124.

³ MACIEJEWSKI – *Episkopat*, p. 15-70.

⁴ *Ibidem*, p. 70-78. For earlier times see: DOBOSZ, Józef – *Monarcha i możni w Polsce do początku XIII wieku*. Poznań: Wydaw. Poznańskie, 2002, p. 406-421.

⁵ WIESIOŁOWSKI – *Episkopat*, p. 243; MACIEJEWSKI – *Episkopat*, p. 71, annex II/9, III/11, VI/7.

situated outside the Polish realm and the ecclesiastical province of Gniezno, it was quite likely that they were not newcomers and came from families who had settled in Poland much earlier. Generally saying the lack of foreigners among Polish episcopacy was a significant feature of this group⁶.

Territorial proximity can be first of all discussed in terms of a bishop's personal relations with a diocese and with duchies or regions constituting its territory. This factor was also important during recruitment of the episcopacy in the 13th cent. However, it refers mainly to suffragans of Gniezno, especially to bishops of Wrocław, Cracow, Płock and Włocławek (slightly less to Poznań) but not to Lebus and Gniezno itself. The first small bishopric was governed by clergy coming from nearby Silesia, whereas the office of Metropolitan of Gniezno retained countrywide importance throughout the period of feudal disintegration, which was also visible in the recruitment system⁷.

The last set of factors here (institutional ones) represents a matter of special interest to our debate. Which path led most readily to the office of the ordinary bishop, serving dukes or serving the Church? It is also in a sense a question about the degree of real independence of free canonical election and the qualifications of persons who ruled over dioceses.

The conclusions presented here result from the research on the careers of 80 prelates who in the period described were promoted to the ordinary bishop's office on the territory of the Church Province of Poland, which consisted of 7 bishoprics in the 13th century⁸.

As many as about 25% of the group of Polish bishops held earlier the office of duke's chancellor and some others were members of the ducal chancellery or at least *capella*. We know also that three more bishops at the beginning of their public activity had very close relations with various ducal courts and personally with dukes, but we did not find anything that could confirm their work in the chancellery.

There is no doubt that the holding of the chancellor's office could be an important step on the path leading to a cathedral during the feudal disintegration era. Nevertheless it would be difficult to regard it as a decisive one. Only in Masovia and Little Poland did institutional relations with the duke's court play a much greater role, so they can be included among factors of special importance to promotion. That is why we could hardly accept the quite popular claim that most of the Polish bishops in the 13th century got their offices as a reward for their loyal and faithful court service.

⁶ SZYMAŃSKI, Józef – Biskupstwa polskie w wiekach średnich: organizacja i funkcje. In *KOŚCIÓ? w Polsce*. t. 1: *Średniowiecze*. Kraków: daw ZNAK, 1968, p. 187-188; MACIEJEWSKI – *Episkopat*, p. 78-79.

⁷ MACIEJEWSKI – *Episkopat*, p. 79-82.

⁸ *Ibidem*, esp. chapter 1, see also a list of the prelates and short description of their lives and careers in a biographical annex, p. 221-271.

However, a pattern of alternative career structure is clearly visible in the historical sources. Using these sources, we are able to follow ecclesiastic careers of 2/3, but hypothetically as much as 80% of the mentioned episcopal group. Until the beginning of the 13th century bishops in Poland were chosen by Polish kings or dukes on the strength of the privilege granted to Bolesław the Brave by the emperor Otton III and the pope Silvester II in 1000. When bishops' elections in Poland were brought under the control of cathedral canons a very large proportion (around 90%) of those elected came from their rank⁹. Moreover, in the course of the century, the bulk of them had membership of the cathedral chapter of the diocese which they were to direct. That is to say a solely Church-related career created at least the same, if not even greater opportunities for acquiring the office of an ordinary bishop, as belonging to a ducal chancellery. We know many examples of careers which in all likelihood had no connection with the ducal court and in which promotion to the office was a reward for long lasting activity in the cathedral milieu of the former bishop¹⁰. Of course there was also a group of people who were promoted not only because of their abilities and merits but also thanks to their family relations with the head of a diocese¹¹.

The unification of the Polish lands at the beginning of the 14th century, built up the king's influence again, so that 4/5 of members of the Polish episcopate in the 15th cent. were long-time probation workers of the royal chancellery¹².

Taking control over the episcopal election by cathedral canons influenced prelates' qualifications in a very significant manner. In the course of the 13th century a pattern of a career developed conducive to the acquisition of the office of ordinary bishop in the Province of Gniezno. From mid-century, promotion was largely facilitated by experience in diocese management and awareness of the

⁹ The first Polish canonical election took place in Cracow in 1207 and was well described in a contemporary papal document, *KODEKS dyplomatyczny katedry krakowskiej św. Wacława*. Ed. F. Piekosiński. Pars 1. Krakow: Akad. Umiejętności, 1876, n° 7. We can also be sure that this ecclesiastical liberty was implemented in every diocese of ecclesiastical Province of Gniezno in the course of the next 25 years.

¹⁰ MACIEJEWSKI – *Episkopat*, p. 22-23, 84-86. See in the annex especially careers of: William of Nysa (III/8), Albierz (VI/7), Jan Romka (VII/7), Wit (VII/9). Cf. Also MACIEJEWSKI – Pochodzenie i kariera Wilhelma I z Nysy, biskupa lubuskiego w latach 1252-1275. *Roczniki Historyczne*. 68 (2002) 85-95; MACIEJEWSKI, Maciej – Droga Jana Romki do biskupstwa wrocławskiego. In *Mieszczanie, wasale, zakonnicy. Studia z dziejów średniowiecza*; 10. Malbork: Muzeum Malbork 2004, p. 97-125.

¹¹ See the very well documented example of nepotism in the bishopric of Włocławek in the 14th cent.: KŁOCZOWSKI, Jerzy – Biskupi i kapituły w dziele Janka z Czarnkowa. In *MENTE et litteris: o kulturze i społeczeństwie wieków średnich*. Poznań: Wydaw. Naukowe UAM, 1984, p. 208; MACIEJEWSKI – *Działalność kościelna Gerwarda z Ostrowa, biskupa włocławskiego w latach 1300-1323*. Bydgoszcz: Wydaw. WSP, 1996, p. 76-77, 80.

¹² WIESIOŁOWSKI – *Episkopat*, s. 245-246; KUŹMA, Artur – Kancelaria królewska Andegawenów i Jagiellonów jako środowisko awansu na drodze do arcybiskupstwa gnieźnieńskiego. *Roczniki Humanistyczne*. 2 (2000) 5-28.

issues related to the bishop's jurisdiction, which was acquired by holding the function of archdeacon (or, possibly, the function of an official)¹³. It assumes that the candidates must be well educated in canon law. This presumption is in harmony with the recent studies of the education of Polish bishops in the Middle Ages. They bear out that during the age of feudal disintegration the episcopacy was undoubtedly part of the Polish intellectual elite. However, our sources concerning the issue of the education of bishops at the time leave much to be desired, so the evidence is very meagre and ambiguous. The relatively low standards in local cathedral schools, where law was not taught¹⁴, forced candidates for the office to study abroad. It seems that more than half of Polish prelates had personal connections with the western academic centres. Only in 20% of known cases, however, was any academic degree obtained. Polish bishops in the 13th cent., except for a few instances (especially the chronicler Vincent)¹⁵, did not show any academic interest or artistic skill nor seem to have been remarkable for their intellectual attainments. Their intellectual formation was in this case similar to the formation of many of their German colleagues, the vast majority of whom (other than in France or England) was satisfied with studies at their local cathedral schools which were admittedly somewhat superior to their Polish equivalent¹⁶. And there was one more significant feature. The majority of the members of the Polish episcopate had been given sacred orders long before they were appointed bishops but, while their European colleagues, they lacked any pastoral experience at the time of promotion. Thus Colin Morris's opinion that *not a single bishop in Germany, France, or England was elected because he had been a successful parish priest* is equally true of Poland¹⁷.

These conclusions concerning the education of bishops during the feudal disintegration era are confirmed by much better historical sources for the next two centuries. For instance, during the 15th cent. 80% of Polish prelates studied at universities, and of these half studied only in the arts faculty without taking an academic degree. Canon law was still the most popular among the higher faculties and was studied above all in Italy. The distinctive feature for the whole medieval period was the very scant interest in theology or medicine¹⁸.

¹³ MACIEJEWSKI – *Episkopat*, p. 39-40.

¹⁴ STOPKA, Krzysztof – *Szkoly katedralne metropolii gnieźnieńskiej w średniowieczu: studia nad kształceniem kleru polskiego w wiekach średnich*. Kraków: PAU, 1994, p. 132-133.

¹⁵ MAGISTRI Vincentii dicti Kadhubek *Chronica Polonorum*. Ed. M. Plezia. *MONUMENTA Poloniae Historica series nova*. Vol. 11. Kraków: "Secesja" : nakł. PAU, 1994.

¹⁶ Cf. PIXTON, Paul B. – *The German episcopacy and the implementation of the decrees of the fourth Lateran Council, 1216-1245*. Leiden: Brill, 1995, p. 203-204.

¹⁷ Cf. MORRIS – *The Papal Monarchy*, p. 225.

¹⁸ WIESIOŁOWSKI – *Episkopat*, p. 244-245; cf. OŹÓG, Krzysztof – *Formacja intelektualna biskupów krakowskich w średniowieczu*. In *Cracovia – Polonia – Europa: studia z dziejów średniowiecza ofiarowane Jerzemu Wyrozumskiemu w sześćdziesiątą piątą rocznicę urodzin i czterdziestolecie pracy naukowej*. Kraków:

Let us return to the question concerning secular influence on canonical election. Scholars are, of course, quite correct in asserting that election was conditional on a complicated combination of personal, institutional and family relations. One can hardly imagine that a cathedral chapter consisting of over 20 members could be always absolutely unanimous and impervious to considerations of social background and royal or ducal influence. More surprising in fact is the existence of the necessary courage to resist external pressure, exerted primarily by the ducal court. But in comparison to earlier or later times the Polish dukes of the feudal disintegration era were rather weak rulers and dioceses were usually situated on the territory of more than one duchy, so ecclesiastic liberty could be more easily gained and preserved. For instance, during the first free canonical election in Poznań in 1211 “dominus terre – in civitate tunc temporis esset presens”¹⁹, but canons did not take his opinion into account, although he had a reputation of being a dangerous “persecutor ecclesie” and sent his wishes to the chapter.

In 1265 the chapter of the same see made a choice against the duke’s will. But the election was not confirmed by a metropolitan, who was a faithful servant of a duke, for the very good reason that the elected Peter “simplicis litterature erat et iura ignorabat”. However, when the chapter chose a well educated individual, deacon John, who was “iuris peritus et magister”, the archbishop did not want to confirm his appointment again and finally anointed another clerk. “Et hoc totum faciebat dominus archiepiscopus pro voluntate domini ducis Boleslai, qui tunc teram regebat et pro uxore dicti ducis”. But the cathedral chapter did not give up and appealed to Rome where the pope cancelled that illegal consecration²⁰.

Likewise the Cracovian canons were able to oppose the local oligarchy in 1229 and for the next two years firmly supported the elected candidate until his consecration as bishop. His rival was to have papal commission but the evidence in this case is very unreliable²¹.

These examples demonstrate that the best way to protect an elected candidate against an attempt to overturn legal election was conducting matters according to the rules of canon law because there was authority in Poland so powerful that it could defend an illegal action before the papal court. A trial at

"Secesja", 1995, p. 159-177; ZYGNER, Leszek – Wykształcenie uniwersyteckie biskupów płockich w wiekach XIV-XV. *Roczniki Historyczne*. 65 (1999) 73-90; KUŹMA, Artur – Die Ausbildung der Erzbischöfe von Gnesen im Vergleich mit der politischen Elite Polens im Spätmittelalter (14. und 15. Jh.). In *CHRISTIANITY in East Central Europe Late Middle Ages*. Ed. J. Kłoczowski. Lublin: Instytut Europy Środkowo-Wschodniej, 1999, p. 117-127.

¹⁹ *CODEX diplomaticus Poloniae Maioris*. Ed. I. Zakrzewski. Vol. 1. Poznań: Nakł. Bibl. Kórnickiej 1877, n° 74.

²⁰ *CHRONICA Poloniae Maioris*. Ed. B. Kurbis. *MONUMENTA Poloniae Historica series nova*. Vol. 8. Warszawa: Państw. Wydaw. Naukowe, 1970, p. 118-120.

²¹ MACIEJEWSKI – *Episkopat*, p. 60-61.

the curia was also very expensive. That is why an elected candidate in Lebus (1316), Stephen was advised to come to an agreement with another elected candidate Nicholas for “discordia dicte vestre Lub. ecclesie prompta erit desolacio et ruina”²².

Only once, in Cracow in 1294, do we witness the successful assertion of royal power, when armed troops were standing at the cathedral door during the electoral meeting²³. The organizer of this action was a mighty Czech king, to whom the bishopric of Cracow represented a great political interest. But even he (because of poor relations with the Pope) did not decide to impose his brother John on the chapter, as he was too young to be legally promoted to the office of bishop²⁴. The demonstration of power was not necessary anyway, since the majority of Cracovian canons belonged to political king’s adherents²⁵. Far more complicated was the situation of the Piast dukes who had considerably more limited opportunities to exert pressure. Only two years earlier, on the territory of the politically disintegrated Silesia, a conflict in the cathedral of Wrocław was lost by one of many local dukes, Konrad²⁶.

Though dukes strove to achieve a profitable result from elections, even if they were successful it did not mean automatic, subsequent good relations between their court and cathedral, because prelates seem to have been very independent in terms of their public actions. We must also emphasize that the bishops of the period of feudal disintegration were first of all churchmen and they did not perform any secular office while performing their ecclesiastical duty. We cannot observe their return to temporal rule until the time when crowned monarchs appeared again on the Polish political stage. The Cracovian bishop John Muskata took part personally in a Czech military expedition to Hungary and made great endeavours to obtain the dignity of chancellor of the Kingdom of Hungary in the beginning of the 14th century²⁷. Both he and his colleague from Wrocław, Henry of Wierzbna, performed on behalf of the king of Bohemia and Poland at the office of the royal governor (*capitaneus*) in the southern part

²² *CODEX diplomaticus Silesiae*. Vol. 5: *Das Formelbuch des Domherrn Arnold von Protzan*. Breslau: J. Max, 1862, 19, p. 226.

²³ Lately: MACIEJEWSKI – Czas i okoliczności objęcia rządów przez biskupa krakowskiego Jana Muskatę. *Studia Historyczne*. 43: 2 (2000) 315-326.

²⁴ Cf. HLEDIKOVÁ, Zdeňka – *Biskup Jan IV z Dražic*. Praha, 1991, p. 19.

²⁵ NOWAKOWSKI, Tomasz – Krakowska kapituła katedralna wobec panowania Przemyślidów w Małopolsce w latach 1292-1306. *Przegląd Historyczny*. 82: 1(1991) 19-20; IDEM – Małopolska elita władzy wobec rywalizacji o tron krakowski w latach 1288-1306, Bydgoszcz: Wydaw. Uczelniane WSP 1992, p. 87-92.

²⁶ The winner was a faithful servant of former bishops of Wrocław, John called Romka, MACIEJEWSKI – *Episkopat*, p. 63; MACIEJEWSKI – *Droga*, p. 119-123.

²⁷ SROKA, Stanisław – *Z dziejów stosunków polsko-węgierskich w późnym średniowieczu*: szkice. Kraków: [Towarzystwo Autorów i Wydawców Prac Naukowych] "Universitas", 1995, p. 20-28.

of Poland at a similar time²⁸. This activity was, as a matter of fact, condemned by their political opponents, who included among others the archbishop of Gniezno, Jacob Świnka and the Pope Boniface VIII. However, already the successor of Jacob Świnka, the archbishop Janisław during his episcopate was a *capitaneus terrae Brestensis et Radzieyoviensis* and even a general governor of Great Poland serving the king of the revived Polish state, Ladislaus the Short, and nobody considered his political activity wrong in any way²⁹.

The Polish bishops, at this time, did not exert strong political pressure. The archbishop who was alone in the travelling the length and breadth of the territory of the contemporary Polish state on a quite regular basis was with brief exceptions unable to make the episcopate act uniformly on political issues. The strong relations of bishops with their local social power groups were decisive, which is why the dominant conduct among the episcopate was individual. It is well exemplified by the process of integration of the Polish state. The bishops were supporters of integration, but six of them represented three different integration schemes, and one, due to the localization of his small diocese, did not get involved in this matter at all³⁰.

Recent studies confirm that Polish bishops in the age of feudal disintegration performed their ecclesiastical duties well, managed their dioceses in person, and their activities were dominated by care for the interests of the Church and their bishoprics. The matrimonial metaphor defining the relationship between a bishop and his diocese since Apostolic times can be also used to describe the situation within the Polish Church in the period between the 10th and 14th centuries. During that time the office of ordinary bishop was the ultimate in ecclesiastical careers and transfers of prelates were very seldom. After a free canonical election was established no one was transferred to another see for more than 100 years. The situation changed slowly after the unification of the Polish realm, but the trend that bishop's translations were part of an episcopal *cursus honorum*, clearly visible in western Church since the pontificate of Innocent III, was not known in Poland until the latter half of the 14th century³¹.

²⁸ MACIEJEWSKI – *Episkopat*, p. 106.

²⁹ BIENIAK, Janusz – Wielkopolska, Kujawy, ziemia łęczycka i sieradzka wobec problemu zjednoczenia państwowego w latach 1300-1306. *Roczniki Towarzystwa Naukowego w Toruniu*. 74: 2 (1969), see by the index of names.

³⁰ Cf. BIENIAK – Wielkopolska, p. 73-75, 161-162, 182-185; GAWLAS, Sławomir – O kształt zjednoczonego Królestwa: niemieckie władztwo terytorialne a geneza społecznoustrojowej odrębności Polski. Warszawa: "DiG", 1996, p. 92-93; MACIEJEWSKI – *Episkopat*, p. 157-158.

³¹ SZYMAŃSKI – Biskupstwa polskie, p. 186-187; WIESIOŁOWSKI – *Episkopat*, p. 239-240; GRAFF, Tomasz – Precedencja biskupów metropolii gnieźnieńskiej i lwowskiej w I połowie XV wieku. *Nasza Przeszłość*. 102 (2004) 105-150.

Our remarks concerning origins and careers Polish bishops in the feudal desintegration era can be summarised in the following terms:

1. candidates for the office of ordinary bishop met the formal requirements of canon law, so non-legal factors (origin and family connections, territorial proximity, experience) were decisive for promotion;
2. their education focused on satisfying practical needs relating to the performance of church offices and they did not have any pastoral experience on the acquisition of their office;
3. bishops usually originated from Polish noble families (but only in part from the aristocracy);
4. they originated also from (mainly local) cathedral clergy and had connections with the chapter of the bishopric they managed;
5. solely ecclesiastical career afforded at least the same, if not greater opportunities for acquiring episcopal office, as connections with a ducal chancellery;
6. the dignity of bishop represented the zenith of an ecclesiastical career and prelates did not perform any secular office or function during their episcopacy.



EM DEFESA DO PODER EPISCOPAL: O CASO DO BISPO D. EGAS DE VISEU

HERMÍNIA VASCONCELOS VILAR

A memória da acção de D. Egas encontra-se indiscutivelmente ligada à produção da chamada *Summa de Libertate Ecclesiastica*. Bispo de Viseu entre 1288 e 1313, D. Egas não parece ter ocupado uma posição de particular influência junto ao rei nem partilhado as esferas de influência de poder régio. Pelo contrário, a imagem que a documentação nos faculta é, prioritariamente, a de um bispo remetido ao governo da sua diocese e do seu património. No entanto, o seu nome e a sua intervenção são atestadas nas negociações de algumas das concordatas que marcaram as relações entre D. Dinis e a Igreja no período que decorreu entre a década de 80 do século XIII e os primeiros anos de Trezentos e a produção de um texto como o da *Summa*, dedicado à reflexão em torno das relações entre o poder régio e o episcopado, transmite-nos a imagem de um prelado bem mais interventivo do que uma primeira abordagem permitia supor. É no equilíbrio destas duas imagens aparentemente contraditórias que o presente artigo se insere, ao partir de um estudo de caso para uma reflexão um pouco mais abrangente sobre um contexto de renovação das relações entre o episcopado e o rei.

IN DEFENCE OF EPISCOPAL POWER: THE CASE OF BISHOP EGAS OF VISEU

HERMÍNIA VASCONCELOS VILAR

The memory of D. Egas is unquestionably linked to the production of what is known as the *Summa de Libertate Ecclesiastica*. Egas was Bishop of Viseu between 1288 and 1313 and seems neither to have enjoyed any position of particular influence with near the king nor shared royal spheres of influence. On the contrary, however, the perspective contained within the aforementioned document is that of a bishop devoted to the government of his diocese and his legacy. Furthermore, his name and his role are referred to in the negotiations preceding certain agreements defining the relationship between King D. Dinis and the Church in the period that elapsed between the 1380s/1280s and the early years of the 14th century and his name is certainly linked with the writing of a text as important as that of the *Summa*. This text, providing a reflection on the relationship between royal power and the episcopate, conveys an image of a prelate much more interested in the political circles and much more interventionist than an earlier approach had suggested. It is within this context of establishing a balance between these two apparently contradictory viewpoints that this study was undertaken presenting the administration of Bishop Egas as a case study for a broader perspective on relations between episcopates and the king towards the end of the 13th century.

IN DEFENCE OF EPISCOPAL POWER: THE CASE OF BISHOP EGAS OF VISEU

HERMÍNIA VASCONCELOS VILAR*

On the night of 11th to 12th October 1303 pope Boniface VIII lay dying in the Vatican, three weeks after the attacks launched against his person and his power in Anagni¹. His death marked the close of a particularly violent chapter in relations between the Papacy and royalty, in this case the French king, Philip IV, the Fair. The conflict, which had begun in the final stages of the 13th century and centred on the right to tax ecclesiastical bodies, was drawn out until the death of the pope², and affected many spheres of activity of both powers.

In fact, the reassertion of pontifical power by Boniface VIII challenged the institutionalisation of royal power in the kingdoms of central Europe and the assertion of legitimacy developed by the counsellors and jurists who surrounded the nascent royal power³. Thus, the policy followed by the Papacy in the final stages of the 13th century and the first few decades of the following century alternated between the constant reassertion of spiritual supremacy and the necessity of establishing alliances and pacts with reigning monarchs, namely those whose importance was crucial in terms of international and papal policies.

In this connection, issues concerning a relatively peripheral kingdom, such as Portugal, did not really compete in terms of importance and centrality with the conflicts which pitted the pope against the French and English monarchs. The predominant climate at the time with regard to relations between Portugal and

* Universidade de Évora. Researcher for the *Fasti Ecclesiae Portugaliae* project.

¹ On this pontificate and this pope there are various studies; the best of these, providing an overview of current knowledge and a current bibliography, is the biography by PARAVICINI BAGLIANI, Agostino – *Bonifacio VIII*. Torino: Giulio Einaudi Editore, 2003.

² It is in the first stage of this conflict, regarding the discussion of the possibility of the taxation of the clergy, that Boniface VIII promulgated the bull *Clericis Laicos* in February 1296, in which he cited the need for the agreement of the pope for the levying of taxes on the clergy. On the importance of this document and the context within which it was produced, see LOT, FERDINAND and FAWTIER, Robert – *Histoire des Institutions Françaises au Moyen Âge*. Vol. 3: *Institutions Ecclésiastiques*. Paris: PUF, 1962, p. 324-330.

³ For the English case, see the study by GENET, Jean-Philippe – *La genèse de l'État Moderne: culture et société politique en Angleterre*. Paris: PUF, 2003, and, among other numerous works, the analysis by HARDING, Alan – *Medieval Law and the Foundations of the State*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

the Papacy had little or nothing in common with the dealings between pontiffs and the French kingdom, and the level of dissention was nowhere near that which characterized mid-13th century Portugal, leading to the excommunication of King Afonso III.

By the beginning of the 14th century, many points of conflict with the Portuguese bishops inherited by the reigning monarch, King Dennis, seemed to have been largely resolved by the establishment of general or specific agreements involving the several parties. These concordats, which were later brought together in the *Ordenações Afonsinas*, compiled in the 15th century⁴, regarded as exemplary general agreements between the parties, undoubtedly constituted at the time attempts at establishing harmony and resolving the latent problems existing between the kings and bishops of Portugal⁵.

Thus, the articles comprising them highlight areas of friction and conflict between the two powers and demonstrate that the concerns underlying the concordats signed in 1289, 1292 and 1309 by King Dennis and his bishops did not differ greatly in substance from the themes inherent in the central conflict between the Papacy and Philip the Fair. In fact, what was at stake was similar: the definition of the relationship between the spiritual and temporal powers and their respective scope of action.

This short paper seeks to examine the government of Dom Egas, bishop of Viseu in the interior of Portugal from 1288 to 1313, one of many bishops who are identifiable during the long reign of King Dennis⁶, within the context of the assertion of both royal and ecclesiastical power and the definition of their respective limits.

At first glance, neither is Dom Egas a figure whose memory has been preserved by particularly eloquent or original writing, nor does there exist much

⁴ *ORDENAÇÕES Afonsinas*. Introductory note by Mário Júlio de Almeida Costa. 5 books. Lisboa: FCG, 1972.

⁵ Conflict between Portuguese monarchs and the episcopate, or at least some bishops, was a feature of the reigns of all the first kings of the first dynasty up until that of King Dennis. For an overview of the chronological evolution of these conflicts, repeatedly mentioned in different works and studies, see the now classic article by ANTUNES José; OLIVEIRA, António Resende de; MONTEIRO João Gouveia – Conflitos Políticos no reino de Portugal entre a Reconquista e a Expansão: estado da questão. *Revista de História das Ideias*. Coimbra. 6: 1 (1984) 25-160.

⁶ On the episcopate in the reign of King Dennis, see studies by HOMEM, Armando Luís de Carvalho – Perspectivas sobre a prelazia do Reino em tempos dionisinos. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. História*. 2ª série. 15: 2 (1998) 1469-1477; and VILAR, Hermínia – O episcopado do tempo de D. Dinis: trajectos pessoais e carreiras eclesiásticas (1279-1325). *Arquipélago, História*. 5 (2001) 581-694. An overview of the reign can be found in PIZARRO, José Augusto – *D. Dinis*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005. In what concerns D. Egas we hope that the work that has been prepared by Anísio Saraiva on the diocese of Viseu will give us more information and some answers to the questions put in this paper.

information concerning his life or career⁷. However, his activities are recorded in numerous letters written during the period of his administration of the diocese, and there are records of a significant number of purchases of goods, in addition to a detailed list of properties he owned⁸ and, most importantly, a text on ecclesiastical liberties and relations between the episcopate and civil power⁹. It is this short text, known as the *Summa de Libertate Ecclesiastica*, rather than information scattered in a wide variety of documents, that provides the *raison d'être* for this study. Probably written in the early 14th century, it is not only valuable on account of its content, covering the defence of ecclesiastical liberties and privileges, but also because it throws light on the relationship between King Dennis and his bishops, which was not always easy, despite the many the concordats signed.

Meanwhile, Dom Egas's writing cannot easily be understood without reference to the context of European Christendom at the beginning of the 14th century, in which paramount issues included the reassertion of spiritual power by Boniface VIII and the tacit acceptance of consensual solutions with monarchs by Clement V from 1305 onwards¹⁰. In a sense, as we shall see, the text deals with the great issues of the era which pitted kings against popes, although it relates these to local conflicts between the bishopric and the Portuguese king, of which Egas would have had detailed experience.

1. THE UNKNOWN BACKGROUND OF A BISHOP

As bishop of Viseu during the period spanning the end of the 13th century and the beginning of the 14th century (1288¹¹ to 1313), Dom Egas was

⁷ In fact, there are no dates available for Dom Egas of Viseu which can be compared with those which Peter Linehan provides, in a somewhat singular analysis, for "his" archbishop, Gudiel. cf. HERNÁNDEZ, Francisco J.; LINEHAN, Peter – *The Mozarabic Cardinal: the life and times of Gonzalo Pérez Gudiel*, Florence: Sismel; Edizioni del Galluzzo, 2004. Although a contemporary of Gudiel, Dom Egas was much less prudent in the preservation of his memory than the illustrious archbishop of Toledo.

⁸ The documentation regarding this bishop is held in the national archives (Arquivo Nacional da Torre do Tombo) and the Viseu county archives (Arquivo Distrital de Viseu).

⁹ This text, to which we shall return later, was published by GARCÍA Y GARCÍA, Antonio – *Estudios sobre la Canonística Portuguesa Medieval*. Madrid: Fundación Universitaria Española, 1976, p. 257-281, and later used by the same author in his article "Fastos e nefastos de la Summa de Libertate Ecclesiastica de Don Egas de Viseu". *Revista de História das Ideias. O Estado e a Igreja. Homenagem a José Antunes*. Coimbra. 22 (2001) 71-95.

¹⁰ On Clement V, see MENACHE, Sophie – *Clement V*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

¹¹ There is some discussion about when exactly Dom Egas began his administration, as the earliest documents which provide evidence of his status as bishop of Viseu date only from 1289. However, the papal letter appointing him is dated 2nd October 1288, according to information provided by COSTA António Domingues de Sousa – D. Frei Telo, arcebispo-primaz e as concordatas de D. Dinis. In *IX*

responsible for a diocese in the interior of the country which was relatively extensive but did not have the political strength and influence of Braga, Lisbon or Coimbra. These were dioceses whose bishops or chapter members were frequently recruited from among those in royal circles or those who frequented them: king's clerics or members of the central administration, while in other dioceses such as Viseu, there is not always such a direct link¹².

In fact, Dom Egas' career may have begun and ended in Viseu, which apparently contradicts the renown that is attributed to him in some instances of opposition to King Dennis. Although García y García draws attention to the fact that the private life of Dom Egas constitutes a profound enigma, he states that he was a canon of the diocese of Viseu, in accordance with the text of the bull of appointment¹³, and not dean as Eubel claimed¹⁴. Nevertheless, it is not easy to trace the career trajectory of Dom Egas before his ascent to episcopal power. The documentation referring to his governance throws little or no light on his past, and the absence of any patronymic or family name enabling kinship or social ties to be established, complicates the task of determining his ancestors. It is possible, however, that Dom Egas was the canon Egas Viegas referred to in November 1287, about a year before the papal appointment was made, the purchaser of a large estate in the region of Pinhel¹⁵. However, only the similarity of what was an uncommon name and the fact that the document in question was a letter of purchase, a form of contract to which Dom Egas as bishop of Viseu often resorted, as we shall see, enable this hypothesis to be advanced. But even if this were true, the single reference allows for little more than the establishment of a prior relationship with the diocese to which he was appointed: the patronymic name does not enable any further conclusions to be drawn.

Similarly, little is known about his background in the Church. The content of the '*Summa*', written by 'Dom Egas of Viseu'¹⁶, shows that the author had a knowledge of the law, including the latest developments in the field, which is

CENTENÁRIO da Dedicção da Sé de Braga. Actas do Congresso Internacional. Vol. II/1. Braga: Universidade Católica Portuguesa-Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, p. 283-316. This is supported by information provided by EUBEL, C. – *Hierarchia Catholica Medii Aevi*, p. 531 and GARCÍA Y GARCÍA – *Estudios sobre la Canonística*, p. 220.

¹² The few studies of dioceses which have been carried out do not allow for an overview of the profiles of dominant bishops in terms of specific chronologies and specific diocesan spaces. However, existing studies covering Évora and Lamego are useful, and tie in with the chronology of the reign of King Dennis. See, respectively, VILAR, Hermínia Vasconcelos – *As dimensões de um poder: a diocese de Évora na Idade Média*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999, and SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – *A Sé de Lamego na primeira metade do século XIV (1296-1349)*. Leiria: Edições Magno, 2003.

¹³ GARCÍA Y GARCÍA – *Estudios sobre la Canonística*, p. 219-220. Note 2 contains the bull.

¹⁴ EUBEL – *Hierarchia Catholica*, p. 531.

¹⁵ Viseu county archives (Arquivo Distrital de Viseu, henceforth referred to as ADV), *Pergaminhos do Cabido da Sé de Viseu*, m. 28, col. 35.

¹⁶ See the text published by GARCÍA Y GARCÍA – *Estudios sobre la Canonística*, p. 281.

patent in citations of the principal compilations of canon law, such as *Gratian's Decree*, pope Gregory IX's *Liber Extra* and *Liber Sextus*, promulgated by Boniface VIII, dated 1298¹⁷, as well as citations of several jurists; but this still tells us nothing about the kind of training he had had and where he had been trained.

Thus, we know almost nothing about Egas's career trajectory up until his appointment as bishop of Viseu. As with other prelates who were his contemporaries and, in particular, his predecessors, local origins and a career pursued in the cathedral chapter of the diocese may have been factors influencing his ascent. In fact, the circumstance that his appointment had in principle depended on the chapter could explain why he was chosen in view of the fact that electoral councils, when their members were the canons of the cathedral, often tended to select a fellow chapter member, especially the dean who led the chapter community¹⁸. Thus, Dom Egas could have owed his appointment chiefly to his peers rather than to his training or a career in circles close to the king or the curia; but this is largely guesswork and cannot be confirmed by the sources available.

Let us turn now to examine the first stage of his governance. We shall clear up some of the questions which hang over the figure of Dom Egas and his management of the diocese, before looking at the content of the *Summa* and the features of the text responsible for the preservation of the memory of his existence.

2. BETWEEN AGREEMENT AND OPPOSITION (1288-1309)

When in October 1288 Pope Nicolas IV appointed Dom Egas as bishop of the diocese of Viseu, a large number of Portuguese prelates headed by the archbishop of Braga, Dom Telo, were in the course of preparing the final version of a concordat of 40 articles that would be signed a few months later, at the beginning of 1289, by the Portuguese bishops and the king's attorneys, who were also ecclesiastics¹⁹. The agreement sought to put an end to the long-running conflict which had begun during the previous reign and to bring to the prolonged negotiations begun shortly after King Dennis's ascent to the throne, move at the instigation of the bishops than as the result of royal initiative²⁰. The

¹⁷ *Ibidem*, p. 246-247. BRUNDAGE, James A. – *Medieval Canon Law*. London: Longman, 1995, p. 55.

¹⁸ This seems to be a common trend not only in Portugal, in particular in accounts covering the 13th century and the first half of the 14th century and also in other parts of Europe.

¹⁹ COSTA – D. Frei Telo, p. 300-301.

²⁰ On the drawn-out negotiations involving King Dennis, the Portuguese bishops and the Papacy, see the above-mentioned biography of King Dennis by José Augusto Pizarro, as well as three studies by COSTA – D. Frei Telo; IDEM – O Concílio Provincial de Compostela realizado em 1292, com a participação de bispos portugueses e a data do efectuado no tempo do arcebispo D. João Arias. *Itinerarium*. 33: 129 (1987) 393-469; and IDEM – As Concordatas Portuguesas. *Itinerarium*. 12: 51 (1966) 24-46.

diocese of Viseu and its bishop do not seem to have played a central role in this process as a whole. Egas's predecessor, Dom Mateus, did not form part of the small group of episcopal negotiators who in Portugal and Rome defended the interests of the Church in opposition to Martinho Pires and João Martins de Soalhães, the king's clerics and attorneys. In fact, the group of negotiators included Dom Telo, archbishop of Braga and, more importantly, the bishops of Coimbra, Lamego and Silves²¹, who would almost certainly have been in the Curia or about to leave for Rome at the time of Nicolas IV's appointment of Egas as bishop of Viseu.

While acting, in principle, on behalf of the episcopate, the absence of Dom Mateus from this group should be interpreted neither as symptomatic of dissonance or distance from the other bishops, nor as proof of his alignment with the king. Perhaps it should be seen as the consequence of advanced age or illness, since he would die either during the course of 1287 or at the beginning of 1288²². Nevertheless, it is also true that the episcopate's positions during the period covered by this study cannot and should not be interpreted as the result of the struggle of a cohesive faction in opposition to the "centralising" policies of the monarch.

As has already been mentioned, Dom Egas was chosen by the members of his own chapter, his name having been put forward following the death of Dom Mateus and confirmed by the Pope in a bull appointing him to the post of bishop of Viseu in late 1288. However, his government as bishop can be traced only from 1289, which has led several authors to date the start of his governance in this year²³.

Whatever the case, the first part of his administration was marked by the signing of the first great agreement between the king and the bishops in February 1289. The underlying issue at the time, as has already been pointed out above, was the definition of the terms of the relationship between the two power-bases, and the agreement sought to clarify this by citing examples of royal interference and abuses and reiterating the privileges and ecclesiastical liberties challenged by monarchs. The text, comprising 40 articles, and supplemented by an additional 11 articles added later, constitutes the first stage in the *rapprochement* between bishops and kings. However, it neither represents a new basis for easy relations between the two parties nor even a victory for the bishops with regard to the claims made. In fact, the articles of the agreement do no more than reiterate the

²¹ COSTA – D. Frei Telo.

²² EUBEL – *Hierarchia Catholica*, p. 531.

²³ See, for example, ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*. new edition, edited by Damião Peres. Vol. 1. Porto: Portucalense Editora, 1967, p. 277-278, in which the author states that there are references to the prelate from 1289 onwards.

terms of previous arrangements and bring a degree of harmony to situations in which relations were tense or where there was friction between the episcopate and the monarch. Events of subsequent years would show that the mere signing of such an agreement did not guarantee that it would be fulfilled or even that the stability aimed at would be achieved.

In fact, Dom Egas himself played the leading role in achieving a second agreement with the king, signed early in 1292. This oft-mentioned agreement has not, however, been examined in the light of the context in which it was produced. The novelty of the agreement of 1292 does not lie so much in the content of the articles that comprise it, since the issues dealt with add little or nothing new as compared with the previous concordats of 1289. Rather it lies above all in the identification of those responsible for producing it and in the chronological proximity between the two concordats.

This time we are not confronted by an agreement signed by the representatives of the king and the bishops after a long process of negotiation, sponsored by the Pope. On the contrary, the text which survives in the chancellery of King Dennis and forms part of the *Ordenações Afonsinas* seems to be the result of negotiations between the king and four of his bishops who, on some previous occasion, must have lodged specific complaints with him concerning abuses. However, rather than local questions or specific cases for which the prelates sought a solution, the content of the articles are concerned with general points of discord regarding: the judicial immunity of clerics with respect to the law and before civil judges; purchases made for or by clerics; and the right of asylum. These were issues that had, in some cases, already been tackled in the agreement of 1289. The reiteration of the subject of previous arrangements signals the fact that the provisions of the previous concordat had not been fulfilled and the practice of several years had not led to the resolution of the issues in question.

In the context of the new agreement as a whole, the most novel article concerns clergymen who had travelled abroad to study and to whom authorization was granted to have gold and silver taken out of the country; in what was a clear incentive for these ecclesiastics to continue their training abroad²⁴.

The retackling of controversial issues which had been the subject of agreement in 1289 indeed indicates, as mentioned above, that not all issues had been resolved over the previous three years and that, as might be expected, much of what was accorded had remained only on paper. Indeed the difference between the two concordats does not lie so much in the issues which were dealt with (in the new agreement these were again the scope of action and terms of coexistence between the two powers) but the fact that new figures were

²⁴ The whole text can be seen in the *ORDENAÇÕES Afonsinas*, book 2.

responsible for making of this latest document, and Dom Egas had a key role to play in this connection.

The new negotiators who signed the agreement of 1292 with King Dennis were bishops Dom Vicente Mendes of Porto, Dom João Fernandes of Lamego, Friar Dom João Martins of Guarda and Dom Egas of Viseu. The first two had already headed the group that went to Rome in 1289²⁵, but while on that date the archbishop of Braga, Dom Telo, was accompanied by Dom Aimerico of Coimbra and Dom Bartolomeu of Silves, in 1292 these two last names were replaced by the bishops of Viseu and Guarda.

Of course, some of the changes occurring from 1289 to 1292 are due to the replacement of prelates responsible for dioceses in the kingdom. For example, the death of Dom Telo and the disputed election of his successor, which dragged out until 1292 culminating in the election of one of the royal attorneys, explains the absence of the archbishop of Braga²⁶. Likewise, in the diocese of Silves, Dom Bartolomeu probably died around 1292; meanwhile, although Dom Aimeric was still bishop of Coimbra his name does not figure among those responsible for negotiating the 1292 agreement. These two bishops' names disappear and there are two new signatories, one of them, Dom João, having already served as bishop of Guarda from the beginning of the 1280s, and the other, Dom Egas, having been appointed bishop about three years previously.

What circumstances or conditions determined how this new group was made up, or rather, what reasons provided the basis for the choice of Dom João and Dom Egas? At first glance, the geographical scope of recruitment of the bishops who comprised the group is relevant. All its members, without exception, headed dioceses located in the north of the country, in which the degree of royal influence as regards the appointment of bishops tended to be smaller or, at least, less pressing than in dioceses such as Lisbon. In fact, the appointment of Dom João Martins and Dom Egas, on the death of their predecessors²⁷, seems to have basically been due more either to papal

²⁵ COSTA – D. Frei Telo.

²⁶ A brief account of the process by which the Dom Telo's successor was designated can be found in CUNHA, D. Rodrigo da – *História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga*. Facsimile reproduction, with an introduction by José Marques. Vol. 2. Braga, 1989, p. 168-169, while José Augusto FERREIRA, covers the account and provides more information in his work, *Fastos Episcopais da Igreja primacial de Braga (século III-século XX)*. Vol. 2. Braga: Ed. Mitra Bracarense, 1931, p. 91-96. Maria Justiniana Maciel LIMA also examines the account, comparing it with other archive sources in *O Cabido de Braga no tempo de D. Dinis (1278-1325)*, Cascais: Patrimonia, 2003, p. 89-93.

²⁷ COSTA – D. Frei Telo, p. 284; Dom João Martins was transferred to Guarda in late 1277, although he only took up office in about 1279. His predecessor died at the curia so responsibility for appointing the new bishop passed to the pope; see ALMEIDA – *História da Igreja em Portugal*, vol. 1, p. 272-273. On the other hand, the bull appointing Dom Egas states that his name had been put forward by the chapter and confirmed by the pope; cf. GARCÍA Y GARCÍA – *Estudios sobre la Canonística*, p. 220-221.

interference or nomination by the chapter than royal influence, although though this does not mean that they can be conveniently labelled as members of a hypothetical pro-papal faction.

However, a group of this nature is nevertheless symptomatic. It is obvious that the continued involvement of the bishops of Porto and Lamego in negotiating the new agreement demonstrates that not all the points of that had been agreed in 1289 had been fulfilled and therefore there was a need to reiterate some points. At the same time, the continued presence of bishops with experience in the practice of negotiation, a knowledge of the corridors of papal power (as part of the process begun in 1282, many rough edges were smoothed out in Rome) and the necessary training for laying claim to ecclesiastical rights and privileges, can indeed reasonably be expected. Reasons that could have dictated the continued presence of Dom Vicente and Dom João and may also have been the base of the choice of Dom João Martins and Dom Egas. In fact, the Castilian, Dom João Martins, formerly bishop of Cadiz and a Franciscan²⁸, was an experienced ecclesiastic and knowledgeable in the art of negotiation involving the Church and royal power. He had been a witness and player in the conflicts between Alfonso X and Prince Philip and Dom Nuno González de Lara, the protagonists of a noble revolt that revealed the rifts within the dominant elites in Castile in the last quarter of the 13th century²⁹. Meanwhile, little is known about the previous experience of Dom Egas, but perhaps his training and knowledge qualified him for such an important role.

However, returning to the question regarding the area of recruitment of these prelates, events which occurred between 1289 and 1292 led to the removal of some of the leading figures involved in forging the agreement of 1289 but also the emergence of situations in which there was a prolonged impasse. This was the case of Braga and Silves, as is mentioned above. Meanwhile, the bishops of both Lisbon and Évora, Dom Pedro Martins and Dom Domingos Eanes Jardo, were closely aligned with the royal court, in terms of connections and career trajectories, and had no intention of jeopardising this advantage³⁰.

Thus, in the circumstances, the four bishops whose names appear at the top of the agreement of 1292 could be regarded (through the exercise of their power

²⁸ Cf. COSTA – D. Frei Telo, p. 284.

²⁹ NIETO SORIA, José Manuel – *Iglesia y poder real en Castilla: el episcopado 1250-1350*. Madrid: Universidad Complutense, 1988, p. 77-79, and JIMÉNEZ, Manuel González – *Alfonso X el Sabio*. Madrid: Ariel, 2004, p. 239-272.

³⁰ Few studies have been carried out on the career trajectories of these bishops. For Dom Pedro Martins, bishop of Évora and future prelate of Coimbra, see VILAR – *As dimensões de um poder*, p. 66-68; for the bishop of Lisbon, Dom Domingos Eanes Jardo, the best reference work continues to be CUNHA, Rodrigo da – *Historia Ecclesiastica da Igreja de Lisboa: vida e acçoens de seus prelados e varoens eminentes em santidade, que nella florecerão*. Lisboa: Manoel da Sylva, 1642. Some information can also be found in VILAR – *As dimensões de um poder*, p. 61-66.

and the type of dioceses they controlled – Viseu, Lamego and Guarda were dioceses in the interior of the country with limited incomes; Porto was a diocese that often faced the problem that the city was a seat of privilege for the bishop) as being more directly affected by the impact of royal policies and abuses by the king's officials than the others, and were also therefore those with, at the time, a greater necessity for laying claims at the king's door and bringing to his notice the problems that affected them.

In fact, in the early 1290s, King Dennis had already introduced some basic measures reflecting his policies towards the Church and the episcopate with the promulgation of laws of *desamortização*, although their degree of effectiveness is doubtful, and the launching of numerous inquiries of both a general and a particular nature, to which the king's documentation often refers³¹.

Likewise, King Dennis, by ordering inquiries and confirmations of the property held by ecclesiastics, limited their acquisitive capability or tried to influence their elections, while he also sought to circumvent hypothetical bones of contention and conflict. Only in the light of these measures can the letters sent by the king a few days before the signature of the agreement of 1292 be understood.

On 20th August of that year, just three days before the signature of the agreement, King Dennis addressed three letters to the bishops of Lamego, Viseu and Guarda³² in which he granted goods and rights, many of them subject to recent inquiries and, very probably, appropriated by the king's officials. The letters sent to the prelates of Lamego and of Viseu specified in detail goods that had been officially inquired and expressed the need for their return to their previous owner. Moreover³³, all three letters confirmed or granted new privileges to the bishops or their men and, in case of the missive addressed to Guarda, King Dennis agreed to give up Alter do Chão in exchange for the goods and estates of São Pedro de Vila Corça, an arrangement that the bishop and the chapter approved of and indeed had requested from the king.

The timing of these letters is strange, and their content is also curious, above all, the justification set out in the introduction. They all begin in similar style,

³¹ On the policy implemented by this monarch, besides the above-mentioned study by José Augusto Pizarro, cf. the chapter by HOMEM, Armando Luís de Carvalho – A Dinâmica dionisina. In *NOVA HISTÓRIA de Portugal*. Dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Vol. 3: *PORTUGAL em definição de fronteiras: do condado portucalense à crise do século XIV*. Coord. de Maria Helena da Cruz Coelho; Armando Luís de Carvalho Homem. Lisboa: Editorial Presença, 1996, p. 144-164.

³² Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT), *Chancelaria de D. Dinis*, livro 2, fol. 39v-41v.

³³ The letter addressed to the bishop of Lamego stipulated the forfeiture of the church of São Martinho de Baldigem and the return of goods under inquire. At the same time, it authorised the prelate to appoint judges in places whose jurisdiction was returned to his possession. IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, livro 2, fol. 39v-40.

each with an introduction in which King Dennis argues that as there have been long-standing conflicts between the king and the bishop, the latter having renounced the struggle, and noting that he had asked the king to grant him some favour which would basically provide a demonstration of the king's good faith. This is the reason for the favours granted by the monarch. The letters end with a clear exhortation to the bishops that they should give up their disputes with the king, with the exception of compositions made in Rome.

Three days later, while still in Porto, King Dennis and the prelates signed the agreement of 1292 and the king sent a copy to all the bishops in the kingdom. How should the chronological proximity of these three letters and the favours granted be interpreted? Can they be, as is usually understood, a form of bribery of the king, who in return would thus accept some of the prelates' claims?

On the one hand, in these letters we glimpse an attempt to respond positively to some of the bishops' claims. These, in contrast with the articles in the agreement, are concerned with the scope of local management and jurisdiction, signifying that any immediate benefits were, most importantly, to be enjoyed by the bishops at the local level. On the other hand, the text of the agreement points to questions of a broader nature, as has already been referred to, concerned with the exercise of justice, the right of asylum and other general privileges. However, such opposition is only apparent.

Underlying the conventional text, recorded as a general agreement between the parties, there is a significant feature: specific letters addressed to individual bishops, reflecting the impact of royal measures in the local sphere. The fact that these letters were written indicates that playing a leading role in such conflicts did not always bring negative results, since they enabled bishops to negotiate local agreements which would otherwise have been difficult to obtain.

In truth, King Dennis had no interest in a tooth-and-nail struggle entailing the kind of violence which had been a feature of his father's reign, even though international circumstances and the balance of power at home were not totally unfavourable for the achieving of his aims. Nevertheless, it is possible that his attentions were centred on other matters: the promulgation of measures tending to control the power and property of the Church; the positioning, in key posts of the ecclesiastical hierarchy, of clerics who were close to him, as occurred with Martinho Pires and João Martins de Soalhães; and the bringing into his sphere of influence of discontented prelates.

Thus, these letters can be seen as a means of neutralising latent opposition or an attempt at settling disputes at the local level and removing causes of contention by accepting at the local level claims presented, strategically abandoning inquiries in progress, and meanwhile making general agreements that reconfirmed the terms of generic privileges, while it was doubtful the terms of such accords would be fulfilled.

In this way, King Dennis can be said to have divided and ruled. This was not the time to tackle the body of discontented bishops as a whole in Rome. In fact, it would have been difficult for them all to leave for the Vatican in the late 1290s, as had happened about thirty years earlier, to be near a pope who was increasingly concerned with French affairs and the conflict with Philip the Fair³⁴. In the Europe of kingdoms, the path to achieving a bishopric was, at this time, that of negotiation or even alliance with one's king.

Thus, the role played by Dom Egas in the agreement of 1292 resulted in his obtaining the church of São Pedro do Sul, plus rights over the churches of São Martinho and São Pedro de Castelo Mendo, as well as estates and goods that had been subject to inquiry, besides a significant number of privileges for himself and his men, and also for the chapter of Viseu³⁵.

Throughout the following years, the name of Dom Egas appears on many royal documents as a witness or subscriber, while documentation originating in Viseu conjures up the image of a bishop who was present and keenly active in the management of the diocese. It is during his administration that ten half-canons are created using the income of five prebends that Boniface VIII authorised to be divided into ten parts and granted to the new beneficiaries, as and when they vacated office³⁶. This measure was justified by the need to supervise the conduct of the liturgy and ministering to the needs of parishioners, in view of the small number of canons, which Dom Egas had himself confirmed in 1296, reiterating the contents of a previous letter from bishop Dom João on the reduction of the number of chapter members³⁷.

Nevertheless, one of the most curious aspects of his actions has to do with the large number of purchases made in his name, either by himself or his agents, of a variety of goods, mostly of a rustic nature, in a number of different places, some of these purchases costing as much as two hundred pounds. They cover a period of around twenty years, from the early 1290s to the end of the first decade of the 14th century.

On the one hand, the number and the volume of acquisitions indicates that this is someone with a great deal of purchasing power and the kind of disposable financial resources which enable him to incur expenses amounting to several

³⁴ On these conflicts see, among other works, LOT Ferdinand; FAWTIER Robert – *Histoire des Institutions Françaises au Moyen Âge*, p. 324-338, and BAGLIANI – *Bonifacio VIII*, p. 279-312.

³⁵ IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, livro 2, fol. 40-40v.

³⁶ Arquivo Distrital de Viseu (ADV), *Pergaminhos do Cabido da Sé de Viseu*, m. 30, nº 89. This action, which had papal authorisation, took place in 1299.

³⁷ ADV, *Pergaminhos do Cabido da Sé de Viseu*, m. 28, nº 19. In this letter, Dom Egas confirmed the reduction in the number of prebends to 30, in accordance with the provisions made during the reign of King John.

³⁸ *ORDENAÇÕES Afonsinas*, book 2, Title XIII, p. 174-176.

hundred pounds, and this is all the more significant when purchases do not always appear in the name of the Church or the chapter. On the other hand, this practice seems to go against King Dennis's provisions contained in the law of 1286³⁸ prohibiting the purchase of basic items by clergyman and religious orders, which Dom Egas thus disregarded. One might put this keenly acquisitive behaviour down to laxity of law enforcement or the possible existence of a letter of exemption. However, Egas contented himself with following the provisions of Article 2 of the eleven articles signed in 1289 prohibiting the purchase of goods, extending to monasteries and religious orders but not clergyman, the bishops arguing at the time that this was the correct reading of the law introduced by Afonso II and not one that included all ecclesiastics³⁹.

Whatever the case, the set of documents in question demonstrates how much economic power the bishop enjoyed and how he carried out a strategy involving the acquisition of goods in and around Viseu. These are clear signs of the times, and a society in which the use of money was growing. Another sign of the times is, very probably, the reason why two specific documents were drawn up in Viseu in October 1295 by laymen and Dom Egas concerning, once again, a purchase made, on 9th October⁴⁰.

On this date, Viseu merchants Martim Peres, Sancha Esteves and Estêvão Peres bought from some neighbours from Celorico and a clergyman from Guarda the right attached to an estate situated in Cavernães, in the region of Viseu, for 400 pounds. The estate is cited as having belonged to the master school of Guarda, and Martim Peres and Estêvão Peres bought it, apparently, for their own use. At first glance, there is nothing out of the ordinary attached to this purchase, as it was no more than a transaction between laymen. However, four days later, on 13th October, in other document, the same purchasers admitted to having bought the estate for Dom Egas with his own money, and handed over the possession of the land to him.

But the interest of the bishop in Cavernães will not stop there. A few months later, in May 1296, Durão Migueis, a citizen of Guarda, sold the bishop the right that he held in Cavernães which had belonged to the master school of Guarda⁴¹, and in July of this year the same people, Martim Pires and Sancha Esteves, bought another estate situated in Cavernães which had once belonged to the master school of Guarda⁴².

Among this series of facts and occurrences, there are several unresolved questions. Above all, how may we explain the well-known interest of Dom Egas

³⁹ *ORDENAÇÕES Afonsinas*, book 2, Title II, p. 34.

⁴⁰ ADV, *Pergaminhos do Cabido da Sé de Viseu*, m. 25, n.º. 85 and 91.

⁴¹ ADV, *Pergaminhos do Cabido da Sé de Viseu*, m. 22, n.º. 46.

⁴² ADV, *Pergaminhos do Cabido da Sé de Viseu*, m. 28, col. 75.

in the area in question and, in particular, in the assets owned by the master school of Guarda in Cavernães? Only a more detailed analysis of the bishop's goods and management record would permit a conclusive answer. A second and no less important set of questions is related to the nature of the first operation mentioned above, that is the purchase of an estate, by an intermediate, using the bishop's money and apparently destined, from the beginning, for him. The account contained in the two documents provides a description of what in fact took place, but it is also possible that this apparent purchase conceals a loan which the buyers have not managed to pay back and a practice of loaning money on the part of Dom Egas.

Indeed, this is not the only document that provides evidence of the existence of this practice. In a will drawn up by the knight Estêvão Mendes in 1309, "proposing to go to the borderlands on God's and the king's service"⁴³, he pledged himself to handing over to the bishop his estate situated in the region of Tavares after his death. In return, Dom Egas gave him 200 pounds "for help towards his military expedition in the borderlands", thus providing evidence of the comfortable means enjoyed by the bishop and the existence of a practice that was not restricted to the acquisition of landholdings.

All these facts point to an aspect which has hitherto received little attention from Portuguese historians: the policy of the management of goods and income implemented by institutions whose capacity for accumulating large sums of money afforded them considerable financial means, which was uncommon but necessary among certain social strata, specially urban groups, to which the diocesan members were linked in different ways. Thus, the collection and analysis of all these references also provides evidence of the relationship, already glimpsed in other studies, between chapter and episcopal groups and sectors of the urban oligarchies⁴⁴. A relationship that was not confined only to the sharing of common kinship ties or social origins but extended to economic links, which have as yet been little studied by historians.

All that has been said here points to the image of a bishop who, by resolving the conflict that pitted him against the king in about 1292, maintains his position, mainly, as the head of his diocese. Thus, he is definitely not one of the

⁴³ IAN/TT, *Colecção Costa Basto*, livro 30 – *Tombo de casas e propriedades deixadas a See de Viseu*, fol. 17v.

⁴⁴ The bibliography on the social composition of chapters is now relatively extensive and some works now constitute true classic studies which pave the way for those involved in research and other work. Thus, we have opted only to indicate a few studies which mark important stages in the analysis of the world of chapters and in particular regarding their relations with urban elites. cf. MILLET, Hélène – *Les Chanoines du chapitre cathédral de Laon, 1272-1412*. Rome: École Française de Rome, 1982; EDWARDS, Katherine – *The English secular cathedral in the Middle Ages*. 2nd ed. Manchester, 1967; LEPINE, David – *A brotherhood of canons serving God: the English Secular Cathedral in the later Middle Ages*. London: Boydell Press, 1995.

‘curial’ bishops who held administrative office close to the king, were members of groups close to the monarch and shared with him the exercise of power by counselling him and receiving his support. Thus, in contrast with other prelates who were his contemporaries, Dom Egas seems to have remained relatively distant from the circles of central power, which might be expected if we seek to understand the conditions and the motivations for the production of the *Summa* on the Ecclesiastical Liberties.

3. THE END OF THE BISHOP’S CAREER IN VISEU (1309-1313)

In 1309, after a gap of more than fifteen years, we have evidence of a new agreement made by King Dennis and the bishop of Lisbon, Dom João Martins de Soalhães and the Lisbon chapter. Dom João was an ecclesiastic who was by no means a stranger to the king. A royal attorney in Rome at the time of the negotiations leading to the concordat of 1289, he coveted the post of archbishop of Braga after the death of Dom Telo, but this ambition did not come to fruition. His illegitimacy putting paid to such a move, and a colleague of his in Rome, Martinho Pires, was elected to the post. Meanwhile Dom João was elected to Lisbon and in 1313, after the death of Martinho Pires, he will reach Braga⁴⁵.

The agreement of 1309⁴⁶, once again, comprises general clauses, some of them appearing to deal with familiar situations, very probably occurring in the diocese of Lisbon, which were at the root of the conflicts that the document attempted to resolve. Nevertheless, despite the fact that the analysis of the content of this new agreement is not strictly relevant to the present paper, two factors should be highlighted as being of importance in providing an understanding of the bases of the relationship between the king and the episcopate.

Firstly, this is the first agreement in which the parties opposing King Dennis are not only a bishop or bishops, who in all the previous concordats appear as representatives of their diocese; this time they are the bishop of Lisbon and his chapter, in other words the group of canons attached to the cathedral. This fact, apparently secondary, nevertheless shows the strength and capacity of intervention and influence of the chapter group, identified as the offended party. As the body responsible for the government of the diocese, taking into account the usual profile of the composition of the Lisbon chapter and its tradition of influence on the government of the diocese, this constitutes an indicator of the

⁴⁵ On João Martins de Soalhães, see CUNHA – *História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga*, vol. 2, p. 172-177; HOMEM – *Perspectivas sobre a prelazia*; and VILAR – *O episcopado do tempo de D. Dinis*.

⁴⁶ The text of this agreement can also be found in *ORDENAÇÕES Afonsinas*, book 2, Title IV, p. 47-61.

continuation of the practice⁴⁷, which cannot always be surmised for other dioceses.

A second point of note, which is also an original feature of the 1309 agreement, concerns the witnesses referred to as having been present at its signing, who include the archbishop of Braga, Martinho de Oliveira, and the bishop of Coimbra, Estêvão Eanes Bochardo, besides a number of clerics close to the king, some of whom held central administrative office at the time or later. The express mention of their names as guarantors of the agreement made with the bishop and the chapter, and not as opposing parties, reflects the growing degree of commitment to the king by some ecclesiastics during the period. These were clerics who, in many cases, owed a debt of loyalty to him for favours received in the matter of advancement in their careers or who with the king's patronage had grown in influence and importance and whose insertion in the ecclesiastical hierarchy allowed for the launching of a new basis for the relationship between the monarchy and the Church.

Thus, the text of 1309 constitutes the visible evidence of a policy and a relationship marked by forced or inevitable conciliation as an alternative to a long period of violent conflict.

Meanwhile, Dom Egas can be seen as a character who is apparently distant from all these meanderings, in particular those of the court of King Dennis. Even though his name appears as a witness on royal documentation, his absence from the groups that surround the monarch is obvious. Strangely, however, Egas would come to know and deal closely with one of the influential clerics of the king, who became the king's chancellor. The name of Dom João do Alprão is often mentioned in royal documents, first in the course of the second half of the 1280s as the king's cleric, and later as chancellor, from 1291 to 1295⁴⁸. In the closing years of the 13th century he is referred to as dean of Viseu, and holding this office at this time, he must have served as dean until around 1312, when Dom Egas removed him and replaced him.

In fact, in a document dating from 1312, Dom Egas appointed a new dean by the name of João Eanes to the cathedral. This appointment was made following the removal of João do Alprão due to his lack of observance of a previous judgement dealing with offers and envisaged resolving a conflict between the treasurer and the chapter of the cathedral. By the same document, the bishop appointed a new cantor and a new treasurer, proceeding with a reorganization of

⁴⁷ BRANCO, Maria João – Reis, bispos e cabidos: a diocese de Lisboa no primeiro século da sua restauração. *Lusitania Sacra*. 10 (1998) 55-94, and FARELO, Mário Sérgio – *O cabido de Lisboa e os seus cónegos (1277-1377)*. Lisboa, 2003. Dissertation, MA in Medieval History: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

⁴⁸ There are numerous references to João do Alprão in the chancellery of King Dennis. The dates for his tenure of the office of chancellor can be found in PIZARRO – *D. Dinis*, p. 282.

the group responsible for the chapter, in accordance with the text at the request of the chapter group, made up of twelve canons who were present, in an action that can, however, be seen as a sign of forceful intervention within the body of the chapter, with the replacement of all the leading members⁴⁹.

Rather than the reconstitution of the specific outlines of this conflict⁵⁰, what is of interest is the fact that this opposition was embodied in the person of an influential cleric at the court of King Dennis, an ecclesiastic whose presence in Viseu would have been much less effective than that of the bishop himself and whose disregard for the local decisions of which he was accused by Dom Egas in 1312 could reflect a degree of friction between a cleric who was the king's chancellor and a bishop who afforded greater importance to the government of his diocese, either as a matter of choice or out of necessity.

Meanwhile, Dom Egas gained renown as the author of the text entitled *Summa de Libertate Ecclesiastica*, a short treatise on the concept and amplitude of the ecclesiastical liberties or rights and the relations between prelates and monarchs. Curiously, it would have been in the last years of his life and government, if we are to believe the dates provided by García y García, that Dom Egas produced this text. He may have written it in Viseu, or elsewhere in the diocese, in which he seems to have preferred to remain, probably in 1311⁵¹.

However, there is no direct reference in the text indicating where he wrote the texts he produced. It is possible that Dom Egas had in his diocese copies of the legal works mentioned in the text: Gratian's Decree, the decretals of pope Gregory IX, and the *Liber Sextus* of Boniface VIII, along with studies by some

⁴⁹ ADV, *Documents from the national archives (Torre do Tombo)*, m. 2, n.º. 37. In view of the lack of studies on Viseu it is difficult to identify those appointed by Dom Egas. Whatever the case, the juggling of office-holders is somewhat strange as he appoints the previous choirmaster, João Eanes, to the deanship, and the former treasurer, Lourenço Esteves, as the new choirmaster, as well as appointing Master Gonçalo, a mere canon, as treasurer. At the same time, witnesses mentioned in the document include, besides those appointed, archdeacon Pero Vicente, usually identified in the Viseu Anniversary Book as canon of Viseu, and his name appears along with that of Dom Egas in the commemorations ordered for the soul and a group of 11 canons, among whom are some who are particularly close to the bishop. IAN/TT, *Livros da Coleção Costa Basto*, Book 29. On Lourenço Esteves de Formoselha, appointed choirmaster in this letter, see the study by MORUJÃO, Maria do Rosário; SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – O Chantre de Viseu e cônego de Coimbra Lourenço Esteves de Formoselha (...1279-1318): uma abordagem prosopográfica. *Lusitania Sacra*. 13-14 (2001-2002) 75-137.

⁵⁰ Control by the bishop of chapter life would have been common. In fact, a few years previously, in 1300, Dom Egas had entered into a dispute with one of the canons, Estêvão Martins, from whom he had removed all the prebends and privileges he held in the chapter after accusing him of having caused various profanities and interfering in the life of the chapter. This decision was only reversed after the contrition of the canon and a promise given by him not to cause any more problems. ADV, *Documents from the national archives – Torre do Tombo*, m. 1, n.º. 28 and 29.

⁵¹ See GARCÍA Y GARCÍA – *Estudios sobre la Canonística*, p. 241-243, in which the author lists the reasons which lead him to adopt the dating of 1311.

jurists⁵². Some of these works, in particular the first two, are referred to in an inventory carried out in 1331 at the cathedral of Viseu by bishop Dom Miguel Vivas, who had recently been appointed⁵³, and it is possible that others existed in private collections of which we have no evidence. But more important than the location of the place where he wrote, what we lack is an explanation of the reasons why he wrote this treatise.

Normally, in view of its content, the text has frequently been regarded as a reaction, which was not entirely conciliatory in tone, to the policy of King Dennis towards the Portuguese episcopate and the rifts that divided the bishops throughout these years. Exactly as noted by Antonio García y García, his importance derives neither from the erudition that is patent in his writings nor the quantity of authors mentioned, which is actually a relatively limited number, but rather in the way he made his assertions with reference to the local context, since, without mentioning Portugal, the predominant concern of the author seems to have been that of explaining the ins and outs of the relationship between the episcopate and the civil authorities, whose power derived from the king⁵⁴.

Thus, he does not seek to discuss the opinions of jurists or comment on different passages of law. His objective seems to be much less ambitious and the reach of his action much shorter. In fact, as referred to above, the text seems to restate and underline the importance of the ecclesiastical liberties and immunities, pointing to actions and attitudes that could be taken as breaches of and attacks on these liberties, often citing specific cases which might easily be based on his own practical experience.

Therefore it is not surprising to find an apparent analogy between the breaches referred to in the text of the *Summa* and the articles of the agreements signed in 1289 and 1292 and even the complaints included on the list of 1267-68 addressed to the pope by the discontented bishops during the reign of Afonso III⁵⁵.

In this connection, Dom Egas's reasons for writing such a text could lie not only in the continuous disregard shown by King Dennis for the concordats signed, to which reference has been made and which is patent in the latest agreement made with the bishop of Lisbon in 1309, but also, as García y García claims, in the need to react to the council which met in Compostela in 1292, at which the rift between the Iberian bishops had been visible⁵⁶.

⁵² *Ibidem*, p. 246.

⁵³ SANTOS, Ana Paula Figueira; SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – O Património da Sé de Viseu segundo um inventário de 1331. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra. 32 (1997-1998) 137.

⁵⁴ GARCÍA Y GARCÍA – *Estudios sobre la Canonística*, p. 244-245.

⁵⁵ MARQUES, Maria Alegria Fernandes – *O Papado e Portugal no tempo de D. Afonso III (1245-1279)*. Coimbra, 1990, p. 499-521. Dissertation, PhD – History of the Middle Ages: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; which contains this list of complaints dated, by the author, 1268.

⁵⁶ COSTA – O concílio provincial de Compostela.

However, his reasons may not have been this limited. It is natural to see a relationship between the context of King Dennis's reign and this text, but it would be as well to take into consideration a detailed examination of these years of Dennis's reign in order that the context in which this text was produced may be properly understood, and also an investigation into whether the date of 1311 is the best estimate in the light of the range of policies implemented.

The agreement with the bishop of Lisbon signed in 1309 must, on the one hand, be assumed to act as a backdrop to the production of this text, or rather the reassertion of aspects already set out in previous concordats indicated that not all the articles of previous agreements had been accepted and fulfilled by the end of the first decade of the 14th century. Meanwhile, these years marked a growing enthusiasm for legislation on the part of royal power which was a feature of the years from 1309 to 1315⁵⁷; all this new legislation had an influence on relations with the Church, as did the impact of the general inquiries of 1307-1311.

Along with this backdrop was ranged the whole difficult and shared dispute concerning the knights Templars, its extinction and the appropriation of its goods, a process in which King Dennis brought his influence to bear by attempting to safeguard for the Crown goods resulting from the future extinction of the order. In fact, a year previously, in Salamanca, the bishops of Guarda and Lisbon had drawn attention to the fact that the immunity provisions, privileges and goods of the Church were jeopardised by this process as a whole⁵⁸.

All these things would have had an effect on Dom Egas and his production of the *Summa*, which could have acted as a means of asserting, once and for all, in writing, the opinion of a prelate of a diocese in the interior of the country, far removed from the corridors of power of King Dennis's government, and also a member of an episcopate "forced" to deal with his king and feeling the pinch of royal pressure.

Nevertheless, the text produced constitutes neither a libel against the king nor a set of accusations clearly levelled at a monarch. Rather, his objective seems to be to enumerate, with an almost pedagogical and demonstrative aim, the different privileges and liberties that the ecclesiastical body enjoyed, carefully enumerating and recalling the different breaches which could be committed. In order to do this, he cites some of the great canonical collections, as is mentioned above, referring to some recent works such as the *Liber Sextus* of Boniface VIII,

⁵⁷ PIZARRO – *D. Dinis*, p. 175, and HOMEM – *A Dinâmica dionisina*, p. 144-163; and IDEM – *Dionisius et Alfonsus, dei gratia e communis utilitatis gratia legiferi*. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Letras*. 2ª série. 11 (1994).

⁵⁸ PIZARRO – *D. Dinis*, p. 177 and BARROS, Henrique da Gama – *História da Administração Pública em Portugal*. 2nd ed. Ed. by Torquato de Sousa Soares. Book 2. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1945, p. 131- 133.

but strangely not the bull *Clericis Laicos* issued by the same pontiff and kept in the archives of the Cathedral of Viseu⁵⁹.

Indeed, this was the bull which caused such pandemonium at the end of the 13th century by reasserting the prohibition of the taxation by the lay administration of the goods and persons of the Church; it marked a turning-point in relations between the Papacy and some sections of the European royalty.

Nevertheless, even though not directly cited, the principles extolled in the bull as well as in the action carried out by the Papacy during the years immediately before and after the turn of the 13th century were neither far nor absent from the principles which guided Dom Egas in the writing of his text. Even though orientated around relations between the episcopate and the lay powers, the concerns present in the *Summa* are the same as those present in arguments over the freedom of the Church at the highest level. So the originality of the text could lie after all in its relatively simple, succinct and didactic form of exposition, in which some essential points are repeated and others are avoided, as if Dom Egas's target audience were not the group of distinguished jurists and canonists who were his contemporaries but rather a less demanding and less well-prepared audience and his objective were not the discussion of these limits but the reassertion of their existence.

Of course it is difficult to assess the value of a work produced by someone about whose training we know almost nothing. Nevertheless, the impact of this work seems to have been restricted in scope and quite limited in impact. Strangely, surviving examples of the text are today held in five Spanish archives, while none exists in Portugal⁶⁰, which points to the dissemination of the work in the nearby kingdom of Castile and a curious lack of dissemination in Dom Egas's native land.

The manuscript might have reached Castile by a variety of routes: through the Study of Salamanca, as proposed by García y García, and perhaps also through some ecclesiastics from Castile serving as canons in Viseu⁶¹. It is difficult to see how this short text would not have been disseminated in Portugal, not only within the diocese of Viseu but also in other circles. Nevertheless, it is true, as far as the author is aware, that the presence of the text in documentary collections which have been examined has yet to be confirmed.

From all this there emerges a diffuse image of Dom Egas's aims in producing this text. If, in the first place, the purpose was, undoubtedly, clearly to mark the

⁵⁹ GARCÍA Y GARCÍA – *Estudios sobre la Canonística*, p. 245.

⁶⁰ The relevant Spanish archives are the Biblioteca Universitária de Salamanca, the Biblioteca do Cabido de Burgo de Osma, the Biblioteca do Cabido de Córdoba, the Biblioteca Nacional de Madrid and the Biblioteca do Cabido de Segóvia. Cf. *Ibidem*, p. 249-250.

⁶¹ For the period of the administration of Dom Egas there are references to some Castilian canons who came from Galicia and Zamora.

limits of ecclesiastical liberties and privileges, to draw attention to their existence, reasserting them, and also the need of royal power to fulfil its duties to the Church, in the context of the assertion of royal power both within Portugal and abroad and the loss of central authority of a Papacy increasingly dependent on the schemes and strategies of the French royalty, it seems likely that this such a move might be made, as already referred to, by a bishop in a diocese in the interior of the country and, above all, by a prelate who was at a relative distance from the complexities of the court of King Dennis and, as such, not always able to make his voice and his message heard in circles of royal power. Thus, the *Summa* can be seen as a text that could not easily interfere with or influence the course of events and the clear limitation of its scope of dissemination seems to reflect the relative lack of importance that the work had over the following decades, even though the conditions for its survival are debatable.

On the whole, the *Summa* should be seen as a reaction to the policies of King Dennis, especially the policy implemented by the king from the end of the 13th century, marked by the assertion of royal prerogatives, as well as a reaction to an international context that made members of the Church increasingly dependent on interests and local pressures which were unique to individual countries.

It cannot easily be regarded and interpreted without taking into account the profile of the bishop examined in this paper and the characteristics of the diocese that he headed. In fact, the analysis of the trajectory of Dom Egas neither enables him to be linked to power-centres nor allows for the different stages of an auspicious and rising career in the ecclesiastical hierarchy to be traced.

Dom Egas neither had favours at his disposal as the result of birth into a noble family, nor enjoyed the advantages deriving from royal service, so the position of bishop of Viseu represented for him the maximum point in a trajectory that may have bound him to his diocese of origin. Thus, neither is he one of the king's clerics, nor does he occupy any key positions in King Dennis's administration, or even assume the role of king's counsellor. He was thus denied a leading role in the course of events for most of his career, either by option or imposition. The short text that he wrote in the final years of the first decade of the 14th century can perhaps be seen as the ineffectual expression of a cleric who was incapable of surmounting obstacles and influencing the course of events during the best part of his career.

UM ARCEBISPO *IN ANGUSTIIS* (MAIO 1280)

PETER LINEHAN



Este estudo oferece um olhar privilegiado sobre um caso particularmente elucidativo de “engenharia epistolar”, saída das mãos de um carreirista eclesiástico do século XIII, o arcebispo de Toledo Gonzalo Peres Gudiel, num momento em que a sua carreira política como curialista estava particularmente ameaçada e no intento de tentar servir os interesses de Deus, do rei, do papa e, sobretudo os seus e os da sua própria família.

AN ARCHBISHOP *IN ANGUSTIIS* (MAY 1280)

PETER LINEHAN

This paper offers a privileged view of the epistolary gymnastics of thirteenth-century ecclesiastical careerist intent on serving the interests of God, king, pope and family.

AN ARCHBISHOP *IN ANGUSTIIS* (MAY 1280)

PETER LINEHAN*

I make no apology for descending from the macro to the micro, not to say to a single letter, and even to a draft of it. Nor do I do so for referring to a publication in which I have an interest. I do so because the draft in question was first published in a volume that has been accorded scant attention by the only Portuguese reviewer asked to report on it¹ and also because its content suggests that the option of ‘Serving Kings or God’ may prove a false dichotomy, perhaps even *une question mal posée*.

But first an introduction is necessary.

The playmate of Castilian infantes in the 1240s and thereafter *boulevardier* in the vicinity of the Sorbonne during Aquinas’s golden years, before going on to make himself indispensable not only to two masterful kings of Castile but also to a succession of not easily biddable pontiffs as well as acquiring *en route* Castile’s primatial see and assembling one of the most remarkable libraries of his age, Goçalvo Pérez ben Juan ben Pedro ben ‘Abd al-Rahmān ben Yahyāben Hārith (or, conveniently, albeit erroneously, ‘Gudiel’) possessed all the necessary qualifications for membership of the ecclesiastical élite of thirteenth-century Europe. Yet other than for a few shrivelled column inches in the historical dictionaries, the upwardly-mobile Mozarab who died as cardinal bishop of Albano in November 1299 has remained almost entirely neglected by posterity.

At least in part, this is probably the consequence of the way in which the history of thirteenth-century Castile came to be recorded soon after the event.

* St. John’s College – Cambridge.

¹ HERNÁNDEZ, F. J.; LINEHAN, Peter – *The Mozarabic Cardinal: the life and times of Gonzalo Pérez Gudiel*. Firenze: SISMEL/Edizioni del Galluzzo, 2004, xxiv+644 p., where the evidence underlying statements unsubstantiated in these pages will be found. For more adequate accounts than that provided in the thirteen-line notice by A. M. C. M. Jorge [*Revue d’Histoire Ecclésiastique*. 101 (2006) 424] see GONZÁLEZ JIMÉNEZ, M. [*Alcanate*. 4 (2004-2005) 374-376]; COWDREY, H. E. J. [*Journal of Theological Studies*. n.s. 56 (2005) 734-736]; KLERCK, B. De [*Tijdschrift voor Geschiedenis*. 119 (2005) 116-117]; PEQUIGNOT, S. [*Revue Historique*. 636 (2005) 890-892]; PICK, L. [*Speculum*. 81 (2006) 203-204]; FERNÁNDEZ ORDÓÑEZ, I. [*Revista de libros*. 112 (Apr. 2006) 13-14]; and WRIGHT, Roger [*Bulletin of Hispanic Studies*. 83 (2006) 103-107].

Even so, here is an individual *de distinguidísimo linaje* who not only was on the most intimate of terms with both Alfonso X and Sancho IV – a royal father and son who came to hate each other with a degree of intensity remarkable even by Spanish standards – but who also succeeded in clawing himself back into the good graces of perhaps the most volcanic of all medieval pontiffs. The first moral of my tale therefore is that Gudiel was a survivor.

It is a moral perhaps best pointed by means of a summary description of his public career. Born into a prosperous Toledo family in about 1238, at the height of the period of the Reconquista kingdom of Castile's most rapid expansion ever, and a time therefore of unparalleled opportunities for the ambitious and the adventurous, Gudiel appears to have been one of the youngest of his eight siblings. With Archbishop Rodrigo having recently embarked on the rebuilding of his cathedral, and being entrusted with the primary clerical education of the Infantes Sancho and Felipe of Castile, Toledo in the 1240s was part building-site, part finishing school. The Infantes required playmates and it seems that Gudiel was recruited in that role: an association that marked the beginning of his ascent up the ladder of ecclesiastical privilege. The second moral of my tale, therefore, is always to be nice to children on building-sites, especially royal children.

Gudiel possibly accompanied the infantes during their stay at the University of Paris, and was certainly a student there himself in the mid- to late-1250s. He is next discovered in the year 1260, studying law and rector of the University of Padua. From Padua he proceeded to the papal court, establishing connexions there that were to serve him well for the rest of his life. Loaded with ecclesiastical benefices, by 1264 he was back in Castile, seemingly implicated in Pope Urban IV's scheme to revive the moribund University of Palencia, and entering (or re-entering) the service of Alfonso X, *inter alia* superintending the *repartimiento* of the old kingdom of Murcia after the recent uprising of its subject Muslims. As the brightest star within the Castilian royal chancery, he was in some sense involved in the elaboration of Alfonso's new legal code and on his appointment as notary for Castile was placed in effective charge of that principal department of state. Meanwhile, he had secured the archdeaconry of Toledo, one of the most lucrative ecclesiastical billets in the kingdom, and in 1273 was elected bishop of Cuenca – and ordained priest. By then he had accumulated a remarkable collection of manuscripts, being particularly rich in translations of works of Arabic science. Two years later, he was promoted to the see of Burgos. Continuing as notary for Castile, in 1278-79 he was sent to Rome in that capacity in order to secure the appointment of the king's candidate for the archbishopric of Toledo, Fernán Rodríguez de Cabanas, abbot of Covarrubias: a mission that failed when in May 1280, instead of the abbot, he was put into the see himself².

² HERNÁNDEZ; LINEHAN – *The Mozarabic Cardinal*, p. 3-183.

At this point I interrupt the narrative of his inexorable progress because it is to this point of it that the letter I propose to discuss belongs.

However, before doing so, there is one other point that I must not fail to emphasize. And that is that the fact that anything can be said about Gudiel more than can commonly be said not only about his Castilian episcopal colleagues but also about his mitred contemporaries further afield is due to Gudiel himself and to the squirrel-like instincts of a man who, for whatever reason – perhaps it was that chancery training of his, but for whatever reasons it was providential – was an inveterate hoarder of papers. Not only his own (the Toledo archive also contains items of importance for the history of the city of Rome and of Anglo-French relations salvaged by him from papal waste-paper baskets)³, but of his own in particular – and not only drafts of his letters but in some cases even second drafts.

Now any historian of any department of the Western Church in the thirteenth century, from Poland to Portugal, will know how exceptional such survivals are. No matter that it is not of all his letters that drafts survive. (Indeed, there is good reason for suspecting a pretty systematic culling of sections of his correspondence at one stage or another – which of course is also interesting, but another story.) Even so, there is enough left in the archive of Toledo cathedral to enable Gudiel's mind to be scrutinized at unusually close quarters – always provided, that is, that the scrutineer is prepared to accept the timeless view of research imposed by that Name-of-a-Rose-of-an-archive the *longueurs* of which have been famously celebrated by the succession of scholars who over the years have clambered up to the chambers in the cloister above the patio in the footsteps of Richard Ford and Dom Marius Férotin, with their keen anticipation of the riches awaiting them tempered by the lurking suspicion that some unpublicized quirk of the local calendar may yet again prove the road to be better than the inn⁴. Not that Gudiel would have had it otherwise of course. *He* didn't want his mind looked into. Anything but. And he certainly didn't make it easy to do so. The deciphering of the cursive hand in which his drafts were written has proved pure purgatory. But the effort was worth it. The English historian of the nineteenth century, G. M. Young, famously advised students of his period to read all they could on the subject and to "go on reading (...) until you can hear people talking. Then you will understand why things happened as

³ LINEHAN – A papal constitution in the making: "Fundamenta militantis ecclesie" (18 July 1278). *Studia Gratiana*. 29 (1998) 575-591, repr. LINEHAN – *The Processes of Politics and the Rule of Law*. Aldershot, 2002; IDEM – The English mission of Cardinal Petrus Hispanus, the Chronicle of Walter of Guisborough, and news from Castile at Carlisle (1307). *English Historical Review*. 117 (2002) 605-621.

⁴ IDEM – History in a changing world: the case of medieval Spain. In IDEM – *Past and Present in Medieval Spain*. Aldershot: Variorum Reprints, 1992, p. 7.

they did”⁵. Here we can hear the archbishop of Toledo talking to himself. It is not often that a medievalist is permitted to enter the mind of an archbishop of Toledo and listen to him as he considered changing it.

In May 1280 the archbishop had the awkward task of explaining to Alfonso X why it was that, having been sent to the papal curia in order to secure confirmation of the election of the abbot of Covarrubias, the king’s man, for the see of Toledo, what instead had happened was that on Friday the 3rd of May the abbot had been prevailed upon to retire from the race and on the following day the job had been given to Gudiel – though only after the pontiff, in the words of Nicholas III’s letters of appointment, had ‘solicitously cogitated the matter’.

There was background to this of course. More than four years before, doubtless on royal instructions, the chapter of Toledo had elected the abbot of Covarrubias. But then questions had been raised at Rome about the abbot’s having purchased votes – and it was Gudiel who had raised them. It was also the case that by May 1280 the Castilian political establishment had polarized, originally between the old king’s supporters and those of the de la Cerda claimant to the throne, latterly between Alfonso and his increasingly restive son the Infante D. Sancho. It was in these circumstances that in May 1280 Gudiel found himself thrust into the see of Toledo. This of course was not at all to his surprise, since for the previous four years he had been angling for this outcome and engaged in squaring various cardinals in order to secure it.

His problem now was how to break the news to Alfonso without revealing his complicity in the matter; how to imply without actually stating as much that he was no more than the innocent beneficiary of a failed diplomatic initiative conducted in good faith.

There is a whole clutch of Gudiel’s letters and drafts of letters addressed to his supporters in Castile at this time, and full of interesting detail, and thoughts, and further thoughts, and crossings-out they all are. For example, there was no end of crossings-out and cancelled crossings-out around the delicate question whether to describe himself to his brother of Seville as ‘primate of the Spains’ and thereby alienate the colleague he needed to foster⁶.

But here I limit myself to what was perhaps the single most important letter he had to write at this time, his first letter to the king after the pope had put him into what the king regarded as *his* archiepiscopal see. Although we have Alfonso’s

⁵ ‘London Addresses, I’. In YOUNG, G. M. – *Today and Yesterday: collected essays and addresses*. London, 1948, p. 112. I am obliged to Dr Boyd Hilton for locating this reference for me.

⁶ HERNÁNDEZ; LINEHAN – *The Mozarabic Cardinal*, p. 440-447. Cf. LINEHAN, Peter – *La Reconquista de Sevilla y los historiadores*. In CONGRESO INTERNACIONAL CONMEMORATIVO DEL 750 ANIVERSARIO DE LA CONQUISTA DE LA CIUDAD DE SEVILLA POR FERNANDO III, REY DE CASTILLA Y LEÓN, 1998, Sevilla – *Sevilla 1248*. Madrid: Editorial Centro de Estudios Ramón Areces, [2000], p. 229-244.

reply to it, we do not have Gudiel's final version of this supreme exercise of his diplomatic skill. What we do have is his much-corrected draft.

To judge by this evidence, the account the archbishop provided of his exertions on the king's behalf was less than entirely frank. Describing himself not as he did to others at this time as 'archbishop of Toledo, primate of the Spains and chancellor of Castile', but as 'elect of Toledo, your notary and your creature (*merced*)', and acknowledging the lord whose *merced* he was – and in whose *merced* he lived as one whose *mucho saber* he 'held above everything else in the world', he begins (lines 1-5) by informing Alfonso of the circumstances of the abbot's election: "Señor, fazemos uos saber" ('My Lord, we would have you know'). But no, that wouldn't do. The king hardly needed reminding of the particulars of the election in which he had invested so heavily over the previous five years, particularly in view of the issue that had to be broached next. "Vos sabedes", therefore ('As you know', 5); better. Altogether more difficult was the problem of breaking the news of the abbot's disqualification and Gudiel's own emergence from the fray. For, having already written to other contacts in Castile, he had to allow for the twin possibilities, both that this was Alfonso's first notification of the outcome and also that it was not. And Alfonso was ill as well as ageing and his reaction when crossed was also liable to prove volcanic.

Hence, the new archbishop mentions the 'adversary' who had scotched the abbot's chances (7) – but not that that adversary was himself. The abbot had renounced 'all the right he had in the election', he continues (he had first written, 'had renounced the case': 9-10). But how to proceed? How both to explain what had then ensued and also to account for his own acquiescence in the papal *démarche*? Would 'whereupon the pope and the cardinals had to decide the provision to the church of Toledo' (10-11) do?

'Decide the provision': there was the nub of the matter. Everything turned on that. Or rather, everything turned on Gudiel's account of it and the response of a king who regarded the appointing of his kingdom's bishops as something he decided himself⁷. "Ouieron a auer su acuerdo sobre la prouision" was the crux: (11): *had to decide*, with the implication that it was indeed for the pope and cardinals to decide it. Gudiel hesitates. He strikes out "a auer". He seems to be searching for an alternative verb, one that will distance him further from the eventual outcome. But if so, he fails to find one, and settles for "a auer" after all.

It is indeed rare to be able to observe at such close quarters a medieval churchman wrestling with what was every medieval churchman's worst nightmare. One insufficiently ambiguous phrase, one ill-considered emphasis,

⁷ Part. 1.5.18: *Las Siete Partidas*, ed. Real Academia de la Historia, Madrid 1807 [repr. Madrid 1972], I, 207; LINEHAN, Peter – *The Spanish Church and the Papacy in the Thirteenth Century*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971, p. 108.

and he was liable to find himself disfavoured and exiled, the fate suffered by so many of his episcopal colleagues. The merest hint that he had been implicated in flouting the king's will, and his fate was sealed. There had been 'much talk' about the succession, he reports (deleting 'much labour':12). But in the event, it had been upon him that the pontiff's choice had fallen. This had been on a Saturday in May. Here we cannot read *which* Saturday that had been, though in another letter sent later he would date the happy event to the 11th of that month. In fact, it had been on the *previous* Saturday, the 4th. It looks rather as if Gudiel was withholding from Alfonso the significant detail that, for all the talk of 'solicitous cogitation', the pope and his cardinals had found it possible to reach a conclusion in his favour on the very day after the abbot's withdrawal from the contest. And it was above all essential not to arouse suspicions on that score.

So he is at pains to emphasize that it was not to any merits of his own that his promotion was due: "non fue por nuestros merescimientos"(14). (To his *exertions* in the matter, on his own behalf, of course, he does not refer.) His promotion was due to the *merced* of God and the *merced* of the king – 'and above all by virtue of having been raised in your household as your creature' ("a vuestra merced"). Moreover, there was the prospect that with him in charge ("por nos") 'the church' may the more fully enjoy the king's *merced* (15-16).

All told, Gudiel was much preoccupied with *merced* of one sort or the other during the month of May 1280. He seeks the king's approval *por merced* of what has occurred and *por merced* craves his assurance as to the future – though his request that the king send him letters of administration making over to him the temporalities of the see he thinks better of, cancels, and rephrases (18-19). While representing himself as one who had been taken wholly by surprise by the outcome, it would hardly do for him to appear unduly anxious on that score so early on.

Yet with the abbot's allies in Castile well placed to mount a pre-emptive strike against him, and with no means of knowing what the king's reaction would be to the news that he was sending, even less could he afford to leave the matter unbroached. Two alternative forms of words are successively experimented with, and both rejected. The bearer of this difficult missive, Johan Pérez de Cibdad (i.e. Burgos, the see from which he had just been translated) would report further concerning 'certain things' that the archbishop prefers not to commit to writing (26-28 and note 14). He was still choosing his words with extreme circumspection. In another, slightly later, letter to the king he strikes out a reference to the church of Toledo as 'ours'⁸, doubtless because so to have described it might have seemed presumptuous.

⁸ HERNÁNDEZ; LINEHAN – *The Mozarabic Cardinal*, p. 442.

Meanwhile June passed, and then July. Lodged in Viterbo with the cardinals, by the end of that month Gudiel was doubtless increasingly on edge. You can almost smell the anxiety exuding from the Toledo drafts of those weeks. Why the delay? Why no reply from the king? Two and a half months had passed, yet still there was no word. As the Italian summer intensified, Gudiel would have been basing his calculations on the assumption that the emissaries he had sent in late May would have reached Toledo by the end of June. But as he awaited every next post what he cannot have known was that because the king was not in Toledo in July 1280 but in the deep south the round trip was bound to take considerably longer.

And to Gudiel they must have seemed very long weeks. He must have been concerned lest Alfonso be informed that he was also working on the Infante Sancho, as indeed he was, in the draft of his letter to him (also full of deletions and insertions) initially venturing to suggest that when the Infante eventually inherited his father's kingdom he would also inherit his father's servants, before on reflection cancelling that sentence and replacing it with a statement of his affection for one who 'ever since he [the Infante] was a little boy' had always loved and honoured him⁹.

It cannot have been much before mid-September that Alfonso's reply, dated Córdoba 31 July, reached him¹⁰. And though in the event this proved reassuring, at least to the extent that it expressed pleasure at his appointment, by then Gudiel was in further trouble because on the 22nd of August his protector Pope Nicholas had dropped down dead, and that created a problem.

But for the rest of the story you will need to refer to the book – or to the more informative reviews of it.

With the archbishop's agonizings of May 1280 in mind, here I wish only to remark on the inadequacy of the Kings or God dilemma. The choice was not a bipolar one. It was not a matter of the king or God. Indeed, God scarcely came into it. But the pope did. And so did the self-serving instincts of the archbishop himself as well as those of another constituency, which, though not mentioned in this particular letter, played a huge part in his personal history – and that of his family

The role of family in the story of Goçalvo Pérez ben Juan ben Pedro ben 'Abd al-Raḥmān ben Yahyāben Ḥārith cannot be underestimated. Throughout the thirteenth century his family treated the see of Cuenca more or less as its bailiwick – or rotten bishopric. Of Cuenca's eight thirteenth-century bishops, four if not five were members of that family, and when Boniface VIII gave him

⁹ *Ibidem*, p. 446-447.

¹⁰ A[rchivo] C[apitular,] Toledo, A.7.G.2.16a (publ., from A. M. Burriel's copy in Biblioteca Nacional de Madrid: *Memorial Histórico Nacional*, II, Madrid 1851, no. clxxv).

the red hat in 1298, it was one of them, his nephew, Gonzalo Díaz Palomeque, who succeeded him as archbishop of Toledo¹¹. The supreme importance of family and its ramifications in the history of the entire peninsular Church will surely be one of the truths that will be confirmed when the data collected for the on-going prosopographical project comes to be analysed. In the nuncupative will of Egas Fafes, the Portuguese archbishop-elect of Compostela, for example, to which Professors Coelho and Morujão refer in their paper, we find some thirty relatives of one sort or another amongst his beneficiaries, not to mention others not described there as such, understandably perhaps since they were his son-in-law, Vicente Martiniz Curutelo, and grandchildren¹². And also we find, amongst the provisions for borrowing the volumes bequeathed by him to the church of Coimbra the following eloquent testimony to the strength of dynastic forces at this time:

Mandamus quod (...) si aliquis fuerit de genere nostro tam ex parte patris quam ex parte matris aptus¹³ ad adiscendum cum supradictis conditionibus recipiat dictos libros, et hec mandamus fieri computata genealogia usque ad decimam generationem ita quod propinquiores semper antecedant.

To the tenth generation! A prelate so confident in the capacity of his contemporaries for such virtuous acts of genealogy fully deserves the closest attention of the custodians of the *Fasti Ecclesiae Portugaliae*.

¹¹ *Ibidem*, p. 539-547. See also LINEHAN, Peter – Ecclesiastical life in the cathedrals of Iberia. In 'L'Europa delle Catedrali', IX Convegno Internazionale di Studi Medievali, Parma (forthcoming).

¹² Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT), *Cabido da Sé de Coimbra*, 1ª incorp., docs. particulares, m. 18, n. 3; *LIVRO de Linhagens do Conde D. Pedro*. Ed. José Mattoso. Lisboa: Academia das Ciências, 1980, p. 455. *Portugaliae Monumenta Historica*, nova série; 2: 1.

¹³ MS. actus.

APPENDIX

[1280, late May, Rome]

Toledo, Archivo de la Catedral, A.7.G.2.10b/3. Paper (155x258 mm.)

Al muy alto e muy noble etc. Nos, don G^o, por ~~la gracia de Dios~~ ^{essa misma gracia}
 2 electo de Toledo, uuestro notario e uuestra merced, nos encomendamos en uuestro amor
 3 como de sennor cuya merced somos e en cuya merced ueuimos e cuya uida e
 4 salut cobdiciamos sobre todas las cosas del mundo. Sennor, ~~fazemos uos~~
 5 ~~saber que~~ ^{uos sabedes} como, uagando la iglesia de Toledo por muerte del arçobispo don Sancho,
 6 fue electo don Ferran Ruyz, abbat de Cueuas Ruuias en la iglesia de Toledo. E
 7 el demandando la confirmacion de su eleccion en la iglesia de Roma, ouo aduersario
 8 que puñaua en iela embargar. E andando por el pleyto grand tiempo, ouo de
 9 acaecer que el electo, ~~era~~ puso todo su fecho en mano del papa, renunciando ~~el~~
 10 ~~pleyto~~ ^{todo el} derecho que auie en la eleccion. Onde el papa ~~Nichola~~ e los cardenales
 11 ouieron ~~a auer~~ ^{a auer} su acuerdo sobre la prouision de la iglesia de Toledo. E, como
 12 quier que mucho ~~trabiassen sobre esto~~ ^{fablassen en esto}. En cabo, ^{sabbado} [.....] dias del mes de mayo, en Roma
~~toue~~
 12 acordaronse en nos e esleyeron
 13 por ~~arobi~~ arçobispo en la iglesia de Toledo ~~e el publico~~ e proueyeron de nos. E
 14 esto bien entendemos, sennor, que non fue por nuestros mereçimientos, mas por la
 15 merced de Dios e la uuestra, e señaladamente entendiendo que nos eramos de uuestra casa
 16 e uuestra merced, e que por nos aurie la iglesia uuestra merced mas conplidamient.
 17 Onde uos pedimos por merced, sennor, que uos ploga, ~~e ca esto~~ ca esto, e
 18 ~~todo~~ quanto nos auemos ^{o auremos,} todo lo queremos para uuestro seruicio, ~~como a sennor que nos quiere~~
 18 ~~Otrossi uos pedimos merced,~~
 19 ~~sennor, que nos mandedes dar uuestras cartas, las que ouieren meester,~~ paral arco-
 20 bispado [... de ... ca] e de Dios en ayuso, quanto bien ~~auemos~~ e quanta
 21 ondra auemos e tenemos fastal dia de de [sic] oy, todo lo auemos por uos, que
 22 nos criastes e nos ençimastes e nos feziestes uenir a est estado en que somos.
 23 E aun sabed, sennor, que assi lo connocemos e lo connoceremos mientra uiuamos. E mas
 24 desto nos auemos a poner. E ~~por Dios, sennor~~ pedimos uos por merced, sennor, que nos
 25 ayades encomendado ~~e que~~ a nos e [a] aquella iglesia en la uuestra merced para uuestro seruicio.
 26 ~~E esta carta, sennor, fiziemos con grand priessa, por uos lo fazer esto saber lo mas~~
 27 ~~ayna que nos podiemos por estos nuestros mandaderos, e luego uos enuiaremos nuestros manda~~
 28 ~~deros sobre esto, con que uos entendredes dezir uuestra fazienda mas conplidamente.~~ # *E
 enbiamos alla, a la uuestra merced, fulan e fulan ^{Johan Perez} que uos digan algunas cosas de nuestra
 parte. E pedimosuos por merced que los ~~dixieren~~ creades de lo que uos dixieren. E que sea uuestra
 merced de nos mandar cartas uuestras para ^{el} arçobispado, en razon de cosas que uos ellos dirian ^e
 que ayades acomendado a nos e a la iglesia para uuestró seruicio, ^e teneruoslo hemos en merced. E deuos Dios uida e
 uos mantenga por luengo tiempo a su seruicio.*¹⁴
 E, por
 29 que non auemos aun ~~fecho~~ se sello fecho de nuevo, usamos deste de que ante soliemos usar.

¹⁴ *.....*: note on dorse marked for insertion with the symbol #, below which is the alternative formulation, cancelled: E enbiamos alla a la uuestra merced ~~fulan~~ ^{fulan} Johan Perez de Cibdad, uuestro escriuano e nuestro clerigo ^{e uuestra} merced, e fulan ... que uos diran algunas cosas ~~en que auemos menester~~ ^{e uuestras cartas} ~~de~~ en que auemos menester uuestra ~~por~~ merced para auer los nuestros derechos del arçobispado bienparados, e pedimos uos por merced, sennor, que iela mandades dar.

2 Al mes abo 7 unio nulle 20. Esq. d. c. ^{est mifer un} per longum ^{est}
 3 dno & colide. upi noc. und mnd. nos amandus in dno.
 4 cano & fowr aya nhd pms 7 en nra nhd remms 7 aya nhd
 5 pte adunms pto adp las nra al mto. ^{ut pte} Sena pmsms
 6 pto q amu nra dno colide p mpa et antio d pto
 7 fo dno & pto pto dno d amf pmsms en la colide & colide. 7
 8 d amndu la pto nra & pto nra en la colide d pmsms. cano adpms
 9 q pmsms en la colide 7 amndu pto al pto nra nra. cano d
 10 amoy q d dno. cano pto adp pto en mnd al pto pmsms d
 11 pto dno q dno en la dno. dno d pto nra 7 las amndu
 12 cano amoy p amoy pto la pmsms dno colide & colide. 7 am
 13 pto q mnd ~~amoy pto~~ pto. en colide. ^{amoy dno dno dno dno} cano amoy pto en mnd 7 pto
 14 pto amoy en la colide & colide. 7 al pto 7 pmsms d no. 7
 15 esto pmsms amoy pmsms q no pmsms pmsms pmsms. mnd pmsms
 16 mnd d dno 7 la mnd. 7 pmsms mnd amoy q nos amoy d mnd nra
 17 7 mnd nra. 7 pmsms nos amoy la colide mnd mnd nos amoy mnd
 18 dno nos pmsms pmsms pmsms q nos pmsms. ^{ca dno} ca dno
 19 cano nos amoy, colide qmsms pmsms pmsms. ^{cano dno dno dno} dno nos pmsms mnd
 20 pmsms q nos mnd dno dno amoy pmsms pmsms pmsms pmsms pmsms
 21 pmsms amoy dno dno dno dno dno dno. mnd dno amoy pmsms
 22 nos dno 7 nos amoy 7 nos pmsms amoy a dno colide dno pmsms
 23 7 amoy pmsms q dno dno amoy. 7 lo amoy mnd mnd 7 mnd
 24 dno nos amoy a pmsms. 7 pmsms pmsms pmsms nos pmsms pmsms q nos
 25 amoy & amoy 7 pmsms amoy dno colide en la mnd pmsms mnd pmsms.
 26 pmsms amoy pmsms pmsms en mnd pmsms pmsms pmsms pmsms pmsms
 27 pmsms pmsms pmsms pmsms pmsms pmsms pmsms pmsms pmsms pmsms
 28 dno pmsms. 7 nos amoy amoy mnd pmsms nos amoy mnd 7 pmsms
 29 q nos amoy. cano pmsms pmsms pmsms. mnd dno dno dno dno pmsms.

Et p[ro]m[iss]io[n]e[m] p[ro] p[ro]p[ri]o s[er]v[er]e q[ui]c

Et v[er]bam[us] alia alia v[er]ba m[er]ito p[ro]p[ri]a q[ui]c d[omi]n[us] aliam[us] v[er]ba
m[er]ito p[ro]p[ri]a p[ro]m[iss]io[n]e[m] p[ro] p[ro]p[ri]o s[er]v[er]e q[ui]c d[omi]n[us] aliam[us] v[er]ba
q[ui]c p[ro]p[ri]a m[er]ito d[omi]n[us] v[er]ba p[ro]p[ri]a q[ui]c d[omi]n[us] aliam[us] v[er]ba
q[ui]c p[ro]p[ri]a m[er]ito d[omi]n[us] v[er]ba p[ro]p[ri]a q[ui]c d[omi]n[us] aliam[us] v[er]ba
m[er]ito p[ro]p[ri]a p[ro]m[iss]io[n]e[m] p[ro] p[ro]p[ri]o s[er]v[er]e q[ui]c d[omi]n[us] aliam[us] v[er]ba

Et v[er]bam[us] alia alia v[er]ba m[er]ito p[ro]p[ri]a q[ui]c d[omi]n[us] aliam[us] v[er]ba
m[er]ito p[ro]p[ri]a p[ro]m[iss]io[n]e[m] p[ro] p[ro]p[ri]o s[er]v[er]e q[ui]c d[omi]n[us] aliam[us] v[er]ba
q[ui]c p[ro]p[ri]a m[er]ito d[omi]n[us] v[er]ba p[ro]p[ri]a q[ui]c d[omi]n[us] aliam[us] v[er]ba
q[ui]c p[ro]p[ri]a m[er]ito d[omi]n[us] v[er]ba p[ro]p[ri]a q[ui]c d[omi]n[us] aliam[us] v[er]ba
m[er]ito p[ro]p[ri]a p[ro]m[iss]io[n]e[m] p[ro] p[ro]p[ri]o s[er]v[er]e q[ui]c d[omi]n[us] aliam[us] v[er]ba

A.7.6.2.106/nº3 verso



O SERVIÇO DE DEUS E O SERVIÇO DO REI:
ATTITUDES DO PRELADO DO PORTO D. VICENTE MENDES (1260-1296)

MARIA CRISTINA CUNHA
MARIA JOÃO OLIVEIRA SILVA

O episcopado de D. Vicente Mendes, porque bastante longo e situado cronologicamente numa época de grande conflituosidade do episcopado português com a monarquia, serviu de mote a uma primeira abordagem ao posicionamento do referido prelado face à luta que então os bispos travavam com o poder central. Baseadas em documentação relativa à diocese do Porto reunida até ao momento, as autoras ensaiaram igualmente uma análise diplomática dos actos que, de algum modo, reflectem o papel de D. Vicente Mendes enquanto responsável pela Diocese.

THE KING'S SERVICE AND GOD'S SERVICE:
ATTITUDES OF THE PRELATE FROM PORTO, D. VICENTE MENDES (1260-1296)

MARIA CRISTINA CUNHA
MARIA JOÃO OLIVEIRA SILVA

Due to its longevity and chronological place at a time of conflict between the Portuguese bishops and the Monarchy, the episcopate of D. Vicente Mendes opened the possibility to a first approach to this prelate's life and to the analysis of his standing on the face of the struggle held by the bishops against the central power. Based on a considerable amount of documentation from the diocese of Oporto, the authors also prepared a diplomatic analysis of the documents that somehow reflect D. Vicente Mendes' role as the man behind the Diocese.

THE KING'S SERVICE AND GOD'S SERVICE:
ATTITUDES OF THE PRELATE FROM PORTO,
D. VICENTE MENDES (1260-1296)

MARIA CRISTINA CUNHA*
MARIA JOÃO OLIVEIRA SILVA**

1. INTRODUCTION

A few years ago, Professor Armindo de Sousa wrote: "It is often regarded as commonplace word that bishops of Porto and the central power did not see eye to eye. So much was this that this relationship has become an object of study"¹. Generally speaking, this either quarrelsome or consensual relationship is well known, thanks to the work of this and other authors, but it seems to us that there is still a long way to go in the analysis of this process (or processes...), which culminates in 1406, when the city of Porto ceases being an episcopal feud. Specific documentation of the Diocese is insufficiently known, and commonplace opinions (of frequently unknown origin) are carelessly repeated. Due to its longevity at a time of great conflict between the portuguese episcopate and the monarchy, the episcopate of D. Vicente Mendes gave way to a first approach to the referred prelate's position in the face of the struggle held by the bishops at that time with the central power. Such focussing will be based on documentation concerning the diocese of Porto, collected so far, not only in the *Livros dos Originais* existent in the A.D.P., in monastery archives of Porto's diocese, but also in the SIEP database of the Project (FASTI) that brings us together today.

First of all, we will try to relate the information given by the documentation about D. Vicente Mendes with the wider context of relations between the portuguese episcopate and both D. Afonso III and D. Dinis, followed by the diplomatic analysis of the actions that somehow reflect D. Vicente Mendes' role as the person responsible for the Diocese.

* Universidade do Porto. Researcher for the *Fasti Ecclesiae Portugaliae* project.

** Universidade do Porto. PhD student of the Foundation for Science and Technology (*Fundação para a Ciência e a Tecnologia*).

¹ SOUSA, Armindo de – Os bispos do Porto e o Poder Central na Idade Média. In *HENRIQUE, o Navegador. Exposição comemorativa do 6º Centenário do nascimento do Infante D. Henrique*. Porto: Comissão Municipal Infante 94, 1994, p. 75.

2. THE KING'S SERVICE

Son of D. Mendo and D. Teresa, “noble and rich people”, according to Monsenhor José Augusto Ferreira², D. Vicente Mendes was dean of Porto at least since February of 1252, before reaching the bishop’s throne. It is with that dignity that he represents D. Afonso III as his *procurator*, on an issue concerning the rights of a certain church³. After the death of D. Julião Fernandes, at the end of October of 1260, *magister Vicencius*, as he called himself until then, was elected bishop of Porto by the canons and presented to the archbishop of Braga by D. Afonso III⁴, to certify his election⁵. In March of 1261 he is still designated *electus Portugalensis*⁶, but in August he was already a consecrated bishop.

The first years of his episcopate seem to reflect a certain peace in the relations between the king and the prelate: not only does D. Vicente attend the baptism of D. Dinis, but he also establishes with him the exchange of the church of Lamegal for the church of Cabanões, which was more of his interest⁷. An agreement dated from 1264, established between the city lord and the king on the rights of fishing in the Douro river and the revenue of fluvial traffic, has been interpreted by António Cruz as a first sign of misunderstanding between them⁸. But was it really so? In fact, it is also possible that the period of harmony between them might have lasted more than that since, in 1265, the king writes to the bishop warning him about the existing problems concerning the election of the priest in the church of Vandoma⁹. Such attitude can be seen as an act of cordiality or, at least, as an act of non-open conflict.

However, in 1267/8 the bishops of Braga, Coimbra, Viseu, Lisboa, Porto, and Guarda, as well as the solicitors of the bishops of Lamego and Évora, were all at the Roman Curia, presenting to the Pope a long list of complaints about the king of Portugal’s actions¹⁰. What could explain such attitude by the Portuguese

² FERREIRA, José Augusto – *Memórias archeológico-históricas da cidade do Porto (Fastos episcopais e políticos) (século VI- século XX)*. Tomo 1. Braga: Cruz e C.ª, 1924, p. 249, nº 6.

³ 1254.06.12 [Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT), *Gav. 19*, m. 5, nº 31].

⁴ According to the *inquirições* of 1258 the bishop’s election had been done by the chapter, and confirmed by the king afterwards. (FERREIRA – *Memórias archeológico-históricas*, p. 249, nº 5).

⁵ FERREIRA – *Memórias archeológico-históricas*, p. 249-250.

⁶ FERREIRA – *Memórias archeológico-históricas*, p. 249, nº 4.

⁷ 1261.08.08 [Arquivo Distrital do Porto (ADP), Cartº Cab., *Liv. Originais*, 1662 (4), fol. 2 e 9-13v.(inserto); Publ. *CENSUAL do Cabido da Sé do Porto*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1924, p. 246-247)].

⁸ The same opinion has MARQUES, Maria Alegria – *O Papado e Portugal no tempo de D. Afonso III (1245-1279)*. Coimbra, 1990, p. 389. Dissertation, PhD: Universidade de Coimbra.

⁹ IAN/TT, *Gav. 10*, m. 3, nº 15 (cópia).

¹⁰ “(...) se o bispo do Porto se queixa de um facto ocorrido em Julho /1261, é de notar que em Agosto faz o escambo da vila do Lamegal com o rei (ao que se diz, também obrigado; cfr. *CENSUAL do Cabido*, p. 246-247) e em Outubro desse ano foi padrinho do infante D. Dinis (*HISTÓRIA da cidade do Porto*. Dir.

clergy at this time? What provoked such a change in their relationship as we had witnessed them in the previous years? In Porto the problems seem to occur in a much more aggressive form: D. Julião Fernandes, the previous bishop, wanted to extend his jurisdiction beyond Rio da Vila, using the deceitful process of changing the wording of previous documents. "It was exactly because of this and other things that the king ordered inquiries in Porto and other cities (1258)"¹¹. In what concerns the majority of the Portuguese dioceses, we believe that neither the inquiries of 1258/59 nor some laws issued then were responsible for the reactions provoked. We find evidence of this in the law of 1261 concerning the *iure patronatus*, in the law of 1264 concerning the power of the *alcaldes* (which the bishops also complained), and the law of 1265 concerning the *anúduvas* (a sort of tax on free manual labour which forced people to help repairing military structures). But above all, the bishops found one other law of April 1265 a particularly aggressive law of disentanglement impossible to accept. Probably, this law was "the last drop" that unleashed the episcopal reaction.

Weather motivated or not by the enquiries of 1258, the fact is that the clergy reacted to this by releasing a general interdict over the kingdom and asking for the Pope's protection. At this time, their main representatives in the Roman Curia were the archbishop of Braga, and the bishops of Porto and Coimbra (former bishop of Viseu).

The general outlines of this conflict have been very well known for a long time. The documentation examined proves that D. Vicente was in the Diocese for extended periods of time until May of 1274, at which time he could be found at Lyons, where he confirmed an act and attended the second ecumenic council of Lyons¹². We do not know until when did he remained out of his Diocese, but in 1275 the vicars were still ruling the *portucalensis* territory by his *mandato et auctoritate*¹³. The prelate's presence in Lyons accounts for his knowledge of the council's determinations. This is mentioned in a letter of 5 June 1277, in which the bishop, D. Vicente, while staying at Viterbo, asks the chapter of Porto to elect as treasurer his *consanguinis* Vicente Eanes, canon of the above mentioned cathedral, on the condition that he should become a priest within a year or else

Damião Peres, António Cruz. Vol. 1. Porto: Portucalense Editora, 1962-1965, p. 205). Nestas condições estarão empoladas as queixas do bispo ou o último facto seria mais um expediente do rei para, ligando-o por laços de compadrio, lhe impedir movimentos de oposição? Se era esta a intenção, bem lhe escapou..." (MARQUES, Maria Alegria – *O Papado*, p. 436, footnote 161).

¹¹ SOUSA, Armindo de – *Os bispos do Porto e o Poder Central*, p. 77.

¹² 1274.05.29 (IAN/TT, *S. Salvador de Moreira*, mç.9, doc. 27). As Peter Linehan says (*La iglesia española y el papado en el siglo XIII*. Salamanca: Universidad Pontificia de Salamanca, 1975, p. 185, note 149), The bishop of Porto was one of the 20 peninsular prelates that were at Lyons in July.

¹³ 1275.12.03 (IAN/TT, *S. Pedro de Cete*, m. 2, n° 16); 1275.09.05 (IAN/TT, OSB, *S. Pedro de Pedroso*, mç. 6, doc. 38); 1275.11.02 (IAN/TT, OSB, *Sta. Maria de Tarouquela*, mç. 8, n° 19).

he would have to abandon the honour *iuxta constitutionem Concilii Lugdunensis*¹⁴.

At this time the majority of the Portuguese episcopacy was also at the Roman Curia.

When D. Dinis became associated to the kingdom's government, in the beginning of 1277¹⁵, D. Vicente was, in fact, in Viterbo¹⁶. When D. Afonso III died, in 1279, there was a favourable mood towards an agreement between king and church, mainly because the monarch, on his deathbed, had finally given in to Rome's demands. For this reason, D. Dinis is believed to have accepted several bishops' nominations made by Nicolaus III.

In 1281 D. Vicente had already returned to his Diocese and visited the monastery of Vairão¹⁷ in June and the church of S. João de Ver¹⁸ in August. The vacancy that followed the Pope's death, in 1280, prevented the negotiations from taking place before the end of 1281, when the king met up with the portuguese bishops in Guarda. There, the prelates evaluated the papal charters issued in 1275 (Gregorius X) and discussed the different aspects of the issue which opposed them to the king. By that time, D. Dinis had moved to the Alentejo and summoned Cortes in April, meeting up again with the prelates, which presented to him the results of the meeting in Guarda. By then, the relationship between the monarch and D. Vicente was much more peaceful: not only did the king confirm the aforementioned agreement settled in 1264¹⁹, on the traffic and fishing conditions in the Douro river, but he also cancelled a contract done by his father and D. Julião, former bishop of Porto. The prelate claimed that the reason for this was that the Pope had written him a letter explaining how the Diocese would be prejudicated by such an agreement. Another royal document, with the same date, states that D. Vicente was getting ready to leave for the Roman Curia²⁰, taking with him the document which had been elaborated by the bishops in Guarda and approved by D. Dinis, so that Martinho V could confirm it. As it is known, the Pope would only react in 1284, demanding several modifications. Meanwhile, the king had nominated representatives in the Roman Curia (Martinho Pires, canon of Braga and *cantor* of Évora, and Estêvão Lourenço, which would be replaced by João Martins de Soalhães).

¹⁴ *Censual do Cabido*, p. 529-532.

¹⁵ PIZARRO, José Augusto Sotto Mayor – *D. Dinis*. Lisboa: Circulo de Leitores, Lisboa, 2006, p. 58.

¹⁶ 1277.06.03 (IAN/TT, OSB, S. *Pedro de Pedroso*, mç.8, doc.26) e 1277.06.05 (*CENSUAL do Cabido*, p. 529-532).

¹⁷ 1281.06.16 (IAN/TT, S. *Salvador de Vairão*, mç. 4, nº 46).

¹⁸ 1281.08.05 (ADP, Cartº Cab., *Liv. Originais*, 1670(12), fol. 6 e 1688(30), fol. 33).

¹⁹ 1282.04.28 (ADP, Cartº Cab., *Liv. Originais*, 1664(6), fol. 72, doc. 3).

²⁰ 1282.04.28 (ADP, Cartº Cab., *Liv. Originais*, 1664(6), fol. 72, doc.). In this document, the king obliges the *almoxarife* of Porto to accomplish what was settled with D. Vicente, replacing the former agreement.

In the Cortes of Lisbon of 1285 the King returned to the same old topic, only to state that, with the Pope's death, his requirements had no longer any effect. As a result of this, the episcopate was very displeased and complained to Honorius IV (who had already nominated a group of three cardinals to audit the issue with the king's lawyers). However, the Pope died in 1287, thus provoking a new impasse which was only to be solved in the time of Nicholas IV.

As it has already been noticed, "the king showed some signs of good will towards the clergy while all this process was being unfolded"²¹. An example of this is precisely the permit given to D. Vicente so that he could buy landed properties up to 2000 *libras*. This document, firmed little before the signature of the *Concordata* of 1289, effectively appears as one more attempt to "buy" the good graces of the prelates, in this case of the bishop of Porto²². After the *Concordata*, the conflicts between King and Church did not end, but they would never attain the same scale they had done before. In fact, Holy Church was not even summoned to solve them...

The interdict on the kingdom was finally lifted in 1290. Before that, the Pope had discharged D. Dinis of the excommunication that hung upon the kings of Portugal, since Gregorius X.

In June of 1292 the king travelled to Porto, in order to solve some questions which had been raised by the bishops, mainly by D. Vicente: the complaints made at that time lead us to conclude that some of the articles of 1289 were not fulfilled by the king and, in a matter of much more importance, that the laws of *desamortização* of 1286 and 1291 had not been accommodated by the clergy. Given this context, it is easy to understand the donation of a church in Gaia and three more *casais* made by the monarch to D. Vicente, as well as the confirmation of the exchange of the church of Cabanões²³ made by D. Afonso III. Once again, the king tried to comply with the clergy²⁴, signing the *Concordata dos Cinco Artigos* in August, after having done several donations to the various cathedrals of the kingdom, from churches or *padroados* to the restitution of honours²⁵.

As Hermínia Vilar has already pointed out, "the year of 1292 would conceal a cycle of changes. First of all, changes in the relationship between the King and the Church. Secondly, changes in the interior of the episcopate. Generally speaking, the set of prelates that lead the fight against Afonso III will be gradually replaced,

²¹ PIZARRO – *D. Dinis*, p. 87.

²² D. Vicente took advantage from this situation: in 1292.03.04 he bought a *herdade*, having royal permission for that.

²³ 1292.06.20 (ADP, Cartº Cab., *Liv. Originais*, 1662(4), fol. 3 e fol. 5-8; 1688(30), fol. 10).

²⁴ As PIZARRO – *D. Dinis*, p. 128, pointed out, "a D. Dinis interessava-lhe contemporizar com o clero, numa fase em que vinha a impor importantes medidas de carácter anti-senhorial".

²⁵ PIZARRO – *D. Dinis*, p. 128 and VILAR, Hermínia Vasconcelos – O episcopado do tempo de D. Dinis: trajectos pessoais e carreiras eclesiásticas (1279-1325). *Arquipélago. História*. 5 (2001) 593.

during the next two decades”²⁶. We believe this meant that, in what concerns the diocese of Porto, D. Vicente was left alone, in the beginnings of the decade of 90: his pairs had already died, his struggle no longer made any sense. All he had left to do was to fully enjoy the “graces” that the king had granted him...

3. GOD’S SERVICE

For a bishop, to serve God is to serve the Church. And there were several ways of serving the Church: to administrate the assets of the *ecclesia*, to judge and to give sentence to cases of various natures and with several participants, to confirm, to nominate, and even to seal and validate documents. All these and other episcopal activities, carried out by D. Vicente Mendes, implied the production of documents that would certify and perpetuate them. The responsibility for that production was shared between two entities: the cathedral chancery and the public notaries. Each of them had a different weight in the documentary production. The reasons of such fact essentially have to do with their type and legal nature.

Before we focus on that aspect, it is important to remember that the origin of the episcopal chancery confounds itself with the restoration of the diocese with D. Hugo (1113-1136)²⁷, whilst the first *publicus notarius* is attested for Porto only in 1242²⁸. During the episcopate of D. Vicente, there were at least nine notaries, named *civitatem portugalensis*²⁹, but with no reference to a status of royal notaries. Apart for these there are six other officers who produced documents in this period. However, these were already *publicus notarius* or *publicus tabellio in curia Portugalensis venerabilis domni Vicentii episcopi et civitate eiusdem*³⁰, because they were under the bishop’s direct jurisdiction, therefore clearly distinguishing themselves from the others.

This distinction finds reflection not only on how these men were entitled. The *dictamen* of their documents was also different, as we were able to check by

²⁶ VILAR – *O episcopado*, p. 593.

²⁷ About the episcopal chancery cf. SILVA, Maria João Oliveira – «Scriptores et Notatores»: *a produção documental da Sé do Porto (1113-1247)*. Porto, 2006. Dissertation, MA: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

²⁸ It was Martinho Eanes, conf. NOGUEIRA, Bernardo de Sá – *Tabelionado e instrumento público em Portugal: génese e implantação (1212-1279)*. Lisboa, 1996, vol. 1, p. 140, vol. 3, p. 28. Dissertation, PhD: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

²⁹ They are: Martinho Eanes (1260-1262), Martinho Soares (1271-1287), Pedro Pires (1277-1288), Pedro Salamanca (1277-1296), Francisco André (1287-1296), Pedro Eanes (1287-1295), Estêvão Mendes (1287-1293), Martinho Afonso (1292-1294) and João Colaço (1295).

³⁰ They are: Mateus Soares (1261), Domingos Domingues (1263-1265 or 1296), Pedro Martins (1281), Martinho Soares (1285-1291), Domingos Martins (1290-1293) and Pedro Eanes (1295).

analysing the similar documents and similar grants produced by both entities. Because of this, it is possible to recognize the existence of a chancery of the cathedral of Porto during this episcopate. A chancery serving a bishop that served God and the Church.

Of the 91 documents collected for this episcopate having as one of the parts involved either the bishop or members of the cathedral, 51 were drawn up in the chancery, 17 of which by the notaries of the curia, 22 were made by the notaries of the city, nine by notaries from outside Porto, seven by royal services, and two by scribes of monasteries. These values clearly show that the chancery of the cathedral had the greatest responsibility for the documentary production during D. Vicente's bishopric. But what types of documents were made during this prelate's activity? To what extent do those documents give us the knowledge of D. Vicente's episcopal activity?

Legal acts («acta juridica») constitute the majority of documents produced in the cathedral's *scriptorium*, representing almost 60% of its total. From this list, we may sort out the 17 nominations of clergymen done by the bishop generally after a monastery's presentation (for example, Paranhos, Valongo, Régua³¹); two nominations and two acceptances of dignity³², by presentation of the chapter; one Diocesan Constitution³³, produced after the accomplishment of a Cathedral Synod (and the first known Constitution to the diocese of Porto); and the *Statuta Capituli*³⁴, in which the cathedral's resident canons' obligations, namely concerning presence, substitution and penalties for the absence in the daily and nightly holy tasks were established. The importance of this type of documents and its production in the chancery is strengthened by evidence that only five of these acts were made by the city notaries³⁵. The juridical acts are proper in the exercise of the episcopal power, because we can clearly see the consequences these documents produce, further more than the will of their grantors. In other words, they reflect the D. Vicente's activity serving the Church.

Jurisdictional acts are equally fundamental for the episcopal exercise. They are the "proper acts of the exercise of power or judging activity"³⁶. They materialise the bishop's appearance as an "instância" with *jus dicere*, jurisdictional

³¹ IAN/TT, OSB, S. Pedro de Pedroso, mç. 8, doc. 26, IAN/TT, OSB, Sta. Maria de Tarouquela, mç. 8, nº 19, *CENSUAL do Cabido*, p. 197-198.

³² *CENSUAL do Cabido*, p. 529-532 e 537.

³³ *CENSUAL do Cabido*, p. 541-542, also published in *SYNODICON hispanum*. Dir. Antonio Garcia y Garcia. Vol. 2: *Portugal*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1982, p. 344-346.

³⁴ *CENSUAL do Cabido*, p. 505-506.

³⁵ Namely: an acceptance of dignity (*CENSUAL do Cabido*, p. 504-505 e 532-533), an "apelatio" (IAN/TT, OSB, S. João de Pendorada, mç. 21, s./n.), an nomination of abess (IAN/TT, OSB, S. Cristóvão de Rio Tinto, mç. 4, doc. 6) and two acceptances of property (*CENSUAL do Cabido*, p. 516-517).

³⁶ CUNHA, Maria Cristina Almeida e – *A Chancelaria Arquiepiscopal de Braga (1071-1244)*. Galiza: Editorial Toxosoutos, 2005, p. 132.

power, which is shown in sentences and compositions not only of ecclesiastic and spiritual nature, but also of civil and temporal kind, as he held both the ecclesiastic power (in the diocese) and the jurisdictional power over the city of Porto. During his episcopate, D. Vicente and his chapter pronounced nine sentences, mostly involving monasteries and private individuals, four of which were written in the chancery³⁷, other four by notaries of Porto³⁸ and one other by a notary of Feira³⁹. There are four sentences of civil nature, which seems to imply that the bishop, as the lord of civil power, is called to pass sentences on civil deeds, too. The remaining five, were pronounced by the bishop as an ecclesiastical lord, and usually refer to disputes of ecclesiastical nature. *Sedente pro tribunali*, the bishop is called to serve God and men through his capacity to judge and to sentence.

Judicial acts are directly related to jurisdictional acts. They often occur during processes, as seen in the cases of two witnesses' inquiries we process. They were both ordered by the bishop and even though they are related with ecclesiastical quarrels⁴⁰, they were not written by notaries of the episcopal curia. Its importance in the context of the service to the Church clearly has to do with the episcopal "obligation" to solve conflicts both inside the diocese and with other dioceses.

Confirmation acts are those "in which the episcopal *scriptorium* gives probatory strength to pre-existing documents"⁴¹. Six documents of this type have reached us from the episcopate of D. Vicente. Five of them were effectively written in the chancery of the cathedral and were authenticated with the prelate's seal⁴², even though he was not the grantor in any of them. "*In ecclesia nostra cathedralis utilitatem...*"⁴³ or "*ad petitionem capituli*"⁴⁴ are two of the reasons which may explain why D. Vicente thought that confirming acts also meant serving his Cathedral, his chapter and his Church.

³⁷ IAN/TT, OFM, *Província de Portugal, Sta. Clara*, mç. 59, doc. 3, IAN/TT, *S. Pedro de Cete*, mç. 1, doc. 39, IAN/TT, *S. Salvador de Vairão*, mç. 4, n.º 46, IAN/TT, *S. Salvador de Moreira*, mç. 9, doc. 34.

³⁸ IAN/TT, *S. Salvador de Vairão*, mç. 4, n.º 26, ADP, Cart.º Cab., *Liv. Originais*, 1685(27), fol. 28, e 1681(23), fol. 36, *CENSUAL do Cabido*, p. 533-536.

³⁹ IAN/TT, *S. Salvador de Moreira*, mç. 9, doc. 31A.

⁴⁰ One results from doubts concerning the rights of "padroado" and presentation in the church of de S. João da Foz do Sousa (IAN/TT, *S. Pedro de Cete*, mç. 1, doc. 37 e 38) and other about doubts regarding the payment of the "votos de Santiago" by the residents of Canidelo (ADP, Cart.º Cab., *Liv. Originais*, 1675(17), fol. 4).

⁴¹ CUNHA – *A Chancelaria Arquiepiscopal de Braga*, p. 133.

⁴² IAN/TT, C.R., *S. Domingos do Porto*, mç. único, doc. 9 e 10, ADP, Cart.º Cab., *Liv. Originais*, 1670(12), fol. 6, *CENSUAL do Cabido*, p. 347-350 e 526-527, IAN/TT, *S. Martinho de Cedofeita*, mç. único, doc. 2.

⁴³ Extract of a confirmation of a composition made by the ancestors of D. Vicente and the monastery of Celanova (*CENSUAL do Cabido*, p. 349).

⁴⁴ From a confirmation of a composition made between D. Julião Fernandes and the chapter of Porto (*CENSUAL do Cabido*, p. 527).

The service of the Church also implied the administration of secular assets. Within this context, legal transactions occur very often. Far more important than seeing how D. Vicente managed the diocese's patrimony, emphasis must be put on the fact that the majority of the deals involving members of the Cathedral as grantors were chiselled by public notaries, while the episcopal chancery practically limited itself to writing acts where private individuals were involved. We think that the explanation for this situation should be found in the fact that these private individuals were, in the majority of the cases, monasteries of the diocese. Using the bishop's presence to their advantage by the time he was either making pastoral visits or having one certain moment of proximity, the representatives of the monasteries requested the chancery's notary who escorted the prelate to write the document with *consensu et auctoritate*⁴⁵ of the bishop and sealed by him. In this case, more than service to God, the prelate is serving men, using the power given to him as a man of the Church.

4. CONCLUSION

The variety and amount of documents granted and sealed by D. Vicente Mendes strengthen our conviction that this bishop was, without doubt, a man who served God and the King. These same documents as well as others that we managed to congregate, allow us to conclude that this prelate first served Kings, then fought against them and, finally, walked away from them. In fact, our opinion is that towards the end of his episcopate, D. Vicente Mendes' attitude concerning monarchy was nothing more than ignoring it, especially since the moment when he found himself alone: the "war" of the new bishops, nominated for reasons which had much more to do with the proximity they had to the king than to any other reason⁴⁶, was not his war any more. Nevertheless, by the end of his life, D. Vicente had not forgotten the service he had made to the king. In his will, one can read: "por mercee a Nosso Senhor El Rey polo serviço que fizemos a seu padre e a ele e por nosso affilhado e nosso conpadre que he [...] que deffenda os executores" of his will.

⁴⁵ IAN/TT, S. Salvador de Vairão, mç. 4, nº 22.

⁴⁶ VILAR – *O episcopado*, p. 587, says that "o episcopado que nos alvares dos anos noventa governava as dioceses portuguesas tinha, na sua maioria ascendido a esses cargos já sob o domínio de D. Dinis ou nos primeiros tempos do seu reinado e, ao contrário do que uma análise geral pode fazer supor, parece-me que a importância do serviço régio ou, pelo menos, o grau de proximidade entre muitos dos eclesiásticos nomeados para o episcopado e o rei, é bastante profundo ao longo destas duas décadas."



OS CLÉRIGOS NA ADMINISTRAÇÃO DIONISINA (1279-1325)

MÁRIO FARELO

FILIPA ROLDÃO

ANDRÉ EVANGELISTA MARQUES

Este estudo procura caracterizar o universo dos eclesiásticos que, para além da sua inserção no sistema de benefícios, desempenharam algum tipo de função na administração régia portuguesa, ao tempo de D. Dinis (1279-1325). Assente num *corpus* de 104 indivíduos, a análise estrutura-se em três eixos fundamentais. Em primeiro lugar, procuramos atentar na integração deste grupo na administração dionisina, distinguindo os vários “departamentos” de inserção. Em segundo lugar, estudaremos as carreiras especificamente eclesiásticas destes clérigos, no seio da Igreja. Finalmente, procuraremos analisar os dados recolhidos à luz da investigação de uma hipotética *terceira via* de inserção, que situamos ao nível da teia de relações pessoais de dependência que estes homens teceram entre si.

THE ECCLESIASTICS IN THE ADMINISTRATION OF D. DINIS (1279-1325)

MÁRIO FARELO

FILIPA ROLDÃO

ANDRÉ EVANGELISTA MARQUES

This paper aims at studying the population of ecclesiastics who, apart from their integration within the Church beneficial system, have played some role in the Portuguese royal administration during the reign of D. Dinis (1279-1325). Based on a *corpus* of 104 individuals, the analysis is structured in three main axes. Firstly, we look at this group’s inclusion in the administration of D. Dinis, distinguishing the several “departments” where they appear. Secondly, we study these men’s ecclesiastical careers, within the institutional Church. Finally, we attempt to analyse the collected data having in mind a hypothetical *third way* of insertion, which we relate with the network of personal bonds of dependence which these men have been able to establish between themselves.

LES CLERCS DANS L'ADMINISTRATION DIONYSIENNE (1279-1325)

MÁRIO FARELO *

FILIPA ROLDÃO **

ANDRÉ EVANGELISTA MARQUES ***

La question des clercs dans l'administration des rois portugais au Moyen Âge est un thème déjà bien balisé dans notre historiographie¹. Toutefois, il reste que, sur ce point de vue, la période de gouvernement du roi Denis n'a jamais fait l'objet d'une attention particulière, hormis, bien sûr, quelques incursions très spécifiques sur les trajets de quelques clercs qui atteignirent alors l'épiscopat². En

* Universidade de Lisboa. Boursier de doctorat de la F.C.T.

** Universidade de Lisboa. Boursier de doctorat de la F.C.T.

*** Universidade de Porto. Boursier de doctorat de la F.C.T.

¹ Voir en particulier HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *O Desembargo régio (1320-1433)*. Porto: INIC-Centro de História da Universidade do Porto, 1990; IDEM – *L'État portugais et ses serviteurs (1320-1433)*. *Journal des Savants*. (juillet-décembre 1987) 181-203. À part ces travaux globaux, certains clercs du roi furent objet de travaux monographiques comme ceux de COELHO, Maria Helena da Cruz – O arcebispo D. Gonçalo Pereira: um querer, um agir. In *IX CENTENÁRIO da Dedicção da Sé de Braga. Actas do Congresso Internacional*. Vol. II/1. Braga: Universidade Católica Portuguesa-Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, p. 389-463; COELHO, Maria Helena da Cruz et SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – D. Vasco Martins, vescovo di Oporto e di Lisbona: una carriera tra Portogallo ed Avignone durante la prima metà del Trecento. In *A IGREJA e o Clero Português no contexto europeu*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2005, p. 119-136; COSTA, António Domingues de Sousa – Mestre Afonso Dinis, médico e secretário de D. Afonso IV, Professor na Universidade de Paris. *Itinerarium*. 3: 15 (1957) 370-417 et 16-17 (1957) 510-607; LOPES, Fernando Félix – Das actividades políticas e religiosas de D. Fr. Estêvão, bispo que foi do Porto e de Lisboa. *Lusitania Sacra*. 11 (1962-1963) 25-90; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – La famille d'Ébrard et le clergé de Coimbra aux XIII^e et XIV^e siècles. In *A IGREJA e o Clero Português*, p. 77-91; SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – O quotidiano da Casa de D. Lourenço Rodrigues, bispo de Lisboa (1359-1364†): notas de investigação. *Lusitania Sacra*. 2^a Série. 17 (2005) 419-438; SANTOS, Luciano Afonso dos – *D. Egas Lourenço, Chantre do Cabido de Braga*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1993; TEIXEIRA, Vítor Gomes – D. Fr. Estêvão, OFM: de Portugal a Avinhão, entre a fidelidade e a ingratidão. In *PORTOGALLO mediterraneo*. Dir. de Luís Adão da Fonseca e Maria Eugénia Cadeddu. Cagliari: Consiglio Nazionale delle Ricerche-Instituto sui rapporti italo-iberici, 2001, p. 39-74; VILAR, Hermínia Vasconcelos et BRANCO, Marta Castelo – Servir, gouverner et leguer: l'évêque Geraldo Domingues (1285-1321). In *A IGREJA e o Clero Português*, p. 95-116.

² HOMEM, Armando Luís de Carvalho – Perspectivas sobre a prelaia do Reino em tempos dionysinos. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. História*. 2^a série. 15: 2 (1998) 1469-1477 et VILAR, Hermínia Vasconcelos – O episcopado do tempo de D. Dinis: trajectos pessoais e carreiras eclesíásticas (1279-1325). *Arquipélago. História*. 5 (2001) 581-604. Le professeur Carvalho Homem dirige en ce moment une thèse de doctorat à l'Université de Porto précisément sur ce thème des officiers de la chancellerie dionysienne due aux soins de Armando Borlido, à qui, d'ailleurs, les auteurs remercient pour les suggestions donnés lors de la lecture d'une version antérieure de ce travail.

fait, cette époque constitue un véritable hiatus de connaissance entre deux périodes très bien travaillées. En amont, le règne d'Alphonse III, scrupuleusement analysé par Leontina Ventura³. Tout en ayant comme sujet de travail la noblesse de cour, cet auteur n'a pas négligé le groupe des clercs entourant le roi. En aval, la période allant des cinq dernières années dionysiennes à la fin du règne de Jean I^{er} en 1433, étudiée lors de la dissertation de doctorat de Armando Luís de Carvalho Homem⁴. Ce travail, se rapportant spécifiquement aux agents de l'administration centrale, est devenu, en plus, un modèle pour les médiévistes portugais qui, à l'instar de son auteur, sont tombés, les uns en plus tendre âge, les autres plus tardivement, dans le fameux chaudron prosopographique⁵.

Loin de l'étendue heuristique impliquée dans ces derniers travaux, les chiffres et les conclusions ici présentés sont valables et porteurs de sens pour la seule documentation consultée⁶. C'est-à-dire, d'une part, les six registres de chancellerie du roi Denis, les quatre premiers étant des mis à net; le cinquième, un original récemment édité par Bernardo de Sá Nogueira et le sixième, une copie du précédent⁷. D'autre part, la documentation pontificale couvrant le demi-siècle de gouvernement dionysien, examinée à partir des analyses publiées para l'École Française de Rome⁸. Rappelons, sur cette question, que notre

³ VENTURA, Leontina – *A Nobreza de corte de D. Afonso III*. Coimbra, 1992. Dissertation de Doctorat en Histoire Médiévale. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

⁴ Voir les travaux de cet auteur mentionnés à la note 1.

⁵ HOMEM, Armando Luís de Carvalho; FREITAS, Judite A. Gonçalves de – *A prosopografia dos burocratas régios (séculos XIII-XV): da elaboração à exposição dos dados*. In *ELITES e redes clientelares da Idade Média*. Ed. de Filipe Themudo Barata. Lisboa: Edições Colibri; CIDEHUS, 2001, p. 171-210.

⁶ En ce sens, les dates limites fournies ici pour certaines carrières de nos personnages peuvent varier de celles proposées par la bibliographie. Cette analyse porte donc sur un peu plus d'une centaine d'individus dont il est possible de repérer les trajectoires dans les sphères royale et ecclésiastique à l'aide du tableau à la fin de l'article. Pour la correcte lecture de celui-ci, veuillez se rapporter à la clef de sigles et d'abréviations mise à sa suite. D'autre part, il faut ajouter que la recherche documentaire pour ce travail a été effectuée par Mário Farelo, tandis qu'André Evangelista et Filipa Roldão s'en chargèrent de la recherche bibliographique et de tous les calculs statistiques présentés ci-dessous.

⁷ Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT) *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 1 à 6 et *O LIVRO das Lezírias d'El Rei Dom Dinis*. Transcription, étude introductive et notes de Bernardo de Sá Nogueira. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003.

⁸ *LES REGISTRES de Nicolas III (1277-1280)*. Ed. de Jules Gay-Witte et Suzanne Clémencet. Paris: Albert Fontemoing, ed., 1898-1938; *LES REGISTRES de Martin IV (1281-1285)*. Ed. d'Olivier Martin et les membres de l'École Française de Rome. Paris: Albert Fontemoing, ed., 1901-1935; *LES REGISTRES de Honorius IV (1285-1287)*. Ed. de Maurice Prou. Paris: Ernest Thorin, 1888; *LES REGISTRES de Nicolas IV (1288-1292)*. Ed. d'Ernest Langlois. Paris: Albert Fontemoing, ed., 1886-1905; *LES REGISTRES de Boniface VIII. Recueil des bulles de ce pape publiées ou analysées d'après les manuscrits originaux des archives du Vatican*. Ed. de Georges Digard [et al.]. Paris: E. Thorin, 1884-1939; *LES REGISTRES de Benoît XI (1303-1304)*. Ed. de Charles Grandjean. Paris: Albert Fontemoing, ed., 1883-1905; *REGESTVM Clementis papae V ex vaticanis archetypis sanctissimi domini nostri Leonis XIII pontificis maximi ivssu et munificentia, nunc primum editum cvra et stvdio monachorum ordinis s. Benedicti*, Romae: ex Typographia vaticana, 1885-1892; *LETTRES communes du pape Jean XXII (1316-1334): lettres communes analysées d'après les Registres dits d'Avignon et du Vatican*. Ed. de Guillaume Mollat. Paris: École Française de Rome, 1904-

recherche n'a pas pu contourner le problème de la non-publication par cette institution des analyses des lettres curiales et secrètes de Jean XXII relatives aux autres pays que la France⁹.

Étant ainsi, nos données ne constitueront que des indicateurs, dont la justesse devrait être confirmée – ou même, à la limite, infirmée – par une recherche beaucoup plus étendue. Cella réclamerait une disponibilité temporelle dont nous ne disposons pas. Mais cela réclamerait, surtout, un dépouillement systématique de toutes les chartes émises para la chancellerie dionysienne. Vain désir étant donné l'éparpillement des centaines de diplômes à travers les plus divers fonds d'archives, beaucoup d'entre eux dépourvus d'inventaire, disséminées du nord au sud du pays.

Nonobstant, nous avons essayé de combler, tant bien que mal, cette lacune structurante par le dépouillement d'ouvrages où les carrières de ces individus identifiés comme des clercs (soit para la désignation de «Clercs du roi», soit para la référence au bénéfice ecclésiastique occupé, soit même par les deux à la fois) seraient apparues de façon structurée. Parmi ce nombre se comptent les travaux référant les officiers royaux mentionnées précédemment, mais aussi les dissertations de maîtrise et de doctorat d'histoire ecclésiastique dédiées au fonctionnement et au personnel des diocèses et/ou des respectifs chapitres¹⁰. En ayant des études à vocation prosopographique de ce genre pour cinq des neuf diocèses portugais¹¹, il fut possible maintes fois de rendre plus épaisses les trajectoires ecclésiastiques de ces hommes qui restèrent entre l'Église et l'État. L'établissement le plus étoffé possible des *curricula* de ces individus a été

1947; *LETTRES secrètes et curiales de Jean XXII se rapportant à la France*. Ed. d'Auguste Coulon et Suzanne Clémencet, Paris: École Française de Rome, 1900-1962.

⁹ Sur la politique éditoriale de l'École Française de Rome en cette matière et les lettres pas encore analysées contenues dans les registres des papes d'Avignon, voir POU CET, Olivier – *Les entreprises éditoriales liées aux Archives du Saint-Siège: histoire et bibliographie (1880-2000)*. Rome: École Française de Rome, 2003; GALLAND, Bruno – La publication des registres de lettres pontificales par l'École Française de Rome. *Bibliothèque de l'École des chartes*. 154 (1996) 629; IDEM – Les publications des registres pontificaux par l'École Française de Rome. *Revue d'Histoire de l'Église de France*. 86 (2000) 652; DÍAZ IBÁÑEZ, Jorge – El pontificado y los reinos peninsulares durante la Edad Media: balance historiográfico. *En la España Medieval*. 24 (2001) 473, note 30.

¹⁰ La mise au point de ces travaux peut être recueillie dans les notes infrapaginales des articles publiés dans les actes du premier colloque du groupe *Fasti Ecclesiae Portugaliae* réalisé à Rome-Viterbo en 2004 publiés en *A IGREJA e o Clero Português*.

¹¹ FARELO, Mário Sérgio – *O Cabido da Sé de Lisboa e os seus cônegos (1277-1377)*. Lisboa, 2003. Mémoire de Maîtrise en Histoire Médiévale. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; LIMA, Maria Justiniana Pinheiro Maciel – *O Cabido de Braga no tempo de D. Dinis (1278-1325)*. Cascais: Patrimónia, 2003; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra: a Instituição e a Chancelaria (1080-1318)*. Coimbra, 2005. Mémoire de Doctorat en Histoire. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa BemHaja – *A Sé de Lamego na primeira metade do séc. XIV, (1296-1349)*. Leiria: Edições Magno, 2003; VILAR, Hermínia Vasconcelos – *As Dimensões de um poder: a diocese de Évora na Idade Média*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.

d'ailleurs la pièce maîtresse de notre travail, d'où nous avons puisé les informations pour l'analyse prosopographique, très simple, que nous proposons.

Pourtant, il demeure que ces travaux académiques, tout en rendant d'incalculables services, ne permettent guère d'éviter que les parcours de ces individus soient généralement connus de façon très imparfaite. Dans notre cas, il est particulièrement problématique le manque de connaissance sur les dates exactes d'entrée et sortie de ces clercs de leurs fonctions administratives. Cela demeure moins préoccupant pour ceux qui ont acquis une plus grande projection socio-institutionnelle, étant donné que cette dernière fournit généralement une plus grande visibilité documentaire.

De plus, il a fallu faire des choix en fonction du temps alloué et des objectifs proposés. Ainsi, il ne sera question dans le présent texte des justifications de l'action des ecclésiastiques dans l'administration royale. Celles-ci, liées entre autres au devoir d'aide que les clercs ont face aux laïcs, peuvent être facilement repérées dans la bibliographie spécialisée¹². De plus, nous n'aborderons pas les éventuelles démarches propagandistes que certains de ces éléments aient pu développer, comme l'a fait il y a quelques années José Manuel Nieto Soria pour le cas castillan et Maria João Branco, pour le cas portugais, dans une chronologie antérieure au règne du roi Denis¹³. En dernier, nous n'allons pas répondre à la question posée jadis par Danielle Courtemanche, à savoir si le clergé royal c'est un métier ou une profession¹⁴.

Pour nous, les clercs ici retenus sont ceux qui restèrent toute leur vie en dedans du système bénéficiaire¹⁵, tout en partageant cette insertion avec la participation dans les rouages de l'administration royale portugaise. Ceux-ci devraient être alors la très grande majorité de ces fonctionnaires royaux au statut ecclésiastique. Au temps du roi Denis, nous sommes au tout début de la montée des légistes dans les administrations portugaise et castillane¹⁶, de la même façon que nous sommes encore loin des Guerres du roi Ferdinand, une période particulièrement importante de promotion socio-économique de certains clercs par leur participation dans l'activité militaire. Donc, le temps à l'étude n'est pas

¹² MILLET, Hélène; MORAW, Peter – Clerics in the State. In *POWER Elites and State Building*. Dir. de Wolfgang Reinhard. Oxford: European Science Foundation; Clarendon Press, 1996, p. 173-175.

¹³ NIETO SORIA, José Manuel – Les clercs du roi et les origines de l'État Moderne en Castille. Propagande et légitimation (XIII^e-XV^e siècles). *Journal of Medieval History*. 18 (1992) 297-318; BRANCO, Maria João – *Poder real e eclesiásticos: a evolução do conceito de soberania régia e a sua relação com a praxis política de Sancho I e Afonso II*. Lisboa, 1999. Mémoire de Doctorat: Universidade Aberta, 1999.

¹⁴ COURTEMANCHE, Danielle – *Le statut de clerc du roi sous Charles VI: un métier ou une profession?*. Montréal, 1991. Mémoire de Doctorat en Histoire: Université de Montréal.

¹⁵ MILLET, Hélène – La place des clercs dans l'appareil d'État en France à la fin du Moyen Âge. In *ÉTAT et Église dans la genèse de l'État moderne*. Madrid: Casa de Velázquez, 1986, p. 240.

¹⁶ HOMEM, Armando Luís de Carvalho – Les officiers royaux (XIII^e-XV^e siècles): une élite politique? *Anais – Séria História. Universidade Autónoma de Lisboa*. 2 (1995) 23-27 et MOXÓ, Salvador de – La promoción política y social de los «letrados» en la Corte de Alfonso XI. *Hispania*. (1975) 5-29.

encore le temps des *quasi-clerics*, le temps des hommes comme João das Regras¹⁷, le docteur Gil Martins¹⁸ ou Martinho Afonso Valente¹⁹.

Nous proposons ici l'abordage de la question à travers trois axes fondamentaux. En premier, l'inclusion de ce groupe dans l'administration dionysienne en distinguant les différentes sections d'insertion. En deuxième lieu, nous nous pencherons sur les carrières ecclésiastiques de ces ecclésiastiques dans le milieu de l'Église. En dernier, nous analyserons nos données en fonction de la recherche de cette hypothétique troisième voie proposée par les organisateurs de ce colloque comme élément de discussion.

1. AU SERVICE DE L'ÉTAT

Fin d'un temps ou début d'un autre? La disjonctive avec laquelle on interroge normalement le règne du roi Denis semble acquérir un sens particulier lorsque nous regardons l'administration centrale durant la longue période de quarante-six ans pendant lesquels a gouverné ce monarque. Comme remarqué par Armando Luís de Carvalho Homem, dont le modèle d'analyse de la Bureaucratie Royale nous suivrons ici de près, le passage du XIII^e vers le XIV^e siècle constitue, en ce qui concerne l'administration royale, un moment charnière dans l'affirmation de l'écrit comme un instrument essentiel de l'exercice du pouvoir royal. La relation du roi avec ses sujets passe de plus en plus par l'émission d'actes écrits; d'où le développement de la chancellerie et de tout un ensemble de charges et d'offices l'intégrant²⁰. De plus, le règne de Denis constitue un moment décisif dans l'individualisation d'autres «départements» de l'administration centrale, outre les services de note proprement dits: la Justice, en premier lieu, et les Finances, plus tard²¹. En effet, le processus d'affirmation d'un système bureaucratique a connu, pendant le demi-siècle dionysien, un incrément notable²².

¹⁷ COSTA, António Domingues de Sousa – O Célebre Conselheiro e chanceler de D. João das Regras, clérigo conjugado e Prior da Colegiada de Santa Maria de Guimarães. *Itinerarium*. 77 (1972) 232-259.

¹⁸ *MONUMENTA Portugaliae Vaticana*. Ed. António Domingues de Sousa Costa. Vol. 4. Braga: Editorial Franciscana, 1982, p. 496, n° 1501 (1429, Dez. 9).

¹⁹ *MONUMENTA Portugaliae Vaticana*, vol. 1, p. 174, n° 335 (1348, Mai. 29, Avinhão); p. 272, n° 14 (1353, Jul. 11, Vila Nova (Avinhão)); IAN/TT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2^a inc., m. 50, n° 1998 (1375, Jun. 13, Coimbra).

²⁰ HOMEM, Armando Luís de Carvalho – A Corte e o Governo Central. In *NOVA HISTÓRIA de Portugal*. Dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Vol. 3: *PORTUGAL em definição de fronteiras: do condado portugalense à crise do século XIV*. Coord. de Maria Helena da Cruz Coelho; Armando Luís de Carvalho Homem. Lisboa: Editorial Presença, 1996, p. 530.

²¹ HOMEM – A Corte e o Governo Central, p. 530-531.

²² HOMEM, Armando Luís de Carvalho; DUARTE, Luís Miguel; MOTA, Eugénia Pereira da – Percursos na Burocracia Régia (Séculos XIII-XV). In *A MEMÓRIA da Nação*. Org. de Francisco Bethencourt; Diogo Ramada Curto. Lisboa: Edições Sá da Costa, 1991, p. 407, 409 et 413.

Or, il n'y a jamais eu de bureaucratie sans des bureaucrates. Le nombre d'hommes qui entouraient le monarque, autant ceux détenteurs des offices spécifiques que ceux collaborant uniquement dans le fonctionnement de l'administration centrale, augmente considérablement pendant cette période. La formation intellectuelle, étant de moins en moins un monopole, mais continuant l'apanage des clercs, aide à expliquer la relevance que ce groupe, en particulier dans le cadre du «personnel» au service du roi²³. Les clercs sont, avant tout, des techniciens que les monarques engagent²⁴. Passons donc à une caractérisation brève de la population ecclésiastique qui peupla la curie du roi Denis.

L'analyse que nous entreprenons se ressent du fait que l'étude systématique de la Bureaucratie royale («Desembargo Régio») n'est pas réalisée que pour les cinq dernières années du règne, caractérisées par Carvalho Homem comme un temps de crise aussi au niveau de l'organisation de l'administration centrale. Ainsi l'indiquent la multiplication des souscripteurs de la documentation royale et le fait que nombreux fonctionnaires surgissent de façon sporadique, entre autres indices²⁵. Avec toutes les réserves qu'une analyse préliminaire comme la nôtre implique, il est important de noter que cette «désorganisation» n'est pas limitée à ces années de confrontation entre le monarque et son fils, le dauphin Alphonse, mais bien semble remonter au début du XIV^e siècle. Si nous prenons comme des références d'un fonctionnement déjà «normalisé» les valeurs qui se vérifient après le milieu du XIV^e siècle (une moyenne de 30 fonctionnaires par décennie et de 15 à 20 travaillant simultanément²⁶), il est symptomatique que lors de la première décennie de ce siècle (à titre d'exemple) nous ayons identifié 26 clercs qui souscrivent des chartes royales en tant que rédacteurs – il y aurait lieu d'ajouter ensuite les fonctionnaires qui n'étaient pas des ecclésiastiques²⁷. Au contraire, au long des deux dernières décennies du XIII^e siècle, les clercs dans cette même situation sont au nombre de onze et six respectivement. L'explication

²³ HOMEM, Armando Luís de Carvalho – A Dinâmica Dionisina. In *NOVA HISTÓRIA de Portugal*, vol. 3, p. 155-156; MILLET, Hélène; MORAW, Peter – Clerics in the State. In *POWER Elites and State Building*. Ed. de Wolfgang Reinhard. Oxford: European Science Foundation; Clarendon Press, 1996, p. 173.

²⁴ De plus, «because it was thus guaranteed by canonical sanction, clerical loyalty was constantly stressed by medieval theorists to recommend that princes avail themselves of their advice. Indeed, in many circumstances, sworn loyalty to secular powers prevailed over Church discipline» (MILLET; MORAW – Clerics in the State, p. 173).

²⁵ HOMEM – *O Desembargo Régio*, p. 32 et 210-211.

²⁶ HOMEM [et al.] – *Percursos na Burocracia Régia*, p. 413.

²⁷ On ne dispose de chiffres sur la proportion des clercs sur le total de fonctionnaires qu'après 1320. Pendant la décennie 1320-1330, Carvalho Homem a identifié 19 clercs dans un total de 59 *desembargadores*, ce qui veut dire que les ecclésiastiques étaient presque un tiers du personnel de la Bureaucratie royale (32,2%) (HOMEM – *O Desembargo Régio*, p. 177; Appendix III, tableau C).

de ce contraste entre les périodes d'avant et après 1300 exige des études de fond dont nous ne disposons pas encore²⁸.

Au total, nous avons identifié 104 individus, tous des clercs, qui ont occupé un quelque type de fonction auprès du roi. Nous avons utilisé un critère de sélection très élargi: à part ceux qui exercèrent une quelque charge dans l'une des différentes aires de la curie, nous avons aussi inclut ceux qui exerçaient les fonctions essentielles de la bureaucratie (rédaction et validation des lettres²⁹) et tous ceux qui, indépendamment de s'inclure dans l'une ou autre de ces catégories, détenaient le titre de clerc du roi ou de physicien du monarque³⁰.

Sans vouloir confondre la Bureaucratie proprement dite avec la curie royale – même si la réalité échappe à des compartimentations très rigides – il convient déjà souligner que, d'entre ces 104 ecclésiastiques, 19 (18,3%) n'ont apparemment aucune fonction dans l'entourage du roi³¹. Mentionnés fréquemment dans les lettres de présentation à des bénéfices ecclésiastiques par le monarque, serait-il possible que ces clercs ne soient pas du tout présents à la cour? Avant tout, il faut retenir le nombre très significatif des autres 86 ecclésiastiques qu'au long du règne de Denis, ont passé par la *curia regis*³².

Regardons maintenant la distribution des clercs qui ont disposé des charges spécifiques dans les divers secteurs de la curie³³. Commençons par l'Hôtel du monarque. En premier lieu, il faut remarquer que l'écrasante majorité des 104 individus identifiés ce sont des clercs du roi (92=88,5%)³⁴. Indépendamment des contours exacts de cette fonction, il semble indéniable le lien personnel qui unissait ce groupe au monarque. En fait, des sept individus attestés comme des

²⁸ Est-ce qu'on pourra considérer que les premières décennies du XIV^e siècle ont apporté à la Bureaucratie royale un accroissement significatif de travail, sans que la spécialisation des officiers se fasse encore sentir; d'où une hausse du nombre d'officiers (ecclésiastiques au moins)?

²⁹ 59 individus (56,2% de 105) rédigent des documents et 23 (21,9%) les valident.

³⁰ Nous dépassons ici le double critère utilisé par Armando Luís de Carvalho Homem dans l'établissement du *corpus* des "Desembargadores em geral": «por um lado a titularidade de um cargo ou função de significado administrativo; por outro a actividade na elaboração de diplomas régios, ainda que devida a quem não detenha tais cargos e até possa deter outros de que tal significado esteja ausente» (HOMEM – *O Desembargo Régio*, p. 27-28).

³¹ Tableau 7, n° 1, 4, 5, 12, 16, 20, 31, 32, 35, 38, 51, 54, 56, 66, 68, 73, 75, 84 et 93.

³² Nous incluons dans ce groupe les clercs qui apparaissent comme *testes* des documents sortis de la chancellerie royale (bien que cette information ne soit pas signalée dans le tableau final).

³³ Pour un schème synthétisant l'évolution de l'organisation des charges de la Curie portugaise entre le XII^e et le XV^e siècles, cf. HOMEM [et al.] – *Percursos na Burocracia Régia*, p. 414. Sur l'évolution et les attributions de chacune de ces charges, cf. MATTOSO, José – *Obras Completas de José Mattoso*. Vol. 3: *Identificação de um país: composição*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, p. 83-89; HOMEM – *A Corte e o Governo Central*, p. 530-540; et HOMEM – *L'État Portugais et ses Serviteurs (1320-1433)* 188-203.

³⁴ «La complexité croissante des tâches de la bureaucratie de la cour impose aux monarques la nécessité de s'entourer de serviteurs ayant une formation adéquate. Pour cela, ils ont commencé par s'adresser aux milieux ecclésiastiques. Le XIII^e a vu ainsi apparaître les clercs du Roi (*clérigos de el-rei*) qui représentent encore un poids considérable parmi les officiers des années vingt du XIV^e siècle (...) (32%)» (HOMEM – *L'État Portugais et ses Serviteurs (1320-1433)* 193).

«familiers» de Denis³⁵, seulement un ne semble pas être clerc du roi³⁶. On registre en outre sept physiciens du roi³⁷: même si aucun d'entre eux ne dispose d'office dans la Bureaucratie, deux rédigent ou valident des diplômes émanés de la Chancellerie³⁸. Au niveau de la Chapelle royale, il faut signaler l'existence de cinq chapelains³⁹, deux d'entre eux aussi confesseurs du roi (Frère João et Frère Vasco) – auxquels il faut ajouter un troisième confesseur (Frère Estêvão)⁴⁰; et il faut signaler encore l'existence d'un aumônier (*esmolero*) (Fr. Martinho)⁴¹. Finalement, nous avons identifié une référence à un secrétaire privé (*escrivão da puridade*) du roi Denis (Maître Martinho Peres de Louredo, chanoine de Braga et de Guarda), référence que nous pouvons dater des premières années du XIV^e siècle⁴². Au total, en comptant les clercs du roi, l'Hôtel de D. Denis intègre 100 individus parmi les 104 clercs identifiés (96,2%) – chiffre qu'indique clairement la proximité de ces ecclésiastiques à la *persona* du roi⁴³.

Passant à la Chancellerie royale proprement dite, nous retrouverons neuf individus (8,6% du total des effectifs) distribués parmi quatre charges: six ont été des chanceliers⁴⁴, deux desquels ont assumé au préalable le titre de vice-chanceliers⁴⁵; et

³⁵ Tableau 7, n° 3, 10, 13, 34, 42, 55, et 69.

³⁶ Tableau 7, n° 55.

³⁷ Tableau 7, n° 11, 41, 77, 83, 85, 86 et 100.

³⁸ Tableau 7, n° 41 et 77.

³⁹ Tableau 7, n° 17, 22, 49, 71 et 103.

⁴⁰ Tableau 7, n° 49, 103 et 23, respectivement. Membres de l'Ordre des Prédicateurs, le premier, et de l'Ordre des Frères Mineurs, les autres, ces trois mendiants illustrent l'influence des dominicains et des franciscains en tant que confesseurs des rois du Portugal, comme un peut partout en Europe, au long du Bas Moyen Âge (MARQUES, João Francisco – Franciscanos e Dominicanos Confessores dos Reis Portugueses das duas Primeiras Dinastias: espiritualidade e política. In *ESPIRITUALIDADE e Corte em Portugal, Sécs. XVI-XVIII*. Anexo V da *Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1993, p. 53-60; MILLET; MORAW – Clerics in the State, p. 186).

⁴¹ Tableau 7, n° 72. Sur l'*histoire* et les attributions de tous ces officiaux de la Chapelle royale, cf. MATTOSO – *Identificação de um país: composição*, p. 88.

⁴² Tableau 7, n° 79. Cette référence exprime, qu'on peu dater de [après 1305-avant 1307], doit être l'une des plus anciennes mentions documentaires à ce charge, après la première référence à un *escrivão da puridade* – Aires Martins (laïc) – dans un document original de 1298 (publié par PEREIRA, Isaiás da Rosa – Alguns Documentos do Cartório da Antiga Igreja de Santo André. *Revista Municipal*. 25: 103 (1964) 9-10). Sur les antécédents et les désignations alternatives de cette charge, avant sa stabilisation (depuis 1355) et la réglementation de ses attributions (pendant le règne de Pierre I), cf. HOMEM – *A Dinâmica Dionisina*, p. 153 et la bibliographie y citée.

⁴³ À l'exception de l'aumônier, les offices que les clercs ont accomplis à l'Hôtel de D. Denis sont précisément ceux que les chanoines ont exercés à l'Hôtel de Philippe le Bel, en France (LALOU, Elisabeth – Les chanoines au service de Philippe le Bel 1285-1314. In *I CANONICI al servizio dello Stato in Europa secoli XIII-XVI: les chanoines au service de l'État en Europe du XIII^e au XVI^e s.* Roma: Franco Cesino Panini, 1992, p. 227).

⁴⁴ Tableau 7, n° 3, 14, 26, 36, 63 et 89. Il fut déjà signalé que «jusqu'à la fin des années 1350, les chanceliers sont presque toujours des clercs» (HOMEM – *L'État Portugais et ses Serviteurs (1320-1433)*, p. 188). Le même se passait en France, à cette période (LALOU – *Les chanoines au service de Philippe le Bel 1285-1314*, p. 227), et un peut partout en Europe (MILLET; MORAW – *Clerics in the State*, p. 175-176).

un autre est resté dans cette dernière charge⁴⁶. Particulièrement significatif nous semble le fait que trois chanceliers ont atteint l'épiscopat (Domingos Eanes Jardo, Estêvão Eanes Bochardo et Maître Pedro Martins)⁴⁷; tandis qu'un autre a réussi à accaparer une doyenette et les deux qui restent furent des chanoines avant d'accéder à cette charge. On registre encore l'existence d'un *Vedor* de la Chancellerie en 1323⁴⁸, qui devrait être un assesseur ou même un substitut du chancelier Francisco Domingues⁴⁹; et d'un écrivain du roi, ainsi expressément désigné en 1306⁵⁰.

De tous les «départements» de l'administration lors du règne de Denis, celui où la présence cléricale fut la plus significative, probablement en conséquence de la propre dimension de cette section, fut celui de la Justice, où nous trouvons 34 individus (32,7% du total de 104). Accompagnant la multiplication du nombre d'ecclésiastiques qu'assumèrent ici des fonctions, le nombre de charges que ces hommes ont eu est aussi significatif: sept sur-juges (*sobrejuizes*), cinq desquels furent aussi des auditeurs (*ouvidores*)⁵¹; un juge des affaires du Roi (*juiz dos feitos d'el Rei*), aussi auditeur⁵²; un juge nommé pour deux faits en particulier⁵³; et encore le cas de Frère Martim Escola, désigné dans un même diplôme comme auditeur et juge nommé par la cour⁵⁴. D'un autre côté, nous avons identifié neuf auditeurs tout court (tous des clercs du roi, dont six sont désignés au long de leur carrière aussi comme «auditeurs des affaires du roi» ou «auditeurs en lieu de la curie») ⁵⁵; sept auditeurs *ad hoc*, désignés pour des questions spécifiques⁵⁶; dix auditeurs «des affaires du roi» (le groupe le plus nombreux)⁵⁷; deux auditeurs des suppliques (*ouvidor das suplicações*)⁵⁸; et huit auditeurs «en lieu de la

⁴⁵ Tableau 7, n° 3 et 63.

⁴⁶ João Martins (tableau 7, n° 57).

⁴⁷ Respectivement, tableau 7, n° 14, 26 (qui était aussi un des correcteurs de l'âme d'Alphonse III) et 89. José MATTOSO a déjà remarqué que «sob D. Dinis, os chanceleres sucedem-se mais rapidamente, constituindo o seu cargo boa recomendação para o episcopado» (MATTOSO – *Identificação de um país*, p. 90).

⁴⁸ João de Pedroso (tableau 7, n° 62).

⁴⁹ «Entre 1323 et 1383 le chancelier peut être alternativement désigné comme «Vedor da Chancelaria», c'est-à-dire, «celui qui veille à la Chancellerie» [HOMEM – L'État Portugais et ses Serviteurs (1320-1433) 188, note 23]. Pourtant, il est curieux que, au contraire des six chanceliers mentionnés, ce *Vedor da chancelaria* semble n'avoir jamais atteint aucun haut bénéfice ecclésiastique, étant un simple clerc.

⁵⁰ Manuel Eanes (tableau 7, n° 70).

⁵¹ Tableau 7, n° 8 et 82 (sur-juges); n° 2, 33, 47, 65 et 78 (sur-juges et auditeurs).

⁵² Martinho [Peres] de Louredo (Tableau 7, n° 79). À partir de 1391 le *juiz dos feitos de el-rei* fut «un magistrat spécifiquement chargé du jugement des procès relatifs au patrimoine et aux droits du Roi et de la Couronne»; donc un officier lié à la *Fazenda* (finances) royale [HOMEM – L'État Portugais et ses Serviteurs (1320-1433) 190]. Pourra-t-on rétro-projeter ce cadre d'attributions pour le règne de D. Denis?

⁵³ Me. João das Leis (tableau 7, n° 50).

⁵⁴ Tableau 7, n° 71.

⁵⁵ Tableau 7, n° 2, 13, 15, 44, 78, 81, 92, 95 et 97.

⁵⁶ Tableau 7, n° 10, 23, 39, 42, 52, 53 et 70.

⁵⁷ Tableau 7, n° 2, 13, 15, 29, 47, 58, 62, 79, 91 et 92.

⁵⁸ Tableau 7, n° 6 et 36.

cour/curie»⁵⁹. Toutes ces désignations nous semblent un clair signal d'une certaine indéfinition terminologique des fonctions recouvertes par le mot «auditeur», considérant les divers qualificatifs que lui sont apposés. Il est très possible que, parfois, des désignations différentes puissent correspondre à des réalités semblables⁶⁰. Particulièrement importante demeure la distinction entre le groupe d'officiers permanents de la justice, comme les sept sur-juges, et cette cohorte d'officiers *ad hoc*, comme en serait la plupart des auditeurs⁶¹.

En ce qui concerne les Finances, un département embryonnaire à l'époque, où il est encore très difficile de distinguer de façon cabale les officiers «publics» des «domestiques»⁶², nous avons trouvé des références pour un total d'à peine six individus (5,8% du total de 104): un trésorier et cinq *contadores*⁶³. Les ecclésiastiques ne semblent pas être le groupe préférentiel de recrutement des officiers fiscaux. Dans une catégorie très élargie que, suivant Carvalho Homem nous désignerons d'«Administration générale», nous avons inclut encore neuf ecclésiastiques (tous des clercs du roi) qui furent procureurs royaux⁶⁴, dont trois furent aussi des procureurs *ad hoc*, représentant le monarque dans des affaires qui l'opposait à l'Église⁶⁵.

Il mérite encore attention l'existence d'un clerc désigné de conseiller du roi Denis⁶⁶. La collégialité du Conseil du roi dans le temps de ce monarque a été déjà soulignée et elle demeure très présente, non seulement dans les références à la Cour ou au «conseil de la cour» dans les protocoles des diplômes⁶⁷, mais aussi dans la propre nomenclature des offices judiciaires, comme nous l'avons vu.

⁵⁹ Tableau 7, n° 9, 33, 63, 65, 78, 80, 81 et 99.

⁶⁰ Même si le règne de D. Denis se caractérise par la stabilisation, qui en certains cas signifie une pleine configuration, des offices judiciaires (apparus auparavant), il est aussi vrai que «a «especialização» plena de funções vem ainda longe» (HOMEM – A Dinâmica Dionisina, p. 152).

⁶¹ HOMEM – A Corte e o Governo Central, p. 536. Notons encore que, au long du règne de Denis, on peut détecter les premiers indices d'une division de compétences entre les sur-juges, plus attachés aux faits civils, et les auditeurs, engagés surtout aux faits criminels et aux questions relatives au patrimoine royal, comme l'indique l'apparition (même si *ad hoc*) des premiers auditeurs «des affaires du roi» (HOMEM – A Dinâmica Dionisina, p. 152).

⁶² HOMEM – A Corte e o Governo Central, p. 537.

⁶³ Tableau 7, n° 105; 19, 22, 43, 52 et 87.

⁶⁴ Tableau 7, n° 15, 28, 44, 60, 61, 80, 96, 97 et 98.

⁶⁵ Estêvão Lourenço (n° 28), João Martins de Soalhães (n° 60) et Martinho Peres de Oliveira (n° 80). Sur la participation de ces deux ecclésiastiques dans la négociation des deux concordats signés entre Denis et l'épiscopat du royaume en 1289, cf. VILAR, Hermínia – O Rei e a Igreja: o estabelecimento das Concórdias (1245-1383). In *HISTÓRIA Religiosa de Portugal*. Dir. de Carlos Moreira Azevedo. Vol. 1: *Formação e Limites da Cristandade*. Coord. de Ana Maria C. M. Jorge; Ana Maria S. A. Rodrigues. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 323.

⁶⁶ Me. Gil das Leis/Me. Gil Domingues (Tableau 7, n° 42). Sur les fondements de la participation des clercs au conseil du roi, cf. MILLET; MORAW – Clerics in the State, p. 181-183.

⁶⁷ HOMEM – A Corte e o Governo Central, p. 539.

En dernier, concernant ce que nous pouvons considérer comme l'Administration périphérique, nous avons identifié quatre individus qui furent, l'un collecteur des dettes du roi entre les fleuves Douro et Mondego ("*sacador das dividas do rei Entre Douro e Mondego*")⁶⁸, l'autre procureur du roi dans la Terra de Paiva⁶⁹, le troisième procureur des affaires du roi dans la ville et évêché de Lamego⁷⁰ et le dernier procureur du roi dans l'Église de Braga⁷¹. A partir de ces dernières désignations, il faut remarquer la nécessité du monarque de disposer dans les différents diocèses de représentants permanents (ces procureurs ne sont pas mentionnés dans le cadre d'une affaire particulier). Que cette nécessité serait commune aux divers diocèses du royaume on peut déduire de la référence aux diocèses énoncés précédemment, en vertu de leur très différente centralité ecclésiastique, importance symbolique et richesse matérielle: Braga, archevêché métropolitain, et Lamego, petit diocèse périphérique enclavé entre ceux de Porto, Viseu et Coimbra.

Faisant tout de suite la liaison avec le point suivant, une dernière observation s'impose sur le croisement entre les sphères royale et ecclésiastique dans les carrières de ces individus. Nous prendrons comme échantillon l'univers de 21 évêques et/ou dignités capitulaires de la période, car c'est à ce niveau que l'importance prise par l'influence royale dans la promotion de certains individus aux hautes charges ecclésiastiques pourra être plus évidente. En fait, 10 de ces hommes (47,6% d'un total de 21) ont participé dans la rédaction ou dans la validation de chartes produites dans la chancellerie royale et/ou sont apparus dans la documentation comme des clercs du roi avant d'atteindre l'épiscopat ou quelque dignité dans un des neuf chapitres cathédraux portugais à l'époque⁷². Le service et la proximité du roi conditionnèrent sûrement leur progression dans la sphère ecclésiastique⁷³. Certes la provision des bénéfices ecclésiastiques était l'un des instruments dont le monarque disposait pour rétribuer les services et la

⁶⁸ Estêvão Eanes (tableau 7, n° 25).

⁶⁹ João Peres Louredo (tableau 7, n° 64).

⁷⁰ João Martins III (tableau 7, n° 59).

⁷¹ Martinho Peres (tableau 7, n° 76).

⁷² Tableau 7, n° 2, 14, 23, 27, 42, 60, 63, 65, 77 et 89. On doit ajouter deux cas de clercs qui, après être parus dans l'entourage du monarque, ont atteint une dignité ou évêché pendant le règne d'Alphonse IV: Egas Lourenço Barroso (tableau 7, n° 22) et Vasco Martins (tableau 7, n° 45); et aussi le cas de Maître Barnabé (tableau 7, n° 11), qui est arrivé à l'épiscopat en Castille. En même temps, notons deux cas de synchronie: Estêvão Peres I (tableau 7, n° 30), clerc du roi et chantre de Porto entre 1282 et 1284; et Martinho Peres de Oliveira (tableau 7, n° 80), documenté comme clerc du roi et chantre d'Évora depuis 1287.

⁷³ Malgré le caractère préliminaire de notre enquête, il renforce – et élargit aux dignités capitulaires – les conclusions de Hermínia VILAR sur l'importance que le service au roi (à travers soit de l'exercice de charges bureaucratiques soit même des liens personnels) a joué dans la promotion à l'épiscopat pendant le règne de D. Denis, surtout après 1292 (VILAR, Hermínia – O episcopado do tempo de D. Dinis: trajetjos pessoais e carreiras eclesiásticas (1279-1325). *Arquipélago. História*. 2^a série. 5 (2001) 581-604 (*maxime* p. 587 et 593).

loyauté des clercs⁷⁴. Cependant, il n'en est moins vrai que la longue tradition de surintendance du roi sur l'épiscopat du royaume (qui caractérisa l'histoire péninsulaire depuis le haut Moyen Âge) semble côtoyer maintenant, à l'époque première de la genèse de l'État moderne, la volonté du monarque à encadrer les divers pouvoirs en présence dans son *regnum*. L'Église n'a pas été l'exception.

2. AU SERVICE DE L'ÉGLISE

Au-delà de leur insertion dans l'administration royale, ces hommes ont été, tout d'abord, des ecclésiastiques faisant parti de l'hierarchie de l'Église. Une fois considérés leurs parcours autour du roi, nous allons essayer maintenant d'observer les carrières poursuivies par ces individus en milieu clérical, pendant le règne du roi Denis, c'est-à-dire entre 1279 et 1325⁷⁵.

Combien et quels ont été les bénéfiques occupés par ces ecclésiastiques? Quels ont été leurs diocèses d'insertion? Quel a été le poids quantitatif et aussi qualitatif de ces clercs liés au service du roi dans l'Église?

Considérant l'ensemble des clercs présenté dans le tableau final, on a réussi à identifier les parcours ecclésiastiques de soixante dix-sept individus⁷⁶. Parmi eux, seulement cinquante-deux ont fait parti du clergé des cathédrales, une fois que les autres n'ont occupé que des charges dans les églises séculières non capitulaires, comme recteurs/prieurs ou portionnaires d'églises collégiales⁷⁷. L'univers sur lequel nous allons essayer de répondre aux questions formulées ci-dessus est, donc, composé de cinquante-deux individus.

Quand nous analysons les carrières tracées par ces ecclésiastiques, on observe que la majorité n'est arrivée qu'aux canonicats diocésains⁷⁸. Par contre, le nombre des dignités et des évêques a été naturellement plus limité: neuf

⁷⁴ MILLET; MORAW – Clerics in the State, p. 187. On le vérifie aussi en France à cette même période, en ce qui concerne les canonicats (LALOU – Les chanoines au service de Philippe le Bel 1285-1314, p. 227).

⁷⁵ Nous avons déjà exposé ci-dessus les limites d'une analyse comme celle-ci, surtout devant le manque d'études sur la totalité des diocèses portugais et, donc, sur les carrières des capitulaires. Voir, aussi en haut, la bibliographie spécialisée sur l'organisation des chapitres de quelques diocèses portugais (notamment, les diocèses de Braga Lisbonne, Coimbra, Évora et Lamego), où il est possible de trouver les renseignements prosopographiques sur les individus étudiés.

⁷⁶ Pour certains clercs, précisément vingt-six, nous ignorons leurs parcours au Portugal entre 1279 et 1325, ne connaissant que leur condition d'ecclésiastique – cf. tableau 7, n° 15, 21, 24, 25, 29, 35, 37, 39, 43, 45, 51, 52, 59, 62, 67, 70, 71-74, 84, 88, 92, 94, 98, 102.

⁷⁷ Il s'agit de vingt-cinq clercs non capitulaires – cf. tableau 7, n° 5, 7, 8, 9, 12, 16, 17, 20, 31, 32, 34, 44, 55, 56, 57, 64, 68, 69, 75, 83, 87, 95, 100, 101, 104.

⁷⁸ Il s'agit de vingt-cinq individus – cf. tableau 7, n° 3, 4, 10, 11, 13, 18, 19, 28, 33, 36, 38, 41, 47, 50, 66, 78, 79, 81, 85, 86, 90, 91, 96, 99, 103.

individus ont réussi à accéder aux dignités⁷⁹ et douze ecclésiastiques ont été nommés pour la plus haute charge ecclésiastique séculière, celle d'évêque ou d'archevêque⁸⁰. Dans trois cas, les clercs identifiés ne jouissaient que des portions capitulaires⁸¹. Parallèlement au placement dans les chapitres des cathédrales, la majorité des clercs a accumulé des bénéfices dans des diverses églises séculières non capitulaires, comme prieurs ou portionnaires⁸².

Voyons maintenant la distribution de ces hommes parmi les diocèses du royaume⁸³, d'après le nombre des charges capitulaires qu'ils ont occupées.

Tableau 1 – Nombre d'évêchés occupés par des clercs liés au service du roi (par diocèse)

Braga	Coimbra	Évora	Guarda	Lamego	Lisbonne	Porto	Silves	Viseu
2	3	3	1	-	4	2	2	-

En ce qui concerne les évêchés, le diocèse plus représenté est celui de Lisbonne (avec quatre évêchés occupés par des clercs étudiés) et, ensuite, ceux de Coimbra, Évora et Braga. Les évêchés de Lamego et Viseu n'ont pas été occupés par des ecclésiastiques liés au service du roi, pendant la période en étude.

⁷⁹ Cf. tableau 7, n° 6, 27, 30, 42, 46, 58, 63, 82, 97.

⁸⁰ Cf. tableau 7, n° 2, 14, 23, 26, 40, 48, 60, 65, 77, 80, 89, 93. D'après l'analyse de nos données, le double parcours de ces ecclésiastiques, entre l'Église et l'administration centrale, n'a pas cessé de l'obtention d'une place plus importante dans l'hierarchie capitulaire, comme celui de dignité ou même d'évêque ou d'archevêque. Cependant, nous trouvons cinq exceptions: Afonso Eanes (comme évêque, cf. tableau 7, n°2), Estêvão Gomes (comme archidiacre, cf. tableau 7, n° 27), Gonçalo Pereira (comme évêque et archevêque, cf. tableau 7, n° 48), João Martins de Soalhães (une fois archevêque, cf. tableau 7, n° 60) et Maître Pedro Martins (comme évêque, cf. tableau 7, n° 89).

⁸¹ Cf. tableau 7, n° 53, 54, 76.

⁸² D'accord avec la documentation compulsée, seulement quelques clercs n'ont pas eu des fonctions dans les églises paroissiales, ne faisant parti que du clergé capitulaire – Cf. tableau 7, n° 6, 18, 27, 28, 30, 40, 65, 78, 81, 90, 91, 93, 99. Tous les autres ont accumulé des fonctions dans le chapitre et dans des églises paroissiales.

⁸³ Pendant le règne du roi Denis, quelques clercs avec des carrières dans l'administration centrale ont occupés des charges dans des diocèses à l'extérieur du royaume: Maître Barnabé fut évêque de Badajoz entre 1324 et 1329 (cf. tableau 7, n° 11); Fr. Estêvão a été évêque de Cuenca entre 1322 et 1326 (cf. tableau 7, n° 23); João Soares Alão occupa l'évêché de Leão entre 1313 et 1316 (cf. tableau 7, n° 65); Francisco Simões et Lourenço Egas ont été chanoines de Orense entre 1325 et 1331 et en 1325, respectivement (cf. tableau 7, n° 39, 66); João Miguéis de Acre a été chanoine de Badajoz entre 1282 et 1298 (cf. tableau 7, n° 61).

Tableau 2 – Nombre de dignités occupées par des clercs liés au service du roi (par diocèse)

	Doyen	Chantre	Trésorier	Archidiacre	Maître École
Braga	3	–	1	1	–
Coimbra	1	–	1	2	–
Évora	3	2	–	–	–
Guarda	–	–	–	–	–
Lamego	–	–	–	–	–
Lisbonne	–	–	1	1	1
Porto	1	1	–	–	–
Silves	–	–	–	–	–
Viseu	1	–	–	–	–
Total:	9	3	3	4	1

Relativement aux dignités, les diocèses plus significatifs sont ceux de Braga, Évora et ensuite Coimbra. Une fois plus, Guarda et Lamego (et maintenant aussi Silves) ne présentent aucun cas.

Tableau 3 – Nombre de canonicats occupés par des clercs liés au service du roi (par diocèse)

Braga	Coimbra	Évora	Guarda	Lamego	Lisbonne	Porto	Silves	Viseu
12	10	10	5	2	16	7	2	4

L'occupation des canonicats par ces ecclésiastiques dénonce des caractéristiques semblables: Lisbonne, Braga, Coimbra et Évora sont les diocèses plus représentés. Cependant, au contraire de ce qui c'est passé avec des dignités et des évêques, les chanoines liés au roi étaient répandus par tous les diocèses du royaume.

En regardant ces données, il n'est pas hasardeux d'affirmer que Braga, Lisbonne, Évora et Coimbra ont été, donc, les diocèses où la majorité des clercs avec des fonctions dans l'administration centrale poursuivait leur carrière ecclésiastique. Ainsi, en ce qui concerne la logique d'insertion diocésaine de ces individus, on confirme une tendance déjà connue pour les évêques liés au roi Denis⁸⁴, celle qu'on peut maintenant appliquer aussi aux capitulaires (les

⁸⁴ Cf. HOMEM – *Perspectivas sobre a prelaçia*, p. 1473; VILAR – *O Episcopado*, p. 599-600.

dignités et les chanoines): le intérêt du roi d'influencer ou même de contrôler les sociétés ecclésiastiques les plus bien placés dans l'hierarchie de l'Église, ayant des hommes de sa Cour dans les diocèses les plus importants, comme Braga, Lisbonne, Évora et, on ajoute aussi, Coimbra⁸⁵.

D'autre part, comme on a déjà signalé, ces ecclésiastiques ont occupé des bénéfices, en tant que prieurs, dans les églises séculières non capitulaires. Beaucoup de ces églises faisaient parties du patronage royal et la plupart d'elles se plaçaient dans les diocèses de Lisbonne e Braga⁸⁶. En effet, non seulement au niveau des structures ecclésiastiques capitulaires, mas aussi au niveau des paroissiales, les clerks liés au service royal occupaient les plus hauts charges dans les diocèses-clé du royaume.

Un fois esquissé le cadre général d'insertion de ces hommes dans l'hierarchie ecclésiastique, il faut s'interroger: quel était donc le poids relatif des charges effectivement occupées par ces clerks sur le nombre total des charges dans les chapitres de cathédrales?

Pour répondre à cette question, nous avons établi le nombre précis des charges capitulaires dans chaque diocèse pour la période de 1279-1325, en rassemblant les chiffres déjà présentés par les études académiques sur l'organisation des chapitres portugais. On n'a considéré ici que les évêchés, les dignités et les canonicats. Une fois qu'on analyse une chronologie bien délimitée, on ne peut considérer ici que les diocèses de Braga, Évora, Lisbonne, Lamego et Coimbra⁸⁷.

⁸⁵ Voir ci-après ce qu'on dit sur le poids relatif de ces clerks dans les milieux capitulaires de diocèses mentionnés.

⁸⁶ Les églises les plus représentées ce sont: dans le diocèse de Lisbonne, celle de Ste. Marie de Alcáçova de Santarém (cf. tableau 7, n°: 1, 36, 89, 95, 100) et celle de St. Leonard de Atouguia (cf. tableau 7, n° 8, 14, 77, 96), l'une des plus riches; dans le diocèse de Braga, celle de Ste. Marie de Guimarães (cf. tableau 7, n° 8, 14, 82, 86). Il faut signaler aussi le cas du diocèse de Silves, notamment l'église de St. Clément de Loulé (avec trois cas, 26, 60, 89). Sur l'organisation du patronage royal, cf. SÁ-NOGUEIRA, Bernardo de – A organização do padroado régio durante o reinado de D. Dinis: listas das apresentações (1279-1321). In JORNADAS SOBRE FORMAS DE ORGANIZAÇÃO E EXERCÍCIO DOS PODERES NA EUROPA DO SUL, SÉCULOS XIII-XVIII, 1, Lisboa, 1988 – *Arqueologia do Estado*. Vol. 1. Lisboa: História e Crítica, 1988, 421-445. Cf. aussi, SÁ-NOGUEIRA, Bernardo de – O espaço eclesiástico em território português (1096-1415). In *HISTORIA Religiosa de Portugal*, vol. 1, p. 142-201.

⁸⁷ Cf. LIMA – *O Cabido de Braga*; RODRIGUES, Ana Maria S. A., [et al.] – *Os capitulares bracarenses (1245-1374): notícias biográficas*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2005; VILAR – *As dimensões de um poder*; FARELO – *O Cabido da Sé de Lisboa*; SARAIVA, Anísio – *A Sé de Lamego na primeira metade do século XIV*. Leiria: Magno, 2003; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra*. Il faut signaler que les chronologies étudiées dans les monographies sur les diocèses de Lamego et Coimbra ne coïncident pas exactement avec celle de notre réflexion, 1279-1325. En ce sens, on n'a pas des chiffres pour quelques années du règne de Denis. D'autre part, la thèse sur la cathédral de Coimbra n'étudie que les dignités et les évêchés, ce que nous empêche de connaître, par exemple, la composition du groupe des chanoines.

Les tableaux 4, 5 et 6 confrontent, d'une part, le nombre présenté ci-dessus des charges capitulaires occupées par les clercs liés au roi⁸⁸ et, d'autre part, le nombre total des charges des chapitres pour chaque diocèse.

Tableau 4 – Nombre d'évêchés occupés par des clercs liés au service du roi sur le nombre total de évêchés (par diocèse)

	Braga	Coimbra	Évora	Guarda	Lamego	Lisbonne	Porto	Silves	Viseu
Évêchés identifiés	2	3	3	1	–	4	2	2	–
Total des évêchés	3	6	6	5	6	6	7	5	4
%	66.7	50	50	20	–	66.7	28.6	40	–

En ce qui concerne les évêchés⁸⁹, on constate que les évêques liés au service du roi ont eu un poids très significatif, surtout dans les diocèses les plus importants. D'accord avec les données rassemblées, on peut affirmer qu'à Braga et à Lisbonne, entre 1279 et 1325, les plus hautes charges de l'hierarchie ecclésiastique ont été occupées en majorité par des clercs ayant des carrières dans l'administration central⁹⁰. Les diocèses de Coimbra et Évora ont connu aussi une présence constante des ecclésiastiques liés au roi.

Cependant, un autre diocèse attire notre attention, c'est celui de Silves, où sur un total de cinq prélats connus, deux ont été des clercs avec des carrières dans la Cour, c'est-à-dire, quarante pourcent des effectifs. Malgré le fait que ce diocèse fut un des plus périphériques pour l'Église – tels que les diocèses de Lamego ou Viseu où il n'y avait aucun évêque lié au service du roi – le diocèse de Silves a été probablement l'un des plus stratégiques dans la consolidation territoriale du pouvoir royal sur l'Algarve⁹¹. En ce sens, on peut ainsi peut-être mieux comprendre ces résultats.

⁸⁸ Voir les tableaux 1, 2 et 3.

⁸⁹ Pour voir la liste complète des évêques de tous les diocèses portugais, pendant 1279 et 1325, cf. JORGE, Ana Maria C. M., coord. – *Episcopologio* (Catálogo dos bispos católicos portugueses). In *DICIONÁRIO de História Religiosa. C-I*, p. 131-141.

⁹⁰ Cf. pour Braga, Martinho Peres de Oliveira (tableau 7, n° 80), João Martins de Soalhães (tableau 7, n° 60); pour Lisbonne, Domingos Eanes Jardo (tableau 7, n° 14), João Martins de Soalhães (tableau 7, n° 60), Frei Estêvão (tableau 7, n° 23) et Gonçalo Pereira (tableau 7, n° 48).

⁹¹ Sur la conquête de l'Algarve et son importance politique, Voir HENRIQUES, António Castro – *Conquista do Algarve:1189-1249: o Segundo Reino*. Lisboa: Tribuna da História, 2003.

Tableau 5 – Nombre de dignités occupées par des clercs liés au service du roi sur le nombre total de dignités (T.) (par diocèse)

	Doyen	T.	Chantre	T.	Tresorier	T.	Archidiacre	T.	Maitre École	T.	Dignités identifiées	Total de dignités	%
Braga	3	6	–	5	1	6	1	14	–	3	5	34	14.7
Coimbra	1	7	–	4	1	7	2	11	–	2	4	31	12.9
Évora	3	4	2	3	–	2	–	–	–	–	5	9	55.6
Guarda	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Lamego	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Lisbonne	–	3	–	5	1	5	1	7	1	2	3	22	13.6
Porto	1	–	1	–	–	–	–	–	–	–	2	–	–
Silves	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Viseu	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1	–	–
Total:	9	–	3	–	3	–	4	–	1	–	20	–	–

Tableau 6 – Nombre de canonicats occupés par des clercs liés au service du roi sur le nombre total de canonicats (par diocèse)

	Braga	Coimbra	Évora	Guarda	Lamego	Lisbonne	Porto	Silves	Viseu
Canonicats identifiés	12	10	10	5	2	16	7	2	4
Total des canonicats	68	–	41	–	27	61	–	–	–
%	17.6	–	24.4	–	7.4	26.2	–	–	–

Pour ce qui est les dignités et les canonicats, nous constatons une présence plus modérée des ecclésiastiques « du roi ». La majorité n'a occupé qu'environ quinze pourcent des charges capitulaires. Cependant, une exception: les cas des dignités du diocèse de Évora. Dans ce diocèse, les dignités de doyens et de chantes ont été occupées en majorité par des clercs liés au service du roi⁹².

⁹² On ne peut considérer que les charges de doyens, chantre et trésorier, une fois que les charges de archidiacre et de maître-école sont apparues plus tardivement dans l'organisation capitulaire de Évora. Cf. VILAR – *As dimensões de um poder*, p. 153-160.

D'accord avec tous ces résultats, il est possible d'admettre que le roi Denis a réussi à placer «ses clercs» dans les diocèses et dans les charges ecclésiastiques plus décisifs pour l'affirmation du pouvoir royal. Il a aussi favorisé quelques carrières déjà établies pour les clercs de sa Cour, dans la mesure où elles pouvaient être avantageuses pour le roi dans le rapport avec l'Église.

Le cas de l'épiscopat est le plus frappant et celui qu'on connaît déjà bien, par le biais des études d'Armando Luís de Carvalho Homem et d'Hermínia Vilar sur les prélats au temps du roi Denis, où ces auteurs ont posé quelques lignes de réflexion sur les carrières ecclésiastiques et politiques de certains évêques, surtout les plus renommés et les plus proches du roi, tels que Domingos Eanes Jardo, Martinho Peres de Oliveira, João Martins de Soalhães et Geraldo Domingues⁹³.

Cependant, il faut reconnaître aussi l'importance d'autres évêques qui, par contre, nous connaissons encore mal, peut-être parce qu'ils ont été moins visibles autour du roi. Pourtant, ils réussirent des carrières très significatives. Le cas de Afonso Eanes a été, à ce propos, très remarquable⁹⁴. Il a été évêque du diocèse de Silves entre 1313 et 1331. Entre 1291 et 1313, il est documenté comme chanoine de trois diocèses, dont les dates précises on méconnaît: Évora, Braga – où il a réussi à être élu à l'archevêché – et Viseu. Quelques années auparavant, autour de 1299, il fut prieur de l'église de St. Pierre d'Óbidos, dans le diocèse de Lisbonne et, pendant les années de 1308 et 1309, il apparaîtra dans la documentation comme abbé du monastère de St. Sauveur de Vila Cova, dans l'archidiocèse de Braga. Il a été aussi l'administrateur de l'hôpital de St. Éloi à Lisbonne (1291-1303), ce qui trahi son insertion familiale: il fut neveu du fondateur de cet établissement, l'incontournable Domingos Eanes Jardo⁹⁵.

D'autre part, le cas cité ci-dessus de l'importance des clercs liés au roi parmi les dignités du diocèse d'Évora nous montre comme l'influence du monarque s'exerçait aussi au niveau des capitulaires, surtout de ceux les plus bien placés, comme les doyens et les chantres. Le cas de Rui Soares⁹⁶ peut élucider mieux que quiconque ce que nous tentons démontrer. Au-delà d'autres fonctions occupées dans l'Église, comme chanoine et archidiaque, cet ecclésiastique a été simultanément doyen des diocèses de Évora et de Braga entre 1300/1301 et 1309.

⁹³ Cf. HOMEM – *Perspectivas sobre a prelaçia*, p. 1474-1475; VILAR – *O Episcopado*, p. 581-603. Voir aussi TEIXEIRA, Vítor Gomes – D. Fr. Estêvão, OFM: de Portugal a Avinhão, entre a fidelidade e a ingratidão. In *PORTOGALLO mediterraneo*. A cura di Luís Adão da Fonseca e Maria Eugenia Cadeddu. Cagliari: Consiglio Nazionale delle Ricerche-Instituto sui rapporti italo-iberici, 2001, 39-74; VILAR, Hermínia Vasconcelos; BRANCO, Marta Castelo – Servir, gouverner et leguer: l'évêque Geraldo Domingues (1285-1321). In *A IGREJA e o Clero Português*, p. 93-116; COELHO, Maria Helena da Cruz – O arcebispo D. Gonçalo Pereira, p. 389-462; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – La famille d'Ébrard, p. 75-91.

⁹⁴ Cf. tableau 7, n° 2.

⁹⁵ IAN/TT, *Colégio de Santo Elói de Lisboa*, liv. 11, fol. 418, entre autres.

⁹⁶ Cf. tableau 7, n° 97.

Pendant ces années, Rui Soares a été clerc du roi, *ouvidor* et procureur du monarque, et rédacteur dans la chancellerie royal. En 1309, il a confirmé le III^e «Concordat», signé entre le roi Denis et le clergé portugais⁹⁷.

On pense que Rui Soares pose un cas très suggestif d'une carrière poursuivie entre la Cour et les chapitres de deux de plus significatifs diocèses. Peut-être un exemple d'une carrière que le roi et aussi l'Église, selon leurs intérêts, voulaient encourager.

Finalement, le roi Denis semblait prétendre aussi contrôler le recrutement des priorats de quelques églises paroissiales, notamment celles les plus importantes, dont il détenait le droit de patronage comme les collégiales de Ste. Maria da Alcáçova à Santarém ou de Ste. Marie à Guimarães⁹⁸. Ainsi se comprend le grand nombre de clercs de l'entourage royal présentés à ces priorats tout au long de son règne. L'accumulation des bénéfices, tels que ceux-ci, avec un canonicat ou même avec des dignités dans les plus importants diocèses du royaume⁹⁹, nous semble stratégique, soit pour le clerc (évidemment)¹⁰⁰, soit pour le roi Denis.

En ce sens, le service du roi pourrait s'étendre au-delà de la Cour, dans une siège épiscopal ou dans une église quelconque.

3. À LA RECHERCHE D'UNE TROISIÈME VOIE...

L'existence d'individus insérés simultanément dans les deux structures de pouvoir que nous venions de voir pose le problème des réseaux de solidarités implicite à cette double insertion, bien comme la question de la place du roi et de la reine dans ceux-ci. Evidemment, la participation de certains de ces clercs dans les circuits d'influence, dont les figures royales sont le centre, justifie certainement

⁹⁷ Sur cette dernière donnée, cf. VILAR – *As dimensões de um poder*, p. 334-335.

⁹⁸ En ce qui concernait la nomination des évêques, Hermínia Vilar a déjà souligné la capacité croissante du roi en intervenir et contrôler ce sujet de l'Église (Cf. VILAR – *O episcopado*, p. 599-601). On ajoute à cette idée que le contrôle royal s'exerçait aussi, de certaine façon, au niveau capitulaire et paroissiale.

⁹⁹ Pour illustrer cette circonstance, voir, par exemple, les cas de Francisco Domingues (il a été prieur de l'église de Ste. M. de la Alcáçova de Santarém et aussi chanoine de Lisbonne et Braga – cf. n° 36), Paio Domingues (il a été prieur de Ste. M. de Guimarães et aussi chanoine et doyen d'Évora – cf. n° 82) et Rui Domingues (il a été prieur de St. Leonard d'Atouguia et aussi chanoine de Braga et Lisbonne – cf. n° 96).

¹⁰⁰ L'une des caractéristiques plus communes à tous ces hommes a été l'accumulation des bénéfices dans les diocèses, ce qu'il a amené, sans doute, à l'absentéisme, comme on le sait déjà. Cependant, nous pensons que dans les cas en étude cette question se posa plus régulièrement, uns fois que ces hommes n'accumulaient pas seulement des fonctions capitulaires et paroissiales, mais ils accumulaient aussi des charges dans une autre sphère, celle de l'administration royale. Et, à cause de leur service du roi, quelques fois le placement de ces individus était naturellement dépendant des itinéraires royaux et de la Cour. Comme piste d'investigation, il peut être intéressant de confronter les lieux diocésains d'insertion de ces clercs avec l'itinéraire du roi Denis.

bon nombre d'insertions dans l'administration centrale. En outre, cette appartenance cautionne de forme effective l'intercession royale lorsqu'il est question d'obtenir des bénéfiques ecclésiastiques mineurs et majeurs. Or, nous voudrions attirer l'attention pour un phénomène parallèle, à savoir les réseaux d'influence dont le roi et la reine font partie, mais où ils ne jouent pas un rôle central. Nous pensons aux solidarités organisées autour de certains clercs du roi dont le *valimento* auprès de l'entité royale et une connaissance supérieure de la Curie apostolique leur ont assuré une promotion, non seulement dans la direction des affaires administratifs ou de représentation du roi, mais aussi dans l'accès à des importantes carrières épiscopales. Bien entendu, les mécanismes d'ascension sociale de ces quelques clercs et le phénomène de placement de leurs clientèles dans les institutions ecclésiastiques ne sont pas inconnus, comme en témoigne le dernier numéro paru de la revue *Lusitania Sacra*, publié par le Centre d'Études d'Histoire Religieuse de l'Université Catholique Portugaise¹⁰¹. En ce sens, nous voudrions insister seulement sur le fait que ces mécanismes semblent tout aussi opératifs au niveau de l'administration dionysienne.

Pour ce groupe restreint de *privados* ecclésiastiques du roi, formé par Domingos Jardo¹⁰², Martinho Peres de Oliveira¹⁰³, João Martins de Soalhães¹⁰⁴ et Geraldo Domingues¹⁰⁵, pour n'en nommer que les plus célèbres, le service de l'Etat fut beaucoup plus que le service strict du roi. Il fut aussi la possibilité d'influencer les rouages administratifs royaux en les peuplant avec des effectifs loyaux. En définitif, il s'agissait alors de créer, par ce service, une véritable toile d'influence dont les objectifs principaux étaient le resserrement des liens et l'enracinement sociopolitique des groupes familiaux qu'ils représentaient à la cour royale. Nous avons ainsi trouvé des indices d'endogamie pour certains d'entre eux, de même qu'une propension à l'alliance de leurs familles avec d'autres officiers royaux laïcs. Selon notre point de vue, c'est au niveau de cette stratégie de promotion individuelle et familiale que nous pouvons situer cette troisième voie pour les ecclésiastiques au Moyen Âge.

Au moins deux indicateurs nous autorisent cette idée. D'abord, l'existence de solidarités familiales entre ces clercs et juges du roi. Sur cette question, il est particulièrement significatif le repérage de neveux qui, dans le cadre d'un népotisme en règle, parvinrent à des importantes carrières dans l'épiscopat

¹⁰¹ COSTA, Maria Antonieta Moreira da – Nepotismo e poder na Arquidiocese de Braga (1245-1374). *Lusitania Sacra*. 18 (2005) 117-140 et FARELO, Mário – A quem são teúdos os barões e sages cônegos? Perspectivas sobre as redes de solidariedade no Cabido da Sé de Lisboa (1277-1377). *Lusitania Sacra*. 17 (2005) 141-182.

¹⁰² VILAR – *As Dimensões de um poder*, p. 62-66.

¹⁰³ *Ibidem*, p. 147 entre outras e SARAIVA – *A Sé de Lamego*, p. 66 e respectiva bibliografia aí citada.

¹⁰⁴ LIMA – *O Cabido de Braga*, p. 96-99 e FARELO, Mário – A quem são teúdos, p. 154-157.

¹⁰⁵ VILAR; CASTELO BRANCO – *Servir, gouverner et leguer*, p. 95-116.

lusitanien¹⁰⁶. La liaison par le sang se doublait alors d'une relation de confiance, laquelle se matérialisait, comme pour d'autres proches, dans leur nomination comme procureurs, vicaires-généraux ou même exécuteurs testamentaires de ces quelques *privados*.

Mais, malgré ce que l'on vient de dire, cette réussite – car l'insertion entre l'État et l'Église doit être perçue comme une réussite – n'a pas toujours dépendu seulement de la génétique. En fait, pour bon nombre de ces individus, il ne suffisait pas de naître, comme l'a avoué Bernard Guenée¹⁰⁷. En vérité, l'inclusion dans l'administration royale de ces effectifs dépendait aussi de leurs compétences techniques. En premier lieu, il est fort sage d'avouer que la question de leur formation n'est pas très bien connue, puisque nous avons rassemblé un nombre peu important de données sur la carrière universitaire de nos effectifs¹⁰⁸. Sur ce sujet, et même si le *studium* de Lisbonne-Coimbra, fondé pendant ce même règne dionysien, ait dû remplir sa fonction première de formation des futurs officiaux royaux, il est clair qu'un séjour d'étude à l'étranger – comme celui de Gonçalo Pereira à Salamanque¹⁰⁹, de même que une randonnée plus rapide, comme celle effectuée à Paris et Montpellier au début du XIV^e siècle par les futurs évêques Rodrigo Peres e João Afonso de Brito – serait considéré comme un atout fondamental¹¹⁰. Formés *in terra aliena*¹¹¹ ou sur place, le passage de ces clercs du *studium* à la administration royale pouvait être directe, comme suggéré par le cas de Vasco Martins, étudié récemment par Maria Helena da Cruz Coelho e Anísio Saraiva¹¹². Cependant, les données recueillies montrent également que bon

¹⁰⁶ Domingos Eanes Jardo, Francisco Peres, Geraldo Domingues, Mestre Pedro, Mestre Martinho Peres furent oncles respectivement d'Afonso Eanes, João Eanes [Vinagre], Vasco Martins, Lourenço Peres II, Rui Domingues. Les clercs du roi Francisco Domingues et Henrique Esteves furent neveux de l'évêque de Coimbra, Pedro Martins. Voir respectivement: IAN/TT, *Colégio de Santo Elói de Lisboa*, liv. 11, fol. 418; FARELO – *O Cabido da Sé de Lisboa*, vol. 2, p. 399-404; VILAR; CASTELO BRANCO – Servir, gouverner et leguer, p. 98-108; FARELO, Mário – Ao Serviço da Coroa no século XIV: o percurso de uma família de Lisboa, os "Nogueiras". In *ACTAS do II Colóquio Nova Lisboa Medieval: os Rostos da Cidade, 9-11 Dezembro 2004*. Lisboa: Livros Horizonte (en voie de publication); IAN/TT, *Gav. XIX*, m. 14, n° 3, fol. 55 et *Leitura Nova*, livro 1^a de Padroados, fol. 32v; MORUJÃO – *A Sé de Coimbra*, p. 146.

¹⁰⁷ GUENÉE, Bernard – *Entre l'Église et l'État: quatre vies de prélats français à la fin du Moyen Âge (XIII^e-XV^e siècle)*, Paris: Gallimard, 1987, p. 20.

¹⁰⁸ Entre autres, Vasco Martins a été étudiant dans le *studium* de Lisbonne avant d'être devenu clerc du roi; Gil das Leis fut professeur de droit civil dans ce même *studium*; Me. Lourenço [Martins de Barbudo] fut docteur en Droit canon et Afonso Pais étudia à Avignon après avoir été *Ouidor das Suplicações*. Voir respectivement COELHO; SARAIVA – D. Vasco Martins, p. 128; IAN/TT, *Gav. V*, m. 1, n. 46; FARELO, Mário – A quem são teúdos, p. 179 et *LETTRES communes du pape Jean XXII*, n. 6234.

¹⁰⁹ COELHO – O arcebispo D. Gonçalo Pereira, p. 391.

¹¹⁰ SARAIVA – *A Sé de Lamego*, p. 63-64.

¹¹¹ Voir sur ce concept FARELO, Mário Sérgio da Silva – *La peregrinatio academica portugaise vers l'Alma mater parisienne, XII^e-XV^e siècles*. Montréal, 1999, p. 2-3. Mémoire de maîtrise en Histoire: Université de Montréal.

¹¹² COELHO; SARAIVA – D. Vasco Martins, p. 119-136.

nombre de futurs clercs du roi étaient rompus à la corvée quotidienne du jugement processuel dans le cadre des audiences ecclésiastiques dirigées par leurs patrons. C'est notamment le cas de Geraldo Domingues, João Martins e Gonçalo Eanes à Braga¹¹³; Martinho Soares à Porto¹¹⁴; João Martins de Soalhães à Coimbra¹¹⁵; João Migueis de Acre à Santarém¹¹⁶; Afonso Pais, Estêvão Eanes Bocharo, Gonçalo Fernandes, João Eanes à Lisbonne¹¹⁷. Cette constatation est majeure puisqu'elle indique que le rôle des clercs dans l'administrative royale ne dépend seulement des solidarités familiales, mais aussi de l'expérience.

Somme toute, les clercs sont bien présents dans l'administration centrale dionysienne. D'une part, en gardant l'influence transmise de l'époque antérieure et, de l'autre, en s'immiscent dans les postes entre-temps créés ou institutionnalisés. La portée ecclésiastique de ce groupe semble davantage accrue par l'accès au haut clergé. Cet épiscopat – que nous pourrions qualifier sans abus comme dionysien pour les deux dernières décennies du règne – sera, dans les deux décennies suivant la mort du monarque, très attaché à deux importantes serviteurs dionysiens, à savoir le tandem Gonçalo Pereira et Vasco Martins. Seulement à partir de la décennie de 1340 pourra Alphonse IV placer efficacement certains de ces clercs dans l'épiscopat lusitanien, tout en partageant les places disponibles avec les curiales avignonais¹¹⁸.

De plus, l'action entre l'Église et l'État apporta pour certains d'entre eux une véritable et solide promotion socio-économique, mesurable par les chapellenies

¹¹³ IAN/TT, *Gav.* XIX, m. 4, n. 19; IDEM, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2^e inc., m. 91, n. 4393; RODRIGUES, [et al.] – *Os capitulares bracarenenses*, p. 61.

¹¹⁴ IAN/TT, *Ordem dos Pregadores*, Convento de S. Domingos de Lisboa, liv. 26, fol. 432.

¹¹⁵ SANTOS, Ana Paula Figueira – *A fundação do mosteiro de Santa Clara de Coimbra: da instituição por D. Mor Dias à intervenção da rainha Santa Isabel*. Vol. 2. Coimbra, 2000, docs. 8, 32k, 32n, 33c, 56aa, 66a. Mémoire de Maîtrise en Histoire Médiévale: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

¹¹⁶ IAN/TT, *Mosteiro de Santa Maria de Chelas*, m. 10, n. 191.

¹¹⁷ FARELO – *O Cabido da Sé de Lisboa*, vol. 2, p. 18, 61, 227, 400.

¹¹⁸ Comme l'épiscopat lusitanien pendant le règne d'Afonso IV n'a pas été traité de façon spécifique, nous émettons cette idée à partir de l'étude des liaisons attestées entre l'archevêque Gonçalo Pereira et Vasco Martins avec les nouveaux évêques de la période. Parmi ceux-ci se dénombrent Bartolomeu Eanes, vicaire-général de D. Gonçalo, en 1323, et évêque de Guarda (1326-1345); le propre Vasco Martins, procureur de Gonçalo Pereira et ensuite évêque de Porto (1328-1342) et de Lisbonne (1342-1344); Pedro Afonso, neveu de cet archevêque, évêque de Silves (1331-1333), Astorga (1333-1342) et Porto (1343-1357); João des Préz, neveu du cardinal-évêque de Penestrina – ce dernier surgissant dans les sources comme grand ami de Gonçalo Pereira – évêque de Coimbra (1334-1338); Vasco Lourenço, neveu de l'évêque de Porto et Lisbonne, Vasco Martins, évêque de Silves (1350-1365) (à partir de *LETTRES communes du pape Jean XXII...*, n. 24875; Arquivo Distrital de Braga, *Colecção Cronológica*, portefeuille 9, n. 372; MARQUES, A. H. de Oliveira – *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Editorial Presença, 1987, p. 227, 229; Arquivo Distrital de Braga, *Colecção Cronológica*, portefeuille 9, n. 382; *MONUMENTA Portugaliae Vaticana*, vol. 1, p. 67, n. 109. Bien entendu, l'éclaircissement de cette question appelle en outre une connaissance des relations de cet épiscopat avec Afonso IV et avec la Curie apostolique qui dépasse de beaucoup l'objectif du présent travail. En ce sens, nous voulons seulement poser ici la problématique en espérant pouvoir revenir sur celle-ci prochainement.

qu'ils fondent, par les anniversaires qu'ils établissent, par les majorats qu'ils organisent, entre autres indicateurs. Leur vie privée sera désormais tout autant rappelée que leur vie publique. En conséquence, les clercs proches de la royauté n'auront, plus tard, qu'à suivre ces modèles.

En terminant, reconnaissons que dans le brossage rapide de ce tableau nous avons passé sous silence les liaisons certes très significatives et très riches de sens de nos clercs avec les grands personnages de l'Église, les papes et les cardinaux. Cela reste, toutefois, une autre histoire, digne d'un autre colloque, d'un autre projet¹¹⁹.

Tableau 7 – Les trajectoires dans les sphères royales et ecclésiastiques des clercs au service du roi Denis (1279-1325)

ID	Nom	Parcours dans la sphère royale	Parcours dans la sphère ecclésiastique
1	Afonso Domingues Salgado	CR Denis (s.d.); OR (1327-1338) ¹²⁰	Ch. Silves (1332-1339); Ch. Ste. M. Alcáçova de Santarém (1332-1333) ¹²¹
2	Afonso Eanes	CR (1301-1313); Sjr (1302); OFR/OR (1303-1313) Rédacteur (1301-1313) ¹²²	Ch. Évora (1291-1313); Pr. St. Pierre Óbidos (1299); Ch. Braga (1303-1313); Ch. Viseu (...-1313); Ab. St. Sauveur Vila Cova (1308-1309); El. Braga (1313); Ev. Silves (1313-1331) ¹²³

¹¹⁹ La question des groupes de pression constitués par les cardinaux et les relations de ceux-ci avec les souverains des royaumes de la Chrétienté occidentale a bénéficié récemment d'une intention soutenue. (FAVIER, Jean – *La Papauté d'Avignon*. Paris: Fayard, 2006). Il reste que, bien entendu, l'intérêt de l'auteur se centre dans un espace géographique encadré par le royaume de la France et la péninsule italienne, n'abordant logiquement que de façon très marginale le cas ibérique. Cette future étude devra reposer sur un dépouillement exhaustif des sources pontificales, sans oublier la documentation conservée dans les fonds monastiques et conventuelles des archives portugaises, car, parfois, seulement dans ceux-ci se retrouve les traces de l'occupation de bénéfices ecclésiastiques par les curiales, ainsi que l'attestation des relations entre ceux-ci et les ecclésiastiques lusitaniens.

¹²⁰ BRANDÃO, Francisco – *Monarquia Lusitana. Quinta Parte*. 3e édition, introduction d'António da Silva R GO, notes d'António Dias FARINHA e Eduardo dos SANTOS. Lisboa: INCM, 1976, fol. 215v (s.d.); IAN/TT, *Gav. VII*, m. 12, n° 15 (1327); HOMEM – *O Desembargo Régio*, n° 5 (1338) Désormais, le chiffre iniqué suivant le titre de l'ouvrage correspond au numéro de la biographie en appendix et non à la page.

¹²¹ *LETTRES communes du pape Jean XXII*, n° 55624 (1332); *LETTRES communes du pape Benoît XII (1334-1342) analysées d'après les registres dits d'Avignon et d'Avignon*. Ed. de J. M. VIDAL. Paris: École Française de Rome, 1903-1911, n° 6825 (1339); IAN/TT, *Mesa da Consciência e Ordens*, Convento de S. Bento de Avis, m. 4, n° 422 e 423 (1332 e 1333).

¹²² IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, Livre 3, fol. 14 (1301); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 4, fol. 65 (1313); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 20v (1302), fol. 23 (1303).

¹²³ IAN/TT, *Mosteiro de Alcobaça*, 1^a inc., Documents Particulaires (DP), m. 19, n° 8 (1291); *REGESTVM Clementis papae V*, n° 10053 e *MONUMENTA Portugaliae Vaticana*, vol. 2, p. XXXVI-XXXVII (1313); IAN/TT, *Gav. XI*, m. 3, n° 9 (1299); IAN/TT, *Leitura Nova*, livro dos Direitos Reais, 2, fol. 206-207 (1303); IAN/TT, *Mosteiro de Alcobaça*, 2^a inc., m. 21, n° 502b (1308-1309); *REGESTVM Clementis papae V*, n° 9712, 9723, 10053, 10100, 10101 (1313); *LETTRES communes du pape Jean XXII*, n° 54380 (1331); VILAR – *As dimensões de um poder*, p. 339-340; RODRIGUES, [et al.] – *Os capitulares bracarense*, p. 215, 221; LIMA – *O Cabido de Braga*, p. 95.

ID	Nom	Parcours dans la sphère royale	Parcours dans la sphère ecclésiastique
3	Afonso Martins I	CR (1282-1312); FmR (1312); VChR (1302-1319); ChR (1319); VChR (1319) Rédacteur (1302-1319) ¹²⁴	Pr. Ste. M. Povos (1282-1327); Qt. Lisbonne (....-1303); Demi-Ch. Lisbonne (1303-1312); Ch. preb. Viseu (1308-1319); Ch. preb. Lisbonne (1312-1327) ¹²⁵
4	Afonso Martins II	CR (1314-1325) ¹²⁶	Pr. Ste. M. Cheleiros (1314?-1326); Demi-Ch. Porto (1325); Port. St. Martin Sintra (1325); Prov. apost. can. sub. exp. preb. Coimbra (1325) ¹²⁷
5	Afonso Martins III	CR (1318) ¹²⁸	Rt. St. Martin Mouros (1318) ¹²⁹
6	Afonso Pais	OS (1306-1307); CR (1309) Rédacteur (1309) ¹³⁰	Demi-Ch. Lisbonne (1301-1303); ME Lisbonne (1303-1326); Vic. Lisbonne (1306) ¹³¹
7	Afonso Peres	CR (1301) Rédacteur (1301) ¹³²	Pres. à l'égl. Ste. M. Madeleine Monforte (1301) ¹³³
8	Afonso Soares	SjR (1265-1282) Rédacteur (1280-1282) ¹³⁴	Rt. St. Leonard Atoguia (1271); Pr. Ste. M. Guimarães (1280-1282) ¹³⁵

¹²⁴ IAN/TT, *Gav. XIX*, m. 14, n° 3, fol. 1 et IAN/TT, *Leitura Nova*, Livro dos Padroados, 2, fol. 5v (1282); *REGESTVM Clementis papae V*, n° 8142 (1312); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 20v (1302), ce qui permet corriger la date de 1300 proposée sans référence documentaire par FARELO – *O Cabido da Sé de Lisboa*, vol. 2, p. 157; IAN/TT, *Gav. VII*, m. 2, n. 6 (1319); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 4, fol. 82v (1319/10/26); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 129 (1319/11/20). Il agit comme rédacteur en 1308 au lieu du chancelier (IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 61v).

¹²⁵ FARELO – *O Cabido da Sé de Lisboa*, vol. 2, p. 156-160.

¹²⁶ IAN/TT, *Gav. XIX*, m. 14, n° 3, fol. 54v et IAN/TT, *Leitura Nova*, Livro dos Padroados, 1, fol. 32 [ce dernier daté du 1304/2/8] (1314); *LETTRES communes du pape Jean XXII*, n° 21464 (1325).

¹²⁷ Présenté à l'égl. de Ste. Marie de Cheleiros par le roi le 1314/2/8 (IAN/TT, *Gav. XIX*, m. 14, n° 3, fol. 54v et IAN/TT, *Leitura Nova*, Livro dos Padroados, 1, fol. 32); *LETTRES communes du pape Jean XXII*, n° 21464 (1325); FARELO – *O Cabido da Sé de Lisboa*, vol. 2, p. 445.

¹²⁸ IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 118 (1318).

¹²⁹ *Ibidem*.

¹³⁰ IAN/TT, *Mosteiro de Alcobaça*, 2^a inc., m. 14, n° 310 (1306); IAN/TT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2^a inc., m. 101, n° 4876 (1307); ADV, Pergaminhos, n° 15 (1309); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, Livre 4, fol. 50v (1309). Il s'agit vraisemblablement du clerc du roi qui dépêche entre 1299 et 1301 (IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 4, fol. 9-18) et qui est sur-juge du roi en 1302 (IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 20v).

¹³¹ FARELO – *O Cabido da Sé de Lisboa*, vol. 2, p. 17-21. Il est possible qu'il ait bénéficié d'un canonicat à Lisbonne en 1302. Arquivo Distrital de Braga (ADB), *Gaveta das Religiões e Mosteiros*, n° 26E.

¹³² IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 4, fol. 16v (1301).

¹³³ IAN/TT, *Gav. VII*, m. 9, n° 6 (1301).

¹³⁴ VENTURA – *A nobreza de corte*, p. 1040 (1265); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 2, fol. 15v (1280); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 1, fol. 45v (1282).

¹³⁵ IAN/TT, *Gav. X*, m. 3, n° 11 (1271), IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 2, fol. 15v-16 (1280-1281); Arquivo do Cabido da Sé de Évora, CH6 (1282).

ID	Nom	Parcours dans la sphère royale	Parcours dans la sphère ecclésiastique
9	Me António	CR (1312-1321); OC (1319) Rédacteur (1319) ¹³⁶	Pr. St. Sauveur Lisbonne (1312-1336) ¹³⁷
10	António Martins	CR (1309-1323); OAH (1309, 1319-1323); FmR (1312) Rédacteur (1309, 1319-1323) ¹³⁸	Ch. Silves (1312); Rt. St. Pelage Arouca (1312) ¹³⁹
11	Me Barnabé	CR (1316); FR (1311-1319) ¹⁴⁰	Rt. St. Pierre Penalva (1312); Ch. Coimbra (1320-1324); Ch. Viseu (1324); Ev. Badajoz (1324-1329); Ev. Osma (1329-1331) ¹⁴¹
12	Domingos Eanes I	CR (1290) ¹⁴²	Pr. Anças (1290) ¹⁴³
13	Domingos Eanes II	CR (1319-1324); O (1321-1322); FmR (1322) Rédacteur (1319-1324) ¹⁴⁴	Ch. preb. Porto (1319-1331); Rt. St. Michael Aveiro (1322-1324); Ch. preb. Guarda (1324); Col. apost. can sub exp. preb. Évora en considération du roi (1322,1324); Col. apost. can sub exp. preb. Viseu en considération du roi (1324); Ch. Évora (1325-1341) ¹⁴⁵

¹³⁶ IAN/TT, *Ordem dos Pregadores*, Convento do Salvador de Lisboa, m. 20, n° 390 (1312 et 1321); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 129v et IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 4, fol. 1 (1319). Il est mort de la peste en 1348 (IAN/TT, *Ordem dos Pregadores*, Convento do Salvador de Lisboa, m. 21, n° 414).

¹³⁷ IAN/TT, *Ordem dos Pregadores*, Convento do Salvador de Lisboa, m. 20, n° 390 (1312 et 1321), m. 14, n° 261 (1336).

¹³⁸ IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 66-67 (1309); HOMEM – *O desembargo régio*, n° 38 (1323); *REGESTVM Clementis papae V*, n° 8145 (1312); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 125v (1319). Il est mort avant le 1324/08/25 (IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 161).

¹³⁹ *REGESTVM Clementis papae V*, n° 8145 (1312).

¹⁴⁰ IAN/TT, *Gav. XIX*, m. 2, n° 22 (1311); IAN/TT, *Gav. XIX*, m. 6, n°3 (1316); IAN/TT, *Mosteiro de Alcoçaba*, Livro 2º dos Dourados, fol. 110-111 (1319).

¹⁴¹ IAN/TT, *Gav. XIX*, m. 2, n° 22 (Présenté par le roi à l'égl. de St. Pierre de Penalva le 1311/12/9 et la confirmation en 1312); IAN/TT, *Gav. XIX*, m. 6, n° 3 (Présenté par le roi à l'égl. de Ste. Marie de Algodres le 1316/08/14); *LETTRES communes du pape Jean XXII*, n° 12360 (1320), 19 982 (1324), 21 338, 21 462, 22 101 (1325), 44 344, 45 742, 46 995 (1329), 52 558 (1331).

¹⁴² IAN/TT, *Gav. XIX*, m. 5, n° 24 (1290).

¹⁴³ IAN/TT, *Gav. XIX*, m. 5, n° 24 (1290). Il a été présenté à l'égl. de St. Cucufate de Moita par les respectifs paroissiens.

¹⁴⁴ IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, f. 126v (1319); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 4, fol. 97 (1324); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 143 (où il surgit comme *ouvidor ah hoc* et non comme *ouvidor dos feitos do rei*. Voir HOMEM – *O Desembargo Régio*, p. 291); *LETTRES communes du pape Jean XXII*, n° 15667 (1322); HOMEM – *O Desembargo Régio*, n° 51 (1324).

¹⁴⁵ IAN/TT, *Ordem dos Cônegos Regrantes de Sto. Agostinho*, Mosteiro de S. Vicente de Fora, 1ª inc., m. 6, n° 20 (1319); *LETTRES communes du pape Jean XXII*, n° 55229 (1331); *LETTRES communes du pape Jean XXII*, n° 15667, 16560, 16561 (1322); *LETTRES communes du pape Jean XXII*, n° 19202 (1324); VILAR – *As dimensões de um poder*, p. 345 (1325-1341).

ID	Nom	Parcours dans la sphère royale	Parcours dans la sphère ecclésiastique
14	Domingos Eanes Jardo	CpR Alphonse III (s.d.); CR (1270-1278, 1280-1281); ChR (1279, 1281-1290, 1291) ¹⁴⁶	Pr. égl. Mogadouro (s.d.); Prés. au priorat de Ste. Marie Guimarães par le roi (1279); Prés. au rectorat de St. Leonard Atoguia par le roi (1280et 1280); Ch. Évora (1262-1281); El. Lisbonne (1283-1284); Ev. Évora (1284-1289); Ev. Lisbonne (1290-1293) ¹⁴⁷
15	Domingos Martins	CR (1305-1315); OFR (1305); O (1307-1315); PR (1306-1317) Rédacteur (1305-1317) ¹⁴⁸	
16	Domingos Mendes	CR (1294) ¹⁴⁹	Pr. St. Sauveur Enfesta (1302) ¹⁵⁰
17	Domingos Peres	CR/FmR (1325) ¹⁵¹	Ch. Viseu (1327-1331); Rt. Codesosa (1327) ¹⁵²

¹⁴⁶ VILAR – *As dimensões de um poder*, p. 62 (s.d.); VENTURA – *A nobreza de corte*, p. 1046 (1270-1278); IAN/TT, *Gav. XIX*, m. 3, n° 47, [fol. 3] (1280/2/8); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 1, fol. 41v (1281/4/24); IAN/TT, *Gav. XIX*, m. 3, n° 47, [fol. 1v] (1279/6/24); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 1, fol. 34v (1281/7/19); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 1, fol. 275v-276 (1290/10/26); IAN/TT, *Mosteiro de Alcobaca*, 1^a inc, DP, m. 18, n° 8 (1291/4/00). La fluctuation de la désignation de João Peres de Alprão comme «chancelier»/«Au lieu du chancelier»/«Celui qui tient la chancellerie de mandat du roi» entre 1290/11/8 (IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 1, fol. 279v) et 1291/3/17 (IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 2, fol. 11) peut indiquer un conflit sur la provision de cette charge, d'autant plus que D. Domingos Jardo s'intitule encore en avril 1291 comme chancelier du roi (voir *supra*). Ces dates ne font pas unanimité. Tandis que certains le font chancelier jusqu'en 1290 (VENTURA – *A nobreza de corte*, p. 996 et HOMEM – *A Corte e o Governo Central*, p. 535), d'autres suggèrent la période 1281-1287 (MATTOSO – *Identificação de um país*, p. 90).

¹⁴⁷ VILAR – *As dimensões de um poder*, p. 62 (s.d.); IAN/TT, *Gav. XIX*, m. 3, n° 47, [fol. 1v] (1279/6/24); VENTURA – *A nobreza de corte*, p. 1046 (1270); IAN/TT, *Gav. XIX*, m. 3, n° 47, [fol. 3, 4v] (1280/2/8 et 1280/7/9); VILAR – *As dimensões de um poder*, p. 346 (1262); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 1, fol. 41v (1281); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 1, fol. 66 (1283/2/25); IAN/TT, *Ordem dos Cônegos Regrantes de Sto. Agostinho*, Mosteiro de S. Vicente de Fora, 1^a inc., m. 4, n° 10 (1284/07/31); VILAR – *As dimensões de um poder*, p. 61-66 (1284-1289 et 1290-1293).

¹⁴⁸ IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 62v (1305); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 4, fol. 72 (1315); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 4, fol. 29 (1305); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 4, ol. 35 (1307), fol. 72 (1315); *O LIVRO das Lezírias*, p. 162-165 (1306); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 115 (1317).

¹⁴⁹ IAN/TT, *Gav. XIX*, m. 13, n° 54 (1294).

¹⁵⁰ IAN/TT, *Gav. XIX*, m. 13, n° 54 (1302). Présenté par le roi à cette égl. en 1294.

¹⁵¹ *LETTRES communes du pape Jean XXII*, n° 21462 (1295). Il s'agira éventuellement du clerc Domingos Peres référé en HOMEM – *O desembargo régio*, n° 56.

¹⁵² *LETTRES communes du pape Jean XXII*, n° 21462 (Il obtint prov. apost. can. et preb. Viseu); 21584, 21585, 21851, 22126, 24221, 26183 (désigné de ch. Viseu en doc. apost. de 1325 et 1326); *LETTRES communes du pape Jean XXII*, n° 27918 (Grâce exp. de bénéfice à la collation de l'év. et chapitre de Coimbra en 1327); *LETTRES communes du pape Jean XXII*, n° 55229 (1331).

ID	Nom	Parcours dans la sphère royale	Parcours dans la sphère ecclésiastique
18	Domingos Peres [Cerqueiro]	CR (1283-1293) ¹⁵³	Ch. Lisbonne (1287-1294) ¹⁵⁴
19	Durão Esteves	CR (1320); CtR (1317-1320) ¹⁵⁵	Ch. Braga (1297-1346); Ch. Évora (1317-1320); Ab. St. Sauveur Cervães (s.d.); Ab. Ste. M. Penouços (s.d.) ¹⁵⁶
20	Durão Martins	CR (1298) ¹⁵⁷	Pres. par le roi à l'égl. St. Jean Rei (1298) ¹⁵⁸
21	Durão Peres	CR (1294) ¹⁵⁹	
22	Egas Lourenço [Barroso]	CR (1305-1325); CtR (1305-1310); CpR (1305) Rédacteur (1308, 1316-1319) ¹⁶⁰	Rt. St. Sauveur Lagoa (1289-1311); Rt. Chorente (1289); Ch. preb. Porto (1311-1324); Rt. Ste. M. Góios (1311); Rt. St. Jean Castanheira (1322); Ch. Braga (1323-1326); Cht. de Braga (1327-1331) ¹⁶¹
23	Fr. Estêvão, OFM	OAH (1306, 1309); CfR (1310) Rédacteur (1305-1311) ¹⁶²	Custode Lisbonne (1301-1310); El. Porto (1310); Ev. Porto (1311-1313); Ev. Lisbonne (1313-1322); Ev. Cuenca (1322-1326) ¹⁶³

¹⁵³ IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 1, fol. 77v-80 (1283); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 2, fol. 52v (1293). Étant donné la chronologie, c'est possible qu'il soit le clerc d'Alphonse III entre 1264 et 1279 mentionné par VENTURA – *A nobreza de corte*, p. 1046.

¹⁵⁴ FARELO – *O Cabido da Sé de Lisboa*, vol. 2, p. 170.

¹⁵⁵ RODRIGUES, [et al.] – *Os capitulares bracarense*, p. 208 (1317 et 1320).

¹⁵⁶ RIBEIRO, João Carlos Taveira – A vida de um cónego do século XIV. In *ACTAS do II Congresso Histórico de Guimarães*. vol. 6. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães – Universidade do Minho, 1996, p. 71-91; RODRIGUES, [et al.] – *Os capitulares bracarense*, p. 205-209; VILAR – *As dimensões de um poder*, p. 347.

¹⁵⁷ IAN/TT, *Gav. XIX*, m. 13, n° 34 (1298).

¹⁵⁸ *Ibidem*.

¹⁵⁹ IAN/TT, *Gav. XI*, m. 5, n° 9 (1294).

¹⁶⁰ SANTOS – *D. Egas Lourenço*; RODRIGUES, [et al.] – *Os capitulares bracarense*, p. 83 (1305, 1325).

¹⁶¹ *LETTRES communes du pape Jean XXII*, n° 16562 (Il obtint prov. apost. du can. sub exp. preb. Braga tout en étant recteur de l'église de Castanheira); RODRIGUES, [et al.] – *Os capitulares bracarense*, p. 81-85 (pour toutes les autres références). Il meurt le 1331/12/22.

¹⁶² *O LIVRO das Lezírias*, p. 155-158 (1306); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 69v (1309); *REGESTVM Clementis papae V*, n° 5252 (1310); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 40v (1305); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 4, fol. 54v (1311).

¹⁶³ LOPES – Das actividades políticas e religiosas, p. 27 (1301); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 75 (1310); *REGESTVM Clementis papae V*, n° 5124 (désigné de év. Porto le 1310/4/9); *REGESTVM Clementis papae V*, n° 5252, 5684, 5685, 5686 (désigné d'élu de Porto en 1310); IAN/TT, *Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho*, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, 2ª inc., portefeuille 1, «Alm. 5, m. 3, n. 17» (1311); *REGESTVM Clementis papae V*, n° 9718 (1313); *LETTRES communes du pape Jean XXII*, n° 6003 (1322), 24882 (1326).

ID	Nom	Parcours dans la sphère royale	Parcours dans la sphère ecclésiastique
24	Estêvão Aires	CR (1319) Rédacteur (1319) ¹⁶⁴	
25	Estêvão Eanes	CR (1303-1304); Collecteur des dettes du roi (<i>Sacador das dívidas do rei</i>) en Entre-Douro-e-Mondego (1303) ¹⁶⁵	
26	Estêvão Eanes Bochardo	CR (1288-1295); ChR (1296-1305) Rédacteur (1288-1291,1305) ¹⁶⁶	Arch. Santarém (1281-1298); Vic. Lisbonne (1282-1283, 1286); Rt. St. Clément Loulé (1294-1296); Ev. Coimbra (1303-1318) ¹⁶⁷
27	Estêvão Gomes	CR (1304-1305) Rédacteur (1305) ¹⁶⁸	Arch. Vouga (1305-1318) ¹⁶⁹
28	Estêvão Lourenço	CR (1280-1287); PR dans un conflit avec le chapitre de Braga (1284); Enquêteur du roi (1284) Rédacteur (1284-1285) ¹⁷⁰	Ch. Lamego (1287) ¹⁷¹
29	Estêvão Martins	OFR (1306-1309); CR (1308-1309) Rédacteur (1306-1309) ¹⁷²	
30	Estêvão Peres I	CR (1282-1284) Rédacteur (1282, 1284) ¹⁷³	Cht. Porto (1282-1284) ¹⁷⁴

¹⁶⁴ IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 124-124v (1319).

¹⁶⁵ IAN/TT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2^a inc., m. 89, n^o 4268 (1303-1304).

¹⁶⁶ IAN/TT, *Gav. XIX*, m. 6, n^o 9 (1288); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 2, fol. 96v-97v (1295); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 2, fol. 117 (1296); IAN/TT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2^a inc., m. 102, rouleau 1 (1305); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 2, fol. 11v (1291); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 46v (1305). Correcteur de l'âme d'Alphonse III en 1288-1289 (Luís Miguel RÉPAS – *Quando a Nobreza Traja de Branco: a comunidade Cisterciense de Arouca durante o Abadessado de D. Luca Rodrigues (1286-1299)*. Marinha Grande: Edições Magno, 2003, p. 322 et IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 1, fol. 260v). Il faut noter que la documentation compulsée permet attester son usufruit de la charge de chancelier du roi seulement jusqu'en 1305. Toute la bibliographie le fait chancelier du roi jusqu'à sa mort en 1318: VENTURA – *A nobreza de corte*, p. 996; HOMEM – *A Corte e o Governo Central*, p. 535; MATTOSO – *Identificação de um país*, p. 90. Deux arguments en faveur de la thèse de la fin de sa charge de chancelier en 1305: 1) dans la documentation postérieure il n'est jamais appelé «Chancelier du roi»; 2) Il y a eu d'autres chanceliers avant 1318: Francisco Domingues en 1314 et Afonso Martins en 1316. Voir fiches respectives.

¹⁶⁷ MORUJÃO – *A Sé de Coimbra*, p. 62 et FARELO – *O Cabido da Sé de Lisboa*, vol. 2, p. 43-46.

¹⁶⁸ IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 34v (1304), fol. 37 (1305). Serait-il le clerc que resta dix ans au service d'Alphonse IV (HOMEM – *O Desembargo Régio*, n^o 60)?

¹⁶⁹ IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 36v (1305); MORUJÃO – *La famille d'Ébrard*, p. 89 (1318).

¹⁷⁰ IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 1, fol. 29v (1280), fol. 207v (1287), fol. 97v-98 (1284), fol. 90 (1284), fol. 138 (1285). Il est mort en 1287/1288 car il est substitué par João Martins de Soalhães comme procureur du roi dans la question des libertés ecclésiastiques dirimée à Avignon.

¹⁷¹ IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 1, fol. 205v (1287).

¹⁷² IAN/TT, *Gav. XIII*, m. 9, n. 28, IAN/TT, *Leitura Nova*, Livro de Reis, 2, fol. 201 et *O LIVRO das Lezírias*, p. 171 (1306); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 4, fol. 50v (1309); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 4, fol. 46v (1308).

¹⁷³ IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 1, fol. 60v (1282); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 1, fol. 103 (1284); IAN/TT, *Mosteiro de Alcobaça*, Livro 4^o dos Dourados, fol. 88v (1284).

¹⁷⁴ *Ibidem*.

ID	Nom	Parcours dans la sphère royale	Parcours dans la sphère ecclésiastique
31	Estêvão Peres II	CR (1285) ¹⁷⁵	Prés. par le roi à l'égl. Ste. M. Montalegre (1285) ¹⁷⁶
32	Estêvão Peres III	CR (1318) ¹⁷⁷	Prés. par le roi à l'égl. St. André Telões (a. 1318) ¹⁷⁸
33	Estêvão Peres de Rates	CR (1268-1295); OLC (1283-1297); Sjr (1283-1286, 1292) Rédacteur (1280-1298) ¹⁷⁹	Ch. Braga (1268-1278); Prés. par le roi à l'égl. St. Thomas Mogadouro (1280) ¹⁸⁰
34	Fernando Guilherme [de Elvas]	CR/FmR (1318) ¹⁸¹	Rt. St. Pelage (1318); Port. Ste. M. Elvas (1318); Ch. Lisbonne (1326-1349); Vic.-général de D. João Afonso Brito, ev. Lisbonne (1335-1342); Pr. Ste. M. Golegã (1347?-1349) ¹⁸²
35	Fernando Martins	CR (1296) ¹⁸³	
36	Francisco Domingues	CR (1295-1319); OS (1306); ChR (1314, 1320-1324) Rédacteur (1306-1323) ¹⁸⁴	Pr. Ste. M. Alcáçova Santarém (1294/95-1330); Prés. à l'égl. Ste. M. Seisseira (1303); Ch. Lisbonne (1306-1332); Ch. Braga (1318-1319); Ch. Coimbra (1318-1319) ¹⁸⁵

¹⁷⁵ IAN/TT, *Gav.* XIX, m. 13, n° 73 (1285).

¹⁷⁶ *Ibidem*.

¹⁷⁷ *LETTRES communes du pape Jean XXII*, n° 8155 (1318).

¹⁷⁸ *Ibidem*.

¹⁷⁹ VENTURA – *A nobreza de corte*, p. 1047 (1268); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 2, fol. 99v (1295); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 1, fol. 68 (1283); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 2v (1297); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 1, fol. 79 (1283), fol. 169 (1286), fol. 256v-258 (1292); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 1, fol. 29v (1280); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 5 (1298); DIAS, Nuno José Pizarro Pinto – *Cortes Portuguesas (1211 a 1383)*. Preuves d'aptitude scientifique et pédagogique. Braga, Universidade do Minho, 1987, p. 148.

¹⁸⁰ RODRIGUES, [et al.] – *Os capitulares bracarenses*, p. 188-189 (1268-1278).

¹⁸¹ *LETTRES communes du pape Jean XXII*, n° 6491 (1318).

¹⁸² *LETTRES communes du pape Jean XXII*, n° 6491 (Prov. apost. can. sub exp. preb. Lisbonne en 1318); 7418 (Prov. apost. can. sub exp. preb. Braga en 1318); FARELO – *O Cabido da Sé de Lisboa*, vol. 2, p. 190-193 (autres références).

¹⁸³ IAN/TT, *Gav.* XIX, m. 14, n° 3, fol. 26 (1296). Il y est mentionné comme trésorier de l'archevêque D. Martinho Peres de Oliveira.

¹⁸⁴ IAN/TT, *Gav.* XIX, m. 14, n° 3, fol. 24v et IAN/TT, *Leitura Nova*, Livro dos Padroados, 2, fol. 8v (1295); IAN/TT, *Mesa da Consciência e Ordens*, Mosteiro de Santos, n° 1506 (1319); IAN/TT, *Mosteiro de Alcoçaba*, m. 14, n° 310 (1306); HOMEM, Armando Luís Carvalho – Dionisius et Alfonsus, dei gratia e communis utilitatis gratia legiferi. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Letras*. 2^a série. 11 (1994) 59 (1314); IAN/TT, *Gav.* VII, m. 8, n° 5 (1320); *Synodicum Hispanum*. dir. par Antonio GARCIA Y GARCIA. Vol. II: *Portugal*. Ed. de Francisco RODRIGUEZ et alii. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1982, p. 317 (1324); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 154 (1323); VENTURA – *A nobreza de corte*, p. 996, HOMEM – *O Desembargo Régio*, n° 75. Leontina Ventura e José Mattoso proposent sans justification la fourchette chronologique allant de 1318 à 1325 (VENTURA – *A nobreza de corte*, p. 996 et MATTOSO – *Identificação de um país*, p. 90).

¹⁸⁵ FARELO – *O Cabido da Sé de Lisboa*, vol. 2, p. 203-214.

ID	Nom	Parcours dans la sphère royale	Parcours dans la sphère ecclésiastique
37	Francisco Eanes	CR (1311-1318) ¹⁸⁶	
38	Francisco Peres	CR (1285) ¹⁸⁷	Rt. Ste. M. Madeleine Lisbonne (1285-1300); Ch. Coimbra (1285-1315) ¹⁸⁸
39	Francisco Simões	CR (1323-1326); OAH (1323); Sjr (1332-1347) Rédacteur (1323) ¹⁸⁹	Ch. Orense (1325-1331); Cht Guarda (1330-1339); prov. apost. can. cub exp. preb. Guarda (1331); Il n'a pas encore pris possession du can preb. Porto (1325-1331); Pr. Unhos (1340-1347) ¹⁹⁰
40	Geraldo Domingues	CR (1295-1298) Rédacteur (1295-1318) ¹⁹¹	Vic.-général de D. Martinho Peres de Oliveira, Archev. Braga (1294); D. Braga (1294-1298); Ev. Porto (1300-1308); Ev. Palência (1308-1313); Ev. Évora (1313-1321) ¹⁹²
41	Me. Geraldo Peres/de Arouca	FR (1318-1325) ¹⁹³	Rt. St. Jacques Tremes (1319); Ch. preb. Coimbra (1322-1325); Rt. St. Jacques Óbidos (1325) ¹⁹⁴

¹⁸⁶ IAN/TT, *Gav.* XIX, m. 7, n° 2 (1311); IAN/TT, *Gav.* XVIII, m. 9, n° 6 (1318).

¹⁸⁷ IAN/TT, *Gav.* XIX, m. 14, n° 3, [fol. 4v] (1285).

¹⁸⁸ IAN/TT, *Gav.* XIX, m. 14, n° 3, [fol. 4v] (Prés. par le roi à l'égl. de Ste Marie Madeleine de Lisbonne le 12/6/1285/6/12); IAN/TT, *Colegiada de Santa Maria Madalena de Lisboa*, m. 1, n°15, fol. 17v (1300); IAN/TT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2^a inc., m. 25, n° 1038 (1315). Il est mort entre 1315/2/23 et 1315/5/8 (IAN/TT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2^a inc, m. 25, n° 1038; m. 29, n° 1207).

¹⁸⁹ IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 150v (1323); *LETTRES communes du pape Jean XXII*, n° 25969 (1326); IAN/TT, *Mosteiro de Santa Maria de Chelas*, m. 20, n° 396 (1332); IAN/TT, *Ordem dos Cônegos Rergrantes de Santo Agostinho*, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, 2^a inc., m. 6, «Alm. 15, m. 9, n. 18» (1347); *HOMEM – O Desembargo Régio*, n° 76 et 77.

¹⁹⁰ IAN/TT, *Núcleo Antigo*, n° 39, fol. 32v-34v (1325); *LETTRES communes du pape Jean XXII*, n° 53343 (1331); IAN/TT, *Mesa da Consciência e Ordens*, Mosteiro de Santos, n° 1533 (1330); IAN/TT, *Ordem dos Pregadores*, Convento de S. Domingos de Lisboa, liv. 4, fol. 144 (1339); *LETTRES communes du pape Jean XXII*, n° 53343 (1331); *LETTRES communes du pape Jean XXII*, n° 21634 (1325); IAN/TT, *Mesa da Consciência e Ordens*, Mosteiro de Santos, n° 1461 (1340); IAN/TT, *Ordem dos Cônegos Rergrantes de Santo Agostinho*, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, 2^a inc., m. 6, «Alm. 15, m. 9, n. 18» (1347). Prov. apost. can. sub. exp. preb. Orense en 1325-1326 (*LETTRES communes du pape Jean XXII*, n° 21634, 25969) et collation apost. Cht. Guarda en 1326 (*LETTRES communes du pape Jean XXII*, n° 25969). Il doit probablement s'identifier avec un Francisco Simões qui est Ch. Porto (1315); Vic.-général de D. Fr. Estevão, ev. Lisbonne (1315-1321) [IAN/TT, *Mosteiro de Alcobaça*, 2^a inc., m. 56, n° 5 (1315); IAN/TT, *Colegiada de S. Pedro de Torres Vedras*, m. 4, n° 221 (1321)].

¹⁹¹ IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 2, fol. 91v (1295); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 3v (1298), fol. 119v (1318).

¹⁹² IAN/TT, *Gav.* XIX, m. 4, n° 19 (1294); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 3v (1298); RODRIGUES, [et al.] – *Os capitulares bracarense*, p. 59-60; VILAR; CASTELO BRANCO – *Servir, gouverner et leguer*, p. 98-108 (les autres). Il fut probablement dès 1292 ch. en exp. preb. Lisbonne, ch. Braga, ch Coimbra, ch Lamego. Voir *ibidem*, p. 98, 101.

¹⁹³ IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 122 (1318); *LETTRES communes du pape Jean XXII*, n° 21465 (1325).

¹⁹⁴ *LETTRES communes du pape Jean XXII*, n°10491 (1319); 16559, 16561 (1322); 21465 (1325). *LETTRES communes du pape Jean XXII*, n° 10491 et 21465 (Col. apost. can. sub exp. preb. Coimbra en 1319 e à Porto en 1325).

ID	Nom	Parcours dans la sphère royale	Parcours dans la sphère ecclésiastique
42	Me. Gil das Leis /Me. Gil Domingues	CR (1317-1321); OAH (1317); Conseiller et FmR (1318) Rédacteur (1317-1321) ¹⁹⁵	Rt. S. Nicolas Lisbonne (1318); Arch. Vouga (1319-1322); Ch. Coimbra (1318-1348); Ch. preb. Lisbonne (1322-1348); T. Lisbonne (1322-1348); Ch. de Tui (1322-1346) ¹⁹⁶
43	Gil Eanes	CR (1320); CtR (1319-1324) Rédacteur (1319-1324) ¹⁹⁷	
44	Gil Peres	CR (1304-1305); PFR (1303-1305); O (1305); PR (1305) Rédacteur (1303-1305) ¹⁹⁸	Pr. St. Gens Arganil (a.1306) ¹⁹⁹
45	Me. Gonçalo	CR (1322) Rédacteur (1322) ²⁰⁰	
46	Gonçalo Eanes	CR (1310) Rédacteur (1310-1311) ²⁰¹	Rt. St. Pelage de Prialhar? (1298); Ch. Braga (1299-1300); Vic. Archev. Braga (1298-1299, 1312); T. Braga (1302-1309); D. Braga (1309-1317); Vic. Archev. Braga (1315) ²⁰²

¹⁹⁵ *CHARTULARIUM Universitatis Portugalensis*. Ed. de Artur Moreira de Sá. Vol. 1. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1961, p. 75-76, n° 48 (1317); *Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brandões. Livro dos bens próprios dos Reis e Rainhas. Documentos para a história da Cidade de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1954, p. 129 (1321); *CHARTULARIUM Universitatis Portugalensis*, vol. 1, p. 78, n° 51 (1318); – *O desembargo régio*, n° 82.

¹⁹⁶ *CHARTULARIUM Universitatis Portugalensis*, vol. 1, p. 78, n° 51 (1318); IAN/TT, *Ordem dos Frades Menores. Província de Portugal. Convento de Sta. Clara de Coimbra*, DP, m. 1, n. 49 (1319); CUP, I, p. 83, n° 58 (1322); FARELO – *O Cabido da Sé de Lisboa*, vol. 2, p. 54-58 (pour toutes les autres, incluant la prov. apost. can. sub exp preb. Coimbra (1318) et la prov. apost. can. et preb et dignité Lisbonne en considération de Denis I^{er} (1322)).

¹⁹⁷ IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 132v (1320); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 4, fol. 81v (1319); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 4, fol. 94v (1324); – *O desembargo régio*, n° 80.

¹⁹⁸ IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 4, fol. 23v (1304); IAN/TT, *Ordem dos Cônegos Rerantes de Santo Agostinho*, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, 2^a inc., m. 4, «Alm. 11, m. 2, n. 1» (1305); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, Livre 3, fol. 29v (1303); *O Livro das Lezírias*, p. 120 (1305); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 4, fol. 28, 29 (1305). Il est mort avant le 1306/12/13 (IAN/TT, *Ordem dos Cônegos Rerantes de Santo Agostinho*, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, 2^a inc., m. 4, «Alm. 11, m. 2, n. 1»).

¹⁹⁹ IAN/TT, *Ordem dos Cônegos Rerantes de Santo Agostinho*, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, 2^a inc., m. 4, «Alm. 11, m. 2, n. 1» (a. 1306).

²⁰⁰ IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 146 (1322); *HOMEM – O desembargo régio*, n° 98.

²⁰¹ IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 71v (1310); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 4, fol. 54 (1311)

²⁰² IAN/TT, *Gav. XIX*, m. 13, n° 34 (1298); ADB, *Gaveta 1^a das Igrejas*, n° 96 (1315); RODRIGUES, [et al.] – *Os capitulares bracarense*, p. 61 (pour toutes les autres références). Il est mort le 1317/4/26 (*Ibidem*)

ID	Nom	Parcours dans la sphère royale	Parcours dans la sphère ecclésiastique
47	Gonçalo Fernandes Cogominho	CR (1293-1297); OFR (1293, 1298); Sjr (1297) Rédacteur (1293-1299) ²⁰³	Ch. Lisbonne (1283-1320); Vic. Lisbonne (1286-1287, 1302) ²⁰⁴
48	Gonçalo Pereira	CR (1314-1322) Rédacteur (1314) ²⁰⁵	Pr. S. Nicolas Feira (1294-1313); Ch. Tui (1307-1313); Ch. Porto (1307-1313); Rt. St. Sauveur Lousada (1307-1313); Rt. St. Martin Cedofeita (1307-1313); Vic. Archev. Braga (1308); Rt. St. Jean Cinfães (1313-1322); D. Porto (1307-1322); Ev. Lisbonne (1322-1326); Archev. Braga (1326-1348) ²⁰⁶
49	Fr. João	CpMR (1316-1319); Cfr (1316-1321) Rédacteur (1316-1321) ²⁰⁷	Pr. St. Dominiq de Lisbonne ²⁰⁸
50	Me. João das Leis	CR (1308-1314); JAH (1310, 1317) Rédacteur (1308-1314) ²⁰⁹	Ch. Évora (1315) ²¹⁰

²⁰³ IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 2, fol. 50 (1293); IAN/TT, *Mesa da Consciência e Ordens*, Ordem de Santiago/Convento de Palmela, antiga Coleção Especial, Documentos Régios, m. 1, n° 20, liv. 272, fol. 155v-156 et IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 2, fol. 130v (1297); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 2, fol. 48 (1293); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 2v, 4 (1298); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 2v (1297); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 8, 8v (1299).

²⁰⁴ FARELO – *O Cabido da Sé de Lisboa*, vol. 2, p. 227-230. Même si sa biographie y surgit partagée entre un Gonçalo Fernandes et un Gonçalo Fernandes Cogominho, nous croyons maintenant qu'il s'agit d'une seule personne. Les arguments sont: les deux sont chanoines de Lisbonne quasiment en même temps, puisque Gonçalo Fernandes est attesté jusqu'en 1302 et le Gonçalo Fernandes Cogominho surgit seulement depuis 1304. Nous croyons que cela se doit au fait qu'il commence à partir de cette dernière date à faire une utilisation publique de son nom de famille, un fait qui est d'ailleurs confirmé par la documentation postérieure; les deux ont des liaisons à l'évêque D. João Martins de Soalhães. L'argument décisif reste selon nous la grâce que le chapitre de Coimbra lui fait en 1302 de pouvoir présenter un clerc à l'église de Ste. Maria de Cernache (IAN/TT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2^a inc., m. 63, n° 2319), puisque nous avons qu'au moins jusqu'en 1318 le patronage de cette église était détenu en partie par la famille Cogominho (IAN/TT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2^a inc., m. 63, n° 2320).

²⁰⁵ IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 88 (1314); IAN/TT, *Mosteiro de Alcobça*, 1^a inc., m. 3, n° 28 (1322).

²⁰⁶ ADB, Gaveta 2^a das Igrejas, n° 7 (1294); COELHO, Maria Helena da Cruz – O arcebispo D. Gonçalo Pereira: um querer, um agir. In *IX CENTENÁRIO da Dedicção da Sé de Braga. Actas do Congresso Internacional*. Vol. II/1. Braga: Universidade Católica Portuguesa-Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, p. 392 (Présenté à un can. à Tui en 1296); *REGESTVM Clementis papae V*, n° 1816 (1307); COELHO, p. 392 (1308); *LETTRES communes du pape Jean XXII*, n° 9541 (1313); *LETTRES communes du pape Jean XXII*, n° 15997 (1322); 24511 (1326); SARAIVA – *A Sé de Lamego*, p. 348; VILAR – *As dimensões de um poder*, p. 79-80.

²⁰⁷ IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 4, fol. 75v (1316); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 124v (1319); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 101 (1316); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 138 (1321); HOMEM – *O Desembargo Régio*, n° 122.

²⁰⁸ Conseiller du roi dans les négociations visant la fondation de l'ordre du Christ (MARQUES, 1993, p. 53). Selon Carvalho Homem, il s'agit d'un moine bénédictin de St. Tirso (HOMEM – *O Desembargo Régio*, p. 326. Peut-être seraient-ils deux personnes différentes?

²⁰⁹ IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 65 (1308); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 88 (1314); IAN/TT, *Gav. XI*, m. 10, n° 10 (1310); Livro das Lezirias, p. 234 (1317).

²¹⁰ IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 4, fol. 87 (1315); Livro das Lezirias, p. 201, 218.

ID	Nom	Parcours dans la sphère royale	Parcours dans la sphère ecclésiastique
51	João Domingues Calascom	CR (1321) ²¹¹	
52	João Domingues Porco Manso	CR (1306); OAH (1314); CtR (1314-1326) Rédacteur (1314-1324) ²¹²	
53	João Eanes [Vinagre]	CR (1323-1331); OAH (1324); <i>Ouvidor do crime do rei</i> (1327); SJR (1331) Rédacteur (1323-1324) ²¹³	Port. Ste M. Madeleine Lisbonne (1306-1319); Vic.-général ev. Lisbonne (1317-1322); Port. Lisbonne (1319-1327) ²¹⁴
54	João Eanes Salgado	CR (1290-1300) ²¹⁵	Pr. St. Silvestre Unhos (1291-1293); Port. Lisbonne (1297-1336); Pr. St. Michael Sintra (1300-1322) ²¹⁶
55	João Esteves	FmR (1323) ²¹⁷	Obtint prov. apost. à nouveau du rt. St. Jean Cinfães (1323) ²¹⁸
56	João Garcia	CR (1299) ²¹⁹	Ab. St. Sauveur Mouços (1291-1297) ²²⁰
57	João Martins I	VChR (1279) ²²¹	Pres. par le roi à l'égl. St. Pierre Penacova (1279) ²²²

²¹¹ IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 142 (1321).

²¹² IAN/TT, *Gav. XIII*, m. 9, n° 28, IAN/TT, *Leitura Nova*, Livro de Reis, 2, fol. 201 et *O LIVRO das Lezírias*, p. 171 (1306); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 85 (1314); IAN/TT, *Ordem dos Cônegos Regrantes de Sto. Agostinho*, Mosteiro de S. Vicente de Fora, 1^a inc., m. 7, n° 19 (1326); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 4, fol. 94v (1324).

²¹³ IAN/TT, *Mosteiro de Santa Maria de Chelas*, m. 27, n° 535 (1323); HOMEM – *O desembargo régio*, n° 136 (1324, 1327 et 1331); FARELO – *O Cabido da Sé de Lisboa*, vol. 2, p. 399-404.

²¹⁴ FARELO – *O Cabido da Sé de Lisboa*, vol. 2, p. 399-404.

²¹⁵ IAN/TT, *Gav. XIX*, m. 14, n° 3, fol. 10 (1290); IAN/TT, *Colegiada de Santa Maria do Outeiro de Lisboa*, m. 10, n° 385 (5) (1300).

²¹⁶ IAN/TT, *Colegiada de São Silvestre de Unhos*, m. 1, n° 8 (1291); Odivelas, liv. 1, fol. 34 (1293); IAN/TT, *Colegiada de Santa Maria do Outeiro de Lisboa*, m. 10, n. 385 (5) (1300); FARELO – *O Cabido da Sé de Lisboa*, vol. 2, p. 398-399 (pour les autres références). Il faut dire qu'il existe un homonyme identifié en 1318 comme ch. Lisbonne (IAN/TT, *Colegiada de Santa Maria do Outeiro de Lisboa*, m. 9, n° 326 et FARELO – *O Cabido da Sé de Lisboa*, vol. 2, p. 249 [daté erronément de 1316])

²¹⁷ *LETTRES communes du pape Jean XXII*, n° 18632 (1323). Il devrait s'identifier avec le CtR (1319-1324) qui dépêche entre 1319 et 1324 (IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 4, fol. 83 et fol. 96v, 97).

²¹⁸ SARAIVA – *A Sé de Lamego*, p. 348, 351.

²¹⁹ IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 6v (1299).

²²⁰ IAN/TT, *Gav. XIX*, m. 14, n° 3, fol. 16v-17 (1291); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 6v (1299).

²²¹ IAN/TT, *Gav. XIX*, m. 3, n° 47, [fol. 2v] (1279).

²²² *Ibidem*.

ID	Nom	Parcours dans la sphère royale	Parcours dans la sphère ecclésiastique
58	João Martins II	CR (1303-1314); OFR (1304-1309) Rédacteur (1302-1314) ²²³	Cht. Évora (1297-1316); Ch. Braga (1301-1302); Vic.-général Archev. de Braga (1301-1302); Pr. St. Jacques Évora (s.d.) ²²⁴
59	João Martins III	CR (1318); PFR dans la ville et évêché Lamego (1318) ²²⁵	
60	João Martins de Soalhães	CR (1288-1293); PR (1288-1289) Rédacteur (1291-1308) ²²⁶	Vic-général Coimbra (1283-1288); Ch. preb. Coimbra (1283-1294); Rt. St. Michael Avó (1289); Ch. preb. Lamego (1289); Ch. Lisbonne (1289-1294); Rt. St. Clément Loulé (1291); Rt. St. Julien Lisbonne (1291); El. Braga (1293); Ev. Lisbonne (1294-1313); Archev. Braga (1313-1325) ²²⁷
61	João Miguéis de Acre	CR (1294-1301); PR (1294, 1297) Rédacteur (1297-1301) ²²⁸	Ch. Badajoz (1282-1298); Vic. de l'ev. Lisbonne à Santarém (1292); Rt. Ste. M. Porto de Mós (1293-1300); Rt. Ste. M. Sacavém (1300) ²²⁹

²²³ IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 22 (1303); IAN/TT, *Ordem dos Cônegos Regrantes de Santo Agostinho*, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, portefuile 4, «Alm. 35, m. 9, n° 8» (1314); IAN/TT, *Gav. XI*, m. 1, n° 10 (1304); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 66-67 et IAN/TT, *Gav. XI*, m. 7, n° 30 (1309).

²²⁴ VILAR – *As dimensões de um poder*, p. 325 (1297); BRANDÃO – *Monarquia Lusitana. Quinta Parte*, fol. 313v-314 (1316); IAN/TT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2ª inc., m. 91, n° 4393 (1301); RODRIGUES, [et al.] – *Os capitulares bracarense*, p. 214 (1302); VILAR – *As dimensões de um poder*, p. 325 (1302 et s.d.).

²²⁵ IAN/TT, *Gav. XIX*, m. 6, n° 31, fol. 1 (1318).

²²⁶ COSTA, António Domingues de Sousa – Concílio provincial de Compostela realizado em 1292, com a participação de Bispos portugueses, e a data do efectuado no tempo do Arcebispo D. João Arias (no ambiente das concordatas de El-Rei D. Dinis. *Itinerarium*. 33: 29 (1987) 406, 408 (1288-1289); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 2, fol. 55v-56 (1293); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 2, fol. 16v (1291); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 61v (1308).

²²⁷ IAN/TT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2ª inc., m. 86, n° 3987 (1288); ADB, *Gaveta dos Privilégios e honras*, n° 5 (1294); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, Livre 2, fol. 53v-57v (1293); REGESTVM *Clementis papae V*, n° 9712 (1313); FARELO – *O Cabido da Sé de Lisboa*, vol. 2, p. 269 (toutes les autres références); LIMA – *O Cabido de Braga*, p. 96-99.

²²⁸ IAN/TT, *Gav. XI*, m. 5, n° 9 (1294); IAN/TT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2ª inc., m. 7, n° 342 (1301); IAN/TT, *Gav. XVIII*, m. 10, n° 6 (1297); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 2v (1297).

²²⁹ IAN/TT, *Mosteiro de Alcobaca*, 1ª inc., m. 17, n° 3 et Livro 6º dos Dourados, fol. 34v (1282); IAN/TT, *Mosteiro de Alcobaca*, 1ª inc., DP, m. 19, n° 8 (1298); IAN/TT, *Mosteiro de Santa Maria de Chelas*, m. 10, n° 191 (1292); IAN/TT, *Mosteiro de Alcobaca*, 1ª inc., DP, m. 19, n° 36 (1293); IAN/TT, *Mosteiro de Alcobaca*, 1ª inc., DP, m. 21, n° 31 (1300); IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, m. 19, n° 362 (1300).

ID	Nom	Parcours dans la sphère royale	Parcours dans la sphère ecclésiastique
62	João de Pedroso	OFR (1314-1315); Avocat à la Cour (1316); Celui qui veille sur la Chancellerie [<i>Vedor da Chancelaria</i>] (1321-1323); <i>Vedor dos Feitos e da Portaria do rei</i> (1326-1327) Rédacteur (1314-1315, 1323) ²³⁰	Clerc ²³¹
63	João Peres de Alprão	CR (1283-1297); VCh (1290); Celui qui veille sur la Chancellerie [<i>Vedor da Chancelaria</i>] /ChR (1290-1296); OLC (1292-1393) Rédacteur (1290-1296) ²³²	Rt. St. Nicolas Santarém (1285-1307); Ch. preb. Guarda (1291); Ch. preb. Braga (1291); Ch. preb. Ste. M. Guimarães (1291); Rt. Ste. M. Alcoza? (1291); Ch. Lisbonne (1299-1305); D. Viseu (1296-1312); Ch preb. Coimbra (s.d.) ²³³
64	João Peres Louredo	CR (1307-1313); PR en Terra de Paiva (1313) ²³⁴	Rt. St. Martin Lisbonne (1307-1337) ²³⁵
65	João Soares Alão	CR (1280-1295); OLC (1282-1287, 1290-1295, 1297); SJR (1283-1284, 1292) Rédacteur (1280-1297, 1305-1307) ²³⁶	El. Silves (1297); Ev. Silves (1297-1313); Ev. Leão (1313-1316) ²³⁷

²³⁰ IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 4, fol. 66v (1314), fol. 70v (1315); Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa, *Livro do Alqueidão*, Liv. 1, n° 11 (1316); IAN/TT, *Ordem dos Cônegos Regrantes de Sto. Agostinho*, Mosteiro de S. Vicente de Fora, 1^a inc., m. 6, n° 32 (1321); HOMEM – *O Desembargo Régio*, n° 155 (1323, 1326-1327). Probablement l'écrivain du roi en 1305 (IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 40 et IAN/TT, *Gav.* 18, m. 1, n° 9).

²³¹ HOMEM – *O Desembargo Régio*, n° 155.

²³² IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 1, fol. 77v-80 (1283); IAN/TT, *Mesa da Consciência e Ordens*, Ordem de Santiago/Convento de Palmela, m. 1, n° 20, Liv. 272, fol. 155v-156 et IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 2, fol. 130v (1297); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 1, fol. 279v (1290), fol. 280v (1290); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 2, fol. 115v (1296); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 2, fol. 40 (1292) et fl. 58v (1293). La bibliographie atteste son usufruit du titre de chancelier entre 1291 et 1295 (VENTURA – *A nobreza de corte*, p. 996) ou entre 1288 et 1295 (MATTOSO – *Identificação de um país: composição*, p. 90).

²³³ IAN/TT, *Gav.* XIX, m. 3, n° 47, [fol. 3v] (Présenté par le roi à l'égl. de St. Nicolas de Santarém le 1280/3/29); IAN/TT, *Leitura Nova*, livro dos Direitos Reais, 1, fol. 193v (1285); IAN/TT, *Leitura Nova*, livro 10^o das Inquirições de D. Dinis, fol. 8v dans Mário VIANA – *Os Vinhedos Medievais de Santarém*. Cascais: Patrimónia, 1998, p. 152, appendix 4 (1307); IAN/TT, *Gav.* XIX, m. 14, n° 3, fol. 9v (Présenté par le roi à l'égl. de St. Clément de Loulé le 1289/7/20); *Les registres de Nicolas III (1277-1280)*. Ed. de Jules GAY-WITTE. Paris: Ed. Bocard, 1898-1930, n° 6182 (1291); BRANDÃO – *Monarquia Lusitana. Quinta Parte*, fol. 50 (s.d.); FARELO – *O Cabido da Sé de Lisboa*, vol. 2, p. 274-276 (pour les autres références).

²³⁴ IAN/TT, *Colegiadas de Santiago e de São Martinho de Lisboa*, m. 1, n° 5 (1307); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 82v (1313).

²³⁵ IAN/TT, *Colegiadas de Santiago e de São Martinho de Lisboa*, m. 1, n° 5 (1307); IAN/TT, *Arquivo do Hospital de S. José*, liv. 163, fol. 289v-292v (1337).

²³⁶ IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 1, fol. 29v (1280); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 2, fol. 104v-105 (1295); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 1, fol. 53v (1282), fol. 208v (1287), fol. 270v (1290); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 2, fol. 91v (1295); IAN/TT, *Gav.* VII, m. 16, n° 2 (1297); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 1, fol. 79 (1283), fol. 108v-110 (1284), fol. 256v-258 (1292); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 40v (1305), fol. 56v (1307).

²³⁷ IAN/TT, *Gav.* XIX, m. 3, n° 47, [fol. 3] (présenté par le roi à l'égl. de Ste. Marie de Azambuja en 1280); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 2v (1297); REGESTVM *Clementis papae V*, n° 9723 (1313); *LETTRES communes du pape Jean XXII*, n° 5027 (1316). Il est mort avant le 1317/3/16 (*LETTRES communes du pape Jean XXII*, n° 3156).

ID	Nom	Parcours dans la sphère royale	Parcours dans la sphère ecclésiastique
66	Lourenço Egas	CR (1322) ²³⁸	Rt. St. Martin Soalhães (1322-1323); Demi-ch. Porto (1322-1323); Ch. Porto (1322-1327); Ch. preb. Guarda (1323-1331); Ch. Orense (1325) ²³⁹
67	Lourenço Martins de Abreu	CR (1307) ²⁴⁰	
68	M. Lourenço Martins [de Barbudo]/ Lourenço de Ornelas ²⁴¹	CR (1322); PR (1345); CpR (...1345...) ²⁴²	Rt. Ste. M. Porto de Mós (1321-1327); Demi-Ch. Lisbonne (1331); Ch. preb. Braga (1327-1331); Port. égl. Pederneira (1327); Vic. Tentúgal (1331); Ch. preb. Porto (1331); Ch. Ste. M. Alcáçova Santarém (1330); Ch. Coimbra (1331-1345); Rt. St. Silvestre ou St. Pélage Lousã (1345); Cht. Coimbra (1347); Ev. Guarda (1347-1356); Ev. Coimbra (1357-1359); Ev. Lisbonne (1359-1364) ²⁴³
69	Lourenço Pais	CR/FmR (1320) ²⁴⁴	Rt. St. Martin Vila do Conde (1320) ²⁴⁵
70	Manuel Eanes	Écrivain du roi (1297-1306); CR (1306-1321); OAH (1306); Rédacteur (1306) ²⁴⁶	

²³⁸ *LETTRES communes du pape Jean XXII*, n° 16559 (1322).

²³⁹ *LETTRES communes du pape Jean XXII*, n° 15303, 15665, 16559 (1322), 17126, 18013 (1323), 19202 (1324), 21338, 21559 (1325), 26179, 27255, 27385, 27386 (1326), 30321 (1327), 42066 (1328), 52260 (1331) (Col. can. sub exp. preb. Porto en 1322; Prov. apost. can sub exp. preb. Guarda en 1322 et Orense en 1323).

²⁴⁰ IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 60 (1307). Il y est référé comme *uchão-mor* de l'infant Alphonse (fils de D. Denis).

²⁴¹ La bibliographie le connaît comme D. Lourenço Rodrigues.

²⁴² IAN/TT, *Gav. XIX*, m. 6, n° 17 (1322); *MONUMENTA Portugaliae Vaticana*, vol. 1, p. 48, n° 85 (1345) et p. 252, n° 541 (1345).

²⁴³ *LETTRES communes du pape Jean XXII*, n° 14475 (il obtient le can. et exp. preb. Braga en 1321), 28847 (il obtient prov. can et exp. preb et dignité Coimbra en 1327); 55027 (il obtient prov. apost. dignité Coimbra en 1331); 14557 (il obtient provision dans l'un des quatre demi-can. Lisbonne en 1321 qui est encore en expectative en 1327), 28378 (1327); 52104 (1330); 7713 (il obtient ch. preb. Coimbra en 1340 disant qu'il avait été présenté à l'égl. Fonte Arcada); *MONUMENTA Portugaliae Vaticana*, vol. 1, p. 48, n° 85 (1345); COSTA – Mestre Afonso Dinis, p. 591-3 (1347); SARAIVA – O quotidiano da Casa de D. Lourenço Rodrigues; FARELO – A quem são teúdos, p. 179-180 (pour toutes les autres références). D. Gil de Albornoz supplia pour lui l'évêché de Tarazona (*Tirasonensis*), appartenant à l'archevêché de Saragosse, quand il était évêque de Guarda (*MONUMENTA Portugaliae Vaticana*, vol. 2, p. XCVI).

²⁴⁴ IAN/TT, *Colegiada de Guimarães, Documentos Eclesiásticos*, m. 3, n° 1 (1320).

²⁴⁵ *Ibidem*.

²⁴⁶ IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 4, fol. 1 (1297); IAN/TT, *Ordem dos Cônegos Regrantes de Santo Agostinho*, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, 2^a inc., m. 4, «Alm. 11, m. 2, n. 1» (1306), «Alm. 11, m. 2, n. 2» (1306); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 140v (1321). C'est probablement lui qui est encore désigné d'écrivain du roi en 1322 (IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 147).

ID	Nom	Parcours dans la sphère royale	Parcours dans la sphère ecclésiastique
71	Fr. Martinho Escola	OAH/JAH (1306); CpR (1313); CpMR (1317) Rédacteur (1306, 1313) ²⁴⁷	
72	Fr. Martinho	Aumônier du roi (1319, 1324) ²⁴⁸	
73	Martinho Gonçalves	CR (1283) ²⁴⁹	
74	Martinho Lourenço	CR (1310) ²⁵⁰	
75	Martinho Martins	CR (1287) ²⁵¹	Pres. par le roi à l'égl. de St. Pierre Deão (1287) ²⁵²
76	Martinho Peres	PR dans la Cathédrale Braga (1288-1296); CR (1296) ²⁵³	Rt. St. Jacques Neiva (1288-1302); Port. Braga (1301-1304) ²⁵⁴
77	Me. Martinho Peres	FR (1301-1319); CR (1305-1319) Rédacteur (1302; 1320 et 1321) ²⁵⁵	Rt. St. Michael Torres Vedras (1288); Rt. St. Leonard Atoguia (1302-1319); Ch. Lisbonne (1301-1319); Ch. Braga (1301-1315); Ch. Évora (1318)-1319; El. Guarda (1319); Ev. Guarda (1319-1322) ²⁵⁶

²⁴⁷ O *LIVRO das Lezírias*, p. 155-158 (1306); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 83 (1313); BRANDÃO, Francisco – *Monarquia Lusitana. Sexta Parte*. 3e édition, introduction d'António da Silva RÊGO, notes d'António Dias FARINHA et Eduardo dos SANTOS. Lisboa: INCM, 1980, p. 251 (1317).

²⁴⁸ IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 4, fol. 82v; HOMEM – *O Desembargo Régio*, n° 194 (1324).

²⁴⁹ ADB, *Gaveta das propriedades particulares*, n° 727 (1283).

²⁵⁰ CUP, p. 57-58, n° 35 (1310). Il y est nommé comme l'un des procureurs de l'Étude Générale de Coimbra.

²⁵¹ IAN/TT, *Gav. XIX*, m. 2, n° 42 (1287).

²⁵² *Ibidem*.

²⁵³ IAN/TT, *Gav. XIX*, m. 5, n° 21 et m. 4, n° 3, fol. 8v-9 (1288); IAN/TT, *Colegiada de Guimarães, Documentos Eclesiásticos*, m. 2, n° 27 (1296).

²⁵⁴ IAN/TT, *Gav. XIX*, m. 5, n° 21 et m. 4, n° 3, fol. 8v-9 (1288); IAN/TT, *Gav. XIX*, m. 5, n° 21 (1296); V. RODRIGUES, [et al.] – *Os capitulares bracarense*, (1301-1304).

²⁵⁵ IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 14 (1301), fol. 127 (1319); O *LIVRO das Lezírias*, p. 100 (1305); IAN/TT, *Gav. XIX*, m. 13, n° 34 (1302); HOMEM – *O Desembargo Régio*, n° 193 (1320 et 1321). Il est aussi médecin de la reine Isabelle entre au moins 1314 et 1318 (SOUSA, António Caetano de – *Provas da história genealógica da Casa Real portuguesa*. 2^a edição. Vol. I-II. Coimbra: Atlântida Editora, 1953, p. 147 et IAN/TT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2^a inc., m. 43, n° 1734) et procureur de la fille de Denis I^{er}, Maria Afonso, en 1319 (IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, Livre 3, fol. 124v-125).

²⁵⁶ IAN/TT, *Colegiada de Santa Maria do Outeiro de Lisboa*, m. 8, n° 313 (1288); IAN/TT, *Leitura Nova*, Livro dos Padroados, 2, fol. 30v (Présenté par le roi à l'égl. de St. Leonard de Atoguia le 1302/1/8); RODRIGUES, [et al.] – *Os capitulares bracarense*, p. 211 (1301); IAN/TT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2^a inc., m. 43, n° 1734 (1318); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 127 et *LETTRES communes du pape Jean XXII*, n° 9029 (1319); – *O Cabido da Sé de Lisboa*, vol. 2, p. 307-311 (pour toutes les autres références).

ID	Nom	Parcours dans la sphère royale	Parcours dans la sphère ecclésiastique
78	Martinho Peres de Aragão ²⁵⁷	SjR (1302-1304); OR (1304); CR (1304-1317); OC (1306) Rédacteur (1310) ²⁵⁸	Ch. Lisbonne (1293-1312) ²⁵⁹
79	Martinho [Peres] de Louredo	Auteur matériel de lettres du roi (1297-1302); CR (1304-1340/41); Secrétaire (<i>Escrivão da Puridade</i>) du roi (après 1305 – avant 1307); OFR (1312-1324); JFR (131...-1324) Rédacteur (1302, 1316-1324) ²⁶⁰	Pr. Ste. M. Torres Vedras (1307-1340/41); Ch. Braga (1308-1337); Port. Coimbra (1314); Ch. Guarda (1323) ²⁶¹
80	Martinho Peres de Oliveira	CR (1287-1292); OLC (1290-1293); PR (1288-1289, 1292) Rédacteur (1291-1310) ²⁶²	Ch. Évora (s.d.); Cht. Évora (1287-1293); Pres. par le roi à l'égl. Ste. M. Almonda (1288); El. Braga (1295); Archev. Braga (1295-1313) ²⁶³
81	Martinho Soares	OC (1308-1309); CR (1318); O (1319) Rédacteur (1308, 1318) ²⁶⁴	Ch. Porto (1293-1309); Vic. ev. Porto (1301) ²⁶⁵

²⁵⁷ IAN/TT, *Colegiada de Sta. Cruz do Castelo de Lisboa*, m. 1, n. 18 (2) (mention dans le dos du document).

²⁵⁸ IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 20v (1302), fol. 33v (1304); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 30v (1304); DAVID, Henrique – A família Cardona e as relações entre Portugal e Aragão durante o reinado de D. Dinis». *Revista da Faculdade de Letras. História*, 2ª série, IV (1987), 81-82 (en 1317 où il est désigné aussi comme *colaço* de la reine Isabelle d'Aragon); O *LIVRO das Lezírias*, p. 162-165 (1306); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 71v (en 1310 où il est désigné aussi comme *colaço* de la reine).

²⁵⁹ FARELO – *O Cabido da Sé de Lisboa*, vol. 2, p. 305-307.

²⁶⁰ IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 4, fol. 2 (1297), IAN/TT, *Gav. XIX*, m. 13, n° 34 (1302); IAN/TT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2ª inc., m. 87, n° 4022 et m. 89, n° 4245 (1304); IAN/TT, *Colegiada de Santa Maria de Torres Vedras*, m. 22, n° 6 (1340/41); IAN/TT, *Mosteiro de Alcobaca*, 2ª inc., m. 10, n° 229, Liv. 5º dos Dourados, fol. 74 et BRANDÃO – *Monarquia Lusitana – Quinta Parte*, fol. 127v (d. 1305 – a. 1307); HOMEM – *O Desembargo Régio*; IDEM – Dionisius et Alfonsus, p. 58 (1312); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 157 (1324); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 4, fol. 1v (131...); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 157 (1324); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 4, fol. 75v (1316), fol. 95v (1324); HOMEM – *O Desembargo Régio*, n° 189. Il est mort à la fin 1340 ou au début 1341 (IAN/TT, *Colegiada de Santa Maria de Torres Vedras*, m. 22, n° 6)

²⁶¹ IAN/TT, *Colegiada de Santa Maria de Torres Vedras*, m. 10, n° 9 (1307), m. 22, n° 6 (1340/41); IAN/TT, *Mosteiro de Alcobaca*, 2ª inc., m. 21, n° 502 (1308); IAN/TT, *Arquivo do Hospital de S. José*, liv. 163, fol. 289v-292v (1337); IAN/TT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2ª inc., m. 90, n° 4300 (1314); *LETTRES communes du pape Jean XXII*, n° 18632 (1323).

²⁶² IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 1, fol. 205v (1287); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 1, fol. 256v-258 (1292); IAN/TT, *Gav. XI*, m. 10, n°18 (1290); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 2, fol. 3 (1291) et 53v (1293); COSTA – Concílio provincial de Compostela, p. 406, 408 (1288-1289); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 2, fol. 58 (1292), fol. 55 (1293); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 74 (1310).

²⁶³ IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 1, fol. 205v (1287); IAN/TT, *Gav. XIX*, m. 14, n° 3, fol. 8 (Présenté par le roi à l'égl. de Ste. Marie de Almonda en 1288); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 2, fol. 91v (1295); VILAR – *As dimensões de um poder*, p. 329-330; SARAIVA – *A Sé de Lamego*, p. 66, note 128.

²⁶⁴ IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 63v (1308); IAN/TT, *Gav. XIII*, m. 9, n° 30 (1309); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 120v (1318); IAN/TT, *Mosteiro de Alcobaca*, Liv. 2º dos Dourados, fol. 110-111 (1309).

²⁶⁵ Biblioteca Nacional de Lisboa, *Pergaminhos. Série Preta*, n° 33P (1293); IAN/TT, *Gav. XIII*, m. 9, n° 30 (1309); IAN/TT, *Ordem dos Pregadores*, Convento de S. Domingos de Lisboa, liv. 26, fol. 432 (1301).

ID	Nom	Parcours dans la sphère royale	Parcours dans la sphère ecclésiastique
82	Paio Domingues	CR (1283-1297); SJR (1283-1290) Rédacteur (1283, 1284, 1287, 1289, 1295) ²⁶⁶	Ch. Évora (1270-1304); D. Évora (1279-1304); Pr. Ste. M. Guimarães (1287-1297); Pr. St. Jean Beja (s.d.); Ch. preb. Lisbonne (1291-1294) ²⁶⁷
83	Me. Pedro I	CR, FR (1279-1280) ²⁶⁸	Pres. par le roi à l'égl. St. Pierre Sul (1280) ²⁶⁹
84	Me. Pedro II	CR (1304) ²⁷⁰	
85	Me. Pedro de Lisbonne	CR (1279-1281); FR (1279-1293) ²⁷¹	Ch. Guarda (1296); Ch. Porto (1293-1296); Rt. St. Jacques Óbidos (1296) ²⁷²
86	Me. Pedro Eanes	FR (1301-1320) ²⁷³	Ch. Lisbonne (1299-1312); Ch. Braga (1306-1318); Rt. Telões (1312); Pr. Ste. M. Guimarães (1316-1326) ²⁷⁴
87	Pedro Eanes [de Aranha]	CtR (1301-1314); CR (1311-1312) Rédacteur (1304, 1313-1314) ²⁷⁵	Pres. par le roi à l'égl. St. Nicolas Lisbonne (1311) ²⁷⁶

²⁶⁶ IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 1, fol. 82 (1283); IAN/TT, *Mesa da Consciência e Ordens*, Ordem de Santiago/Convento de Palmela, m. 1, n° 20, Liv. 272, fol. 155v-156 et IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 2, fol. 130v (1297); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 1, fol. 270v (1290); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 2, fol. 96 (1295); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 80 (1284); RÊPAS, Quando a nobreza..., p. 298-299, doc. 25 (1287) et p. 343-344, doc. 58 (1289). Il est mort avant 1304/5/23 car il y est dit «doyen en autre temps d'Évora» (IAN/TT, *Mosteiro de Alcobaça*, 1^a inc, DP, m. 24, n° 12).

²⁶⁷ IAN/TT, *Mosteiro de Alcobaça*, 1^a inc., DP, m. 12, n° 15 (1270); IAN/TT, *Mosteiro de Alcobaça*, 1^a inc, DP, m. 24, n° 12 (1304); VILAR – *As dimensões de um poder*, p. 331 (1279 et s.d.); FARELO – *O Cabido da Sé de Lisboa*, vol. 2, p. 319-323 (toutes les autres références).

²⁶⁸ IAN/TT, *Gav. XIX*, m. 14, n° 14 (1279-1280).

²⁶⁹ *Ibidem*.

²⁷⁰ IAN/TT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2^a inc., m. 80, n° 3533 (1304).

²⁷¹ IAN/TT, *Gav. XIX*, m. 3, n° 47, fol. 3, 6 et IAN/TT, *Leitura Nova*, Livro dos Padroados, 2, fol. 5-5v [datée de 1280] (1279 et 1281); IAN/TT, *Arquivos Particulares. Arquivo dos Viscondes de Vila Nova de Cerveira*, boîte 7, n° 1, fol. 165 (1293).

²⁷² IAN/TT, *Gav. XIX*, m. 3, n° 47, fol. 3, 6 et IAN/TT, *Leitura Nova*, Livro dos Padroados, 2, fol. 5-5v [datée de 1280] (Présenté par le roi à l'égl. de St. Jacques d'Óbidos le 1279/1/18 et le 1281/6/8); IAN/TT, *Arquivo do Hospital de S. José*, liv. 62, fol. 63v-67v (1296); IAN/TT, *Arquivos Particulares. Arquivo dos Viscondes de Vila Nova de Cerveira*, boîte 7, n° 1, fol. 165 (1293); FARELO, Mário – *Ao Serviço da Coroa no século XIV*.

²⁷³ IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 13v (1301); IAN/TT, *Colegiada de Guimarães, Documentos Eclesiásticos*, m. 2, n° 44 (1320).

²⁷⁴ IAN/TT, *Ordem de Santiago*, m. 1, n° 9; liv. 272, fol. 138-138v (1299); *REGESTVM Clementis papae V*, n° 8036 (1312); *REGESTVM Clementis papae V*, n° 757 (1306); IAN/TT, *Colegiada de Guimarães, Documentos Eclesiásticos*, m. 2, n° 43 (1318), m. 2, n° 40 (1316); IAN/TT, *Gav. XIX*, m. 5, n° 9 et IAN/TT, *Leitura Nova*, Livro dos Padroados, 2, fol. 29v-30v (1326); FARELO – *O Cabido da Sé de Lisboa*, vol. 2, p. 323-327 (Les références y contenues pour les années 1282 et 1287 pourront concerner des possibles homonymes).

²⁷⁵ IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 4, fol. 16 (1301); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 85 (1314); IAN/TT, *Gav. XIX*, m. 14, n° 3 et IAN/TT, *Leitura Nova*, Livro dos Padroados, 1, 31v-32 (1311); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 81v (1312); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 4, fol. 23v (1304), fol. 66 (1313).

²⁷⁶ IAN/TT, *Gav. XIX*, m. 14, n° 3 et IAN/TT, *Leitura Nova*, Livro dos Padroados, 1, 31v-32 (1311) (Présenté par le roi à l'égl. de St. Nicolas de Lisbonne en 1311); *O LIVRO das Lezírias*, p. 201-246 (1315).

ID	Nom	Parcours dans la sphère royale	Parcours dans la sphère ecclésiastique
88	Pedro Eanes Foucinha	CR (1284-1290) Rédacteur (1284) ²⁷⁷	
89	Me. Pedro Martins	FR (1276) ²⁷⁸ ; ChR (1279-1281) ²⁷⁹	Ev. Évora (1289-1297); Ev. Coimbra (1297-1301) ²⁸⁰
90	Pedro Pais	CR (1283-1293) Rédacteur (1288, 1290, 1291) ²⁸¹	Ch. Coimbra (1293); Ch. Guarda (1293) ²⁸²
91	Pedro Peres	CR (1313-1317); OFR (1313-1317) Rédacteur (1313-1317) ²⁸³	Ch. Coimbra (1315) ²⁸⁴
92	Pedro Vicente	CR (1322-1324); OFR (1322); O (1324) Rédacteur (1322, 1324) ²⁸⁵	
93	Raimundo d'Ébrard	CR (1307) ²⁸⁶	T. Coimbra (1291); D. Coimbra (1293-1318); Ev. Coimbra (1319-1324) ²⁸⁷
94	Rodrigo Gonçalves	CR (1316-1319) Rédacteur (1316-1319) ²⁸⁸	
95	Rui Badim	CR (1323-1327); OR (1323-24, 1327) Rédacteur (1324) ²⁸⁹	Ch. Ste. M. Alcáçova Santarém (1316-1344) ²⁹⁰

²⁷⁷ IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 1, fol. 99-99v (1284); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 1, fol. 281v (1290).

²⁷⁸ MORUJÃO – *A Sé de Coimbra*, p. 148, note 378.

²⁷⁹ IAN/TT, *Gav. XIX*, m. 3, n° 47, [fol. 2v] (1279); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 1, fol. 41v (1281) et MORUJÃO – *A Sé de Coimbra*, p. 148-149. C'est probablement lui le chancelier de la reine identifié en 1287, 1289 et 1290 (IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 1, fol. 200, 259 et 271 respectivement). La plupart des auteurs avancent pour son occupation de la charge de chancelier les dates de 1279-1280 (VENTURA – *A nobreza de corte*, p. 996 et HOMEM – *A Corte e o Governo Central*, p. 535), tandis que Mattoso préfère 1279-1281 (MATTOSO – *Identificação de um país*, p. 90).

²⁸⁰ C'est probablement lui qui est présenté par le roi à l'égl. de Ste. M. da Alcáçova de Santarém le 1279/12/9 et à St. Clément de Loulé le 1280/2/12 (IAN/TT, *Gav. XIX*, m. 3, n° 47, [fol. 2v, 3]).

²⁸¹ IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 1, fol. 77v-80 (1283); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 2, fol. 52v (1393); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 1, fol. 222 (1288); fl. 272v (1290); fl. 288 (1291). Il s'agit probablement du Sjr (1276-1277). VENTURA – *A nobreza de corte*, p. 1040.

²⁸² IAN/TT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2^a inc., m. 49, n° 1973 (Document élaboré après sa mort).

²⁸³ IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 4, fol. 65v (1313); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 4, fol. 79v (1317).

²⁸⁴ IAN/TT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2^a inc, m. 29, n° 1207 (1315).

²⁸⁵ HOMEM – *O Desembargo Régio*, n° 210 (pour toutes les références).

²⁸⁶ IAN/TT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2^a inc., m. 3, n° 147 (1307).

²⁸⁷ MORUJÃO – La famille d'Ébrard, p. 84-85; MORUJÃO – *A Sé de Coimbra*, p. 215, 231.

²⁸⁸ IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 4, fol. 76 (1316); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 125v (1319).

²⁸⁹ HOMEM – *O Desembargo Régio*, n° 214 (1323-1324); IAN/TT, *Gav. VII*, m. 12, n° 15 (1327).

²⁹⁰ IAN/TT, *Gav. XIX*, m. 5, n° 49 (1316); Maria de Fátima BOTÃO – *Poder e Influência de uma Igreja Medieval. A Colegiada de Santa Maria de Alcáçova de Santarém*. Cascais: Patrimonia, 1998, p. 142 (1344).

ID	Nom	Parcours dans la sphère royale	Parcours dans la sphère ecclésiastique
96	Rui Domingues	PR (1317); CR (1320) ²⁹¹	Pr. St. Silvestre de Unhos (1312-1314); Pr. St. Michael Torres Vedras (1314-1319); Ch. preb. Braga (1318-1327); Pr. St. Leonard Atoguia (1319-1332); Ch. Lisbonne (1332); Col. can sub exp. preb. Évora (1327); Vic.-général ev. Guarda (1321) ²⁹²
97	Rui Soares	CR (1303-1308); OR (1304-1308); PR (1304) Rédacteur (1303-1308) ²⁹³	Pres. par le roi à l'égl. Ste. M. Almada (1290); Arch. Barroso (1295-1300); Ch. Évora (1299); Rt. Ste M. Vimieiro (1299); D. Braga (1301-1309); D. Évora (1300-1309) ²⁹⁴
98	Soeiro Eanes	CR (1282-1283); PR (1282) Rédacteur (1282-1283) ²⁹⁵	
99	Tiago Eanes	CR (1276, 1286-1290); OLC (1286) Rédacteur (1286-1288) ²⁹⁶	Ch. Évora (1287-1288) ²⁹⁷
100	Me. Tomé	FR (1301) ²⁹⁸	Ch. Ste. M. Alcáçova Santarém (1301) ²⁹⁹

²⁹¹ *MONUMENTA Portugaliae Vaticana*, vol. 2, p. LIX (1317); *LETTRES communes du pape Jean XXII*, n° 12360 (et aussi clerc de la reine Isabelle en 1320).

²⁹² IAN/TT, *Gav. XIX*, m. 14, n° 3, fol. 52 et IAN/TT, *Leitura Nova*, Livro dos Padroados, 1, fol. 32 (Présenté par le roi à l'égl. de St. Silvestre de Unhos le 1312/6/16); IAN/TT, *Colegiada de São Silvestre de Unhos*, m. 1, n° 6 (1312); IAN/TT, *Gav. XIX*, m. 14, n° 3, fol. 55v et IAN/TT, *Leitura Nova*, Livro dos Padroados, 1, fol. 32v [cette dernière datée du 1304/7/16] (Présenté par le roi à l'égl. de St. Michael de Torres Vedras le 1314/7/16); *LETTRES communes du pape Jean XXII*, n° 7841 (1318); RODRIGUES, Ana Maria Seabra – As Colegiadas de Torres Vedras nos séculos XIV e XV. *Didaskalia*. 15 (1985) 423 (Présenté par le roi à l'égl. de St. Leonard d'Atoguia le 1319/2/12); *LETTRES communes du pape Jean XXII*, n° 2360 (obtient coll. can sub exp. preb. Lisbonne en 1320); IAN/TT, *Ordem dos Cônegos Regrantes de Santo Agostinho*, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, 2^a inc., m. 17, «Alm. 33, m. 1, n. 3» (1321); *LETTRES communes du pape Jean XXII*, n° 28452 (obtient coll. can sub exp. preb. Évora en 1327 continuant avec l'expectative de prébende en Lisbonne); FARELO – *O Cabido da Sé de Lisboa*, vol. 2, p. 360-361 (pour les autres références).

²⁹³ IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 24v (1303); IAN/TT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2^a inc., m. 14, n° 648 (1308); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 30v (1304); O *LIVRO das Lezírias*, p. 107 (1304) et SARAIVA – *A Sé de Lamego*, p. 68, note 132.

²⁹⁴ VILAR – *As dimensões de um poder*, p. 334-335; SARAIVA – *A Sé de Lamego*, p. 68, note 132; RODRIGUES, [et al.] – *Os capitulares bracarense*, p. 60.

²⁹⁵ IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 1, fol. 50v-51 (1282); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 1, fol. 85v (1283); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 1, fol. 71v (1382).

²⁹⁶ VENTURA – *A nobreza de corte*, p. 1049 (1276); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 1, fol. 162-162v (1286); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 1, fol. 269-270v (1290); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 1, fol. 181v (1286), 215v (1288).

²⁹⁷ IAN/TT, *Gav. XII*, m. 7, n° 3 et IAN/TT, *Leitura Nova*, Livro de Reis, 2, fol. 89 (1287); IAN/TT, *Leitura Nova*, Livro de Reis, 2, fol. 268v-269 (1288).

²⁹⁸ IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 14 (1301).

²⁹⁹ *Ibidem*.

ID	Nom	Parcours dans la sphère royale	Parcours dans la sphère ecclésiastique
101	Tomé Domingues	CR (1269, 1281-1293) ³⁰⁰	Pres. par le roi à l'égl. St. Pierre Sul (1281) ³⁰¹
102	Fr. Vasco [Soares]	CfR e CpR (1323) Rédacteur (1323) ³⁰³	
103	Vasco Martins	CR (1317-1319) Rédacteur (1318-1319) ³⁰⁴	Ch. Lisbonne (1308-1328); Ch. Coimbra (1313); Rt. St. Michael Penela (1315); Rt. St. Pierre Torres Vedras (1317-1321); Pr. St. Jacques Beja (1318); Ch. Sevilha (1324); D. Évora (1326); Ev. Porto (1328-1342); Ev. Lisbonne (1342-1344) ³⁰⁵
104	Vicente Martins	T. (1281-1287); CR (1282-1287) ³⁰⁶	Rt. S. Silvestre Unhos (1279) ³⁰⁷

³⁰⁰ VENTURA – *A nobreza de corte*, p. 1049 (1269); IAN/TT, Gav. XIX, m. 14, n° 14 (1281); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, Livre 2, fol. 52v (1293).

³⁰¹ IAN/TT, Gav. XIX, m. 14, n° 14 (1281).

³⁰² IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 1, fol. 147-149 (1285).

³⁰³ HOMEM – *O Desembargo Régio*, n° 220 (1323).

³⁰⁴ IAN/TT, Gav. XIX, m. 1, n° 13 (1317); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 125 (1319); IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fol. 119 (1318).

³⁰⁵ COELHO; SARAIVA – D. Vasco Martins, p. 119-136.

³⁰⁶ IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 1, fol. 31-31v (1281); IAN/TT, Gav. XIX, m. 14, n° 14 (1282 et 1287).

³⁰⁷ IAN/TT, *Colegiada de São Silvestre de Unhos*, m. 1, n° 7 (1274); IAN/TT, Gav. XIX, m. 14, n° 14 (Présenté par le roi à l'égl. de St. Pierre du Sul en 1282).

PRINCIPAUX SIGLES ET ABRÉVIATIONS

Ab.	Abbé
Arch.	Archidiacre
Archev.	Archevêque
CfR	Confesseur du Roi
Ch.	Chanoine
ChR	Chancelier du Roi
Cht.	Chantre
CpMR	Grand Chapelain du Roi
CpR	Chapelain du Roi
CR	Clerc du Roi
CtR	<i>Contador</i> du Roi
D.	Doyen
Demi-Ch.	Demi-chanoine
égl.	église
El.	Elu
Ev.	Evêque
FmR	Familier du Roi
FR	Médecin du Roi
Gav.	IAN/TT, <i>Gaveta</i>
JAH	Juge « <i>ad hoc</i> »
JFR	Juge des faits du Roi
m.	liasse
ME	Maître-École
Me	Maître
O	<i>Ouvidor</i>
OAH	<i>Ouvidor</i> « <i>ad hoc</i> »
OC	<i>Ouvidor</i> de la Cour
OF	<i>Ouvidor</i> des Faits
OFR	<i>Ouvidor</i> des Faits du Roi
OLC	<i>Ouvidor</i> à la place de la Cour
OR	<i>Ouvidor</i> du Roi
OS	<i>Ouvidor</i> des Suppliques
Port.	Portionnaire
PR	Procureur du Roi
Pr.	Prieur
Prés.	Présenté
PRF	Procureur des Faits du Roi
Prov. apost. can. et exp. preb.	Provision apostolique du canonat et expectative de prébende
Qt.	Quartenaire
Rt.	Recteur
SjR	Sur-juge du Roi
St.	Saint
Ste. M.	Sainte Marie
T.	Trésorier
VChR	Vice-chancelier du Roi
Vic.	Vicaire
Vic.-général	Vicaire-Général



DOS LIVROS À PUBLICAÇÃO EM LINHA DE UMA BASE DE DADOS:
OS PRIMEIROS RESULTADOS DO PUZZLE DOS *FASTI ECCLESIAE GALLICANAE*

HÉLÈNE MILLET
STÉPHANE RAUX

O projecto *Fasti Ecclesiae Gallicanae* atingiu recentemente uma segunda fase: os dados sobre os clérigos de nove dioceses reunidos em nove bases de dados pessoais estão fundidos numa única base de dados acessível na Internet (FEG). A mobilidade e a pluralidade de benefícios dos clérigos implicam que um indivíduo descrito numa ficha numa base de dados diocesana possa igualmente ser descrito numa segunda ficha numa outra base de dados diocesana. Para produzir uma única ficha para um indivíduo, é necessário um processo de identificação, o qual funciona com base em identificadores numéricos e na comparação entre o conjunto de nomes, por via de um motor de busca. A base de dados FEG integra ferramentas estatísticas e gráficas. Podemos visualizar o número de indivíduos numa diocese por ano. Podem ser feitas representações gráficas das relações criadas por via dos múltiplos benefícios, pelo que as tendências e a dimensão geográfica da mobilidade clerical ficam plenamente estabelecidas. Torna-se agora óbvio que os cónegos seculares medievais devem ser estudados numa escala europeia.

FROM BOOKS TO AN INTERNET DATA-BASE:
FIRST GLANCES TO THE *FASTI ECCLESIAE GALLICANAE* PUZZLE

HÉLÈNE MILLET
STÉPHANE RAUX

The *Fasti Ecclesiae Gallicanae* project is now reaching a second phase: data on churchmen from nine dioceses collected in nine personal data-bases are merged into one Internet data-base (FEG). Because of clerical mobility and pluralism of benefits, it means that an individual which is described in a form in one diocesan data-base can also be described in a second form in another diocesan data-base. To produce only one form for one individual, a process of identification is necessary; it works on the basis of numeric identifiers and on comparisons upon the range of names by a search engine. The FEG database is completed with statistical and graphical tools. One can visualise the number of individuals in one diocese per year. Graphical representations of relationship through pluralism of benefits can be drawn so that trends and geographical extent of clerical mobility appear plainly. It is now obvious that medieval secular canons need to be studied at a European scale.

**DE LA PUBLICATION DE LIVRES À LA MISE
EN LIGNE D'UNE BASE DE DONNÉES: LES PREMIERS
ENSEIGNEMENTS DU PUZZLE
DES *FASTI ECCLESIAE GALLICANAE***

HÉLÈNE MILLET*
STÉPHANE RAUX**

Créé en 1991, le programme *Fasti Ecclesiae Gallicanae* vise à doter la France d'un répertoire prosopographique des notables diocésains de 1200 à 1500. Par notables diocésains, il faut entendre le chef du diocèse (évêque ou archevêque) et ses auxiliaires (vicaires et officiaux) ainsi que les chanoines et les dignitaires du chapitre cathédral. Le programme a l'ambition de couvrir le territoire de la France actuelle tout en respectant le découpage diocésain tel qu'il a été fixé au début du pontificat de Jean XXII en 1318. Pour mener à son terme la collection de livres où sont publiées les notices prosopographiques issues des bases de données élaborées pour chaque diocèse, il conviendra donc de produire 130 fascicules.

Le premier fascicule, qui porte sur le diocèse d'Amiens, a vu le jour en 1996. Huit autres volumes ont suivi. La collection est publiée à Turnhout chez Brepols Publishers. Voici quels sont ces neuf volumes:

- t.1 – Diocèse d'Amiens, par Pierre Desportes et Hélène Millet, 1996.*
- t.2 – Diocèse de Rouen, par Vincent Tabbagh, 1998.*
- t.3 – Diocèse de Reims, par Pierre Desportes, 1998.*
- t.4 – Diocèse de Besançon, par Henri Hours, 1999.*
- t.5 – Diocèse d'Agen, par Fabrice Ryckebusch, 2001.*
- t.6 – Diocèse de Rodez, par Matthieu Desachy, 2002.*
- t.7 – Diocèse d'Angers, par Jean-Michel Matz et François Comte, 2003.*
- t.8 – Diocèse de Mende, par Philippe Maurice, 2004.*
- t.9 – Diocèse de Sées, par Pierre Desportes, Jean-Pascal Foucher, † Françoise Loddé, et Laurent Vallière, 2005.*

La France est donc encore très loin d'être couverte (voir figure 1), mais déjà se sont fait sentir le besoin et l'intérêt de construire une unique base de données cumulative à partir des bases diocésaines. Cette opération, initialement prévue

* LAMOP CNRS-Université Paris I.

** Étudiant de M2 à l'Université Paris I.

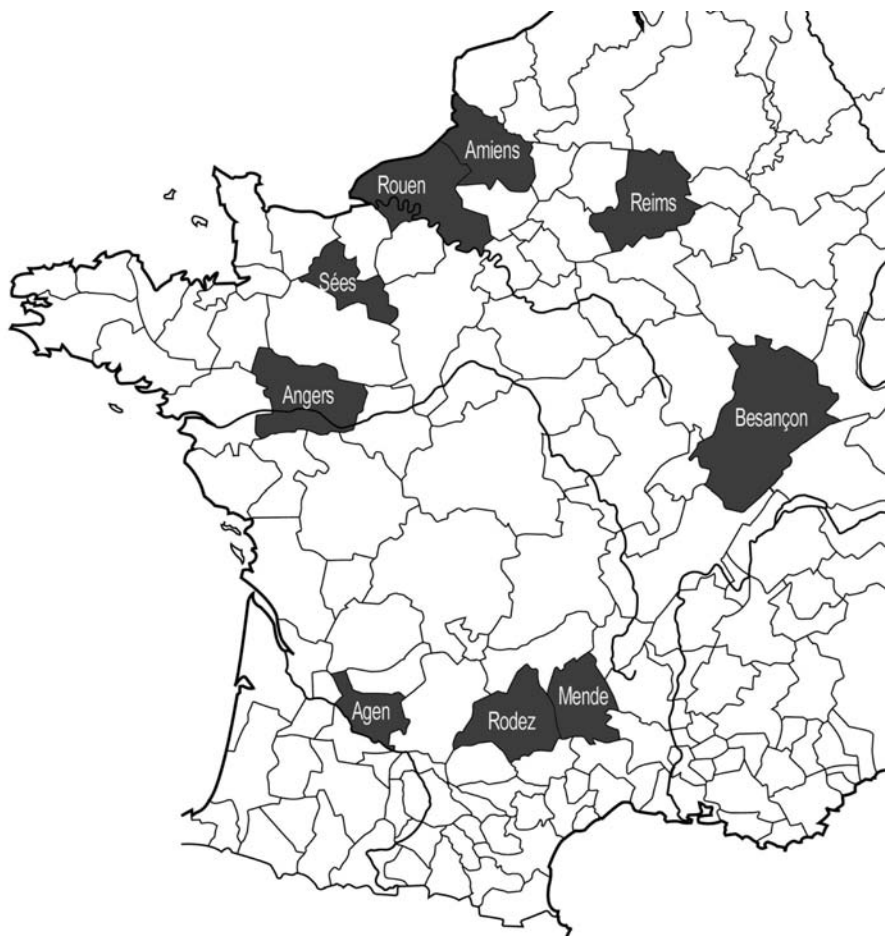


Figure 1: Les diocèses déjà publiés dans le cadre des Fasti

comme devant aboutir à l'édition d'un CD-Rom, a donné lieu à l'élaboration d'une base de données, intitulée FEG, mise en ligne sur Internet¹. Elle a été conçue par Hélène Millet, responsable du programme, et réalisée par Stéphane Raux, étudiant en histoire formé à l'informatique à l'Université de Paris I, qui a ainsi satisfait aux obligations du Master 2 de cette même Université². Ils ont constamment travaillé en étroite collaboration, ce qui entre très certainement pour beaucoup dans la réussite de l'entreprise.

¹ Seuls les auteurs ont accès à cette base de données de travail. Brepols en diffusera une version interrogeable par le public sur son site BREPOLiS. La mise en ligne est prévue pour 2007.

² RAUX, Stéphane – *Les bases de données prosopographiques en histoire médiévale: le cas des Fasti Ecclesiae Gallicanae*. Paris, 2006. Mémoire de Master 2 de l'Université de Paris I préparé sous la direction de Jean-Philippe Genet.

La Base FEG est à présent opérationnelle et les auteurs s'emploient à y importer leurs données. Elle est aussi utilisée pour la saisie des données nouvelles, soit qu'il s'agisse de corrections ou d'additions apportées aux bases déjà publiées, soit que de nouvelles bases soient ouvertes par d'autres chercheurs en vue de travailler sur d'autres diocèses. Les prochains volumes seront désormais publiés à partir de la base FEG. Le dixième, qui porte sur le diocèse de Poitiers, est en cours d'achèvement par Laurent Vallière. Ce sont les premiers enseignements de cette nouvelle phase du programme *Fasti Ecclesiae Gallicanae* que cette communication veut présenter.

UN RÉPERTOIRE À DEUX NIVEAUX: «L'INDIVIDU FASTI»

Il faut commencer par préciser qu'aucun problème méthodologique ne s'opposait à l'opération de cumul car elle avait été prévue dès le début de l'entreprise. Quoique réalisées à l'aide de logiciels différents (Dbase, 4D et ACCESS), toutes les bases de données diocésaines sont en effet dotées de la même structure de saisie des données³.

Le processus d'addition des bases diocésaines (voir figure 2) n'a pas pour unique résultat de produire une base comportant davantage de personnages et de données. Il entraîne également la création d'une nouvelle unité prosopographique, «l'individu Fasti», et d'un nouveau répertoire, celui des FEG. Dans ce répertoire, une personne repérée dans plusieurs bases diocésaines est comptée comme un seul individu Fasti.

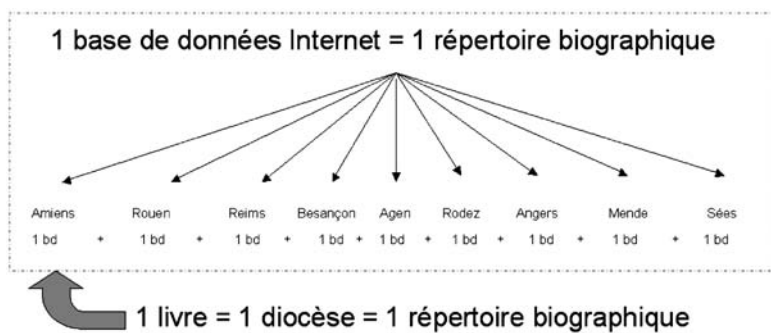


Figure 2: Les deux phases du programme

³ A vrai dire, des ajustements ont été nécessaires après la publication du prototype, le volume sur Amiens. Mais ils n'ont pas touché à l'économie générale du système. L'addition de champs destinés à recueillir des informations sur les péripéties à l'entrée ou à la sortie du chapitre ou sur le lieu d'inhumation n'a fait qu'apporter davantage de précisions. Il a aussi fallu ajouter un champ «Fasti» où sont mentionnés le ou les numéros attribués au personnage lorsque celui-ci a également été identifié dans un autre diocèse.

Telles qu'elles sont éditées à partir des bases diocésaines, les notices se décomposent en quatre unités d'information:

- les éléments d'identification: numéro, nom;
- les données concernant les bénéfices et les fonctions dans le diocèse: intitulé, dates et circonstances d'entrée et de sortie;
- les éléments biographiques, distingués par une lettre en début de ligne: en particulier, la lettre «e» signale l'énoncé des bénéfices ou fonctions tenus dans les autres diocèses;
- les références aux sources et à la bibliographie, écrites en italiques; elles sont précédées par les «numéros», écrits en gras, affectés à ce même personnage lorsqu'il a été répertorié dans d'autres diocèses⁴.

La figure 3 correspond ainsi à la notice de Ferry Cassinel issue de la base de données Amiens. La lecture de la ligne «e» de cette notice de Ferry Cassinel (identifié comme AM1) nous informe qu'il fut chanoine de Rouen et archidiacre du Vexin français. Ferry Cassinel a donc aussi été répertorié dans le diocèse de Rouen, sous le numéro RO86.

En conséquence, cet individu est doté d'une autre notice dans la base de données Rouen, qui correspond à la figure 4. A la ligne «e», on remarque que c'est au tour des bénéfices amiénois (chanoine et archidiacre d'Amiens) d'être énumérés à cet emplacement, tandis que figure en zone référence le numéro AM1.

AM1	<p><i>Ferricus CASSINELLI</i> (CASSINEL)</p> <p>chanoine 1373 - 1375, promotion épiscopale</p> <p>archidiacre d'Amiens, collation apostolique (1373c 12 19) 1373 - 1375, promotion épiscopale ; évêque de Lodève le 27 août 1375 .</p> <p>a. † 1390 le 26 mai ; tombeau cathédrale d'Auxerre.</p> <p>c. Fils d'anobli ; Paris.</p> <p>d. Petit-fils d'un Lucquois établi à Paris.</p> <p>e. Théroouanne chanoine 1371, archidiacre de Flandre 1375/ Rouen chanoine 1371-1375, archidiacre du Vexin français 1363-1375/ Paris chanoine 1368/ Lisbonne chanoine 1373j, archidiacre Santarem 1373j/ Lodève évêque 1375-1382/ Auxerre évêque 1382-1390/ Reims archevêque 1390.</p> <p>f. Docteur <i>in utroque jure</i> , docteur théologie 1373 ; notaire et secrétaire du roi 1363.</p> <p><i>RM1041, RO86</i> ; <i>Eubel</i>, p.120, 310 et 419 ; <i>LC UV</i> 4629, 4754, 24034 ; <i>LC GXI</i> 7923, 26266, 36468, 41371 ; <i>AVB</i>, 25, n°2995 ; <i>Gane</i>, 295, n°131 ; <i>CUP</i>, III, 202.</p>
------------	---

Figure 3: La notice de Ferry Cassinel dans le corpus d'Amiens

⁴ Ces numéros se composent de deux lettres (code diocésain) et de un à quatre chiffres. Chaque diocèse dispose de son autonomie de numérotation.

<p>RO86</p>	<p>Ferricus CASSINEL</p> <p>archidiacre du Vexin français, collation apostolique (1363c 02 09) 1363 - 1375, promotion ; succède à J. de Caramanno (1134)</p> <p>chanoine (1371r 09 08) 1371 - 1375, promotion ; succède à B. Renaudi (437) .</p> <p>a. † 1390.</p> <p>b. Prêtre.</p> <p>c. Noble ; Paris.</p> <p>d. Fils de François Cassinel ; frère de Bertrand Cassinel chantre Auxerre.</p> <p>e. Paris chanoine 1368/ Amiens chanoine 1373-1375, archidiacre d'Amiens 1373-1375/ Thérrouanne chanoine 1371, archidiacre de Flandre 1375/ Lodève évêque 1375-1382/ Auxerre évêque 1382-1390/ Reims archevêque 1390.</p> <p>f. Docteur <i>in utroque jure</i> et docteur théologie ; notaire du roi 1363.</p> <p>AM1, RM1041 ; <i>Gane (R.)</i>, <i>Le chapitre de Notre-Dame de Paris</i>, p. 295 n° 131 ; <i>AD = Tabbagh 86</i> ; <i>LC UV 4754, 24034</i> ; <i>CUP III, n° 1375, p. 496.</i></p>
--------------------	---

Figure 4: La notice de Ferry Cassinel dans le corpus de Rouen

Une fois ces deux notices importées dans la base cumulative (base FEG), le système produit une seule et unique fiche pour l'«individu Fasti» Ferry Cassinel. Pour éviter les risques de confusion en multipliant les numéros d'identification, chaque individu Fasti est identifié par le numéro qui lui a été affecté dans le diocèse le plus anciennement publié. Amiens ayant été publié avant Rouen, dans la base FEG, Ferry Cassinel est donc reconnu comme l'individu Fasti AM1.

Une fiche d'individu Fasti comporte trois zones:

- La première reprend les éléments d'identification provenant de chacune des notices diocésaines, avec une ligne par diocèse.
- La seconde énumère, diocèse par diocèse, les bénéfices et fonctions qui justifient sa présence dans le programme Fasti, en commençant par ceux des diocèses publiés. Viennent ensuite ceux qui lui donneront droit de figurer dans les prochains volumes de la collection. Enfin, en italiques, sont portés ceux des diocèses étrangers au programme des Fasti français.
- La troisième est une zone de travail appelée à disparaître. Elle comporte deux éléments. Tout en bas sont rappelés les éventuels numéros portés par l'individu dans les diocèses, déjà publiés, dont les données n'ont pas encore été importées dans la base FEG. Le second consiste en la mention «validé», écrite en haut et à droite, à côté de chaque ligne d'identification. Ce message est un signal qui marque les étapes du travail d'identification dont il sera parlé plus loin.

La figure 5 montre comment se présente la fiche de Ferry Cassinel dans le répertoire de la base FEG. L'utilisateur a la possibilité de cliquer sur le nom. Selon la ligne où il se positionne, il peut faire apparaître sur l'écran, à côté, la notice de Ferry Cassinel dans la base Amiens ou celle de la base Rouen.

Individu Fasti 'AM1'		
AM1	Ferricus CASSINELLI (CASSINEL)	Validé
RO86	Ferricus CASSINEL	Validé
	Amiens chanoine 1373 - 1375, archidiacre d'Amiens 1373 - 1375	
	Rouen archidiacre du Vexin français 1363 - 1375, chanoine 1371 - 1375	
	Auxerre évêque 1382-1390	
	Lodève évêque 1375-1382	
	Paris chanoine 1368	
	Reims archevêque 1390	
	Thérouanne chanoine 1371, archidiacre de Flandre 1375	
	Lisbonne chanoine 1373j, archidiacre Santarem 1373j	
Champ 'Fasti' : RM1041		

Figure 5: La notice de synthèse correspondant à «l'Individu Fasti» Ferry Cassinell

2. DEUX PROCEDURES D'IDENTIFICATION

Pour reconnaître que deux notices diocésaines se rapportent à un seul et unique «individu Fasti», le système applique successivement deux procédures. La première, la plus simple, consiste à lire les numéros d'identification diocésains et à rechercher s'il existe des notices qui comportent ce même numéro dans la zone de référence. Elle est parfaitement automatique, car elle ne fait que prendre acte d'une identification déjà effectuée par les auteurs. Cependant, il peut se faire qu'une identification ait été réalisée par un auteur, sans que son homologue ait eu l'idée ou la possibilité de la faire.

Ainsi, dans la figure 6, Vincent Tabbagh ne sachant pas que *Petrus de Collemedio* avait été chanoine d'Amiens, il n'avait évidemment pas porté le numéro AM338 dans la zone de référence, tandis que la notice amienne, où le canonicat rouennais est mentionnée dans la ligne «e», comporte le numéro RO1011 dans sa zone de référence. Grâce à cette dernière mention, l'ordinateur a reconnu qu'il pouvait s'agir du même «individu Fasti», mais il a laissé le choix à Vincent Tabbagh de valider ou non cette identification. L'affichage des deux notices en parallèle facilite la comparaison.

La deuxième procédure d'identification consiste à rechercher des noms semblables ou proches. Elle est effectuée à l'aide d'un moteur de recherche qui passe en revue tout le stock des noms et de leurs variantes présents dans la base. Il en résulte des propositions d'identification, qui peuvent être multiples et que les auteurs doivent examiner une par une afin de les écarter ou de les valider. Là encore, la mise en parallèle des notices facilite la comparaison. La très grande

<p>RO1011 <i>Petrus de COLLEMEDIO</i> chanoine (1342r 02) 1342 - 1349, succède à J. de Suppino (1010) par permutation . d. Parent de Johannes de Collemedio trésorier de Thérouanne. e. Arras chanoine 1334/ Thérouanne Calais chanoine 1342j, St Pol chanoine 1342j. <i>Montaubin (P.), Avec de l'Italie, Etudes d'histoire médiévale offertes à Pierre Toubert, 2003, p. 501 ; LC JXXII 64004 ; AVB 1, n° 1561 ; G 2116 fol 13 ; ASV Coll 204 fol 180v.</i></p>	<p>AM338 <i>Petrus de COLLEMEDIO (de COLOMEDIA, de COLMIEU*)</i> chanoine 1353 - 1360 . a. Obit le 27 avril c. Italien de France. d. Parent de Pierre de Collemazzo archevêque de Rouen 1236-44. e. Rouen chanoine 1342-49. <i>RO1011 ; AD 80, G 1169 ; ASV, Coll 188 (1354-60) ; IRHT, SD, 11, p.115.</i></p>
--	---

Figure 6: Identification d'un individu par le numéro Fasti

Comparer la notice 'RO1129' avec :

▼

<p>RO1129 <i>Andreas PEPIN</i> chanoine 1330 - 1348 . f. Maître. g. Tient une maison canoniale. <i>G 2088 fol 64v ; 3588 ; BM, Y 82 fol 6v, 50, 72 ; Pouillés de la province de Rouen, p. 57, 68.</i></p>	<p>AM16 <i>Andreas PIPINI (PEPIN)</i> chanoine 1326 a. Obit le 12 juin. b. Prêtre. <i>Roze, Nécrologe, 365 ; LC JXXII 25681 ; IRHT, SD, 11, p.167.</i></p>
---	---

Figure 7: Identification d'un individu par le nom

majorité des propositions de rapprochement ne sont pas pertinentes, mais la procédure gagnera en efficacité avec la croissance du nombre des noms à comparer. Mais déjà, plus perspicace que les auteurs d'Amiens et de Rouen, le système a ainsi proposé de reconnaître comme un seul et même individu l'*Andreas Pépin* de Rouen avec l'*Andreas Pipini*, alias Pépin, d'Amiens, comme le montre la figure 7.

Toutefois, en l'absence d'éléments autres que l'identité des noms et des attestations dans la même page chronologique qui soient communs à ces deux notices, on se contentera de conserver le souvenir de ce rapprochement en

indiquant, à la ligne «h» (destinée à recueillir les hypothèses d'identification), «= AM16?» dans la notice de Rouen et «= RO1129?» dans celle d'Amiens.

En pratique, ces procédures sont lancées de manière groupée. Lorsque les notices d'un diocèse sont finies d'importer, on cherche toutes les possibilités de rapprochement pour les notices du diocèse suivant. Au bout de ce processus d'identification, le répertoire de la base FEG s'accroît d'individus Fasti qu'on peut dire «simples» s'ils ne sont liés qu'à une seule notice diocésaine, et «multiples» s'ils sont liés à au moins deux notices diocésaines. Ces importations étant encore en cours, les exemples qui seront donnés ne proviennent que des diocèses d'Amiens et de Rouen, les plus anciens de la collection.

Le travail n'est cependant pas terminé. Il reste à examiner si les renseignements fournis par des auteurs différents sur le même individu Fasti ne comportent pas de contradictions. Pour ce faire, il existe un mode d'affichage particulier qui permet de comparer les données ligne à ligne (figure 8). S'il n'est pas gênant que les notices diocésaines reflètent la variété documentaire et qu'elles n'atteignent pas toutes deux le même degré de précision, des données franchement incompatibles doivent conduire à reconsidérer leur pertinence ou la validité de l'identification.

Ainsi, le lecteur sera en droit de s'étonner que Jean de Brogny soit donné pour noble quand il est chanoine d'Amiens et fils de paysan lorsqu'il est chanoine de Rouen. Dans le cas présent, la contradiction ne peut être levée car les auteurs ont tous les deux de bonnes raisons pour croire qu'ils sont dans le vrai. C'est pourquoi un emplacement a été prévu sur la fiche individu où peuvent être fournies toutes les explications jugées nécessaires. Pour ledit Jean de Brogny, on lit dans cette zone d'arbitrage les précisions suivantes:

<p>Comparaison des qualités de l'individu et des cumuls qui s'y rapportent :</p> <p>AM680 : chanoine 1382 - 1382 Amiens chanoine 1382 (RO72)</p> <p>RO72 : chanoine 1419 - 1426 Rouen chanoine 1419-26 (AM680)</p> <p>RO72 : archidiacre du Grand Caux 1419 - 1426 Rouen archidiacre du Grand Caux 1419-26 (AM680)</p> <p>Comparaison des informations biographiques :</p> <p>a.1 Vie : né en 1342 - † 1426 le 16 février (AM680) 1342n-1426m (RO72)</p> <p>c.1 Statut : noble (AM680) paysan? (RO72)</p> <p>f.1 Etudes : docteur droit civil (AM680)</p> <p>g Divers : cardinal prêtre le 12-07-1385 (AM680) cardinal 1385d (RO72)</p>	<p>Comparaison des autres cumuls :</p> <p>Gap doyen 1382j (AM680) Gap doyen 1382 (RO72) Genève chanoine (AM680) Genève chanoine (RO72) Viviers évêque 1382-1385 (AM680)</p> <p>b.1 Ordre : diacre (AM680) prêtre (RO72)</p> <p>c.2 Origine : Savoie, Annecy (AM680) Annecy (RO72)</p> <p>f.2 Carrière : chapelain apostolique ; vicechancelier de l'Église (AM680)</p>
--	---

Figure 8: Détection des contradictions entre deux notices se rapportant à un même individu

«L'historiographie genevoise, confortée par une scène des fresques extérieures de la chapelle des Macchabées fondée par Brogny, raconte qu'étant enfant, il devait garder les pourceaux. Dans son édition des *Vitae paparum* de Baluze (Paris, 1921, t.II), G. Mollat discute cette tradition en se fondant sur un acte (BnF Lat. 1461, fol. 85v) de 1422 où le cardinal donne à sa nièce tous les biens qu'il avait hérités de ses parents. Et ce n'était pas rien.»

Tels sont les principes de la construction de la base FEG. Toutes sortes d'interrogations, simples ou croisées, sont évidemment possibles, et notre éditeur travaille actuellement à la manière dont sera présentée la base de données commercialisée sur son site BREPOLiS. L'ouverture au public est prévue en 2007.

3. COMPTAGES D'EFFECTIFS ET REPRESENTATIONS DE RESEAUX

A titre expérimental, Stéphane Raux a aussi réalisé deux modules d'exploitation statistique des données qui ouvrent de séduisantes perspectives. L'un permet le comptage des effectifs capitulaires, l'autre offre un mode de représentation graphique des réseaux de relations, Quoiqu'il faille encore affiner les procédures, quelques exemples suffiront à montrer la puissance d'investigation de ces nouveaux outils.

3.1. Les comptages d'effectifs

Pour un diocèse donné et une fourchette chronologique à déterminer, il est possible d'afficher un histogramme chronologique où se lit comment se répartissent, année par année, les membres du chapitre cathédral ayant donné lieu à l'établissement d'une notice prosopographique⁵. Ainsi, de 1200 à 1500, les données collectées pour le chapitre de Rouen présentent des disparités de répartition considérables, comme le montre la figure 9.

A cette époque, l'effectif théorique de ce chapitre était de cinquante personnes, à savoir quarante chanoines et dix dignitaires⁶. Il est matérialisé par une ligne horizontale. Le graphique fait apparaître trois zones distinctes:

- de 1200 à 1300, le chapitre est en sureffectif,
- de 1300 à 1370, il est au contraire en sous-effectif,
- de 1370 à 1500, peu de membres ont dû manquer au dénombrement.

⁵ Le dessin des histogrammes est réalisé à l'aide de la bibliothèque de fonctions pour PHP *Artichow*: < <http://www.artichow.org> >.

⁶ Voir TABBAGH, Vincent – *Fasti Ecclesiae Gallicanae*. T. 2: *Diocèse de Rouen*. Turnhout: Brepols, 1998, p. 11 et 13.

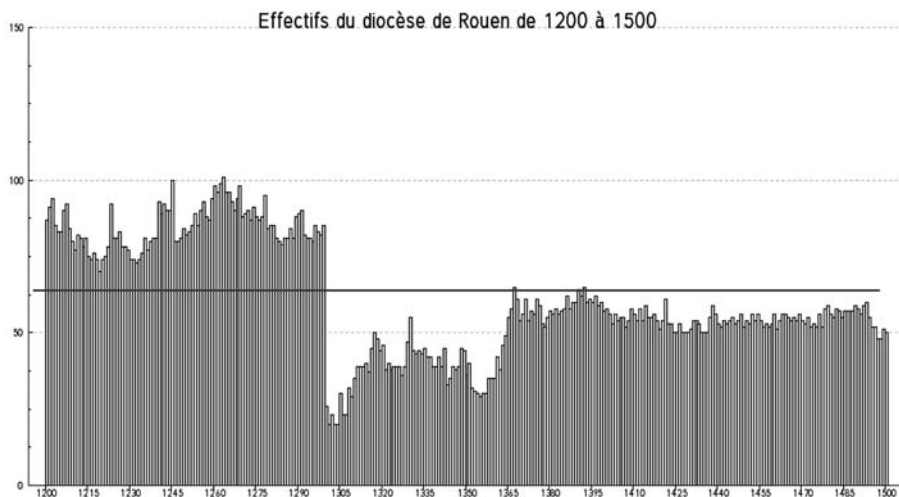


Figure 9: Les effectifs du diocèse de Rouen de 1200 à 1500

Si l'état des sources, nettement meilleur à partir de 1370, explique le décalage entre les deux périodes que cette date fait distinguer, il semble difficile d'imputer à la même cause le sureffectif de la première période. Pourtant, le paradoxe n'est qu'apparent. Deux phénomènes différents concourent pour gonfler artificiellement le nombre de membres du chapitre à cette époque.

En premier lieu, il est alors malaisé d'identifier les personnages, car leur nom est trop souvent réduit soit à un prénom soit même à la seule initiale du prénom. Par prudence, en l'absence de preuve manifeste qu'il devait s'agir du même individu, on a préféré laisser autant de personnages distincts qu'il y avait d'attestations d'existence, ce qui revenait à multiplier artificiellement le nombre d'individus. Ainsi, *R. de Buris* chanoine en 1240 pourrait être *Reginaldus de Buris* l'archidiacre du Grand Caux mentionné par un document du XIII^{ème} siècle non précisément daté ou encore *Reginaldus de Buris* attesté comme archidiacre de Rouen en 1248. La base de données donne trois individus distincts là où il n'y en avait peut-être que deux, voire un seul.

La deuxième cause de gonflement artificiel des effectifs réside dans l'impossibilité de dater exactement certaines attestations, celles figurant en particulier dans un obituaire. Lorsqu'elles sont indubitablement du XIII^{ème} siècle, par convention, on les a notées «12...» ce qui a été interprété, pour la confection des histogrammes, comme une durée d'appartenance au chapitre égale à cent ans!

Comme les analyses statistiques plus fines qu'on peut rêver de faire doivent toujours être tempérées par le degré de fiabilité de nos observations, elles-mêmes dans la dépendance des lacunes documentaires, de tels graphiques seront des outils fort utiles pour tester la validité des raisonnements.

3.2. Les représentations de réseaux

La mobilité bénéficiale des chanoines séculiers est un phénomène particulièrement intéressant à appréhender en termes de réseaux de relations. Chaque notice prosopographique comporte l'indication des prébendes qu'un individu a détenues dans d'autres chapitres cathédraux, que ce soit successivement ou en cumul⁷. Lorsqu'on se place à une date donnée, dans un diocèse donné, on peut donc connaître pour chacun des notables recensés quels furent les autres diocèses où ils ont également été repérés, à la même date ou bien antérieurement. S'être trouvés ensemble dans un même diocèse ou, dans les cas fréquents de non-résidence, avoir au moins eu des intérêts communs dans un même lieu crée des liens que le système permet de visualiser.

Dans le graphe de la figure 10, qui porte sur le diocèse de Rouen en 1260, les individus sont représentés dans des ovales (leur numéro d'identification y est inscrit et leur nom apparaît sur un simple clic) et les diocèses par des rectangles⁸.

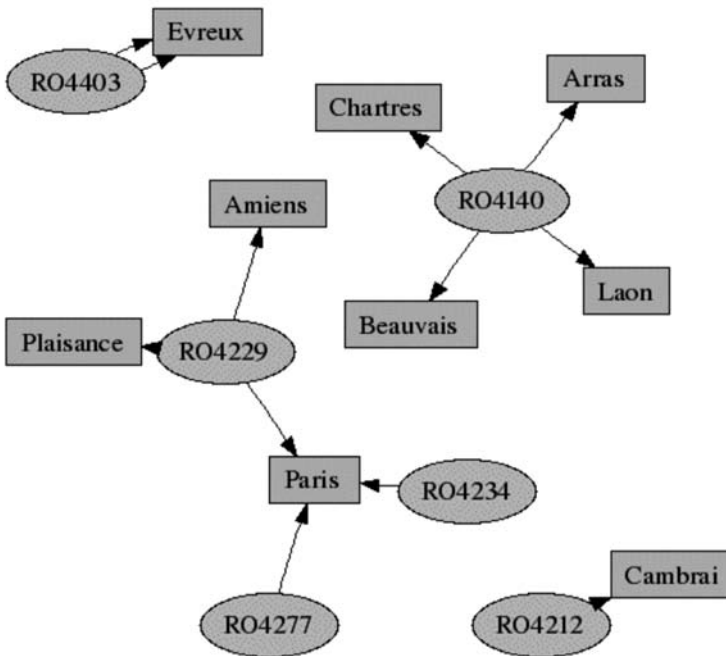


Figure 10: Réseau des relations à Rouen en 1260

⁷ Il est abusif d'imputer au seul cumul la mobilité bénéficiale alors que résignations et permutations en sont tout autant responsables.

⁸ Le dessin des réseaux a été réalisé à l'aide du logiciel *Graphviz*: < www.graphviz.org >.

Des flèches relient les hommes aux diocèses où ils ont émergé (se positionner sur l'extrême pointe fait apparaître les qualités et les dates de présence). On observe que cinq personnes eurent des intérêts dans huit évêchés différents et que Jordan Gaetani (RO4140) et Isembard de Plaisance (RO4229) disposaient alors de réseaux de relations plus étoffés que leurs confrères.

Faire des graphes selon le même principe à des dates très différentes permet d'observer les variations de la mobilité bénéficiale. Ainsi, 110 ans plus tard (figure 11), la situation s'est considérablement modifiée. Les individus concernés par la mobilité bénéficiale sont devenus très majoritaires, chacun disposant en revanche d'un réseau généralement moins étoffé. On relève que certains diocèses, Paris, Chartres et, dans une moindre mesure, Lisieux ont été particulièrement attractifs. Enfin, l'extension géographique de la mobilité est internationale. En plus des diocèses français, on note que York, Liège, Tudela et Huesca ont attiré des notables rouennais.

En 1480, le changement est à nouveau très sensible, comme le montre la figure 12. Il y a à la fois moins d'individus et moins de diocèses concernés par le phénomène. Les notables sont restés dans l'hexagone et ils ont changé leurs centres d'intérêt: ils se sont dirigés vers des évêchés normands (Bayeux, Lisieux, Evreux) ou voisin (Beauvais). Mais on remarque aussi sur ce graphique un

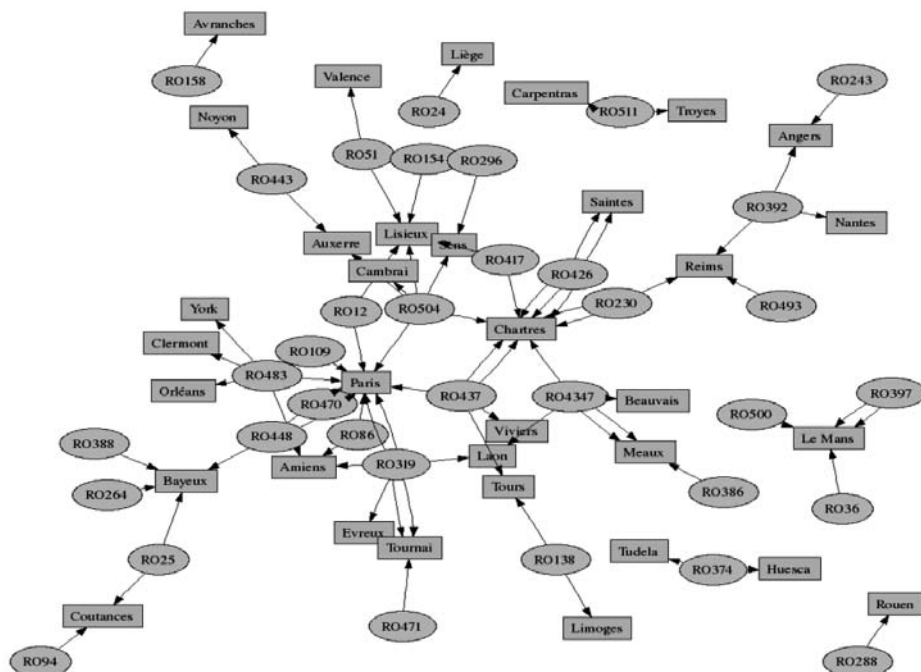


Figure 11: Réseau des relations à Rouen en 1370

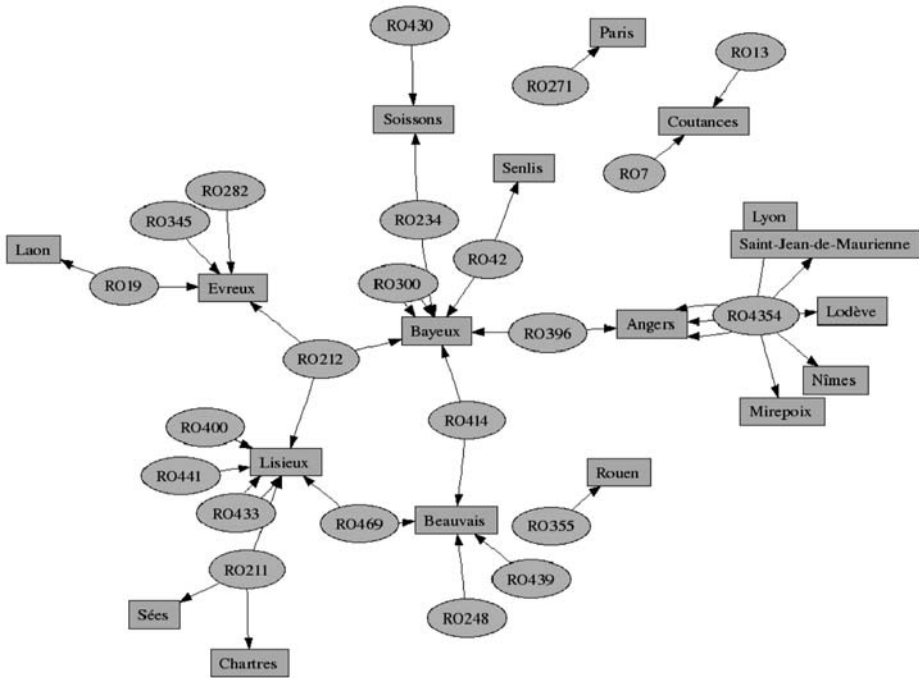


Figure 12: Réseau des relations à Rouen en 1480

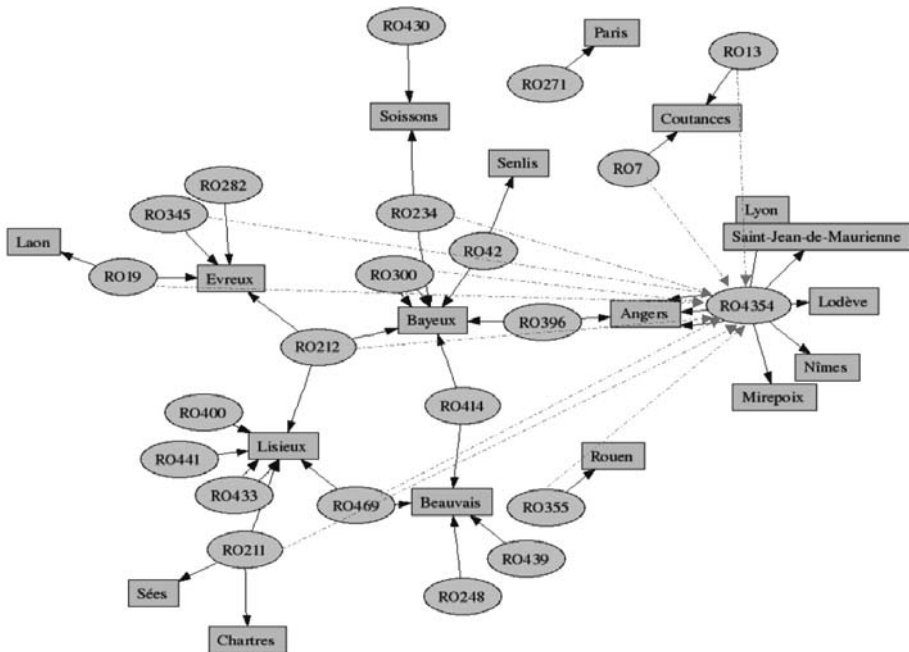


Figure 13: Le réseau personnel de Guillaume d'Estouteville

conglomérat de six diocèses autour d'un individu (RO4354); or il s'agit d'un notable d'une envergure exceptionnelle: Guillaume d'Estouteville, à la fois cardinal et archevêque de Rouen.

Une observation plus attentive de ce graphe (figure 13) conduit à une autre constatation: sur les 22 personnes présentes, 10 sont des individus ayant eu un lien personnel avec Guillaume d'Estouteville. Ils ont ici été reliés manuellement par une flèche à ce personnage. Se reporter à leurs notices biographiques (il suffit de cliquer sur le numéro) conduit à distinguer trois groupes: trois individus furent au service de Guillaume d'Estouteville (membres de sa *familia*)⁹, quatre eurent à le représenter (trois avocats et un vicaire général)¹⁰ et trois furent des intimes (deux secrétaires et un homme d'affaires)¹¹.

Ces quelques exemples suffisent à montrer tout le parti qu'on peut tirer d'observations systématiques ainsi que d'interrogations ponctuelles: s'assurer que tel ou tel personnage a pu être en contact avec tel autre à un moment donné devient particulièrement aisé. L'étude du monde canonial s'en trouvera d'autant facilitée. Mais, on le voit, il serait dommage de s'en tenir aux limites de la France. A certaines époques - qu'il serait intéressant de mieux déterminer et qu'on devine variables selon les pays - les notables diocésains ont franchi les frontières. Quand pourra-t-on interroger une base de données aux dimensions européennes?

⁹ Guillaume Auvre (RO19), Jean Héron (RO234), Etienne Goupillon (RO211).

¹⁰ Jean Masselin (RO345), Jean Sebire (RO469), Richard Ango (RO7), Jean de Gouvins (RO212).

¹¹ Jean Le Margotel (RO300), Guillaume Mesard (RO355), Guillaume Auber (RO13).



O QUE É QUE HÁ NUM NOME? ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A NOMEAÇÃO E A IDENTIDADE EM PROSOPOGRAFIA

K. S. B. KEATS-ROHAN

Uma prosopografia começa pela identificação de diferentes indivíduos a partir de um conjunto de registos de nomes retirados das fontes primárias. Os indivíduos podem ser identificados mesmo na ausência de todo ou de parte do nome: por exemplo, “o homem pobre” é alguém que foi distinguido de outros pela descrição de “pobre”. Contudo, os nomes estão, habitualmente, presentes nos nossos registos, porque todos os seres humanos os têm. São facilmente assumidos como algo incontroverso, e são-no com demasiada frequência, mesmo pelos prosopógrafos. Este artigo reflecte sobre o significado e a função dos nomes, e explora o seu uso como descritivos, destinados a designar e categorizar um indivíduo singular e específico, mesmo quando podem existir outras pessoas com o mesmo nome. A evidência do nome é uma riquíssima fonte para o historiador; mas não pode ser usado acriticamente, antes deve ser avaliado considerando quem o registou tal qual o recebemos – raramente o/a próprio/a nomeado/a –, como e porquê.

WHAT’S IN A NAME? SOME REFLECTIONS ON NAMING AND IDENTITY IN PROSOPOGRAPHY

K. S. B. KEATS-ROHAN

A prosopography will start from the identification of different individual persons among a mass of name records drawn from the primary sources. Individuals can be discerned even where all or part of the name is missing: for example, “the poor man”, is a person who has been distinguished from others by the description “poor”. But names are normally present in our records, because all human beings have them. They are easy to take for granted, and all too often they are taken for granted even by prosopographers. This paper reflects on the meaning and function of names, and explores their use as descriptions intended to designate and to categorize a single specific individual, even though there may be other persons with the same name. Name evidence is a peculiarly rich resource for the historian, but it cannot be used uncritically but has to be assessed in relation to who recorded the name as we have it – very rarely the name-bearer him/herself –, and how and why.

WHAT'S IN A NAME? SOME REFLECTIONS ON NAMING AND IDENTITY IN PROSOPOGRAPHY

K. S. B. KEATS-ROHAN*

For most of the past year I have been editing some 27 contributions to a wide-ranging Handbook of Prosopography, to which I am myself contributing a paper. In the course of preparing my own paper, on Biography, Names and Identity, for the Handbook, several things struck me¹. As we all know, at the heart of all prosopography lies the issue of identity, that is, the individualization of the separate persons occurring in a mass of data relating to the group or groups under investigation. Such identification is normally done on the basis of a name record occurring in our sources. Distinguishing one John from another in our often very challenging sources can be a great achievement, but all we have done is to individualize two Johns. Until such time as we can add some concrete personal information to the file of either John, how can we talk of having identified them? What is personal identity? and what can a simple name tell us about it?

Several of the papers in the Handbook deal with the problems that name evidence presents – incomplete name forms, missing names, duplicate names or homonyms, variant spellings, vernacularized forms competing with Latinized forms, and so on – but all of them assume that name evidence is so central to establishing the person list at the core of prosopography that almost none of them actually discuss it. For all of them, ‘identification’ is the equivalent of ‘individualization’. Only one paper discusses name evidence in relation to identity in the sense of awareness of self, of belonging to a family or a social group, but even here, although name evidence and naming practice is crucial to her genealogical study, the link between name and personal identity is oblique. The author, Dr Heather Devine – for you will certainly want to know her name

* Linacre College – Oxford.

¹ *PROSOPOGRAPHY approaches and applications: a handbook*. Ed. K. S. B. Keats-Rohan (forthcoming, *Prosopographica et Genealogica* 15, Oxford, 2007). The present paper is a small extract of a much larger study of ‘Biography, Names and Identity’ which will form of this book.

– sets out to explain how aboriginal identity formation in Canada had evolved from a flexible process based on kinship to a rigid phenomenon, dictated by Euro-Canadian governmental and economic policy. If medievalists have trouble with name records, consider the problems faced by Dr Devine in «studying people of mixed ancestry who may be identified by their European name, their European *dit* name, their aboriginal nickname, their aboriginal nickname as expressed in English or French, or shortened versions of any of these names»².

All the contributors take names for granted. Everyone has them. Apart from the fact that the names of historical people are often time-consumingly confusing to modern historians, what else is there to say? It may be that there is not much to say, but such lack of curiosity about the meaning and function of names seems to me at best somewhat blinkered and at worst a dereliction of duty. A useful preliminary to research involving names is surely to reflect on names *per se*. This will provide at least some guidance when dealing with the apparently intractable problems of homonymity and orthographic variation thrown up by our sources.

The basis of a prosopographical dataset is an initial register of what we call name records, whether or not they actually include a personal name. Whatever group we are studying, the requirement is always that each individual in the group is identified. This does not necessarily mean that his or her personal name can be determined, or that he can be logged in our databases with ‘his name’. Many ancient and medieval prosopographies are populated by Anonymous 1, Anonymous 2, and so on, with little loss of analytical content.

So if the occurrence of Anonymous 1 and others like him merely deprives us of a full dataset from which to run name-frequency queries, but does not otherwise violate the imperative to establish identity, how are we to understand the meaning and function of a name, particularly in relation to identity? Or, to put it another way, how are we to establish identity in the absence of a name? Does identity for our purposes have to mean anything more than ‘individuality’? For we must distinguish establishing personal identity – a set of specific characteristics exclusive to one individual – from individualization, the distinguishing of one John Smith from another, and identification, i.e. showing that two John Smiths are in fact one and the same. These are questions of fundamental importance to prosopography, but they are rarely posed. Since 1980 there has been a growing interest in the study of names and naming within the separate disciplines of anthropology, anthroponymy and history. Work is very much still ongoing, but we now have a context of specialized insights in which to work. And not before time. As Stephen Wilson, author of *The Means of Naming*,

² DEVINE, Heather – Prosopographical approaches in Canadian Native history’. In *PROSOPOGRAPHY approaches*.

has observed, historians have tended not to be interested in the names of those they study. Where more information about them is available, historians tend to get the names wrong by attempts at modernization and vernacularization of the spelling, as well as inventing names that the people concerned never had. «While convenient and familiar, such procedures in effect tamper with historical evidence in a way that would not be acceptable in other circumstances»³. The study of names is the foundation of prosopography, and accuracy in recording them is absolutely essential. Note that Wilson writes of the *Means of Naming*, that is, naming systems, and not the 'meaning of names'. It is perfectly possible, and commonly done, to discuss naming systems without considering 'meaning' in relation to names, yet reflection on this question can be very fruitful. 'Meaning' is here not a straightforward term, since we can speak of the meaning of names in lexical, linguistic and philosophical terms, and still leave for consideration the more practical aspect of meaning, that is, function or purpose.

Our first duty must be to reflect on the nature of names and naming. If we need not insist on being able to discover his name in order to include someone as an individual in our database, what apart from his name distinguishes him from any other person in a historical record? To approach such questions we have to understand how a name functions, both in relation to personal identity and in relation to the way it is used as a reference term or identifier. There are at least three parties involved, at least one of whom and usually two, comes to our attention in a name record. The first is the name-bearer, or referent, whose name it is; the second is the name-giver, who bestows the name on the referent, usually soon after his or her birth, though later changes of name may be due to subsequent name-givers; the third is the party that attributes the name to the referent at the point at which we, as historians, encounter the name, hence normally the scribe of a written record. Consider the following *narratio*, written in the late twelfth century:

«A certain Alfwy, who was called Geoffrey as a mark of respect, lord of Wenhaston and Walpole [in Norfolk], had two sons by his wife Goda; the eldest, was Geoffrey, known as Geoffrey of Bramfield because he was steward of Bramfield, and the younger, Robert Malet. On the death of their father Alfwy, Geoffrey the firstborn succeeded him, giving Walpole in dower to his mother Goda. His brother Robert entered the service of Earl Hugh and became a knight. Geoffrey, likewise a knight, took a wife and had issue by her a son and three daughters. Unfortunately, whilst still a young man, the son killed a man whom he found embracing his mistress and was forced to flee

³ WILSON, Stephen – *The Means of Naming*. London: UCL Press, 1998, preface, p. x.

the country. Distraught, Geoffrey turned to his brother Robert Malet for help, promising him half his land if he could persuade Earl Hugh, then on very good terms with King Henry, to obtain the king's pardon for his son which was duly done. Afterwards the grateful father gave half of his lands and tenements to his brother Robert Malet, who held them in his lifetime and was succeeded by his son Walter Malet. After the deaths of Geoffrey and his son, his three daughters succeeded to the remainder of his lands. Two of the daughters died and so the inheritance passed to the third, Basilia, who by her husband Ralph of Spexhall, had a son Geoffrey»⁴.

We can highlight a number of features of this unusually rich document. In the first place we see evidence of naming in relation to social mobility. This record was produced over a century after the Norman conquest of 1066, but the effects of that upheaval can still be seen. Alfwy, whose given name reveals that he was an Englishman, would have found that such a name set him at a social disadvantage, since there was still considerable legal and bureaucratic discrimination against the native English. Many Englishmen and women had for that reason started to give Norman names to their children, abandoning the Old English names of their own ancestors. Alfwy and his wife Goda, whose name is also English, did this for their children. Alfwy passed his adopted name Geoffrey to his eldest son. The narrator gives us the reason for Geoffrey's assumption of the toponymic byname *de Bromfield*. In both cases he tells us something significant about these men by telling us their names. Unfortunately, he does not give us a reason for the byname of his younger son Robert, which was that of a powerful Norman family who had forfeited their considerable estates in Norfolk during the reign of Henry I.

Here we have evidence of given names as indicators of ethnicity and social mobility; we have evidence for the reason why a byname came into being, and for the fact that a byname that can be used to distinguish one son from another can subsequently become a heritable surname for that son's descendants. As to the rest of the story, note that only persons who make a material contribution to it are named: the *anonymi* are the son and two daughters of Geoffrey of Bromfield, all of whom died without issue, and the wives who had no dower interests in the land. Their names are not important to what is being written, which is an account of how these tenements devolved from Alfwy to his great-grandchildren. Their existence, their individuality, is, however, noted. We can enter them as individuals into our databases, we can make meaningful statements about their relationships to other, named, people. We can identify them; but we know nothing of their personal identity. This story gives us objective evidence of the information-

⁴ SIBTON *Abbey Cartularies and Charters*. Part 3. Ed. P. Brown. Woodbridge: Boydell, 1987, no. 817.

bearing value of names, and their function in relation to personal and group identity, and yet at all stages we are entirely dependent on what information the writer of this written record chooses to tell us.

A name-bearer will be named, that is, have had a name given to him, be known by a name in a formal social situation, be described by some form of name in an official document, and be 'called' by a name by his intimates. These names are not necessarily the same at any one time; any of them can change throughout the bearer's life. Let us take an example from the Seleucid empire. There was, at the end of the 3rd century BC, a governor of the city of Uruk: «Anu-uballit whose other name is Kephalon who is called [unreadable] in the mouth of the family»⁵. In other words, this important man had official given names, both Babylonian and Greek, that reflected his social status and his high office, but he also had a more informal or 'pet' name by which he was known in his own home to his own family. Exactly the same thing occurs today and without doubt it also occurred in the medieval period. When we encounter a family in which three sons all bore the same name, the problem for us is the way that formal given-names were recorded in official writing; there was no problem in the family, for they did not use the same name to address each child. Daunting all this may sound, but such many-sidedness is part of the reason why names can yield so much important evidence about people and the societies in which they live.

There is one point on which everyone is agreed: a 'name' serves as a signifier for an individual person. As anthroponymist Cecily Clark put it:

«The essential thing about any and every personal name, at whatsoever date and in whatsoever society current, is that, within its own proper context, it signifies one unique individual. Names are in practice often duplicated; but such accidents in no way impugn the principle that each instance is necessarily intended to specify one, and only one, individual»⁶.

But the problems are only now beginning. For if it is true that every personal name signifies one and only one person, the converse, that one person will always be designated by the same personal name, is not⁷. On the other hand, it is true that every human being is given a name some time after birth; even though different names may thereafter be used or acquired by that person, he or she will

⁵ SHERWIN-WHITE, S.; KURTH, A. – *From Samarkhand to Sardis: a new approach to the Seleucid empire*. London: Duckworth, 1993, p. 151.

⁶ CLARK, Cecily – Socio-Economic status and individual identity. In *Words, names and history: selected writings of Cecily Clark*. Ed. Peter Jackson. Cambridge: D. S. Brewer, 1995, p. 100-113, here p. 109.

⁷ On the problems of using 'personal' name for the first or given name, see BRENDLER, Silvio – *Namenarten und ihre Erforschung*. In *NAMENARTEN und ihre Erforschung: ein lehrbuch für das studium der Onomastik*. Ed. Andrea Brendler and Silvio Brendler. Hamburg: Baar, 2004, p. 36-40.

always have a personal name⁸. So a name is intimately connected to the referent, that is, the person to whom it applies uniquely, and therefore identifies. If we are at once to recognize the ineluctable fact of naming in relation to people, and to insist on identification of the individuals in our group prosopography, how are we to approach the formidable problems of homonymity and name variation in our records, and in what sense can we identify an unnamed person, and how? Ultimately the way we deal with such questions will depend upon the nature of our sources, but a useful preliminary is to inquire further into the meaning and function of names and their relation to identity. Also important, but impossible for reasons of space here, is the thorny question of the classification of names in a name system.

Names are a cultural universal⁹. All human beings have them. But what is a name? Names are a part of language. In order to talk about objects all languages develop a word to signify those objects; these words are naming words, called names or nouns in English. Most such words describe impersonal objects such as bird, house, man, and are known as 'common nouns' or 'appellatives'. Where such words are the names of specific objects like Mont Blanc, Lisbon or Tony Blair, they are called 'proper nouns' or 'proper names'. These terms originate from a distinction made by Greek writers for whom κύριου (onoma kuriou), rendered in Latin by *nomen proprium* meant a 'genuine name', or name more genuinely such than other names. Such names were distinguished from προσηγορία (prosegoria) or 'appellative', that is, the general names, or common nouns, to which bird and house belong. We can think of this also as the difference between a personal name, Tony Blair, and an impersonal name, man. Once a name is a personal name it becomes individualized. Once it is individualized it enters the realm of personal identification.

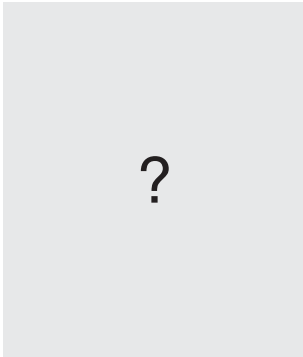
Names are not necessarily composed of a single word, but may be formed from a set of words that in some way describes the thing or person to which it refers, that is, the referent, with the intention of identifying the referent by isolating it from anything with which it might be confused. The first, or given, name is 'proper' in that it will always refer directly to the referent; a second name will often locate the referent in a larger group such as family. Additional names can become formalized into recognizable and required parts of a person's proper name. A majority of people now have in addition to their given name or names a sur-name which normally associates a person with his birth family in some

⁸ ALFORD, Richard D. – *Naming and Identity: a cross-cultural study of personal naming practices*. New Haven, CN: HRAF Press, 1988, p. 1: «Ethnographic research has failed to identify a single society which does not bestow personal names on its members. For some time, personal names have been recognized to be cultural universals».

⁹ On this complex and problematic issue see the essays in *NAMENARTEN und ihre Erforschung*.

way. Linguistically, such second names belong to a group called common proper nouns. Once they are applied to an individual they form part of his or her proper name.

The question of whether or not names have meaning has exercised philosophers and logicians for many years and they have yet to reach a consensus. The usual starting point is John Stuart Mill's observation that «Proper names are meaningless marks set upon things to distinguish one from another». Much of the argument hinges on how the word 'meaning' is understood in cognitive terms¹⁰. Whereas common nouns have meaning and connotation – the single word 'dog' will convey a complex picture of what a dog is – a proper name merely denotes a specific individual without offering additional information: As Sir Alan Gardiner, one Mill's admirers, observed «Ordinary words, among which general names play a prominent part, directly convey information; proper names merely provide a key to information»¹¹. Consider the difference between 'Fido' and 'large dog'



Anthroponymists have no such reservations. Students of personal names, their discipline, according to Iris Shagrir, considers «the personal name a valuable, though indirect, indicator of the individual's social and cultural

¹⁰ MILL, John Stuart – *A System of Logic*. London, 1843; KRIPKE, Saul A. – *Naming and Necessity*. Cambridge, MA, 1972; DONNELLAN Keith – Proper names and identifying descriptions. In *SEMANTICS of Natural Language*. Ed. D. Davidson and G. Harman. Dordrecht: Reidel, 1972, p. 356-379; JESPERSEN, Otto – *The Philosophy of Grammar*. London: G. Allen & Unwin, 1924; 2nd ed. 1964.

¹¹ GARDINER, A. H. – *The theory of proper Names: A controversial essay*. 2nd ed. Oxford: Clarendon Press, 1954, p. 32. Sir Alan concludes with the following definition: «A proper name is a word or group of words which is recognized as having identification as its specific purpose, and which achieves, or tends to achieve that purpose by means of its distinctive sound alone, without regard to any meaning possessed by that sound from the start, or acquired by it through association with the object or objects thereby identified». This is the 1954 revision, found in the appendix, of his earlier formulation, given on p. 43.

affiliation»¹². Names are given or acquired in a meaningful way that attests ‘to the common ascription of significance, symbolic or other, to the personal name’; the personal name is used as a referent, or a ‘denoter’, of a social or spiritual affiliation. «In a more traditional context, names may reflect ethnicity, religion, residence, position in lineage and other kinds of affiliation»¹³. According to Françoise Zonabend, «The combination of all names possessed by a person is an aggregation of his/her identity...a message for decoding»¹⁴. The same ideas are found in the work of anthropologists such as Richard D. Alford, who was the first to pose many of the key questions relating to naming and identity, based on a cross-cultural study of societies from all over the world, including a few from Europe.

Alford makes several vital observations about personal naming practices which have relevance for historians. «In all societies, individuals typically receive a name or a set of names, and in no society are names applied unsystematically or randomly»¹⁵. The name is directly linked to identity, both social identity and self-identity¹⁶.

For most people, their personal name is inextricably bound up with their sense of identity: if asked ‘who are you?’ they respond with their names. In modern as well as historical societies, the decisions about the name of a child made by the original name-givers, often but not always the parents, are intended to convey information to society about who the child is and to convey messages to the child about who he is expected to be¹⁷. If the primary function of personal names is to distinguish, in practice they do very much more. In particular they emphasize family membership and family continuity¹⁸.

As historians we often experience names as written phenomena. As people we are well acquainted with them as a phenomenon of speech. But names relate to identity beyond either, as the McKees tell us of the deaf community in New Zealand:

«In Deaf communities around the world, members are commonly referred to by sign names given to them by other Deaf people at various

¹² SHAGRIR, Iris – *Naming Patterns in the Kingdom of Jerusalem*. Oxford, 2003, p. 1. *Prosopographica et Genealogica*; 12.

¹³ *Ibidem*, p. 2.

¹⁴ ZONABEND, F. – *Le nom de personne. L'Homme*. 20 (1980) 17-18.

¹⁵ ALFORD – *Naming and Identity*, p. 1.

¹⁶ *Ibidem*, p. 29. Just as naming objects and places in the natural world makes them socially significant by providing a common label, naming a child is part of the process of bringing the child into the social order. A named child has, in a sense, a social identity. To know a child's name, in a sense, is to know who that child is. And when the child is old enough to know his own name, he, in a sense, knows who he is'.

¹⁷ *Ibidem*, p. 51.

¹⁸ *Ibidem*, p. 54-55.

stages of life, which are different from the legal (spoken language) names given by parents at birth. The study of name signs provides a window on the relationship between sign language, social interaction, and identity... Because they are bestowed by other Deaf peers through a period of close acquaintance, name signs both signal and construct a person's identity as a recognized member of a Deaf community, which is often regarded by members as an extended "family" (Monaghan 1996, 463)»¹⁹.

Alford's study indicates that names do colour our perceptions of named entities, whether they are objects, places or people, and hence Shakespeare's view of his question 'What's in a name?', that the rose would smell as sweet by any other name, is mistaken²⁰. This is true irrespective of whether or not the original lexical meaning of a name has been lost, and Alford's cross-cultural study strongly indicates that all names have an original lexical meaning, even though in older, more complex societies where names are drawn from a traditional corpus, this meaning has normally been lost. Instead, names are often given on the basis of some sort of association, perhaps with a relative, living or dead, an admired but unrelated person, or some other resonance, such as 'Rose'. The most common information imparted by a personal name is the sex of the bearer, as has been noted by anthroponymists and anthropologists²¹. If it were not so, our work as historians would become impossibly difficult.

It is clear, then, that names may reasonably be taken to have meaning, and that they both bestow social identity in the act of being given, and convey information about identity both to society and to the name-bearer through the choice of the name itself; moreover, this is true however many homonyms may exist. As Alford remarks,

«If the primary function of personal names is to differentiate individuals, why is it that many naming systems are not better designed to fulfill this function? Certainly a naming system designed around this function alone would assign completely unique names to all individuals. The answer seems to be that naming systems serve *two* central functions: differentiation and categorization»²².

¹⁹ MCKEE, Rachel Locker; MCKEE David – Name Signs and Identity in New Zealand Sign Language. In *BILINGUALISM and Identity in Deaf Communities*. Ed. Melanie Metzger. Washinton DC: Gallaudet University Press, 2000, p. 1.

²⁰ *Ibidem*, p. 59.

²¹ *Ibidem*, p. 67: 'It is interesting to note that of all the messages that personal names may convey, none is more likely to be conveyed than the sex of the individual'; Clark, 'Socio-economic status' [note 32], p. 104: 'All our West-European traditions use baptismal-name vocabularies that distinguish the sexes'.

²² ALFORD – *Naming and Identity*, p. 69.

He goes to state the general principle that naming systems will evolve means both to categorize and to differentiate. In the case of the Highland Scots, whose given names are drawn from a very restricted name pool, and whose family names are one of very few clan names, he observes that these two names categorize the individual and locate him within a social matrix. But they are poorly differentiated. To achieve differentiation – distinguishing one individual from another – a system of by-names unique to each person has evolved. We doubtless all had classmates at school who shared the same name, prompting the teacher to give one of them another name in order to distinguish them.

To the objection that the adoption of unique given names would solve a whole raft of problems, Alford makes a telling observation:

«A unique name emphasizes or proclaims a person's individuality and uniqueness, But in all societies, individuality in excess may be socially destructive, divisive or dangerous (and this may be especially true for small, kinship-centered societies)»²³.

At no stage in western European society have personal names been unique, but in the early Middle Ages, up to about the end of the tenth century, a single personal name, often a compound name formed of two different elements, was normal. After that time there was a decrease in the number of personal names in use and a consequent increase in the occurrence of homonymity. At a similar date a two name-element system developed, which saw a byname added to the first, or given name. Over the course of about four centuries this new system stabilized into the modern surname as we know it today. Research has shown no direct correlation between these processes, which occurred independently of each other and at different paces in different places. As Iris Shagrir has said:

«the adding of a second name should be understood in the context of various social factors: demographic increase and a growing inclination to define persons more rigorously with the refinement of bureaucratic procedures, the placement of the individual with the context of the larger community, especially in an urban context, an indication of emergence from the cellular family into the community, a sign of growing participation in public life...»²⁴.

²³ ALFORD – *Naming and Identity*, p. 73.

²⁴ SHAGRIR – *Naming Patterns*, p. 11, based upon BOURIN – Bilan de l'enquête. In *GENESE médiévale de l'anthroponymie moderne*. General Editors M. Bourin and P. Chareille. vol. 1. Tours: Publications de l'Université de Tours, 1982, p. 245-246.

In other words, differentiation and categorization had to keep pace with the demands of the written record for precise reference, which is the primary function of the name, written or spoken.

Homonymy is a problem for historians, for whom the fact that by the fourteenth century about a quarter of all men were named John, can be a major headache. But a sense of personal identity as individuals was not thereby impaired. The names had meaningful associations for the name-givers and could produce a sense of group-identity as well as personal identity for the bearers. It is in this light that we should look at the account of the chronicler Robert of Torigny, which tells of how, at a meeting of the king's court in 1172, William fitz Hamo, seneschal of Brittany, invited to a feast only those men named William; the rest were to dine with the king²⁵. One hundred and seventeen men were able to accept his invitation! William, the name of the conquering duke of Normandy and king of England, shared with John the domination of male personal naming from this time on until the twentieth century.

Anthroponyms are part of an onymic or naming system and form part of a linguistic and extra-linguistic environment. In the former they are both a part of language and of speech and can be investigated by etymologists in terms of linguistic roots and original lexical meanings. Their extra-linguistic environment is their application as person-names. Examples abound such as that of the names Matthias and Matthäus which are etymologically two different names; but among the people of Regensburg in the fourteenth century they were used interchangeably as variant forms of the same name. At least two approaches are possible in such cases. An etic investigation will try to understand the etymology of variant name forms, but an emic investigation will try to understand from the inside how the name system worked and how the name forms were understood²⁶. The bedrock of prosopography is the name forms, with all their associated problems of variation, occurring in its sources. Any prosopography will gather a great deal of name evidence that, if handled correctly, will provide a valuable fund for interdisciplinary research. Provided that the names are recorded accurately, they can be investigated by specialist linguists and anthroponymists (the etic approach), as well as by the historian, who will normally not be concerned with the semantics of the names as linguistic units, but with the information that they can provide about individual identity and about the society in which they lived (the emic approach). Since anthroponymy and prosopographical analysis both use comparative, quantitative, approaches,

²⁵ *CHRONIQUE de Robert de Torigni... suivie de divers opuscules historiques de cet auteur*. Ed. L. Delisle. 2 vols. Rouen: A. le Brument, 1872-1873, *sub anno* 1172.

²⁶ KOHLHEIM, Rosa; KOLKHEIM Volker – Personennamen. In *NAMENARTEN und ihre Erforschung*, p. 678.

the riches of our name registers should routinely be devised for collaborative exploration with anthroponymists.

Attention to detail in recording names and their variants – especially the more remote from our own period, or the more different to own own society, the evidence on which it is based – is so central to prosopography that it should not be undertaken without thorough grounding in the whole issue of names and their function and the naming practices relevant to the society under study. We should ask basic questions about what a name is, how it is used, and what it can tell us about the person to whom it uniquely refers. The west european medieval period, which saw a change from a one name system to the two name system that has been used world wide for the past several centuries provides some excellent material from which this point can be considered.

Medievalists are particularly aware of the variety of forms a personal name can take. It took several centuries for a stable two-name system to emerge, but research bears out Alford's maxim that names are never given unsystematically or randomly. Although terminology remains an issue, both because discussion is conducted in more than one language and because of individual preferences, there is general agreement about the classification of forms taken by the second-name elements. These are:

- names derived from occupations
- names derived from a place, a toponym
- names derived from a parent, usually the father (patronym), but occasionally the mother (metronym)
- names derived from a nickname (of various categories requiring further classification).

The earliest form to be applied was the patronym. In most west European societies the patronym was superceded by toponyms as the prevalent form by the early twelfth century. Portugal is unusual in an early adoption of the true patronym – i.e. one that regularly changed each generation to reflect the father's given name – and the dominance of that form until at least the fourteenth century²⁷. The value to researchers of the true patronym is later mitigated by the fact that the contraction of the name pool and the emergence of a few favoured personal names occurred in Portugal, as elsewhere, leading to a significant problem of homonymity of both given name and patronym. In many cases only distinguishing descriptors added to the patronymics allow of secure individualization.

²⁷ DURAND Robert – Données anthroponymiques du *Livro Preto* de la cathédrale de Coïmbre. In *GENESE médiévale de l'anthroponymie moderne*. Ed. M. Bourin. Vol. 1. Tours: Université de Tours, p. 219-232.

Unlike first names, by-names normally have transparent semantic value. *Johannes Willelmi*, is described according to a patronym, that is, a by-name that gives us the name of John's father. *Johannes de Oxenforde* has a toponymic by-name that suggests his origin in Oxford. A great deal of information is contained in such descriptions, but they can be extremely difficult to use. There are many confounding factors, including orthographic variation, sometimes moderated by local dialect; many name forms result from a specific notarial need to identify the bearer, who will not necessarily be identified the same way twice, even by the same scribe. Or he may occur with only one element. Not infrequently, a by-name is itself composed of two elements: *Willelmus Faber de Grimestun*: William (the) Smith of Grimston.

Studies of corpora of name records have indicated ways that the meanings suggested by by-name formations can be understood. One such was anthroponymist Cecily Clark's study of texts from the medieval town of King's Lynn in Norfolk. Occupational by-names, she observed, like locative ones, appear in either primary or secondary position. Examples of the latter, such as *Ricardi Hymeyn calwere*, Richard Hymeyn, calf-herd, presumably always indicate the actual trade practices. Caution should be exercised when faced with such by-names in primary position; these like some *filius* formations are as likely to represent scribal convenience as they are an authentic name form, though they nevertheless succeed in differentiating and categorizing, and in providing us with useful information²⁸.

Clark divided toponyms into two groups, locative and topographical. The latter refers to some feature of a place, *atte Welle*, by the well, whereas a locative refers to a place name as such, *de Oxenforde*. Locative name often indicate the place where someone lived. Those of gentry often referred to a principal estates. For burgesses and some gentry, they functioned rather as *noms d'origine*, indicators of familial or personal origin. locatives of this sort offer vital evidence about population-movements.²⁹

The same material allowed her to make another fundamentally important point about by-names:

«In any case, by no means all the patronymic, occupational and, especially, residential qualifiers found in this material seem to have represented forms in regular, everyday currency. Some bear signs of having been devised *ad hoc* by the scribe, constituting descriptions, potted biographies even, rather than 'names' as ordinarily understood»³⁰.

²⁸ CLARK, Cecily – *Early personal names of King's Lynn*. Part 2: *By-Names*, p. 267.

²⁹ *Ibidem*, ... this type of by-name, so frequent in Lynn's specifically urban records, seems to have been especially common among men who were mobile socially as well as geographically.

³⁰ *Ibidem*, p. 260.

Giving the example from the same document of ‘Helena wife of Ralph of Southmere, staying over at Wighall, varying with Helen widow of Ralph of Southmere’, she wrote:

«Such periphrases are not, of course, unrelated to probable colloquial usages ...and could be said to represent an embryonic stage in by-naming, before the distinguishing traits have been selected and given set expression»³¹.

The modern surname is a evolutionary product of an ad hoc system of description, which sought precision of reference in both written and spoken contexts, for both of which our only evidence is a written record. The essence of such descriptions is that they are intended to identify one and only one person in a specific context. Once they become formularized and unvarying – Smith, Johnson – they become proper names, divorced from any original lexical meaning, and they become family names, which can identify groups as well as a single person. When looking for evidence of the individuals that will compose his study population, the prosopographer is looking for descriptions of people. Whether or not they contain a proper name, these descriptions will not conceal an individual if one is meant. ‘A poor man at the feast’ is a man for all that he lacks a name. This gives us a straightforward basis for the setting out of our registers of name records: a field for name, representing the first or given name if it occurs, and the descriptor, that is, any by-name or other description relating to an individual³². The minimum requirement for our purposes is that the description refers to an individual and permits us to identify that individual as such. Undoubtedly, our knowledge of the ‘poor man’s’ personal identity will be impoverished if we continue to lack his name. It will also be clear that the context from which the name record is extracted is key to our subsequent interpretation of it, and any use to which we might wish to put it.

Context is for us the all-important key to understanding the complex relationship between name and identity. If we examine why, when and by whom a record containing name forms was written, we will have guidance as to how we can subsequently interpret the name. Just as not having a person name does not prevent our ‘poor man’ being an individual, having a name attributed by a scribe does not mean that the referent was actually so named. However difficult it may seem to use, all evidence relating to names, including the lack of them, is

³¹ *Ibidem*.

³² This word is so used by historians of late Roman and early medieval Europe. In information technology it is defined as a word, phrase, or alphanumeric character used to identify an item in an information storage and retrieval system.

extremely valuable: it should certainly not be taken for granted. Further insights will come from considering our own experience of names and naming. Amongst the things we will notice is how our own names change over time, in relation to different people and situations. We will also notice the offence taken when someone gets our name wrong; our identity is being challenged at a primal level. So much so that misusing, misrepresenting or mispronouncing a name are all strategies that are used deliberately to upset, injure, or show contempt for other people. Exactly the same is true of our written records, where the scribes dispose also of an additional device, to withhold the name altogether. In doing so they cannot deny a person's individuality, but they can deny him a personal identity. If as historians we appreciate the difference, then we can learn something about both the scribe and those of whom he writes, whether with or without a name.

ÍNDICE

Apresentação	7
Presentation	9
Conclusions drawn from the prosopographic analysis of the Canons belonging to the Cathedral Chapters of Medieval Hungary (1200-1350)	15
KOSZTA LÁSZLÓ	
Prosopografía de los componentes del cabildo catedralicio de la catedral de Córdoba en la edad media (1238-1450): aportaciones a la historia social y cultural	31
ILUMINADO SANZ SANCHO	
The Portuguese Clergy and the European Universities in the 12th and 13th centuries	63
INGO FLEISCH	
Portuguese ecclesiastics and Portuguese affairs near the Spanish cardinals in the Roman curia (1213-1254)	79
MARIA JOÃO BRANCO	
La formation intellectuelle du clergé séculier portugais du XII^e au XIV^e siècle	103
SAUL ANTÓNIO GOMES	
Les testaments du clergé de Coimbra: des individus aux réseaux sociaux	123
MARIA HELENA DA CRUZ COELHO; MARIA DO ROSÁRIO BARBOSA MORUJÃO	

The Viseu and Lamego clergy: clerical wills and social ties	141
ANÍSIO MIGUEL DE SOUSA SARAIVA	
Los obispos de Alfonso VIII	153
CARLOS DE AYALA MARTINEZ	
Una Iglesia de frontera al servicio del rey: la extremadura leonesa como laboratorio político (1157-1230)	189
JUAN JOSÉ SÁNCHEZ-ORO ROSA	
Which way to Bishopric? Origin and Careers of Polish Bishops in the 13th Century	209
JACEK MACIEJEWSKI	
In defence of episcopal power: the case of bishop Egas of Viseu	221
HERMÍNIA VASCONCELOS VILAR	
An Archbishop <i>in angustiis</i> (May 1280)	245
PETER LINEHAN	
The king's service and God's service: attitudes of a prelate from Porto, D. Vicente Mendes (1260-1296)	259
MARIA CRISTINA CUNHA; MARIA JOÃO OLIVEIRA SILVA	
Les clercs dans l'administration dionysienne (1279-1325)	271
MÁRIO FARELO; FILIPA ROLDÃO; ANDRÉ EVANGELISTA MARQUES	
De la publication de livres à la mise en ligne d'une base de données: les premiers enseignements du puzzle des <i>Fasti Ecclesiae Gallicanae</i>	317
HÉLÈNE MILLET; STÉPHANE RAUX	
What's in a Name? Some reflections on Naming and identity in Prosopography	333
K. S. B. KEATS-ROHAN	

Acabou de se imprimir
aos 31 de Julho de 2007
na SerSilito - MAIA

Tiragem: 1.000 exemplares

Depósito legal: 262205/07

ISBN: 978-972-8361-26-6

